



Uma mirada antigeopolítica

Tensão, resistência e emancipação na América Latina

—
Ivaldo Gonçalves de Lima
(coord.)

**MIRADAS
LATINOAMERICANAS**

Uma mirada antigeopolítica. Tensão, resistência e emancipação
na América Latina / Ana Carolina Santos Barbosa... [et al.];
Coordinación general de Ivaldo Gonçalves de Lima. - 1a ed. -
Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2025.

Libro digital, PDF - (Miradas latinoamericanas)

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-631-308-029-8

1. Geopolítica. 2. Movimiento Social. 3. Emancipación. I. Santos
Barbosa, Ana Carolina II. Gonçalves de Lima, Ivaldo, coord.

CDD 327.1

miradas
latinoamericanas



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Colección Miradas Latinoamericanas

Karina Batthyány - Dirección de la colección

Fernanda Pampín - Coordinación editorial

CLACSO Secretaría Ejecutiva

Karina Batthyány - Directora Ejecutiva

María Fernanda Pampín - Directora de Publicaciones

Equipo Editorial

Lucas Sablich - Coordinador Editorial

Solange Victory y Marcela Alemandi - Producción Editorial



LIBRERÍA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES

CONOCIMIENTO ABIERTO, CONOCIMIENTO LIBRE

Los libros de CLACSO pueden descargarse libremente en formato digital o adquirirse en versión impresa desde cualquier lugar del mundo ingresando a libreria.clacso.org

Uma mirada antigeopolítica. Tensão, resistência e emancipação na América Latina (Buenos Aires: CLACSO, mayo de 2025).

ISBN 978-631-308-029-8



CC BY-NC-ND 4.0

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | [<clacso@clacsoinst.edu.ar>](mailto:clacso@clacsoinst.edu.ar) | [<www.clacso.org>](http://www.clacso.org)



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.

UMA MIRADA ANTIGEOPOLÍTICA

Tensão, resistência e emancipação na América Latina

coordinación

IVALDO GONÇALVES DE LIMA

por

ANA CAROLINA BARBOSA ♦ FREDERICO DUARTE IRIAS ♦ LALESKA
FREITAS ♦ IVALDO GONÇALVES DE LIMA ♦ GUILHERME MEIRELLES
♦ LEYLA MÉNDEZ CARO ♦ RUY MOREIRA ♦ FELIPE NASCIMENTO
WERMINGHOFF ♦ VALERIA YSUNZA PÉREZ GIL ♦ RODRIGO PINA ♦
REJANE RODRIGUES



PLATAFORMAS PARA
EL DIÁLOGO SOCIAL



CLACSO

PRESENTACIÓN DE MIRADAS LATINOAMERICANAS

La colección Miradas Latinoamericanas. Un Estado del Debate tiene como objetivo relevar las novedades teóricas, metodológicas y temáticas en diversos campos del saber, tanto a través de perspectivas trans e interdisciplinarias como desde diferentes tradiciones intelectuales.

Los libros que integran esta colección reúnen trabajos que exponen las novedades y dan cuenta de las transformaciones en relación con las temáticas, abordajes, enfoques teóricos, preguntas y objetos de investigación en los campos de las ciencias sociales y las humanidades, para poner en valor la originalidad, la relevancia y el impacto del conocimiento producido desde la región.

Con esta iniciativa esperamos que tengan especial relevancia los estudios que aborden temas asociados a las desigualdades y las violencias, en especial las de género, los procesos de inestabilidad política, económica y social, las alternativas frente a la crisis ambiental, el derecho a la migración y la movilidad humana.

KARINA BATTHYÁNY
Dirección de la colección

FERNANDA PAMPÍN
Coordinación editorial

DEDICATÓRIA

Dedicamos a presente coletânea de textos sensivelmente à memória do colega de trabalho e amigo Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949-2023), a quem tanto devemos a ampliação dos horizontes epistemológicos da geografia política crítica desde a América Latina / Abya Yala, pelos trinta anos de nossa convivência intelectual no Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, por seu envolvimento legítimo com os movimentos sociais e a sua perspectiva democrática da resistência na luta pela dignidade humana.

PREFÁCIO: UM ENIGMA CHAMADO AMÉRICA LATINA

RUY MOREIRA

Volta e meia o pensamento social relê seu objeto de pensamento. O que aqui parece leitura derradeira, mais à frente dá lugar a uma outra leitura. A América Latina não foge ao exemplo. Pois que, em média de trinta e trinta anos, um novo enfoque aparece, reavaliando uma América Latina que, camuflada, escondia-se por debaixo da roupagem agora velha. O que parecia resolvido diante da indagação do que era, derroga-se ao olhar do entendimento, do sentido, da significação, que se revisa. Até que se troca de novo o espelho. O novo cenário e a nova vestimenta trazendo um conteúdo enfim, por fim revelado de um relutante continente. E tudo então se repete. Numa espécie de moto contínuo.

Assim, a década de 1940-1950 é o período da teoria de centro-periferia, a visão dual-cepalina que inaugura o olhar novo e veste a roupagem desenvolvimentista do largo meado do século XX. Substitui-a a teoria do desenvolvimento-subdesenvolvimento, logo revolucionada pela teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento, negadora do dualismo. Por sua vez destronada pela teoria da dependência, duplicada na sua versão associado-capitalista e sua versão marxista da TMD. Então, movem-se ao fluxo das ideias, a teoria da troca desigual. Da modernização. Da globalização imperialista. Numa sucessão de teorias e verdades.

Teorias que geram vasta literatura e estimulam os embates e o imaginário de lá vai um século de pensamento. Coexistência de modismos e de mudanças de um real que nunca obedece aos influxos de nossas cabeças, ou as duas injeções combinadas ao

mesmo tempo, vai-se saber, fazendo aqui a fortuna, ali o infortúnio do acadêmico.

A mirada antigeopolítica: tensão, resistência e emancipação na América Latina, coletânea organizada por Ivaldo Lima, professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), ele mesmo autor de três dos treze textos reunidos, e teórico conhecido da antigeopolítica, é um esforço de ruptura ao tempo que parte integrante desse trajeto. Seus autores e autoras, pensadores e pesquisadoras de diversos cantos do continente, são os compartilhantes da tese da antigeopolítica do título, coabitantes de ideias e projetos que informam o mundo intelectual e acadêmico do presente-futuro reolhando o camaleão que se repõe e insinuante reaparece à indagação das inteligências, que de novo enfrentam imbuídos do mesmo afã de traçar e retomar a leitura do enigma chamado América Latina, o enigma sempre posto em desafio à entrada da cidade. Tarefa hercúlea. Tarefa reiterada. Tarefa necessária. Já tantas e tantas vezes tentada, quando já tudo parecia resolvido. Pois quanto mais se enfoca, mais a realidade da latino-américa se esgueira e se safa. Escondendo-se sorrateira aos olhos que, insistentes, esmiúçam e perscrutam seus segredos. Como num mito de Sísifo.

São textos e trabalhos de estudiosos que se lançam à escuta e à esgrima de teses que destronem as velhas e ergam as armas da imaginação nova. Convidando o leitor e a leitora à cata das respostas às mesmas perguntas que outras tantas épocas e outras tantas teorias se fizeram, somando-se à trilha das gerações e gerações de mulheres e homens pensadoras e pensadoras de um continente que, ao fim e ao cabo, guarda em segredo o que é, e que se não se decifra, em continuidade nos devora. À luta do pensamento e do camaleão recalitrante, pois. Trilha do retrato que busquem de si mesmas e si mesmos. Como no olhar de ver-se no espelho de todos os dias, toda hora. À cata do instigante que nós somos. Bom proveito. Boa leitura.

INTRODUÇÃO: GEOPOLÍTICA A CONTRAPELO

IVALDO LIMA

A palavra geopolítica é uma velha conhecida das Ciências Humanas e se refere à prática estratégica que relaciona espaço e poder, especialmente o poder dos Estados. Desde a sua origem, a geopolítica lembra sobremaneira a guerra devido às rivalidades interestatais. O termo foi criado pelo filósofo Leibniz, ainda no século XVII, e retomado no final do século XIX pelo jurista sueco Rudolf Kjellen. Em seguida, se afirmou um pensamento geopolítico clássico muito forte na primeira metade do século XX, sobretudo a partir da Alemanha, com os trabalhos do geógrafo-general Karl Haushofer, um discípulo, assim como Kjellen, da geografia política do geógrafo Friedrich Ratzel (Lima, 2018, 2024).

Contudo, no final do século passado, outros ventos sopraram na direção desse pensamento, fazendo com que a imaginação geopolítica passasse por uma renovação. De tal modo, aquela geopolítica clássica é revisitada e ganha novas ideias, dando origem a uma perspectiva que a libertou da análise estadocêntrica. Por conseguinte, surge uma geopolítica crítica interessada nas práticas estratégicas de distintos atores sociais em diferentes escalas geográficas, que não abordasse apenas o Estado e as suas forças de repressão, como os exércitos e as polícias. Segundo Nick Megoran, no rastro dessa geopolítica crítica, “a antigeopolítica abordaria esforços de atores não-estatais para se libertarem do que consideram um estado opressivo ou dominação não-estatal internacional” (Megoran, 2013, p. 197). Segundo Stéphane Rosière, a geopolítica crítica é uma escola baseada em paradigmas pósmodernos (ou pós-estruturalistas), focada no estudo de “discursos” e representações. Para ele, a renovação da geopolíti-

ca assim rotulada de geopolítica crítica representa “uma mudança epistemológica completa. Se os fundadores da geopolítica podem ser apresentados como teóricos do imperialismo, os geopolíticos ‘críticos’ tentam analisar os discursos da hegemonia e se apresentar como anti-imperialistas” (Rosière, 2018, p. 92). Acrescentaríamos que a antigeopolítica se volta contra os tipos de opressão que incluem, notadamente, a exploração capitalista da força de trabalho pela classe dominante.

Nesse sentido, as táticas de mobilização e movimentação populares características do ativismo político, tais como protesto público, passeata, boicote, ocupação, piquete, greve, paralisação, panfletagem, guerrilha, grandes manifestações de rua e os denominados “novos” movimentos sociais, começam a fazer parte da imaginação geopolítica crítica. Essa variada movimentação da sociedade passa a ser considerada, em si mesma, uma atitude geopolítica que parte da base para o topo. Para tanto, inventa-se o termo antigeopolítica — uma geopolítica de baixo para cima (Lima, 2013), com o cuidado de evitar a armadilha dualista (*top-down, bottom-up*), ou seja, compreendendo que há múltiplos caminhos e vias, conflitos e atores, estratégias e escalas envolvidos na condução entrecruzada da dinâmica geopolítica em suas marchas e contramarchas.

Numa opinião muito peculiar, Sara Koopman fala de uma “altergeopolítica” que englobaria as perspectivas da geopolítica crítica, da antigeopolítica e da geopolítica feminista para enfocar imaginários geopolíticos criativos que reconheçam práticas alternativas visando à não-violência. A autora ainda recorda que um texto seminal de Anouar Abdel-Malek, sobre a dialética do imperialismo e os movimentos nacionais, escrito em 1977, já apresentaria a palavra antigeopolítica segundo ele, referida a uma abordagem encontrada na Internacional Comunista (Kominintern), e que seria empregada e difundida mais claramente por Gearóid Ó Tuathail, Paul Routledge e Simon Dalby duas décadas adiante (Koopman, 2011). Em que pese a opinião de Koopman (2008) sobre a suposta restrição da antigeopolítica à categoria da resistência como um fim em si, ressaltamos que nossa

concepção de antigeopolítica implica a potência aliada à resistência, forjando uma definição abrangente da resistência como “re-existência” (Lima, 2013). Igualmente, parece lícito afirmar que a origem epistêmica da antigeopolítica se encontra no termo antipolítica, criado por George Konrad, de acordo com Paul Routledge.

Essa antigeopolítica traz consigo um elemento fundamental: a resistência contra as práticas do poder hegemônico, isto é, contra o poder exercido pelos grupos que detêm robustos recursos econômicos, políticos e/ou culturais e os utilizam na produção e manutenção de desigualdades e injustiças sociais. Assim, fica claro que a resistência constitui o núcleo duro da antigeopolítica. A condição espacial da sociedade que resiste é crucial para o entendimento da antigeopolítica, bastando mencionar o estudo de Marco Panchi e colaboradores sobre a Bolívia e o Equador, no qual reconhecem a relação dos sujeitos da luta com o espaço, admitindo que “a cidade como lugar de disputa é fundamental na ação política tanto das juventudes bolivianas como equatorianas” (Panchi et al., 2023, p. 54). Por seu turno, Delphine Prunier nos lembra da importância da dimensão espacial nos estudos dos movimentos sociais que giram em torno da resistência:

Resistências e protestos, frequentemente, são percebidos e estudados desde a sua vertente social, desde a emergência, da constituição e do *modus operandi* do corpo social que os expressa. Mas seria um erro deixar de lado as características espaciais destes movimentos, já que, entre movimentos sociais e espaço surge um desafio analítico, uma tensão epistemológica chave para a geografia social e política. (Prunier, 2020, p. 78)

No âmbito da América Latina, considerando a desafiadora relação entre Estado e regimes democráticos, bem como as persistências e as emergências da sociedade em movimento no século XXI, é possível reconhecer que “numerosos, muito originais e comprometidos movimentos sociais participaram, nos últimos anos, de múltiplos e complexos processos de resistência

e organização política que têm interpelado as instituições e as democracias da região” (Sañudo, García-Corredor e Bohoslavsky, 2023, p. 11). Dentre eles, encontram-se movimentos antirracistas, anticoloniais, feministas e de gênero, além de ativismos contra a exploração da classe trabalhadora e as injustiças territoriais que persistem até hoje. Tais movimentos correspondem a lutas sociais tensionadas, multiformes, heterogêneas e reveladoras da potencialidade de novos sujeitos políticos, especialmente os jovens e as mulheres.

Então, acatamos a ponderação de José Sobreiro Filho e seus colaboradores de pesquisa quando afirmam que

não é possível pensar um câmbio nas relações sociais sem um câmbio na organização espacial. Isso é algo que os movimentos entenderam muito bem e exercitam em suas práticas cotidianas e, ademais, o que levou o âmbito acadêmico, em particular a geografia latino-americana, a problematizar teoricamente a relação entre movimentos sociais e espaço, e a propor ferramentas analíticas para abordá-lo. (Sobreiro Filho et al., 2024, p. 14)

Destarte, a antigeopolítica constitui uma luta por justiça social e territorial; trata-se de um movimento dos grupos contra-hegemônicos, ou seja, um combate contra os tipos de opressão que afetam sobretudo as camadas sociais populares, além de estabelecer uma tensão epistemológica no seio da geografia política. Assim, a antigeopolítica, de acordo com Paul Routledge (2003, p. 237), “pode assumir uma miríade de formas, desde os discursos oposicionistas de dissidentes intelectuais até estratégias e táticas dos movimentos sociais”. E segue o geógrafo definindo antigeopolítica: “As histórias de resistência podem ser caracterizadas como ‘geopolíticas de baixo para cima’ emanando de posições subalternas dentro da sociedade e que desafiam a hegemonia cultural, econômica, política e militar do Estado e de suas elites” (Routledge, 2003, p. 236). Diríamos que se trata da geopolítica a contrapelo, uma prática contra-hegemônica instituinte da relação espaço-poder. Nesse sentido, Richard Peet recorda que

os discursos contra-hegemônicos obtêm seu poder persuasivo fundamentalmente da vontade coletiva dos povos oprimidos, da experiência dos pobres e esquecidos, dos golpes da fome e dos gritos de crianças e enfermos, da perda de respeito pela morte de uma cultura. Os atos de violência que penetram o coração da hegemonia se realizam em nome dos marginalizados despossuídos. (Peet, 2004, p. 37)

A *démarche* epistemológica na qual a antigeopolítica floresce é, sem dúvida, a geopolítica crítica inaugurada de forma mais sistemática por Gearóid Ó Tuathail, em 1996, quando publica a obra *Critical Geopolitics*. “Mas quais são as perspectivas para uma geopolítica crítica agora, um quarto de século depois?”, quais caminhos a seguir, a que tema se dedicar, indagam-se renomados pesquisadores tais como Sara Koopman, Simon Dalby, Nick Megoran, Joan Sharp, Gerry Kearns, Rachael Squire, Alex Jeffrey, Vicki Squire, Gerard Toal (Gearóid Ó Tuathail), no interessante artigo “Critical Geopolitics/critical geopolitics 25 years on” publicado na revista *Political Geography* (Koopman et al., 2021). “A geopolítica crítica evoluiu das suas raízes na crítica pós-estruturalista, feminista e pós-colonial da geopolítica tradicional para um subcampo importante da geografia humana dominante”, segundo Merje Kuus (2017). Por seu turno, a própria geopolítica crítica se insere no escopo mais compreensivo da geografia política crítica, como detalhamos em outra ocasião Lima (2013).

Em 1996, Paul Routledge identificava os seguintes pontos de vinculação entre a perspectiva da geopolítica crítica e os movimentos sociais:

1. A localização dos movimentos sociais dentro de uma polêmica teia de relações de poder/conhecimento; 2. A análise teórica dos movimentos sociais como multiplicidades exploradas através do conceito de terreno de resistência; e 3. Uma identificação crítica com os movimentos sociais que incluiria o privilégio e a compreensão das vozes dos movimentos sociais entendidas a partir das perspectivas dos atores participantes e um

envolvimento crítico com as forças de oposição ao Estado. (Routledge, 1996, p. 509)

Por fim, concebida como uma abordagem eticamente situada, a antigeopolítica refere-se à presença do *Outro* na busca de espaços políticos que não se restrinjam apenas à guerra e à ordem imposta, mas que exijam legitimidade. A atitude antigeopolítica nos convida à reflexão sobre a emancipação e a dignidade humanas. A antigeopolítica vai ao encontro da justiça territorial; ela vai em busca da situação na qual, como resultado da luta de resistência, os espaços opressores são efetivamente eliminados, cedendo lugar aos territórios legítimos e justos. E essa situação de uma vida justa, emancipada, legítima e digna é o que se deseja de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Por isso, a decisão de reunir nesta coletânea os trabalhos de geógrafos dedicados à análise de antigeopolíticas latino-americanas, incluindo uma reflexão teórico-crítica sobre elas, nos pareceu bastante oportuna. Os trabalhos aqui reunidos têm origens muito distintas. Alguns foram apresentados originalmente como dissertações e teses acadêmicas, outros como ensaios inspirados na teoria social crítica que permite uma visão mais arguta sobre a sociedade em movimento na América Latina, ou na Abya Yala ou, ainda, na Améfrica Ladina, para empregarmos, nesta ordem, termos caros à atitude decolonial e às reflexões de Lélia González.

Para tanto, a coletânea foi estruturada em três partes principais, a saber: “Epistemologia da antigeopolítica para a sociedade em movimento” que contém os capítulos mais teórico-metodológicos voltados a uma epistemologia crítica sobre (anti)geopolítica; a segunda “O regional e o local da antigeopolítica dos movimentos sociais” que contempla trabalhos mais específicos sobre o México, o Equador e o Brasil, com abordagens nas escalas da região, como a Amazônia e da cidade, como em Niterói, no Rio de Janeiro; e, por fim, a terceira parte “Resistência e emancipação: gênero, educação, esporte e arte” que acolhe os

trabalhos sobre a imaginação e a resistência antigeopolíticas aplicadas às questões de gênero, ao futebol e ao cinema.

BIBLIOGRAFIA

- Koopman, Sara (2008). El Imperialismo adentro: ¿Pueden las herramientas del amo derribar el Imperio? *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 7(2), 308-334.
- Koopman, Sara (2011). Alter-geopolitics: Other securities are happening. *Geoforum*, 42, 274-284.
- Koopman, Sara; Dalby, Simon; Megoran, Nick; Sharp, Jo; Kearns, Gerry; Squire, Rachael; Jeffrey, Alex; Squire, Vicki e Ó Tuathail, Gearóid (2021). Critical Geopolitics/critical geopolitics 25 years on. *Political Geography*, 90(3).
- Kuus, Merje (2017). *Critical Geopolitics*. Oxford: International Studies.
- Lima, Ivaldo (2013). A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. Rio de Janeiro: *Revista Espaço Aberto*, 3(2), 149-168. <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2013.2120>
- Lima, Ivaldo (2018). A cartografia geopolítica no rastro do geógrafo-general Karl Haushofer. *Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. Nova Série*, 10. <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/3264>
- Lima, Ivaldo (2024). Antigeopolítica. Em Jaime Dresch (org.), *Dicionário Ciência na Escola*. São Carlos: Pedro & João.
- Megoran, Nick (2013). Violence and peace. Em Klaus Doods, Merje Kuus e Joan Sharp (eds.), *The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics*. Farnham: Ashgate.
- Panchi, Marco et al. (2023). Jóvenes, democracia y persistencias políticas ante la crisis latinoamericana Los casos de Ecuador y Bolivia. Em María Fernanda Sañudo et al. (eds.), *Estado, Democracia y Movimientos Sociales: persistencias y emergencias en el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO.
- Peet, Richard (2004). *La maldita trinidad*. Pamplona: Laetoli.

- Prunier, Delphine (2021). Conflictos territoriales y territorios de los conflictos: ¿cómo interactúan los movimientos sociales con el espacio? *Geopolítica(s)*, 12(1), 77-98. Madrid.
- Rosière, Stéphane (2018). Tendências contemporâneas da geografia política e da geopolítica. Em Aldomar Rückert et al. (orgs.), *Geografia política, geopolítica, gestão do território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Letra 1.
- Routledge, Paul (1996). Critical geopolitics and terrains of resistance. *Political Geography*, 15(6-7), 509-531.
- Routledge, Paul (2003). Anti-geopolitics. Em John Agnew et al. (eds.), *A Companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- Sañudo, María Fernanda; García-Corredor, Laura e Bohoslavsky, Ernesto (2023). Prólogo. Las formas de la protesta actual (y de su estudio en pandemia). Em María Fernanda Sañudo et al. (eds.), *Estado, Democracia y Movimientos Sociales: persistencias y emergencias en el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO.
- Sobreiro Filho, José et al. (2024). Introducción. Em Fernanda Valeria Torres (comp.), *Movimientos socioespaciales y socioterritoriales. Estrategias y resistencias en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.

PARTE I

POR UMA EPISTEMOLOGIA CRÍTICA DA ANTIGEOPOLÍTICA

INTRODUÇÃO À PARTE I

Nesta primeira parte, reúnem-se dois capítulos com abordagens sobre a antigeopolítica numa nítida angulação teórico-metodológica que busca situar epistemologicamente a ideia operativa contida na antigeopolítica, explicitando, por um lado, a extensão e a compreensão do termo e, por outro, apontando distintas direções voltadas à aplicação dessa ideia, de tal modo que a leitura dos trabalhos apresentados nas partes subsequentes se torne mais familiar. Em poucas palavras: esta parte da coletânea se presta à discussão introdutória das implicações da antigeopolítica visando às aplicações na realidade latino-americana contemporânea. Vislumbram-se horizontes que orientam a mirada antigeopolítica.



Fonte: Arquivo pessoal. Grafite, Copacabana, Rio de Janeiro. Ivaldo Lima, 2021.

A MIRADA ANTIGEOPOLÍTICA: ORIGEM, ABRANGÊNCIA E SENTIDO¹

IVALDO LIMA

“A geopolítica é filha da geografia.”

Pascal Lorot (1995, p. 7)

Decerto que os movimentos sociais encerram um tema longamente abordado com muita intensidade nas Ciências Sociais latino-americanas. Contudo, a aplicação da imaginação geopolítica crítica à análise da sociedade em movimento nem sempre constituiu a tônica dos trabalhos aplicados. Por isso, nos esforçamos para estabelecer uma epistemologia suficientemente robusta para dar conta da decifração do sentido e do alcance desses movimentos, bem como e principalmente do seu significado geopolítico. Trata-se do preenchimento de uma lacuna teórico-conceitual e da correção de um relaxamento epistêmico, demonstrando a extensão e a compreensão do termo antigeopolítica. No cerne da movimentação da sociedade, estratégias e táticas são mobilizadas com o intuito de transformar o *status quo* no qual os segmentos sociais precariamente inseridos se veem enredados na história, guiados pela expectativa de construir outra ontologia política que transforme a realidade da América Latina a partir de miradas e práticas sociais outras. Assim, a mirada antigeopolítica concebida como uma chave interpretativa capaz de promover a decifração dos movimentos sociais — das práticas

¹ Este capítulo tem origem no artigo “A Geografia e o resgate da Anti-geopolítica”, publicado em *Espaço Aberto*, 2(3), 2013, posteriormente estendido e publicado na coletânea organizada pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense para comemorar os seus 60 anos, em 2024, a quem agradecemos a permissão para reformulá-lo aqui de forma mais expandida.

de resistência e de emancipação —, é o mote deste capítulo que, por sua vez, introduz mais detalhadamente a coletânea e sinaliza o eixo central da obra.

A GEOGRAFIA E O RESGATE DA ANTIGEOPOLÍTICA

A ininterrupta crise da matriz espacial capitalista delineia o percurso das considerações epistemológicas e aplicadas que faremos sobre a geopolítica contemporânea, ressaltado o problema ético intrínseco que nutre essa crise, a saber: as injustiças territoriais geradas e mantidas no e pelo processo de produção do espaço. As brechas, falhas ou fissuras que esgarçam, desconstroem e regeneram essa matriz espacial condicionam a emergência de contrageografias preñes, por seu turno, de potencialidade política o suficiente para robustecer regimes éticos instituintes, ou seja, para dar à luz morais de segunda geração. Nesse esteio, os movimentos sociais assumem uma principalidade na conversão das relações de poder e na produção de contra-espacos que lhe corresponde, isto é, tais movimentos da sociedade civil espacializam o seu potencial ético-político, efetivando assim, a passagem da potência ao ato numa modulação claramente antigeopolítica. Nosso objetivo geral é esclarecer essa principalidade sublinhando o tensionamento que engloba um discurso de justificação e outro de aplicação da geografia política crítica, no exemplo da geopolítica.

As seguintes reflexões do geógrafo Bernat Lladó, nos servem como ponto de partida para escrever sobre geopolítica e, simultaneamente, reverenciar a intelectualidade da professora de geografia política, nossa orientadora de mestrado e de doutorado e amiga Bertha K. Becker. Trata-se de reconhecer os traços de vidas acadêmicas discípulas que Bertha — essa grande formadora de quadros — proporcionou a tantos pesquisadores, dentro e fora da Geografia.

Existem poucos professores com os quais ainda hoje, depois de muitos anos de não assistir suas aulas, inclusive de não os ver, posso dialogar mentalmente com eles. Às vezes, me surpreendo perguntando-me o que diria tal professor ou tal outro sobre esse livro ou sobre aquele artigo, sobre um tema ou sobre uma ideia. O melhor que pode acontecer a um professor é fazer-se presente mediante o diálogo mental ao longo de uma vida discípula. (Lladó, 2013, p. 8)

“A geografia e o resgate da geopolítica”. Esse foi o título escolhido por Bertha Becker para o seu artigo publicado em 1988 na *Revista Brasileira de Geografia* e do qual nos beneficiamos, neste momento, parodiando-o. Naquele ano, o IBGE celebrava o cinquentenário desse periódico, editando dois tomos, sendo o segundo deles reservado às contribuições inéditas dos cinco geógrafos convidados que mais haviam contribuído para a exitosa trajetória da revista. Nele, encontra-se o seminal artigo escrito pela mais proeminente geógrafa política brasileira, única mulher dentre os cinco autores convidados². O texto da professora, como sói ocorrer, continha reflexões magistrais, dentre as quais destacaremos uma que traduz fidedignamente três das mais brilhantes características de Bertha: a) a inteligência fina; b) a percepção arguta; e c) a comunicação cristalina. Características que só fizeram aflorar com grandiloquência o conhecimento científico dessa geógrafa política, registrado em seus artigos e livros.

A reflexão que destacaremos de seu texto: “A nova geopolítica resultará da interação entre dois processos: a reestruturação tecnológica e os novos movimentos sociais”. Em que pese a incontestável relevância do vetor tecnológico na formulação e implementação de renovadas práticas geopolíticas, ressaltamos o segundo vetor apontado pela autora, respaldados na ideia de que os movimentos sociais compõem o núcleo duro do que se denomina, atualmente, de antigeopolítica. Bertha dedicou-se a uma geografia muito atrelada ao papel do Estado e de sua malha téc-

² Além de Bertha Becker, os autores eram: Pedro Geiger, Aziz Ab'Saber, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Speridião Faissol.

nico-política territorial, contudo, não deixou de analisar a malha sociopolítica formada pela atuação de atores sociais contra-hegemônicos, bastando mencionar dois trabalhos do final dos anos 1980.

Por isso, mencionamos o estudo sobre a mobilidade da força de trabalho sulista para Rondônia, em 1985, e o da territorialidade de garimpeiros de Serra Pelada em tensão com a gestão do território da Cia. Vale do Rio do Doce em Carajás (PA) — então, uma empresa estatal — em 1987, dos quais participamos como pesquisador da equipe em trabalho de campo. Ainda assim, aqueles que conhecem mal a obra da geógrafa, ou que não tiveram o privilégio de participar das suas pesquisas de campo na Amazônia, questionam infundadamente a declaração, contida em nosso artigo (Lima, 2013), de que Bertha é “precursora de uma visão antigeopolítica”. Este parece ser o questionamento de Monteiro (2018, p. 110), sobre o caráter precursor de Bertha Becker no que tange à antigeopolítica, que para ele, “no caso da autora em questão, soa um tanto quanto inverossímil”. Como afirmamos, bastaria o conhecimento mais detido do par de estudos mencionado para que ele retificasse o seu “inusitado” questionamento. Por fim, reproduzimos as palavras de Eduardo Karol: “Ivaldo Lima traz à baila em 2013 o texto ‘A Geografia e o resgate da Antigeopolítica’. Nele faz homenagem a Bertha Becker e sistematiza as ideias de ‘uma epistemologia crítica implicada na renovação da geografia política contemporânea’” (Karol, 2019, p. 174).

Nesse sentido, anunciamos o objetivo duplo deste texto, qual seja i) explicitar o relevo da contribuição de Bertha Becker para o avanço da geografia política, em especial devido às análises que nos brindou sobre a geopolítica e ii) apresentar concisamente os aspectos conceituais próprios da antigeopolítica, bem como de seus desdobramentos aplicados. Nossos apontamentos, de caráter francamente sistematizador e didático, giram em torno da questão: quantas são as novas geopolíticas? Ou para empregarmos uma expressão do filósofo Michel Serres, como se reconfiguram, na atualidade, as densidades geopolíticas? Para tan-

to, o capítulo se estrutura em três partes principais. Na primeira parte, abordaremos a interrelação das imaginações geográfica e geopolítica em face da renovação da geografia política e seu novo horizonte como geografia política e geopolítica críticas. Na segunda parte, apresenta-se a leitura atual do conceito e da prática antigeopolítica como prenúncio do resgate da geopolítica acrescida de outros referenciais para o século XXI. Por fim, contamos com uma terceira parte na qual são mencionados alguns exemplos presentes dessa prática antigeopolítica, com ênfase na empiria latino-americana.

OS HORIZONTES EPISTEMOLÓGICOS DA GEOGRAFIA POLÍTICA

Sabemos que muita tinta, muito papel e muito talento já foram gastos para se escrever sobre a geografia política e a geopolítica clássicas e sua crise (Costa, 1992; Claval, 1994; Becker, 1995; Raffestin, 1993 [1980], 1995; Lorot, 1995; Mello, 1999; Taylor, 2000 [1985]; Vesentini, 2000; Agnew, 2002; Chautard, 2009; Szilágyi, 2018). Os célebres nomes de F. Ratzel, R. Kjellen, H. Mackinder, K. Haushofer, A. Mahan, O. Maull, A. Dix, N. Spykman, C. Vallaux, J. Ancel, I. Bowman, V. Vivens, para citar alguns, fazem parte da longa listagem através da qual se deslindam as histórias da geografia política e da geopolítica desde o seu nascimento moderno no final do século XIX até meados do século XX. Dessa evolutiva histórica — sem a menor pretensão de resgatá-la *in totum* —, destacamos o redelineamento do realismo político como o paradigma que, sem margem a dúvidas, orientou a geografia política e a geopolítica clássicas ou tradicionais.

Acerca dessa orientação paradigmática, escreveu Bertha Becker:

Se necessário for definir um paradigma para a Geopolítica desde que se constituiu como disciplina, certamente este seria o de realismo, no campo das relações internacionais. Realismo que pressupõe o Estado como uni-

dade política básica do sistema internacional, cujo atributo principal é o poder. (Becker, 1995, p. 273)

Esse paradigma clássico das relações internacionais se encaixa sem folgas tanto na geopolítica quanto na geografia política tradicionais, denominadas por isso mesmo de “estadocêntricas”, nos termos de Claude Raffestin; autor que se vale da abordagem de Ratzel para evidenciar tal encaixe quando afirma que, para Ratzel, “tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder. [...] Dessa forma, Ratzel introduziu todos os seus ‘herdeiros’ na via de uma geografia política que só levou em consideração o Estado ou os grupos de Estados” (Raffestin, 1993, p. 15). Raffestin resolve tratar de uma geografia do poder justamente por seu descontentamento com uma “geografia política ainda dominada pela geopolítica do Ratzel” (Friedberg *et al.*, 2018, p. 36). E não apenas Ratzel poderia ser mencionado nessa evidenciação da unidimensionalidade do poder, mas o próprio Sir Halford Mackinder, que publica a famosa hipótese geostratégica sobre o poder mundial, com o seu conceito-chave de *heartland*, no ano da morte de Ratzel, em 1904, numa “concepção realista e masculinista do mundo” (Agnew, 2002, p. 83, grifo nosso). Desse encaixe paradigmático, resulta a captura da imaginação geográfica por uma imaginação geopolítica moderna, esta última definida como

um sistema de visualização do mundo com profundas raízes históricas no descobrimento europeu da totalidade do mundo. Trata-se de uma imagem elaborada do mundo e *não* de uma imagem simples e espontânea que nasça de uma mera contemplação do mundo desde o “senso comum”. A imaginação geopolítica moderna, ao ser um sistema de teoria e prática, não existiu nem existe no vácuo. (Agnew, 2005, p. 7, grifo no original)

É justamente essa imaginação geopolítica moderna, ancorada na escala internacional — realista e masculinista —, nascida da experiência euro-americana e projetada mundo afora desde o fim do século XV e início do XVI até o presente, que está pas-

sando pelo crivo de uma revisão epistemológica crítica³, como de resto são revisados os paradigmas da geografia moderna que passa por “um grande debate crítico sobre os rumos do seu pensamento, que hoje se amplia com novas tendências” (Moreira, 2006, p. 9). A imaginação geográfica, concebida como consciência espacial, para empregar os dizeres de David Harvey, experimenta bifurcações, redirecionamentos, regenerações, emergências, enfim, superações criativas. De fato, estão sob avaliação rigorosa as ponderações do renascimento da geopolítica a partir de meados da década de 1970, no plano epistemológico; e as do surgimento de uma nova era geopolítica global, a partir dos anos 1990, no plano prático das relações intra e interestatais. Está em jogo uma espécie de descolonização da imaginação geográfica forçada por uma nova imaginação geopolítica que se empenha na “reumanização do mundo, situando outra vez as pessoas comuns no centro da geopolítica, em vez das ‘forças da natureza’ que afirmava a geopolítica tradicional” (Agnew, 2005, p. XVIII). Trata-se de um empenho na busca de geopolíticas do sentido mais do que uma geopolítica de resultados (Lima, 2005). Outrossim, leva-se a cabo uma descolonização apoiada, em grande medida, nos recentes esforços epistêmicos, como pode ser aquele da perspectiva descolonial (Lima e Freitas, 2022). Nesse contexto, nos diz o geógrafo político:

A situação atual coloca a necessidade de abandonar o compromisso *a priori* com as escalas global e nacional-estatal que em certo modo monopoliza todas as possíveis influências causais na política mundial. [...] O

³ Nossa perspectiva de uma epistemologia crítica se afina com um paradigma de complexidade que se sustenta no contraponto de um paradigma de simplificação, tendo de ficar claro que não se trata de mera contraposição, mas sim de um enlace, um envolvimento no qual a simplificação se transmuta em novo patamar o qual a supera e a eleva sem descartá-la imponderadamente. Um paradigma de complexidade corresponde a um conjunto de contribuições de pensadores contemporâneos, visando à construção de um outro modo de fazer a ciência, visando à busca de novas epistemologias, mais críticas. Nossa referência mais direta extrai-se da obra de Edgar Morin (1994, 1999).

que se necessita é uma imaginação *geográfica* que leve a sério os lugares como cenários da vida humana e que trate de interpretar a política mundial desde o ponto de vista da repercussão que tem no bem-estar material e na identidade dos povos de distintos lugares. (Agnew, 2005, p. 153, grifo no original)

Esse renovado ambiente teórico e empírico conduz autores como C. Raffestin, D. Lopreno e Y. Pasteur ao reconhecimento de uma “pós-geopolítica”, admitindo que se trata menos de um simples *remake* de discursos geopolíticos anteriores, do que “vontades científicas para melhor compreender um mundo em profunda transformação” que justificariam o prefixo “pós” (Raffestin et al., 1995, p. 304). Ainda que esse renascimento ou ressurreição tanto da geografia política como da geopolítica seja um momento epistemológico coroado pelas obras de Yves Lacoste, *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*, de 1976; Paul Claval, *Espaço e poder*, de 1978; e Claude Raffestin, *Por uma geografia do poder*, de 1980, alertamos para o fato de que, no bojo desse movimento, alguns métodos e teorias geopolíticas reapareceram, configurando o reforço de geopolíticas conservadoras, reafirmando-se “geopolíticas neoclássicas” (Murphy et al., 2004 citado em Dahlman, 2012, p. 92), ao mesmo tempo que renovações radicais da imaginação geográfica ocorreram, pavimentando o terreno para o resgate, o reconhecimento e a consolidação de geopolíticas críticas.

No fundo, novos rótulos são propostos no afã de darem conta das tendências que se prenunciam na virada do século XX. Contudo e talvez, os rótulos mais compreensivos, nesta empreitada terminológica, sejam os de geopolítica e geografia política críticas. Decerto, o rótulo crítica, quando adjunto ao termo geografia, indica duas direções: uma epistemológica, fazendo referência às raízes do pensamento geográfico; e outra sociopolítica, implicando uma prática científica orientada à transformação da realidade (Vacárcel, 2008, p. 30). Assim, geografia crítica torna-se expressão familiar aos geógrafos contemporâneos, preocupados com a ampliação dos horizontes da própria disciplina.

Outras expressões, não tão familiares, como metageografia clássica e crítica, também ampliam esses horizontes, quando se entende a metageografia como uma mediação entre uma geoestrutura e suas representações, ou seja, quando a metageografia é concebida como um conjunto de sistemas sêmicos mobilizados para assegurar a representação da geoestrutura, criando-se, desse modo, variados geogramas (Raffestin, 1983, pp. 17-18). Emerge, nesse escopo, a possibilidade de uma nova geografia política.

Nesta nova geografia política de elevado componente crítico, as conexões com a geografia social e cultural são evidentes e se estabelecem em boa medida através de um conceito-chave, o de identidade [...]. O resultado tem sido uma geografia política crítica que, como metodologia, implica uma análise até certo ponto heterodoxa dos fenômenos e fatos geopolíticos em relação a outras perspectivas [mais tradicionais]. [...] Essa geografia política crítica tenta desconstruir os discursos de poder institucionalizados e, portanto, construir novas visões políticas das relações socioespaciais [...]. O desafio da nova geografia política — uma geografia política que recuperou e reconsiderou a fundo o papel da identidade, da cultura e do lugar na construção do espaço social — consiste em oferecer visões da realidade alternativas às do pensamento único dominante. (Nogué, 2006, pp. 211-214)

A geografia política crítica se traduz nos esforços de decifração do mundo contemporâneo, a partir da flexibilização da relação espaço — poder que passa a ser desdobrada em toda sua potencialidade e complexidade, escapando da armadilha do estadocentrismo através da reabilitação crítica de antigas temáticas, da incorporação de temas e questões inéditos e, sobretudo, da atualização do escopo de seu *corpus* teórico. Acresce a esse desdobramento uma reflexão teórica e uma abordagem prática mais ampla sobre a escala geográfica, concebida como uma arena política, que não se restringe, obrigatória e exclusivamente, à escala mundial, promovendo a inserção analítica da escala do corpo (Lima, 2020a, 2023a) e reconhecendo os lugares da geopolítica (Lima, 2016). Em suma, emerge um renovado e muito bem-vindo repertório teórico-metodológico que inclui uma

densa e diversificada geopolítica crítica referente às mais distintas escalas geográficas e a revisitados conceitos espaciais.

Como nos alertou oportunamente Dalby (1991, p. 274),

construir geografias políticas críticas é argumentar que não devemos limitar nossa atenção ao estudo da geografia da política dentro de espaços do senso-comum, tomados como garantidos e pré-dados, mas investigar a política das especificações geográficas do político. Isto é praticar geopolíticas críticas.

Por seu turno, Cairo (2005, p. XII) nos recorda que a “expressão ‘geopolítica crítica’, designando um enfoque particular da disciplina, foi utilizada pela primeira vez na tese doutoral escrita por Ó Tuathail, sob a orientação de John Agnew, e defendida em 1989”. Estamos conscientes de que as abordagens da geopolítica clássica e da geopolítica crítica não se desenham numa linearidade cronológica simplista, mas, ao contrário, se forjam em meio a descontinuidades, argumentações e contra-argumentações que caracterizam um ambiente acadêmico fértil e vivaz. Nunca é demais lembrar que a emergência de uma abordagem geopolítica não implica a completa caducidade da outra, pois sempre haverá interdições. E, como corolário dessa consciência, apontamos alguns traços fundamentais e diferenciadores das duas abordagens. Nessa direção, baseado nas ideias de John Agnew, sobre o estranhamento do familiar, Kuus (2011, p. 525) esclarece que

enquanto os escritos da geopolítica tradicional tentam fazer com que as complexas realidades sociais pareçam familiares encaixando-as em vários modelos, as geopolíticas críticas buscam o oposto. Estas últimas tomam as estruturas do familiar senso-comum, como o sistema de Estados, por exemplo, e as tornam não-familiares, analisando-as como processos histórico-espaciais contestados, contraditórios e complexos.

Registramos, todavia, que o autor da citação acima, mesmo reconhecendo a relevância das geopolíticas críticas, ainda as re-

mete majoritariamente à escala mundial, acompanhando o raciocínio do mesmo John Agnew. Assim, encontramos o seguinte apontamento: “estudar geopolítica é analisar os modos pelos atores políticos entendem e praticam política internacional em termos espaciais — através de concepções espaciais e geográficas de poder, identidade e justiça” (Kuus, 2011, p. 523). Ou ainda, as considerações de Atkinson e Dodds (2000, p. 11): “No cerne das geopolíticas críticas, contudo, está a crença de que as representações geopolíticas da política global merecem séria atenção”. Por isso, seguem as preocupações com análises de discursos, no rastro foucaultiano da tensão formada entre poder e saber (Kuus, 2014). Nesse rastro, os discursos estabelecem regimes de verdade, logo, “eles definem o que conta como verdade, o que se mantém escondido e o que pode ser visto”, determinando quem pode falar revestindo-se de autoridade para tanto; assim, a premissa fundamental da geopolítica crítica, concebida como uma desconstrução textual, é que discurso tem poder (Müller, 2013, p. 54).

Ecoando essas ideias, Kelly (2011, p. 512) adverte que as geopolíticas críticas pós-modernas problematizam as generalizações hegemônicas do “Grande Poder”, operacionalizadas no discurso e na prática, e questionam a “geopolítica [clássica] como uma ferramenta a mais no estabelecimento da dominação”. Já na opinião de Ó Tuathail (1996a, p. 68), “a geopolítica crítica não deve ser entendida como uma teoria geral de geopolítica nem uma negação intelectual autoritária dela”. Segue o autor: “Em contraste à ambição estratégica da geopolítica imperial [...], a geopolítica crítica é uma forma tática de conhecimento” (1996a, p. 68). Arrematamos e enfatizamos, ainda, que levar em conta as escalas geográficas distintas da nacional e da internacional é fundamental para a compreensão das geopolíticas críticas, especialmente, no que tange às antigeopolíticas, como se verá adiante. Nesse arremate, as escalas geográficas são, antes de tudo, arenas políticas nas quais as tensões socioespaciais adquirem visibilidade que pode viabilizar a resolução de conflitos.

Propomos o quadro abaixo, contrastando os traços marcantes da geopolítica tradicional com os da geopolítica crítica, inspirados no trabalho de Ó Tuathail e Dalby (1998) ao qual aditamos os quatro últimos traços contrastantes.

Quadro 1

GEOPOLÍTICA TRADICIONAL	GEOPOLÍTICA CRÍTICA
Soberania nacional	Globalização
Territórios fixos	Fronteiras simbólicas
Burocracia estatal	Redes/Interdependência
Territórios inimigos	Perigos desterritorializados
Blocos geopolíticos	Ambientes virtuais
Cartografia e mapas	Sistema de Informação Geográfica
Binarismos prevalentes	Ambivalências reconhecidas
Masculinismo imposto	Feminismos propostos
Autarquia territorial	Justiça territorial
Lógica da dominação	Lógica das identidades

Fonte: Dodds, 2005, p. 39. Adaptado.

Na concepção de Atkinson e Dodds (2000, p. 11), a “geopolítica crítica deve, então, interrogar a visualização do mundo pelos ‘experts’ geopolíticos, para assegurando que suas pretensões de verdade e de ideias privilegiadas sejam expostas como parciais e subjetivas”.

A geopolítica crítica, no singular ou no plural, apresenta uma “orientação pós-estruturalista, aporta um interesse específico nas análises e na desconstrução dos discursos geopolíticos, deslocando sua atenção prioritária desde os fatos para as suas representações e para as narrativas que pretendem justificar as políticas de poder” (Méndez, 2011, p. 14). Para Painter (2008, p. 65),

“as geopolíticas críticas emergem durante os anos 1990 como um meio de repensar o conceito de geopolítica deslocando-o para além das teorias realistas tradicionais⁴ e da polarizada confrontação política Leste-Oeste da Guerra Fria”. No bojo das geopolíticas críticas, encontrarão acolhimento variados temas outrora marginalizados, enfoques inéditos e tratamentos metodológicos sofisticados, abrindo-se, desse modo, espaço de debate e interação sobre geopolíticas feministas (Sharp, 2003, 2005; Kofman, 2008), verdes (Luke, 2000; Agnew, 2002; Dalby, 2003), espirituais (Ó Tuathail, 2000), populares (Sharp, 2000, Doods, 1998, 2005), geopolítica do inglês (Lacoste, 2005), das religiões (Lacoste, 2003a), das emoções (Moïsi, 2009), das séries de tevê (Moïsi, 2017), da favela (Lima, 2016), *inter alia*.

[A] geopolítica crítica contribui a pensar que todo processo social expressado espacialmente supõe levar em consideração o binômio linguagem-poder, e, com ele, o reconhecimento das diversas representações do mundo que se encontram contidas — cooptação ou omissão — nos espaços que constroem as geografias do poder dominante: principalmente os do Estado-nação.

Muito embora conscientes dessa variedade de geopolíticas críticas e de seus alcances, cerraremos nosso foco nas denominadas antigeopolíticas, recuperando, no escopo deste trabalho, pré-ideias que lhe proporcionaram definições de prestígio acadêmico, bem como as trajetórias históricas e intelectuais que lhe correspondem, especialmente com referência aos movimentos sociais. Routledge (1998a, p. 241) é cristalino ao afirmar que “uma importante área de investigação dentro das geopolíticas críticas é o papel dos movimentos sociais em desafiar o poder do Estado e das instituições internacionais para ativar programas

⁴ Propõe-se uma leitura crítica do realismo político que concebe o Estado como o protagonista incontestado das relações internacionais, reconhecendo inclusive que “o realismo político não pode ser atribuído a uma única escola, que ele não constitui uma doutrina ou uma teoria no sentido estrito, mas sim uma metateoria”. (Portinaro, 2025, p. 15)

políticos e econômicos particulares”. Vejamos mais de perto as definições conceituais e os casos analisados.

A ANTIGEOPOLÍTICA: PERCURSOS DE UMA IDEIA ETICAMENTE SITUADA

Partimos do suposto oferecido por Cairo (2006, p. 20) de que “existem diversas formas de desafio à imaginação geográfica dominante e projetos de imaginar novas contratopografias e territorialidades que reflitam a aspiração a uma reconquista dos espaços nos quais se desenvolvem contrapoderes”. Estaríamos, assim, situados no domínio intelectual e prático do que Sassen (2003) denominou de contrageografias. Esse suposto remete à constatação de que existem circuitos alternativos de ideias às representações e práticas geopolíticas hegemônicas que nos permitiriam aplicar a imaginação geográfica a movimentos dissidentes, quais sejam aqueles construtores de novas espacialidades do político.

Daí, autores contemporâneos renovaram a abordagem temática das dissidências e das resistências em geografia, que se podem traduzir como práticas antigeopolíticas, ao considerarem que, nesse contexto das geografias dissidentes, “todos compartilham compromissos políticos para superar relações de poder e de opressão dominantes” (Blunt e Willis, 2000, p. X). Nessa mesma direção, encontra-se a coletânea organizada por Pile e Keith (1997), abordando os espaços (as geografias) de resistência na contemporaneidade, bem como a precisa análise de Zibechi (2008) sobre a dinâmica intraurbana na América Latina.

Estaríamos, por conseguinte, tratando da problemática dos contra-espços e de suas possibilidades de realização em um mundo tão controverso quanto hegemonicamente regulado, seguindo uma formulação dialógica de causa e efeito entre a controvérsia e a regulação. A antigeopolítica trata da construção de contra-espços como alternativas sociopolíticas criativamente antagônicas à ordem geopolítica dominante. A antigeopolítica

aborda a (des)construção de espaços de resistência, entendida esta última como a prerrogativa social de uma existência distinta da que presentemente experimenta a maioria dos segmentos sociais. A antigeopolítica trabalha com a equação propositiva de que um outro mundo é possível somente quando o mundo do Outro é possível.

Por isso, ressei o seu caráter flagrantemente ético, posto que a ética “é em primeiro lugar, a problemática dos outros”, segundo Roger-Pol Droit (2012). Nesse sentido, é oportuno recordar que o Outro, além de pertencer ao léxico da ética, também é uma categoria político-geográfica, conforme atesta o trabalho de Mountz (2012), o que, por seu turno, nos reconduz à relação criativa entre geografia e ética e, mais especificamente, ao horizonte mais específico da justiça territorial (Lima, 2012). Nosso empenho reside em afirmar uma interface disciplinar, reconhecendo “o giro ético da geografia e, ao mesmo tempo, o giro geográfico da ética” (Pérez-Gañan, 2021, p. 304), o que evidencia a necessidade de territorializar a ética. Trata-se do encontro de uma disciplina filosófica com uma disciplina científica, cuja resultante se poderia designar de geoética.

Segundo Dodds (2005, p. 172), a antigeopolítica nega que “o argumento geopolítico prático das elites nacionais reflita os interesses e desejos de indivíduos e da sociedade civil”. Portanto, trata-se de descolonizar o discurso geopolítico do seu ponto de vista hegemônico, numa busca por novos olhares, ou a ruptura com o “ocularcentrismo” moderno, nas palavras de Ó Tuathail. Outrossim, essa antigeopolítica aporta um modo de deslocar o centro das atenções do Estado territorial para outras formas de entidades políticas como os movimentos sociais, grupos anticoloniais e ativistas antiglobalização, arremata Klaus Dodds. Por esse motivo, recuperamos o que Bertha Becker afirmava, já em 1988, sobre a relação formada entre os movimentos sociais e a nova geopolítica, conforme destacado na apresentação deste texto. Bertha captara a faceta de uma realidade que se configurava e consolidava, sem, contudo, nomeá-la de antigeopolítica, embora disso, efetivamente, se tratasse. Aqui reside um dos as-

pectos que comentamos sobre a inteligência fina dessa geógrafa: a sua percepção arguta.

Apresentamos uma ponderação similar em relação à contribuição de Jacques Lévy quando ele se refere à “desgeopolitização” do mundo, ou seja, ao ofuscamento de uma certa geopolítica e, sobretudo, de uma certa imaginação geopolítica. Seguindo um caminho analítico oposto ao de Bertha Becker, o geógrafo francês emprega a expressão “lógicas antigeopolíticas” para explicar essa “desgeopolitização”, sem, contudo, aprofundá-la ou relacioná-la diretamente aos movimentos sociais, uma vez que o autor se preocupava em assinalar um deslocamento do foco da análise dos grandes blocos geopolíticos para a dinâmica da vida política interna das sociedades, genericamente, como quem contrapõe política externa à política interna (Lévy, 1994, pp. 112-113). De ambas as ponderações, a de Becker e a de Lévy, concluímos preliminarmente que esses autores prenunciam, cada um a seu modo, uma realidade que mais tarde seria teorizada, historiografada e analisada empiricamente sob o preciso rótulo de antigeopolítica. Com esses dois autores e suas ideias, registramos um momento inicial do percurso ainda em desbravamento das antigeopolíticas. Em suma: Bertha Becker identifica e analisa a tendência antigeopolítica, mas não a rotula; anos mais tarde, Jacques Lévy nomeia a tendência sem, contudo, analisá-la.

Seguindo com as definições, atentemos para o que nos diz Paul Routledge sobre a antigeopolítica:

[As] histórias de resistência podem ser caracterizadas como “geopolíticas de baixo para cima” emanando de posições subalternas (i.e. dominadas) dentro da sociedade e que desafiam a hegemonia cultural, econômica, política e militar do Estado e de suas elites. Esses desafios são lutas contra-hegemônicas nas quais se articulam resistência e força coercitiva do Estado — no âmbito da política doméstica e externa [...]. Eles são expressão do que eu denominaria de “antigeopolítica”. (Routledge, 2003, p. 236)

O autor acima retoma os apontamentos do dissidente húngaro George Konrad para sublinhar que o conceito de antigeopolí-

tica consiste numa força cultural, política e ética dentro da sociedade, derivando esse conceito de um outro: a antipolítica. Konrad (1998, p. 283) nos informa que a “antipolítica é o *ethos* da sociedade civil e que a sociedade civil é a antítese da sociedade militar. [...] Assim, a sociedade militar é a realidade e a sociedade civil é a utopia”, complementando que a “antipolítica baseia a política na consciência do medo e da morte. Ela reconhece que nós somos uma espécie homicida e suicida, capaz de conceber inúmeras explicações morais para justificar nossas tendências homicidas e suicidas”. Em síntese, contrapondo uma política do Estado à outra do espírito, o autor húngaro conclui que a antipolítica é uma força moral. A sociedade civil como utopia⁵ é um pressuposto ético de extrema relevância, dada a reconciliação que estimula entre a deontologia e a teleologia, entre o dever e o fim, uma vez que o sentido utópico — o que se deveria fazer —, nos fortalece a humanidade e a nossa luta por direitos, uma luta por territórios condicionados pela justiça e pela felicidade. Portanto, na antipolítica se encontra a origem epistêmica da antigeopolítica.

Jürgen Habermas indica que quando os mananciais utópicos secam, se difunde um deserto de trivialidade e de degradação. Sem sentido utópico as pessoas e as sociedades entram em estado de letargia, se esclerosam. Perder nosso sentido utópico, nossa dimensão utópica, significaria matar nossas raízes éticas, nossos desejos de emancipação, nossas propostas de maior humanidade e de direitos para todos, que são precisamente uma das características fundamentais do ser humano. (Aguirre, 2021, p. 56)

Concebemos a possibilidade efetiva de um horizonte emancipatório de felicidade e justiça que não se restrinja ao estabelecido, ao legal, ao meramente existente, mas que se vincule ao

⁵ Concebemos o termo utopia como equivalente a projeto, como um projeto, isto é, algo plenamente realizável que se lança para frente, objetivando atingir o alvo. A utopia consiste nas ideias e atitudes projetadas, vislumbradas, imaginadas e efetivadas.

vislumbrado, imaginado, desejado, passível de concretização. Por isso insistimos que a antigeopolítica pode e deve ser guiada, em última instância, pela busca da justiça territorial, como *ethos* projetado da sociedade civil, em detrimento de constrangimentos sociais que geram e/ou agudizam a opressão (e os espaços opressores) nas múltiplas faces que ela pode assumir, recorrendo à discriminação que Iris Marion Young nos oferece para tratar a opressão desde o exemplo da exploração, passando pela marginalização, a carência de poder, o imperialismo cultural até aquele da violência, sendo esta última a sua face mais desumana (Young, 1988).

Aqui, abrimos um parêntese para explicitar nossa concepção de justiça territorial que, por sua vez, baliza as considerações sobre antigeopolítica deste capítulo. De saída, ressaltamos que, ao tratarmos da justiça territorial, vislumbramos um sujeito de direitos, territorialmente diferenciados, porém, sistemicamente remetidos uns aos outros, se se deseja pensar eticamente o território, ou seja, se o horizonte ao qual nos remetemos é aquele da justiça territorial (Lima, 2015a). Igualmente, parece lícito conceber a opressão como a figura central da injustiça, isto é, como um dos seus modos de existência. Neste sentido, concebemos a justiça territorial como a situação socioespacial na qual os vetores que promovem espaços opressores são, efetivamente, combatidos e eliminados ou, idealmente, não existem (Lima, 2012, 2014, 2015b, 2020b, 2020c, 2021, 2024a). Fechamos o parêntese.

A antigeopolítica, de acordo com Routledge (2003, p. 237), “pode assumir uma miríade de formas, desde os discursos opoicionistas de dissidentes intelectuais até estratégias e táticas dos movimentos sociais (embora, frequentemente, aqueles caminham lado a lado com estes)”. Historicamente, consoante Routledge (1998b), as antigeopolíticas podem ser tipologizadas como i) coloniais e da Guerra Fria; e ii) da Nova Ordem Mundial e da globalização. Textos canônicos ilustrativos dessa sequenciação histórica são os escritos por E. Saïd, sobre o orientalismo; F. Fanon, sobre a violência; M. Luther King, sobre o rompimento do silêncio; V. Havel, sobre os desempoderados; E. P. Thompson,

sobre a guerra; G. Konrad, sobre a antipolítica; A. Farmanfarmanian, sobre a raça e a sexualidade; e Subcomandante Marcos, sobre os movimentos antiglobalização, todos recompilados por Ó Tuathail et al. (1998). À parte dos textos retrocitados, inúmeros outros surgiram, especialmente a partir dos anos 1990, para abordar casos específicos das resistências da Revolução do Nepal, o caso do zapatismo em Chiapas (Routledge, 1997, 1998a), ou para explicitar o denominado “olho antigeopolítico” presente no trabalho da jornalista Maggie O’Kane sobre a cobertura da guerra na Bósnia, 1992-1993 (Ó Tuathail, 1996b), dentre outros.

A resistência constitui o núcleo duro da antigeopolítica, ou seja, a categoria de análise chave para o entendimento das práticas antigeopolíticas. Resistência que não se deve confundir com quaisquer outras circunstâncias exteriores às relações de poder, mas, antes de tudo, como parte imanente dessas relações mesmas, acatando-se a famosa proposição do filósofo: “Onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. [...] Existem resistências, no plural. [...] Elas são o outro termo das relações de poder” (Foucault, 1999, p. 90). É essa resistência que atua como o contrafluxo que retroalimenta o fluxo próprio do exercício do poder. Logo, não se trata meramente de uma contraofensiva às manobras do polo dominante numa dada relação de poder, mas se trata, isso sim, da contraface do exercício de poder constituído por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas.

Sabemos que, para Foucault, segundo a síntese feita por Revel (2005, pp. 75-76):

A resistência não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. A resistência deve apresentar as mesmas características do poder, tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele, distribuindo-se estrategicamente. As resistências podem, por sua vez, fundar novas relações de poder, tanto quanto novas relações de poder podem, inversamente, suscitar a invenção de novas formas de resistência. Não é, portanto, fundamentalmente contra o poder que nascem as lutas,

mas contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação, num espaço que foi, paradoxalmente, aberto pelas relações de poder.

Nunca seria demais lembrar que essas resistências são desencadeadas e propulsionadas pelos mais diversos vetores sociais, destacando-se, dentre eles, a identidade de um ator ou conjunto de atores sociais em relação a um determinado território, o que levou A. Chauprade (*apud* Huissoud e Gauchon, 2013, p. 30) a falar de “uma ‘libido territorial’ e de uma ‘territorialização das identidades’, nas quais se situa o fundamento da geopolítica”. Diríamos, em acréscimo: nas quais se situa um dos fundamentos da antigeopolítica. Boron (2012, p. 232), ao se referir à atual *geopolítica dos movimentos sociais* (uma denominação extensa para antigeopolítica?) na América Latina, reconhece que “a resistência dos povos — e de alguns governos — tem sido formidável e tem recolhido bastantes resultados”.

Concebida a antigeopolítica como uma abordagem eticamente situada, podem-se identificar pelo menos duas direções de seu desenvolvimento. Uma delas se refere à importância concedida à presença do Outro na cena política e na busca de espaços políticos que não se restrinjam apenas à guerra e à ordem, mas também à legitimidade. Por isso, analisamos criticamente a condição geopolítica das favelas cariocas com base nesses três tipos de espaços políticos: i) o da guerra; ii) o da ordem; e iii) e o da legitimidade, sobejamente alicerçados nos apontamentos de Jacques Lévy, em seu livro *L'Espace Légitime* (Lima, 2016). Portanto, trata-se de romper com a invisibilização dos sujeitos corporificados, reconhecer o *Homo situs*, do qual nos fala Hassan Zaoual, o *Homo geographicus*, dissertado por Robert Sack, ou *l'homme spatial* tratado por Michel Lussault, revendo o mundo social como uma realidade datada e situada, constituída e construída por sujeitos em condição de desfrutar plenamente dos direitos sociais que lhes cabem. A antigeopolítica deve, pois, trabalhar com a noção de reconhecimento⁶ para o desenvolvimento

⁶ Acatamos que a luta pelo reconhecimento implica a mobilização dos

da vida social em suas “esferas de interação por via i) das ligações afetivas; ii) da adjudicação de direitos; e iii) da orientação comum por valores (Honneth, 2011, p. 159). Ainda neste âmbito, admitir a “reciprocidade como uma superação sempre inacabada da dissimetria”, na exigência de haver uma justiça entre os incomparáveis e fazendo com que o reconhecimento recíproco conduza à justiça que é, “quanto ao essencial, essa comparação entre os incomparáveis” (Ricoeur, 2006, pp. 168 e 174).

A outra direção, como sumariza Painter e Jeffrey (2009, p. 217) versa sobre a “[auto]crítica da geopolítica crítica” — e das antigeopolíticas academicamente abordadas — que aponta para o exercício da ética profissional, na medida em que se questionam as condições sob as quais os próprios geógrafos políticos críticos avaliam suas posições de classe, de gênero etc. na feitura de seu trabalho, bem como se esses profissionais não estariam focalizando excessivamente suas análises nos textos e nos discursos, às expensas da materialidade espacial. Devemos sempre recordar que a produção e a aplicação do conhecimento científico têm efeitos colaterais não pretendidos e não antecipados, cujas consequências podem ser nefastas, daí a importância da pergunta ética: quais devem ser as prioridades da investigação científica? Devemos igualmente, como o quer Horacio Capel, assumir que “a geografia também serve para a paz, para a reconciliação, para lograr desenhar alternativas, novos cenários e outros mundos” (citado em Pérez-Gañán, 2021, p. 80). Acrescentaríamos: para promover a justiça territorial.

Então, as antigeopolíticas se inserem na perspectiva de uma geografia da ação, do movimento, contextualizada historicamente, à moda de Yves Lacoste. É lícito reconhecer a contribuição de Lacoste para o renascimento da geografia e da geopolítica

bens sociais em questão, tais como: honra, respeito, estima, louvor, prestígio, *status*, reputação, dignidade, posto, consideração, admiração, valor, distinção, deferência, homenagem, gratidão, glória, fama, celebridade (Walzer, 2003, p. 346). Todas essas palavras contendo um elemento comum, qual seja o reconhecimento favorável. Por isso, podem-se identificar, em contraste, o reconhecimento hostil e o não-reconhecimento ou indiferença.

e lembrar a sua convicção de que “não podemos fazer uma análise geográfica e ainda menos uma análise geopolítica sem se referir à história” (Lacoste, Y. em entrevista a Zanotelli, 2005, p. 97). O eminente geógrafo francês afirma que “o termo ‘geopolítica’, utilizado em nossos dias de múltiplas maneiras, designa na prática tudo que é relacionado às rivalidades pelo poder ou pela influência sobre determinados territórios e suas populações” (Lacoste, 2009, p. 8). Embora o neologismo antigeopolítica não conste do dicionário de geografia elaborado por Lacoste (2003b), tampouco do léxico de geopolítica organizado por Sopples et al. (1988) ou das cem palavras geopolíticas escolhidas por Huisoud e Gauchon (2013), nem do recente *La Geografía en 100 Preguntas*, de Pérez Gañán (2021), a preocupação com a inserção da análise geopolítica numa dinâmica histórica mais ampla, não descarta a plausibilidade do neologismo. De nossa parte, inserimos o verbete antigeopolítica no *Dicionário Ciência na Escola*, reiterando que a antigeopolítica se reporta “à presença do Outro na busca de espaços políticos que não se restrinjam apenas à guerra e à ordem imposta, mas que exijam legitimidade” (Lima, 2024b, p. 15).

A história e a geografia do presente ou do imediato se nos interpõem a digitalização da vida cotidiana, bem como a imposição de uma economia de plataforma, pela qual os algoritmos assumem uma centralidade impressionante, sem que essa história e essa geografia, todavia, se eximam de falhas, brechas ou fissuras, como ressaltamos em outro lugar:

Daí nosso interesse em identificar empiricamente novos sujeitos aí implicados, como os/as trabalhadores/as urbanos/as vinculados/as aos serviços de entrega em domicílio — doravante denominados/as ciclotrabalhadores — que constituem aquilo que Jessé Souza categoriza como “batalhadores”, com seu discurso próprio e seus projetos políticos antifascistas em meio ao horizonte de conflito estrutural de poder tensionado entre capital e trabalho. O movimento social liderado pelos entregadores de São Paulo encerra uma antigeopolítica da cidade informacional que se reinventa na busca da gestão democrática do território, na luta pela dignidade do ter-

ritoriante⁷, no combate à algoritmização da vida cotidiana, na repulsa ao tecnosolucionismo hegemônico. (Lima, 2022)

A ANTIGEOPOLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: APONTAMENTOS EMPÍRICOS

Do exposto até aqui, repercutimos a pergunta de Preciado e Uc (2012, p. 78): “Quais são os novos desafios que enfrentam os movimentos sociais [latino-americanos] para construir novas geografias do poder alternativas às dos Estados e às do capital transnacional?”. Necessitamos ir além do vício inventariante desatento aos avanços epistemológicos, como se verifica no trabalho meramente descritivo de Beatriz Pontes (2015). Nesse inciso, destacamos mais a relevância de emergências que atualizam os movimentos sociais do que a validade de rótulos e descrição de fatos, no exemplo de “novos movimentos sociais”, considerando que essa expressão já requisita uma problematização, dada a complexidade de atores, ações, processos e escalas que transversalizam e protagonizam tais movimentos.

Segundo Jaime Preciado e Pablo Uc, os movimentos sociais representam um esforço na ampliação da autonomia de sujeitos e de suas ações na realidade contemporânea da América Latina,

[o]s contra-espços buscam reincorporar o imaginário do nacional mediante novas iniciativas constitucionais de descentralização territorial que

⁷ Segundo Muñoz (2010), os territoriantes constituem as populações que, graças à mudança de escala dos transportes e das telecomunicações, podem desenvolver diferentes atividades em pontos diversos do território de forma cotidiana. “O territorialiante estabelece sua relação com o espaço metropolitano a partir de um critério de mobilidade — os lugares onde desenvolve atividades — mais que a partir de um critério de densidade — o lugar que estatisticamente o fixa ao espaço segundo onde se localize sua residência principal”. Deduz-se facilmente que os entregadores de aplicativos, mais do que habitantes, são territoriantes da metrópole.

enunciam o reconhecimento de formas diversas de autonomia (Bolívia, Equador, México, Colômbia etc.). (Preciado e Uc, 2012, p. 82)

Destarte, Preciado e Uc (2012, p. 86-88) identificam três tendências atuais na relação Estado / movimentos sociais na América Latina, a saber:

- ♦ *Tendência convergente e capacidade de negociação e pacto.* Mencionam-se os casos da Bolívia, Equador, e, em menor medida, Venezuela.
- ♦ *Tendência de convergência baixa, conflituosidade ativa com espaços específicos de negociação e alta capacidade de cooperação por parte do Estado.* Mencionam-se os casos do Brasil e da Argentina.
- ♦ *Tendência de convergência nula, conflituosidade permanente e estratégias violentas de submissão.* Mencionam-se os casos do México e da Colômbia.

Igualmente, Boron (2012, pp. 190-191), baseado em autores como Raúl Zibechi, sistematiza uma série de traços em comum que compartilham os atuais movimentos sociais latino-americanos, a saber: a) a base territorial; b) a autonomia dos movimentos; c) a revalorização da identidade e da cultura dos povos e dos diversos sujeitos sociais; d) a capacidade para formar seus próprios intelectuais; e) o novo papel social das mulheres; f) a reorganização do trabalho; e g) a apelação a novas formas de luta. Esses traços sinalizam e confirmam as tendências de reestruturação dos movimentos sociais na América Latina.

Dessas tendências, podemos partir para uma seleção de casos a serem comentados mais detidamente. Embora seja vasta a bibliografia que contempla a análise dos movimentos sociais na América Latina, no que diz respeito à perspectiva de análise antigeopolítica, destacaremos o conjunto da obra do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, afinado com a epistemologia crítica de um pensamento descolonial, como em Porto-Gonçalves (2001, 2002, 2004, 2006) e sinalizaremos as dissertações de mestrado de duas geógrafas, a brasileira Manuela Monarcha Silveira

(2011), com sua análise sobre o Equador, e a mexicana Valeria Pérez-Gil (2011), com sua investigação científica sobre o Estado de Oaxaca, no México. Ambas as geógrafas desenvolveram seus trabalhos investigativos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, POSGEO/UFF, sob a nossa orientação. Exemplificaremos a aplicação do conceito de antigeopolítica em outros trabalhos acadêmicos da geografia brasileira, dentre os quais, destacam-se as teses de doutoramento de Rodrigo Pina e Frederico Irias. Os exemplos seguem com as dissertações de mestrado de Felipe Werminghoff e Guilherme Pereira Meirelles. Frederico, Rodrigo e Felipe também realizaram suas investigações científicas no POSGEO/UFF, sob a nossa orientação, enquanto Guilherme o fez na PUC-Rio, sob a orientação da Prof.^a Rejane Rodrigues. Destarte, recorreremos a nossa própria produção científica, nos exemplos de trabalhos nos quais desdobramos as considerações iniciais de nossa publicação na *Revista Espaço Aberto* do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGG/UFRJ, editada em 2013.

Segundo Porto-Gonçalves e Quental (2013, p. 180-81), na América Latina,

[h]á uma tensão territorial de novo tipo em curso e já não se trata mais do territorial confundido com a escala do Estado(uni)nacional. [...] Observemos que os movimentos camponeses e indígenas [...] passam a ter um papel relevante, sobretudo a partir de 1990-1992-1994, atualizando uma história de longa duração e trazendo outras questões para o debate contemporâneo. Não é sem sentido que politizam o conceito de território, haja vista que o momento primeiro do sistema-mundo moderno-colonial foi justamente a invasão de seus territórios, sua (des)territorialização.

Claro está, que situações várias poderiam ser aqui expostas para ilustrar as práticas antigeopolíticas latino-americanas, bastando citar o caso dos zapatistas em Chiapas, em seus trinta anos de atuação. Tendo-se em conta, para tanto, que o texto do próprio Subcomandante Marcos integra a coletânea de Ó Tua-

thail (1998), na seção dedicada à antigeopolítica e, principalmente, o fato de se tratar de uma movimento social com forte ancoragem territorial, um movimento contrário às políticas neoliberais em curso naquele país, cujos rebeldes zapatista souberam usar o território para construir uma sólida resistência, fazendo com que o território zapatista se entrelaçasse com a divisão política formal do território mexicano (Addor, 2014). Porém, insistiremos nos exemplos dos trabalhos das duas geógrafas mencionadas.

A análise crítica de Porto-Gonçalves acerca dos movimentos sociais e dos territorialismos na América Latina inspirou, por seu turno, as investigações científicas de duas jovens geógrafas, em suas dissertações de mestrado em ordenamento territorial e ambiental no POSGEO/UFF, por nós orientadas: Valeria Pérez Gil e Manuela Monarcha Murad da Silveira. Valeria Pérez Gil procede a uma análise minuciosa sobre a realidade mexicana na região do Istmo de Tehuantepec, no estado de Oaxaca. Pérez Gil aprofunda uma investigação sobre a tensão entre múltiplas territorialidades presentes na região do Istmo, envolvendo camponeses, pescadores, indígenas, empresas energéticas, organizações sociais e agentes do governo. Para esta autora:

Essa tensão, representada por conflitos territoriais, se deve à divergência dos diferentes interesses territoriais que existem entre os grupos de agentes, atores e sujeitos que interatuam na região ante à nova presença dos parques eólicos de empresas estrangeiras, as quais oferecem o discurso do “desenvolvimento” através do manejo de “energias renováveis”, como a energia eólica, convertendo o Istmo de Tehuantepec em uma região estratégica para o capital. (Pérez Gil, 2011, p. 3)

A análise crítica do confronto de discursos — hegemônicos e contra-hegemônicos — bem como das práticas estratégicas que incidem em Oaxaca, conduz Pérez Gil à conclusão de que a complexidade territorial produz resistências ancoradas no reconhecimento multicultural e pluriétnico do estado mexicano com a maior proporção de população originariamente indígena,

levando-se em consideração os usos e costumes dessa população, ou seja, a sua comunalidade, que inclui o direito ao território e a promoção da justiça territorial. A autora trata, com efeito, de movimentos de resistência que reivindicam contra-espacos, através de mecanismos que reforcem a cultura regional, como as festas *Las Velas*. Insinua-se um contradiscurso calcado em horizontalidades que permitiriam às comunidades oxaquenhãs o direito de continuarem (re)existindo.

O exemplo estudado por Pérez Gil coaduna com a perspectiva epistemológica crítica das antigeopolíticas da qual tratávamos há pouco. A autora buscou decifrar as estratégias e táticas sociais que se expressam na luta pelo direito ao território e que promovem contrageografias em face da pressão política exercida pelo Estado mexicano e pelas empresas estrangeiras, especialmente no contexto do Plano Puebla-Panamá, que atinge a estratégica região do Istmo. Ainda que a autora, à época, falasse de um futuro incerto e desolador para as populações de Oaxaca, nada nos impede de pensar nas marchas e contramarchas do tempo-espaço e suas emergências sistêmicas, isto é, em renovar as possibilidades existenciais.

Outro exemplo de práticas antigeopolíticas na América Latina nos é trazido à baila por Silveira (2011). A autora parte de uma perspectiva descolonial para proceder a uma leitura crítica sobre o padrão moderno-colonial que funda o ordenamento territorial do Equador. À imposição da malha territorial estatal equatoriana, Manuela Silveira contrarresta a perspectiva territorial do movimento indígena equatoriano, analisando suas estratégias de resistência e suas propostas para a refundação do Estado. Trata-se de uma análise do território estatal em processo e as tensões provocadas entre territorialidades de um Estado pluri-nacional.

Segundo Silveira (2011, p. 154), trata-se do

início de um novo ciclo do movimento indígena equatoriano que — a partir do qual a luta pela igualdade se alia à luta pelo direito à diferença (aqui incluídas as consequências territoriais e políticas dessa associação)

— deita raízes em processos históricos de longa duração, relacionados às inúmeras ações de resistência empreendidas desde tempos da colonização para a manutenção e a defesa de sua forma de vida ancestral.

A autora dirige uma análise crítica ao não reconhecimento estatal da autodeterminação dos povos indígenas equatorianos, de sua filosofia ancestral do *Buen Vivir*, base para a instauração de um novo modelo civilizatório. Embora a autora reconheça que a plurinacionalidade e as demais reivindicações indígenas enfrentem muitos e fortes óbices, elas devem permanecer como um horizonte a ser buscado, a servir de guia para as ações. Destacamos que, como no caso da análise de Pérez-Gil, encerra-se aqui também uma abordagem crítica das práticas antigeopolíticas de amplos segmentos sociais subalternizados em sua busca por espaços legítimos.

Frederico Duarte Irias realizou instigante trabalho investigativo em sua tese doutoral, versando sobre os movimentos sociais atrelados aos sujeitos sociais atingidos pela construção de barragens na Amazônia. Mais especificamente, o autor abordou o complexo hidrelétrico e hidroviário do rio Madeira, no Estado de Rondônia. Na tese, analisam-se os discursos e práticas geoestratégicas que conformam a integração transnacional sul-americana por meio da construção de grandes barragens. A antigeopolítica transparece em toda a análise feita por Frederico na exata medida em que ele escrutina os “meandros políticos” do Complexo Madeira, atentando para as resistências e movimentos emancipatórios dos sujeitos sociais, especialmente, aqueles vinculados ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Elabora-se um mapa cognitivo dos principais interesses — numa perspectiva interinstitucional e transescalar, nos exemplos da IIRSA e da UNASUR —, concretizados no Complexo Madeirano. Em decorrência dessa análise, o autor conclui:

Ressaltar o MAB como movimento social de dimensão nacional diante dos principais conflitos sociopolíticos presentes no Complexo Madeirano nos permite, então, trabalhar o potencial antigeopolítico ligado às terri-

torialidades presentes na área de abrangência deste megaprojeto, assim como o teor geopolítico associado às diferentes perspectivas de integração tensionadas pelas contradições desse processo. É intenso o processo de des-ativação de territorialidades e de escalas de poder no Complexo Madeira, as reivindicações do MAB nos servem de aporte para traçarmos o mapeamento dos conflitos sociopolíticos. Acreditamos, portanto, que os rostos contra-hegemônicos possam ser elucidados a partir da atuação do MAB e da noção de “atingidos” que vai se tornando cada vez mais complexa e reivindicativa a partir da consolidação dos grandes projetos. (Irias, 2015, p. 94)

Rodrigo Pina de Sousa após ter discutido, com exemplar rigor acadêmico, o código geopolítico dos Estados Unidos no subcontinente latino-americano (Pina, 2014), dedicou-se a uma tese doutoral irrepreensível sobre o ambivalente caso da base militar estadunidense de Manta, localizada no Equador. O geógrafo deteve-se em discussões cruciais sobre o imperialismo como movimento histórico ainda presente na América Latina, bem como acerca da imperialidade do poder como geografia. De 1999 a 2009, a cidade de Manta abrigou uma das maiores e mais bem equipadas bases militares estadunidenses na América Latina: a base militar Eloy Alfaro. Em contraposição, a mesma cidade que possuía essa presença militar estadunidense alocada na FOL (*Forward Operating Location*) de Manta, foi aquela que se tornou temporariamente símbolo mundial da resistência contra a militarização imperialista e seus efeitos perversos. Juntos, tínhamos avançado a análise sobre os efeitos da militarização em rede guiada pelo código geopolítico da prevenção praticado pelos EE.UU. (Lima e Pina, 2013). Segundo o autor:

O caso de Manta evidencia que forças antigeopolíticas de resistência possuem forte capacidade de criar brechas e alternativas para uma realidade desmilitarizada. Considerando que a luta contra a militarização promovida a partir de Manta foi determinante para a não permanência militar dos Estados Unidos no Equador, é possível ratificar que as práticas antigeopolíticas de resistência protagonizadas por movimentos de cunho anti-impe-

rialista são capazes de criar fissuras na territorialização militar conduzida pelos Estados Unidos na América Latina. (Pina, 2017, p. 167)

Baseado na análise das ações da sociedade local de Manta, voltadas à desativação da base militar em questão, Rodrigo Pina concluiu que a territorialização militar em rede encontra-se sempre apta à expansão e ao controle de novas posições estratégicas, ao passo que, contraditoriamente, quaisquer de seus pontos podem ser desativados, como fora o caso da aniquilação do poder de controle do Comando Sul dos Estados Unidos em Manta. Isso devido à força emancipatória de outro processo de territorialização, de baixo para cima, como novas territorialidades que encerravam projeções antigeopolíticas efetivas. Esse trabalho evidencia claramente a exigência do giro epistêmico pelo qual a geografia política crítica vem passando e da aplicação dos aportes teórico-metodológicos que ele traz consigo. A brilhante condução da tese doutoral em foco, no sentido tanto de sua originalidade quanto de sua capacidade explanatória, de seu método de investigação quanto o de exposição, atesta a pertinência da epistemologia crítica aqui abordada, em especial, no que tange à decifração das geopolíticas contemporâneas.

Transcorrida uma década após a (des)ativação da base militar de Manta, nós mesmos retomamos a análise dessa complexa especificação geo-histórica da relação formada entre espaço e poder (Lima, 2020d). Nossa questão central girava em torno da controversa ativação e desativação da referida base militar, isto é, da tensão antigeopolítica entre a presença militar estadunidense no Equador, a atuação local de movimentos contestatórios e a política externa de um governo nacional conservador. Assim, estabelecemos como objetivo geral escrutinar o significado geoestratégico e geopolítico da presença militar estadunidense no Equador em face dos desdobramentos antigeopolíticos por ela provocados.

Naquele trabalho, empregamos a expressão pegada imperial para designar o contexto mais amplo no qual situamos essa controversa ativação / desativação de uma unidade militar estran-

geira⁸. Cogitávamos uma noção análoga àquela de pegada ecológica⁹ que, em seu escopo descritivo e analítico, permita avaliar a pressão geopolítica diferencial de determinados Estados, comparando-se a distribuição espacial, o alcance geoestratégico e a eficácia bélica dos sítios militares desses Estados, para além de suas fronteiras nacionais. Assim, se vislumbriaria a pegada geopolítica de tais Estados, expressa na configuração das posições estratégicas internacionais que eles necessitam para a garantia de sua segurança nacional. É notório o fato de os Estados Unidos manterem sítios militares espalhados pelo mundo que podem chegar a 1.000 unidades, equivalentes a mais de 350.000 soldados em cerca de 130 países, a depender das relações geoestratégicas que se interponham entre a potência norte-americana e os demais países.

Com a justificação da “cooperação” e do humanitarismo, forças militares estadunidenses retornam ao Equador depois de uma década de haverem sido expulsas de lá. Esta renovada presença, não apenas reativa a missão da Base de Manta (1999-2009), como também aciona uma nova fase de ingerência militar no País. Esta nova fase, por sua vez, se materializou, em 2 de agosto de 2018, com a abertura de um Escritório de Cooperação de Segurança (OCS) entre ambos Estados, com vistas a satisfazer os interesses imperialistas estadunidenses na América Latina, e garantir a pegada imperial da grande potência. Daí, nossas indagações: a renovada presença dos EE.UU. em Manta estaria reaquecendo a geopolítica na América Latina? Então, o que pode a antigeopolítica, afinal? Acompanhando as ponderações de Pereira (2016), seria adequada ou pertinente a leitura de uma

⁸ Originalmente, propusemos a expressão “pegada imperial” no Prefácio do livro sobre o código geopolítico dos Estados Unidos, escrito por Rodrigo Pina (2014).

⁹ A noção de pegada ecológica é usada como metodologia para comparar diferentes padrões de consumo e verificar se eles estão dentro da capacidade ecológica do planeta; ela serve como instrumento para se medir a pressão diferencial exercida por determinadas sociedades sobre o suporte ecológico.

contraofensiva imperialista estadunidense na América Latina? Essas inquietações nos permitiram concluir que:

Talvez tenha razão Atilio Boron (2012) quando se refere às bases estrangeiras na América Latina como uma “contagem provisória e uma ameaça infinita”. Atualmente, a antigeopolítica latino-americana parece ser a única opção de enfrentamento do imperialismo estadunidense e, quem sabe, o meio legítimo de lograr a justiça territorial no continente. Estaríamos diante do dilema que contrapõe uma geopolítica da promoção de resultados — com seu viés hegemônico — a uma geopolítica da busca de sentido — com seu viés contra-hegemônico —, como alertamos há muito (Lima, 2005), isto é, estaríamos diante da exigência de redesenhar o horizonte geopolítico latino-americano numa perspectiva emancipatória. (Lima, 2020d)

Felipe Nascimento Werminghoff dedicou-se à problemática dos movimentos sociais brasileiros, no exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto — MTST. O autor realizou uma magistral dissertação de mestrado na qual destacava a luta por justiça territorial em Niterói. Concebeu o MTST como uma unidade ativa que encerrava uma antigeopolítica em sua práxis. Trata-se, claramente, de um trabalho de geografia política da cidade, realizado numa perspectiva pós-estruturalista, ancorada nas Epistemologias do Sul. O direito à cidade está posto em sua principalidade, mas, desta feita, complementado pela teleologia de uma cidade justa e decente. Várias perguntas dirigiram a pesquisa: como o MTST se organiza em Niterói? Quem são os sujeitos que compõem o corpo dessa unidade ativa? Quais são as principais estratégias adotadas pelo movimento na luta pelo direito à morada nos territórios niteroienses? No âmbito estratégico, quais os critérios decisivos de escolha para a realização das ocupações? Tais perguntas robusteciam a questão central: como o direito à cidade justa é negado em Niterói. Em sua empreitada, o autor chega à conclusão:

Indo além da luta pela morada, o movimento sustenta valores éticos como a solidariedade, a empatia e a disciplina em busca da justiça territorial e de uma sociedade decente, livre das humilhações estruturais e cotidianas de uma cidade injusta. Injustiça territorial essa que se expressa por meio das desigualdades sociais, do racismo ambiental e do déficit habitacional existentes em Niterói. Os Sem-teto do MTST em Niterói — dotado de um corpo político majoritariamente feminino, negro, periférico e com expressiva participação de pessoas com mais de 50 anos e evangélicas — almejam o seu reconhecimento como sujeitos e a efetivação de direitos sociais, políticos e econômicos. [...] O MTST traz vida às ruas do Sapê, do Largo da Batalha e de Niterói em si, nos mostrando ser possível e necessário apostar em uma antigeopolítica incumbida da problemática do *outro*. (Werminghoff, 2020, p. 152)

Outra dissertação de mestrado bastante interessante, e que abordava a antigeopolítica, foi aquela desenvolvida por Guilherme Pereira Meirelles. Desta feita, o autor vincula a geopolítica à prática esportiva, tratando, com efeito, de uma antigeopolítica do futebol, atrelando-a, por seu turno, à educação geográfica. Guilherme analisa a relação estabelecida entre o futebol e a geopolítica buscando identificar a existência ou as possibilidades para tal de correntes epistemológicas específicas, como a antigeopolítica, e seus contributos para a construção de conhecimentos geográficos poderosos, um tipo de conhecimento que busca tornar os alunos agentes transformadores de suas realidades sociais. Para tanto, o autor analisou eventos do mundo do futebol a partir dos quais fosse possível apontar a relação entre futebol e antigeopolítica, analisando o conteúdo de livros didáticos para discutir a importância da inserção de abordagens como a antigeopolítica.

Assim, Guilherme traçou como objetivo geral avaliar a utilização do futebol como ferramenta para a compreensão da antigeopolítica e, a partir desta perspectiva, promover a construção de conhecimentos poderosos. Por fim, ele chegou à conclusão de que a análise dos resultados da atividade aponta que a utilização do futebol pode favorecer “o engajamento dos alunos, con-

tribuir para a compreensão do conceito de antigeopolítica e para a construção de um conhecimento apoiado em leituras antigeopolíticas que lhes permitam vislumbrar outras possibilidades de interpretação e de intervenção no real” (Meirelles, 2020a, p. v). Em artigo científico publicado, o autor declara:

Destacamos aqui algumas questões no que tange à utilização do futebol, em uma leitura antigeopolítica do mundo, ao longo da atividade. Mais do que apresentarmos as potencialidades que tanto o futebol quanto a antigeopolítica oferecem à educação geográfica, buscamos com a realização da atividade apontar caminhos para outras formas de se educar geograficamente, aqui pautadas na perspectiva da aprendizagem significativa e do conhecimento poderoso. O olhar antigeopolítico lançado sobre o futebol, ao privilegiar outros atores, escalas e discursos na análise da política se constitui como um grande potencial da abordagem geopolítica, tanto pela academia quanto pela geografia escolar, uma vez que promove um olhar pouco privilegiado perante a realidade, capacitando os alunos a se envolverem em discussões socialmente relevantes. (Meirelles, 2022b, p. 12)

De nossa parte, em trabalhos recentes, procuramos discutir a antigeopolítica com base em exemplos empíricos da realidade brasileira. Um desses trabalhos trata da questão dos ciclotrabalhadores e a luta antifascista que ensejam. Ali, nossa questão central remetia-se à tensão entre a algoritmização da vida cotidiana na metrópole, a precarização do mundo do trabalho platformizado e os movimentos sociais decorrentes. Nosso objetivo geral consistia em identificar a antigeopolítica dos movimentos sociais desafiadores da economia de plataforma que lhes oprime. A chamada economia de plataforma apresenta-se como umas das faces do processo de globalização e se concretiza na expansão desigual do meio técnico-científico informacional, sendo o processo de “uberização” do trabalho e do próprio território uma das suas manifestações mais contemporâneas. A platformização da economia urbana intenta neutralizar as principais táticas da mobilização de trabalhadores: piquetes, panfletagem e passeatas são inviabilizados numa economia al-

goritimizada que privilegia a flexibilidade e ideologiza a relação entre empregado e empregador. Estaríamos diante de um urbanismo empresarial, de uma “transformação adaptativa das novas formas neoliberais de organizar a vida” (Sequera e Gil, 2023, p. 15). Estamos imersos numa realidade renovada a cada dia pela plataformização impositiva, haja vista que “o uso corporativo do território por empresas hegemônicas da economia digital ganha contornos técnicos e políticos específicos, que em parte explicam a eficácia de suas ações” justifica a expressão “uso algorítmico do território” (Venceslau, 2023, p. 235).

Para tanto, elegemos a geografia política crítica como escopo epistêmico, nomeadamente, por meio da antigeopolítica, como uma entrada de leitura dos movimentos sociais urbanos, uma espécie de chave analítica para a sua decifração. Como ressaltamos, a geografia política crítica, como parte de uma metodologia teórica, implica uma análise até certo ponto heterodoxa dos fenômenos e fatos geopolíticos em relação a outras perspectivas mais tradicionais. Essa geografia política crítica tenta desconstruir os discursos de poder institucionalizados e, portanto, construir novas visões políticas das relações socioespaciais. O exemplo de batalhador¹⁰ em movimento social que referimos é Paulo Roberto da Silva Lima (codinome Galo de Luta ou Paulo Galo). Em março de 2020, Galo criou o movimento “Entregadores Antifascistas”. Com o “Breque dos Apps”, a mediação algorítmica é desafiada. O entregador também lançou uma petição *on-line*, que já conta com mais de 380 mil assinaturas, passou a denunciar as condições que enfrentava e, conseqüentemente, iniciou um movimento antigeopolítico.

Galo declarou que “não tem discurso bonito que vai ganhar da realidade. [...] Não tem discurso bonito que vai conseguir

¹⁰ Emerge uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial, que se situa entre a “ralé” e as classes média e alta. Nova classe trabalhadora brasileira que é “nova” posto que resultado de mudanças sociais profundas que acompanharam a instauração de uma nova forma de capitalismo no Brasil e no mundo. Batalhadores brasileiros: uma nova classe de trabalhadores (Souza, 2010, p. 26).

convencer os entregadores, é a própria realidade. [...] Não é o discurso do galo que vai convencer o cara [o entregador], é a realidade dele” (Galo, 2021). Essa declaração revela a consciência de um ativismo que deve contar com o discurso associado à experiência, em que a fala e o corpo que fala são legítimos recursos da luta social, como se nota na passagem: “Aí fui atrás das *bikes* [ciclotrabalhadores de bicicleta]. E na *bike* o discurso pega. Na *bike* não dá para parecer, parça. Você está suando, irmão. Está pedalando” (Galo, 2021). E segue o ativista: “O meu discurso no primeiro vídeo diz assim: ‘Você sabe como é difícil carregar comida nas costas de barriga vazia?’” (Galo, 2021). Logo se nota que a luta engendrada pelo batalhador Paulo Galo é contra a extração insidiosa da mais valia dessa força de trabalho, isto é, a luta constitui uma antigeopolítica contestando a circulação do capital variável que oprime o ciclotrabalhador por meio da exploração e da subalternização algoritmizada.

O horizonte da justiça territorial parece se interpor nessa luta, na medida em que se trata de um movimento em prol de uma cidade inclusiva na qual o trabalho digno seja possível. Sugerimos que essa luta corresponde ao movimento social que, por seu turno, encerra o âmago de uma antigeopolítica dos corpos sensíveis. Aqui recorremos a Foucault para encarmos o corpo individual como “um grão unitário da sociedade, o lugar de marcação dos signos do poder disciplinar” (Queiroz, 1999, p. 83). Entendemos que uma espectropia urbana é desafiada por essa antigeopolítica, na medida em que imagens da cidade projetadas sobre si mesma trazem em seu bojo os códigos sociais da dominação política e da exploração econômica, além da simulação cultural que se devem desconstruir. De acordo com Fernández (2022), as cidades vêm se “espectralizando”, ou seja, adquirindo uma condensação espectral, uma vez que são impostos espectros ou espectropias, “como uma presença indecifrável de uma marca simbólica na cidade, vivida como experiência coletiva”, seguindo o raciocínio do colombiano Armando Silva. Por isso, ressaltamos:

Para Erick Felinto, falha — em inglês *fail* ou *glitch* — é termo vinculado ao imaginário das redes, de uma fusão estranha e (permanentemente) inacabada entre antigo e novo, sagrado e profano, liberdade e controle. Do ponto de vista da geografia política, entendemos que as falhas ativam o contramovimento; elas em si mesmas são um contramovimento. Todavia é necessária uma pedagogia política que nos conduza à apropriação legítima desse contramovimento — dessas falhas —, que nos permita elaborar contradiscursos e construir contra-espacos e, desse modo, descolonizar a imaginação algorítmica a fim de estruturarmos a luta assentada nas inteligências cidadãs. (Lima, 2022)

CODA

As geopolíticas críticas representam um enorme potencial de ampliação epistêmica e de construção do conhecimento político-geográfico empírico, bem como fortalecem os objetivos ético-políticos da educação geográfica. As densidades e variedades geopolíticas do mundo contemporâneo nos instigam à decifração de tensões, contradições, conflitos e enfrentamentos inerentes à produção do espaço. Nessa empreitada, a perspectiva das antigeopolíticas parece indicar um caminho seguro, do ponto de vista teórico-metodológico, para a consecução de análises geográficas consistentes e condizentes com o horizonte da justiça territorial, portanto, eticamente balizadas.

Inobstante, advoga-se a legitimidade das contrageografias do poder. Pensar uma contrageografia do poder é vislumbrar geopolíticas críticas e alternativas, ou, quem sabe, críticas porque alternativas. Nessa criativa imaginação geopolítica, os contrapoderes e os contra-espacos definidos pelos atores contra-hegemônicos emergem de uma zona de sombra e forjam perspectivas de transformação emancipatória. A antigeopolítica nos convida à reflexão sobre a convergência desejável entre territórios legítimos e territórios justos cujos núcleos são a emancipação e a dig-

nidade humanas. E é pela análise do afrontamento de estratégias e táticas hegemônicas que essa reflexão avançará.

Neste capítulo, esperamos ter alcançado dois objetivos implícitos, amparados pelos exemplos de trabalhos aplicados que oferecemos. Um deles é reconhecer a vida discipula que, generosamente, nos legou a professora e amiga Bertha Becker. O outro é oferecer uma estrutura teórico-conceitual que gere e regenere a relevância e o encantamento da geografia política e da geopolítica, por meio de uma epistemologia crítica. Da conjugação desses objetivos resulta, irrenunciavelmente, a esperança de fazer valer a mensagem contida na epígrafe do capítulo, resgatando-se a geopolítica através da geografia, como filha legítima da geografia. Das vilipendiadas concepções da geopolítica como “filha dos fascismos”, “catecismo do imperialismo” ou “pseudociência”, partiríamos para a sua renovação dignificante como uma abordagem política crítica, eticamente assistida.

BIBLIOGRAFIA

- Addor, Felipe (2014). Sensibilizando sem tomar o poder. *Le Monde Diplomatique Brasil* 81(7), 26.
- Agnew, John (2002). *Making Political Geography*. Londres: Arnold.
- Agnew, John (2005). *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madrid: Trama.
- Agnew, John e Duncan, James (eds.) (2011). *The Wiley-Blackwell companion to Human geography*. Malden: Wiley-Blackwell.
- Agnew, John et al. (eds.) (2003). *A companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- Aguirre, José María (2021). *¿Qué haríamos sin ética!* Barcelona: Anthro-pos.
- Atkinson, David e Dodds, Klaus (2000). Introduction to geopolitical traditions: a century of geopolitical thought. Em Klaus Dodds e David Atkinson (eds.), *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge.

- Becker, Bertha (1988). A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, (II) especial. Rio de Janeiro: IBGE.
- Becker, Bertha (1995). A geopolítica na virada do milênio. Em Iná Castro et al. (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Boron, Atilio (2012). *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Luxemburg.
- Blunt, Alison e Willis, Jane (2000). *Dissident geographies. An introduction to radical ideas and practice*. Harlow: Pearce Education.
- Cairo, Heriberto (2005). Re-pensando la geopolítica: la renovación de la disciplina y las aportaciones de John Agnew. Em John Agnew (ed.), *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madrid: Trama.
- Cairo, Heriberto e Pastor, Jaime (comp.) (2006). *Geopolítica, guerras y resistencias*. Madrid: Trama.
- Chautard, Sophie (2018). *L'indispensable de la géopolitique*. Levallois-Petret: Studyrama.
- Claval, Paul (1994). *Géopolitique et géostratégie. La pensée politique, l'espace et le territoire au XXe siècle*. Paris: Nathan.
- Costa, Wanderley (1992). *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucitec.
- Cox, Kevin; Low, Murray e Robinson, Jennifer (eds.) (2008). *The Sage handbook of Political Geography*. Londres: Sage.
- Dalby, Simon (1991). Critical geopolitics: discourse, difference, and dissent. *Environment and Planning D: Society and Space*, 9, 261-83.
- Dalby, Simon (2003). Green geopolitics. Em John Agnew et al. (eds.), *A companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- Dahlman, Carl (2012). Geopolitics. Em Gallaher, Carolyn et al. (eds.), *Key concepts in Political Geography*. Londres: Sage.
- Doods, Klaus (1998). Enframing Bosnia. The geopolitical iconography of Steve Bell. Em Gearóid Ó Tuathail e Simon Dalby (eds.), *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge.
- Doods, Klaus (2005). *Global geopolitics. A critical introduction*. Londres: Prentice Hall.
- Dodds, Klaus e Atkinson, David (eds.) (2000). *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge.

- Droit, Roger-Paul (2012). *Ética. Uma primeira conversa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fernández, Jorge (2022). *Espectropías. Pensar y habitar el espacio urbano*. Bilbao: Gallo de Oro.
- Ferreira, Álvaro; Rua, João e Lencioni, Sandra (orgs.) (2023). *Entre urgências e utopia: múltiplas escalas da ação. Que mundo estamos a construir?* Rio de Janeiro: Consequência.
- Foucault, Michel (1999). *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Friedberg, Marcela; Neve, Mario e Cerarols, Rosa (eds.) (2018). *Claude Raffestin. Territorio, frontera, poder*. Barcelona: Icaria.
- Gallagher, Carolyn et al. (2012). *Key concepts in Political Geography*. Londres: Sage.
- Galo, Paulo (2021). O bagulho é arriscado. Entrevista a Gil Inoue. *Revista Quatro Cinco Um*, 54.
- Honneth, Axel (2011). *Luta por reconhecimento*. São Paulo: 34.
- Huissoud, Jean-Marc e Gauchon, Pascal (coords.) (2013). *Las 100 palabras de la geopolítica*. Madrid: Akal.
- Irias, Frederico (2015). *Meandros políticos do Complexo do Rio Madeira: as perspectivas (anti)geopolíticas do processo de integração transnacional*. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Karol, Eduardo (2019). Geografia política e geopolítica: questões teóricas e epistemológicas. Em Flamarion Alves et al. (orgs.), *A dimensão política no espaço*. Alfenas: Unifal.
- Kelly, Paul (2011). *Geopolitics — Part I*. Em John Agnew e James Duncan (eds.), *The Wiley-Blackwell companion to Human Geography*. Malden: Wiley-Blackwell.
- Kofman, Eleonor (2008). Feminist transformations of Political Geography. Em Kevin Cox, Murray Low e Jennifer Robinson (eds.), *The Sage handbook of Political Geography*. Londres: Sage.
- Konrad, George (1998). Antipolitics: a moral force. Em Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby e Paul Routledge (eds.), *The geopolitics reader*. Nova York: Routledge.

- Kuus, Merje (2011). Geopolitics — Part II. Em John Agnew e James Duncan (eds.), *The Wiley-Blackwell companion to Human Geography*. Malden: Wiley-Blackwell.
- Kuus, Merje (2014). *Geopolitics and expertise: knowledge and authority in European diplomacy*. Londres: Wiley-Blackwell.
- Lacoste, Yves (2003a). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola.
- Lacoste, Yves (2003b). *De la géopolitique aux paysages. Dictionnaire de la géographie*. Paris: Armand Colin.
- Lacoste, Yves (2005). *Religions i geopolítica*. Lleida: Pagès.
- Lacoste, Yves (2009). *Geopolítica. La larga historia del presente*. Madrid: Síntesis.
- Lévy, Jacques (1994). *L'espace légitime. Sur la dimension géographique de la fonction politique*. Paris: PFNSP.
- Lladó, Bernard (2013). *Franco Farinelli. Del mapa al laberinto*. Barcelona: Icaria.
- Lima,IVALDO (2005). Geopolítica global: da promoção de resultados à busca de sentido. Chapecó: *Revista Grifos. Dossier Geopolítica* (Rosa Alba, org.). Chapecó: Argos.
- Lima,IVALDO (2012). Entre a geopolítica do sentido e a justiça territorial: inteligências cidadãs no Equador e no México. *XII Simpósio Internacional de Geocrítica, Bogotá*. <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/09-I-Goncalves.pdf>
- Lima,IVALDO (2013). A geografia e o resgate da antigeopolítica. *Revista Espaço Aberto*, 2(3). Rio de Janeiro.
- Lima,IVALDO (2014). Towards a civic city: from territorial justice to urban happiness in Rio de Janeiro. *European Journal of Geography*, 2(5), Bruxelas.
- Lima,IVALDO (2015a). A complexidade da justiça territorial. *Revista Ensaios de Geografia*, 7(4). Niterói.
- Lima,IVALDO (2015b). Justiça territorial como horizonte ético da governança e a possibilidade amazônica. *II Congreso Internacional SETED*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- Lima,IVALDO (2016). A Geopolítica da favela: desafios atuais da justiça territorial no Rio de Janeiro. *Revista Cidades*, 22(13). São Paulo.

- Lima, Ivaldo (2020a). A condição geopolítica dos corpos sensíveis. *Paisagens Híbridas*. Rio de Janeiro. <https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2020/04/01/a-condicao-geopolitica-dos-corpos-sensiveis/>
- Lima, Ivaldo (2020b). A propósito da justiça territorial. Premissas e promessas. Em Ester Limonad e Jorge Barbosa (orgs.), *Geografias. Reflexões conceituais, leituras da ciência geográfica, estudos geográficos*. São Paulo: Max Limonad.
- Lima, Ivaldo (2020c). Em favor da justiça territorial: o encontro entre geografia e ética. *RPPR / Revista Política e Planejamento Regional*, 2(7). Rio de Janeiro.
- Lima, Ivaldo (2020d). A pegada imperial estadunidense e a antigeopolítica do Equador: o atual e controverso caso da base militar de Manta (1999-2019). *Iberoamericana Quinquecclesiensis*, 18, Pécs.
- Lima, Ivaldo (2021). Descolonizando a justiça territorial: o *buen vivir*, a convivialidade, o *common*, a decência. *Paper* apresentado no *Seminário Internacional La Justicia Espacial desde América Latina*. Cidade do México, UNAM, 3-4.
- Lima, Ivaldo (2022). Movimento social urbano e economia de plataforma: por uma antigeopolítica dos corpos sensíveis. *Paper* apresentado no *VI Simpósio Internacional Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais*, SIMEGER, PUC-Rio.
- Lima, Ivaldo (2023a). O argumento político do corpo nas dobras do espaço liminar. Em Marcio Ornat Joseli Silva e Alides Chimin Jr. (orgs.), *Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados*. Ponta Grossa: Todapalavra.
- Lima, Ivaldo (2023b). Movimento social urbano e economia de plataforma: por uma antigeopolítica dos corpos sensíveis. Em Alvaro Ferreira, João Rua e Sandra Lencioni (orgs.), *Entre Urgências e Utopia: múltiplas escalas da ação*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Lima, Ivaldo (2024a). Descolonizando a Justiça Territorial. *Scripta Nova*, 2(28). Barcelona.
- Lima, Ivaldo (2024b). Antigeopolítica. Em Jaime Dresch (org.), *Dicionário ciência na escola*. São Carlos: Pedro & João.
- Lima, Ivaldo e Freitas, Marcelo (2022). Descolonizando a imaginação geopolítica. O potencial geoestratégico do Atlântico Sul revisitado. Em Lucia Wolaniuk et al. (orgs.), *Malvinas, Antártida y Atlántico*

Sur: colonialismo, soberanía y desarrollo en el siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO.

Lima,IVALDO e Pina, RODRIGO (2013). Hegemonia global distendida e o novo código geopolítico dos Estados Unidos para a América Latina. *Geonorte*, 12(4), Manaus.

Lorot, Pascal (1995). *Histoire de la géopolitique*. Paris: Economica.

Luke, Timothy (2000). Toward green geopolitics: politicizing ecology at the Worldwatch Institute. Em Klaus Dodds e David Atkinson (2^a ed.), *Geopolitical Traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge.

Meirelles, Guilherme (2022a). *Antigeopolítica em Campo: futebol, geopolítica e a construção de conhecimento poderoso na educação básica*. (Dissertação de mestrado). Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Meirelles, Guilherme (2022b). Um exercício de construção de conhecimento poderoso a partir da antigeopolítica do futebol. *Educação Geográfica em Foco*, 12(6). Rio de Janeiro.

Mello, Leonel (1999). *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: EDUSP, Hucitec.

Méndez, Ricardo (2011). *El nuevo mapa geopolítico del mundo*. Valencia: Tirant Lo Blanch.

Moïsi, Dominique (2009). *A geopolítica das emoções*. São Paulo: Campus.

Moïsi, Dominique (2017). *Geopolítica de las series. O el triunfo global del miedo*. Madrid: Errata Natura.

Monteiro, Licio (2018). Linhas cruzadas: a geografia política e a geopolítica no século XX. Em Aldomar Rückert et al. (orgs.), *Geografia política, geopolítica, gestão do território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Letra 1.

Moreira, Ruy (2006). *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto.

Morin, Edgar (1994). *Ciência com consciência*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Morin, Edgar (1999). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.

- Mountz, Alison (2012). The other. Em Carolyn Gallaher et al. (eds.), *Key concepts in Political Geography*. Londres: Sage.
- Müller, Martin (2013). Text, discourse, affect and things. Em Klaus Dodds, Merje Kuus e Joan Sharp (eds.), *The Ashgate research companion to Critical Geopolitics*. Farnham: Ashgate.
- Muñoz, Francesc (2010). *Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Nogué, Joan (2006). Geografia política. Em Daniel Hiernaux e Alicia Lindón (eds.), *Tratado de Geografía Humana*. México: Anthropos.
- Ó Tuathail, Gearóid (1996a). *Critical geopolitics. The politics of writing global space*. Nova York: Routledge.
- Ó Tuathail, Gearóid (1996b). An anti-geopolitical eye: Maggie O'Kane in Bosnia 1992-1993. *Gender, Place and Culture*, 3(2), 171-185.
- Ó Tuathail, Gearóid (2000). Spiritual geopolitics: Fr. Edmund Walsh and jesuit anti-comunism. Em Klaus Dodds e David Atkinson (eds.), *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge.
- Ó Tuathail, Gearóid e Dalby, Simon (eds.) (1998). *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge.
- Ó Tuathail, Gearóid; Dalby, Simon e Routledge, Paul (eds.) (1998). *The geopolitics reader*. Nova York: Routledge.
- Painter, Joe (2008). Geographies of space and power. Em Kevin Cox, Murray Low e Jennifer Robinson (eds.), *The Sage handbook of Political Geography*. Londres: Sage.
- Painter, Joe e Jeffrey, Alex (2009). *Political Geography*. Londres: Sage.
- Pereira, Bernardo (2016). A contraofensiva imperialista na América Latina. Resenha. *ANPUH: História & Luta de Classes*.
- Pérez-Gañan, Rocío (2021). *La Geografía en 100 preguntas*. Madrid: Nowtilus.
- Pérez Gil, Valeria (2011). *Tensão das múltiplas territorialidades na região do Istmo de Tehuantepec, no estado de Oaxaca, México, pela presença do Plano Puebla-Panamá*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Pile, Steven e Keith, Michael (eds.) (1997). *Geographies of resistance*. Nova York: Routledge.

- Pina, Rodrigo (2014). *O Novo Código Geopolítico dos Estados Unidos. Imperialismo e militarização na América Latina*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.
- Pina, Rodrigo (2017). *Fissuras Antigeopolíticas na América Latina: o ambivalente caso equatoriano da FOL de Manta*. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Geografia / Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Portinaro, Pier Paolo (2025). *El realismo político*. Madri: Alianza.
- Pontes, Beatriz (2015). Movimentos sociais na América Latina: da teoria à realidade. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 1(4), Recife.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2001). *Geografías, movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México: Siglo XXI.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2002). Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. Em Ana Ceceña e Emir Sader (orgs.), *La guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2004). *Geografando nos varadouros do mundo*. Brasília: IBAMA.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2006). A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Em Ana Ceceña (org.), *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter e Quental, Pedro (2013). América Latina e colonialidade do poder. Em Rogério Haesbaert (org.), *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EDUFF.
- Preciado, Jaime e Uc, Pablo (2012). As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. Em Maria da Glória Gohn e Breno Bringel (orgs.), *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes.
- Queiroz, André (1999). *Foucault. O paradoxo das passagens*. Rio de Janeiro: Pazulin.
- Raffestin, Claude (1983). Introduzione. Em Claude Raffestin (org.), *Geografia politica: teorie per un progetto sociale*. Milão: Unicopli.
- Raffestin, Claude (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Raffestin, Claude et al. (1995). *Géopolitique et Histoire*. Paris: Payot.

- Revel, Judith (2005). *Foucault. Conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz.
- Ricoeur, Paul (2006). *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola.
- Routledge, Paul (1997). A spatiality of resistances. Theory and practice in Nepal's Revolution of 1990. Em Steven Pile e Michael Keith (eds.), *Geographies of resistance*. Nova York: Routledge,
- Routledge, Paul (1998a). Going globile: Spatiality, embodiment, and mediation in the Zapatista insurgency. Em Gearóid Ó Tuathail e Simon Dalby (eds.), *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge.
- Routledge, Paul (1998b). Introduction. Em Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby e Paul Routledge (eds.), *The geopolitics reader*. Nova York: Routledge.
- Routledge, Paul (2003). Anti-geopolitics. Em John Agnew et al. (eds.), *A companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- Sassen, Saskia (2003). *Contrageografías de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Sequera, Jorge e Gil, Javier (2023). Ciudad App: Transformación urbana y capitalismo de plataforma. *EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, (59), 15-21.
- Sharp, Joan (2000). Refiguring geopolitics: the Reader's Digest and popular geographies of danger at the end of the Cold War. Em Klaus Dodds e David Atkinson (eds.), *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge.
- Sharp, Joan (2003). Feminist and postcolonial engagements. Em John Agnew et al. (eds.), *A companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- Sharp, Joan (2005). Guerra contra el terror y geopolítica feminista. *Tabula Rasa*, 3, 29-46.
- Silveira, Manuela (2011). *Estado Plurinacional: tensões de territorialidades no processo de refundação do Estado-nação equatoriano*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Sopplesa, Jacques et al. (1988). *Lexique de géopolitique*. Paris: Dalloz.
- Souza, Jessé (2010). *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Humanitas.

- Szilágyi, István (2018). *Geopolitika*. Budapeste: Paigeo.
- Taylor, Peter e Flint, Colin (2000). *Geografía política. Economía-mundo, estado-nación y localidad*. Madrid: Trama.
- Valcárcel, José (2008). La geografia para el siglo XXI. Em Joan Romero (org.), *Geografía Humana. Procesos, riesgos e incertidumbres en un mundo globalizado*. Barcelona: Ariel.
- Walzer, Michael (2003). *Esferas da justiça. Uma defesa do pluralismo e da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Werminghoff, Felipe (2020). *Luta por justiça territorial em Niterói: a antigeopolítica do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Young, Iris (1988). Five faces of oppression. *Philosophical Forum*, 14(19).
- Zanotelli, Cláudio (2005). *Yves Lacoste: entrevistas*. São Paulo: Annablume.
- Zibechi, Raúl (2008). *Territorios en resistencia*. La Paz: Textos Rebeldes.

O MOVIMENTO SOCIAL URBANO SOB O CAPITALISMO ALGORÍTMICO

ANTIGEOPOLÍTICA DOS CORPOS SENSÍVEIS¹

IVALDO LIMA

INTRODUÇÃO

Com este texto, sugerimos um *aggiornamento* teórico-metodológico da questão urbana. Talvez, mais do que isso, insinuemos uma metodologia teórica que se remeta à condição urbana, nos termos cogitados por Olivier Mongin (2006). Para tanto, mobilizamos a geografia política crítica, com seus recentes aportes epistêmicos, propondo uma interpretação antigeopolítica do contexto dos fenômenos urbanos contemporâneos, no que alguns denominam de capitalismo de plataforma (Langley e Leyshon, 2020). Nesta fase do capitalismo² orientada por uma

¹ Este capítulo constitui uma versão ampliada do nosso texto “Movimento social urbano e economia de plataforma: por uma antigeopolítica dos corpos sensíveis” publicado na coletânea organizada por Álvaro Ferreira, João Rua e Sandra Lencioni, *Entre urgências e utopia: múltiplas escalas da ação. Que mundo estamos a construir?* (Rio de Janeiro: Consequência, 2023), a quem agradecemos a permissão de situá-lo aqui nesta nova versão.

² “É difícil privilegiar, na definição de fases do capitalismo, um ponto de vista particular (a mudança técnica, as crises, as lutas de classes, as mudanças institucionais...). Nenhum deles se impõe de maneira evidente. [...] Entre os aspectos que nos permitem falar em uma nova fase do capitalismo, destacamos os seguintes: 1. A superação da crise estrutural; 2. Um novo curso favorável da mudança técnica; 3. Uma etapa na evolução da gestão ligada às novas tecnologias de informação e comunicação; 4. Uma etapa na evolução da propriedade capitalista” (Duménil e Lévy, 2003, pp. 39-40). Reconhecemos a dificuldade sugerida pelos autores, arriscamo-nos a falar em nova fase do capitalismo no início do século XXI concernente à arquitetura técnica da mediação algorítmica que é inerente à economia de plataforma, calcada na sobrepujante presença dos aplicativos digitais no comando da vida cotidiana e que, se se deseja aplicar

economia de plataforma, abordamos a algoritmização da vida cotidiana como pano de fundo crucial no qual os aplicativos digitais — algoritmos aplicados — se multiplicam e interdigitam territorialmente, de tal modo que se vislumbra uma gestão algorítmica do território. A complexidade dos processos dessa gestão territorial interpõe desafios à decifração de uma geografia política da cidade diretamente vinculada à classe social composta por trabalhadores subalternizados. Por seu turno, isso exige uma atualização dos aportes teórico-conceituais capazes de elucidar a problemática subjacente ao urbano proteiforme do início do século XXI. Os desdobramentos atuais do meio-técnico-científico informacional compelem, assim, a um empenho intelectual na direção de ajustes de epistemologias da teoria social crítica.

Nesta nova fase do capitalismo, em que se estão convertendo as cidades? Que evolução futura cabe imaginar para elas? [...] Em realidade, na cidade cada vez se dá mais a concentração da força de trabalho sem capital; a força de trabalho segue sendo uma variável urbana, mas no futuro sua principal característica, mantendo-se inalterado o mecanismo econômico-social, parece que serão ou o desemprego ou modalidades de ocupação marginais e inseguras. (Indovina, 2017, p. 149)

Inobstante, torna-se imperioso recuperar esforços epistemológicos visando ao conhecimento confiável e competente sobre a problemática urbana, ou mais concisamente, sobre a questão urbana. Esse é o caso emblemático dos trabalhos de Manuel Castells que utilizaremos aqui. O cinquentenário do livro *A Questão Urbana* nos servirá de estímulo inicial para a recuperação do lastro sobre os problemas de investigação em sociologia urbana que Castells abordara. Seguindo a pegada do autor, passamos aos anos 1990 com o livro *A Cidade Informacional* e a tríade pu-

com maior rigor a terminologia histórica, acatamos, pelo menos, que vivemos um momento peculiar do modo de produção capitalista marcado por essa insidiosa algoritmização.

blicada sobre “a era da informação”, a saber: *A Sociedade em Rede, O Poder da Identidade e Fim de Milênio*, enfocando o primeiro volume para dali extrairmos os fundamentos de uma análise sobre a revolução tecnológica da informação que reestrutura o capitalismo a partir da década de 1980 com o surgimento de um novo paradigma sociotécnico. Castells se remete ao modo de desenvolvimento capitalista informacional, pois a “emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias de informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo” (Castells, 1999a, p. 87). Ele acrescenta:

A primeira característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima: *são tecnologias para agir sobre a informação*, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores. (Castells 1999a, p. 78, grifo no original)

Buscaremos delinear algum contorno que nos permita analisar o entrecruzamento de vetores sociotécnicos vinculados às redes globais com a realidade sociopolítica do Brasil atual. Sublinhamos que a economia política global está longe de ser homogênea e que os resultados da interseção de vetores globais com as realidades territoriais — sejam estas nacionais, regionais ou locais — se traduzem em realidades geográficas específicas. A nova realidade sociotécnica que o casal Alvin e Heidi Toffler denominou de “Terceira Onda” corresponde à substituição do paradigma industrial vigente no século XX pelo informacional que anuncia o século XXI. Contudo, “o que vem ocorrendo é uma convergência entre os dois processos de questionamento da matriz espacial moderna: a formação de uma sociedade informacional global em rede e uma revalorização de propriedades específicas dos lugares” (Duarte, 2002, p. 183). Em que pese as contradições dessa “revalorização” nem sempre positiva, o fato é que as realidades emergentes condicionam a antigeopolítica dos lugares.

Com efeito, os espaços urbanos expressam essas realidades emergentes à espera de uma decifração. Por conseguinte, elegemos o contexto metropolitano brasileiro para evidenciar a antigeopolítica inerente às realidades emergentes do capitalismo que algoritmiza o cotidiano dos/as trabalhadores/as. Esses sujeitos urbanos lutam pela afirmação de uma ética territorial posto que a cidade encerra territorialidades que são, em si mesmas, estratégias empregadas nessa luta. Robert Sack já advertia que a territorialidade é “uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de área [...] Essa área será chamada de território” (Sack, 2011, p. 76). Acompanhamos Andrés Precedo Ledo ao dizer que a territorialidade se reafirma como um valor emergente e que o território — como variável — deixa de ter mero significado como uma concreção espacial e passa a adquirir o estatuto de processo, e que “entre essas novas realidades territoriais, uma que merece atenção preferente é a reinterpretação do processo de urbanização desde a perspectiva da globalização” (Precedo Ledo, 2004, p. 15).

As falhas do capitalismo global informatizado nos orientam por um caminho acessório que nos conduz a ponderações críticas sobre a conjuntura político-ideológica do Brasil atual. Os traços do fascismo que atravessam a política nacional nos últimos anos ressoam em âmbitos sensíveis da sociabilidade, como o mundo do trabalho plataformizado. Esmiuçaremos as nuances da personalidade autoritária do fascismo, tal qual Theodor Adorno o fizera, para contextualizar a precarização do trabalho, sobretudo o trabalho urbano com suas mediações algorítmicas. Avançamos, assim, sobre o significado do movimento social que emerge entre ciclotrabalhadores das metrópoles. Trata-se do movimento de cidadãos que trabalham com base nos aplicativos digitais de entrega em domicílio e se insurgem contra a perversidade fascista que lhes impõe constrangimentos à própria dignidade e decência. A visibilidade dos corpos desses/as trabalhadores/as finda por evidenciar ainda mais o que denominamos de antigeopolítica — ou me-

lhor, de questão urbana antigeopolítica — uma vez que os corpos são expressão imediata da consciência. E mais: “o corpo torna-se, assim, um espaço expressivo, aquilo que projeta para fora as significações das coisas dando-lhes um lugar e, ao mesmo tempo, aquilo que faz que elas passem a existir como coisas em nossas mãos e aos nossos olhos” (Marzano-Parisoli, 2007, p. 359)³.

Nossa questão central remete-se à tensão entre a algoritmização da vida cotidiana na metrópole, a precarização do mundo do trabalho plataformizado e os movimentos sociais decorrentes. Nosso objetivo geral é identificar a antigeopolítica dos movimentos sociais desafiadores da economia de plataforma que lhes oprime. Para tanto, este texto está estruturado em três partes principais. Na primeira, apresentam-se os fundamentos da questão urbana, tal qual vislumbrada por Castells há cinquenta anos e por ele atualizada no final do século passado, com a sua concepção de cidade informacional. Tais fundamentos asseguram nossa análise do momento atual da condição urbana mediada por informações, algoritmos e plataformas digitais. Na segunda parte, discutem-se os termos de um capitalismo informacional calcado na algoritmização da vida cotidiana a partir de suas *falhas* e dos fascismos societais que nos afligem. Por fim, uma terceira parte será dedicada à especificidade do movimento dos trabalhadores antifascistas, no caso dos entregadores de São Paulo, a exemplo de uma antigeopolítica da questão urbana em seu devir.

³ Nesse sentido, David Harvey argumenta: “É muito bom e correto, por exemplo, evocar concepções relacionais como o proletariado em movimento ou a multidão em ascensão. Porém, ninguém sabe o que isto significa até o momento em que os corpos reais estejam nos espaços absolutos das ruas de Seattle, Québec e Genebra em um momento particular no tempo absoluto” (Harvey, 2012, p. 37). Assim como os corpos reais rebeldes nas ruas de São Paulo protestando contra o fascismo que agudiza a precarização do trabalho dos entregadores, acrescentaríamos.

A TURBULENTA REINVENÇÃO DEMOCRÁTICA DA QUESTÃO URBANA

“Possivelmente, hoje mais do que nunca, a questão social adquire todas as características de uma questão simultaneamente urbana.”

Josepa Cucó (2008, p. 91)

A sociologia urbana de Manuel Castells define o fulcro de nossas considerações iniciais. Utilizamos as contribuições do sociólogo como uma espécie de terreno no qual se inscrevem as análises acerca do capitalismo do século XXI, que Castells apreciou criticamente no final do século XX. De saída, retomamos daquelas apreciações o direcionamento à problemática urbana tendo em vista alguns de seus fundamentos. No livro *A questão urbana*, o autor organiza as suas ideias em torno dos trabalhos que desenvolvera na França entre 1969 e 1971. Ali, encontram-se fundamentos teórico-metodológicos valiosos para a construção de uma análise da realidade urbana. Igualmente, em sua obra *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*, publicada nos anos 1980, Castells dedica atenção especial à relação entre prática teórica e prática política que se remete, mais abrangentemente, à relação histórica entre sociedade e espaço. Nesses trabalhos, é possível identificar com facilidade o esforço do autor no sentido da construção de uma teoria social do espaço que dê conta de sua produção. Sobre aquele primeiro livro de Castells, Francesco Indovina comenta:

Neste ensaio, no qual se analisa detidamente a relação entre o processo capitalista de produção e a organização do espaço (urbano e regional), a *questão urbana* não apenas assume uma conotação científica e epistemológica, como também, sobretudo, adquire uma dimensão política. (Indovina, 2017, p. 127, grifo no original)

Castells aborda as contradições urbanas como questões políticas vinculadas “à fase atual do capitalismo” e que essas contra-

dições se referem aos problemas concernentes “à organização do espaço, à divisão social e técnica do território” (Castells, 1977, p. 160). Ele chega a ponderar explicitamente que o espaço expressa a sociedade, afirmando que “o espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão. Em outras palavras: o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade. As formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social” (Castells, 1999a, p. 435). Logo, indaga: “como é que uma estrutura social determinada contribui para a constituição do espaço? Não basta descrever acontecimentos particulares, é preciso previamente construir uma teoria da criação do espaço” (Castells, 1984, p. 42). E diz que “não há teoria do espaço que não seja parte integrante de uma teoria social geral”, além de que, o espaço é “expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica” (Castells, 1983, p. 146)⁴. Ainda:

O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais — entre outros, os homens [as pessoas], que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. (Castells, 1983, p. 146, grifo no original)

Castells concebe a prática teórica como um processo socialmente determinado de produção de conhecimentos relativos a uma área da experiência e que a epistemologia é a prática política no interior de uma prática teórica. Pois bem, assim, diz o autor, reconhecemos que os esforços dos investigadores científicos atestam que a prática teórica é tributária da prática política e vice-versa — que a teoria depende da política e a política da teo-

⁴ Milton Santos questiona o alcance teórico dessas declarações do sociólogo, argumentando que a palavra “espaço” significa muitas coisas, é ambígua e precisaria ser destrinchada para que se evite “a confusão frequentemente perpetuada e da qual Manuel Castells não se parece ter livrado, entre paisagem e espaço propriamente dito” (Santos, 1986, p. 140). Contudo, relativizamos esse questionamento realçando a leitura ontológica de que a sociedade é espaço e não apenas se localiza nele.

ria, com relevância desta última em relação àquela —, posto que “todo o trabalho de reflexão realizado em qualquer condição já é política, uma vez que contribui, em última análise, para esclarecer as condições sociais” (Castells, 1984, p. 12). Ele admite que boa parte de seus trabalhos representa “pura medição para novas fronteiras de análise teórica de situações concretas, especialmente relevantes para a prática política” (Castells, 1984, p. 16). De nossa parte, ponderamos que aportes teóricos tanto da geografia social quanto da geografia política críticas incidem nas práticas políticas que concorrem para a produção do espaço urbano. Dito de outro modo, confiamos na ideia de que uma teoria social do espaço fundamentada na geografia política e na geografia social pode contribuir criticamente para o entendimento da sociedade em movimento — expressa em suas práticas político-geográficas —, como pode ser nitidamente o caso dos movimentos sociais urbanos que lutam por democracia.

Castells fala em “desbloquear teoricamente alguns instrumentos de análise social” e de “desbloquear uma certa esclerose no desenvolvimento da dialética materialista” (1984, pp. 18 e 21). Analogamente, falamos em expandir alguns móveis teórico-conceituais da geografia visando à decifração dos usos — práticas sociais — do espaço e de suas consequências, desbloqueando a imaginação geopolítica moderna⁵. Assim, lastreamos nossa análise sobre a questão urbana contemporânea a partir dos fundamentos assentados na sociologia urbana de Castells para chegarmos aos fundamentos extraídos da geografia política crítica, nomeadamente, os aspectos de uma antigeopolítica que contemple o entendimento dos movimentos sociais urbanos atuais. Mais que isso, procuramos atualizar o alcance da questão urbana — daí falarmos em *aggiornamento* — com base nas ideias do italiano Bernardo Secchi, sobretudo quando ele indica o surgi-

⁵ Está em jogo uma espécie de descolonização da imaginação geográfica forçada por uma nova imaginação geopolítica que se empenha na “reumanização do mundo, situando outra vez as pessoas comuns no centro da geopolítica, em vez das ‘forças da natureza’ que afirmava a geopolítica tradicional” (Agnew, 2005, p. XVIII).

mento de uma nova questão urbana que “tem gerado políticas e projetos diferentes para a cidade, em particular políticas espaciais. Temas conflitos, sujeitos, políticas e projetos que se superpõem e se acumulam no tempo, sem se enclausurarem. A cidade e o território contemporâneos são seu arquivo” (Secchi, 2015, p. 24). A cada ocasião, a questão urbana tem trazido à luz novos temas, conflitos e sujeitos. Há, portanto, que identificá-los e analisá-los, de modo contextual, efetivando a atualização histórico-geográfica necessária.

Cabe ressaltar que desautorizamos qualquer abordagem unilinear, porquanto simplificadora, que reduza o processo de urbanização a um sequencialismo a-histórico e/ou a uma configuração a-espacial. Ao contrário, defendemos uma interpretação tanto sincrônica quanto diacrônica que evidencia a dialógica espaço-temporal entre “uma nova e uma velha” questão urbana que, inevitavelmente, se regeneram. Secchi reconhece, muito adequadamente, que, a partir dos anos sessenta e setenta do século XX, uma “nova questão urbana”, baseada no direito à cidade e estudada, como é conhecido, por Henri Lefebvre, Manuel Castells e Michel de Certeau, confere “uma nova atenção ao que se refere à vida cotidiana e ao ‘cuidado de si mesmo’” (Secchi, 2015, p. 23). Sem hesitar, o autor avança nessa perspectiva quando sentencia que “no grande teatro metropolitano, as injustiças sociais se manifestam cada vez mais em forma de injustiças espaciais” (Secchi, 2015, p. 21), admitindo ainda que as cidades

deverão afrontar, no futuro próximo, problemas análogos que, em seu conjunto, constituam a “nova questão urbana”. As desigualdades sociais e sua maneira de gerar formas evidentes de injustiça espacial, junto às consequências da mudança climática e aos problemas relacionados a uma concepção da mobilidade como parte integrante dos direitos da cidadania, representam um dos aspectos mais relevantes. (Secchi, 2015, p. 22)

As ponderações de Secchi justificam sobremaneira nossa apreciação da questão/condição urbana e da necessidade de atualizá-la, tanto do ponto de vista epistemológico quanto do seu

acompanhamento empírico. “As palavras e Secchi significam também que há margem por todos os lados e que é preciso instituir ou reinstituir relações espaciais entre partes que estão em conflito” (Mongin, 2006, p. 361). Por isso, concebemos a justiça territorial como um horizonte que deve orientar as práticas cidadãs intrínsecas à gestão democrática do território (Lima, 2024). Uma ação coletiva — como um movimento social urbano — pode representar uma luta por justiça territorial (Wilson, 2013, p. 305). Destacamos que a questão urbana é aquela que evoca o direito à cidade justa e à sociedade decente, para além das análises economicistas que encaram a cidade como “fábrica” do capital. Expusemos esse nosso ponto de vista em mais de uma oportunidade (Lima, 2015, 2020a, 2020b, 2022a), reforçando sempre a dimensão ética e política como balizamento de nossas interpretações e análises geográficas, sobretudo, no enfoque sobre a problemática do outro como um sujeito válido e legítimo. Destarte, concordamos com Indovina (2017, p. 128) quando afirma que “a organização urbana se converte em problema político — quer dizer, em questão urbana” e mais, quando ele alerta que

para além da microvisão do capitalista individual, a *política da organização do espaço* deverá confrontar-se com os conflitos, expressos ou latentes, com as alterações do contexto, com a reprodução da organização social, dentro de uma visão ampla e dinâmica orientada à mudança. Não pode ser mera imagem ou expressão do capital. (Indovina, 2017, p. 129, grifo no original)

É precisamente essa dimensão ética e política que trazemos à baila, desta feita, considerando renovados temas, conflitos e sujeitos para a “nova questão urbana”, quais sejam: i) o tema da mutação do capitalismo informacional e a sua economia de plataforma; ii) os conflitos gerados pela impositiva mediação algorítmica da vida cotidiana e os movimentos sociais dela decorrentes; e iii) os sujeitos políticos em sua condição de trabalhadores urbanos, nomeadamente ciclotrabalhadores, cate-

gorizados como uma nova classe de “batalhadores”, comprimida entre a “ralé” e as classes médias, segundo o léxico de Jessé de Souza⁶. Entendemos que, “assim como antes a interpretação da cidade partia da própria cidade, agora é o processo de produção capitalista o que permite a leitura da nova condição urbana. Se antes a cidade não constituía um problema, agora se converte em problema, emerge como *questão urbana*” (Indovina, 2017, p. 125, grifo no original). Nosso desafio consiste em decifrar e aprender com os meandros sociopolíticos democráticos, vinculados à emancipação social e à dignidade humana, que buscam uma saída para essa questão.

Para tanto, avançamos no resgate de algumas ideias de Castells sobre a era da informação. O autor comenta diligentemente o que seria a nova fase do capitalismo que ele denomina de informacional numa tríade de livros escritos no final dos anos 1990. De antemão, lembramos que dessa obra específica, nos interessam os aportes descritivos que caracterizam aquela fase do modo de produção mais do que as avaliações idiossincráticas em si sobre o conteúdo histórico-social. Explicando melhor: fazemos a mesma ressalva objetivamente comunicada por Atilio Boron acerca da posição político-ideológica de Castells na obra retrocitada. Segundo Boron, autores originariamente de matiz marxista, tais como Maria Antonieta Macchiochi, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Régis Debray e Manuel Castells, acabaram no “arrependimento e numa capitulação teórica” e “passaram sem maiores escrúpulos e sem qualquer tipo de autocrítica pública, do marxismo dogmático a um discurso resignado e possibilista, prostados aos pés de uma suposta superioridade tecnológica e moral do capitalismo” (Boron, 2004, p. 85).

⁶ Outros autores elegem o termo “precariado” para se referir justamente a uma fração da classe trabalhadora sem direitos trabalhistas, sem contratos regulares ou regulamentados, sem segurança alguma quanto à sua remuneração, que tem grande dificuldade de se organizar em sindicatos e que são extremamente suscetíveis às ideologias neoliberais, especialmente as narrativas baseadas no “empreendedorismo”, como Guy Standing (2013).

Referindo-se à acolhida dos meios da imprensa capitalista, o sociólogo argentino declara que “o livro de Manuel Castells, *A Era da Informação*, que produz uma visão conformista e complacente do ‘capitalismo informacional’, colheu extraordinários elogios nestes mesmos ambientes” e que, nele, o poder social se assemelha a uma rede amorfa e difusa, carente de um foco central (Boron, 2004, p. 86). Esse é o “extravio teórico-político” do pensamento crítico cometido por Castells, segundo Boron. Decerto estamos convencidos de que o capitalismo não é — e nunca foi — um sistema moral, pois, “o capitalismo existe para criar riqueza” e “querer fazer do capitalismo uma moral seria fazer do mercado uma religião e da empresa, um ídolo” (Comte-Sponville, 2005, p. 87). Em que pese a causticidade da crítica disferida por Boron à obra de Castells, reiteramos que nos interessa menos avaliar o “extravio teórico-político” do que rever a sistematização descritiva que Castells fez sobre a nova fase do capitalismo na última década do século XX. Ainda com respeito a Boron, recuperaremos com reservas a crítica que ele encerra sobre a noção de contrapoder, tal qual apresentada por Michael Hardt e Antonio Negri, posto que a concebemos de outra maneira, como procuraremos demonstrar.

A sistematização de Castells sobre a “era da informação” evidencia o lastro de sua imaginação sociológica que já se consolidava em torno da questão urbana e, mais especificamente, em torno da cidade informacional⁷. A cidade informacional, para o autor, é a cidade estruturalmente dualizada, aquela da diferenciação tensionada pelos setores da economia formal e informal que atinge a diferenciação do trabalho (Castells, 1995). É a cidade na qual se interpõe impositivamente o teletrabalho mediado pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Mas também é a cidade da emergência de novos sujeitos políticos so-

⁷ De acordo com Castells, a cidade informacional refere-se àquela parte ou expressão espacial da cidade surgida sob o novo paradigma tecnológico e modo informacional de desenvolvimento que surge das seguintes invenções: 1947, o transistor; 1957, o circuito integrado; 1959, o processo planar; 1971, o microprocessador (Benavides, 2009, p. 47).

cialmente discriminados, territorialmente segregados e culturalmente segmentados. A cidade informacional é, assim, muito mais um processo controlado por espaços de fluxos do que uma forma marcada por espaço de lugares, segundo o autor, nessa realidade urbana, “a nova fonte de poder se apoia no controle de toda a rede de informação” (Castells, 1986, p. 423). Isso não impede que, numa “sociedade informática”, as pessoas sigam à procura do sentido da vida (*Homo studiosus* — *Homo universalis*) e à procura de um estilo de vida (*Homo laborans* — *Homo ludens*) baseadas num sistema de valores (Schaff, 1995, p. 115). Todavia:

Para Castells, a cidade informacional é, em definitiva, uma cidade dicotomizada, fragmentada e rearticulada por um processo de reestruturação do capital e pela emergência da nova era da informação, na qual o espaço dos lugares e o espaço de fluxos possuem dinâmicas distintas e onde o primeiro vai sendo paulatinamente dominado pelo segundo. (Cucó, 2008, p. 95)

A cidade informacional segue o devir que o capitalismo lhe condiciona. Nessa senda, deve-se reconhecer que a cidade contestada é inerente à cidade informacional, convivendo com tensões que vinculam cidadania e democracia, sociedade civil e esfera pública, justiça social e ordem moral. Castells considera a cidade informacional como uma espécie de modelo sociotécnico produzido pela reestruturação do capitalismo baseado nas novas tecnologias de informação e comunicação, mas que dispara uma série de contradições geradas no bojo da aplicação desse pacote tecnológico. Desse modo, Castells considera que na era da informação, “os movimentos sociais são uma resposta a uma nova sociedade caracterizada pelo processo de globalização técnico-econômica” (Cucó, 2008, p. 178). Nesse sentido, o autor chega a considerar os zapatistas do México como o primeiro movimento civil de guerrilha informacional (Castells, 1999b, p. 97). Mais adiante o autor considera que devemos esperar o surgimento de novas formas históricas de interação, controle e transformação social. Logo:

A revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 80. No processo, o desenvolvimento e as manifestações foram moldados pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado, sem se limitarem às expressões desses interesses. (Castells, 1999a, p. 31)

Refratário à conceituação de cidade global — nos termos de Saskia Sassen e Manuel Castells — Jordi Borja cogita a cidade do futuro no presente como a “cidade da sociedade da informação”. Esta cidade futura se constrói mediante dialéticas urbanas contrapostas a alguns elementos comuns: a) a construção progressiva de um território baseado em redes; b) o território desta cidade “cidade de cidades” é de geometria variável; c) os sistemas de governo, de planejamento, de gestão pública não se podem organizar segundo modelos tradicionais; d) novas fraturas e desigualdades sociais se acrescem às existentes, dentre elas a “fratura digital”; e) novas políticas urbanas devem ser inventadas (Borja, 2003, p. 45). Afinal, aonde vai a cidade futura? Que surpresas vem nos reservando o decurso da era informacional? Indagamos os termos de sua transmutação *vis-à-vis* o aprofundamento da chamada terceira revolução tecnológica. Nessa direção, o meio técnico-científico-informacional parece se complexificar cada vez mais, no qual as cidades se tornam um ambiente comandado pelos algoritmos aplicados à vida cotidiana.

Como trabalhar, não apenas empiricamente, mas também teoricamente, a relação entre os movimentos sociais e o espaço? [...] O espaço hoje se subdivide entre subespaços onde há uma carga considerável de racionalidade e áreas onde isso ainda não ocorre. Onde os nexos científicos, tecnológicos, informacionais são importantes, temos aquele *meio técnico-científico-informacional*, uma porção de território onde as racionalidades dos agentes hegemônicos se tornam possíveis e se dão eficazmente, porque essa área geográfica é formada por objetos criados prévia e deliberadamente para o exercício dessa racionalidade. (Santos, 1994, p. 106, grifo no original)

Nesse meio técnico-científico informacional, o espaço urbano contemporâneo fluidifica-se em função dos aplicativos digitais que nele se entranham como uma vertebração tecnológica que condiciona cada ato cidadão, desde a entrega em domicílio de alimentos, medicamentos, ingressos, livros, roupas usadas, eletrodomésticos etc. até a contratação de serviços de transporte com motorista, aluguel de bicicletas compartilhadas, relacionamentos amorosos e sexuais, identificação de locais onde tem tiroteio, movimentação bancária, jogos de azar etc. Cada aplicativo denota uma plataforma digital que lhe dá acolhida e movimenta as trocas materiais e imateriais; por isso, fala-se em economia capitalista de plataforma. A cidade informacional do final do século passado se vai transmutando numa cidade digital cujos aplicativos lhe conferem a marca. O geógrafo Fábio Tozi emprega metáforas para explicar claramente que nessa economia, a plataforma é o motor, os algoritmos são os pistões e a informação é o combustível. Por aí segue a cidade informacional que, agora, já é outra: algoritmizada⁸. Contudo, falhas há.

FALHAS DO CAPITALISMO DE PLATAFORMA NO BRASIL DOS FASCISMOS

“Não há mal eterno na natureza humana. Não existe nada que não possa ser mudado por ação social

⁸ Por mais que enfatizemos criticamente a algoritmização da vida cotidiana nas cidades contemporâneas, não devemos perder de vista que, nessas mesmas circunstâncias geo-históricas, “um algoritmo seria insuficiente para traduzir o sensível, pois não daria conta da sua fluência, do seu movimento indeterminado, para além de si próprio, da sua fuga para a imagem, para a luz e a matéria em infinitos jogos flutuantes e indecisos”, e mais, que “exponenciada pela tecnociência, a técnica julga, hoje, ter realizado o sonho cartesiano do homem como ‘senhor e dono da natureza’ — o que é pura ilusão. Pelo contrário, as máquinas mágicas captam forças e agenciam-nas deixando sempre livre um fluxo de energia não domável, não algoritmizável” (Gil, 2019, pp. 80 e 163). Registram-se aqui os limites da teia de algoritmização do capitalismo de plataforma.

consciente e intencional, munida de informação e apoiada em legitimidade.”

Manuel Castells (1999c, p. 437)

A chamada economia de plataforma apresenta-se como umas das faces do processo de globalização e se concretiza na expansão desigual do meio técnico-científico informacional, revelando uma aceleração do processo de digitalização pelo qual a formação socioespacial brasileira não passa imune. Uma das suas manifestações mais contemporâneas é o processo de “uberização” do trabalho e do próprio território. Como exemplo, lembremos que o serviço da empresa Uber não é apenas *just-in-time*, mas também *just-in-place*. Esse processo se expande nos últimos anos pela “convergência entre tecnologia, informação, informática e finanças, quando as corporações de plataformas assumem hegemonia e definem os novos padrões dos sistemas técnicos e informáticos, alcançado um número gigantesco de usuários e consumidores” (Tozi, 2021a). Isso é mais sensível nas cidades. Para Tozi (2021b) o algoritmo é a qualidade que diferencia o uso do território atual por meio do acesso instantâneo à informação; logo, um recurso sociotécnico. Os *smartphones*, os aplicativos e as redes são exemplos desses recursos sociotécnicos que se inscrevem territorialmente. Para Giselle Beiguelman (2021), o algoritmo é o aparato disciplinar da nossa época, daí a busca de brechas na algoritmização da realidade reticular, isto é, lá onde as tecnologias reticulares produzem “olhares dóceis” — mais que corpos dóceis.

Em 2021, no evento promovido pelo MediaLab da Escola de Comunicação da UFRJ, os organizadores lançavam o desafio de pensar e fazer mundos a partir de suas falhas e ruínas, considerando que as falhas podem representar uma oportunidade para contestar e renegociar processos que, em condições normais, pareceriam inquestionáveis. No evento, a falha é concebida como *locus* privilegiado para o entendimento de nosso tempo, assim como para a sua urgente reimaginação e reconstrução, em um momento de sobreposição de panes, tais como i) a falha na

promessa tecnológica e o crescente poder extrativo das plataformas e ii) a falha da democracia e a ascensão de neototalitarismo, à qual acrescentamos a reafirmação do fascismo societal. A proposta daquele evento, segundo Fernanda Bruno, era “fazer das múltiplas falhas que nos interpelam brechas para disputar futuros possíveis e criar mundos comuns pelos quais sejamos capazes de responder”. Nessa disputa por futuros possíveis, devemos lutar contra circunstâncias opressoras como aquela do racismo algorítmico praticado na interface sociedade — tecnologia — espaço, haja vista que os sujeitos afetados por esse tipo de racismo *on-line* têm cor, gênero, idade e endereço estigmatizados, etiquetados.

Também devemos recuperar o dado de que o racismo no Brasil tem suas raízes fascistas. Muniz Sodré, exorta a “pensar o fascismo como ‘forma de vida’ aproxima-o de protoformas [sociais] atuais a exemplo das minorias aberrantes, da extrema-direita nativista, do tipo de supremacistas brancos americanos e de milícias armadas, exasperadas pelas mutações culturais da globalização” (Sodré, 2023, p. 44). Nunca é demais lembrar que as ideias racistas e fascistas surgiram primeiramente na direita política, atualizando-se nos discursos neoliberais e neoconservadores do atual contexto histórico (Minkinen, 2010, p. 28). Nesse sentido, para Tarcízio Silva, uma necropolítica algorítmica se prenuncia em paisagens sociotécnicas concentradoras, menos inclusivas e mais discriminatórias, pois a “estrutura técnico-algorítmica pode facilitar manifestações de racismo, mas, ao mesmo tempo, as manifestações de racismo são fonte e conteúdo para aspectos da estrutura técnica” (Silva, 2022, p. 29). Ele faz o alerta:

É preciso estar atento ao fato de que o racismo discursivo e explícito em textos e imagens produzidos por atores individuais, seja por meio de perfis “reais” ou pelo uso de “*fakes*”, é apenas parte das práticas e dinâmicas antinegritude em um mundo supremacista branco. Pensar e discutir tecnologias digitais, como plataformas, mídias sociais e algoritmos, exige que se vá além da linguagem textual. [...] Nos ambientes digitais, temos um

desafio mais profundo. Precisamos entender os modos pelos quais o racismo se imbrica nas tecnologias digitais através de processos “invisíveis” nos recursos automatizados e/ou definidos pelas plataformas, tais como recomendação de conteúdo, moderação, reconhecimento facial e processamento de imagens. Portanto, é preciso entender também as manifestações do racismo “construídas e expressas na infraestrutura ou *back end* (por exemplo, nos algoritmos) ou através da interface (como símbolos, imagens, voz, textos e representações gráficas). (Silva, 2022, p. 26)

Gerson Santos (2021) recorda que as empresas e as plataformas fazem parte do circuito superior da economia urbana, enquanto os entregadores da luta antifascista atuam no circuito inferior, como a ponta mais precarizada dessa economia. Portanto, estaríamos diante de uma contradição urbana que implica uma psicosfera neoliberal — e diríamos também fascista — e uma tecnosfera digital que fluidifica o território. Contudo, existe a luta dos entregadores contra a lógica algorítmica da cidade, atuando no escancaramento de brechas e breques no fluxo logístico. São as falhas do capitalismo baseado na economia de plataforma que se desvelam nessa luta, nesse movimento social. Para Erick Felinto (2021), falha — em inglês *fail* ou *glitch* — é termo vinculado ao imaginário das redes, de uma fusão estranha e (permanentemente) inacabada entre antigo e novo, sagrado e profano, liberdade e controle. Do ponto de vista da geografia política, entendemos que as falhas ativam o contramovimento; elas em si mesmas são um contramovimento. Todavia é necessária uma pedagogia política que nos conduza à apropriação legítima desse contramovimento — dessas falhas —, que nos permita elaborar contradiscursos e construir contraespaços e, desse modo, descolonizar a imaginação algorítmica a fim de estruturarmos a luta assentada nas inteligências cidadãs — esse recurso que nos permite “adquirir e inventar a palavra coletiva” de sujeitos concebidos como “formação e processo” (Hansotte, 2008, p. 41).

Na perspectiva da geografia social crítica, Vicente del Casino aponta para a distorção crescente entre realidade técnica e con-

teúdo social. No presente, sobretudo na cidade informacional, ocorre uma fluidificação do território por mediação algorítmica que evidencia e visibiliza essa distorção, a qual finda por vulnerabilizar pobres não cadastrados, principalmente aqueles não conectados digitalmente, invisíveis em suas subcategorias na economia política digitalizada. Em paralelo e contraditoriamente, expande-se o cadastramento social que inclui novo léxico para subalternizar os sujeitos trabalhadores — renomeados de “clientes”, “colaboradores”, “parceiros” ou “empreendedores” pelas empresas-aplicativos — com o refinamento do tecnosolucionismo⁹ da economia de plataforma.

Os assim chamados apps e plataformas digitais impõem os/as trabalhadores/as, quase sempre, o rótulo de autônomo/as, sendo o trabalhador/a remunerado por tarefa ou lapsos temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e de remuneração, o que acarreta implicações importantes na dinâmica da gestão e controle da força de trabalho (dada a ausência de compromisso explícito de continuidade). (Filgueiras e Antunes, 2020, p. 32)

Nesse sentido, estamos diante do avanço impositivo do mecanismo de *crowdsipping*, ou seja, o uso de entregadores autônomos cadastrados em plataformas de distribuição de produtos

⁹ O tecnosolucionismo pode ser encarado como uma formulação ideológica que concebe a técnica em si — o progresso técnico universal e a-histórico — como a panaceia para os problemas socioeconômicos. Lamentavelmente, autores reforçam essa formulação quando afirmam a incontestabilidade do progresso técnico como elemento-chave da evolução das economias. Vejamos o trecho: “O progresso técnico tem sido no decorrer da evolução socioeconômica das nações o elemento-chave que impulsiona as economias, na busca de melhoria de padrões de subsistência das sociedades, desde que acarreta o aumento do produto gerado por trabalhador ou o aumento na relação produto/insumos. [...] Neste contexto, a busca do avanço tecnológico visa à *resolução dos conflitos advindos no âmbito da produção e distribuição de produtos* e um novo paradigma toma forma quando o caráter de uma nova invenção é de tal ordem que possibilite a ocorrência de mudanças autônomas e induzidas consideráveis que recuperem as taxas de retorno ao capital” (Kon, 1997, pp. 60-61, grifo nosso).

em domicílio. As lutas tanto judiciais quanto no “terreno”, isto é, nos protestos de rua, logo tomaram corpo contra a subordinação imposta pela plataformização do trabalho, como no caso dos entregadores espanhóis que levaram a cabo movimentos sociais para defender associações laborais em prol dos autônomos (Diez Prats et al., 2024). Para Jorge Sequera e Javier Gil:

É a cara oculta da plataformização do tecido urbano, que se destaca devido à aparição de novas formas de precariedade laboral [...], com baixos salários e menor proteção nos setores mais baixos [...], assim como a expansão do que denominamos de “gig workers”. Também conhecidos como trabalhadores *à la carte*, *crowdworkers* ou *microworkers*¹⁰, estas economias de subsistência se distinguem pela hiperflexibilidade e virtualidade. (Sequera e Gil, 2023, p. 18)

Trata-se de um urbanismo de plataforma como parte intrínseca à urbanização do capital, nas palavras pioneiras de David Harvey (Charnock e Ribera-Fumaz, 2023, p. 165). Em outras palavras, no contexto da economia do trabalho plataformizado, a subalternização do trabalhador é a contraface sociopolítica da algoritmização da vida — a face sociotécnica do capitalismo atual. Essa distorção vai de encontro à formação e à consolidação de uma cidadania que tenha uma ética territorial como horizonte e condicionamento de sua própria realização e que deve ser conduzida por sujeitos legítimos e plenamente constituídos como tais, lá onde vivem. A geografia social crítica que se insinua é aquela que escrutina os sujeitos e suas circunstâncias de tal modo que se vislumbre o (co)protagonismo desses sujeitos na condução das circunstâncias em lugar de se submeterem a elas como reféns. Vejamos um breve exemplo da sobrevalorização do tecnocentrismo durante a pandemia de Covid-19.

¹⁰ Termos tais como *crowdwork*, *work on-demand* e *digital labour* também podem aparecer na literatura como sinônimos para designar esse tipo de trabalho.

No Reino Unido, foi adotado um sistema algorítmico para atribuir os escores necessários aos estudantes prestes a tentar vagas em universidades, já que a normalidade do ano escolar de 2020 estava comprometida. Os dados que alimentavam o sistema não só se basearam no desempenho anterior dos estudantes como também tomaram como referência o ranqueamento estabelecido pelos professores sobre qual nota eles achavam que os estudantes poderiam alcançar ao final do período e, ainda, o desempenho histórico da escola. Como era de se esperar, escolas particulares foram beneficiadas — nestas, o número de notas máximas subiu cerca de 5%, o dobro da média de diferença histórica. O sistema, portanto, favoreceu elites e o determinismo de classe e geografia ao vincular a escola ao escore — além de adicionar uma variável discriminatória na atribuição arbitrária de notas pelos professores. Os estudantes protestaram com palavras de ordem explícitas, literalmente “Foda-se o algoritmo!”, em frente ao Departamento de Educação, pressionando para a suspensão do método. (Silva, 2022, p. 161)

Há um contexto político-ideológico que condiciona os discursos antifascistas no Brasil atual. O discurso antifascista se inscreve na interface das falhas, como atributo dos sujeitos que exercem um contrapoder; trata-se de uma microrresistência à algoritmização da vida. E isso se deve à conjuntura que se instaura no país nos últimos anos, mais precisamente após o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, em 2016. O auge dessa conjuntura marcada político-ideologicamente por uma polarização que evidencia os traços marcantes do fascismo na condução institucional da política nacional é alcançado, entre 2019 e 2022, com a gestão do governo de Jair Bolsonaro. Assim, o Brasil é atravessado por “um ciclo político conservador de frustração e de retrocesso social para as classes populares que é a resposta das classes e elites dominantes ao ciclo progressista e de esperança que se inaugurou com o primeiro governo de Lula da Silva (Santos, 2022, p. 102). Ideias-força remetidas à religião, à meritocracia e ao ódio marcam essa gestão que repercute o lema *Credere, Obbedire, Combattere* (Crer, Obedecer, Combater) das milícias que fundam o partido Nacional Fascista em novembro

de 1922, na Itália de Mussolini (Varela, 2001, p. 327). No período atual, recorrem ideologias militaristas, antidemocráticas e nacionalistas típicas das milícias fascistas do início do século XX, reforçando a ideia de Mason quando afirma que o fascismo pode emergir em quaisquer sociedades capitalistas, mas “sua vitória pode muito bem depender de circunstâncias nacionais específicas e de tradições históricas” (Bottomore, 1997, p. 147). Nesse sentido, as circunstâncias da história do presente remetem a realidade político-ideológica brasileira à emergência de práticas fascistas, sobretudo aquelas institucionais.

A luta do presente pode ser resumida entre aqueles que estão tecendo um comum e aqueles que rasgam a possibilidade do comum, como o governo de ódio de Jair Bolsonaro no Brasil, o governo de muros de Donald Trump nos Estados Unidos, e todas as criaturas monstruosas dos novos fascistas. (Brum, 2019, pp. 262-263)

“O fascismo é uma palavra que designa um gênero singularmente multiforme de política moderna” (Griffin, 1996, p. 300). Em aditamento, o fascismo pode ser definido como “uma forma de governo e sociedade na qual não se respeita a vontade do povo, a sociedade está organizada autoritariamente e as cúpulas dominantes ditam as regras do jogo e onde as forças privadas e públicas vigiam suas populações nas quais não confiam” (Minkinen, 2010, p. 27). Por conseguinte, Bolsonarismo e fascismo sinalizam mais do que uma rima: enunciam a atualização de uma identidade ideológica e suas perversas consequências sociopolíticas. Essa identidade fundamenta-se no fascismo que se pode nomear de societal, para empregarmos a expressão de Boaventura de Sousa Santos. Isto porque, nas condições conjunturais em que o Brasil se encontra a partir de 2016, parece lícito identificar, muito triste e facilmente, as formas de fascismo societal enumeradas por Santos no País. Para ao autor esse tipo de fascismo difere do regime político dos anos vinte, trinta e quarenta do século XX, mas, antes de tudo, trata-se de um regime social e civilizacional. Esse tipo fascista de sociabilidade assume

formas diversas, descritas pelo autor. Uma delas é o *fascismo do apartheid social*, que concerne à segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. Outra forma é o *fascismo do Estado paralelo* que são formas de ação estatal caracterizadas pela grande discrepância entre o direito escrito e a ação estatal prática, consistindo num duplo padrão de ação estatal nas zonas selvagens e nas zonas civilizadas.

Seguindo a descrição do autor, uma terceira forma é o *fascismo paraestatal* que se reporta à usurpação de prerrogativas estatais (de coerção e de regulação social) por parte de atores sociais muito poderosos. O *fascismo paraestatal*, por sua vez, apresenta duas vertentes: i) o *fascismo contratual* em que a parte mais fraca do contrato de direito civil é vulnerabilizada por não ter alternativa ao contrato; e ii) *fascismo territorial* que existe sempre que atores sociais com forte capital patrimonial retiram do Estado o controle do território para atuar em defesa de seus interesses particulares e contra os interesses do bem comum. Uma quarta forma é o *fascismo populista* através da promoção de dispositivos de identificação imediata com formas de consumo e estilos de vida que estão fora do alcance da maioria da população. Também, há o *fascismo financeiro* que comanda os mercados financeiros de valores e de moedas, bem como a especulação financeira. Destacamos desse conjunto de formas, o *fascismo da insegurança* que trata da

manipulação discricionária da insegurança das *pessoas e grupos sociais vulnerabilizados pela precariedade do trabalho*, ou por acidentes ou acontecimentos desestabilizadores, produzindo-lhes elevados níveis de ansiedade e de insegurança, quanto ao presente e ao futuro, de modo a fazer baixar os horizontes de expectativas e a criar a disponibilidade para suportar grandes encargos para obter reduções mínimas dos riscos e da insegurança. (Santos, 1998, p. 36, grifo nosso)

No Brasil, muito embora o fascismo societal como um todo tenha se expandido recentemente e se agravado pela polarização

político-ideológica que dilacera a sociabilidade no país, a forma de fascismo da insegurança articulada à forma de fascismo para-estatal — tanto o contratual quanto o territorial — nos chama a atenção quando se trata de decifrar a antigeopolítica intrínseca aos movimentos sociais urbanos. Em primeiro lugar, devido às condições desestabilizadoras que agudizam a precarização do mundo do trabalho, como sinalizado por Boaventura de Sousa Santos, expondo trabalhadores/as à espoliação¹¹. Em segundo lugar, em decorrência da gestão algorítmica do território que, tanto vulnerabiliza ainda mais os/as cidadãos/ãs na intersubjetividade de seu cotidiano laboral¹², tendo em vista os seus contatos e deslocamentos diários, quanto esgarça o tecido urbano de modo a atender às novas demandas das classes sociais privilegiadas, haja vista as prerrogativas de sua relativa imobilidade viabilizada pelas entregas em domicílio e todas as formas de serviços realizadas *on-line*. Dessas considerações, infere-se que há um traço fascista que distingue o momento histórico atual vivido no Brasil em relação aos anteriores, notadamente, em função da algoritmização da vida cotidiana que incide virulentamente sobre o mundo do trabalho.

O filósofo político Jason Stanley descreve a reincidência dos fascismos na contemporaneidade, ressaltando os métodos e as táticas políticas fascistas baseados no medo, no autoritarismo e na hipocrisia, notadamente no governo Trump, nos Estados

¹¹ “As empresas-aplicativo também repassam para os entregadores os custos do empreendimento. Eles precisam adquirir instrumentos de trabalho, desde mochilas de armazenamento e celulares, até motos que, em alguns casos, devem ser adaptadas segundo critérios pré-definidos, sem oferecer para tanto qualquer auxílio para a sua compra ou manutenção. Sendo assim, os entregadores, além de cederem bens gratuitamente ao capital, também assumem os riscos do negócio, uma vez que precisam arcar com a reposição de instrumentos de trabalho deteriorados” (Dias, 2020). “Ao contrário do ideário empresarial, estas relações [entre trabalhadores/as e empresas-aplicativos] são caracterizadas por uma intensa exploração do trabalho” (Filgueiras e Antunes, 2020).

¹² Concebemos o cotidiano “por excelência, o mundo da intersubjetividade — seja a dimensão espaço-temporal da vivência dos excessos de regulação e das opressões concretas em que elas se desdobram” (Santos, 1994, p. 224).

Unidos. Stanley admite que o fascismo diz respeito ao poder e ao líder político do país, além do que o fascista pinta a democracia como corrupta pois “o líder fascista mente e choca abertamente”. “Na política fascista, apela-se ao nacionalismo, à identidade de raça, e tenta-se criar uma hierarquia entre os que fazem parte da nação e os que não fazem, que são preguiçosos e criminosos” (Stanley, 2018). Em seu livro *How Fascism Works: the Politics of Us and Them*, Stanley afirma que a melhor maneira de se opor ao fascismo é ficar preso à verdade; não desumanizar outras pessoas e lutar pela igualdade, além de proteger alvos, mesmo se não for um deles. Reconhecemos que esses aspectos ressaltados pelo filósofo se aplicam à conjuntura brasileira durante o último governo federal. Note-se que a polarização político-ideológica que avassala o Brasil reforça a contraposição icônica entre quem se autodeclara “verde e amarelo” ou “patriota” e aqueles acusados de “vermelhos” ou “comunistas”, como uma forma de etiquetamento infundada.

Essa nossa leitura é ainda mais justificada quando cotejamos o que Theodor Adorno sistematiza sobre a personalidade autoritária própria do fascismo na Alemanha da década de 1930 e o Brasil atual. Rubem Casara em seu livro *Sociedade sem lei*, observa que o contexto histórico de dominação exige uma subjetividade acostuada com o uso da força, a relativização de direitos e o desprezo pelo conhecimento. “O fascista desconfia do conhecimento, tem ódio de quem demonstra saber algo que afronte ou se revele capaz de abalar suas crenças” (Casara, 2018, p. 133). Isso segue a hipótese formulada por Adorno: as convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo formam com frequência um padrão amplo e coerente, o que alguns chamam de “mentalidade” ou “espírito”, e esse padrão é expressão de profundas tendências de sua personalidade. Em *Estudos sobre a personalidade autoritária*, Adorno identifica uma série de características que revelam uma disposição geral do uso da força em detrimento do conhecimento e à violação dos valores historicamente relacionados à democracia. São as características da

personalidade autoritária do “fascista potencial” que podem ser detectadas no Brasil de agora. Vejamo-las:

1. *Convencionalismo* — aderência rígida aos valores da classe média.
2. *Submissão autoritária* — atitude submissa e acrítica diante de autoridades idealizadas pelo grupo.
3. *Agressão autoritária* — tendência a ser intolerante, estar alerta, condenar, repudiar e castigar pessoas que violem os valores “convencionais”.
4. *Anti-intraceção* — oposição à mentalidade subjetiva, imaginada e sensível, tendendo a ser impaciente e à recusa de qualquer compaixão ou empatia.
5. *Simplificação da realidade e pensamento estereotipado* — tendência a recorrer a explicações primitivas, hipersimplistas de eventos humanos.
6. *Poder e “dureza”* — preocupação em se autoidentificar com figuras de poder (“o poder sou eu”), enxergando a realidade por antagonismos (“forte-débil”, “dominante-dominado”, “herói-vilão”).
7. *Destrutividade e cinismo* — hostilidade generalizada somada à desconsideração dos valores atrelados à ideia de dignidade humana.
8. *Projetividade* — disposição para crer que no mundo existem ameaças e ocorrem coisas selvagens e perigosas.
9. *Preocupação com a sexualidade* — preocupação exagerada com o “sucesso” sexual e a sexualidade alheia.
10. *Criação do inimigo imaginário* — fantasia de inimigos e riscos sem amparo em dados concretos.
11. *O fiscal como juiz e a promiscuidade entre o acusador e o julgador* — todos querem exercer a função de acusador, e ao mesmo tempo, julgar os outros.
12. *Ignorância e confusão* — uma característica da personalidade autoritária é que ela se desenvolve no vazio do pensamento; o indivíduo não sabe sobre o que se manifesta ou é “semiformado” (possui diploma superior, mas é incapaz de reflexão).
13. *Pensamento etiquetador* — conexo ao pensamento estereotipado, divide-se o mundo em “homem mau”, “pessoas de bem”, “petralha”, “cozinha”, “personalidade voltada para o crime” etc.
14. *Pseudodemocracia* — distorções de valores e categorias democráticas para alcançar resultados antidemocráticos. (Casara, 2018, pp. 119-130)

Consoante Casara, grosso modo, a conduta tendencialmente fascista supõe o detentor de personalidade autoritária, convencido de que alguém deve ser punido por exteriorizar posições que considera insuportáveis, expressa em seus impulsos agressivos

mais profundos, enquanto tenta reforçar a crença de si como um ser absolutamente moral. “Um fascista cala no lugar em que a personalidade democrática naturalmente se expressaria” (Casara, 2018, p. 143). Assim, quanto aos fascistas, “pode-se não saber ao certo o que desejam, mas é possível identificar o que eles não suportam: a democracia” (Casara, 2018, p. 134). No contexto do fascismo societal que se realiza, configura-se uma gestão algorítmica do território que contraria uma gestão democrática do território¹³. Aquela gestão corrobora as injustiças territoriais persistentes no Brasil, especialmente as latentes ou manifestas nos espaços urbanos onde as práticas fascistas se alastram. Em outra oportunidade, tratamos o exemplo da insegurança pública na Cidade do Rio de Janeiro, onde o confronto banalizado entre milícias, facções do tráfico de drogas ilegais e as polícias — obriga os/as cidadãos/ãs a usarem aplicativos digitais, tais como *Onde Tem Tiroteio* e *Fogo Cruzado*, para garantirem minimamente um “deslocamento diário seguro” entre a residência e o local de trabalho.

Nas áreas opacas da cidade, o custo cidadão é muito elevado em comparação ao básico para se levar uma vida cidadã digna nas áreas luminosas, para empregarmos metáforas caras a Henri Lefebvre e Milton Santos. Essa mediação algorítmica está posta na gestão do território implicando uma governança digital e informal que só escancara a injustiça territorial, pois a Zona Sul, área mais abastada do Rio de Janeiro, pouco ou nada registra de tais confrontos da cidade sitiada, enquanto as Zonas Norte e Oeste, e sobretudo as áreas favelizadas, registram elevados casos

¹³ Na geografia brasileira, a noção de gestão do território é lançada por Bertha Becker e seus colaboradores, no âmbito do LAGET — Laboratório de Gestão do Território / UFRJ, em 1987. Para a autora, a gestão do território é “uma prática do poder no espaço cientificamente formulada e tecnicamente exercida, a gestão é um conceito que integra elementos da administração de empresas e elementos da governamentalidade” (Becker, 1991, p. 347). Por seu turno, a gestão algorítmica do território acresce à definição original uma atualização referente aos avanços técnico-científicos que fazem da mediação algorítmica — uso de aplicativos digitais — uma condição para a uso político, econômico e cultural do território.

de feridos e mortos devido aos tiroteios, mesmo que os moradores destas áreas utilizem os referidos aplicativos digitais (Lima, 2022b). Também poderíamos mencionar a injustiça territorial corroborada pela gestão territorial dos serviços de bicicletas compartilhadas na Cidade do Rio de Janeiro em face das parcelas seletivas do território da cidade que são atendidas por esse serviço. As regiões com menor ou nenhuma existência do serviço de bicicletas compartilhadas apresentam altos índices de criminalidade. “Em contrapartida, onde existe o sistema observa-se não apenas um maior nível de policiamento, como também há maior monitoramento por câmeras do Centro de Operações Rio (COR), este último, marca do processo de *smartização* da cidade” (Costa, 2022, p. 151). Contudo, resistências há.

DISCURSO ANTIFASCISTA DO MOVIMENTO SOCIAL: UMA ANTIGEOPOLÍTICA

“Ninguém nesse país tem mais direito de estar na rua protestando que os entregadores, porque a gente já está na rua e aglomerado. Quando sai um pedido no restaurante, junta 20, 30, 40 entregadores para pegar os pedidos. Então, as pessoas que falam que não era pra estar na rua vão ter que lidar primeiro com a hipocrisia.”

Paulo Galo

Nesta seção, gostaríamos de sublinhar a sociedade em movimento — escopo maior para a expressão movimento social — na América Latina, com o fito de contextualizar o Brasil atual nos termos de mobilização e organização social que encaram a nova fase do capitalismo e a sua economia de plataforma. No início do século XXI, três décadas após a instauração do neoliberalismo na região, a realidade latino-americana redesenha um panorama marcado por processos que conduzem e ordenam a atual perspectiva do conjunto da existência social. Neste sentido,

Aníbal Quijano sistematiza oito dentre os maiores processos, os quais reproduziremos sucintamente com o intuito de destacar três deles: i) o aumento da resistência popular e a deslegitimação do neoliberalismo; ii) a nova subjetivação social ou a constituição de novos sujeitos sociais; e iii) um horizonte de conflitos de poder.

Dentre os processos apontados por Quijano (2004, pp. 144-154), vislumbram-se: 1) A contínua e crescente *polarização social* da população; 2) A nova *privatização social do Estado*; 3) A *recolonização do controle dos recursos* de produção e do capital no seu conjunto; 4) O *aumento da resistência popular* e a deslegitimação do neoliberalismo. Ainda que o “*caracaso*” de 1989 deva ser considerado como ponto de partida desta tendência, as vítimas das políticas neoliberais começaram a se mobilizar e a se organizar de muitas maneiras para protestar contra estes processos e para resistir à sua continuação e ao seu aprofundamento. Em alguns casos, estes protestos e mobilizações produziram autênticas irrupções sociais, e, com a crise e a remoção de vários governos, chegaram a fazer pressão na eleição de governos com discursos antiliberais, como na Venezuela, na Argentina e no Brasil.

Na sequência, temos: 5) O *aumento da instabilidade política*, embora ainda com o voto sendo o mecanismo da alternância de governos; 6) *Crescente ocupação militar do território* latino-americano pelas forças armadas dos Estados Unidos; 7) *Um processo de nova subjetivação social ou a constituição de novos sujeitos sociais*. De fato, foram se formando novos sujeitos sociais, com novas reivindicações, discursos e formas de organização e de mobilização¹⁴, e que fizeram já o seu ingresso na cena política

¹⁴ Esclarecemos que a mobilização é um aspecto inerente à formação de um movimento social. Especificamente, ainda que numa visão funcionalista, os movimentos sociais surgem em função de i) um contexto social, por meio ii) da ação de ativistas e de iii) suas crenças sobre as causas fundantes da ação a partir de iv) um evento disparador. Se esses quatro elementos existirem, há probabilidade de acontecer uma mobilização. O movimento social decorre da articulação de todos esses momentos (Giddens e Sutton, 2017, p. 326). Jose-

como atores decisivos em alguns países. É o caso do movimento dos indígenas, especialmente no Equador, no México e na Bolívia e do incipiente processo de mobilização e organização dos chamados afro-latino-americanos em vários países, particularmente no Brasil, na Colômbia e no Equador. Relativamente ao campesinato, destaca-se, no Brasil, o maior movimento organizado de trabalhadores do campo em todo o mundo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Por fim: 8) *Um horizonte de conflitos de poder*. Tem crescido na região a parte da população que caiu nas armadilhas criadas pelo capitalismo atual: i) sem o mercado ninguém pode hoje sobreviver e ii) sem o Estado ninguém pode viver. A população enredada nestas armadilhas específicas da fase atual do capitalismo, de um lado, se vê forçada a aceitar qualquer forma de exploração para sobreviver. Crescem espaços ativos como o dos “*piqueteros*” na Argentina, que é um movimento de trabalhadores desempregados, sobretudo urbanos. Esses processos de nova subjetivação social são produzidos na América Latina, tal como no resto do mundo, pela aceleração e o aprofundamento das tendências principais do capitalismo, particularmente a contínua polarização social. E os novos sujeitos sociais que surgem não somente estão já na cena do conflito, mas têm todas as condições de crescer, precisamente pelas próprias determinações da crise. Tudo isso implica já, ou poderia implicar, que o próprio padrão de poder atual poderia ser ou chegar a ser finalmente o foco mesmo do conflito.

Da sistematização panorâmica oferecida por Quijano, destacamos aquelas que nos permitem entender melhor como se forma o movimento social de trabalhadores na luta contra o inimigo comum: *o capitalismo e sua ideologia política neoliberal*. Reiteramos que essa luta implica a formação de conflitos, a redefinição de sujeitos sociais que afirmam o valor da diferença, bem

pa Cucó afirma: “quando as mobilizações [das bases populares] culminam na transformação da estrutura urbana, elas se denominam movimentos sociais urbanos” (Cucó, 2008, p. 192).

como a elaboração e a execução de projetos políticos, como sinalizado por Secchi em sua abordagem sobre a “nova questão urbana”. Os movimentos sociais se inscrevem, incontornavelmente, nesse processo socioespacial conflituoso como formas poderosas de ação coletiva¹⁵. Expandindo o horizonte dos conflitos de poder, a ideia de que a nova subjetivação social ou a constituição de novos sujeitos sociais condiciona a formação de espaços ativos é fundamental para contextualizar, teórica e empiricamente, os movimentos sociais como tentativas coletivas de mudança. Mudar, inclusive, as condições de vida existentes nas cidades.

Para a sociologia política, o movimento social¹⁶ é agente da mudança social e não apenas produto dela, podendo ser concebido como “esforço coletivo de favorecer um interesse em comum ou assegurar um objetivo em comum, sobretudo por meio de ações externas à esfera das instituições tradicionais formais e políticas” (Giddens e Sutton, 2017, p. 325). E mesmo que a globalização neoliberal, em seu estágio plataformizado, venha acom-

¹⁵ Tais formas de ação coletiva devem sustentar sua relação com a orientação da luta de classes, e “em particular de sua expressão concentrada: a luta política de classes, na medida em que a vitória reivindicativa pode ser questionada se não for traduzida numa nova orientação das políticas estatais e num esforço de mecanismos de controle popular” (Castells, 1980, p. 26). O combate ao fascismo liderado pelos entregadores parece explicitar essa (re)orientação do controle social que oprime a classe trabalhadora.

¹⁶ Boaventura de Sousa Santos argumenta que é debatível se a diversidade de movimentos sociais pode ser reconduzível a um conceito ou a uma teoria sociológica únicos; mesmo assim, arrisca a reproduzir Dalton e Kuechler que definem movimento social como “um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem política existente e que os prossegue por vias não institucionalizadas, invocando potencialmente o uso da força física ou da coerção” (Santos, 1994, p. 221). Castells declara que os movimentos sociais jogarão um papel decisivo no sistema político do século XXI e nos propõe uma breve definição: “movimentos sociais são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (Castells, 1999b, p. 20). Nessa perspectiva, “a cidade seria o lugar em que materializa a relação complexa entre vida cotidiana e sistema” (Pintos, 1990, p. 312).

panhada de uma tendência estrutural de concentração de poder que arruína o seu potencial humanitário, não obstante,

para cada tendência da homogeneização existe uma contratendência em direção à reafirmação ou inclusive à ressurreição das diferenças. E para cada movimento da concentração de poder existe um movimento contrário em direção à descentralização de poder. Assim, a globalização pode ser vista como a ocidentalização à qual se opõem diversas contratendências e movimentos sociais. (Peet, 2004, p. 13)

De acordo com Rudá Ricci, a sociologia brasileira não interpreta os movimentos sociais de modo homogêneo, pois alguns autores os analisam como portadores de um impasse estrutural que os impele ao corporativismo, ao passo que outras vertentes os percebem como germes de uma nova sociedade civil, instituinte de novos direitos e de uma nova engenharia pública. Pode-se, igualmente, verificar inflexão política no campo dos movimentos sociais e atentar para tendências analíticas que os interpretam mediante o papel das redes sociais “que permitiria melhor compreensão das novas estruturas, fluidas e marcadas por um novo tipo de militância social espontânea e cada vez mais individualizada, com diferenciados graus de engajamento” (Ricci, 2015, p. 586). Nos aproximamos da vertente que interpreta os movimentos sociais como forças sociopolíticas instituintes — e não apenas reativas, metacorporativas ou como meros instrumentos de intermediação de interesses — capazes de redesenhar os rumos da sociedade e dos espaços que lhes correspondem, isto é, o devir da sociedade que produz o seu espaço para nele se reproduzir. Nos aproximamos assim do conceito de novos movimentos sociais desenvolvido nos anos 1990, valorizando a autonomia dos microprocessos da vida cotidiana como elementos de coesão das novas mobilizações sociais. No âmbito das ciências políticas, é sempre oportuno recordar:

Para os movimentos sociais, a origem da mobilização da ação coletiva e da reivindicação se encontra na encruzilhada entre valor de uso e valor de

troca, na defesa de determinados valores e representações, em termos de paisagem, de identidade, de práticas cotidianas, de conservação ecológica ou da distribuição equitativa dos recursos. (Prunier, 2020, p. 81)

Para a geografia política, segundo Delphine Prunier, as transformações socio-territoriais, impulsionadas por diferentes tipos de atores e processos, são o ponto de partida, ou seja, o detonador dos movimentos sociais, pois criam ou provocam a necessidade da resistência. Para ela, a apropriação do espaço em suas diferentes acepções materiais e simbólicas constitui o objetivo para o movimento social, além de estabelecer uma estratégia e um recurso de poder. A autora entende que, “embora esses movimentos não disponham de força coercitiva, seus principais recursos e ferramentas se encontram na legitimidade, na identidade, na cultura, na prática espacial e no caráter coletivo de suas ações” (Prunier, 2020, p. 79). Ainda no escopo político-geográfico, os movimentos sociais os movimentos sociais poderiam ser considerados uma unidade ativa, isto é, como “todo grupo de pessoas caracterizado por uma estrutura que contém dois elementos essenciais, uma Cultura e uma Organização” (Montbrial, 2008, p. 5)¹⁷. Logo, o movimento social é uma

resposta de grupos de cidadãos diante de um problema determinado e como expressão coletiva de um conflito social desde um âmbito e contexto de vizinhança, pacifista, feminista, ecologistas, dentre outros, tendendo a transformar os problemas sociais em objetivos potenciais de ação coletiva. (López Trigal, 2013, p. 214)

Para a geografia social, “os movimentos sociais são inerentemente processos espaciais, conquanto envolvam estratégias que

¹⁷ Fazemos uma referência à noção político-geográfica apresentada por Thierry Montbrial (2008). Uma unidade ativa contém uma cultura comum — valores compartilhados — e uma organização — elementos relacionados e coordenados entre si. Estados seriam exemplos dessas unidades, assim como Igrejas, grandes corporações, grupos terroristas, máfias etc. Entendemos que alguns movimentos sociais também o são.

contestam, controlam ou repensam o uso e a organização do espaço” (Miller, 2000 *apud* Del Casino Jr., 2009, p. 172). Procurando entender a questão urbana no Brasil, Benício Schmidt e Ricardo Farret escrevem que “os movimentos sociais são basicamente sistemas de ação conflitantes, onde os agentes sociais buscam sua própria identidade na luta por melhores condições” e por isso eles “não são somente respostas à crise concretamente sentida. Isso distingue movimentos sociais dos movimentos puramente reivindicatórios” (Schmidt e Farret, 1986, p. 61). Está claro que esse tipo de movimento é encarado como força social coletiva organizada, para recuperar uma definição lacônica do historiador Edward Thompson. Segundo Tournaine, para entender os movimentos sociais, do ponto de vista analítico, podem-se aplicar os seguintes princípios: i) a *identidade* (referente a sua autodefinição); ii) o *adversário* (referente ao seu principal inimigo); e iii) a *visão ou modelo social* (referente a sua meta societal, ao tipo de ordem ou organização social almejado) (Castells, 1999b, pp. 95-96). Aplicando tais princípios, em São Paulo, cogitamos o exemplo de i) entregadores antifascistas que desafiam as ii) circunstâncias opressoras da economia de plataforma visando à iii) constituição de uma sociedade democrática na qual presida a justiça territorial.

Resta mencionar que, no Brasil, um estudo precursor sobre os movimentos sociais e sua relação com a territorialidade foi desenvolvido por Bernardo Mançano Fernandes acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), durante os anos 1990. Mais tarde, o autor afirmaria que os movimentos sociais são uma categoria geográfica e propôs enriquecer as leituras desses movimentos para além do enfoque na organização e na identidade amplamente realizados pelas Ciências Sociais, dedicando atenção analítica ao território multidimensional, complexo e resistentes (Fernandes, 2005). O geógrafo ainda reforça a dimensão territorial dos movimentos sociais, afirmando que “movimento socioterritorial é um conceito geográfico para analisar os movimentos que produzem e são produzidos por territórios. A existência dos movimentos socioterritoriais não pode

ser compreendida sem o território” (Fernandes, 2019, p. 38). Daí nosso interesse em identificar empírica e territorialmente novos sujeitos aí implicados, como os/as trabalhadores/as urbanos/as vinculados/as aos serviços de entrega em domicílio — doravante denominados/as ciclotrabalhadore — que constituem aquilo que Jessé Souza categoriza como batalhadores, com seu discurso próprio e seus projetos políticos antifascistas em meio ao horizonte de conflito estrutural de poder tensionado entre capital e trabalho. Mais que isso, sugerimos que essa luta corresponde ao movimento social que, por seu turno, encerra o âmbito de uma antigeopolítica dos corpos sensíveis, como buscaremos esclarecer na seção subsequente. Nosso enfoque analítico explicita uma geografia crítica dos espaços do ativismo político, em outras palavras: uma geografia política crítica dos ativismos urbanos.

Contudo, em que consiste o discurso antifascista desses batalhadores? Trata-se do discurso que fornece estruturas — cognitivas e emocionais — pelas quais compreendemos o mundo. O alcance dos movimentos sociais está muito vinculado à potência dos seus discursos. Poderíamos até falar em contradiscursos dos movimentos¹⁸, admitindo-se que os sujeitos sociais protagonizam um enfrentamento aos discursos oficiais hegemônicos que os oprimem. Damos por certo que Antonio Gramsci inaugura os mais acurados estudos sobre o fascismo histórico, aquele surgido como mobilização oportunista, movimento, proposta, partido político, ou regime na era dos imperialismos e do capitalismo monopolista. E, naquele momento, Gramsci iluminava elementos que se encontram nos neofascismos da história do nosso presente diante dos enlaces perniciosos do neoliberalismo

¹⁸ Referindo-se à realidade indiana, Dhirubhai L. Sheth reporta como nos anos 1990 grupos de ativistas reoxigenaram a sua ação política com discursos contrários à globalização. Esses discursos tinham como objetivos de longo prazo construir e sustentar processos institucionais para a solidariedade global; criar uma política global de movimentos populares para construir uma estrutura alternativa ao governo global, baseada em princípios democráticos. A essa situação reportada o autor denomina de “o contradiscurso dos movimentos” (Sheth, 2005, p. 97).

como ideologia política e econômica. Na concepção gramsciana, “o liberalismo era entendido não segundo a ideologia do livre-cambismo, e sim como o tipo de intervenção estatal que propicia o ambiente para a livre iniciativa do capital” (Secco, 2022, p. 132). Nesse sentido, os discursos produzidos pelas forças sociopolíticas do fascismo hegemônico fazem parte do exercício de poder, ou melhor, das linhas de tensão intrínsecas às relações de poder, obviamente, sem imunidade quanto às reações contrahegemônicas. Assim, igualmente, esses discursos fortalecem o eixo próprio da ação coletiva¹⁹. “Como reagir?”, indagava-se Gramsci, exortando uma atitude contra o fascismo.

Os movimentos sociais urbanos “se alçam contra o ‘espaço de fluxos’, uma forma de articulação espacial de poder e riqueza característica de nosso mundo” (Cucó, 2008, p. 191). Nunca é demais ressaltar, um mundo condicionado fortemente pelo neoliberalismo. E isso incita o fortalecimento dos “espaços de lugares”, de horizontalidades assentes na solidariedade. De acordo com Eliane Brum, para encarar a realidade social com o intuito de melhorá-la, devemos criar comunidade, o “que exige presença, exige corpo, exige debate, exige negociação, exige compartilhamento real”, haja vista que “o ativista é aquele que deixa o conforto de seu entorno protegido para exercer a solidariedade” e que “a solidariedade é um gesto temido pelos autoritários” (Brum, 2019, p. 299). Para a jornalista, os perversos — diríamos, os fascistas — tentam banir os movimentos sociais. Sublinhamos que a solidariedade aqui referida pertence a outra epistemologia — distinta da epistemologia moderna — “para a qual o ponto de ignorância é o colonialismo e o ponto de saber é a solidariedade (conhecimento como emancipação)” (Santos, 1998, p. 44). É a solidariedade que reconstrói o espaço-tempo da deliberação democrática. Fica claro que os movimentos sociais geram

¹⁹ “É possível dizer que em um país como o Brasil, os movimentos urbanos somente se constituirão em verdadeiros movimentos sociais autônomos quando aglutinarem as reivindicações populares ao redor de *um eixo próprio de ação*” (Schmidt e Farret, 1986, p. 62, grifo nosso).

fricção à ordem instituída, daí Boaventura de Sousa Santos referir-se a eles como uma novidade crítica da regulação social capitalista; movimentos que “denunciam, com radicalidade sem precedentes, os excessos da regulação da modernidade” (Santos, 1994, p. 222). Tratamos, assim, da solidariedade de dissidências que reforçam contra-espacos, esses espacos ativos engendrados no horizonte de conflitos de poder, nos quais se exerce, por assim dizer, um contrapoder²⁰.

Como evidenciado na questão central que levantamos, sugerimos uma leitura complementar àquelas encontradas no tratamento dos movimentos sociais urbanos, ainda que, sobre abordagens e enfoques teórico-metodológicos acerca dos movimentos sociais urbanos, exista um vasto horizonte já vislumbrado e debatido. Maria da Glória Gohn afirma que “resumidamente, podemos dizer que a respeito dos movimentos sociais temos as seguintes correntes teóricas: a histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista” (Gohn, 2008, p. 27). Por seu turno, baseada em Gohn, Regina Bega dos Santos (2008, pp. 19-26) faz algumas adaptações e sistematiza abordagens e enfoques sobre os movimentos em tela. Na abordagem estrutural, ela destaca os enfoques i) econômico-estrutural no qual os movimentos sociais atribuem ao capitalismo a origem dos problemas e procuram desenvolver estratégias e práticas de luta que modifiquem as estruturas da sociedade; ii) histórico-estrutural que enfatiza os processos políticos decorrentes da luta de classes para além das contradições entre capital e trabalho, visando àquelas no inte-

²⁰ Muito embora Boron faça uma crítica ao que ele denomina dualidade de poderes baseada na convicção de que “diante do poder oficial e suas agências, existia um embrião, já suficientemente forte, do poder ‘dos de baixo’. [...] Portanto, nada mais distante de um ‘contrapoder’ que remeteria a uma multidão amorfa, ou à incomensurável multiplicidade dos corpos” (Boron, 2004, p. 105), estamos convencidos que a noção de contrapoder expressa mais que uma dualidade, mas sim a dialética dos conflitos sociais por meio da contraposição inerente entre o exercício do poder e da resistência, ambos como imanentes à própria relação. O contrapoder é a manifestação da resistência que almeja os seus contra-espacos.

rior dos aparelhos de Estado; e iii) dos historiadores ingleses que enfatizam a história da classe operária.

Regina Santos (2008) identifica ainda a abordagem cultural-weberiana com os enfoques i) da ação social, valorizando as práticas democráticas de pressão; e ii) institucional, reconhecendo o objetivo de os movimentos interferirem nas políticas públicas. Em outras abordagens culturais, enumeram-se os enfoques: i) neoidealista, que enfatiza os chamados movimentos de minorias: mulheres, negros, homossexuais, bem como os movimentos pacifista e ambientalista; e ii) neopositivista, que vê os movimentos como manifestações comportamentais coletivas, oriundos do desejo de participação na sociedade, tratada em contraposição ao Estado. Por fim, repercutindo a elaboração de Ana Maria Doimo, há outras possibilidades interpretativas com os enfoques i) estrutural-autonomista, calcado nos postulados das contradições urbanas inerentes ao conflito capital / trabalho e da sociedade civil que se organiza autonomamente; ii) cultural-autonomista que enfraquece o enfoque anterior e revaloriza a cultura e a subjetividade na elaboração dos conflitos sociais contra a racionalidade instrumental do Estado; e iii) institucional, para o qual os novos movimentos urbanos estariam mais vinculados à ampliação dos direitos da cidadania do que aos compromissos com as mudanças estruturais das relações capitalistas.

Visando contribuir para essa sistematização de abordagens e enfoques, elegemos a geografia política crítica como escopo epistêmico, nomeadamente, por meio da antigeopolítica, como uma chave de leitura desses movimentos, uma espécie de entrada analítica para a sua decifração. Uma geografia política crítica, como metodologia, implica uma análise até certo ponto heterodoxa dos fenômenos e fatos geopolíticos em relação a outras perspectivas mais tradicionais. Essa geografia política crítica tenta desconstruir os discursos de poder institucionalizados e, portanto, construir novas visões políticas das relações socioespaciais. O desafio da nova geografia política que “recuperou e reconsiderou a fundo o papel da identidade, da cultura e do lu-

gar na construção do espaço social — consiste em oferecer visões da realidade alternativas às do pensamento único dominante”, conforme salienta Joan Nogué (2006, p. 211). Já a expressão geopolítica crítica, designando um enfoque particular da disciplina, foi utilizada pela primeira vez na tese doutoral escrita por Ó Tuathail sob a orientação de John Agnew, e defendida em 1989. Para Painter (2008, p. 65), “as geopolíticas críticas emergem durante os anos 1990 como um meio de repensar o conceito de geopolítica deslocando-o para além das teorias realistas tradicionais e da polarizada confrontação política Leste-Oeste da Guerra Fria”.

Alhures (Lima, 2013), sistematizamos uma série de assertivas acerca da antigeopolítica, como as que seguem. A antigeopolítica trata da construção de contraespaços como alternativas sociopolíticas criativamente antagônicas à ordem geopolítica dominante. A antigeopolítica aborda a (des)construção de espaços de resistência, entendida esta última como a prerrogativa social de uma existência distinta da que presentemente experimenta a maioria dos segmentos sociais. A antigeopolítica trabalha com a equação propositiva de que um outro mundo é possível somente quando o mundo do outro é possível. A antigeopolítica aporta um modo de deslocar o centro das atenções do Estado territorial para outras formas de entidades políticas como os movimentos sociais, grupos anticoloniais e ativistas antiglobalização. As histórias de resistência podem ser caracterizadas como “geopolíticas de baixo para cima” emanando de posições subalternas (i.e. dominadas e/ou subalternizadas) dentro da sociedade e que desafiam a hegemonia cultural, econômica, política e militar do Estado e de suas elites.

A resistência constitui o núcleo duro da antigeopolítica, ou seja, a categoria de análise chave para o entendimento das práticas antigeopolíticas. Resistência que não se deve confundir com quaisquer outras circunstâncias em condição de exterioridade às relações de poder, mas, antes de tudo, como parte imanente dessas relações mesmas, acatando-se a célebre proposição de Foucault: onde há poder, há resistência. Então, como entregado-

res de São Paulo exercem essa resistência munidos de um discurso antifascista? Antes de tudo, vejamos como categorizá-los.

Emerge uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial, que se situa entre a “ralé” e as classes média e alta. Nova classe trabalhadora brasileira que é “nova” posto que resultado de mudanças sociais profundas que acompanharam a instauração de uma nova forma de capitalismo no Brasil e no mundo. Batalhadores brasileiros: uma nova classe de trabalhadores. Essa classe conseguiu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo o que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho. (Souza, 2010, pp. 26 e 50)

O exemplo de batalhador em movimento social que elegemos é Paulo Roberto da Silva Lima (codinome Galo de Luta ou Paulo Galo). Em março de 2020, Paulo Galo, realizava seu trabalho de entregador, quando o pneu de sua bicicleta furou. Ao ligar para a empresa Uber para explicar que não conseguiria concluir o pedido, ela garantiu que não havia problemas. No entanto, no dia seguinte, Galo se viu bloqueado no aplicativo que lhe dava sua única renda. Ele então relata sua instância em um vídeo que viralizou nas redes sociais brasileiras. Como resultado, Galo criou o movimento “Entregadores Antifascistas”. Com o “Breque dos Apps”, a mediação algorítmica é desafiada. O entregador também lançou uma petição *on-line*, que já conta com mais de 380 mil assinaturas, passou a denunciar as condições que enfrentava e, conseqüentemente, iniciou um movimento. O movimento dos “Entregadores Antifascistas”, ganhou mais força quando chegou à Internet e “tornou-se um dos movimentos grevistas mais significativos do ano de 2020 no Brasil”.

Por isso, alguns autores arriscam a falar da “digitalização dos movimentos sociais e de seus efeitos em termos de novas expressões de democracia, cidadania e territorialidade” (Prunier,

2020, p. 80). Com a sua crescente relevância, o movimento dos entregadores antifascistas tem sido amplamente coberto por importantes meios de comunicação no Brasil. Esse movimento questiona não apenas a formatação fascista das relações de trabalho, mas também a submissão dos/as trabalhadores/as às condições impostas pelas plataformas digitais às quais se vinculam. A gestão algorítmica do território também é colocada em xeque, pois a ela se enredam os constrangimentos cotidianos desses trabalhadores que são territoriantes²¹ contestadores.

O trabalho por plataformas digitais ou aplicativos caracteriza-se pela realização de serviços mediados por algoritmos. A relação jurídica dos trabalhadores com as empresas de plataforma — iFood, Rappi, UberEats, Glovo, Loggi, para citar algumas —, não é estabelecida por vínculos empregatícios. Por conta disso, os entregadores estão destituídos de direitos trabalhistas básicos. Para justificar a falta de direitos, essas empresas estabelecem uma narrativa que promete aos trabalhadores “autoemprego”, ou seja, trabalho autônomo e flexibilidade para gerir o seu próprio tempo. No entanto, é a empresa-aplicativo que detém *o poder para definir a remuneração, para distribuir os entregadores no tempo e no espaço*, para controlar a produtividade e para desligá-los segundo critérios nem sempre claros, *“tudo sob o aparente comando dos algoritmos”*. (Dias, 2020, grifos nossos)

“Nós não conseguimos ficar voltando para casa para comer, nem trazer marmita porque fica virando e azeda, e não temos dinheiro para comer fora todo dia. Então, muitas vezes, a gente trabalha com o estômago vazio e com comida nas costas”, conta

²¹ Segundo Muñoz (2010), os territoriantes constituem as populações que, graças à mudança de escala dos transportes e das telecomunicações, podem desenvolver diferentes atividades em pontos diversos do território de forma cotidiana. “O territorialiante estabelece sua relação com o espaço metropolitano a partir de um critério de mobilidade — os lugares onde desenvolve atividades — mais que a partir de um critério de densidade — o lugar que estatisticamente o fixa ao espaço segundo onde se localize sua residência principal”. Deduz-se facilmente que os entregadores de aplicativos, mais do que habitantes, são territoriantes da metrópole.

Galo (Fonseca, 2020). Paulo Galo é um trabalhador temporário e o fundador do movimento social que consiste em 40 entregadores presentes em 11 estados. Galo afirma: “Eu criei tudo, fui o primeiro entregador a aparecer, a bater. Mas o movimento é formado por trabalhadores intelectuais, tem vários deles fazendo faculdade de Arquitetura, Ciência Política. Eu nem terminei o ensino médio”. Estimou-se em 2019 que havia 4 milhões de brasileiros “empregados” por empresas como Uber, iFood, 99 e Rappi, constituindo alguns dos maiores “empregadores” do País.

A atuação desses batalhadores é compatível com a concepção de antigeopolítica que definimos há pouco. Isso porque a atuação desses entregadores em seu movimento antifascista corporifica as estratégias de construção de contra-espços como alternativas sociopolíticas criativamente antagônicas à ordem geopolítica dominante marcada claramente por fascismos societais. Como salientamos, o tipo de fascismo societal paraestatal, em suas modalidades contratual e territorial são os que mais afetam esses batalhadores, uma vez que estão submetidos a um trabalho precarizado, mediado por aplicativos cujas plataformas solapam a autonomia e a dignidade desses/as cidadãos/ãs. Paulo Galo chega a questionar se a carteira de trabalho assinada deveria ser o principal mote da luta de sua classe de trabalhadores, vislumbrando uma autonomia cidadã que suplante o contratualismo formal. Arriscamos a dizer que subjaz no discurso de Paulo Galo uma concepção de autonomia da sociedade que esgarça o poder explícito restrito a um aparelho de Estado, referindo-se também à auto-organização, a uma espécie de autogoverno da coletividade. Se for assim, trata-se de um discurso que questiona a sociedade heterônoma e seus aparelhos de Estado sancionadores da opressão estrutural (Souza, 2002, p. 424).

A questão urbana é desafiada desde as suas bases, isto é, desde uma geopolítica de baixo para cima — uma antigeopolítica que encontra na luta antifascista o seu eixo de ação.

Quando eclodiram as manifestações antifascistas e antirracistas, em junho, Galo resolveu ir ao ato em São Paulo para entender o funcionamento de um protesto — sonhando em um dia, fazer algo semelhante pelas pautas dos entregadores. Chamou alguns colegas ciclistas e foi para as ruas. “Eles toparam e perguntaram qual era o nome do grupo. Eu pensei na hora: Entregadores Antifascistas”, diz. Acostumado aos protestos e reuniões do movimento negro, que frequenta desde pequeno, Galo tomou a frente do que ele conta ter sido o ato que marcou sua vida. “Teve um momento em que se abriu uma espécie de Mar Vermelho para os entregadores passarem, enquanto todo mundo batia palma. O quanto eles colocaram a autoestima no coração dos caras, no meu... E autoestima muda as pessoas, dá poder. Os Entregadores Antifascistas se estruturaram ali”, lembra. (Fonseca, 2020)

O movimento social liderado pelos entregadores de São Paulo encerra uma antigeopolítica da cidade informacional que se reinventa na busca da gestão democrática do território, na luta pela dignidade do territoriante, no combate à algoritmização da vida cotidiana, na repulsa ao tecnosolucionismo hegemônico, enfim, como protesto ao capitalismo atrelado numa economia de plataforma fascista que limita o horizonte de desejo dos/as cidadão/ãs à mera condição de “batalhadores”. Trata-se, em última instância, de uma luta social contra as forças executivas da opressão, insinuando “uma ampla política de resistência ao neoliberalismo e ao capitalismo”, de acordo com David Harvey. O geógrafo advoga uma teoria do particularismo militante, segundo a qual “todos os movimentos políticos de base ampla têm como origem lutas particulares em lugares e momentos particulares” (Harvey, 2006, p. 315). Esse parece ser o caso do movimento social que enfocamos aqui, ou seja, há uma dialética pela qual a passagem da particularidade à universalidade não se exime de tensão política, e, em muitos casos, até mesmo de violência. Como argumento, da entrevista concedida a Correia (2020), reproduzimos as lapidares palavras de Paulo Galo:

Não dá para gritar fome, se não tenho o direito de gritar. Se tem um Brasil que acha que quem tá lá de cima tem que mandar quem tá embaixo calar a boca. Além disso, quando você tem um aplicativo que coloca um robô para dialogar conosco e coloca uma dívida para o trabalhador. E o trabalhador tenta dialogar com a empresa, mas os caras não querem dialogar, isso é fascismo. O aplicativo é fascista.

Perspectiva: uma antigeopolítica dos corpos territoriantes

Concluimos com uma perspectiva: aquela que nos remete aos sujeitos corporificados de direito, para resgatarmos uma expressão valorizada por Ana Clara Torres Ribeiro. Essa perspectiva corpórea se pode acoplar à antigeopolítica dos batalhadores urbanos que analisamos. Trata-se, por conseguinte, de uma antigeopolítica de corpos sensíveis. Uma antigeopolítica de corpos de territoriantes que habitam a metrópole de geometria variável e densidades humanas contraditórias. O movimento social que analisamos é, sobretudo, o movimento de corpos sentientes — que sentem fome, sede, cansaço, calor ou frio — mas equivalentemente corpos que afetam e são afetados pelo desejo, logo, também são corpos sensíveis e desejantes de *serem* espaço. Nessa última condição, abre-se o horizonte de desejo por uma vida digna numa sociedade decente territorialmente acolhida. A sociedade decente é aquela em que os sujeitos são tratados como seres desejantes e não como objetos desejados, ou ainda, nas palavras canônicas de Margalit Avishai, é aquela em que seus membros não são humilhados.

É preciso reconhecer e apreender o potencial da antigeopolítica deflagrada, condicionada e animada por corpos sensíveis de trabalhadores precarizados visando à superação de práticas fascistas na perversidade da gestão algorítmica do território. Afinal, no rastro de Foucault, aprendemos que “o exercício do poder é, em cada oportunidade, algo singular, em seus mecanismos, objetivos e efeitos” e que “todo poder se define como

uma tecnologia política dos corpos” (Châtelet et al., 1997, p. 375). David Harvey argumenta refinadamente sobre a relevância dos corpos tanto como base irredutível da compreensão de valores e sentidos, quanto para a acumulação como efeito do capital variável (conceito marxiano, sistêmico e distintivo que se refere à venda/compra e ao uso da força de trabalho, isto é, à extração de força de trabalho e de mais-valia) sobre o corpo. Assim, reconhecendo a distinção entre o trabalhador como pessoa e como força de trabalho, admite o autor:

[O] corpo é um projeto inconcluso, de certa forma maleável histórica e geograficamente. [...] O corpo não é uma entidade fechada e lacrada, mas algo relacional que é criado, delimitado, suscitado e em última análise dissolvido num fluxo espaço-temporal de múltiplos processos. [...] O corpo é interiormente contraditório em virtude dos múltiplos processos socioecológicos que para ele convergem. [...] O conjunto de atividades performativas ao corpo num dado tempo e lugar não são independentes do ambiente tecnológico, físico, social e econômico em que esse corpo tem seu ser. [...] O efeito líquido é dizer que diferentes processos (físicos e sociais) “produzem” (em termos tanto materiais como representacionais) tipos radicalmente distintos de corpos. (Harvey, 2006, pp. 136-137)

Para Maria Michela Marzano-Parisoli (2007), o corpo deve ser pensado como corpo-objeto-orgânico e como um corpo-sujeito-intencional, enfim, como um espaço expressivo. A relação corpo-pessoa é uma relação de posse ontológica. O primeiro caráter do corpo humano é ocupar uma extensão, um espaço. Somos exatamente o que somos, pois somos nosso corpo ao mesmo tempo que o possuímos. A pessoa humana reconhece-se a si mesmo como um ser sensível que deseja, ama e sente dor e prazer graças a e em seu próprio corpo. A indiferença ou não reconhecimento dessa condição corpórea sensível produz o sujeito alienado. “O hiato entre aquilo que o trabalhador como pessoa pode desejar e aquilo que é exigido da mercadoria força de trabalho extraída de seu corpo é o nexo da alienação” (Harvey, 2006, p. 146). É sempre a partir do corpo,

fundamento e ponto de partida de nossa existência empírica, que podemos compreender nossa existência intencional e nossa experiência moral no mundo, como consciência espaço-temporal. Por isso, acatamos uma noção de corpo potencialmente múltiplo e coletivo, bem como o desejo concebido como o seu argumento político (Lima, 2023).

A noção de corpo-espelho-de-forças é subjacente em cada uma de nossas considerações fundantes, conforme as premissas de José Gil. “Qualquer corpo incorpora forças emitidas por um outro corpo e espelha-as, emitindo outras forças ou exprimindo-as” (Gil, 2018, p. 26). Assim, “um corpo nunca está só, mesmo que outro ou outros corpos estejam ausentes. Corpos se atraem e se repelem em múltiplas ambivalências” (Álvarez, 2015, p. 9). E mais: “a ‘corporalidade’ é o nível decisivo das relações de poder”, porque “na exploração, é o corpo aquilo que é usado e consumido no trabalho” (Quijano, 2000, p. 380). Nossa perspectiva analítica se assenta fortemente numa teoria da produção do sujeito corporificado sob o capitalismo, no esteio da concepção relacional do corpo proposta por Karl Marx, em *O Capital*. No sentido da corporificação do movimento social, concluímos com uma ponderação de André Simha, segundo a qual, “nosso corpo não é simples manifestação exterior da pessoa, mas é sua própria existência. Por ele é que ela está no mundo, e é do mundo (Simha, 2009, p. 76).

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez, Carlos (2015). Prefácio. Em Francine Peres (ed.), *Cartografias do corpo*. Rio de Janeiro: PUC.
- Becker, Bertha (1991). Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros em Carajás. Em Philippe Léna e Adélia Oliveira (orgs.), *Amazônia. A fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Beiguelman, Giselle (2021). Apresentação oral no *Seminário Falha Tecnologia e Política*, MediaLab, UFRJ, Rio de Janeiro.

- Benavides, Jorge (2009). *Diccionario urbano. Conceptual y transdisciplinar*. Barcelona: Serbal.
- Borja, Jordi (2003). *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza.
- Boron, Atilio (2004). Poder, “contrapoder” e “antipoder”. Notas sobre um extravio teórico-político no pensamento crítico contemporâneo. Em Theotônio dos Santos (coord.), *Globalização: Dimensões e Alternativas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Bottomore, Tom (1997). Fascismo. Em *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Casara, Rubens (2018). *Sociedade sem lei*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castells, Manuel (1977). Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. Em Nicos Poulantzas (dir.), *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Castells, Manuel (1980). *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castells, Manuel (1983) [1972]. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castells, Manuel (1984). *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Presença.
- Castells, Manuel (1986). *La ciudad y las masas. Sociología de los movimientos sociales*. Madrid: Alianza.
- Castells, Manuel (1995). *La ciudad informacional. Tecnologías de la información, reestructuración económica y proceso urbano-regional*. Madrid: Alianza.
- Castells, Manuel (1999a). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castells, Manuel (1999b). *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castells, Manuel (1999c). *Fim de milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 3*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Charnock, Greig e Ribera-Fumaz, Ramón (2023). El distrito 22@ Barcelona: ¿Una “plataforma de innovación” urbana o la urbanización del capitalismo de plataformas? *EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales* (59), 159-187.

- Châtelet, François et al. (1997). *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Comte-Sponville, André (2005). *O capitalismo é moral?* São Paulo: Martins Fontes.
- Correia, Mariama (2020). Entregadores antifascistas: “Não quero gado. Quero formar entregadores pensadores”. *A Pública*. <https://apublica.org/2020/06/entregadores-antifascistas-nao-quero-gado-quero-formar-entregadores-pensadores/>
- Costa, Aldenilson (2020). O território importa quando da implantação de um serviço público? Ensaio preliminar sobre o serviço de bicicleta compartilhada na cidade do Rio de Janeiro. Em Tamara Egler, Aldenilson Costa e Lalita Kraus (orgs.), *Marcas da inovação no território*. Vol. II. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Cucó, Josepa (2008). *Antropología urbana*. Barcelona: Ariel.
- Del Casino Jr., Vicente (2009). *Social Geography*. Londres: Blackwell.
- Dias, Vanessa (2020). *Entregadores antifascistas e o breque dos apps: por que a luta dos trabalhadores de aplicativos é a luta de todos os trabalhadores?* Alfenas: UNIFAL.
- Diez Prats, Felipe; Corredor, Felipe e Soto, Nuria (2024). Espacios de gobernanza y control algorítmico en las plataformas de reparto. *Scripta Nova*, 1(28), 17-48. Barcelona.
- Duarte, Fabio (2002). *Crise das Matrizes Espaciais*. São Paulo: Perspectiva.
- Duménil, Gérard e Lévy, Dominique (2003). Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. Em François Chesnais et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã.
- Felinto, Erick (2021). Apresentação oral no *Seminário Falha Tecnologia e Política*, MediaLab, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Fernandes, Bernardo (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, 8(6), 24-34.
- Fernandes, Bernardo (2019). Movimentos socioterritoriais na América Latina: campesinato, terra e comida. Em Flamarion Alves et al. (orgs.), *A dimensão política no espaço*. Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas: UNIFAL.

- Filgueiras, Vitor e Antunes, Ricardo (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, 1(39). Niterói.
- Fonseca, Dandara (2020). A luta antifascista dos entregadores de aplicativos. *Trip News*. São Paulo.
- Giddens, Anthony e Sutton, Philip (2017). Movimento social. Em *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: UNESP.
- Gil, José (2018). *Caos e ritmo*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Gil, José (2019). *Trajectos filosóficos*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Gohn, Maria da Glória (2008). *Novas teorias dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Loyola.
- Griffin, Roger (1996). Fascismo. Em William Outhwaite et al. (eds.), *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Hansotte, Majo (2008). *As inteligências cidadãs. Como se adquire e inventa a palavra colectiva*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Harvey David (2006). *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola.
- Harvey David (2012). O espaço como palavra-chave. *Geographia*, 28(14), 8-39. Niterói.
- Indovina, Francesco (2017). Vieja y nueva cuestión urbana. Em Ada Becchi et al. (orgs.), *La ciudad del siglo XXI. Conversando con Bernardo Secchi*. Madrid: Catarata.
- Kon, Anita (1997). Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. Em Ladislav Dowbor et al. (orgs.), *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- Langley, Paul e Leyshon, Andrew (2016). Platform capitalism: the intermediation and capitalization of digital economic circulation. *Finance and Society*, 1-21.
- Lima,IVALDO (2013). A geografia e o resgate da antigeopolítica. Rio de Janeiro: *Revista Espaço Aberto*, 2(3), 149-168. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Lima,IVALDO (2015). A complexidade da justiça territorial. Niterói: *Revista Ensaios de Geografia*, 7(4), 50-70. Niterói: UFF.
- Lima,IVALDO (2020a). Em favor da justiça territorial: o encontro entre geografia e ética. *RPPR / Revista Política e Planejamento Regional*, 2(7), 125-148. Rio de Janeiro.

- Lima, Ivaldo (2020b). A propósito da justiça territorial. Premissas e promessas. Em Ester Limonad e Jorge Barbosa (orgs.), *Geografias. Reflexões conceituais, leituras da ciência geográfica, estudos geográficos*. São Paulo: Max Limonad.
- Lima, Ivaldo (2020c). A condição geopolítica dos corpos sensíveis. Rio de Janeiro: *Paisagens Híbridas*, EBA/UFRJ. <https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2020/04/01/a-condicao-geopolitica-dos-corpos-sensiveis/>
- Lima, Ivaldo (2022a). Em defesa da justiça territorial urbana: o direito à autorrepresentação simbólica. Em Tamara Egler e Reginaldo Cardoso (orgs.), *Cartografia da ação: o campo de Ana Clara Torres Ribeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Lima, Ivaldo (2022b). Local Governance in the metropolis under siege: the liminar spaces of territorial action in Rio de Janeiro. *Paper* apresentado no *Congrès du Centenaire*, União Geográfica Internacional (UGI), Sorbonne, Paris.
- Lima, Ivaldo (2023). O argumento político do corpo nas dobras do espaço liminar. Em Joseli Silva, Marcio Ornat e Alides Chimin Jr. (orgs.), *Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados* (pp. 69-115). Ponta Grossa: Todapalavra.
- Lima, Ivaldo (2024). Descolonizando a justiça territorial. Barcelona: *Scripta Nova*, 2(28), 115-144. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- López Trigal, Lorenzo (2013). *Diccionario de geografía política y geopolítica*. León: Universidad de León.
- Marzano-Parisoli, Michela (2007). Corpo. Em Monique Canto-Sperber (org.), *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Unisinos.
- Minkkinen, Petri (2010). *El facismo integral globalizante*. Helsinki: Kaktus.
- Mongin, Olivier (2006). *La condición urbana. La ciudad a la hora de la mundialización*. Barcelona: Paidós.
- Montbrial, Thierry (2008). *Géographie politique*. Paris: PUF.
- Muñoz, Francesc (2010). *Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Nogué, Joan (2006). Geografía política. Em Daniel Hiernaux e Alicia Lindón (orgs.), *Tratado de geografía humana*. México: Anthropos.

- Painter, Joe (2008). Geographies of space and power. Em Kevin Cox, Murray Low e Jennifer Robinson (eds.), *The Sage handbook of Political Geography*. Londres: Sage.
- Peet, Richard (2004). *La maldita trinidad*. Gijón: Laetoli.
- Pintos, Juan (1990). *Las fronteras de los saberes*. Madrid: Akal.
- Precedo Ledo, Andres (2004). *Nuevas Realidades Territoriales para el Siglo XXI. Desarrollo local, identidad territorial y ciudad difusa*. Madrid: Síntesis.
- Prunier, Delphine (2021). Conflictos territoriales y territorios de los conflictos: ¿cómo interactúan los movimientos sociales con el espacio? *Geopolítica(s)*, 12(1), 77-98. Madrid.
- Quijano, Aníbal (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, 2(VI), 342-386.
- Quijano, Aníbal (2004). O labirinto da América Latina: existem outras saídas? Em Theotônio dos Santos (coord.), *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Ricci, Rudá (2015). Movimentos sociais. Em Geraldo Giovanni e Marco Aurélio Nogueira (orgs.), *Dicionário de políticas públicas*. São Paulo: FUNDAP / UNESP.
- Sack, Robert (2011). O significado de territorialidade. Em Leila Christina Dias e Maristela Ferrari (orgs.), *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Lisboa: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1998). *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, Boaventura de Sousa (2022). *Descolonizar. Abrindo a história do presente*. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Boitempo.
- Santos, Gerson (2021). Apresentação oral no *Seminário Falha Tecnologia e Política*. MediaLab, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Santos, Milton (1986). *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, Milton (1994). *Técnica espaço tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, Regina (2008). *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: UNESP.
- Schaff, Adam (1995). *A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial*. São Paulo: Brasiliense.

- Schmidt, Benício e Farret, Ricardo (1986). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Secchi, Bernardo (2015). *La ciudad de los ricos y la ciudad de los pobres*. Madrid: Catarata.
- Secco, Lincoln (2022). Gramsci e o fascismo: um mapa da questão. *Novos Rumos*, 2(59), 119-142, Marília.
- Sequera, Jorge e Gil, Javier (2023). Ciudad App: Transformación urbana y capitalismo de plataforma. *EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, (59), 15-21.
- Sheth, Dhirubhai (2005). Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa. Em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Silva, Tarcizio (2022). *Racismo algorítmico. Inteligência artificial e discriminação nas redes sociais*. São Paulo: SESC.
- Simha, André (2009). *Consciência. Do corpo ao sujeito*. Petrópolis: Vozes.
- Sodré, Muniz (2023). *O Fascismo da cor*. Petrópolis: Vozes.
- Souza, Jessé (2010). *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Humanitas.
- Souza, Marcelo (2002). *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Standing, Guy (2013). *O precariado. A nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Stanley, Jason (2018). O fascista mente e choca abertamente. Entrevista a André Duchiade. *Jornal O Globo. Rio de Janeiro*.
- Tozi, Fábio (2021a). Plataformas digitais de transporte e uso algorítmico do território. (Resumo). Apresentação no XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia / ENANPEGE.
- Tozi, Fábio (2021b). Apresentação oral no Seminário *Falha Tecnologia e Política*. MediaLab, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Varela, Alberto (2001). *Historia de las ideas políticas*. Buenos Aires: A-Z.
- Venceslau, Igor (2023). *Espaço geográfico e economia digital: uso do território brasileiro para o comércio eletrônico*. (Tese de doutora-

mento). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP, São Paulo.

Wilson, Barbara (2013). Social movements and the city: codifying spatial justice. *Em* Frédéric Dufaux e Pascale Philifert (dir.), *Justice spatiale et politiques territoriales*. Paris: PUPO.

PARTE II

AS ESCALAS REGIONAL E LOCAL DA ANTIGEOPOLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

INTRODUÇÃO À PARTE II

Nesta parte, trataremos de compilar os trabalhos de autores e autoras que analisam movimentos sociais específicos no Brasil, no Chile, no México e no Equador, ora nas escalas local e regional ora na escala mundial, especialmente no caso da atitude anti-imperialista registrada na realidade equatoriana em relação à militarização estadunidense. A mirada antigeopolítica é rastreada em cada uma das investigações por ângulos próprios que explicitam a sociedade em movimento na luta de resistência territorializada pelos direitos civis, sociais, políticos e ambientais. Destarte, os sujeitos subalternizados protagonizam a cena socio-política em busca de justiça territorial e, sobretudo, da afirmação da dignidade humana.



Fonte: Arquivo pessoal. Grafite, Centro, Rio de Janeiro. Ivaldo Lima, 2025.

A TENSÃO ANTIGEOPOLÍTICA NO ISTMO DE TEHUANTEPEC, ESTADO DE OAXACA, MÉXICO¹

VALERIA YSUNZA PÉREZ GIL

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, tratamos da tensão antigeopolítica configurada no Istmo de Tehuantepec, no Estado de Oaxaca, no sul do México. Nosso objetivo principal é analisar a tensão das múltiplas territorialidades, presentes na região do Istmo de Tehuantepec, no estado de Oaxaca, a partir da presença do Plano Puebla-Panamá, conhecido agora como Projeto Meso-América. Isso implica analisar a construção do território da região do Istmo de Tehuantepec, em Oaxaca, a partir do seu binômio simbólico-funcional, suas relações e sua historicidade para entender a territorialidade e as múltiplas territorialidades que nele convergem e divergem; decifrar a tensão antigeopolítica gerada pela presença do projeto eólico no discurso vertical do “desenvolvimento” e de “energias renováveis” das empresas multinacionais, que se contrapõe, muitas vezes, à territorialização dos camponeses; e, por último, conhecer de que forma está se organizando horizontalmente a sociedade do Istmo para mitigar os efeitos do projeto eólico. Mas também considerar se existe algum benefício percebido e reconhecido pelos próprios habitantes da região com a presença do projeto.

¹ Este capítulo é uma versão resumida e ajustada da dissertação de mestrado intitulada “A tensão das múltiplas territorialidades na região do Istmo de Tehuantepec, no estado de Oaxaca (México) pela presença do Plano Puebla-Panamá”, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/UFF (Niterói, Rio de Janeiro, Brasil), da autoria de Valeria Ysunza Pérez Gil, sob a orientação do Prof. Dr. Ivaldo Lima, em 2011.

Consideramos que os sujeitos, atores e agentes que operam socialmente como produtores do espaço geográfico e construtores do território, têm sua percepção, sua própria representação deste e suas estratégias de intervenção sobre ele. Por um lado, os sujeitos são pessoas que operam e influem socialmente na sua comunidade; isto é, sobressaem, são representativos e têm um papel muito importante dentro da sua comunidade. Por outro lado, os atores sociais participam globalmente nas relações sociais da vida comunitária do Istmo; e, finalmente, os agentes sociais são as figuras institucionais que pretendem representar os interesses concretos de caráter social ou coletivo. As práticas que estes sujeitos, atores e agentes desenvolvem podem ser de forma consciente e inconsciente. Então, as práticas sociais que constroem o território possuem várias instâncias, do uso e da atuação espacial direta, física até a reprodução simbólica, a projeção, o projeto espacial e o discurso sobre este mesmo, que se referem à representação socioespacial. Através dos processos sociais, assim como a territorialização na construção de territorialidades, desentranha-se o contramovimento que faz do território uma realidade social mutável. É no rastro desse contramovimento que se desenha uma atitude antigeopolítica inerente à realidade em construção de Oaxaca.

Um tema fundamental a considerar é aquele das representações coletivas traduzidas na forma como o grupo social pensa as suas relações com os objetos que os afetam; e neste caso, nos referimos ao território mais concretamente. Isto é, as representações sociais são o conjunto de opiniões, noções, ideias, concepções, crenças, valores, atitudes e significações que os sujeitos, agentes e atores sociais elaboram acerca de um tema, um objeto ou um espaço num contexto determinado. Assim, as representações geralmente guiam a prática (Menéndez e Di Pardo, 1996) e orientam o caminho a seguir; expressam a experiência vivida pelos sujeitos; portanto são mutáveis, mas sempre estão presentes na construção de uma realidade comum a um conjunto social (Jodelet, 1984). Em síntese, existe uma notória relação entre formas representacionais e práticas territoriais na realidade aqui

analisada. E, finalmente, quanto às práticas, os seres humanos fazem e se representam coletivamente com relação a uma temática ou a um espaço determinados, realizando práticas e elaborando significados; assim, as práticas são o conjunto organizado de condutas pautadas culturalmente, rotineiras ou eventuais, que adquirem diferentes níveis de complexidade e “expressam a ação do sujeito na realidade através da distribuição/assunção de papéis, funções e interações com o mundo” (Osorio, 2001, p. 16).

Do mesmo modo, considerando que forças centrípetas e forças centrífugas atravessam o território, como tendências, ao mesmo tempo, contraditórias e confluentes, retomamos a Santos (1996), para identificar os vetores que atuam “de cima, por cima para cima” e as forças horizontais “de baixo, por baixo e para os de embaixo” (Porto-Gonçalves, 2001). Portanto, em nossa metodologia, as categorias de *verticalidades* e *horizontalidades*, como forças e dimensões espaciais em diversos níveis, foram utilizadas para a análise das *escalas* e das *relações* do território, assim como também para a análise das múltiplas territorialidades em tensão. Nesse sentido, as *horizontalidades* são domínios da contiguidade daqueles lugares vizinhos agrupados numa continuidade territorial (Santos, 1996). Pelo contrário, as *verticalidades* são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, que criam uma ordem cotidiana obediente e disciplinada (Santos, 2000). Logo, subjaz a premissa de que a atitude antigeopolítica é inerente à tensão formada entre verticalidades e horizontalidades.

Este capítulo está estruturado em três partes principais. Na primeira, apresenta-se brevemente a localização estratégica regional do Istmo de Tehuantepec, avançando a análise no contexto nacional e internacional. Na segunda parte, esboça-se uma síntese da região Meso-Americana na perspectiva do Plano Puebla-Panamá. Na terceira, com uma análise mais detida, avalia-se a mirada antigeopolítica *oaxaqueña* com vista explícita à tensão de territorialidades no Istmo de Tehuantepec. Por fim, uma conclusão arremata a íntegra do capítulo.

A LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DO ISTMO DE TEHUANTEPEC: O JOGO DE ESCALAS GEOGRÁFICAS

Considerando a geografia política como *démarche*, devemos ter em mira os interesses em jogo e as estratégias criadas pelos atores que desenham tais interesses territorializados. Nesse sentido, a estratégia territorial refere-se a “um conjunto de ações coordenadas em vista de um objetivo” (Lacoste, 2003), ou à “arte de alcançar um objetivo por um sistema de dispositivos adaptados, que implica um plano e passa pelas táticas do lugar e do momento” (Brunet, 1993). A estratégia tem sido desenvolvida durante muito tempo dentro da esfera militar; mas depois penetrou a linguagem das “atividades praxeológicas”, que são relativas à “ciência da ação”, porque cada unidade ativa, para alcançar suas metas, deve desenvolver suas estratégias. Dito em outras palavras, a estratégia é a utilização inteligente do poder no território (Montbrial, 2008).

Segundo Jacques Lévy e Michel Lussault, a noção de estratégia é central porque é consubstancial à noção de ator. “Um ator [social] somente é um ator porque possui uma competência estratégica, ou seja [...] uma capacidade de construir a representação de um contexto desejável e de prover os meios necessários para que tal contexto se realize” (Lévy e Lussault, 2013, p. 873). Assim, com este saber político da Geografia tenta-se analisar as tensões de territorialidade na região do Istmo de Tehuantepec pela imposição de Plano Puebla-Panamá (hoje Projeto Meso-américa) através do projeto eólico. No caso do Istmo de Tehuantepec, fala-se sempre de uma *região*, sobretudo porque assim é reconhecida oficialmente e criada pelo próprio estado; mas também poderíamos falar de uma *regionalização*, como ferramenta metodológica ou processo de construção de regiões, ou de um *regionalismo* como uma ideologia e uma construção própria da sociedade *istmeña*, desde o *espaço vivido*, retomado da corrente humanista da Geografia, e como elemento constituinte de identidade.

Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2005) região e regionalização são entendidas dentro de uma dinâmica múltipla, ao mesmo tempo geral e fragmentadora; os assim chamados processos globalizadores, mais do que simplesmente “produzirem”, estão imersos em integrações e rupturas, aberturas e fechamentos, inclusões e exclusões. Do ponto de vista que é de nosso interesse, Haesbaert (2010), nos seus estudos anteriores, propõe a questão regional a partir da formação de regionalismos e da construção de uma identidade regional referida ao espaço (“região”). No caso de Becker (1984 *apud* Haesbaert, 2010, p. 11), propõe uma recuperação da análise regional, devido à afirmação da “crise do estado e da região”, onde “a região é evocada como instrumento de ação política”. Assim, podemos reivindicar as palavras de Santos (1994 *apud* Haesbaert, 2010, p. 15) quando pensa que a região não tenha desaparecido; “o que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais”.

Portanto, a questão regional retoma a sua força pela proliferação efetiva de regionalismos, identidades regionais e de “novas-velhas desigualdades regionais” (Haesbaert, 2010), como no caso do istmo de Tehuantepec. Para Haesbaert (2010, p. 15), “O que vemos é uma permanente reconstrução da heterogeneidade e/ou da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença nos diversos recantos do planeta”. Haesbaert (2010, p. 16) chama isto de uma “nova geografia regional”, na qual ocorre também a proliferação das “geografias regionais populares”, que podem se expressar nas diversas construções de territorialidades. Assim, uma nova valorização do regional aparece na revalorização do “local”, na “nova regionalização” ou nos “novos regionalismos”. Consideramos que o regionalismo é uma atitude geopolítica reivindicatória e que ele consubstancia a mirada antigeopolítica devido às ações de resistência ao poder central que encerra.

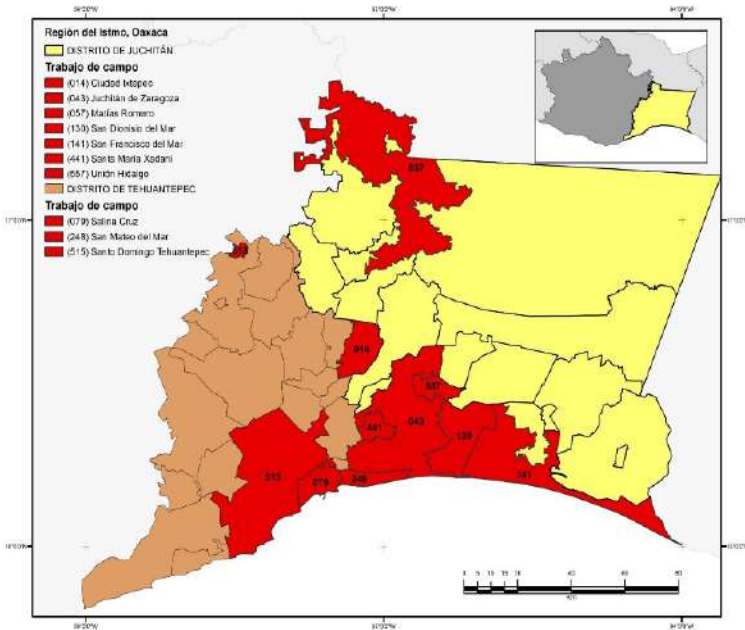
De acordo com Nahmad (2000), a região conhecida como Istmo de Tehuantepec compreende os seguintes estados do sul do México: Oaxaca e Chiapas, do lado do Oceano Pacífico, e Ve-

racruz e Tabasco, do lado do Golfo do México. Isto faz com que se torne um território estratégico, já que constitui uma faixa de terra de 220 km que separa os dois mares, representando a parte continental mais estreita do país e dando início a região ístmica da América Central; além de ser uma região importante pela presença de petróleo e recursos naturais (Figura 1). No entanto, a região especificamente analisada refere-se ao limite que tem o estado de Oaxaca com o litoral do Oceano Pacífico, correspondente ao Istmo de Tehuantepec. Para Nahmad (2000) e Rodríguez (2004), a atual posição geoestratégica do Istmo de Tehuantepec não é nova; é reconhecida desde a época pré-hispânica, posto que era uma região de enorme circulação de mercadoria, população e de intercâmbios culturais e sociais. Durante a conquista, também foi um nó de intercâmbios populacionais, comerciais e militares. Na época colonial, a região era um ponto-chave para o intercâmbio entre os dois oceanos; o porto de Coatzacoalcos era um porto central pelas suas comunicações fluviais para o comércio regional. No final da Colônia, a região adquiriu relevância, procurando maneiras de comunicar o Pacífico com o Atlântico; assim tornou-se uma rota que unia a Guatemala com La Habana.

Com base em Rodríguez (2004, p. 25), a ascensão do Istmo de Tehuantepec no âmbito do interesse internacional surge a partir da metade do século XX, com a “ilusão tecnológica que impõe a época do maquinismo (trens e novos sistemas de navegação), além da expansão e conquista do leste dos Estados Unidos para o leste e sudeste do norte do continente americano”. Há cem anos conseguiu-se construir o trem do istmo; e a partir desse momento o Istmo tem sido uma área de observação e de interesse para o governo mexicano e para as potências mundiais. Por isto, tem se desenvolvido uma série de ideias e ações em torno de inúmeras propostas, megaprojetos e convênios, e, como são o *Corredor Biológico Mesoamericano* e o *Plano Puebla-Panamá* (em 2001 que mudou de nome para *Proyecto Mesoamericano* ou *Proyecto Mesoamérica*, em 2008) nos quais se inserem: a estrada transístmica e o Programa de Desenvolvimento Inte-

gral do Istmo de Tehuantepec e, na atualidade, o *Corredor Interoceânico del Istmo de Tehuantepec*, projeto ambicioso, promovido pelo presidente Andrés Manuel López Obrador (2018-2024).

Figura 1. Região do Istmo, Oaxaca



Fonte: Meza e Ysunza, 2011.

No ano de 1977, segundo Rodríguez (2004), os portos industriais e petroleiros de Coatzacoalcos e Salina Cruz foram concebidos como os extremos de um projeto apresentado, nesse momento, como uma alternativa terrestre ao Canal do Panamá. O projeto foi denominado Serviço Multi-modal Trans-ístmico, conhecido popularmente como Alfa-Ômega, que tinha como objetivos principais: “impulsionar o desenvolvimento da zona ístmica, servir como infraestrutura de transporte e atrair carga

internacional”. Porém, na época o projeto parecia adequado, mas pouco maduro, portanto não se desenvolveu.

Segundo as ideias de Rodríguez (2004), a decisão de inserir a economia mexicana na circulação de bens e serviços das três grandes áreas do mercado mundial (América do Norte, Comunidade Económica Europeia e o Sudeste Asiático), começou desde início da década dos anos sessenta e todas as ações foram orientadas por esta estratégia. No entanto, o atraso da economia nacional frente ao mercado global, nessa visão, obriga a uma transformação acelerada e dinâmica nas práticas de produção e comercialização através de três eixos: *maquila*, captação de investimento estrangeiro e produção para a exportação.

Na década de noventa, a reorientação da perspectiva económica dirigida ao mundo internacional dos negócios, criam-se os marcos reguladores e institucionais sob os quais se estabelecem, segundo Rodríguez (2004, p. 30), os “novos direitos de propriedade” para uma relação comercial de “confiança” com os investidores. Segundo Rodríguez (2004, p. 30), esta orientação foi criando as condições de amadurecimento do *Programa Transístico*; isto é, as medidas jurídicas e administrativas básicas para sua concreção; com a variante de que “o Estado já não tem nem os recursos nem a vontade política para desenvolver uma infraestrutura física de alta qualidade e na quantidade suficiente, nem para a infraestrutura requerida pelo desenvolvimento social”. Em função disso, Rodríguez (2004) menciona que na atualidade o Estado delega parte das suas atividades ao investimento privado nacional e internacional, pela via das licitações públicas, a concreção de programas e projetos, oferecendo, além das seguranças jurídicas e administrativas, a vantagem da infraestrutura existente em zonas geo-estratégicas mundiais, como produção de partes, transporte e distribuição de carga, recursos naturais renováveis e não renováveis, turismo, energia, petroquímicos e derivados, sendo os mais importantes. Em resumo, este é o grande contexto nacional e internacional no qual ainda se desenvolve o *Programa de Desarrollo Integral del Istmo de Tehuantepec*.

A partir do ano 2000, dentro desses programas e projetos de “desenvolvimento” regional e com o pretexto da dinâmica eólica natural que existe na região pelos ventos que aí convergem, tem sido despertado um novo interesse para o desenvolvimento da energia eólica, porque, segundo as declarações publicadas pelo jornal mexicano *La Jornada*, de Ricardo Mota Palomino, diretor do projeto de pesquisa “Evaluación del Impacto de Generación Eólica en el Sistema Interconectado Nacional realizada pela Escuela Superior de Ingeniería Mecánica y Eléctrica”, do Instituto Politécnico Nacional (IPN) no México:

O Istmo de Tehuantepec tem um amplo potencial de vento que ainda pode se explorar de forma mais intensa, para fortalecer os sistemas convencionais de geração de energia elétrica [...] De acordo com a Comisión Nacional para el Ahorro de Energía (CONAAE) se aprecia o grande potencial energético do Istmo de Tehuantepec; há cifras que vão desde os 2 mil mega-watts que tem medido a Comisión Federal de Electricidad (CFE) até 8 ou 9 mil mega-watts que têm reportado outras agências, que são suscetíveis de se aproveitar.

Como resultados destes novos interesses, observamos que a partir do ano de 2006 nas proximidades de *La Ventosa* e *La Venta* tem começado a construção de parques eólicos pelas empresas espanholas IBERDROLA, ENDESA e ACCIONA para o serviço de grandes empresas mexicanas transnacionais como BIMBO e CEMEX, além da norte-americana Walmart, a empresa mexicana exportadora de cerveja CORONA e da para-estatal Comisión Federal de Electricidad (CFE). A presença desses novos parques eólicos junto com seus geradores eólicos sobre as terras e territórios “arrendados” pelos proprietários e camponezes forçadamente tem gerado um novo re-des-ordenamento territorial que tem implicado a tensão das múltiplas territorialidades que têm se reconstruído. Umas tensões verticais e mais novas sobre as outras mais horizontais e antigas. Não se trata apenas de uma mudança na paisagem, visual e superficial do território, mas sim de mudanças profundas que transcendem os

aspectos histórico, sociopolíticos e culturais da sociedade *istmeña*, em meio a uma dinâmica antigeopolítica regional.

A REGIÃO MESO-AMERICANA NA PERSPECTIVA DO PLANO PUEBLA-PANAMÁ

Nesta parte, apresenta-se uma análise regional do Plano Puebla Panamá (PPP). Portanto, consideramos apropriado, de início, analisar o discurso predominante e hegemônico do desenvolvimento manejado dentro do PPP, a fim de entender o controle e a gestão do território nesta região, na qual existe o domínio da escala por parte do Estado e de algumas empresas multinacionais e que, ao mesmo tempo, conforma e se sobrepõe a região correspondente à Meso-América, o qual tem gerado certas resistências sociais no jogo de escalas local e regional.

A partir da metade do século XX tem se insistido, dentro das políticas públicas no México, em que o desenvolvimento regional constitui uma estratégia para conseguir condições que tendam ao equilíbrio e a integração territorial do país. Com o tempo, esta consideração tem sido importante na medida em que em outros países tem se aprovado que é um médio que contribui na melhora da integração do aparato produtivo, detona as capacidades produtivas das regiões e gera emprego e arraigo populacional. No entanto, a maioria das políticas de índole regional implantadas no México em décadas passadas tiveram impactos isolados e conjunturais que as afastaram dos seus propósitos originais.

Para Torres e Gasca (2004), o contexto de abertura econômica não reduz a instrumentar políticas macroeconômicas para gerar desenvolvimento, mas sim precisam de estratégias regionais que favoreçam os níveis de integração do mercado nacional e a criação de condições de competitividade para participar nos circuitos de comércio e investimento a escala mundial. A proposta de desenvolvimento regional dos governos mexicanos *pa-*

*nistas*² tem procurado estabelecer estratégias adaptadas ao entorno mundial mediante a incorporação de regiões que têm tido um papel marginal nos processos de desenvolvimento que tem experimentado o país. Estas regiões têm sido revalorizadas devido à presença de recursos de um alto potencial e as vantagens de localização para investimentos produtivos internacionais.

Cabe ressaltar que o discurso e análise do PPP, apresentado como projeto regional de desenvolvimento, encontram-se baseados nos estudos estratégicos, os quais, segundo Proença (1999, p. 21) tem um objeto central que os caracteriza e distingue: “a questão da segurança, expressada na avaliação, projeção, gerência e aperfeiçoamento de sistemas integrados de pessoas, equipamentos, materiais e procedimentos”; assim como a necessidade de um “ambiente para a preparação, emprego e aperfeiçoamento dos médios de força como instrumentos políticos em nível local, regional, nacional, internacional e planetário”. Desta forma, para o mesmo autor, os estudos estratégicos dialogam com as práticas diplomáticas, militares e policiais dos Estados nacionais, notando com particular interesse os arranjos do controle do território.

Produto do anterior e como parte desta política estratégica regional, se apresenta o denominado PPP que se centra nos estados menos desenvolvidos do país, localizados no sul e sudeste do México; e incorpora, ao mesmo tempo, uma estratégia de caráter trans-fronteiriço, pois engloba os sete países que conformam o área centro-americana. A situação de atraso e a base econômica limitada nas diversas áreas que integram o conjunto da região do PPP apresentam o seguinte dilema: receber uma injeção temporal de apoios financeiros dirigidos para a exploração de recursos valiosos ou ficar novamente marginados dos processos de investimento e acumulação de capital. Neste contexto, os governos dos distintos países envolvidos também enfrentam o dilema de como conter os fluxos migratórios — resultado da po-

² Referentes ao Partido Acción Nacional, de direita, com os expressidentes Vicente Fox (2000-2006) e Felipe Calderón (2006-2012).

breza — para o Norte, junto com a crise ou deterioro das suas regiões menos desenvolvidas.

Assim, seguindo a mesma lógica hegemônica do sistema-mundo e a partir de um contexto mais global, o PPP respondia a um mecanismo sub-regional encaminhado a conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que é parte dos processos sub-regionais que estavam e outros continuam se levando a cabo para conformar os tratados de livre comércio entre os Estados Unidos e mais países da América Latina e o Caribe. Neste ponto, tem que ser ressaltada que a concepção do PPP como projeto de desenvolvimento regional no contexto da globalização ocorre no marco de contradições regionais alimentadas por atrasos e conflitos que se canalizam para a necessária defesa dos recursos naturais e das identidades culturais, particularmente entre as comunidades indígenas com forte presença local, o qual se deve a herança das antigas culturas meso-americanas.

Para Álvarez (2002), estamos vivendo num processo de aprofundamento da integração regionalizada na economia internacional, no qual nos estamos deslocando aceleradamente (embora seja possível que de uma forma implícita) para a configuração de um ALCA, projeto encabeçado pelos Estados Unidos e para o qual o modelo tem sido o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), a partir do qual o México tem sofrido graves consequências em todos os aspectos da vida nacional, precisamente pela existência das enormes assimetrias de caráter estrutural. Devemos mencionar que esse mesmo padrão de assimetrias se repete entre o México e a América Central, posto que, segundo Álvarez (2001), o PIB dessa região é praticamente igual à da cidade do México; embora os estados do sul-sudeste do México têm os mais baixos indicadores socioeconômicos e isto os aproxima mais as características dos países centro-americanos.

A origem do PPP apenas pode ser entendida no campo mais amplo das relações do México com América Central, que se baseiam principalmente em quatro âmbitos de ação bem defini-

dos, nas palavras de Cairo e Rocha (2007): 1) âmbito econômico, comercial e financeiro; 2) âmbito da cooperação regional; 3) âmbito político e geopolítico, e 4) âmbito do desenvolvimento. Em cada um destes quatro âmbitos se dispõem ferramentas respectivas para o seu impulso: 1) os tratados de livre comércio (TLC); 2) A Comissão Mexicana para a Cooperação com a América Central; 3) as *Cumbres de Tuxtla*, e 4) O Plano Puebla-Panamá. Em 2001, se apresentou na cidade do México o documento base do PPP, Capítulo México, no qual se especificava o plano de desenvolvimento da região que se caracteriza por uma profunda pobreza e uma enorme exploração de riquezas naturais. Em resumo, oficialmente o PPP nasceu o 8 de março de 2001 e entrou em vigor o 15 de junho do mesmo ano como “um instrumento de cooperação que procura integrar a região meso-americana, coordenando esforços e ações dos sete países da América Central e os nove estados que integram a região sul-sudeste do México” (Presidencia de la República, 2002 *apud* Cairo e Rocha, 2007a).

No que diz respeito à “missão” do PPP, a proposta desde um início foi contribuir ao crescimento econômico sustentável e à preservação do ambiente e dos recursos naturais da região, coordenando e somando esforços entre os governos do México e dos países centro-americanos num clima de respeito à soberania e busca de acordos e consensos (Plan Puebla Panamá, Documento Base, 2001). E para isso, foram fixadas uma séria de metas para períodos de dez, quinze e vinte anos de formação, das quais enfatizaremos as dez metas fixadas para os primeiros dez anos que correspondem ao período em que realizei o trabalho de campo em Oaxaca (em 2010): aumentar a capacidade produtiva e competitiva dos seus habitantes e organizações econômicas; interconectar com agilidade e segurança as vias de comunicação (terrestres, marítimas e aéreas); contar com redes modernas de interconexão energética e de telecomunicações; duplicar o intercâmbio comercial entre seus membros, figurar nos mercados globais com um conjunto de produtos específicos, harmonizar suas normas e padrões de comercialização para alcançar a inte-

gração econômica, estabelecer formas diversas de cooperação e associação ente seus setores (pequenas e médias empresas, cadeias produtivas, sistema de provedores etc.) com o objeto de incrementar sua produtividade e competitividade, dispor de sistemas de ação para mitigar os danos ocasionados pelos desastres nas populações, respeitar a diversidade cultural das comunidades étnicas, e ser mundialmente competitiva e consolidada como destino turístico.

É conveniente destacar que todo o anterior está inscrito no marco dos dois eixos centrais do Plano: Eixo de Desenvolvimento Humano e seu Entorno, e Eixo de Integração Produtiva e Competitividade, cada um conformado por uma série de iniciativas que constituem as oito propostas do plano que são anunciadas a continuação. As relacionadas com o *Eje de Desarrollo Humano y su Entorno* são: *Iniciativa Mesoamericana de Desarrollo Humano*, *Iniciativa Mesoamericana de Desarrollo Sustentable*, *Iniciativa Mesoamericana de Prevención y Mitigación de Desastres Naturales*. Com respeito às iniciativas do *Eje de Integración Productiva y Competitividad*, estas são: *Iniciativa Mesoamericana de Interconexión Energética*; *Iniciativa Mesoamericana de Facilitación del Intercambio Comercial*; *Iniciativa Mesoamericana de Integración Vial*, e *Iniciativa Mesoamericana de Promoción al Turismo*.

Apesar disso, não devemos esquecer que, mesmo que a visão e a missão do PPP façam referência ao crescimento econômico sustentável, a região oferece às empresas multinacionais a água, o petróleo, o gás, a biodiversidade, a mão de obra barata, as rodovias, os portos e aeroportos que requerem para agilizar seu comércio para o resto da América Latina e Ásia, o que põe em discussão o argumento central do Plano sobre o “crescimento estratégico” da região. Para Barreda (2001), os objetivos se resumem em: construção de corredores interoceânicos e a reorganização econômica da região para permitir a exploração intensiva de força de trabalho barata e os recursos estratégicos dos países da região. Assim, um dos principais questionamentos que são feitos ao PPP argumenta que se trata de um programa de gover-

no no qual reencarnam as iniciativas chaves do *Plan Nacional de Desarrollo Urbano 1995-2000* do ex-presidente do México Ernesto Zedillo e o *Megaproyecto del Istmo de Tehuantepec*, elaborado em 1996, que procurava contrarrestar a desprestigiada imagem que adquire esta última iniciativa maquiando-a um pouco com uma suposta solução aos velhos problemas de miséria do sudeste mexicano. Estes corredores que Zedillo propôs publicamente desde março de 1996 são os que se propuseram de novo como uma ideia inovadora nas diversas versões nacionais e internacionais do PPP. Na nova proposta apenas foram adicionadas modificações secundárias como novos ramais que conectariam aos eixos interoceânicos prioritários com centros indígenas de alta concentração demográfica com outros corredores.

O “plano de Fox”, nomeado assim por Barreda, continuou a anterior necessidade de criar corredores no Golfo do México, o litoral do Pacífico Sul e o Istmo de Tehuantepec. Eixos rodoviários não apenas foram concebidos como base do desenvolvimento urbano industrial, mas também como centros para a extração de matérias primas e corredores urbanos para a retenção de trabalhadores (inclusive estrangeiros) que migram por todo o território nacional. Não é casual que Zedillo, no seu sexênio, chama estes eixos de “corredores de integração urbana regional”; os quais, segundo Barreda também funcionariam como artérias pelas quais se moveriam matérias primas e os produtos de maquilas, “como internadouros de agro-exportação altamente produtivos, como incineradores de lixo altamente tóxico e como canais por onde se extrairão os recursos estratégicos nacionais (minerais, petróleo, água e biodiversidade)” (Barreda, 2001, p. 6).

Aliás, foi mencionada a abertura de um corredor interoceânico paralelo na Honduras e da reabilitação do estratégico canal do Panamá. Para isso, foi proposta a abertura de novas formas de interconexão das infraestruturas mexicanas com as centro-americanas. Neste contexto destaca especialmente o projeto de uma nova rodovia entre o estado de Puebla e o Panamá que, a partir de Tehuantepec, seria um eixo litoral no Pacífico que vin-

cularia a América Central toda. Assim, o estratégico eixo do Golfo do México se prolongaria, mediante o corredor do istmo de Tehuantepec, no eixo litoral do Pacífico centro-americano articulando entre si a totalidade dos corredores interoceânicos de ambas as regiões ístmicas, assim como as cidades e centros de extração de matérias primas estratégicas.

Para alguns autores, o PPP não foi qualquer plano, senão que representou um alto conteúdo e objetivos geopolíticos e geoestratégicos, além de implicar o socioeconômico e o natural que abrange as duas grandes bacias, a do oceano Atlântico e do Pacífico. Para eles, este plano expressa a disputa por uma nova hegemonia sobre os recursos e o território imposta pela aliança entre os grandes interesses geopolíticos e estratégicos estadunidenses com os empresários e as burguesias crioulas. Neste sentido, o PPP apostou centralmente ao crescimento econômico extrovertido, com gasto social de contenção, e para dito crescimento confiou no capital, em particular, no estrangeiro (Chamona, 2003).

Com base em Álvarez (2002), em síntese, existem seis fatores estruturais que explicam a estratégia do PPP: a integração econômica regional, a crise e reestruturação financeira internacional, o novo padrão tecnológico, as correntes de migração sul-norte, a expansão da *maquila* e, por último, as lutas pela autonomia e o militarismo. Enquanto aos últimos quatro fatores que menciona Álvarez (2002), o autor explica o seguinte:

- ♦ Existe um padrão tecnológico emergente em que a biotecnologia joga um papel muito importante, a qual precisa da biodiversidade, entendida não apenas como patrimônio territorial ou marítimo, mas sim como patrimônio cultural das comunidades. “Não é só a disputa pela floresta, os rios, os mares ou as espécies que ali se desenvolvem, mas também nos referimos à sobreapropriação privada das culturas e os saberes ancestrais dos grupos étnicos” (Álvarez, 2002, p. 25).
- ♦ América Central e a zona sul-sudeste do México são claramente zonas expulsoras de mão de obra, procurando sua canalização para Norte-américa, onde os migrantes são

atraídos com trabalho não qualificado e baixos salários. A migração centro-americana usa o território mexicano como corredor de passo para os Estados Unidos, pelo que o Istmo de Tehuantepec é utilizado como “funil” para que sejam instalados elementos de contenção militar para o controle migratório, e assim dar passo à militarização da região.

- ♦ A *maquila* recentemente instalada na década dos noventa no estado de Puebla e na principal cidade do sudeste mexicano, Mérida, se apresenta dentro do PPP como um projeto que contribuiria, eventualmente, na contenção do fluxo de mão de obra aproveitando a abundância desta na zona sul-sudeste do país.
- ♦ O desdobramento das lutas comunitárias dos indígenas pela sua autonomia, o controle efetivo dos seus recursos naturais, o respeito a suas tradições e costumes, e a participação nos planos de desenvolvimento. Estas lutas se apresentam na zona do sul-sudeste que se caracteriza por estar convulsionada politicamente, onde tem ocorrido existem grupos armados, luta guerrilheira ou eventualmente guerra aberta e guerra de baixa intensidade. “Pois, trata-se de uma zona na que também é um grande o problema do militarismo, o qual a inserção nas estruturas completamente dominadas pelo peso dos militares desde América Central até o México” (Álvarez, 2002, p. 29).

Com a finalidade de alcançar e conseguir estas estratégias de forma material no território da região, o projeto incluiu a construção de rodoviárias, modernização de portos e aeroportos e demais infraestrutura que permitirá a instalação de negócios de transnacionais e indústrias *maquiladoras*. Unido a isto, estavam programadas mais de sessenta represas para serem construídas no sul-sudeste do país das quais existem algumas já iniciadas, como são: quatro binacionais entre a região do Petén, a Guatemala e o estado de Chiapas, as de Nuevo Huixtán I e II, outra na fronteira perto a Montebello, a de Tizantún em Huitiupán nos

Altos de Chiapas, a de Boca del Cerro em Tabasco, Jalapa del Marqués em Oaxaca e La Parota em Acapulco, Guerrero. Neste marco, no estado de Oaxaca se dá ênfase na construção das rodoviárias, tal como se apresenta na área de La Ventosa, nas imediações da zona conhecida como “*la puerta del Pacífico*”, onde está avançada a construção de um conector de vias que proximalmente unirá a nova rodovia interoceânica Coatzacoalcos-Salina Cruz. Isto, com o fim de conectar todos os parques eólicos que têm sido construídos no Istmo de Tehuantepec, sobre o território *oaxaqueño*, a partir do ano de 2006, aproveitando o potencial do recurso eólico transformado em energia eólica na região.

A declaração oficial do PPP de 2001 procura definir Meso-América estendendo a fronteira de “Mesoamérica geopolítica”, como a define Cairo (2007a, p. 53), mais ao sul, até o Panamá; a qual posteriormente, em 2008, se espalharia mais ao sul incorporando a Colômbia, aberta e oficialmente, no novo “Proyecto Mesoamérica”, evidentemente de maneira muito mais ampla que a Meso-América Arqueológica. Assim, ao longo de sete anos o novo projeto que desembocaria no PPP foi o Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica: “Proyecto Mesoamérica”. Em 28 de junho de 2008, os mandatários da América Central, da Colômbia e do México participaram da *X Cumbre del Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla*, na cidade de Villahermosa, Tabasco, com o objetivo de revisar o processo de reestruturação do PPP — iniciado na *Cumbre para El Fortalecimiento del PPP*, celebrada em abril de 2007 na cidade de Campeche —, e acordaram sua evolução para o *Proyecto Mesoamérica (PM)*. Este novo projeto tem o objetivo de “melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes da região e busca ampliar e fortalecer suas capacidades para fazer efetiva a instrumentação de projetos que redundem em benefícios concretos em matéria de desenvolvimento social, infraestrutura e conectividade”.

O novo projeto elimina 95% dos projetos de desenvolvimento e infraestrutura previstos no PPP desde sua concepção em 2001. Os planos restantes se concentrarão nos temas de infraestrutura (rodoviária e integração energética, elétrica e informática); no

estabelecimento de mecanismos de compras consolidadas em alimentos e fertilizantes; e em trabalho conjunto sobre os biocombustíveis, o preço de combustíveis e a mudança climática. Segundo alguns estudiosos do tema, o PM corresponderia a um primeiro passo antes da criação da ALCA. O que se pretende é tratar de homogeneizar esta zona — a mais pobre do continente — aos níveis do norte do México e os dos outros países da América Latina, de modo tal que quando se coloque em marcha o megaprojeto seja facilitada a execução das iniciativas nele propostas, vantajosas para os Estados Unidos e em menor medida para o Canadá (Santos, 2003; Villafuerte, 2007).

Para os críticos do PM, este é um conjunto de investimentos em obras de infraestrutura — de vias terrestres, aérea e marítima — para facilitar o traslado de mercadorias que chegam dos Estados Unidos ou para a saída das matérias primas produzidas pelos países da zona. Não há programas de industrialização para a região, mas sim para o estabelecimento de *maquilas* (indústrias manufatureiras), as quais aproveitarão ao máximo a biodiversidade da área e sua mão-de-obra não qualificada. Vários interessados no tema indicam que se entrasse em vigor o megaprojeto ALCA, os mais beneficiados seriam as empresas multinacionais estadunidenses que se apropriariam de muitos dos serviços públicos como eletricidade, água potável, saúde, educação e outros. Além disso, “os benefícios gerados por estes lucrativos negócios sairiam do país para se depositar nos grandes bancos do vizinho do norte” (Barreda, 2001, pp. 166-178). Isto é, para estes opositores do PM, o objetivo dos Estados Unidos é se apropriar dos recursos naturais da região, tornando a zona meso-americana em um mercado fornecedor (Barreda, 2001; Bartra, 2001; Preciado e Villarruel, 2006).

Para os opositores entrevistados, como Carlos Beas, a mudança de nome do projeto regional, que continua tendo os mesmos objetivos e interesses, deve-se ao “pouco sucesso” que teve o PPP graças às grandes ambições, o pouco orçamento e aos protestos e resistências sociais presentes; pelo que o governo pretende e tenta reativá-lo a partir destas novas mudanças e reajus-

tes. Aqui deve-se enfatizar o fato de que o novo nome do projeto se apropria estrategicamente do significado de Meso-América para “legitimar ante a sociedade o avanço, desenvolvimento e aprovação do projeto regional”. Devido a isso, para entender a lógica e o interesse estratégico da regionalização do PPP; que atualmente é conhecido como *Proyecto Mesoamérica*, é importante mencionar o que era e atualmente representa histórica e culturalmente a região chamada Mesoamérica, e como e para que esta foi apropriada dentro do discurso dos criadores do projeto.

Na perspectiva da atitude antigeopolítica, para aprofundarmos no conceito de “contra-espço” precisamos tratar também das homogenias, diferenças e contradições espaciais. Moreira (2001) explica que a hegemonia só se resolve pela vitória de um dos dois lados da contenda: “A hegemonia é de um ou de todos”. Portanto, pode ser do dominante que sujeita o dominado ou pode ser da pluralidade que cria uma sociedade sem dominantes e dominados, uma vez que ela é o resultado dos embates e da correlação das forças em conflito. Pode ser o domínio da unidade-homogenia-identidade em sua afirmação de poder sobre o espectro da diversidade-heterogeneidade-diferença; caso em que a homogenia vira hegemonia. Ou pode ser a afirmação politicamente reconhecida da autonomia e hegemonia conjunta absoluta dos coabitantes. Caso em que a heterogenia vira hegemonia. Para o mesmo autor (2001), “Enquanto a contenda não se define, espaço e contra-espço se conflitam dentro da sociedade constituída”.

Então, com base na definição apresentada por Ruy Moreira, em 2009, em comunicação oral em sala de aula, temos que

o contra-espço é o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõe aos que vivem embaixo e dentro dela. Pode ser contra-espço um movimento de confronto, de resistência, de mimetismo ou de simples questionamento da ordem espacial existente.

Nesse inciso, fica clara a adequação da noção de antigeopolítica para a análise aqui empreendida, uma vez que, nesse sentido, segundo Ivaldo Lima, a categoria chave para a análise das práticas antigeopolíticas é a resistência.

Resistência que não se deve confundir com quaisquer outras circunstâncias em condição de exterioridade às relações de poder, mas, antes de tudo, como parte imanente dessas relações mesmas [...] contraface do exercício de poder constituído por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas. (Lima, 2013, p. 158)

O movimento social é apoiado na resistência aberta ou oculta e numa visão de si mesmo como classes subalternas que se contrapõem às dominantes. Ele tem explícita ou implicitamente uma perspectiva histórica em que a vida dos seus integrantes e líderes é importante, mas que se constitui como um momento determinado. Tais movimentos não têm como horizonte o tempo de curta duração, as conjunturas, pois são apoiados em gerações mais ativas que outras e em novos líderes que respondem às mudanças políticas e culturais de tipo geral. A partir de sua prática territorial, constroem sua teoria e não são, nesse sentido, “provocados” por um agente exterior ou por uma suposta vanguarda neles inserida; mas ambos têm influência sobre a forma e os ritmos da auto-organização massiva da vontade política, que varia segundo os países, as regiões e as etnias (Almeyra e Alfonso, 2004).

Os movimentos sociais latino-americanos, em concordância com Cairo (2007a), têm se organizado em redes e plataformas sociais que aglutinam movimentos distintos em estrutura organizativa e interesses onde convergem as diversas lutas regionais e setoriais, tendo como demanda comum a negativa à ALCA ou, para este caso, ao PPP, que se identificam com a submissão das nações latino-americanas dentro dos extensos blocos comercial e de infraestrutura, respectivamente, subordinados principalmente ao poder hegemônico. Então, os “contra-espacos” criados, para Cairo (2007a), são o resultado do trabalho dos grupos

subordinados e que permitem albergar esperanças com respeito à suposta inevitabilidade de processos de integração regionais levados a cabo pelos agentes estatais e pelas grandes corporações.

Desde o surgimento do PPP, em parte devido à falta de comunicação e consulta do mesmo para a população de parte dos organizadores, e fundamentalmente devido a que não é fácil identificar em que forma os projetos do PPP vão incidir efetivamente na problemática atual que enfrenta a maioria da população, principalmente aquela de baixos recursos, tem surgido e crescido uma reação de repulsa que tem ido reafirmando de diversas formas, especialmente mediante fotos, reuniões e ensaios feitos tanto em nível local como regional. Portanto, como resposta e resistência ao PPP, centenas de organizações se reuniram, a partir do anúncio oficial, nos seguintes principais foros, nomeados *Frente a la Globalización, El pueblo es primero. Alternativas frente al PPP*:

- ♦ *Foro Internacional de Información, Análisis y Propuestas* (Tapachula, Chiapas, México, maio de 2001). Neste foi manifestado o seguinte;
- ♦ A repulsa ao PPP por se apresentar como um processo sem consulta;
- ♦ A repulsa ao PPP por considerá-lo um projeto de exploração dos recursos gerais sem gerar benefícios para a população, e considerado, melhor dito, como um plano que aprofunda a pobreza e destrói a natureza e a identidade cultural;
- ♦ A repulsa pelas ações de apropriação da biodiversidade que podem se derivar do PPP;
- ♦ A repulsa pelas ações derivadas do PPP, tais como: a privatização das áreas naturais protegidas, o comércio e importação dos alimentos transgênicos e a privatização dos serviços públicos;
- ♦ A condenação à política antimigrante que está levando a cabo o governo mexicano.
- ♦ *Foro Xelajú* (Guatemala, novembro de 2001). Acordou-se o seguinte:

- ♦ Considera-se ao PPP como um projeto que procura construir na Mesoamérica uma área de serviços e infraestrutura a partir da lógica de empresas multinacionais, grupos oligárquicos e organismos financeiros internacionais;
- ♦ Qualifica-se o PPP como um projeto antidemocrático ao impor os governos da América Central um plano apresentado pelo México e formulado pelo governo estadunidense;
- ♦ A repulsa ao PPP e ao projeto ALCA;
- ♦ Fazer esforços em sistematizar as experiências alternativas de desenvolvimento comunitário que se realizam com equidade, justiça e sustentabilidade como propostas alternativas ao PPP;
- ♦ Gerar uma campanha de informação para os povos e as autoridades locais acerca do PPP;
- ♦ Promover uma rede de povos e organizações frente ao PPP e desenvolver mobilizações coordenadas em diferentes âmbitos.
- ♦ Foros Mesoamericanos, o terceiro deles realizado em Manágua (Nicarágua, julho de 2002), nos quais tem se apresentado os seguintes aspectos:
- ♦ A repulsa ao PPP sob a acusação de que ele é alheio ao desenvolvimento sustentável, posto que compromete a biodiversidade e aprofunda a situação de pobreza;
- ♦ Denuncia-se e exige a saída do exército dos Estados Unidos dos territórios meso-americanos;
- ♦ A repulsa ao PPP, ALCA e TLC por ser expressões dos interesses do governo estadunidense que pretende construir uma zona de livre comércio ao seu serviço e ao das suas empresas multinacionais;
- ♦ Chamada para não participar nos processos de consulta organizados pelas instituições implicadas na formulação e aplicação do PPP;
- ♦ Favorecer a implantação de um modelo econômico com soberania alimentar e não importador de alimentos produzidos em economias subsidiadas;
- ♦ Divulgar os impactos negativos do PPP.

Desde a primeira reunião, em maio de 2001, de 250 grupos comunitários e organizações não governamentais (ONG), em Tapachula, Chiapas, a sociedade civil tem organizado outras duas importantes reuniões internacionais sobre o PPP. Mais de 800 pessoas representando 300 agrupamentos assistiram à reunião em novembro de 2001 na Guatemala, e mais de mil pessoas representando a 350 participantes no outro foro, em julho de 2002, na Nicarágua. Posteriormente houve outra reunião em 2003, em Honduras. Destarte, outras reuniões internacionais de ativistas e cidadãos têm se voltado para temáticas particulares relacionadas com o PPP; como uma conferência em junho de 2001 sobre biodiversidade e biopirataria, celebrada em Chiapas, México; e o *I Foro por la Defensa de la Vida, Frente regional contra las Represas*, em março de 2002, realizado em Petén, na Guatemala. Assim como também em espaços como o primeiro e segundo encontros da *Convergencia de Movimientos de los Pueblos de las Américas* (COMPA), realizado um nos Estados Unidos e o outro em Chiapas, no México.

Geralmente, existem quatro amplas estratégias recorrentes na resistência da sociedade civil ao PPP: insistir em ser incluídos no processo de planejamento e instrumentação do PPP e se negar a aceitar o plano de outra maneira; arrecadar informações sobre projetos do PPP de uma ampla variedade de fontes e difundir-las o mais amplamente possível; combater os elementos mais destrutivos do plano mediante ações diretas, esforços de defesa difundidos pelos meios de comunicação e pressão aos governos, entre outras estratégias; e documentar e promover as estratégias de desenvolvimento alternativas que estão se planejando e implementando em nível local.

Um tema recorrente em todos estes eventos, assim como nas reuniões locais menos concorridas, é que o PPP não deve avançar até que as comunidades afetadas estejam plenamente incluídas no processo de planejamento e instrumentação. Os três foros internacionais sobre o PPP têm concluído com sendas e declarações de clausura similares em tono e conteúdo. Em geral,

a maioria coincide na rejeição aos TLC, ao PPP e à ALCA, além da militarização da região; e na exigência para que o PPP e a ALCA se submetam a uma verdadeira consulta popular. No entanto, os movimentos sociais que se opõem ao PPP também são multifacetados e, às vezes, inclusive contraditórios entre si e/ou dentro deles, em função da diversidade de interesses e as diversas prioridades que estes representam, complexificando a trama antigeopolítica regional. Embora tenham surgido impressionantes (mas informais e incompletas) redes de comunicação entre ONG, organizações indígenas, cooperativas, sindicatos, grupo de mulheres e organizações ambientalistas no México e na América Central que se organizam em torno à oposição do PPP, estas redes algumas vezes não compartilham uma mesma agenda.

Dentro do contexto *oaxaqueño* e a partir da presença destas tensões de territorialidade entre os habitantes das comunidades incluídas dentro do PPP; com base nos boletins do CIEPAC, em março de 2002, mais de trinta organizações decidiram integrar a *Asociación Mexicana por la Auto-determinación de los Pueblos* (AMAP) com o objetivo central de enfrentar “a luta contra os megaprojetos de investimento, incluídos o PPP. O desenvolvimento da organização está baseado nas respostas nacionais, estaduais e locais de organizações e grupos afetados de distinta maneira por estes megaprojetos”. Dentro da AMAP se encontram as seguintes organizações *oaxaqueñas* da região do Istmo; das quais as duas primeiras mencionadas foram visitadas no trabalho de campo para a realização de entrevistas e a obtenção de informação de fontes primárias com atores envolvidos na construção das diferentes territorialidades: *Centro de Derechos Humanos Tepeyac del Istmo de Tehuantepec* (CDHTT), *Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo* (UCIZONI) *Comité de Voluntarios para el mejoramiento Ambiental* (COVOMA), *Consejo Regional Ecológico Cultural del Istmo* (CRECI), *Colectivo Cortamortaja*, *Centro para los Derechos de las Mujeres Naax Wiim* (CDHMAAW), *Grupo de Preservación Cultural Huave Mi Kualaj Xa Kabaj*, *Grupo de Trabajo Colectivo del Istmo* (GTICI), *Grupo Cultural Binigulazaa*, *Frente Indígena Oaxa-*

queño Binacional (FIOB), CACTUS, Centro de Atención y Apoyo a la Mujer Istmeña (CAMI), Red de Organizaciones Juveniles Indígenas del Istmo de Tehuantepec (ROJIIT), Grupo Cultural “Nivi Nuu”; assim como também está conformada por representantes das comunidades (majoritariamente indígenas): Cerro Chivo, Guiechiquero, Jalapa del Marqués, Matías Romero, Guevea de Humboldt, Asunción Tlacolulita, San Mateo del Mar, San Juan Guchicovi, Ejido Morro Mazatán, Santo Domingo Mixtepec.

Finalmente, retomando a afirmação de Almeyra e Alfonso (2004) de que mesmo o estado de Chiapas não pertence ao Istmo, a oposição zapatista frente ao PPP e a colocação contra este na perspectiva da luta contra a ALCA, assim como a construção em Chiapas de regiões indígenas autônomas regidas pelas chamadas *Juntas de Buen Gobierno*, terá um forte impacto na sociedade de toda a região istmeña e tornará ainda mais difícil a aplicação destes projetos. De fato, tive a necessidade de me aproximar e entrevistar membros de ONGs (*Otros Mundos* e *CIEPAC*) que se localizam na cidade de San Cristóbal de las Casas, em Chiapas, pelos trabalhos e projetos sociais relacionados às denúncias contra os “projetos de desenvolvimento” relacionados “indiretamente” com o PPP e, também, pelo vínculo e a rede que tem gerado no nível nacional e junto com América Central para organizar frentes de resistência e difundir esta informação.

UMA MIRADA ANTIGEOPOLÍTICA OAXAQUEÑA

Para falarmos do projeto eólico na região do Istmo de Tehuantepec a fim de entendermos a antigeopolítica ali deflagrada, partimos do fato de que este território estratégico é considerado, nas palavras de Santos (2000) pelos “atores hegemônicos” (ou melhor, “agentes hegemônicos”), como um “recurso”. Assim, é lógico pensar também que sob a visão capitalista de desenvolvimento, o projeto eólico pudesse ser concebido, “*desde encima*” e

“*desde afuera*”, isto é, desde as verticalidades, como um projeto de “desenvolvimento sustentável”.

A tensão de territorialidades no Istmo de Tehuantepec

A energia eólica que está se desenvolvendo na região e que provém dos fortes ventos que ali se apresentam, é considerada como uma das alternativas de energia renovável; de fato, é a energia eólica a que lidera este tipo de energias, também chamadas “energias verdes”, que representa, segundo dados do ano de 2007 proporcionados pelo presidente da Associação Mundial de Energia Eólica, Anil Kabe, 12% da produção total da eletricidade, comparado com 6% que alcançava em 2000. Isto equivale a 25% de crescimento anual, sendo a indústria energética a que mais está se desenvolvendo no mundo. Para o presidente desta associação ainda a produção desta energia (em comparação com os 3,5 milhões de MW produzidos no mundo) “ainda é nada”, embora o crescimento seja constante devido às “favoráveis condições atuais, como a alta permanente do petróleo e o aquecimento global”. A Alemanha é líder nesta matéria, seguida na lista pela Dinamarca e pela Espanha.

Segundo a AMDEE (2011), “O México conta com um potencial importante de recurso eólico: maior a 5 mil MW (megawatts) no Oaxaca unicamente e cerca de 20 mil MW para o México todo”. No ano de 2009, México se localizava no 24º lugar em capacidade instalada para energia eólica. Na região do Istmo de Tehuantepec, principalmente no grande vale que se forma ao sul da *Sierra Madre del Sur*, ao lado do litoral do Pacífico, na zona correspondente a nosso trabalho de campo, os ventos são empurrados pela prevalecente pressão barométrica maior na costa do Istmo ao lado do Golfo do México. As velocidades oscilam entre 45 a 60 metros por segundo e sua continuidade permite entre 35 e 50% de horas netas de geração de energia. Portanto, segundo o informe *Panorama General de la Energía Eólica de México 2011*, elaborado pela AMDEE: “um quarto do potencial

total do México, estimado em 40,000 MW, poderia vir de Oaxaca”.

Apenas para se ter uma pequena ideia dimensional, recordamos que a construção do Parque La Ventosa II consiste em 98 aerogeradores, com uma capacidade para gerar 93,3 MW e começou no final do ano de 2005 com um investimento de 110 milhões de dólares. Para as empresas e as consultoras de energia, o projeto eólico está sendo rentável no Oaxaca, quem lidera a energia eólica no país. Isso, segundo Francisco Fernández, diretor de C-Estrategia, uma consultora que oferece assessoria em temas de competitividade, porque nenhum outro estado do México tem as condições atmosféricas que existem no Oaxaca. Aliás, agora a energia pode ser vendida e há a possibilidade de que nessa região as empresas possam ser auto-abastecedoras da sua própria energia, como no caso do projeto do parque eólico *Eurus*, da empresa de cimento CEMEX, administrada por ACCIONA. Segundo informação de Carlos Beas, na construção do parque eólico *Eurus*, projetado para ser o “maior de América Latina”, a empresa ACCIONA pensa investir 550 milhões de dólares em 2 mil 500 hectares.

A CFE, empresa para-estatal mexicana, é intermediária dos proprietários das terras e das empresas emprestadoras de serviço como *Grupo Energético del Sureste* (GES), que se encarrega da instalação, operação e manutenção dos aerogeradores para as outras empresas, como IBERDROLA, uma das grandes administradoras dos parques eólicos na região do Istmo, como *Parques Ecológicos de México*. No ano de 2010, o presidente de IBERDROLA, Ignacio Sánchez Galán, afirmou que sua empresa “foi pioneira na construção de parques eólicos no México e tem investido mais de 300 milhões de dólares, aos que serão somados mais outros 300 milhões nos próximos anos”. IBERDROLA gera e transmite energia para a empresa mexicana de cimento APASCO, além da transnacional Walmart, que são catalogadas como “empresas ecologicamente responsáveis” por usar energia renovável eólica.

Segundo Álvaro, gerente entrevistado de IBERDROLA, o “compromisso” que a empresa espanhola tem com o município é unicamente para as licenças de obras e uso de solo. No entanto, também como “empresa socialmente responsável”, contam com ações sociais anuais nos lugares onde a empresa é instalada, apoiando o setor educativo e os serviços básicos, principalmente. Por outro lado, o presidente da Associação Mundial de Energia eólica reconheceu os elevados preços que ainda implica o uso desta energia:

O vento é caro em relação a outras fontes de energia, em razão dos custos dos aerogeradores. O custo de construção de um parque eólico é o dobro de uma central térmica com potência similar. Mas depois, os custos de exploração são quase nulos e têm a vantagem de nunca se enfrentar à volatilidade dos preços, como no caso da energia térmica.

Num ensaio publicado pelo ambientalista Iván Restrepo, no jornal *La Jornada* (6 de novembro de 2006), ele comenta que o México poderia ter sido líder em geração de energias alternativas se a burocracia não tivesse ignorado os projetos que a comunidade científica e tecnológica tinha proposto há 30 anos, “Tanto o *Instituto de Investigaciones Eléctricas*, quanto a UNAM, entre outros centros do conhecimento, trabalham então sobre protótipos que abrangem as energias solar e eólica, e o biogás”. No entanto, o problema burocrático que é referido por ele é o seguinte: “A resposta que um alto funcionário do sexênio presidencial de López Portillo deu para não apoiar as pesquisas foi que era a “teimosia” gastar nessas energias quando nadávamos em petróleo. Hoje nos afogamos em dependência e corrupção”.

Segundo as declarações feitas há menos de um ano (publicadas no jornal *La Jornada*, em 3 de dezembro de 2010) por Georgina Kessel, secretária de Energia e uma das autoras do documento antecedente do PPP “*El Sur también existe*”, ela argumenta que no México já existem todos os regulamentos necessários para maior e melhor desenvolvimento do projeto eólico no país. Com este exemplo, temos uma evidencia direta de

interconexão entre os agentes que participaram tanto da criação do PPP quanto que participam agora do desenvolvimento do projeto eólico no país. Segundo as declarações da atual funcionária do Estado, as comunidades da região não vão rejeitar mais este tipo de “desenvolvimento” porque “o projeto representa aumento das suas rendas através do pagamento de um arrendamento pelo uso de parte dos seus terrenos”. Para ela, “as inconformidades são coisa do passado”, embora na realidade aconteça o contrário.

Tratemos agora da relação terra-território-natureza dos povos indígenas no Istmo de Tehuantepec. A relação do território com a natureza varia e é explícita, na qual o território se torna, antes de mais nada, abrigo e fonte de recursos, “meios materiais de existência”; trata-se de “uma noção do território bastante influenciada pela experiência das sociedades mais tradicionais, em que a principal fonte de recursos provém da natureza e da terra” (Haesbaert, 2006, p. 47). Dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua “territorialidade” ainda pode levar marcas profundas de uma relação com a terra, no sentido físico do termo; este exemplo poderia ser ainda o caso de alguns grupos indígenas.

A relação dos povos indígenas com seu território se baseia nos planos do seu conhecimento (ou saberes) e da técnica, mas também nos planos da cosmologia, da política e da cultura em todas suas manifestações. A partir disso, segundo os autores Nigh e Rodríguez (1995), existem principalmente estas visões dos povos rurais e indígenas no México: a maioria dos “conservacionistas” tem, aparentemente, a concepção romântica dos povos indígenas, considerando-os sociedades arcaicas; outros acadêmicos consideram que os indígenas, por definição, são ambientalistas inatos que vivem quase em completa harmonia com a “mãe natureza”; outros pensam que são unicamente “parte da paisagem rural” e que, por isso, corresponde às agências internacionais definir o futuro desses povos; e, por último, alguns estimam que representam uma grave ameaça para o cum-

primimento do seus objetivos conservacionistas e desejariam expulsá-los de forma permanente das áreas naturais protegidas.

Para Nigh e Rodríguez (1995), as culturas indígenas e os povos que as aportam, recriam, preservam e transmitem, estão vinculados com territórios específicos com os que, apesar da história, mantêm relações profundas e únicas. Tem sabido simultaneamente preservar suas línguas, as formas de organização e de transmissão de seus conhecimentos (saberes), os sistemas e técnicas para o uso dos recursos e a produção de bens. Tudo isso, como formas de adaptação características de cada cultura, faz possível relações únicas com o meio. Sobre isto, Bonnemaïson e Cambrèzy (1996, *apud* Haesbaert, 2006) mencionam que a relação dos “povos tradicionais” com o espaço de vida era mais intensa anteriormente; porque, além de ser um território fonte de recursos naturais, o espaço era “ocupado” mais intensamente através da apropriação simbólico-religiosa, ou seja, como a sua morada, uma “concha protetora” no cosmo, para usar os termos de Gaston Bachelard.

No caso das práticas culturais, que muitos povos indígenas realizam no seu território e que muitas vezes favorecem a preservação e acrescentam diversidade biológica, podem se catalogar, por uma parte, como domínio da cultura material (ferramentas, tecnologia, técnica, uso da terra e dos recursos naturais etc.), e por outra parte, podem se atribuir a um conhecimento especializado em reação à natureza. Na cosmologia indígena, como mencionam Nigh e Rodríguez (1995), está a razão de ser da sua concepção em torno ao manejo dos recursos naturais; isto significa que é determinante na forma que estas sociedades se relacionam com a natureza, onde o conceito fundamental que regula as formas de relação do ser humano com o meio parte do fato de que ele é parte integral e ativa do cosmos.

De qualquer modo, torna-se evidente a existência de uma visão de mundo, do território e dos recursos naturais na qual se sintetizam e se justificam os aspectos econômicos, sociais e culturais de muitas populações indígenas ainda hoje. Nesse sentido, para López e Espinoza (2003), a terra (ou território, para nosso

caso teórico-conceitual geográfico), seus recursos naturais e a relação simbólica que mantêm com ela, assim como seus lugares sagrados e históricos e os mitos de origem constituem o espaço concreto em que os povos indígenas existem e criam suas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais; aquelas que dão identidade e os diferenciam do resto da sociedade mexicana. Por isso o controle dos seus territórios constitui a possibilidade de se manter, desenvolver-se e deixar de ser o que eles são. Portanto, quando são ameaçados respondem, construindo argumentos que se apoiam na posse histórica, títulos primordiais, resoluções presidenciais, sentenças dos tribunais agrários e mais recentemente em movimentos sociais e grupos ambientalistas.

Para Bonfil (1987), a terra não se concebe como mercadoria, já que existe uma vinculação muito mais profunda com ela; pelo contrário, é um recurso produtivo indispensável e, assim mesmo, é um território comum que forma parte da herança cultural recebida; é neste espaço concreto donde se manifestam as “forças superiores”. Assim, a relação com a terra não é puramente mecânica, mas se estabelece simbolicamente através de inumeráveis ritos e se expressa em mitos e lendas. Neste ponto, podemos relacionar o conceito de “território” visto anteriormente, composto pelo binômio material-simbólico, com a noção de “terra” aqui manejada por estes últimos autores que falam sobre a relação dos indígenas com o seu meio que, para nós, a partir da teoria geográfica, são compatíveis com o conceito de “território”.

Nessa altura da análise, torna-se imperioso o esclarecimento da noção de comunalidade. O termo de *comunalidad* (*comunalidade*) foi uma categoria formulada por Floriberto Díaz-Gómez (2001), líder e pensador indígena mixe, e redefinida e espalhada por Jaime Martínez-Luna (2003) e Adelfo Regino (1998), intelectuais e acadêmicos indígenas zapoteco e mixe, respectivamente.

Somos comunalidad, lo opuesto a la individualidad, somos territorio comunal, no propiedad privada; somos compartencia, no competencia; somos politeísmo, no monoteísmo. Somos intercambio, no negocio; diversi-

dad, no igualdad, aunque a nombre de la igualdad también se nos oprima. Somos interdependientes, no libres. Tenemos autoridades, no monarcas. Así como las fuerzas imperiales se han basado en el derecho y en la violencia para someternos, en el derecho y en la concordia nos basamos para replicar, para anunciar lo que queremos y deseamos ser [...] Somos *existencia y resistencia*. (Martínez-Luna, 2003, grifo nosso)

Segundo Martínez-Luna (2003), *comunalidade e desenvolvimento* são dois conceitos em contradição permanente, que é vivida em termos lineais. “O primeiro tenta se apagar por representar a resistência do próprio, enquanto o segundo tem sido um instrumento de ataque permanente”. Para começar falando desta “nova” categoria (de prática ancestral), é preciso começar com o conceito de *comunidad indígena*. Segundo Díaz-Gómez (2001), para um acadêmico ou para um político da sociedade de cultura ocidental, a *comunidad* “é um simples agregado de indivíduos a partir do seu isolamento egocêntrico; nesse mesmo sentido é como pode se entender a definição de conjunto. Trata-se de uma comunidade aritmética”.

Assim, o eixo da *comunalidad* seria principalmente o *tequio*, que se refere à doação comunal de trabalho, na ajuda mútua, no uso e defesa do território. Na prática, trata-se de um exercício árduo e obrigatório que, na atualidade e nalgumas comunidades, poderia ser uma imposição autoritária que é assumida e exigida pela mesma sociedade a todos seus integrantes; isto faz que quem cumpra suas obrigações tenha acesso a seus direitos dentro da comunidade. O trabalho, como um método para se relacionar com a natureza e com o território, adquire significado e esta relação é, como também o respeito aos outros humanos, de reciprocidade; por essa razão, o serviço à comunidade se percebe como trabalho (Bonfil, 1987).

Dentro do que estaria formando parte desta *comunalicracia*, mencionaríamos que a base da vida comunitária é a assembleia, o espaço da democracia participativa, a instância que se fundamenta no consenso, a diversidade e a pluralidade. Por isso, o Estado tem procurado e tem conseguido, como objetivo alcançado

em muitos dos casos, sua manipulação, mediação ou destruição. Nesta *comunalicracia*, a propriedade comunal se refere também ao resultado de processos sociais de resistência, de construção, de elaboração coletiva, onde a terra é de todos; e, portanto, sua defesa é comunal; apesar de respeitar o uso familiar, o comunal é compartilhado. Assim, o comunal é resultado de centúrias, é uma organização de herança pré-hispânica que se conserva na grande maioria da sociedade de Oaxaca, tanto indígena quanto mestiça; o que varia de uma comunidade para outra é o nome. O valor e a importância que tem o comunal no sentido jurídico, político, cultural e social no estado do Oaxaca estão vinculados com um processo histórico tão complexo que é necessário analisá-lo para entender as relações sociais no âmbito nacional, estatal e regional, assim como também para entender as resistências que se expressam territorialmente na antigeopolítica de Oaxaca e no Istmo de Tehuantepec.

Os conflitos territoriais e a organização da sociedade istmeña contra o projeto eólico

Pode-se considerar, em conjunto, que o Istmo de Tehuantepec tem se convertido no “maior parque eólico da América Latina”, como é nomeado pela jornalista espanhola Majo Siscar (2010), quem escreveu um artigo sobre as denúncias dos camponeses pelos projetos eólicos, chamado “*Lo que la energía eólica española se llevó*”. Neste artigo, como na maioria das entrevistas realizadas, se expressa que estes parques têm sido construídos “a base de enganos, ameaças, saqueios, promessas descumpridas, estafas e mentiras” feitas a centenas de indígenas *zapotecos* e *huaves* da região.

Numa manifestação levada a cabo no ano de 2005 pelos primeiros *ejidatarios* afetados no início do primeiro projeto realizado na região do Istmo de Tehuantepec, o governador de Oaxaca, URO, após um ato público sobre os projetos eólicos foi abordado pelos inconformistas, e se comprometeu a instalar

mesas de negociação para atender as demandas, que até a presente data não têm sido atendidas, segundo as queixas de vários camponeses entrevistados. No mesmo ato, Francisco Carrillo Soberón, secretário da Comissão de Energia da Câmara de Deputados, advertiu que existe um projeto de lei o qual permite aos produtores privados participarem na geração de energia renovável, mas com subsídios. No entanto, para ele, “o censurável é que não tenha uma política de Estado em energias renováveis e isto vai ser um nicho de particulares, especialmente de empresas espanholas”.

O ano de 2009 destacou-se por ter sido o de maior enfrentamento e com maior violência por causa da construção dos parques eólicos entre as empresas e o governo com os camponeses; além disso, estes fatos ‘coincidem’ com o ano no qual o BID acelerou o montante da assistência financeira pela crise, e no México outorgou empréstimos por 3 bilhões e 200 milhões de dólares; desse total, 500 milhões foram destinados ao desenvolvimento de ‘energias limpas’. Em agosto daquele ano, quase 80 camponeses zapotecos detiveram as operações de 60 dos 93 aerogeradores instalados no parque eólico La Ventosa por mais de dois meses, propriedade do consórcio espanhol Iberranova-Iberdrola, para exigir às empresas que lhes pagassem 1,5% do que se obtém pela geração de energia elétrica, e 50 mil pesos anuais por cada hectare que as empresas utilizam. Os que não se conformaram se mobilizaram em resposta a que representantes da empresa, assim como dos governos estadual e federal, não chegaram a uma reunião pactuada. Alejandro Betanazos Pineda, representante dos *ejidatarios* e pequenos proprietários, sinalou que os agricultores já não querem negociar com as empresas espanholas, porque têm sido enganados por elas várias vezes, e agora só querem “que se levem suas máquinas aonde for, mas que sejam tiradas de nossas terras”.

A maioria das terras afetadas pela construção de parques eólicos a partir do ano 2006 são *ejidales* de uso agrícola e pecuário. Para Álvaro Velázquez, trabalhador de IBERDROLA, a mudança que tem se dado a partir da presença dos parques eólicos é

“simplesmente o de uso de solo agrícola ao industrial”. Pelo contrário, para *El Beche*, de *Radio Totopo*, uma rádio comunitária de Juchitán, não significa uma simples mudança do uso da terra; trata-se de uma questão de patrimônio familiar, além de ser um ato ilegal, como o explica na seguinte frase:

Se ha pasado de una tenencia de la tierra comunal y ejidal a industrial, lo que para el caso a la tierra comunal es ilegal, ya que el presidente municipal (quien lo está autorizando) no es el encargado de aprobar la venta o la renta de estas.

Os camponeses estão conscientes e informados de que as leis estão se modificando para o benefício das grandes empresas a partir de que foi assinado o TLC e se reformou o Artigo 27 com o objetivo de que o camponês pudesse vender suas terras. Todas estas reformas, disseram vários, estão gerando a privatização das terras, as quais são compradas pelas empresas e onde o camponês termina trabalhando como peão numa terra que antes era sua. O governo federal impôs em todos os ejidos da região o *Programa de Certificación de Derechos Ejidales (PROCEDE)*, um programa de “suposta” regularização agrária que surgiu desde o sexênio presidencial de Ernesto Zedillo (1994-2000) tem sido o meio legal para a privatização das terras *ejidales* e a destruição da assembleia comunal e *ejidal*, como eixo organizador do núcleo agrário e como um dos seus elementos essenciais da sua *comunalidad* e que, ao mesmo tempo, representa uma das suas práticas principais de territorialidade. Assim mesmo, um dos maiores impactos que este programa tem gerado é a fragmentação territorial e, portanto, do *ejido*; o qual, a sua vez, significa uma mudança de vida dentro das comunidades e os *ejidos* ao provocar profundos divisionismos e conflitos internos entre a população e dentro das mesmas famílias.

Uma velha senhora, habitante de La Ventosa, comentou que os moinhos têm de dois a três anos no lugar e que seu contrato está por 40 anos. Ela foi enganada por lhe prometer que “ia ser sócia da empresa que ia ter direito a ele”. IBERDROLA lhe paga-

va cinco pesos por metro quadrado e agora a empresa quer pagar unicamente um peso. Para ela, era muito mais rentável e conveniente cultivar antes porque ganhava por isso 20 mil pesos por três meses cultivando milho, 60 mil pesos por três meses cultivando sorgo, além de 2.500 pesos por mês por grama para o gado. A senhora é *comunera* de uma propriedade social que conta com 300 membros, a qual está representada por Porfirio Montero, presidente da Federação de Proprietários Rurais de Oaxaca.

A este respeito, a maioria dos entrevistados (sobretudo os mais “politizados”) está informada e consciente de que com estes projetos eólicos se viola o direito à consulta das comunidades, como o estabelece o Convenio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotado em Genebra, na Suíça, em 1989; e assinado pela Câmara de Senadores do México em 1990. Em dito acordo ressaltamos principalmente os artigos sexto e sétimo (da primeira parte que trata sobre política em geral), nos quais se fala sobre a consideração à consulta prévia às medidas e programas que lhes concirnam pelo fato de os afeta diretamente; assim como ao convite para participar neles; e, a exercer o direito de decidir sobre suas próprias prioridades nas que se refere “o processo de desenvolvimento”. Aliás, o segundo apartado trata tudo o relacionado com as terras onde estas são reconhecidas como “territórios” que os povos indígenas ocupam para cobrir suas necessidades e reproduzir sua cultura; em tal apartado é mencionado o caráter jurídico para o reconhecimento dos seus direitos de posse e propriedade. Então, finalmente o que eles exigem é: “*Queremos diálogo, que se nos considere, que nos informen*”, porque “*Juchitán y el Istmo están siendo controlados por las empresas*”.

Dona Lola, habitante de La Ventosa, quem considera que terá muitas mudanças no povoado ante a presença dos aerogeradores, crê que sua vida também vai mudar, com o qual não se refere a aspectos positivos, porque expôs: “*Realmente esto viene a perjudicarnos al 100% en todo lo que estamos viviendo*”. Os entrevistados continuaram respondendo uma diversidade de con-

sequências que terão a partir destas mudanças no território, como a “perda de liberdade produtiva” e “um aumento no custo de vida na região”, entre muitas outras; pelo eu Edelvina, outra das entrevistadas em dito documentário, se estendeu e comento o seguinte:

Estamos viendo ahora que están haciendo los trabajos y están destruyendo nuestros terrenos. A la tierra buena le están echando cemento. Nosotros por experiencia, como campesinos, sabemos que un terreno no sirve con cementante para pastura o para sembrar maíz o cualquier otra cosa. En lugares donde hay riego, que para nosotros es importante, se están desaprovechando porque no estamos pudiendo utilizar el agua.

Partimos da premissa de que toda prática social induzida por um sistema de ações ou de comportamentos pode ser traduzida numa produção territorial que intervém como rede, nodo ou malha, os quais podem ser diferentes de uma sociedade a outra, mas sempre estão presentes. Com base em Raffestin (1980), o sistema territorial de malhas, redes e nodos organizados hierarquicamente, seja horizontal e/ou verticalmente, permite assegurar o controle sobre o que pode estar sendo distribuído, designado ou possuído; permite impor e manter mais ordem; e permite realizar a integração e a coesão dos territórios. Resgatamos este último ponto para entender a territorialidade das resistências da sociedade *istmeña* que se contrapõe ao projeto eólico. Assim, o sistema territorial é tanto um meio quanto um fim, dependendo dos objetivos, os interesses, as práticas e as representações do território. É um meio quando indica uma organização territorial; e é um fim quando indica uma intencionalidade da organização. Por conseguinte, segundo Raffestin (1980, p. 143), “o sistema territorial é produto e meio de produção”.

Segundo Martínez-Luna (2003), em função dos seus recursos e elementos culturais, os povos estabelecem suas estratégias de resistência; isto é traduzido numa mobilização permanente. Para o mesmo autor, “a resistência se expressa em todos os planos da vida: a música, o trabalho, a festa ou a guerra, por isto a

resistência tem se tornado na identidade básica dos povos que enfrentam a imposição de outros, tanto econômica quanto cultural”. Assim mesmo, como diria Martínez-Luna (2003), a resistência também é dramática, “o vemos em Chiapas, em Guerrero e em Oaxaca”; não deixa de ser violência que se estabelece de maneira cotidiana e sutil; mas ao fim e ao cabo, é resistência. É neste inciso que se insinua a atitude antigeopolítica no Istmo. Recuperando as ideias de Martínez-Luna (2003), assim como também as de Cairo (2007b) sobre “resistência”, poderíamos afirmar que foram vários os “contra-espacos”, chamados assim pelo último autor e por Moreira (2001), identificados no trabalho de campo e resultado das diversas territorialidades nascidas desde a horizontalidade, baseadas na cultura e na organização social para se resistir ao desenvolvimento do projeto eólico na região.

A cidade de Matías Romero seria um desses “contra-espacos”, localizada ao norte do Istmo, em direção à Veracruz, é uma zona que não tem sido afetada pelos aerogeradores, mas sim pela presença das bases de reguladores elétricos da CFE; empresa que não tem podido passar a cablagem que se pretende instalar para a rede de transmissão elétrica que conecta ao centro e sul do México com a América Central, como parte do corredor de energia do atual PM. Esse impedimento é devido à resistência que tem se feito localmente por parte da UCIZONI mediante as negociações com a CFE sob condições feitas pela sociedade.

No caso da cidade de Juchitán, identificamos vários “contra-espacos” importantes; um deles em *La Asamblea de Pueblos Indígenas en Defensa de la Tierra y El Territorio* (antes *Asamblea en Defensa por la Tierra y el Territorio*), organizada por vários movimentos locais de comunidades afetadas que se reúnem semanalmente na cidade de Juchitán. Tivemos a oportunidade de assistir a dos delas em 2010; pessoas interessadas no tema em discussão podem estar presentes, principalmente no que concerne a sua organização em contra dos projetos. Nesta assembleia só participam os integrantes e representantes destes pequenos movimentos locais que se juntam numa escala mais regional

para expressar e discutir suas inconformidades, falar dos problemas em comum e chegar a um acordo para atuar em conjunto. Estas reuniões são faladas em zapoteco, e só no final dos pontos acordados na minuta é que se falou em espanhol (quando estivermos presente) para resumir o comentado com a finalidade de que entendesse. Uma das suas líderes é Bettina Cruz Velázquez, de origem zapoteca e estudante de doutorado em Geografia pela Universidade de Barcelona.

Para *El Beche*, a organização social mais forte no Istmo de Tehuantepec frente ao PPP, que no caso particular seria o projeto eólico, é a *Asamblea de los Pueblos Indígenas del Istmo en Defensa de la Tierra y el Territorio*, APIIDTT:

Es el único que ha tenido una posición de no negociar nada, queremos que se vayan [...] Hay otros grupos que han aceptado negociar, hay otros que luchan con esa cara de estar en contra, pero tienen el interés de controlar las comunidades y tienen proyectos productivos [...] algunos de sus representantes se han querido lanzar como diputados federales.

A Assembleia tem realizado marchas, apropriações de escritórios e denúncias; outros movimentos também, mas estão vinculados ao PRD; para *El Beche*, a ingerência dos partidos políticos nos movimentos sociais significa que “*queda a medias el proceso de autonomía de los pueblos [...]. Los partidos políticos ya no sirven, ya no es alternativa para los pueblos, al menos que se levante otra organización muy consciente para tratar de tener otra propuesta, otra alternativa*”. Agora, continuou explicando *El Beche*, com a Assembleia que assessora Bettina está se tentando substituir a falta de representante comunal, já que “*El pueblo está secuestrado por los partidos políticos*”, quem não convém que existam assembleias comunais, porque seria como realocar a representação e o poder deles dentro da sociedade juchiteca.

Na assembleia se comentou que as empresas seguem insistindo com seu argumento de “*satisfacer nuestras necesidades*”. Estas empresas continuam presentes na região porque “*muchos de nuestros compañeros ya accedieron*”, porque “*son engañados*

con la oferta de recibir más dinero". O maior problema é, portanto, a maior luta que tem os membros da Assembleia é com as empresas. Os representantes reunidos numa das juntas disseram que: "*con güeros no queremos nada*", se referindo às empresas estrangeiras. Para eles, identificam a todas as empresas como espanholas, sem importar origem, tanto alemãs como francesas (que também estão presentes na região e formam parte do projeto eólico); porque as relacionam com a época da exploração que houve na Conquista. Além das empresas, os camponeses reconhecem divergências com os presidentes e agentes municipais, assim como também com os *coyotes*, que são os intermediários entre eles, o governo e as empresas. Desde sua visão, os dirigentes políticos também são identificados como "inimigos" por não expor bem sua postura firme em favor dos camponeses afetados e sutilmente apoiar o discurso de "desenvolvimento" das empresas.

Para os membros da Assembleia, seu interesse comum é o "patrimônio das terras". Os camponeses reclamam que as empresas chegam para despojá-los, e eles argumentam que vivem da terra para autoconsumo ou a produção agrícola. Por tais motivos, um dos organismos que tem criado dentro da assembleia, como uma das suas principais funções, é um centro de apoio a camponeses e cidadãos afetados e defraudados tanto pelo projeto eólico quanto pelas caixas de poupança, entre outros assuntos. Um dos camponeses da Assembleia considera que existe falta de apoio da sociedade para eles na defesa do que é "*nuestro*" e também "*suyo*", de defender o que é parte do seu estilo de vida, porque há muitos que "*son débiles y tienen miedo*". Quando foram questionados sobre a diferença entre terra e território, retomando o fato de que o nome da Assembleia faz a distinção, os membros desta aclararam que a primeira representa à vida e à mãe-terra, enquanto o território, para eles, é a comunidade. Com terra e território, resumiram, "temos tudo".

Em Santa María Xadani — comunidade próxima a Juchitán e que se localiza a beira da lagoa —, visitamos ao senhor Babel, que é *comunero* e forma parte do *Movimiento de la Luz*, com-

posto por 80 pessoas aproximadamente, organização que, por sua vez, forma parte da *Asamblea en Defensa de la Tierra y el Territorio*. Ele comentou que luta contra a empresa espanhola ENDESA, já que não estão dispostos a pertencer ao projeto eólico, catalogado, para ele, como um dos seus principais problemas. Igualmente, mencionou que há outro “movimento” com um representante de *Bienes Comunales*, figura ausente há mais de trinta anos a raiz do assassinato do seu presidente comunal. Esta organização de bens comunais está composta por cinquenta *comuneros*, e disse que é urgente ter a seu representante, porque algumas autoridades que apoiam as empresas estão permitindo a venda das suas terras comunais (de aproximadamente mil hectares) de forma ilegal, beneficiando assim à empresa espanhola. Os parceiros do senhor Babel têm ido acidade de Oaxaca a se queixar com a CFE e numa das suas ações tiraram uma cerca que colocaram ilegalmente nas suas terras comunais. Neste assunto, comentou que o agente municipal não quis se envolver mediando a situação; então, a partir disso, “*hemos tenido que defender nuestros derechos territoriales nosotros solos*”. Por fim, outras comunidades de “contra-espacos”, como Ixtepec trataram de implantar seu próprio projeto alternativo de energia eólica através da ONG OXFAM.

Em 2008, várias das organizações, assembleias e movimentos sociais da região organizaram um encontro chamado *Nuestras Voces de Lucha y Resistencia*, em Juchitán, com o propósito de exigir o cancelamento geral do projeto eólico. Outras das ações com que os camponeses afetados têm recorrido é a exigência do pagamento acordado e a demanda e o direito de saber para quem é a energia que se vende e quanta energia gera a planta eólica. Na realidade, unicamente estavam sendo pagos entre 25 y 100 pesos por hectare, e entre 5 e 8 mil pesos ao ano pela operação de cada aerogerador, quando foram prometidos entre 30 e 50 mil pesos. Aliás, se tem bloqueado o acesso às estações elétricas, fechando os caminhos que conduzem aos aerogeradores.

Em geral, apesar de que muitos dos entrevistados estejam informados e tenham uma noção da situação, a sociedade do Ist-

mo não parece estar informada realmente de que trata o PPP; por isso, surgiu a *Radio Totopo*, em 102.5 FM, que foi visitamos em trabalho de campo, estação de rádio nascida na raiz da falta de informação do PPP, relacionado com a perda do território indígena e, ao mesmo tempo, com a desapareição da língua e a cultura zapotecas na região do Istmo de Tehuantepec. *El Beche*, que é um dos participantes do projeto da rádio comunitária, falou sobre o porquê do nome:

Retomamos el nombre ‘totopo’ por el símbolo que para nosotros representa la diversidad cultural que existe en el Istmo y porque cada pueblo tiene su forma de hacer el ‘totopo’¹¹², que es una tortilla deshidratada particular de la región [...] A falta de información fue que decidimos tomar la iniciativa de informar al pueblo, y así el proyecto nació en el año de 2006, impulsado por cuatro personas.

Uma forma de vinculação da rádio com a sociedade é que são convidados a suas festas — como a Festa *Las Velas* — para transmiti-las ao vivo, como um serviço social, incluindo os cumprimentos que os vizinhos mandam para amigos e familiares. A comunidade responde as suas atividades culturais, no momento em que estas são anunciadas e os moradores do bairro lhes enviam alimento, flores e o necessário para poder realizá-las. Esta participação da rádio seria como parte do seu *tequio*. Referente a sua relação com a população no começo, *El Beche* mencionou que havia muitos camponeses que não tinham credibilidade de nossa informação; mas agora depois de mudar sua postura por ter sido afetados pelo projeto eólico, são os primeiros que escutam a rádio e recomendam à gente que não arrendem suas terras.

Em Juchitán existem mais de dezesseis rádios comunitárias que estão em constante ameaça de desalojo para que desapareçam pela repressão que existe para elas em nível nacional. Segundo as denúncias feitas por *El Beche*, recentemente a *Coalición Obrera, Campesina, Estudiantil del Istmo* (COCEI), distinta a aquela que existiu há mais de trinta anos porque tem sido coop-

tada pelos partidos políticos, tem agredido duas vezes à rádio, por parte do presidente municipal (do PT) em 2010 que quando era candidato mandou a sua segurança para os calar. De fato, contraditoriamente em 1983 os membros da COCEI instalaram a primeira rádio comunitária de Juchitán, chamada *Radio Ayuntamiento Popular*. Anteriormente, a *Radio Totopo* se dedicava mais a informar sobre o projeto eólico à população; no entanto, a partir de que receberam estas ameaças pelos dirigentes da COCEI tiveram que parar com esta informação. Mesmo assim, tempo depois apenas conseguiram anunciar o projeto eólico pela rádio.

Na cidade de Tehuantepec, entrevistamos Mayra, representante da rádio comunitária Zapoteco. Para ela, *“una persona que no conoce su territorio, no lo puede defender”*; portanto, ela considerou de soma importância o papel da rádio para a difusão da informação à população: *“Le quiero dar al pueblo herramientas”*. Junto como outros companheiros, esta rádio tem criado um comitê em defesa pela terra e o território em nível local, começando com a elaboração de uma lista de registro de todos os *comuneros* nas assembleias para evitar a presença de pessoas alheias às terras comunais, tentando intervir, posto que cada *cacique* de San Blas (bairro de Tehuantepec) tem querido lhes impor um presidente comunal que tenta influir no número de *comuneros* para afetar aos “verdadeiros”. Como diria Mayra: *“Contamos con una cacique que nos oprime y por eso nos estamos organizando”*.

Para além das estratégias informativas das rádios comunitárias, outro “contra-espço”, localizado na cidade de Tehuantepec é o *Centro de Derechos Humanos Tepeyac A.C.*, onde foi entrevistado Javier Balderas. Ele mencionou que o objetivo dessa organização é outorgar um acompanhamento às comunidades, povos e localidades que têm sido envolvidos em projetos de “desenvolvimento” da região, não só o eólico, mas considerando também os relacionados à infraestrutura de rodoviárias. Nesse sentido, disse-nos que lograram *“echar pa’trás”* (cancelar) a rodovia que se iria construir da cidade de Oaxaca até o Ismo, atra-

vessando horizontalmente o estado, do oeste ao leste; assim como também a nova autoestrada entre Salina Cruz (porto) e Huatulco (centro turístico), beirando o litoral do estado. O governo estava oferecendo 25 centavos (de peso mexicano) pelo metro quadrado, com o “clássico argumento de que a terra não serve”, para a construção destas rodovias. Assim, mediante a repulsão social e a não aceitação a esses pagamentos, “*se vinieron abajo*” (desfizeram-se) ambos os projetos de infraestrutura de autoestrada. Javier Balderas pensa que pelo menos não terá autoestrada dentro de uns anos mais; e aclarou que todo isto pertence à infraestrutura do PPP.

Para alguns acadêmicos conhecedores e críticos do tema sobre o PPP, como Andrés Barreda e Gustavo Esteva, este projeto regional “não existe mais” ou “na realidade nunca existiu”, se referindo mais a viabilidade e às ambições nos discursos hegemônicos das verticalidades. No entanto, ativistas entrevistados da região do Istmo, como Carlos Beas (da UCIZONI) e Javier Balderas (do Centro Tepeyac), comentaram o contrário, posto que o vivem dia a dia, lutam contra dele na sua cotidianidade e reafirmam que, embora o PPP (e agora o PM) tem mudado de nome e não tem alcançado as expectativas projetadas, devido aos poucos, mas importantes logros sociais obtidos pelas lutas de resistência, para eles “tristemente ainda existe” de outras formas e por isso têm e veem um “futuro incerto” para eles; mas não por isso têm deixado de lutar a partir das suas diferentes posturas. Desde um panorama mais regional, Gustavo Castro, da ONG *Otros Mundos*, mencionou que a criação dos megaprojetos, como o PPP, está modificando a posse da terra no México. Aliás, Gustavo Castro disse que como parte deste controle, o PPP tem estimulado a criação das cidades rurais no estado de Chiapas que desterritorializam aos camponeses, os expulsando dos seus territórios e propriedades, lhes oferecendo novas moradias, lhes montando um novo “cenário urbano” e lhes impondo a ocupação deste, com o discurso de melhoras na infraestrutura e serviços, para ser controlados por grupos paramilitares. Para o entrevistado, o objetivo final destes megaprojetos em nível con-

tinental é unir o PPP à IIRSA para conectar o mercado internacional.

Para Mariela Zunino, da ONG CIEPAC, a organização social que logrou oposição e resistência ao PPP baixou o perfil do projeto hegemônico; ao mesmo tempo que a falta de financiamento, devido a sua grande ambição, conseguiu desacelerar o seu desenvolvimento. Por conseguinte, o PPP teve que se “disfarçar” com projetos pequenos e locais. No entanto, como menciona Javier Balderas, a finalidade de todos estes projetos sempre tem sido a construção de um “canal seco interoceânico” (na atualidade corresponde ao projeto do *Tren Interoceánico*), o qual “aliviaria”, segundo Javier Balderas, entre um 13 y um 15% ao Canal do Panamá. De tal forma que, como expôs o mesmo entrevistado: *“Si llegaran a concretar el canal seco entre Coatzacoalcos y Salina Cruz, junto con el tren eléctrico, indudablemente la electricidad va a salir del megaproyecto eólico del Istmo de Tehuantepec”*. Segundo ele, os projetos que mais se tem concretizado e nos que mais se tem avançado em relação ao PPP, com o fim de “garantir a mobilidade e o transporte do capital” no Istmo de Tehuantepec, são aqueles de infraestrutura de rodovias, a modernização e expansão dos portos (por parte de uma empresa coreana), como o de Salina Cruz; assim como também o do projeto eólico, por nós estudado e analisado, senso o mais visível de todos.

(IN)CONCLUSÕES

A tensão das múltiplas territorialidades, traduzida nos conflitos territoriais presentes na região do Istmo de Tehuantepec, que parte da diferenciação na apropriação material e simbólica do espaço, pelas relações entre os diversos agentes, atores e sujeitos sociais (empresas de energia eólica, autoridades municipais, estaduais e federal, camponeses ejidatarios e comuneros, líderes, organizações civis e movimentos sociais), se baseia principalmente nos diferentes objetivos, intenções, interesses e necessidades que cada uma destas territorialidades tem expressado ao

longo da sua territorialização, por meio das suas práticas, experiências, estratégias e das suas representações no território *istmeño*.

Estas múltiplas territorialidades divergem constantemente ao tentarem se impor como uma única forma de ver, pensar, modelar, construir, sentir e viver o território, modelos de “desenvolvimento” que não são compartilhados por todos esses atores, agentes e sujeitos. Isto é devido, em parte, a uma falta de reconhecimento da complexidade do território, onde se sobrepõem e entrecruzam territorialidades; como consequência, potencializa-se a enorme diversidade social e cultural dos diferentes grupos (sejam étnicos, sociais, culturais, políticos etc.) que participam na construção do território da região do Istmo de Tehuantepec. Nesse reconhecimento multicultural e pluriétnico, devem ser considerados os diversos grupos indígenas pela permanência das suas práticas e representações territoriais refletidas em seus *usos y costumbres* ou na sua *comunalidade*, com a explícita importância do seu patrimônio político-cultural, e o direito ao seu território e a suas territorialidades, promovendo assim a necessidade de uma justiça territorial.

Com base em nosso estudo na década de 2010, a *comunalidade* no Istmo, como uma das fortes práticas de territorialidade dentro dos grupos indígenas no estado de Oaxaca, não tem se mantido tão presente, em comparação com outras regiões do estado, pela maior influência de costumes e imposições externas a essa região. Tal é o caso da existente debilidade nas assembleias *ejidales* e comunais como representantes do poder social e comunal que intentam sobreviver para contrarrestar os efeitos da presença dos parques eólicos. Porém, pelo contrário, deve-se ressaltar que a língua zapoteca “continua viva” na região, como reflexo da sua cosmovisão, da sua forma de entender e expressar o mundo, e também exemplo da sua resistência cultural e, portanto, da sua existência. Além disso, a comida, especificamente o *totopo*, uma de tantas formas de comer a *tortilla* no México, é outro dos seus elementos de identidade regional que se aprecia no seu patrimônio culinário (e, portanto, referente ao territo-

rial); e que, implicitamente, vai ligado a questionamentos de soberania alimentar.

A forte presença e influência dos partidos políticos em diversos âmbitos sociais, assim como também das empresas (como as firmas cervejeiras), que são aliadas das empresas estrangeiras de energia eólica, desde as verticalidades, mostram paulatinamente um controle das festas, importante elemento cultural que está sendo apropriado como parte da estratégia territorial; isto é uma expressão mais do poder dentro das múltiplas territorialidades da região do Istmo. Estas territorialidades, como foi analisado, se encontram em constante tensão como consequência dos (des) encontros das diversas histórias, umas mais hegemônicas do que outras, plasmadas num mesmo território. Isto é resultado da forte herança do “colonialismo interno”, impregnado tanto nos territórios quanto nas relações sociais, que hoje em dia não pode ser negado e é tão vivo e presente em todo o território mexicano, *oaxaqueño* e, por conseguinte, na região do Istmo de Tehuantepec. Nesse sentido, antigos padrões de controle e de poder têm sido reproduzidos, marcando o processo de territorialização do Istmo, que, neste caso estudado, tem beneficiado as empresas estrangeiras com a finalidade de operar uma ‘fácil’ e ‘melhor’ forma no território em questão, ao se manter protegidos pelo apoio dos governos, dos políticos e dos caciques. Contudo, uma atitude antigieopolítica se tem desenhado com base nos contramovimentos de enfrentamento ao poder hegemônico, forjando no Istmo, assim, potentes contra-espços.

Por conseguinte, a fragmentação horizontal da grande organização social e regional que pôde ter existido no início, no momento de publicação do PPP pelo governo, é resultado das diferentes formas de se confrontar o projeto (negação e recusa rotunda, negociações, condicionantes, pagamentos justos, consultas, bloqueios, vínculos com partidos políticos, alianças etc.), o que fez com que os diversos grupos e movimentos sociais enfraquecesse o seu tecido de redes socioespaciais (de espaços de discussão, assembleias, encontros); e finalmente isto confluísse na perda do poder na resistência, nos “contra-espços”, desani-

mando, assim, muitos ativistas. Com este panorama, os entrevistados sabem que o futuro é incerto e pode ser até desolador; porém, eles expressaram que mesmo assim seguiram resistindo, sob diversas formas e apesar de saber que “*nadan contracorriente*” (lutam no contrafluxo), através da sua estratégia de organização social e da sua cultura, para não ‘desaparecerem’. Eles têm deixado muito claro que o território é o seu “único patrimônio”, é aquilo que ainda os abastece de comida, é sua herança histórica; como bem mencionou uma das senhoras entrevistadas: “*Es el lugar de nuestros muertos*”... E, precisamente, para não ‘deixar de ser’ nem ‘desaparecer’, uns continuam lutando e outros propõem dialogar e construir o território do Istmo de Tehuantepec entre todos os atores e agentes de uma forma mais horizontal e menos ‘tensa’, procurando e conseguindo o respeito das suas territorialidades e, além, das diversas e múltiplas territorialidades da região.

Cabe ressaltar que após muitos anos, a luta no Istmo de Tehuantepec continua. Os povos encontram-se resistindo com ao Proyecto Mesoamérica, principalmente frente ao Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec. Os governos da direita, do centro e da esquerda vão mudando, mas a fragmentação territorial das verticalidades continua presente.

BIBLIOGRAFIA

- Almeyra, Guillermo e Alfonso, Rebeca (2004). *El Plan Puebla-Panamá en el istmo de Tehuantepec*. México: Universidad de la Ciudad de México.
- Álvarez, Alejandro (2001). I Plan Puebla-Panamá ¿Para el desarrollo regional o de un enclave transnacional? *Revista Memoria*, 148. México.
- Álvarez, Alejandro; Barreda, Andrés e Bartra, Armando (2002). *Economía política del Plan Puebla Panamá*. México: Itaca.
- Barreda, Andrés (2001). Los peligros del Plan Puebla-Panamá. Em Armando Bartra (coord.), *Mesoamérica. Los ríos profundos*:

- alternativas plebeyas al Plan Puebla-Panamá* (pp 133-214). México: Instituto Maya.
- Bonfil, Guillermo (1987). *México profundo*. México: CIESAS, SEP.
- Brunet, Roger (1993). *Les mots de la géographie. Dictionnaire critique*. Montpellier / Paris: Réclus / Documentation Française.
- Cairo, Heriberto e Rocha, Alberto (2007a). El Plan Puebla-Panamá: origen, estructura institucional, objetivos estatales y proyectos. Em Jaime Preciado e Heriberto Cairo (orgs.), *La construcción de una región: México y la geopolítica del Plan Puebla-Panamá* (pp. 21-39). Madrid: Plaza.
- Cairo, Heriberto e Rocha, Alberto (2007b). Territorialidad. Em *Diccionario crítico de Ciencias Sociales*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Chamona, Alejandro (2003). Procesos de integración en el marco del Plan Puebla-Panamá (PPP). Em Eduardo Sandoval e Robinson Salazar (comps.), *Lectura crítica del Plan Puebla-Panamá*. México: Libros en Red (Colección Insumisos).
- Díaz-Gómez, Floriberto (2001, 11 de março). Derechos humanos y derechos fundamentales de los pueblos indígenas. *La Jornada Semanal*. México.
- Haesbaert, Rogério (2004). Dos múltiplos territorios à multiterritorialidade. *I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS*. Porto Alegre: AGB.
- Haesbaert, Rogério (2006). Concepções de território para entender a desterritorialização. Em Milton Santos *et al.* (eds.), *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: POS-GEO/UFE, DP&A.
- Haesbaert, Rogério (2007). *Território e multiterritorialidade: um debate*. Niterói: *GEOgraphia*, 17(9).
- Haesbaert, Rogério (2010). *Regional-global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério e Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2005). *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP.
- Jodelet, Denise (1984). La representación social: fenómenos conceptos y teoría. Em Serge Moscovici (ed.), *Psicología social II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales*. Barcelona: Paidós.

- Lacoste, Yves (2003). *De la géopolitique aux paysages. Dictionnaire de la géographie*. Paris: Armand Colin.
- Lévy, Jacques e Lussault, Michel (eds.) (2013). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin.
- Lima, Ivaldo (2013). A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. *Revista Espaço Aberto*, 2(3), 149-168. Rio de Janeiro: UFRJ.
- López, Francisco e Espinoza, Guadalupe (2003). *Derechos Territoriales y Conflictos Agrarios en la Mixteca: el caso de San Pedro Yosotatu*. Oaxaca: Centro de Comunicación y Creatividad RedEs "Tejiendo la Utopía", Serie Derechos Indígenas, 7.
- Martínez-Luna, Jaime (2003). *Comunalidad y Desarrollo*. México: CONACULTA, Centro de Apoyo al Movimiento Popular Oaxaqueño A.C.
- Menéndez, Eduardo e Di Pardo, René (1996). *De algunos alcoholismos y algunos saberes. Atención primaria y proceso de alcoholización*. México: CIESAS.
- Meza, Edgar Santiago e Ysunza, Valeria (2011). *Plan Municipal de Desarrollo del Ayuntamiento de Papantla (2011-2013)*. S/d.
- Montbrial, Thierry (2008). *Géographie politique*. Paris: PUF.
- Moreira, Ruy (2001). As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. *GEOgraphia*, 5(3). Niterói.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2001). *Geografías, movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México: Siglo XXI.
- Osorio, Rosa María (2001). Entender y atender la enfermedad. Los saberes maternos frente a los padecimientos infantiles. México: CIESAS, INAH, INI.
- Preciado, Jaime e Villarruel, Aarón (2006). México y Centroamérica: hegemonía mundial, resistencias y visibilidad social. Em Daniel Villafuerte y Xochitl Leyva (coords.), *Geoeconomía y geopolítica en el área del Plan Puebla-Panamá*. México: CIESAS / Miguel Ángel Porrúa.
- Regino, Adelfo (1998). La reconstitución de los pueblos indígenas. Em Miguel A. Bartolomé y Alicia M. Barabas (comps.), *Autonomías étnicas y Estados nacionales*. México: INAH.

- Rodríguez, Nemesio (2004). Istmo de Tehuantepec: de lo regional a la globalización. México: Programa Universitario México Nación Multicultural, UNAM.
- Santos, Milton (2000). *La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción*. Barcelona: Ariel.
- Siscar, Majo (2010). Lo que la energía eólica española se llevó. *OMAL* (sitio web). Bilbao: Observatorio de Multinacionales en América Latina (OMAL). <https://omal.info/spip.php?article1552>
- Torres, Felipe e Gasca, José (2004). El Plan Puebla-Panamá. Una perspectiva del desarrollo regional en el contexto de los procesos de la economía mundial. *Problemas de Desarrollo*, 35(138).
- Villafuerte, Daniel (2007). Mitos y realidades del Plan Puebla-Panamá. En Juan Pöhlenz; Juan Sandoval (comps.), *El Plan Puebla-Panamá, ¿integración para el desarrollo?*, San Cristóbal de Las Casas: Universidad Intercultural de Chiapas/Centro de Estudios de Fronteras y Chicanos, A. C.

CONTRAPAISAJES FRENTE A VIOLENCIAS PATRIARCALES-COLONIALES EN EL NORTE DE CHILE

EL CASO DE ANTOFAGASTA

LEYLA MÉNDEZ CARO

INTRODUCCIÓN

Antofagasta, emplazada entre el desierto de Atacama y el océano Pacífico, fue anexada a Chile en 1879 como resultado de la Guerra del Pacífico (1879-1883). El trasfondo de esta guerra sería la disputa comercial por el salitre entre empresarios salitreros de Tarapacá (territorio peruano) y salitreros chilenos de Antofagasta (territorio boliviano) (Segall, 2021).

Antofagasta ha sido un bastión de la industria extractivista desde el siglo XIX, enfocándose en un primer momento en la extracción del guano, después en el salitre y actualmente en el cobre y el litio. Como advierte Galaz-Mandakovic (2019) el “Desierto de Atacama: es una periferia para el Estado de Chile, pero a su vez ha sido un importante laboratorio para el desarrollo de la minería a través de las inserciones tecnológicas de vanguardia que facilitaron y profundizaron el extractivismo” (p. 11).

Esta profundización del extractivismo bajo lógicas de desposesión se ha teorizado en América Latina como neoextractivismo, el que según Svampa (2019) adquirió nuevas dimensiones a partir de siglo XXI en tanto modelo sociopolítico-territorial de acumulación del capital basado en la presión sobre bienes naturales, pero que ha sido enfrentado a través de grandes resistencias sociales frente al despojo.

En un artículo reciente (Méndez Caro, 2022), hago alusión a este proceso de profundización del extractivismo en esta zona del norte de Chile, y sus particularidades vinculadas a un empresariado que actualiza herencias coloniales a través de la con-

quista del desierto. Para describir este proceso hago alusión al “ego conquiro” patriarcal, propuesto por Dussel (1994) para analizar los procesos de colonización y conquista de América Latina. Sin embargo, esta vez encarnado por colonos-empresarios del siglo XIX, con ideas republicanas de progreso, pero aliados de un capitalismo eurocentrado (Quijano, 2007) que impulsó y permitió el desarrollo de la revolución industrial (Lander, 2014) y colonos empresarios del siglo XXI que aliados de la dictadura cívico militar de Pinochet, pudieron convertirse en dueños de los principales “recursos” naturales del país.

En este capítulo, daré continuidad a estas reflexiones a través del análisis de Antofagasta como zona de sacrificio y caso emblemático del neoextractivismo en América Latina. Para ello me enfocaré en el ensamble entre género, colonialidad, paisaje y memoria, proponiendo las nociones de paisaje de la nación y contrapaisajes, en tanto lugares y prácticas de resistencias y re-existencias (Hurtado y Porto-Gonçalves, 2022). Así, dialogo con epistemologías feministas (Haraway, 1995; 2019) y de(s)coloniales (Curiel, 2014; Espinoza Miñoso, 2016; Lugones, 2008) y el análisis de las antigeopolíticas (Lima, 2013). Para estos efectos, contraespacios y geografías disidentes que posibilitan “alternativas socio-políticas creativamente antagónicas al orden geopolítico dominante” (Lima, 2013, p. 156).

HERENCIAS COLONIALES EN LA PRODUCCIÓN DEL PAISAJE DE LA NACIÓN Y SUS VÍNCULOS CON EL NEOEXTRACTIVISMO

Los orígenes del extractivismo se remontan a la conquista y colonización de América Latina por Europa, proceso que habría permitido la expansión capitalista (Quijano, 2007; Lander, 2014, Federici, 2015). De acuerdo con Lander (2014) esta masiva transferencia de riquezas a Europa marcó el inicio del sistema-mundo colonial y procesos de acumulación por desposesión. Siguiendo al mismo autor, esto no habría cambiado demasiado con las independencias de las primeras décadas del siglo XIX y

más bien comienzan a observarse cambios después de la segunda Guerra mundial donde se promovió la industrialización del continente. No obstante, esto habría sido abandonado a partir de las dictaduras en la década de 1970, y las políticas de ajuste neoliberales, empezando por el golpe militar en Chile de 1973, respaldado por Estados Unidos. Se argumenta así, “la necesidad de concentrarse en lo que el continente hacía mejor: producir commodities. Se inicia entonces la nueva era de fundamentalismo de mercado para someter el continente durante las siguientes décadas a las exigencias del capital transnacional” (Lander, 2014, pp. 2-3).

Esta renovada forma de extracción alcanzaría en el siglo XXI un importante protagonismo basado en los altos precios internacionales de los productos primarios (*commodities*) los que habrían favorecido las economías latinoamericanas, al mismo tiempo que gobiernos escamotearon discusiones sobre el impacto del modelo extractivo exportador (Svampa, 2019). Esto, en un clima de resistencias frente a los “escasos controles ambientales existentes, así como por el endurecimiento de los contextos de criminalización y el incremento de los asesinatos a activistas ambientales, en el marco de la disputa por la tierra y el acceso a los bienes naturales” (Svampa, 2019, p. 13)¹.

Antofagasta, como caso de análisis, ha estado en el centro de estas transformaciones, sobre todo a partir del siglo XIX, en el que comienza a prefigurarse como polo de extracción minera con una predominante presencia del empresariado chileno antes de que Antofagasta fuese parte de Chile. Este fenómeno de conquista del desierto² lo asocio a un actualizado “ego conquiro”

¹ Cabe recordar aquí la reciente desaparición de Julia Chuñil, dirigente mapuche y defensora ambiental, que hasta el 27 de diciembre de 2024 lleva 49 días desaparecida. ¿Dónde está Julia Chuñil Catricura? ¿*Chew müley Julia Chuñil Catricura*?

² Esta denominación podría abrir conexiones y matices con la “conquista del desierto” en Argentina (1878-1885), campaña militar que conquistó grandes extensiones de tierra desplazando a pueblos originarios bajo un proceso de genocidio, que tal como sugiere Pérez (2019, p. 48), habría estado también

(Dussel, 1992) patriarcal del colono-empresario del siglo XIX, quien, si es que se quiere, participa activamente en la construcción de un “paisaje de la nación” (Méndez Caro, 2022) basado en lógicas extractivas, a la vez que habilita un pasado/presente, entre herencias de dominación colonial y expolios contemporáneos.

Como mencioné previamente, la Guerra del Pacífico, implicó una guerra comercial asociada al salitre (Segall, 2021), la que se nutrió además de imaginarios patriarcales-coloniales en torno a la reproducción de dicotomías que contraponían lo bárbaro y lo civilizado, naturaleza y cultura, atraso y progreso, debilidad y fuerza, inmoralidad y orden moral, entre otras denominaciones para referirse al desarrollo detrás de las tropas chilenas “blancas”. Estas, diferenciadas de las tropas bolivianas y peruanas compuestas por “aborígenes, negros y mestizos” según diarios de la época (El Ferrocarril, 1880 en Klaiber, 1978); discursos que inevitablemente nos conectan con los procesos de colonización española, a los que se le hará homenaje en la ciudad de Antofagasta.

Lo anterior dialoga con análisis de discurso desarrollados por Aedo (2017), quien advierte que este “orden del discurso”, ha estado presente en el norte de Chile desde la Guerra del Pacífico³, donde “fueron reproducidos con brío en la prensa local discursos nacionalistas entrelazados con tóxicas concepciones raciales y morales acerca de la superioridad del pueblo chileno” (p. 90). Asimismo, estas “ontologías raciales” (Stoler, 2013 en Aedo, 2017) configurarían resabios de la colonización europea, las que serían fortalecidas por un racismo científico que enfatizó, por ejemplo, que el “factor indígena ha sido mínimo en la formación

vinculado a “un mercado de tierras y brazos para el capitalismo del modelo agro-exportador”, como funcionales a la constitución de un territorio nacional libre de “indios” y de una comunidad nacional en vías de civilización y “blanqueamiento”, construcción hegemónica de largo alcance”.

³ De acuerdo con González (2008) en Aedo (2017) a partir de esta guerra, Bolivia quedó sin salida al mar y Chile obtuvo control comercial sobre las minas de nitrato (salitre) más productivas en el mundo.

de la nacionalidad chilena” (Eyzaguirre 1961, en Klaiber, 1978, p. 34). Cabe señalar que estos imaginarios racistas se reforzaron con la dictadura cívico militar de Pinochet, periodo en el que se decretó que en Chile no existía población indígena (Zapata, 2019)⁴.

Este repudio de lo indígena toma fuerza en la narrativa de guerra donde además desde una impronta heteropatriarcal se contraponen virilidad del vencedor versus feminidad/ debilidad del vencido, contribuyendo a la configuración de una masculinidad hegemónica gallarda de la que se debe nutrir un ejército⁵. Así se contrapuso valentía con cobardía y esta última se asoció al “maricón”, insulto propinado a personas homosexuales o afeeminadas, pero que a su vez era construida como característica de lo indígena o “cholo”.

[Testimonios de soldados chilenos en la Guerra del Pacífico] asociaron condición de *cholo* e indígena con la de cobarde o *maricón*, atribuyéndoles características de comportamiento inapropiadas y deshonorosas que no coincidían con el ideal del guerrero masculino, viril y honesto al momento de enfrentar al enemigo. Incluso podría tratarse de un sinónimo de homosexual. En efecto, según el *Novísimo Diccionario Manual de la*

⁴ Asimismo, diez años antes el dictador Augusto Pinochet (1963) habría señalado que “gracias a las características del clima chileno la raza negra no se ha desarrollado” (Vidal, 2008, citado en Arre y Barrenechea, 2017, p. 132).

⁵ Estos discursos de virilidad y misoginia han sido un rasgo característico de las guerras y el ejército. Cabe recordar que, en la dictadura cívico-militar de Pinochet, existió una división específica en el norte de Chile, encargada de perseguir y asesinar personas homosexuales, independientes de su orientación política. Estos hallazgos han sido recientemente reportados en el libro *Corazón partío* (2024) de Rodrigo Fluxa. Asimismo, no debemos olvidar el ensañamiento hacia mujeres en dictadura y las particulares formas de tortura, por ejemplo, registradas en el libro *Venda sexy. La casa de la calle Irán 3037* (2021) de Nancy Guzmán. Incluso antes de la dictadura, es emblemático el caso de persecución y represión hacia la población trans en Antofagasta, denominado “El escándalo de la calle Huanchaca”, donde diarios locales justamente enfatizan la no virilidad de hombres asociados a las armas. “Sorprendidos en repugnante orgía. 50 guerrilleros ‘maricuecas’ hacían su revolución desnudos” (*Diario la Provincia de Ovalle*, 1969).

Lengua Castellana de Diego de Mora, la palabra *maricón* se define como “afeminado y cobarde” (1857). (Ibarra, 2019, p. 112)⁶

Esta otra “conquista del desierto”, al igual que en Argentina, también habría albergado un ideario de “blanqueamiento” y consolidación de una comunidad nacional homogénea en vías de civilización (Pérez, 2019) al mismo tiempo que renovó una impronta de expoliación de la tierra/desierto desde una marca virilidad guerrera.

En este sentido, profundizó un “ego conquiro” (Dussel, 1992) heteropatriarcal, extractivista, de corte empresarial, donde al igual que en los procesos de conquista de América, “La ‘conquista’ es afirmación práctica del ‘Yo conquisto’ y ‘negación del Otro’ como otro” (Dussel, 1992, p. 47). Así, siguiendo a Ochoa (2014), estos procesos de otrerización, en tanto jerarquización devenidos de la conquista, habrían producido bestialización, racialización y feminización de lo indio, incorporando el sexismo y misoginia como claves de estructuración del sistema-mundo-moderno colonial.

Según Dussel (1992) este es un “ego” profundamente violento que antepone la conquista y apropiación. Un ego patriarcal y capitalista (del colono empresario), que en este caso no deriva en el *ego cogito* de Descartes⁷ posterior a la colonización, sino que lo actualiza y refuerza, en lógicas desarrollistas de moderniza-

⁶ Ibarra (2019) ejemplifica estos discursos de guerra a través de relatos de soldados chilenos. Por ejemplo: “Hipólito Gutiérrez, soldado del regimiento Chillán, anotó que durante la parte más encarnizada de la lucha, ‘Vamos avanzando lijero que ya se van arrancando estos cholos cobardes, maricones’ [sic]” (Ibarra, 2019, p. 121). Esto en un contexto nacional y marco normativo de criminalización de la homosexualidad pues cabe señalar que en 1875 (poco antes de la Guerra del Pacífico), cuando comenzó a regir el Código Penal chileno, en el artículo 365, la sodomía fue tipificada como delito, lo que estuvo vigente hasta 1999 (Memoria Chilena: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-589194.html>).

⁷ De acuerdo con Dussel (1992) el “*ego cogito*” de Descartes de 1636, será el resultado ontológico del “*Ego conquiro*”, donde el ego sería origen absoluto de un discurso solipsista.

ción y progreso. Esta racionalidad se impone nuevamente a lo que en un momento se denominó “explicaciones míticas primitivas” (Dussel, 1992), como aquellas vinculadas a la convivencia y equilibrio con la naturaleza. Se promueve así, tecnologías de vanguardia para la explotación, esta vez en alianza con estados nacionales contemporáneos que nos hablan desde un lenguaje científico rebuscado mientras por ejemplo, el salar de atacama se hunde por la extracción de litio (Delgado *et al.*, 2024) o se hace cierre de termoelectricas de carbón en Tocopilla (para contrarrestar efectos de contaminación) pero sin planes de evaluación o monitoreo medioambiental; sin que nadie se haga cargo de décadas de contaminación de suelo, agua, océano y enfermedades de la comunidad⁸.

Este escenario, produce y refuerza un paisaje de la nación, que en diálogo con la noción de “sujetos de la nación” de Restrepo (2020), opera como tecnología colonial y racista de reeducación corporal. Un espacio en que circula el poder; el que constriñe y produce al mismo tiempo (Castro-Gómez, 2005).

La configuración del paisaje de la nación alberga también herencias de la configuración de ciudades coloniales. Cabe recordar aquí siguiendo a Guerra (2014), los hitos de fundación de ciudades hispanas, donde estas se convertirían en instrumentos de colonización a partir de praxis de dominación de voluntad patriarcal.

[...] al iniciar su rito oficial, el conquistador arrancaba unos puñados de hierba como gesto simbólico de dominio y control sobre la naturaleza, luego daba con su espada tres golpes sobre la tierra y retaba a duelo a quien se opusiera al acto de fundación de la ciudad. (Romero, 1976, citado en Guerra, 2014, p. 45)

⁸ Para profundizar, revisar el reportaje de CIPER Chile, de Patricio Segura. <https://www.ciperchile.cl/2024/05/22/en-tierra-de-nadie-pasivos-socioambientales-tras-el-cierre-de-termoelectricas-a-carbon/>

Para el caso de Antofagasta, el rito de conquista estuvo mediado por una guerra y anexión de ciudades, que en tanto “acto de refundación” por el país “vencedor”, proyectó el dominio y control patriarcal de “recursos” naturales. Así la región de Antofagasta se posicionaría en el centro del expolio y exportación de minerales de Chile.

En este contexto de análisis del paisaje de la nación, encarnado en la configuración histórica de la ciudad de Antofagasta⁹, cabe hacer mención a su iconografía y a los visibles homenajes hacia la colonización española, tanto previo como posterior a la ocupación chilena.

Antes de llegar a este punto, quisiera delinear otros aspectos importantes en torno a cómo concibo el paisaje en la figura “paisaje de la nación”. Para estos efectos, integro el análisis de Andermann (2011), quien propone que el paisaje opera como un ensamble entre imagen y entorno y se convierte en “uno de los nodos principales a través de los cuales podemos pensar la intersección entre prácticas políticas y estéticas de la modernidad, prácticas del Estado, así como de su contestación” (Andermann, 2011, p. 278). En este sentido, el análisis del paisaje de la nación también dialoga con el análisis de la Sociología de la Imagen de Rivera Cusicanqui (2015), particularmente con el análisis del espacio y las huellas históricas encarnadas en este, donde “La visualización alude a una forma de memoria que condensa otros sentidos [...]. [Así] La descolonización de la mirada consistiría en liberar la visualización de las ataduras del lenguaje, y en reactualizar la memoria de la experiencia como un todo indisoluble, en el que se funden los sentidos corporales y mentales (Rivera

⁹ Si bien estoy analizando la Región de Antofagasta y no necesariamente la ciudad de Antofagasta (ambas llevan el mismo nombre), me centro aquí en la ciudad pues fue clave en la ocupación de tropas chilenas durante la Guerra del Pacífico, lo que marcó el fin de la soberanía boliviana en Antofagasta y dio el inicio a la Guerra en 1879. Para profundizar aspectos históricos, revisar los registros del Museo de Antofagasta, <https://www.museodeantofagasta.gob.cl/colecciones/guerra-del-pacifico-en-antofagasta/ocupacion-de-antofagasta>

Cusicanqui, 2015, pp. 22-23), tensionando de esta forma el “ego cogito”.

Considerando estas perspectivas, el paisaje de la nación, cumpliría una labor pedagógica de producción de memoria colonial en torno a la conquista, enfatizando como ya lo señalé en párrafos previos, en la presencia de un pueblo vencedor versus un pueblo vencido, homogenización y blanqueamiento de la población, y por supuesto, orden y progreso. Esto último se reproduce en los mecanismos de securitización de estados nacionales, encarnados en los paisajes de “control” de lo “otro” de la nación y de protección de bienes privados. Los paisajes de la nación desplazan y vigilan, no obstante, su producción se encuentra en disputa.

Brevemente, quisiera compartir algunos análisis en torno a la configuración del paisaje de la ciudad de Antofagasta y las iconografías coloniales advertidas previamente. Para ello me centraré en el análisis de su histórica plaza principal, basándome en un artículo reciente (Méndez Caro, 2022).

La plaza principal de Antofagasta es denominada actualmente Plaza Colón. Esta data de 1869 momento en que aparece registrada con ese nombre en el primer plano que se elaboró de la ciudad (Bermúdez, 1966; Recabarren, 2002). Con la instalación de Chile, en 1880 la plaza cambia de nombre por el de Emilio Sotomayor, coronel chileno que encabezó la ocupación de Antofagasta. Sin embargo, posteriormente, en 1892 esta retomó el nombre de Plaza Colón en conmemoración del cuarto centenario de lo que aún se seguía llamando y celebrando como “descubrimiento de América”. Esto probablemente como homenaje a las hazañas de conquista del pasado/presente y el ideario de apropiación y explotación de un territorio. En este mismo sentido, una de sus calles (actualmente calle Matta), en 1872 fue denominada “Calle nuevo mundo” (Bermúdez, 1966).

La plaza contempló en su diseño el clásico estilo damero, es decir, desde esta se erigían las calles cardinales y a su alrededor se ubicaban los edificios principales que regularían la ciudad: templo parroquial, cuartel de policía, cárcel anexa y escuela mu-

nicipal para varones y niñas (Recabarren, 2002). Asimismo, en un plano de 1873, se identificó la presencia del Banco Nacional de Bolivia (Bermúdez, 1966). Banco que, por cierto, fue creado por el empresario chileno Agustín Edwards Ossandón¹⁰, también accionista de la compañía salitrera y miembro de una de las familias más ricas e influyentes del país hasta la actualidad. En esta distribución del espacio público, llama la atención que ni la sede de Gobierno comunal, ni de Gobierno Nacional se situaron en el espacio más importante de la ciudad, como solían estructurarse las plazas de armas, sino que en su reemplazo se ubicó un banco y en el costado de esta se instalaron rieles del ferrocarril (Recabarren, 2002). La plaza, fue construida estratégicamente cerca del puerto principal de la ciudad. Este fue el centro de las exportaciones y el capital, y probablemente, siga teniendo un lugar preponderante.

Esta oda al “descubrimiento y conquistas”, se interconecta con las celebraciones del centenario de independencia en Chile. Así en 1910, las “colonias” más poderosas de la ciudad hicieron entrega de algunos interesantes regalos para adornar la plaza. Estos reforzarían la función pedagógica de la memoria colonial, en torno a la presencia europea neo-conquistadora y extractiva (Figura 1).

¹⁰ “La investigadora Nancy Guzmán ha analizado en profundidad el poderío de esta familia en el país. En el año 2015 presenta la publicación *Los Agustines. El clan Edwards y la conspiración permanente*. En esta investigación advierte de los mecanismos de enriquecimiento de la familia, así como su influencia a nivel socio-político y económico, por ejemplo, a través de la adquisición de uno de los periódicos más prestigiosos de la época (actualmente diario *El Mercurio*) y el apoyo al golpe de Franco, durante la Guerra Civil española y el apoyo al golpe cívico militar de 1973 en Chile” (Méndez Caro, 2022, p. 106).

Figura 1. Plaza Colón, Antofagasta



Nota: Imágenes extraídas de artículo “Imbricaciones entre memoria, género, paisaje y colonialidad. Violencias y resistencias en la configuración histórica de una ciudad del norte de Chile” (Méndez Caro, 2022). De izquierda a derecha: Imagen 1. Obsequio colonia española: el vicecónsul español encargó a Barcelona un conjunto escultórico que se instaló en 1913 para el “Día de la Raza”. Imagen 2. Obsequio colonia británica (1911): Hace entrega de un reloj, según la prensa local, reproducción en menor escala del que existe en la torre del Palacio del Parlamento Británico de Westminster. Desplaza una fuente de agua (símbolo colonial. Agua: iguala a la población). Imagen 3. Obsequio colonia croata (1911), hizo entrega de un orfeón (quiosco de retretas). Ícono de las plazas centrales post-independencia de Chile, lugar en que se inició la matanza de 1906. Imagen 4. Contra-monumento popular, realizado para visibilizar la matanza de 1906, apenas recordada en la ciudad.

Hasta aquí la línea analítica que propongo es que la Guerra del Pacífico, y con esto, la “refundación” de la región de Antofagasta como territorio chileno, actualizó la matriz colonial en el norte Chile a través de un ego-conquiro patriarcal de “colonos-empresarios” y procesos de otrerización de aquello considerado “no chileno”; necesario de civilizar. Para estos efectos, “lo chileno”, se va produciendo desde discursos y prácticas de blanqueamiento. Así el mestizaje en Chile se concibió como “limpieza de sangre” o “narrativa etnocida” en tanto retórica de ciudadanía mestiza y monocultural (un dios, una lengua, una frontera territorial) (Segato, 2007). En sintonía con Duconge y Lube (2014) “Aquí también vemos entrecruzarse claramente los dos principios de control y jerarquía: por un lado, la lógica colonial de dominio del otro conquistado; y por otro la lógica de la construcción de la mitología de unidad nacional” (p. 140).

Estas jerarquías de dominación colonial se conectarían a un paisaje de la nación aliado del extractivismo y sus idearios de desarrollo y progreso, los que se profundizaron durante la dictadura cívico-militar y la privatización de empresas claves en la actualidad dentro de los procesos de expolio y destrucción de la naturaleza. Entre estas SQM¹¹ (ex Sociedad Química y Minera de Chile — SOQUIMICH), administrada por Julio Ponce Lerou, yerno del dictador Augusto Pinochet. “Junto a su suegro iniciaron en 1983 un oscuro proceso de privatización de la empresa que se completó exitosamente en 1988 [...] el comprador de la empresa salitrera fue el mismísimo Julio Ponce Lerou. El suegro dispuso de las pistolas y el yerno aportó con las oscuras engañifas y martingalas” (Galaz-Mandakovic, 2019, p. 228).

Así, la dictadura, también significó una arremetida del “ego-conquiro” patriarcal del colono empresario. Es importante

¹¹ SQM continuó con la exportación del salitre y, en democracia, el 21 de diciembre de 1995, el Estado le entregó la explotación de litio a través del control del estratégico Salar de Atacama. Hoy el 39% de sus ingresos proviene de la explotación del salar (Arellano y Figueroa, 2015). Asimismo, el año 2023, el Estado de Chile, olvidando los mecanismos de privatización de SOQUIMICH durante la dictadura, entregó nuevamente el litio a SQM (Vera, 2023).

recordar que, en ese periodo, entre 1975 y 1989 se privatizaron más de 3.600 plantas mineras, agroindustriales y propiedades agrícolas (Salazar y Pinto, 2012 en Galaz-Mandakovic, 2019). Específicamente, la venta de SOQUIMICH implicó una pérdida patrimonial para el Estado de US\$ 61.344.000, y lo que habría aumentado a US\$ 261.977.202 de la época, si no se hubiese vendido (Vera, 2023).

A través de este proceso, se fue reactualizando un modelo de desarrollo neocolonial; se negó y castigó otras formas de existencia a través de lógicas epistemicidas (Castro-Gómez, 2005; Lander, 2005). No obstante, frente al paisaje de la nación, devienen contrapaisajes; resistencias y re-existencias, nudos analíticos que abordará este texto en el siguiente apartado.

ENTRE ANTROPOCENO Y CONTRAPAISAJES

Una de las dicotomías coloniales-patriarcales presentes visiblemente en la racionalidad extractivista es atraso versus progreso. Esta narrativa orientó los procesos de colonización del siglo XV y, asimismo, justifica las prácticas neoextractivistas de este siglo, que tienen como consecuencia “la expansión de las fronteras de explotación del capital a través de la imposición de modelos de desarrollo insustentables a gran escala, donde se conjugan rentabilidad extraordinaria, destrucción de territorios y desposesión de poblaciones” (Svampa, 2019, p. 111). Esto a su vez ha estructurado una sobreexplotación de trabajo no asalariado sostenido principalmente por mujeres de territorios específicos (Bolados, 2018).

Svampa (2019), articula este fenómeno con el escenario del Antropoceno, en tanto crisis socio-ecológica y civilizatoria de expansión de la *mercantilización y frontera* pero que trae consigo el desafío de pensar alternativas hacia una sociedad postextractivista.

Es interesante la conceptualización de Antropoceno de Svampa (2019) pues no lo liga necesariamente a un momento específico, así como grupos de investigación británicos que establecieron su inicio con los ensayos de bombas atómicas de mediados del siglo

XX¹² sino que su definición está más cercana a la noción de capitaloceno¹³ de Jason Moore, quien enfatiza en un proceso de larga duración que habla sobre el capitalismo y la expansión de fronteras (Svampa (2019). Asimismo, el énfasis de su propuesta se acerca a las teorizaciones de Haraway (2019), en tanto “salidas” o alternativas posibles.

El antropoceno marca graves discontinuidades; lo que viene después no será como lo que vino antes; creo que nuestro trabajo es hacer que el antropoceno sea lo más corto/estrecho posible y cultivar de manera recíproca, de todas las formas imaginables, épocas venideras que puedan restaurar refugios. Ahora mismo la tierra está llena de refugiados, humanos y no humanos, sin refugio. (Haraway, 2019, p. 155)

La interpelación de las autoras es imaginar otras formas de ser y estar en el mundo. Svampa (2019) enfatiza en explorar y avanzar hacia otras formas de organización social basadas en reciprocidad y redistribución. Por otro lado, Haraway (2019), nos interpela sobre una nueva era; “el Chthuluceno”, en tanto “pasado, presente y lo que está por venir [...] una manera de vivir y morir bien [...] para reconstruir refugios” (Haraway, 2019, p. 156) y generar parentescos diversos (humanos y más que humanos) e históricamente situados.

¹² Svampa se refiere a “Anthropocene Working Group, compuesto por un grupo de científicos de la Universidad de Leicester, del Servicio Geológico Británico, bajo la dirección de Jan Zalasiewicz [...]. Tras siete años de trabajos, a fines de 2016, el grupo de geólogos realizó pruebas estratigráficas que mostraron la presencia de aluminio, hormigón, plástico, restos de pruebas nucleares, el aumento del dióxido de carbono, la lluvia radioactiva, entre otras huellas en los sedimentos. En consecuencia, dicho grupo votó la tesis de que el Antropoceno habría comenzado en 1950” (p. 110).

¹³ De acuerdo con Haraway (2019), Andreas Malm propuso el término “capitaloceno” el 2009 en un seminario en Lund, Suecia, cuando aún era estudiante. Paralelamente, ella usó el término por primera vez en conferencias públicas después de 2012 y Jason Moore editó un libro el año 2016 llamado *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism* (PM Press/Kairos).

Esto que describen las autoras es justamente lo que analizo como contrapaisajes de la nación¹⁴, los que a su vez dialogan con Lima (2013) en su definición de antigeopolíticas. Es decir, contra-espacios que devienen en resistencias y formas otras de existencia; una geografía de acción, de movimiento y contextualizada históricamente (Lima, 2013).

Los contrapaisajes de la nación emergen desde la solidaridad y reciprocidad, son redes informales de colaboración y acción frente a procesos históricos de expoliación. Resisten frente a las estrategias neocoloniales establecidas en los paisajes de la nación. Asimismo, son también *devenir con* (Haraway, 2019) o *re-existencias* (Hurtado y Porto-Gonçalves, 2022; Botero-Gómez, 2022).

Las re-existencias implican formas plurales del ejercicio de autonomías que se crean en la vida cotidiana como parte de ser gentes (pueblo, tierra, comunidad), desde las memorias ancestrales, campesinas, populares y alter-urbanas que se componen de las luchas en los quehaceres diarios que posibilitan la vida, la alegría y la dignidad en territorios con formas propias, originales, creadas en cada quien para el resguardo de la vida y la existencia para todxs. (Botero-Gómez, 2022, p. 4)

Los contrapaisajes son una interpelación para “deshilvanar e hilvanar con punto propio”, así como lo aprendí con una mujer aimara en el Macrocampamento los Arenales de Antofagasta. Aquí, lo “propio”, es recuperar aquello que ha sido expropiado por el extractivismo capitalista, colonial-patriarcal. Es tensionar sus lógicas de desarrollo, las que han prometido siguiendo a Escobar (2005) beneficiar a comunidades empobrecidas pero sobre la base de proyectos de desarrollo que excluyen conocimientos y voces de “los objetos” de desarrollo. Así, se abren nuevas preguntas en torno al desarrollo y desde estas la “necesidad de cambiar las prácticas de

¹⁴ Sassen (2003) habla de *contrageografías*, enfatizando en movimientos disidentes respecto a las prácticas geopolíticas hegemónicas (Lima, 2013). En mi caso propongo *contrapaisajes de la nación*, poniendo el acento en el análisis de la modernidad/colonialidad y las resistencias y re-existencias emergidas.

saber y hacer y la “economía política de la verdad” que define al régimen del desarrollo” (Escobar, 2005, p. 20).

A continuación, revisaré algunas experiencias/entramados de contrapaisajes de la nación en la región Antofagasta, intentando situar los análisis previos. Para ello, me centraré en la presentación de casos emblemáticos de resistencias y re-existencias frente a las implicancias socioambientales del antropoceno y el “*ego conquiro*” del neoextractivismo y sus lógicas de desarrollo.

El 23 de diciembre de 2024, la comunidad de Toconao¹⁵ se desplazó hasta la ciudad de Antofagasta para protestar una vez más en contra del extractivismo minero, esta vez frente a la Exploración minera AIDA de Minera Plata Carina Spa, la que buscaba instalarse en las cercanías del Salar de Tara. Previamente, el 9 de diciembre se había exigido “una evaluación ambiental más rigurosa y la protección del Salar de Tara frente a intereses extractivistas”¹⁶. La comunidad entre cantos de protesta y música andina desplegó lienzos fuera del edificio CORFO (Corporación de Fomento de la Producción), lugar en que se realizó la votación, con frases como “¡No más mineras en tierra ancestral Lickanantay!”. El proyecto, que contaba con recomendación favorable por parte del Servicio de Evaluación Ambiental (SEA), fue finalmente rechazado por la

¹⁵ *Toconao* significa “rincón perdido” en lengua kunza (Espíndola, 2021). Christian Espíndola, parte de la comunidad de Toconao, advierte que “Toconao es la única comunidad a nivel nacional que tiene sus demandas territoriales fronterizas con los países hermanos de Argentina y Bolivia. Dentro de la demanda ancestral territorial se encuentran sectores importantes que son de ocupación ancestral y que tienen relación con la cultura, arqueología, antropología, turismo, minería, como son también los salares (Salar de Atacama, Tara, Pujsa, Aguas Caliente y Loyoques), vegas (Quepiaco), bofedales, donde lamentablemente para nuestro territorio se visualizan grandes proyectos mineros y que han sido modelados y acordados económicamente, como es costumbre, a espaldas de nosotros, las comunidades indígenas del norte de este país. Esto es una tónica habitual por parte del Estado chileno” (Espíndola, 2021, p. 36).

¹⁶ “El salar de Tara en peligro: avances del proyecto exploraciones AIDA generan preocupación entre los habitantes del territorio de la comunidad de Toconao y el pueblo Lickan Antay”. Fuente: *Diario Santiago*. https://www.chululo.cl/pages/recortes2.php?id=20122024_023400

Comisión de Evaluación Ambiental (COEVA). En esa instancia, Jermín Vásquez, presidente de la comunidad de Toconao, recordó que por una tonelada de litio se requiere aproximadamente de 1,5 millones de litros de agua. Estas denuncias han sido históricas dentro de la comunidad de Toconao, así como lo han declarado otros miembros de su comunidad como Christian Espíndola.

[...] los usos del agua en la quebrada de Soncor son ancestrales y son ocupados en diferentes actividades como las culturales, de ritualidades y agrícolas asociadas a nuestra cosmovisión. Por lo tanto, el agua para nosotros como atacameños es sagrada. Un ejemplo del mal uso que en la actualidad se le está dando a nuestras aguas por parte de las mineras extractivistas que se encuentran ubicadas en el Salar de Atacama, es la extracción masiva de agua dulce que realiza SQM al sur-oeste de nuestro cerro Mullar, donde tienen instaladas tuberías de gran diámetro que succionan el agua desde napas subterráneas. (Espíndola, 2021, p. 39)

Las dos compañías mineras que operan en el Salar de Atacama (SQM y Albemarle), extraen cada año más de 63 mil millones de litros de agua salada de las capas más profundas del desierto; casi dos mil litros de agua por segundo, sin contar el suministro de agua dulce. Esto habría llevado al Consejo de Pueblos Atacameños (CPA) a interponer una denuncia por daño ambiental ante la Superintendencia del Medio Ambiente (Montoya, 2024). Esta iniciativa se suma a otras acciones vinculadas a la defensa del agua o Puri (para el pueblo Lickanantay) a través de la revitalización de formas de vida ancestrales, espiritualidad y economía local, así como articulaciones entre agrupaciones socioambientales y espacios académicos nacionales e internacionales los que, por ejemplo, han levantado observatorios para la defensa de salares¹⁷.

¹⁷ Ejemplo de ello es el Observatorio Plurinacional de Salares Andinos (OPSAL). Libro de referencia: *Salares andinos* (San Pedro de Atacama: Fundación Tanti, 2021), compilado por Bárbara Jerez Henríquez, Sergio Uribe Sierra y Ramón Morales Balcázar.

Cabe recordar, en este contexto, algunas palabras de Sonia Ramos Chocobar. Lickanantay, defensora del desierto y el agua, quien pone en tensión la racionalidad del “ego conquiro” patriarcal de las empresas extractivas y las epistemes de su pueblo.

[Debemos] entender que el desierto tiene su propia misión [...]. El tener todas estas napas subterráneas con agua, le permite un clima extremo al desierto, mucho calor o mucho frío, este es un indicador de enfriamiento. El desierto existe porque su misión es enfriar el planeta [...]. Y está siendo muy intervenido, desgraciadamente existe un extractivismo enorme en nuestro territorio, porque es una pequeña África, [...] con muchos minerales, siempre vamos a ser invadidos [...] en este extractivismo ¿qué es lo que usa la minería? Por desgracia, el agua, que se ve como una fórmula H_2O y nuestros pueblos no la ven como una fórmula. (Rodríguez y Trigo, 2021)

¡No es sequía es saqueo! enfatizan los colectivos en defensa de la tierra-desierto. Ese saqueo, que al menos en el Salar de Atacama, se exacerbó durante la dictadura cívico-militar, cuando SOQUIMICH es privatizada. Este Salar, emplazado en la Región de Antofagasta, posee el yacimiento más importante de litio en el mundo, extendido a lo largo de 2.800 km² entre las cordilleras de Los Andes y la de Domeyko (Arellano y Figueroa, 2015). Actualmente el Salar de Atacama se hunde por la extracción de litio y la banalización del agua. Lo mismo ha ocurrido con la extracción de cobre, la que ha traído consigo una importante cifra de conflictos socioambientales vinculados a la minería, ubicando a Chile, en el segundo lugar de América Latina, después de México. Asimismo, paradójicamente las comunas en las que se concentra su extracción, ubicadas en la Región de Antofagasta¹⁸, se encuentran en situación de

¹⁸ “En la comuna de Antofagasta se localiza el proyecto minero de cobre más importante de Chile, llamado La Escondida, que por sí solo contribuyó con el 20,4% de la extracción total de cobre entre 2001-2020 (Cochilco, 2021). Según los datos analizados, las ganancias que generó este proyecto no tuvieron un impacto de bienestar general en la comuna, puesto que más del 16% de su población vive con carencias en salud, educación, trabajo, previsión social, sin considerar el daño ambiental ocasionado” (Uribe, Toscana y Mora, 2023, p. 12).

pobreza o su condición de pobreza ha aumentado (Uribe, Toscana y Mora, 2023). No obstante, el puerto de Antofagasta sigue trasladando, acopiando y transportando concentrado de cobre en pleno centro de la ciudad, la que históricamente ha estado expuesta a contaminación industrial, además del arsénico y el plomo¹⁹.

En este contexto también son interesantes las resistencias a través del arte, las que denuncian el neoextractivismo, a la vez que nos hablan del pasado/presente y otros mundos posibles (Figura 2 y 3).

Figura 2. Intervención artística en San Pedro de Atacama.
"Beben litio, comen cobre"



Nota: Fotografía tomada en una calle de San Pedro de Atacama. El afiche fue diseñado en Laboratorio de Artes Gráficas del Desierto de Atacama (LAGDA, 2021) y toma como base los dibujos y crónicas creados por Felipe Guamán Poma de Ayala, cronista quechua del Virreinato del Perú, quien denunció los malos tratos de los españoles después de la conquista.

¹⁹ Ver reportaje: "Antofagasta: los niños del polvo negro" de Isabel Reyes en *Interferencia* (15 de agosto de 2021). <https://interferencia.cl/articulos/antofagasta-los-ninos-del-polvo-negro-o>

Figura 3. Fotografías de la ciudad de Antofagasta



Nota: Imagen 1. Registra una de las calles principales de la ciudad en que se observa una publicidad en estencil para captar trabajadoras para "privados" en Calama, ciudad minera de la región que, al igual que Antofagasta, posee un número importante de espacios de entretenimiento dirigida a mineros entre las "bajadas de faenas" y el regreso a sus hogares. Imagen 2. Graffiti en ciudad de Antofagasta "¡El puerto nos mata!", tomada durante una manifestación feminista (2021). El graffiti ya ha sido borrado.

La primera imagen deja entrever la producción de un paisaje patriarcal-colonial desprendido del neoeextractivismo minero y la producción de servicios de entretenimiento minera, necesarios para mantener el funcionamiento de esta. Así como en la época salitrera, los servicios de mujeres han sido clave en una dinámica compleja entre opresiones y resistencias²⁰. Si bien como señala Kalazich (2018) los burdeles estuvieron prohibidos en un primer momento dentro de las oficinas salitreras, sus administradores cambiaron pronto de opinión al observar un descenso en la productividad asociado a “las bajadas” de trabajadores a burdeles del puerto. Así, “varias oficinas comenzaron a permitir el ingreso de prostitutas con su carné de sanidad al día y así evitarse las bajas laborales por enfermedad” (Kalazich, 2018, p. 133). En la actualidad se mantiene esta implícita relación entre lugares de entretenimiento y minería para sostener las extenuantes jornadas laborales a la vez que se visibiliza la colonialidad del género (Lugones, 2008), en la imbricación de racialización, clase, género y sexualidad asociado a quienes otorgan estos servicios en trabajos simultáneamente racializados y engenerizados. Se busca “señoritas”, probablemente racializadas, sexualizadas, migrantes sin trabajo, empobrecidas a quienes posteriormente se les estigmatizará como “el mal social” (Kalazich, 2018), haciendo olvidar las configuraciones patriarcales-coloniales, aquellas que son denunciadas en la primera imagen.

La consigna de la segunda imagen probablemente aluda a un movimiento socioambiental que estuvo en auge durante el año 2015 llamado “este polvo te mata”, por el polvo negro de residuos minerales en suspensión que se acumula en las estructuras de la ciudad. La consigna profundiza en las implicancias de la contaminación y en una problemática común (pasa del “te mata” a

²⁰ No se busca aquí realizar un análisis moralizante de la prostitución/trabajo sexual, sino en diálogo con Kalazich (2018) reconocer los regímenes de moralidad que operan en pasados/presentes en torno al patriarcado/colonial detrás de la industria extractiva y la represión y sanción social hacia quienes han tenido que ocupar estos lugares. Por tanto, no me sitúo desde una perspectiva abolicionista.

“nos mata”) y sugiere una crítica al paisaje de la nación y el ego conquiro patriarcal del colono empresario con presencia histórica en la ciudad. Es decir, no es solo el “polvo”, o incluso, no es solo “el puerto”, sino las violencias estructurales del neoextractivismo encaradas en Antofagasta, vinculadas, por cierto, a clanes familiares que concentran riquezas dentro del país. En este caso el Grupo Luksic es el principal accionista del Puerto, también vinculado a la minería del cobre y al ferrocarril, ese mismo que describí previamente en contexto de Guerra del Pacífico. El Grupo Luksic, es el consorcio empresarial chileno que concentra la mayor fortuna del país, seguido en el cuarto lugar por Julio Ponze Lerou (SQM)²¹.

No obstante, la ciudad de Antofagasta resiste a través de actuales movimientos socioambientales en defensa, por ejemplo, de la reserva nacional la Chimba y en oposición al proyecto Minero de Comahue y re-existe a través de manifestaciones artísticas, colectivas feministas antirracistas que reivindican matrices africanas negadas a través de la música y la danza, sitios de memoria histórica, colectivas de mujeres transmigrantes, cordones de economías solidarias, o colectivas de feminismos populares de mujeres y disidencias que construyen contrapaisajes de la nación.

A esto se suman los contrapaisajes producidos por campamentos o asentamientos informales en Antofagasta. Estos lugares son construidos principalmente por familias migrantes sudamericanas²² (entre estas familias, mujeres y disidencias

²¹ Información extraída de *Forbes Chile*: <https://forbes.cl/negocios/2024-04-03/lista-forbes-estos-son-los-6-chilenos-con-las-fortunas-mas-grandes-en-2024>

²² Antofagasta es una de las regiones con mayor proporción de personas migrantes después de la Región Metropolitana (INE, 2023). Su creciente economía asociada a la minería históricamente ha impulsado flujos migratorios, sin embargo, el neoextractivismo produce un alto costo de vida, por ejemplo en cuanto a vivienda y alimentación, lo que ha propiciado tomas de tierra lideradas en los últimos años por personas migrantes. No obstante, y de acuerdo con lo discutido en el texto, también existe una población que migra por desplazamiento forzado dado los conflictos sociales y políticos de sus países de origen, principalmente población afrocolombiana.

pertenecientes a pueblos originarios y afrodescendientes) quienes han llegado a Chile por procesos de expolio en sus lugares de origen y violencias coloniales-patriarcales, las que son enfrentadas en estos espacios a partir de la construcción de otras formas de habitar y mundos posibles. Es común observar redes de solidaridad entre mujeres y sus familias, quienes producen una urbanización propia. Si bien enfrentan problemas de hacinamiento y de servicios básicos, reorganizan el espacio y lo vuelven “vivable” por ejemplo a través de la construcción de plazas, articulación de faenas de limpieza y sedes vecinales activas. Sus contrapaisajes enfrentan el estigma y el racismo que recae sobre sus corporalidades y espacios.

Quisiera compartir aquí un fragmento de creación poética, asociado a una reciente investigación realizada en el Macrocampamento los Arenales (Méndez Caro, 2023). Este se ha convertido en un caso emblemático de lucha por el derecho a la ciudad y la vida digna, y que, a partir de procesos de organización comunitaria, están logrando radicarse en el mismo espacio que actualmente habitan. De esta manera, tensionan la política de vivienda tradicional, la que, en Chile ha tendido a erradicar los campamentos, y con esto, a quebrar los tejidos socio-comunitarios producidos durante los años previos de instalación y organización.

Soy mujer migrante, gente en movimiento / Quien cruza las fronteras para un futuro/ Del sur al norte llegué/ Mi territorio, entre Antofagasta y Bolivia/ Permisos, eso yo no los tengo/ Yo voy ambulando no más/ Los carabineros van tras de una/ Con mi cuerpo/ Como base para sostener /Mi casa, mi hogar, mi tierra /Cambiamos las angustias por alegrías / Sacamos la voz para ser escuchadas /Por el placer de juntarme con otras /Por el placer de ser diferentes / De ser quien quiero ser /Revitalizamos, organizamos /Nos callamos por mucho tiempo/ pero como dice Lorenza, el tiempo es hoy. (Creación Poética en Los Arenales)

Antofagasta, no ha sido la única ciudad puerto afectada por el neoextractivismo, también han sido emblemáticos los casos

de Mejillones y Tocopilla, reconocidos como “zonas de sacrificio”, por ejemplo, dentro del mapa de conflictos socioambientales elaborado por el INDH (Instituto de Derechos Humanos)²³. En el caso de Mejillones, la lucha ha sido contra diferentes empresas que en su conjunto doblan las dimensiones del pueblo. María Brevis, defensora de la tierra, concejala e integrante de “Mejiambiente”, advierte de estas violencias y resistencias.

La principal amenaza que hoy enfrentamos son las empresas que tenemos acá en Mejillones. Cuando comenzó todo esto fue el año 83 con la llegada de la empresa Enaex, la empresa de explosivos más grande de Sudamérica [...] [También] tenemos muchas termoeléctricas, que ha sido la lucha que hemos mantenido... para finalizar con el uso del carbón y muchas empresas de ácido... esto es como dos veces el pueblo en sí. A las cosas que nos hemos enfrentado han sido las muertes por cáncer [...] han caído cientos de litros de petróleo al mar, toneladas de metales pesados al mar y si yo creo que pasara en otra parte, quedaría “la escoba”. A nosotros se nos encarece la vida [...] la gente trabaja para tener una buena salud, pero a medida que trabaja se va enfermando más [...] Mejiambiente nació como hace 20 años atrás [...] somos un grupo reducido porque [...] [a Mejillones] viene gente que solo viene a trabajar. (Robledo, 2014)

En relación con Tocopilla, sugiero revisar el extenso trabajo del historiador Damir Galaz-Mandacovic, quien ha centrado sus investigaciones en la historia del Desierto de Atacama y Tocopilla, con énfasis en los procesos de inserción tecnológica dentro del contexto de la minería. Galaz-Mandacovic (2019) ha reflexionado críticamente en torno a la invisibilización histórica de Tocopilla, y por ejemplo, “la fábrica de electricidad” dispuesta para la minería del cobre más grande del mundo (Chuquicamata). Así fue como en 1914, la Compañía estadounidense Chile Exploration instaló en Tocopilla una gran termoeléctrica. Durante el gobierno de Salvador Allende esta termoeléctrica pasa a

²³ Mapa de conflictos socioambientales en Chile, elaborado por el Instituto Nacional de Derechos Humanos (INDH). <https://mapaconflictos.indh.cl/#/>

propiedad del Estado y en 1996 fue privatizada, convirtiéndose en Electroandina S.A. Bajo este escenario, en 1995, se instaló una nueva termoeléctrica (Norgener), para electrificar la gran minería del cobre y al Sistema Interconectado del Norte Grande (SING) (Galaz-Mandacovic, 2021) la que cerró recientemente su funcionamiento en el año 2024, trayendo consigo fuertes implicancias socioambientales pero también procesos de organización.

Así el 23 de marzo de 2024, se realizó en Tocopilla la primera asamblea ciudadana autoconvocada. Nace en este contexto la “Coordinadora Tocopilla Digna” (CTD) a raíz del cierre de las dos centrales termoeléctricas Norgener 1 y 2 de Tocopilla, lo que llevó consigo la quema forzada de 94 mil toneladas de carbón en un mes.

La coordinadora Tocopilla Digna (CTD) nace de un sentir colectivo ante las injusticias que resiste nuestra tierra en materia socioambiental producto del abandono institucional y el abuso industrial. Vivir en Tocopilla significa nacer, crecer y normalizar que aire, tierra y mar estén contaminados.

[...] La alerta que encendieron las y los ambientalistas y distintos organismos de la sociedad civil es un acto más de vulneración de los derechos ciudadanos de quienes habitamos una zona de sacrificio y contradice el supuesto proceso de “Transición Socio Ecológica Justa” que se viene articulando desde 2022 producto del “Plan de Descarbonización” que el Estado debió implementar en Tocopilla, gracias a que la lucha ciudadana logró que la comuna y zona circundante fuera declarada zona saturada por MP10 en 2007.

[...] La comunidad tocopillana se declara en alerta. Es nuestro deber informarnos, educarnos, denunciar. Es nuestro derecho cuidar a nuestros niños, ancianos y la biodiversidad que nos sostiene, encaminarnos a dignificar el presente y futuro de nuestros días exige frenar este atentado

contra la salud de la población y nuestro medio ambiente. (Extracto de declaración pública CTD)

Tocopilla ha sufrido los embates históricos del extractivismo minero y un desarrollo que ha enfermado²⁴ y empobrecido a su población. No obstante, frente a este paisaje de la nación, ha producido contrapaisajes, refugios para hacer la vida más vivible frente a los efectos irreversibles de la contaminación.

Para finalizar, compartiré experiencias de resistencias de niñeces que habitan el borde costero de Antofagasta, a quienes conocí a propósito de una investigación en desarrollo. Me centraré en una de las localidades visitadas, Paposo, la que por cierto también se ha visto afectada por conflictos socioambientales, al mismo tiempo que encarna resistencias históricas desde comunidades indígenas como aquellas vinculadas al Pueblo Chango.

Durante el segundo semestre del año 2024 visité Paposo, una localidad costera al suroeste de la ciudad de Antofagasta y al norte de la ciudad de Taltal. Lugar que además ha sido un histórico asentamiento del Pueblo Chango y antiguo límite norte de Chile en la Guerra del Pacífico²⁵. Cabe señalar que el Pueblo Chango fue recientemente reconocido durante el año 2020 a través de la Ley 21.273, no obstante, ha habitado las costas de Antofagasta desde tiempos “prehistóricos” y antes de la colonización española como grupos recolectores-cazadores marítimos (Leterrier y Castro, 2017). Sus trayectorias como pueblo han estado marcadas por memorias coloniales de invisibilización y racismo,

²⁴ Un estudio reciente sobre daños de salud respiratoria en comunas expuestas a centrales termoeléctricas a carbón en el norte de Chile advirtió que “los habitantes de Tocopilla tienen 2,42 más riesgo de padecer bronquitis o bronquiolitis, 90% más riesgo de presentar enfermedades crónicas de las vías respiratorias bajas y 2,14 veces más riesgo de enfermar por asma” (Viviani *et al.*, 2021, p. 17).

²⁵ Relatos de investigadores pertenecientes al pueblo chango (Herrera y Escobar, 2024), advierten del quiebre socio-comunitario e identitario ocurrido durante la Guerra del Pacífico, en que soldados solían quemar sus embarcaciones propiciando el despojo y desplazamiento de sus caletas.

pero también de incansables resistencias, así como lo relata Brenda Gutiérrez Almendárez, coordinadora del Colectivo Changos Vivientes, en las cercanías de Paposo.

Desde niños, desde siempre hemos sabido que somos Changos. Nuestros abuelos y padres siempre nos dijeron que éramos Changos pata rajá²⁶, eso nos enorgullecía [...] [El reconocimiento de nuestro Pueblo] es devolverles de alguna forma lo que hemos perdido a nuestros ancestros. Mi papá tiene 84 años, estuvo sumamente emocionado, estaba feliz, no tenía palabras, lloró de emoción, de alegría. Todos sufrimos discriminación, varias personas nos decían que no existíamos, que estábamos extinguidos, pero nosotros estábamos a las orillas de la playa.

En Papoco conocí a niñas y niños²⁷ que asisten a la única escuela rural del lugar y la que llega a sexto básico, teniendo que posteriormente trasladarse a Taltal o Antofagasta para continuar sus estudios. Esto por cierto es considerado un “privilegio” en relación con otras caletas de la región en que no se cuenta con servicios de educación (tampoco salud, agua potable, alcantarillado y con transporte reducido), y donde deben trasladarse varios kilómetros para llegar a sus escuelas y con un solo transporte diario que pasa por la mañana y por la tarde gracias a una gestión comunitaria.

El objetivo fue construir un mapeo participativo sobre el habitar en la caleta y para ello partimos con un recorrido guiado por el lugar. En este recorrido, me llevaron a sus lugares favoritos, siendo uno de estos, una cancha emplazada a pocos metros de su escuela. Una cancha grande, con pasto sintético frente al mar, pero aún sin inaugurar desde su construcción. Esta fue levantada sobre relaves mineros, trayendo consigo serias impli-

²⁶ “Pata rajá” o “*changos pasao a huiro*” fueron algunos de los insultos racistas recibidos por el Pueblo Chango, asociados a los oficios de recolección en el mar, violencias que también significaron un obstáculo para algunas personas en sus procesos de reconocimiento (Esper, 2021).

²⁷ Hablo de niñas y niños no para validar un binarismo de género, sino pues en esa instancia se identificaron de esa manera.

cancias sanitarias. Dado los escasos espacios de juego disponibles y el atractivo de la cancha, aparentemente sin problemas, entran regularmente por un pequeño agujero en la reja, hecho para entrar a jugar. Esta situación fue denunciada el año 2017 a la Superintendencia de Medio Ambiente, según información de organizaciones locales, sin embargo, el año 2020 fue archivada. Siete años después sigue sin solución.

Paposo es probablemente otra “zona de sacrificio”, el desarrollo extractivista y su progreso paradójicamente no permite que niños de Paposo vivan y jueguen libremente y sin contaminación en su caleta. El “ego conquiro” patriarcal del colono-empresario al parecer determina que algunas vidas son más importantes que otras y en este contexto algunas deben ser sacrificadas, incluyendo vidas humanas y más que humanas.

Este es solo uno de los problemas medioambientales que afectan a Paposo, siendo quizá su principal lucha aquella contra los proyectos energéticos como “la termoeléctrica Paposo (Enel), [que] ha obrado silenciosamente quemando millones de litros de Diésel para vender energía a la gran minería [...] [Asimismo, toman] agua de mar a grandes cantidades para enfriar el proceso, [alterando] el ecosistema marino y la vida costera de los Paposinos” (Comunidad Kamanchaka, 2014). La comunidad de Paposo y el pueblo Chango han denunciado sistemáticamente a estas empresas y este año 2024, lo volvieron a hacer en contra del proyecto energético de Colbún²⁸. Particularmente el Pueblo Chango manifestó su rechazo, “acusando a Colbún de intentar persuadir a los locales con promesas de beneficios sociales que deberían ser resueltos por el Estado, como la urgente

²⁸ “Cabe consignar que Colbún pertenece al Grupo empresarial de la familia Matte, quien, además de esta empresa de energía, controla a empresas CMPC (Forestal Mininco, celulosas y otros), Entel Chile, Volcán S.A., Banco Bice, BICECorp, Inversiones Almendral, forestales Cañada, Cominco, Peumo. Considerado como el tercer holding más poderoso de Chile, luego de Luksic y el de Cencosud de Horst Paulmann” (Fundación Terram). <https://www.terram.cl/comunidad-changa-se-levanta-en-defensa-del-maritorio-contra-proyecto-energetico-de-colbun/>

necesidad de un sistema de alcantarillado en Paposo. Argumentaron que la empresa divide a la comunidad y vende un futuro sustentable que en realidad solo beneficiará a otros” (Fundación Terram, 2024). Este proyecto fue finalmente rechazado por el Servicio de Evaluación Ambiental de Antofagasta.

Las niñas y niños que participaron del mapeo son conscientes del daño hacia la biodiversidad de su caleta, por eso apareció también en sus relatos “¡No a Colbún! ¡No a Inés!”. Y con esto, una fuerte crítica a proyectos energéticos, pues han visto morir aves y peces y como sus familias ven afectadas sus fuentes laborales históricamente vinculadas al mar. Quieren que sus cerros y mar vivan y no ver solo una carretera que atraviesa el pueblo con camiones con huiro²⁹ (otra problemática ecológica denunciada) o termoeléctricas a metros de sus casas (Figura 4).

²⁹ El huiro es un alga parda que habita en ambientes rocosos. Actualmente, su comercialización en Paposo está asociada principalmente a comerciantes locales dueños de plantas procesadoras. Se observan condiciones de trabajo precarias e informales para quienes extraen el huiro directamente, particularmente trabajadores inmigrantes (Esper, 2021). La extracción de huiro, respetando sus ciclos naturales, ha sido una práctica ancestral de familias costeras pero hoy se ve amenazada.

Figura 4. Geografías de niñeces en Paposo, Antofagasta



Nota. Dibujos realizados durante un mapeo participativo con niñas y niños de Paposo. Se observan problemáticas identificadas, principalmente medioambientales, y actividades y lugares favoritos asociados a su conexión con el desierto y el mar, educación comunitaria y cuidados del entorno. En el caso de niñas y niños del Pueblo Chango, la conexión con prácticas y conocimientos ancestrales: pesca artesanal, buceo, sacar huiro que arroja el mar (sin cortarlo de raíz como las empresas extractivas), recorrer el cerro e identificar plantas medicinales y animales, visitar lugares ancestrales, buscar en el cerro flechas de habitantes nativos, acampar con la familia.

CONTRAPUNTOS FINALES

Este capítulo analizó el neextractivismo y sus lógicas de desarrollo sobre la base de un “ego conquiro” patriarcal actualizado a través de la presencia de colonos empresarios en el norte de Chile, específicamente en Antofagasta. En este contexto, analicé la

configuración histórica de paisajes de la nación y contrapaisajes en tanto resistencias y re-existencias.

Los contrapaisajes, sugirieron luchas contra el olvido o contrapedagogías frente a la reproducción y producción de memoria colonial. Esto implica una espacialidad psicosocial y comunitaria que deviene en cuidados invisibles y restauración de refugios a la vez que invita a re-sentir lo común.

El re-sentimiento, siguiendo a Falconi (2016) desde una filiación andina, alude a un resentimiento subjetivo que provoca incomodidad y rabia. Es un volver a sentir desde la problematización del sentido común; de aquellos idearios instalados como verdad. Es recuperar lo “propio” de aquello que ha sido expropiado. Lo propio, lo común, es un *devenir con* tal como dirá Haraway (2019), nunca cerrado ni homogéneo, sino que contingente y relacional. Es producción de memoria en disputa, es reconocer nuestras heridas para poder construir formas de sanar.

En Chile, probablemente las heridas de la colonización aún no cicatrizan y los paisajes de la nación del norte del país nos lo siguen recordando. La tierra-desierto, el mar y nuestras corporalidades llevan consigo guerras e incansables expoliaciones, así como borraduras de una posibilidad en torno a lo que podemos ser (o estar/siendo).

El mestizaje aparece como una de estas borraduras, como algo necesario de re-sentir. Este, en Chile, se instaló como “limpieza de sangre”; una potente tecnología de dominación colonial, aliada de las empresas coloniales y las industrias extractivas, las que siguen sosteniendo jerarquizaciones materiales y simbólicas.

Así por ejemplo el insulto hacia pueblos ancestrales, grupo populares o corporalidades disidentes, cumplió y sigue cumpliendo una función pedagógica de control y disciplinamiento o de racialización de las corpolugaridades (Méndez Caro, 2023) permitiendo la subsistencia de una memoria colonial. No obstante, el insulto también habilita reapropiaciones y contrame-

morias, que reivindican las re-existencias de un pueblo, así como lo comentó previamente Brenda Gutiérrez.

De esta forma, emergen los contrapaisajes, convirtiéndose en interpelaciones hacia el mestizaje, situándolo esta vez como un mestizaje que mira al Sur, tal como dirá Segato (2015). Un mestizaje que no olvida los efectos de un orden patriarcal-colonial y las matrices de colonialidad presentes en la materialización del expolio y nuestras corpolugaridades (Méndez Caro, 2023). En este sentido, un lugar de re-existencias que nos permita vencer el olvido y construir otros mundos posibles, tensionando el patriarcado colonial y su racismo ambiental y “ecogenoetnocidios” (Arboleda Quiñónez, 2019) a la vez que construya refugios humanos y más que humanos.

BIBLIOGRAFÍA

- Aedo, Ángel (2017). Encarnando (in)seguridad. Orden policial y política de la presencia en la frontera norte de Chile. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, 29, 87-103. <https://doi.org/10.7440/antipoda29.2017.04>
- Andermann, Jens (2011). Paisaje: imagen, entorno, ensamble. En Perla Zusman, Rogério Haesbaert, Hortensia Castro y Susana Adamo (eds.), *Geografías culturales. Aproximaciones, intersecciones y desafíos* (pp. 277-290). Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, UBA.
- Arboleda-Quiñónez, Santiago (2019). Rutas para perfilar el ecogenoetnocidio afrocolombiano: hacia una conceptualización desde la justicia histórica. *Nómadas* (50).
- Arrellana, Alberto y Figueroa, Juan Pablo (2015, 26 de junio). El día en que el Estado le entregó el control del Salar de Atacama a Ponce Lerou. *Ciper Chile*. <https://www.ciperchile.cl/2015/06/26/el-dia-en-que-el-estado-le-entrego-el-control-del-salar-de-atacama-a-ponce-lerou/>
- Arre, Monstserrat y Barrenechea, Paulina (2017). De la negación a la diversificación: los intra y extramuros de los estudios afrochilenos.

Tabula Rasa, 27, 129-160. <https://doi.org/https://doi.org/10.25058/20112742.447>

- Bolados, Paola (2018). Acuerpádonos frente al extractivismo minero energético. En Ángela Erpel (comp.), *Mujeres en defensa de territorios. Reflexiones feministas frente al extractivismo* (pp. 8-19). Santiago de Chile: Fundación Heinrich Böll, Oficina Regional Cono Sur. https://cl.boell.org/sites/default/files/mujeres_defensa_territorios_web.pdf
- Botero-Gómez, Patricia (2022). Genealogías de historia viva, prácticas de descolonización de las ciencias desde la teoría de los pasos. *Utopía y praxis latinoamericana*, 27(98), 1-20. <http://doi.org/10.5281/zenodo.6615536>
- Bermúdez, Oscar (1966). *Orígenes históricos de Antofagasta*. Santiago: Editorial Universitaria / Ilustre Municipalidad de Antofagasta.
- Dussel, Enrique (1994). 1492. *El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: Plural Editores. <http://bibliotecadigital.clacso.org.ar/clacso/otros/20111218114130/1942.pdf>
- Castro-Gómez, Santiago (2005). Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. En Edgardo Lander (comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 145-162). Buenos Aires: CLACSO.
- Comunidad Kamanchaka (2014, 23 de febrero). Salvemos Paposo. *El Ciudadano*. <https://www.elciudadano.com/medio-ambiente/salvemos-paposo/02/23/>
- Curiel, Ochy (2014). Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. En Marta Luxán Irantzu Mendia, Gloria Guzmán Matxalen Legarreta, Iker Zirion y Jokín Azpiazu (eds.), *Otras formas de (re)conocer. Reflexiones herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista* (pp. 45-60). s/d.
- Delgado, Francisco; Shreve, Tara; Borgstrom, Sven; León-Ibáñez, Pablo; Castillo, Joaquín y Polando, Michael (2024). A Global Assessment of SAOCOM-1 L-Band Stripmap Data for InSAR Characterization of Volcanic, Tectonic, Cryospheric, and Anthropogenic Deformation. *IEEE Transactions on Geoscience and Remote Sensing*, 62, 1-21.
- Escobar, Arturo (2005). El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y*

- sociedad en tiempos de globalización* (pp. 17-31). Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela.
- Esper, Elías (2021). El impacto de la exportación de huiro negro en las experiencias de recolectores, procesadores y comerciantes de Paposo, región de Antofagasta. *Taltalia*, 14, 63-89.
- Espíndola, Christian (2021). Testimonio de mi vida en Toconao y de la presencia de la minería en nuestro territorio lickanantay. En Bárbara Jerez, Sergio Uribe, Ramón Morales (comp.), *Salares Andinos* (pp. 33-39). San Pedro de Atacama: Fundación Tanti.
- Espinoza Miñoso, Yuderlys (2016). *De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad*. *Solar*, 12(1), 141-171. <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/9-De-por-qué-es-necesario-un-feminismo-descolonial...Yuderlys-Espinoza-Miñoso.pdf>
- Falconi, Diego (2016). Políticas cuy-r: pautas literarias del re-sentimiento andino. En Juan Ramón de la Fuente y Pedro Pérez (eds.), *El reconocimiento de las diferencias. Estados, Naciones e Identidades en la Globalización* (pp. 77-92). Madrid: Marcial Pons.
- Fundación Terram (2024, 14 de julio). *Comunidad Changa se levanta en defensa del maritorio contra proyecto energético de Colbún. El Ciudadano*. <https://www.terram.cl/comunidad-changa-se-levanta-en-defensa-del-maritorio-contra-proyecto-energetico-de-colbun/>
- Galaz-Mandakovic, Damir (2019). *Movimientos, tensiones y luces. Historias Tocopillanas*. Tocopilla: Ediciones Bahía Algodonales.
- Galaz-Mandakovic, Damir (2021). La necroeconomía de la generación de electricidad para la minería. El impacto comunitario del uso del petcoke en Tocopilla (Chile, 2000-2015). *CUHSO (Temuco)*, 31(2), 212-249. <https://dx.doi.org/10.7770/cuhso-v31n2-art2155>
- Herrera, Pedro y Escobar, Diana (2024, 24 de diciembre). Mar de fuego: El costo oculto para el pueblo chango y la pesca durante la Guerra del Pacífico. *El desconcierto*. <https://eldesconcierto.cl/2024/12/24/mar-de-fuego-el-coste-oculto-para-el-pueblo-chango-y-la-pesca-durante-la-guerra-del-pacifico>
- Huenchumil, Paula (2020, 7 de noviembre). Cómo el pueblo Chango logró derribar la historia oficial que los declaró como extintos.

Interferencia. <https://interferencia.cl/articulos/como-el-pueblo-chango-logro-derribar-la-historia-oficial-que-los-declaro-como-extintos>

Haraway, Donna (1995). *Ciencia, cyborgs y mujeres. La invención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra.

Haraway, Donna (2019). *Seguir con el problema. Generar parentesco en el Chthuluceno*. Bilbao: Consonni.

Hurtado, Lina y Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2022). Resistir y Re-existir. *GEOgraphia*, 24(53), 1-10.

Ibarra, Patricio (2019). "Seres aquellos de costumbres depravadas": cholos e indígenas andinos en los testimonios de chilenos durante la Guerra del Pacífico (1879-1884). *Estudios atacameños* (61), 111-133. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-10432019005000202>

Instituto Nacional de Estadísticas (INE) (2023a). Informe de resultados de la estimación de personas extranjeras residentes en Chile. https://www.ine.gob.cl/docs/default-source/demografia-y-migracion/publicaciones-y-anuarios/migraci%C3%B3n-internacional/estimaci%C3%B3n-poblaci%C3%B3n-extranjera-en-chile-2018/estimaci%C3%B3n-poblaci%C3%B3n-extranjera-en-chile-2022-resultados.pdf?sfvrsn=869dce24_4

Kalazich, Fernanda (2018). Para estudiar la prostitución en las pampas salitreras. Apuntes desde los estudios subalternos y la arqueología industrial. *Revista Chilena Antropología*, 37, 131-142.

Klaiber, Jeffrey (1978). "Los cholos" y "los rotos": actitudes raciales durante la guerra del pacífico. *Histórica*, 2(1), 27-37.

Lander, Edgardo (2005). Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. En Edgardo Lander (ed.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 3-40). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Lander, Edgardo (2014). El Neoextractivismo como modelo de desarrollo en América Latina y sus contradicciones. En *(Neo)Extractivismo y el Futuro de la Democracia en América Latina: Diagnóstico y Retos* (pp. 1-11). <https://mx.boell.org/sites/default/files/edgardolander.pdf>

Letelier, Javiera y Castro, Verónica (2017). Changos en el Puerto de Cobija. Transformaciones sociales durante el siglo XIX. *Revista*

- Española de Antropología Americana*, 47, 127-142. <https://doi.org/https://doi.org/10.5209/REAA.61974>
- Lima, Ivaldo (2013). A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. *Revista Espaço Aberto*, 3(2), 149-168. Río de Janeiro: PPGG, UFRJ.
- Lugones, María (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pi-d=S179424892008000200006&script=sci_abstract&tlng=es
- Méndez Caro, Leyla (2022). Imbricaciones entre memoria, género, paisaje y colonialidad. Violencias y resistencias en la configuración histórica de una ciudad del norte de Chile. *Ensaios de Geografia*, 8(17), 116-142. <https://doi.org/10.22409/eg.v8i17.51930>
- Méndez Caro, Leyla (2023). Los Arenales. Contrapaisajes y narrativas de mujeres migrantes sudamericanas en campamentos de la ciudad de Antofagasta. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones. <https://doi.org/10.26448/ae9789566276111.88>
- Montoya, Barinia (2024, 23 de noviembre). Comunidades indígenas interponen denuncia por hundimiento de salar de Atacama debido a extracción de litio en Chile. *Interferencia*. <https://interferencia.cl/articulos/comunidades-indigenas-interponen-denuncia-por-hundimiento-de-salar-de-atacama-debido>.
- Pérez, Pilar (2019). La Conquista del desierto y los estudios sobre genocidio. Recorridos, preguntas y debates. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, 27(2), 34-51.
- Quijano, Aníbal (2007). Colonialidad del poder y clasificación social. En Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 93-126). Madrid: Siglo del Hombre Editores.
- Ochoa, Karina (2014). El debate sobre las y los amerindios: entre el discurso de la bestialización, la feminización y la racialización. En Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez y Karina Ochoa (eds.), *Tejiendo de otro modo. Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* (pp. 105-118). Valle del Cauca: Editorial Universidad del Cauca.
- Recabarren, Juan Floreal (2002). *Episodios de la vida Regional. Antofagasta*. Antofagasta: Ediciones Universitarias / Universidad Católica del Norte.

- Rivera Cusicanqui, Silvia (2015). *Sociología de la imagen. Miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Robledo, Sofía (Austerra Society) (2014, 30 de mayo). Defensoras de la Tierra — Capítulo 2. Mejillones: la Zona de Sacrificio [Video]. *YouTube*. <https://www.youtube.com/watch?v=T2dFjjjWqAY>
- Rodríguez, Pilar y Trigo, Alexis (2021, 7 de septiembre). Puri: El canto del agua, contexto y cosmovisión en el desierto de Atacama. *Lindera Sur*. https://laderasur.com/articulo/puri-el-canto-del-agua-contexe-to-y-cosmovision-en-el-desierto-de-atacama/?srsltid=AfmBOo-qHAXHyZDTK516aeZ_DLcV9KZSIYIuZaRfHISENpUHPOBo4Gp-qg
- Segall, Marcelo (2021). Los capitalistas ingleses crean el monopolio en las pampas salitreras de Antofagasta e Iquique. *Diario Interferencia*. Santiago de Chile. <https://interferencia.cl/articulos/los-capitalistas-ingleses-crean-el-monopolio-en-las-pampas-salitreras-de-antofagasta-e>
- Segato, Rita (2015). *Crítica de la colonialidad en ocho ensayos*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Segato, Rita (2007). *La Nación y sus Otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de identidad*. Buenos Aires: Prometeo libros.
- Svampa, Maristella (2019). *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos medioambientales, giro territorial y nuevas dependencias*. Guadalajara: Calas Editorial.
- Uribe, Sergio, Toscana, Alejandra y Mora, Alejandro (2023). Extractivismo minero en Chile: concentración privada de riqueza y conflictos socioambientales. *Investigaciones Geográficas*, 112, 1-21. <https://doi.org/10.14350/rig.60788>
- Vera, Marcela (2023, 30 de diciembre). Sin ninguna vergüenza y en la impunidad, el litio es nuevamente entregado a SQM. *Diario UChile*. <https://radio.uchile.cl/2023/12/30/sin-ninguna-verguenza-y-en-la-impunidad-el-litio-es-nuevamente-entregado-a-sqm/>
- Viviani, Paola; Leiva, Cinthya; Ojeda, María José; Ahumada Ericka e Cortés, Sandra (2021). Daños de salud respiratoria en comunas expuestas a centrales termoeléctricas a carbón en el norte de Chile: análisis de datos secundarios. *Revista Chilena de Enfermedades*

Respiratorias, 37(1), 17-25. <https://dx.doi.org/10.4067/So717-73482021000100017>

Zapata, Claudia (2019). *Crisis del multiculturalismo en América Latina. Conflictividad social y respuestas críticas desde el pensamiento político indígena*. Buenos Aires: CLACSO / CALAS.

FISSURAS ANTIGEOPOLÍTICAS NA AMÉRICA LATINA

A CONTESTAÇÃO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE NO EQUADOR¹

RODRIGO PINA

INTRODUÇÃO: O GIRO EPISTÊMICO E AS GEOPOLÍTICAS CRÍTICAS

“Em todas as hipóteses, devemos resistir. Frear a morte é resistir. Lutar contra a barbárie é resistir. Mais amplamente, devemos sem cessar e a partir de agora resistir à mentira, ao erro, à salvação, à resignação, à ideologia, à tecnocracia, à burocracia, à dominação, à exploração, à crueldade. Mais ainda, devemos nos preparar para novas opressões, novas resistências.”

Edgar Morin (2010, p. 62)

Nas mais variadas escalas espaciais, a militarização, a guerra, o medo, a fome, a opressão, a intolerância, o ódio, a morte etc. são elementos que compõem a vida de milhões de pessoas, assim como a esperança, a resistência, a utopia, o sonho, a luta pela paz e pela vida indicam que as tensões entre territorialidades persistem no tempo e no espaço e caracterizam importantes mudanças nos rumos da geopolítica atual. Vivemos tempos geopolíticos indiscriminadamente violentos e insensatos em vários aspectos do cotidiano planetário. A geopolítica latino-americana, por exemplo, acaba por instigar reações práticas e renovadas sobre as resistências sociais que contrariam a militarização e criticam seus discursos legitimadores. Estamos mais do que nunca

¹ Este capítulo é uma versão sintética das ideias discutidas em nossa tese de doutoramento intitulada “Fissuras antigeopolíticas na América Latina: o ambivalente caso equatoriano da FOL de Manta”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense — POS-GEO/UFF, em 2017, sob a orientação do Prof. Dr. Ivaldo Lima.

na urgência de uma reflexão sistemática sobre a problemática da geopolítica. Indo além, necessitamos ampliar o repertório teórico da geografia política, resgatando determinadas categorias e incorporando as geopolíticas críticas como parte essencial de sua renovação.

A geografia científica tem sido marcada por uma pluralidade de teorizações, reinterpretando, incessantemente, seu próprio legado teórico por intermédio de conceitos-chave, num movimento epistemológico que delinea os horizontes e os avanços do pensamento geográfico. Esse retorno crítico à teoria da geografia realizada pelos próprios geógrafos impulsiona, por seu turno, novas práticas metodológicas e discursivas em seus distintos contextos espaço-temporais. Existe uma “necessidade” epistemológica, mas igualmente empírica, onde os componentes empíricos se encontram indissociavelmente atrelados à epistemologia e dão o tom dos conceitos que são criados e/ou resgatados em um contexto crítico. Geopolítica e antigeopolítica se inserem no fito da renovação da geografia política e seu “giro epistêmico” atual.

Em uma de suas reflexões epistemológicas, Moreira (1999) propõe aos geógrafos a construção de “novas culturas teórico-políticas”, ao afirmar que a geografia ainda encontra como dilema a ressensibilização do olhar espacial. O desencontro espacial do homem seria o problema central, ou seja, reforça o espaço como conceito que centraliza e referencia qualquer reflexão geográfica. Nesse sentido, as palavras do geógrafo político britânico David Slater são esclarecedoras quando aborda a importância da crítica nas análises e representações teóricas. O objetivo proposto pelo autor é que se combine equilibradamente consistência conceitual com a abertura para novas interpretações. Entre outras considerações, Slater (2008) exemplifica que a expansão do repertório conceitual sofre mudanças e inovações induzidas pela alteração das circunstâncias geopolíticas. Logo,

ser crítico implica ser consciente do modo em que percepções de eventos geopolíticos chave, tais como a queda do Muro de Berlim em 1989 ou o 11

de Setembro, encaminham novas interpretações e prioridades temáticas; o qual é especialmente relevante no sentido de que uma perspectiva crítica deve desafiar os discursos de política mundial oficiais, tanto em termos do sentido que se lhe dá a eventos específicos, como também aos indicadores subjacentes de interpretação e ação estratégica. (Slater, 2008, p. 342)

O trecho acima remete a uma característica importante sobre o pensamento crítico, assim como, destaca como fundamental a formulação de uma postura ética crítica de quem (re)elabora as teorias no que tange aos temas onde não se admite neutralidade analítica, como por exemplo, o imperialismo e a justiça social, nas palavras do próprio Slater (2008). Em outro momento, Slater (1998) destaca a existência de lugares no mundo onde existem sentimentos anti-imperialistas comuns, visões por autonomia e ideias práticas de luta por justiça social relativamente sedimentadas. Entretanto, o autor afirma que essas sedimentações estão sempre submetidas a transformações com as mudanças políticas correntes.

Se existe uma afamada e controversa palavra resgatada nos últimos anos sob a ótica transdisciplinar de interpretações críticas renovadas, trata-se da geopolítica. Atraente, estereotipado e ao mesmo tempo intimidador, esse polissêmico termo já foi alvo de muitos livros e investigações aprofundadas sobre as suas origens, seus pensadores e teorias clássicas. Entretanto, como parece propor Agnew (2012), “[...] ao mesmo tempo que o mundo muda, nossas tentativas de explicar sua geopolítica também deveriam mudar (Agnew, 2012, p. 182). Ou seja, pensar e explicar as geopolíticas do mundo contemporâneo indica a constante a necessidade da crítica às geopolíticas formais e práticas, geopolíticas que, geradas a partir do Estado, são construídas por intermédio de um discurso dominante que busca legitimar e justificar suas formas de territorialização. O arsenal teórico da geografia política, “via” geopolítica, passa por uma apuração importante de forma mais acentuada desde o fim da Guerra Fria.

A geopolítica, sem dúvida, tem experimentado um certo renascimento nos últimos anos (Agnew, 2005). Essa retomada da

geopolítica parece orientar um percurso amplo de potencialidades e uma espécie de viragem epistemológica fundamental, que vislumbra horizontes teóricos e empíricos criticamente aprimorados. Desenvolve-se, portanto, uma evidente renovação da geopolítica (Cairo, 1993). Com isso, é primordial reconhecermos outros atores como protagonistas na geopolítica, que não somente os atores hegemônicos — Estados Nacionais, empresas transnacionais, instituições internacionais etc. — assumimos que práticas antigeopolíticas contrapostas à militarização imperialista, ao serem analisadas criticamente, robustecem o corpo teórico da geografia política, desvelando novas tensões de territorialidades.

A reflexão sobre antigeopolítica a partir da América Latina trazida nesse texto tem o intuito de contribuir para uma interpretação crítica sobre as tensões entre territorialidades e as representações da realidade em seus múltiplos enfrentamentos. Práticas militarizadas de dominação, por exemplo, colidem com ações antigeopolíticas de resistências e se traduzem espacialmente num processo de territorialização militar em rede. As práticas antigeopolíticas de resistência se estabelecem na América Latina atual nas formas contestatórias da territorialização militar em rede estabelecida pelo imperialismo estadunidense. A análise aqui proposta incide, mais precisamente, sobre as resistências antigeopolíticas de cunho territorial e no processo de renovação da geografia política e suas reacomodações epistemológicas. Atentamos para a rede de bases militares estadunidenses instaladas na América Latina que opera de modo a configurar territórios vigiados, nas palavras de Telma Luzzani, suscitando movimentos sociais contrários a essa territorialização militar.

Abordaremos parte das tensões geopolíticas formadas pela presença militar estadunidense no Equador e a atuação antigeopolítica local/nacional de movimentos sociais de resistência antimilitarização que lhe são contestatórios. No Equador, os movimentos sociais antimilitarização em suas lutas contra a presença militar estrangeira atuam localmente e conectados com outros movimentos semelhantes em escala global. Atualmente, existem

diversos movimentos e ativismos organizados internacionalmente em rede. As denominações para eles são variadas, e apesar de cada um desses movimentos sociopolíticos terem suas respectivas especificidades (locais/nacionais) em suas lutas, trataremos todos como movimentos antimilitarização, o que Andrew Yeo, por exemplo, veio a chamar de “ativismos antibase”.

Segundo Lima (2024, p. 2),

os movimentos sociais assumem uma principalidade na conversão das relações de poder e na produção de contra-espços que lhe corresponde, isto é, tais movimentos da sociedade civil espacializam o seu potencial ético-político, efetivando assim, a passagem da potência ao ato numa modulação claramente antigeopolítica.

Reconhecendo as peculiaridades de cada movimento, no Equador, encontramos um exemplo de como a rejeição à presença militar dos Estados Unidos na base Eloy Alfaro se concretizou em um claro exemplo de antigeopolítica de resistência que se confrontou com a geopolítica do imperialismo e como os equatorianos obtiveram o controle da base, em 2009 — atualmente, sob controle do governo nacional e funcionando apenas como o aeroporto internacional da cidade de Manta. Trata-se das relações de poder entre geopolíticas dominantes e antigeopolíticas resistentes pelo viés da territorialização militar em rede e a sua respectiva fissura antigeopolítica no Equador em 2009. A fissura antigeopolítica gerada na territorialização militar em rede com a desativação da FOL de Manta, no Equador (1999-2009) e as recentes relações geopolíticas que permeiam esse caso específico nos instiga pensar sobre as práticas antigeopolíticas resistentes à presença militar estrangeira e suas teorizações no contexto do código geopolítico estadunidense da prevenção.

Seguimos as pegadas de Ivaldo Lima (2024), quando afirma que as resistências constituem o núcleo duro das antigeopolíticas, ou seja, resistência seria uma “[...] categoria de análise chave para o entendimento das práticas antigeopolíticas”. Categoria que não devemos “[...] confundir com quaisquer outras cir-

cunståncias exteriores às relações de poder, mas, antes de tudo, como parte imanente dessas relações.

É essa resistência que atua como o contrafluxo que retroalimenta o fluxo próprio do exercício do poder. Logo, não se trata meramente de uma contraofensiva às manobras do polo dominante numa dada relação de poder, mas se trata, isso sim, da contraface do exercício de poder constituído por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas. (Lima, 2024, p. 14)

Postulamos uma contribuição ao desenvolvimento do conceito de antigeopolítica, no exemplo das fissuras criadas na territorialização militar em rede configurada pelos Estados Unidos. O caso da base militar de Manta, no Equador, é exemplar para clarificar esse tipo de antigeopolítica de resistência, uma vez que movimentos sociais contestatórios da presença militar estadunidense findaram por promover a desativação dessa base militar após alguns anos de lutas contra a militarização estrangeira no País.

Portanto, as geopolíticas críticas se tornam vetores fundamentais de uma espécie de virada epistemológica da geografia política, e nesse giro epistêmico estão contidas as antigeopolíticas de resistência antimilitarização.

A ANTIGEOPOLÍTICA COMO TEORIA E COMO PRÁTICA

Reflexões sobre a antigeopolítica são perceptíveis de maneira mais nítida por volta do final da década de 1990, tendo Paul Routledge como um de seus principais teóricos “precursores”. No entanto, a palavra antigeopolítica, apesar de poucas vezes escrita ou referenciada, parece ter sido definida alguns anos antes sem se quer ser mencionada. Nos últimos anos da década de 1980, algumas das discussões propostas pela geógrafa Bertha Becker sobre a geopolítica e o território já anunciavam a renova-

ção crítica da geopolítica e efetivamente prenunciava um futuro resgate do termo antigeopolítica (Lima, 2013).

Lima (2013) resgata a antigeopolítica à luz do pensamento de Bertha Becker e elenca alguns dos principais traços da teorização realizada pela autora sobre a geopolítica. Destaca-se a evidência dos novos movimentos sociais de resistência, que, inseridos nas reflexões da geopolítica crítica, seriam exatamente embriões do “[...] núcleo duro do que se denomina, atualmente, de antigeopolítica” (p. 150). No início da década de 1980, Becker (1983) já insinuava uma espécie de pré-definição de antigeopolítica, ao fazer uma leitura muito avançada sobre as necessidades de a geografia política reler criticamente os conceitos de Estado, de poder e de território. Conforme afirma a autora, com a deflagração das tensões internas entre Estados e movimentos de resistência, “[...] aguçam-se e/ou geram-se novas contradições, que se expressam pelas resistências das populações à manipulação de seus territórios, gerando movimentos sociais organizados em base territorial contra a incapacidade do Estado em atender os seus interesses” (Becker, 1983, p. 13).

Segundo Heriberto Cairo, no bojo da geopolítica crítica, deve-se “[...] considerar as práticas espaciais e representações do espaço dos movimentos sociais, das organizações populares e de intelectuais dissidentes que resistem, de diversas maneiras, à geopolítica dos Estados” (Cairo, 2008, p. 202). Inseparável das práticas e das representações espaciais, os discursos geopolíticos são constituídos pelas mesmas. A geopolítica crítica combate a proeminência dos discursos geopolíticos advindos das maneiras pelas quais os intelectuais do Estado representam o mundo onde os atores dominantes se territorializam e desterritorializam “outros”. A força de um discurso geopolítico deriva das representações e das práticas geopolíticas, que estimula a compreensão crítica do próprio discurso.

Segundo Mamadouh e Dijkink (2006), são fundamentais as análises sobre a política do discurso geopolítico, leia-se: descrição e críticas às forças discursivas. Conceitos como: imaginação geopolítica, código geopolítico, visões geopolíticas etc., foram

estimulados por geógrafos que realizaram estudos sobre discursos geopolíticos. De acordo com Mamadouh e Dijink (2006) seria possível distinguirmos na geopolítica crítica ao menos três domínios da geopolítica, que seriam, resumidamente:

- ♦ *Geopolítica formal*: domínio de orientadores e acadêmicos, e de grandes narrativas;
- ♦ *Geopolítica prática*: domínio das práticas políticas e o raciocínio geopolítico justificam as ações concretas das políticas internacionais;
- ♦ *Geopolítica popular*: domínio do domínio público e a mídia acalenta o apoio e a legitimidade à política externa (Mamadouh e Dijink, 2006, pp. 354-355).

Para cada domínio da geopolítica mencionado teremos um discurso, mais ou menos incisivo e eficiente, que também deve ser posto em xeque e contrariado. Contradiscursos geopolíticos devem se propagar e reforçar as antigeopolíticas que resistem à formalidade dominante, que confrontem as práticas imperialistas e que recusem a alienação internalizada, na maioria das vezes, pela geopolítica popular.

Consoante Lima (2014), a antigeopolítica torna-se fundamental, pois:

trata da construção de contra-espços como alternativas sociopolíticas criativamente antagônicas à ordem geopolítica dominante.

aborda a (des)construção de espaços de resistência, entendida esta última como a prerrogativa social de uma existência distinta da que presentemente experimenta a maioria dos segmentos sociais.

trabalha com a equação propositiva de que um outro mundo é possível somente quando o mundo do outro é possível. (Lima, 2014, p. 156)

Mencionar o termo antigeopolítica inevitavelmente nos direciona para sua principal categoria analítica: a resistência.

A resistência constitui o núcleo duro da antigeopolítica, ou seja, a categoria de análise chave para o entendimento das práticas antigeopolíticas. Resistência que não se deve confundir com quaisquer outras circunstâncias em condição de exterioridade às relações de poder, mas, antes de tudo, como parte imanente dessas relações mesmas [...]. É essa resistência que atua como o contrafluxo que retroalimenta o próprio fluxo do exercício do poder. Logo, não se trata meramente de uma contraofensiva às manobras do polo dominante numa dada relação de poder, mas trata-se, isso sim, da contraface do exercício de poder constituído por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas. (Lima, 2013, p. 158)

Routledge (2003), ao reverberar ideias de Zinn (1980), afirma que várias histórias alternativas podem ser recontadas, o que dá à História uma estrutura a partir da perspectiva daqueles que se engajaram na resistência ao Estado e às práticas geopolíticas dominantes. Estas histórias mantêm vivas as memórias de resistência das pessoas, e desse modo, sugerem novas definições de poder que não são afirmadas na força militar ou na riqueza, no comando da ideologia do governo e nem no controle cultural. Tais resistências históricas podem ser

caracterizadas como a “geopolítica do que está abaixo”, e emanam de posições subalternas dentro da sociedade, desafiando a hegemonia militar, política, econômica, e cultural do Estado e suas elites. Estes desafios são forças contrahegemônicas nas quais são articuladas resistências às forças coercivas do Estado — tanto na política doméstica quanto internacional — bem como o não-consentimento da população para ser comandada “pelo que está acima.” São expressões as quais eu chamaria de “anti-geopolíticas”. (Routledge, 2003, p. 237)

Ao fazer uso das noções de Konrad (1984) a respeito da antipolítica, Routledge (2003) assevera que “[...] a anti-geopolíti-

ca pode ser concebida como força ética, política, e cultural dentro da sociedade civil, [...] o que desafia a noção de que os interesses da classe política do Estado são idênticos aos interesses da comunidade”. A antigeopolítica cria a articulação entre duas formas interrelacionadas de forças contrahegemônicas. Uma que “[...] desafia o poder geopolítico material (econômico e militar) dos Estados e as instituições globais” e outro que “[...] desafia as representações impostas pelas elites políticas e econômicas ao redor do mundo e seus diversos povos, que são implementadas para servir aos seus interesses geopolíticos” (Routledge, 2003, pp. 237-238).

Conforme Paul Routledge, a antigeopolítica pode assumir múltiplas formas,

desde discursos de oposição de intelectuais dissidentes até estratégias e táticas de movimentos sociais. As práticas antigeopolíticas geralmente localizam-se dentro das fronteiras políticas de um Estado, com o Estado sendo frequentemente o oponente principal, isto não deve sugerir que a antigeopolítica seja necessariamente localizada. Por exemplo, com a intensidade dos processos de globalização, os movimentos sociais estão cada vez mais operando em escalas regionais, nacionais e internacionais, integrando resistência às estratégias globais, à medida em que desafiam as instituições de elites internacionais e as estruturas globais de dominação. (Routledge, 2003, p. 238)

A antigeopolítica conforma uma coleção de forças contrárias às formas mais intensificadas de territorialização induzidas por geopolíticas de caráter dominante. A antigeopolítica, sem dúvida, contribui diretamente para a guinada dada pela geográfica política nos últimos anos, reforçando a necessidade de lermos outros (e com outros olhares) atores como protagonistas de geopolíticas. As geopolíticas das resistências miram e defrontam as formas de poder dominantes, ocorrem em diferentes escalas, e tencionam com atores que induzem à dominação de caráter material e/ou simbólico.

Seguimos os passos de Lima (2014) quando assevera que, ao refletirmos sobre as “contrageografias do poder”, é possível prognosticar [...] geopolíticas críticas e alternativas, ou, quem sabe, críticas porque alternativas”. Os atores contra-hegemônicos definem contra-espacos “[...] que emergem de uma zona de sombra e forjam perspectivas de transformação emancipatória” (Lima, 2014, p. vi).

As densidades e variedades geopolíticas do mundo contemporâneo nos instigam à decifração de tensões, contradições, conflitos e enfrentamentos inerentes à produção do espaço. Nessa empreitada, a perspectiva das antigeopolíticas parece indicar um caminho seguro, do ponto de vista teórico-metodológico, para a consecução de análises geográficas consistentes e condizentes com o horizonte da justiça territorial, portanto, eticamente balizadas. Inobstante, advoga-se a legitimidade das contrageografias do poder. Pensar uma contrageografia do poder é vislumbrar geopolíticas críticas e alternativas, ou, quem sabe, críticas porque alternativas. Nessa criativa imaginação geopolítica, os contrapoderes e os contra-espacos definidos pelos atores contra-hegemônicos emergem de uma zona de sombra e forjam perspectivas de transformação emancipatória. A antigeopolítica nos convida à reflexão sobre a convergência desejável entre territórios legítimos e territórios justos cujos núcleos são a emancipação e a dignidade humanas. (Lima, 2024, p. 26)

As discussões no âmbito da geopolítica crítica se ampliaram de tal forma nos últimos anos que algumas noções exigiram um resgate esclarecedor sobre suas potencialidades em contribuir para o avanço do pensamento crítico sobre as geopolíticas contemporâneas. A antigeopolítica, por exemplo, é uma dessas palavras polêmicas e interessantes, que chamam atenção pelo teor ousado de ser “anti”, de “contrariar”, de “confrontar”, de “subverter” a “Geopolítica” com letra maiúscula, de resistir à geopolítica prática dos Estados entre outras geopolíticas e discursos dominantes. Na realidade efetiva, as antigeopolíticas de resistência e as geopolíticas de dominação sempre existiram, e no contexto do giro epistemológico da geografia

política, tal relação passa a ser evidenciada na produção do conhecimento e nos resgates e renovações conceituais.

Routledge (2003) afirma que, historicamente, a antigeopolítica tem sido articulada contra o colonialismo e também contra a Guerra Fria. De acordo com o autor, as resistências indicam que o colonialismo devia ser recusado e desafiado por intermédio de dois sentidos. Um que desafiava as representações negativizadas sobre culturas e povos criadas pelo iluminismo ocidental, outro que desafiava o colonialismo materialmente, ou seja, por meio de diferentes formas e forças de lutas através dos movimentos de libertação nacionais.

As antigeopolíticas coloniais e as antigeopolíticas da Guerra Fria, assim como as forças antigeopolíticas dos dias atuais, são processos que impõem desafios ao poder do Estado e das corporações transnacionais. Apesar das forças antigeopolíticas focalizarem suas lutas se contrapondo aos poderes político-militar e econômico-financeiro, podemos compreendê-las de maneira mais abrangente, englobando uma série de atores em complexas tramas geopolíticas.

Uma multiplicidade de grupos, incluindo os movimentos sociais, as organizações irregulares, grupos vizinhos, as organizações dos direitos humanos, as associações feministas, grupos pelos direitos indígenas, movimentos de autoajuda entre os pobres e os desempregados, grupos de jovens, associações educacionais e de saúde e também os movimentos artísticos estão envolvidos em vários tipos de forças antigeopolíticas. (Routledge, 2003, p. 240)

Dominação e resistência coevoluem se entrecruzando inevitavelmente, configurando, de forma conflitiva, geopolíticas da dominação e das antigeopolíticas de resistência. Dominação-resistência, geopolítica-antigeopolítica, imperialismo-anti-imperialismo, hegemonia-contra-hegemonia, espaço-contra-espaço, geografia-contrageografias, entre outros pares de conceitos interdependentes, estão presentes no debate conceitual vigente na geografia política.

Talvez fosse de valiosa utilidade pensarmos

na dominação e na resistência como ocupantes de um *continuum*: uma corrida entre dois polos idealizados que podem (ainda que um pouco superficialmente) ser caracterizados como resistência na dominação e dominação na resistência. Entre as tensões geopolíticas vigentes na América Latina destaca-se, a atuação das práticas antigeopolíticas dos grupos ativistas e movimentos sociais em repúdio à presença militar estrangeira (e da militarização de uma maneira geral) em alguns países da região. As pretensões da nova geopolítica dos Estados Unidos e seu amplo repertório de estratégias têm estimulado movimentos e setores sociais (trabalhadores, indígenas, mulheres, estudantes, intelectuais, artistas etc.) a se aliarem, lutarem e protestarem frontalmente contra a militarização imperialista. (Bertaccini, 2010)

As manifestações antigeopolíticas de resistência redefinem o sentido da militarização estadunidense — materializada nas bases e instalações militares estrangeiras — e contrariam as práticas e as representações espaciais dominantes criando efetivas antigeopolíticas.

No Equador, por exemplo, esses movimentos antimilitarização são exemplos de forças antigeopolíticas que afrontam a presença militar estadunidense e denunciam seus impactos políticos, sociais e econômicos. Esses movimentos em suas práticas ativistas, inspirando-nos em Holloway (2013), contribuem para a criação de uma espécie de “(anti)geopolítica das fissuras”, e suas ações possuem um peso antigeopolítico decisivo na redefinição das localizações militares estratégicas pretendidas pelos Estados Unidos. No entanto, apesar do aspecto central das antigeopolíticas contrárias à militarização ser o embate teórico-prático-discursivo com a geopolítica do imperialismo, não sugerimos, que toda prática antigeopolítica seja necessariamente contra-espacial a um oponente que vem “de fora” (mas o que significaria vir de fora?), como, por exemplo, um Estado propulsor de uma geopolítica de dominação em relação a outros Estados. Poderíamos sugerir que, dependendo da prática antigeopo-

lítica examinada, sua efetivação pode ser protagonizada por atores não-estatais (por exemplo, os movimentos anti-militarização) ou até mesmo por determinados Estados com menor peso na balança geopolítica global (como Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador etc.).

As práticas geopolíticas podem ser internas a um Estado, quando por vezes encontra a resistência de outras “escalas” político-jurídicas de poder (departamentos, províncias, estados etc.), ou quando ocorrem movimentos de resistências dentro dessas escalas menores. O caso da instalação/desinstalação da base militar estadunidense em Manta desponta como uma evidência empírica que nos permite abordar a complexidade das relações de poder em jogo. Caracterizando muito brevemente esse caso no Equador, exemplar no que tange à transversalidade entre escalas, diga-se de passagem, podemos identificar os seguintes atores protagonistas dessa complexa trama geopolítica:

- ♦ Comando Sul dos Estados Unidos (instituição controladora da base militar na cidade de Manta);
- ♦ Estado equatoriano (que juridicamente redefiniu sua geopolítica permitindo a instalação da base em 1999, e anos depois, sob outra conjuntura político-econômica latino-americana, impedindo constitucionalmente a presença militar estrangeira no país);
- ♦ Políticos/empresários e alguns poucos setores sociais da Província de Manabí e da cidade de Manta (favoráveis à presença da base militar pelo fato de a mesma trazer uma série de “vantagens” econômicas);
- ♦ Movimentos anti-militarização imperialista (contrários a presença da base militar estadunidense na cidade e articulados a outros movimentos sociais na América Latina e no mundo).

Aponta-se, então, para a constante reconfiguração da territorialização militar em rede (PINA, 2007; 2013), que se expande e sofre fissuras na América Latina e em várias outras regiões do mundo. O caso da presença militar estadunidense em Manta pa-

rece empiricamente exemplar. As forças antigeopolíticas vêm desafiar as geopolíticas dominantes, suas formas de territorialização e os códigos geopolíticos aplicados pelos Estados. A antigeopolítica incide diretamente nas territorializações militares, políticas, econômicas etc. dominantes e estimula críticas à concepção dos códigos e dos discursos geopolíticos. Logo, tanto as representações e territorializações dominantes produzidas por certos atores geopolíticos como os Estados, as corporações transnacionais, as instituições político-militares e econômico-financeiras internacionais etc., quanto àquelas protagonizadas por atores que redefinem suas territorialidades na resistência e constroem contrarrepresentações são fundamentais para conformar intencionalmente discursos e códigos geopolíticos. As representações e práticas espaciais são algumas das condições utilizadas na configuração de códigos geopolíticos e antigeopolíticos.

A RENOVAÇÃO APLICADA DOS CÓDIGOS GEOPOLÍTICO E ANTIGEOPOLÍTICO

Código geopolítico é um conceito atualmente desenvolvido com mais afinco na geografia política, apesar de ter sido cunhado pelo historiador estadunidense John Lewis Gaddis em 1982 — em sua obra *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of Postwar American National Security Policy*. Utilizado e desenvolvido por alguns geógrafos — Gertjan Dijkink, Colin Flint, Peter Taylor, Heriberto Cairo, John Agnew, Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby, Paul Routledge, Klaus Dodds, John O'Loughlin etc. —, o código geopolítico é um conceito que se estabelece na tensa e conflituosa relação prático-discursiva entre a geopolítica do imperialismo e as antigeopolíticas de resistências que se redefinem na América Latina. O conceito de código geopolítico teve sua aplicabilidade e sua ampliação teórica intensificada no contexto da renovação crítica e do giro epistemológico da geografia política nos últimos anos. Entre os autores que se apro-

priaram do conceito de código geopolítico em suas abordagens geopolíticas, destacamos os seguintes.

Sidaway (2000) estuda o código geopolítico de Portugal no âmbito das geopolíticas ibéricas; Rae (2007) analisa os códigos geopolíticos dos Estados Unidos, Reino Unido e França no contexto posterior à Guerra Fria; Pina (2007; 2014) interpreta o novo código geopolítico estadunidense para América Latina; Cairo e Bringel (2010) tratam do código geopolítico espanhol; Güney e Gökcam (2010) estudam o código geopolítico dos Estados Unidos para o Afeganistão e Paquistão; Naiji e Jawan (2011; 2014) discutem o código geopolítico dos Estados Unidos para o Iraque; Shailo (2013) debate a tensão na Ásia entre os códigos geopolíticos de Paquistão, Índia e Bangladesh; Okunev (2013) avalia o código geopolítico russo em suas relações com Turquia e Israel; Pina e Lima (2013) abordam a hegemonia global e a mudança de código geopolítico global dos Estados Unidos; Toledo (2014) avalia a tensão entre os códigos geopolíticos locais chileno e peruano; Erşen (2014) envereda nas abordagens sobre o código geopolítico regional turco; etc.

Trabalhando o conceito de código geopolítico em si, podemos começar afirmando que, a princípio, um Estado executa geopoliticamente suas territorializações a partir da concepção e aplicação de um código geopolítico. Um código pode ser elucidado por variadas ideias que, conjugadas, explicitam mais ou menos as intencionalidades de um Estado em relação a outros Estados, e ainda definem que tipo de conduta deve-se realizar para que se possa responder aos riscos que existem externamente, justificados no plano do discurso geopolítico. Dijkink (1996) destaca uma conceituação de código geopolítico, desenvolvida por Gaddis (1982), como se os códigos fossem “[...] suposições sobre interesses americanos no mundo, potenciais ameaças a eles, e respostas viáveis” (p. 12). Os códigos geopolíticos podem ser caracterizados, nessa perspectiva, como um “[...] conjunto de supostos estratégicos elaborados com o objetivo de orientar a política externa de um determinado Estado” (Taylor e Flint, 2002, p. 99). De acordo com os últimos autores, “[...] os códigos

geopolíticos não são somente estadocêntricos, porém supõem uma visão particular do mundo exclusiva de um Estado, portanto, são por definição imagens de mundo muito parciais”. Os códigos geopolíticos são operacionais, e “[...] supõem a avaliação, segundo sua importância estratégica e enquanto ameaças potenciais, de lugares que estão mais além das fronteiras do Estado” (Taylor e Flint, 2002, p. 99).

Ao afirmarem que os códigos geopolíticos não são exclusivamente estadocêntricos, Taylor e Flint (2002), possibilita-nos ampliar a imaginação geopolítica reconhecendo códigos que não sejam produtos de discursos e práticas estatais, ou seja, está aberto mais um horizonte para a geografia política e seu giro epistêmico, assim como não seria devaneio pensarmos na existência de “anticódigos” geopolíticos ou de códigos antigeopolíticos. Um Estado elege um código geopolítico e estabelece suas pretensões territorializadoras determinado pelas características da conjuntura geopolítica. Alterações nas circunstâncias geopolíticas são acompanhadas, muitas vezes, por mudanças de códigos, variações nas alianças e forças geopolíticas entre os Estados, reconfiguração dos discursos e contradiscursos geopolíticos, reorientação das territorializações dominantes (ações político-militar e econômico-financeira etc.) e das territorialidades de resistência (movimentos sociais, ativismos etc.).

Segundo Rae (2007), são vários os atores geopolíticos que devem ser elencados como contribuintes para a “[...] (re)produção do discurso e dos códigos geopolíticos”. Esse autor concorda que “[...] os atores subnacionais, e também aqueles que são descomprometidos ou mesmo estão em conflito com o Estado, merecem avaliação em discussões quanto à formação dos códigos geopolíticos” (Rae, 2007, p. 38).

Consoante Shailo (2013) os códigos geopolíticos podem ser utilizados

para determinar como os países enfrentam seus inimigos e também as ameaças que possam surgir e como eles justificam suas ações ao público e a comunidade internacional. Os códigos geopolíticos não são apenas em-

pregados por países hegemônicos ou poderosos, mas também por países pequenos que também os formulam para sua sobrevivência e pelo bem das políticas externas. Basicamente, eles variam de país para país baseados na escala geográfica, i.e., tamanho, população, importância estratégica, e nos mecanismos do Estado. (Shailo, 2013, p. 124)

Os códigos geopolíticos são definidos de forma diferentes entre os Estados, pois cada Estado possui e constrói seu próprio código, identificando suas ameaças externas e justificando através de um discurso geopolítico os planos de ação a tais ameaças. Apesar de cada Estado possuir seus próprios códigos geopolíticos, jamais um código seria construído desconsiderando os códigos de outros Estados. Além disso, a existência de um código geopolítico não garante necessariamente sua aplicação de acordo com sua concepção. Segundo Colin Flint, compreender o conceito de código geopolítico

licencia uma análise dos múltiplos compromissos que os países enfrentam e a diversidade de opções políticas que se encontram disponíveis para eles. Os agentes geopolíticos não têm liberdade completa para definir seu código: o contexto no qual os outros países, talvez mais poderosos, estão atuando tem de ser levado em consideração. O dinamismo dos códigos geopolíticos é resultado da interação, talvez da inseparabilidade, das políticas domésticas e do contexto global em processo de mudança. (Flint, 2002, p. 76)

Os interesses dos Estados, sobretudo os de cunho político-militar, podem ser representados pelos códigos geopolíticos e na justificação das atitudes de política externa de um Estado. Apesar de cada Estado elaborar seu código geopolítico, sua eficácia dependerá de diversos fatores interconectados, como por exemplo: a) o conjunto de discursos geopolíticos que justifique ou até mesmo olvide as reais pretensões do Estado; b) a potencialidade político-militar para a aplicação prática do código geopolítico; c) os atores geopolíticos envolvidos na configura-

ção do código e as tensões entre territorialidades conflitivas no processo.

Os códigos geopolíticos podem manter relações conflitantes e funcionar em diferentes níveis, como nas escalas local, regional e global. A escala do código determina como cada Estado projeta seu poder em relação a outros Estados. A geopolítica entre os Estados se caracteriza pela conflitividade, mais ou menos intensa, entre códigos geopolíticos de níveis diferentes, supostos e desenhados no contexto das relações de poder entre Estados e outros atores geopolíticos que podem dispor de outros códigos. De acordo com Flint (2002), os códigos geopolíticos desenhados pelos Estados estão vinculados à manutenção da segurança estatal no que tange à defesa da integridade territorial e à proteção da soberania. Consequentemente, afirma o autor, que um código geopolítico de cunho mais agressivo pode ser elaborado objetivando o confisco de territórios. Entretanto, os códigos geopolíticos

não são simplesmente um objetivo ou um cálculo estratégico feito por elites políticas estrangeiras; não é uma questão de 'política' que exclui a maioria da população. Todos estão envolvidos, em certo nível, porque os códigos geopolíticos não podem ser decretados a menos que a maioria da população seja aquiescente, pelo menos tacitamente. Para garantir que um código geopolítico ressoe com os seus cidadãos, um país deve cuidadosamente estruturar suas ações dentro da confiança político-geográfica estabelecida na história da nação. (Flint, 2002, p. 127)

O código geopolítico pode representar formas de poder que paradoxalmente deixam explícito (plano prático) e implícito (plano teórico) os sentidos específicos de múltiplas formas de territorialização. Os códigos geopolíticos podem ser abordados teórica e empiricamente contribuindo para novas imaginações (anti)geopolíticas. Um código geopolítico não está imune a mudanças e nada garante sua manutenção. O código é formal e por isso pode ser compreendido e usado de forma universal (código geopolítico global imperial, por exemplo) ou de formas mais es-

pecíficas (códigos em escala local). Os Estados, sem exceção, possuem códigos geopolíticos, o que varia entre eles são suas respectivas escalas. Grande parte dos Estados possuem códigos geopolíticos locais, alguns têm códigos regionais, e raros são aqueles que têm códigos geopolíticos globais. Um Estado pode definir mais de um código geopolítico, dependendo das relações que estabeleça com os códigos de outros Estados. Luhmann (2005), ao discutir código e poder, ressalta que um código pode valer tanto universalmente como de formas bastante específicas e que nada pode obstruir a mudança ou a preservação de um código.

O código geopolítico da contenção, por exemplo, foi concebido como eixo da política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. A extinta União Soviética era um adversário territorialmente expansivo o que implicava numa postura defensiva de seu principal rival, que atuava geopoliticamente para conter tal expansionismo, enquanto concomitantemente expandia suas áreas de influência. Taylor e Flint (2002, p. 100) observam que não existiu somente um código de contenção, mas “[...] uma família de códigos geopolíticos que são aplicados com o nome genérico de contenção”. Entretanto, essas variações do código de contenção tinham como intenção estratégica “cercar o inimigo”, contendo sua expansão territorial e sofrendo o “perigo comunista” (Taylor e Flint, 2002p, 103).

Obviamente, o polo soviético também criava seus códigos e suas representações geopolíticas no contexto da bipolaridade. De acordo com Dijkink (1998), tanto as representações de mundo dos Estados Unidos quanto as da União Soviética,

compartilham uma imagem de ‘seguindo sozinho’ ou de desconfiança contra qualquer poder que pareça propagar um ‘novo mundo’, uma ideologia, seja comunista ou liberal. Devemos ter em mente tais sentimentos na sociedade para o estudo dos códigos geopolíticos, mesmo se sua expressão for menos geograficamente articulada do que os cenários de estrategistas militares. (Dijkink, 1998, p. 295)

Outro ponto importante no contexto da Guerra Fria, enfatizado por John Agnew, é que foram sendo construídas imaginações geopolíticas que se referiam a imagem de dois enormes blocos de poder, “homogêneos”, ausentes de variações e tensões internas. O código geopolítico da contenção, com o discurso de conter um inimigo claro foi mais expansivo do que se supõe (Agnew, 2005, pp. 131-132). Consoante Cairo (2008, p. 229) tal caracterização fica evidente quando identificamos o “estabelecimento de um verdadeiro arco de alianças militares antissoviéticas nas periferias euro-asiáticas”, impedindo o expansionismo soviético nessa região, ou seja, um código geopolítico orientado “[...] fundamentalmente por um projeto ideológico anticomunista”. Com base em John Agnew, Cairo (2008c) afirma que a contenção se encontra entre os três conceitos geopolíticos que tiveram um papel crucial

na naturalização das concepções do espaço e da política global próprias da Guerra Fria. Os outros dois conceitos seriam o do efeito dominó e o da estabilidade hegemônica. A teoria do efeito dominó serviu para expandir o conceito de contenção para além dos confins euro-asiáticos. A ideia era simples e foi muito utilizada — com bastante efetividade, diga-se de passagem — por diversos membros do governo dos Estados Unidos. (Cairo, 2008, p. 229)

A América Latina, região que recebeu diversas intervenções no contexto da bipolaridade, estava situada na área de influência dos Estados Unidos, integrando em parte, sob a égide do código geopolítico estadunidense, o anel de contenção do comunismo. Contudo, com o desfecho da Guerra Fria, o inimigo se desmonta e as ameaças expansionistas deixam de ser a principal referência para a aplicação do código geopolítico da contenção. Conter o inimigo expansionista parecia não fazer mais sentido, porém, imaginar geopoliticamente um novo inimigo tornou-se indispensável a criação de um novo código geopolítico estadunidense. No pós-Guerra Fria, os Estados Unidos percebem nitidamente que os códigos geopolíticos com os quais operava não

iriam dar conta da complexidade aberta nesse incerto cenário. A geopolítica se modifica de forma a exigir, mesmo que turvamente, novos códigos, e o que de fato acontece é uma transição de códigos geopolíticos (Pina, 2007; 2014). Em uma relação quase que inversamente proporcional, enquanto o código geopolítico global da contenção vai se desmontando na geopolítica prática do imperialismo estadunidense, a elaboração de um novo código vai se desenvolvendo concomitantemente às alterações nas circunstâncias históricas e a construção de novos discursos geopolíticos.

É necessário considerarmos e interpretarmos a transição e a subsequente vigência de um novo código geopolítico global/imperial estadunidense, o qual outrora denominamos de o novo código geopolítico da prevenção (Pina, 2007; 2014). Entre os autores que nos oferecem pistas para reflexões críticas sobre o novo código geopolítico, temos Ana Esther Ceceña (2005, p. 16), quando afirma que os Estados Unidos baseiam suas estratégias combinando quatro dimensões: “prevenção, dissuasão, perseguição e eliminação”.

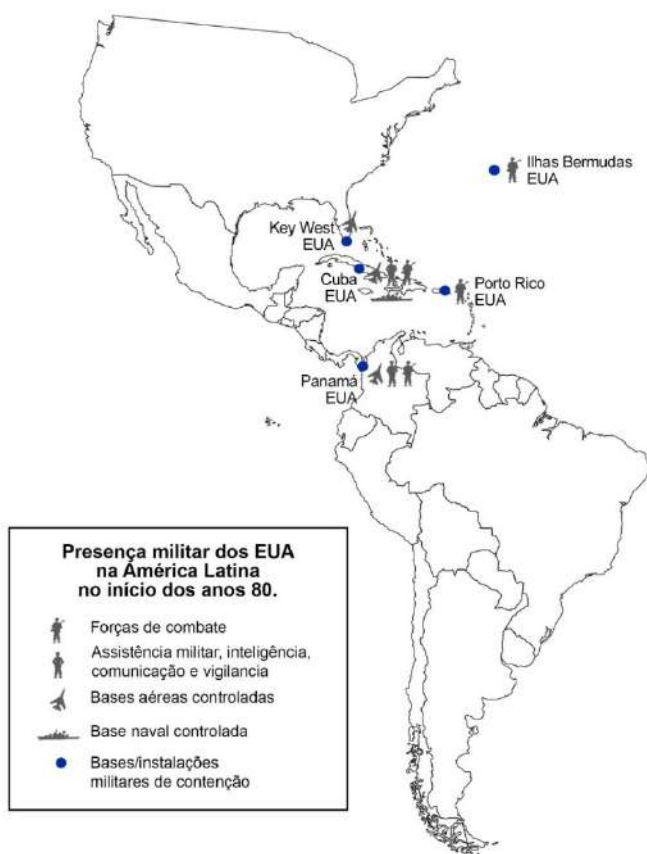
De forma gradativa chegamos à vigência de um novo código geopolítico estadunidense no contexto da transição histórica e geográfica aberta com o fim da bipolaridade. A acomodação da geopolítica do imperialismo sobre o mundo sugere, com base em Ceceña, o que hoje se altera

é a concepção de prevenção, que manifesta a necessidade de dispor as posições de batalha com antecipação ou de estar sempre preparado para um conflito, para deslocar-se até o ponto de destruir toda possibilidade de ameaça. Nesta nova concepção o que se busca é diretamente evitar que o sujeito nasça, que se conforme. Não é uma guerra contra um inimigo específico, é contra todo signo, real ou imaginário, de vida independente [...]. A guerra preventiva moderna [...] fabrica o inimigo para prevenção de um futuro conflituoso e priva os direitos humanos e sociais a um coletivo universal de pessoas suspeitas. (Ceceña, 2005, pp. 16-17)

Em nossa primeira reflexão sobre a vigência de um novo código geopolítico estadunidense na América Latina (Pina, 2007; 2014), reforçamos a questão do território como aquela que potencializa a própria aplicação crítica desse conceito na seara da geografia política, forjando assim o conceito de territorialização militar em rede. Definimos essa modalidade de territorialização como o processo de formação de um amplo território-rede militarizado, orientado pela geopolítica do imperialismo e configurado reticularmente sob o esteio da presença militar estadunidense na América Latina. Com a possibilidade de obter ou perder o controle de bases militares entre outras infraestruturas estratégicas, os Estados Unidos, através do Comando Sul, conduzem seu código geopolítico preventivo em um contexto de tensão onde pontos são ativados e desativados como resultado da complexa malha de relações entre as geopolíticas de dominação e as antigeopolíticas de resistência.

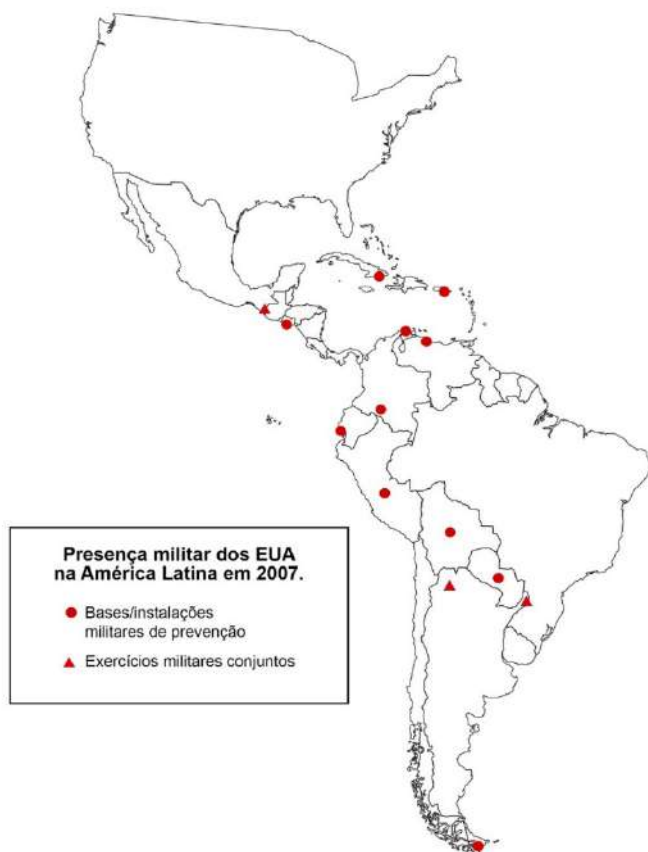
Na transição de códigos geopolíticos, a presença militar dos Estados Unidos sobre a América Latina nas décadas de 1970 e 1980 se concentrava, sobretudo, no entorno de Cuba, refletindo, através do posicionamento das bases e tropas, o código geopolítico da contenção (Mapa 1). Por outro lado, fica evidente uma nova disposição territorial da presença militar estadunidense que condiz à condução orientada geopoliticamente pelo conceito de prevenção, onde o “cerco” para “conter o comunismo” em Cuba é desmontado, enquanto um “novo cerco” se estabelece abrindo um arco mais amplo sobre a região e evidencia um reposicionamento das bases militares (Mapa 2).

Mapa 1. Código Geopolítico da Contenção



Fonte: Pina (2014).

Mapa 2. Código Geopolítico da Prevenção



Fonte: Pina (2014).

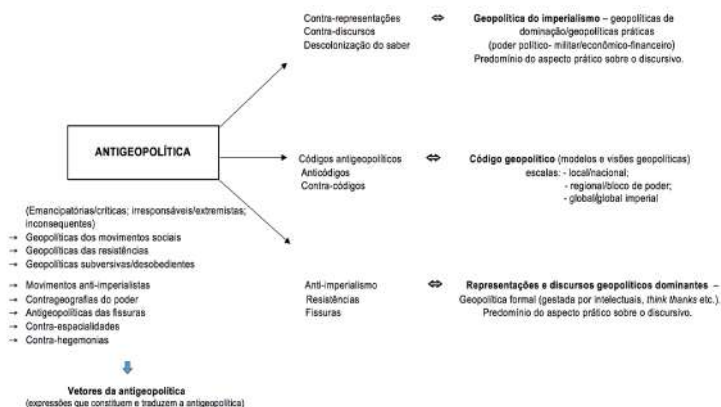
Portanto, à medida que um código geopolítico seja contestado, o discurso geopolítico que o ampara em sua formalidade geopolítica deve ser alterado. A realidade em mudança potencializa transformações nos códigos geopolíticos existentes, assim como pode criar oportunas condições para intensificar os inte-

resses da geopolítica do imperialismo estadunidense. Nesse contexto, a posição espaço-temporal dos Estados na trama de códigos geopolíticos que deles próprios emergem deve ser considerada para a compreensão crítica dos discursos geopolíticos reproduzidos historicamente por cada um desses Estados.

As implicações da militarização vão desde o indivíduo, passando pela escala nacional, atingindo até a escala global. Existe uma vinculação evidente entre a concepção dos códigos geopolíticos e o processo de militarização, entendido, sobretudo, como questão de política externa. Isso faz rebater na formação dos códigos geopolíticos e em sua formatação territorial, a influência militar dominante. Ao considerarmos a militarização de um código geopolítico, reconhecemos se tratar de um processo que têm como alicerce a correlação entre as escalas dos códigos (políticas externa e interna, por exemplo) de um Estado e as maneiras como esse Estado representa os códigos de outros Estados e o papel de outros atores geopolíticos.

É necessária uma análise multidimensional, complexa e interdependente, sobre os códigos geopolíticos dos Estados e a entrecruzada rede de relações estabelecidas entre os mesmos e outros atores (anti)geopolíticos. Nesse esforço, e inspirando-nos no tensionamento aguçado por Lima (2014) sobre a possível contraposição de códigos antigeopolíticos ao novo código geopolítico, construímos o Quadro 1 que busca, preliminarmente, relacionar conceitos e termos já mencionados e que, de alguma forma, se entrecruzam no giro epistêmico que a geografia política tem passado.

Quadro 1. Antigeopolítica



Entre as tensões geopolíticas nos últimos anos na América Latina, destaca-se a atuação de grupos ativistas e movimentos sociais em suas ações de repúdio à presença militar estrangeira em alguns países da região. As pretensões da nova geopolítica dos Estados Unidos e seu amplo repertório de estratégias têm estimulado movimentos sociais e setores sociais (trabalhadores, indígenas, mulheres, estudantes, intelectuais, artistas etc.) a se aliarem, lutarem e protestarem frontalmente contra a militarização. As manifestações antigeopolíticas de resistência redefinem o sentido da militarização estadunidense — materializada nas bases e instalações militares estrangeiras — e desafiam as representações espaciais hegemônicas criando contrageopolíticas.

No Equador, esses movimentos antimilitarização são exemplos de antigeopolíticas e contrageopolíticas que confrontam a presença militar estadunidense e denunciam seus impactos sociais. Esses ativismos, inspirando-nos em Holloway (2013), contribuem para uma espécie de “geopolítica das fissuras”, e suas ações possuem um peso antigeopolítico decisivo na redefinição das localizações militares estratégicas pretendidas pelos Estados Unidos. A territorialização militar em rede está sofrendo fissuras na América Latina e em várias outras regiões do mundo e o

caso de Manta, no Equador, parece exemplar. Analisando o caso empírico da base militar equatoriana de Manta à luz dos movimentos antimilitarização ali verificados, ampliamos nossos horizontes no que diz respeito à antigeopolítica. Uma contrageopolítica das resistências se esculpe na América Latina atual, e que no caso da *FOL* se constituiu como uma evidente fissura na territorialização militar estabelecida pelo Comando Sul.

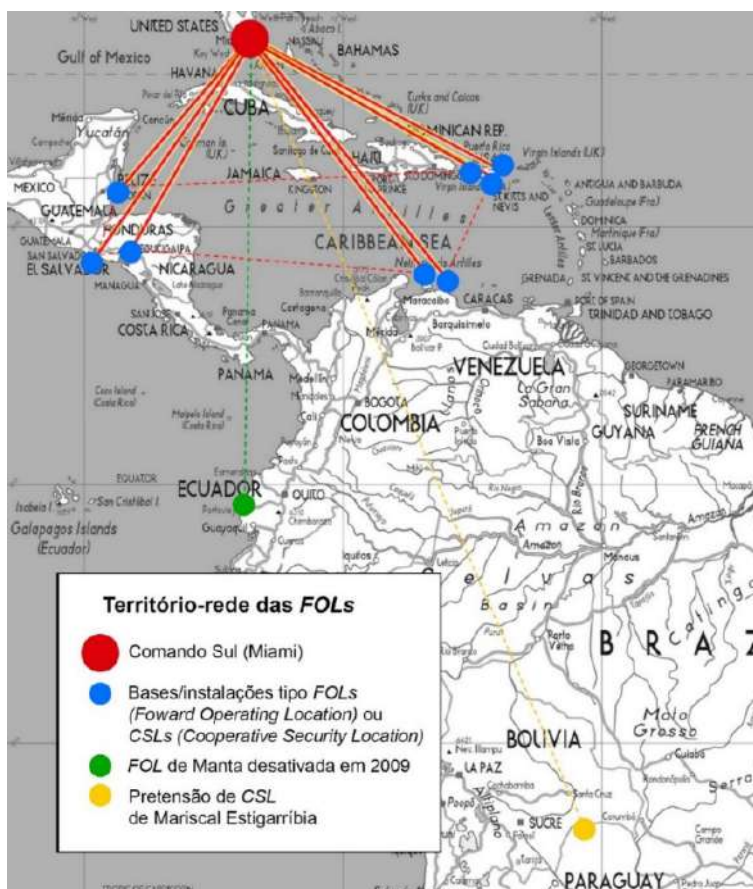
Paul Routledge (2013), ao abordar os domínios das forças antigeopolíticas, afirma que os movimentos sociais são capazes de articular a antigeopolítica em várias esferas da sociedade (econômica, política, cultural, militar, ambiental etc.). Segue o autor: “Além disso, as respostas das autoridades do Estado aos movimentos variam, de acordo com o tipo de resistência do movimento, e o caráter do governo envolvido” (Routledge, 2003, p. 240).

Ao falarmos de fissuras antigeopolíticas agregaremos a ideia do autor, ao destacar o papel das resistências dos movimentos sociais como antigeopolíticas globalizadoras. Seria exatamente o que abordamos anteriormente, ou seja, a constituição de uma rede internacional de grupos ativos e motivados em transformar, em fissurar a estrutura de poder vigente criando e fortalecendo resistências em redes de comunicação, de solidariedade, de compartilhamento de informação e de apoio mútuo (Routledge, 2003, p. 245). A América Latina se transformou nas últimas décadas em uma região na qual movimentos e práticas antigeopolíticas se confrontam diretamente com a geopolítica do imperialismo estadunidense. Nesse sentido, as resistências dos movimentos antimilitarização têm como caso mais evidente o da *FOL* instalada pelo Comando Sul no Equador. Entre 1999 e 2009 ocorreram uma série de práticas contrárias à presença militar dos Estados Unidos no Equador. Essas práticas de caráter anti-imperialista que ocorreram no Equador podem ser mapeadas no período referido com base na ideia das fissuras antigeopolíticas.

A não renovação do contrato de uso da *FOL* de Manta em 2009 determinou claramente um impacto deficitário no território-rede militar, ou seja, o Comando Sul sofre uma fissura em um ponto estratégico de sua rede, acatando as decisões sobera-

nas tomadas por ações dos movimentos sociais e do Estado equatoriano. Ações de caráter contrário ao da geopolítica do imperialismo estadunidense concretizaram atitudes decisivas, uma espécie de antigeopolítica do poder. Antigeopolíticas fissuram a ossatura da territorialização militar em rede (Mapa 3) e podem alterar, pelo menos como posicionamento e localização, o mapa do território-rede das *FOLs*.

Mapa 3. A fissura no território-rede das FOLs



Fonte: Pina (2013).

Considerando as situações retratadas, o Comando Sul é movido intermitentemente a minimizar tais retrocessos na sucessiva redefinição do território-rede militar controlando novas posições estratégicas. Algumas ações apontam nesse sentido, como por exemplo: a reativação da IV frota em 2008; a proposta de acordo para uso de bases/instalações militares colombianas (2009) pelos Estados Unidos; o golpe militar em Honduras que teve como suporte logístico a base militar de Palmerola, sob controle dos Estados Unidos, em 2009; a ocupação militar estadunidense do Haiti, via ONU; a assinatura de acordos com o Panamá para a instalação de onze bases aeronavais, seis na costa Atlântica e cinco no litoral Pacífico; a pretensão de construir uma nova base naval na República Dominicana etc.

O ritmo vislumbrado pelo processo de territorialização militar em rede pode encontrar em seu percurso territorial obstáculos que implicam diretamente em seu relativo revés. Daí partiram as tentativas para a instalação/controle de novas bases na Colômbia e no Panamá em 2009. O acordo era polêmico e permitiria, por um período de dez anos suscetível a renovação, que os Estados Unidos utilizassem tais bases. A tensão foi estabelecida, mas o acordo não se consolidou por efeito da Corte Constitucional da Colômbia. Os movimentos antimilitarização foram determinantes para a não renovação do contrato de uso da *FOL* de Manta em 2009. As forças coletivas refratárias às estratégias militares dos Estados Unidos pressionaram o presidente Rafael Correa para que o governo não permitisse que a *FOL* ficasse por mais dez anos em território equatoriano e para que houvesse mudanças profundas na Constituição do País.

A não renovação do contrato de uso da *FOL* de Manta determinou uma fissura importante na territorialização militar estadunidense porque o Comando Sul perde um ponto estratégico de sua rede e acata decisões soberanas tomadas por ações dos movimentos populares, ativismos, setores sociais e do Estado equatoriano. Manifestações anti-imperialistas de repúdio à presença militar estadunidense foram decisivas como fator de pressão contra o governo equatoriano na retomada do controle da

base militar. São antigeopolíticas que vêm se insinuando no contexto latino-americano e criando fissuras na militarização imperialista, alterando o posicionamento e a presença militar do Comando Sul no território-rede militarizado.

John Holloway, em seu livro *Fissurar o capitalismo*, nos alerta para uma “antipolítica da dignidade”, que permite a busca e a criação de fissuras como uma atividade prática e teórica. A proposta desse autor é a de nós mesmos nos lançarmos contra as paredes, mas também nos afastarmos para enxergarmos as fissuras (Holloway, 201, p. 13). A geopolítica das fissuras seria uma geopolítica em crise, na qual as antigeopolíticas quebram a dominação criada e induzem a rupturas decisivas. “A ruptura começa com a recusa, com o Não”. Assim, “[o] Não abre um espaço-tempo no qual tentamos viver como sujeitos, ao invés de objetos” (Holloway, 201, p. 19). Uma das formas mais óbvias que podemos pensar as fissuras seria em termos de espaço. Em Manta, houve uma fissura que rompeu com determinadas relações de dominação gerindo novas territorializações e impulsionando antigeopolíticas autodeterminadas. Empregamos fissuras, rupturas territoriais para entendermos “a conexão das nossas múltiplas rebeldias e criações alternativas por meio das linhas de falha invisíveis ou quase invisíveis (e rapidamente cambiantes) na sociedade” (Holloway, 2013, p. 37).

O episódio da ascensão e queda do Comando Sul no Equador foi pioneiro onde a instalação de uma *FOL* foi questionada e, posteriormente, teve seu contrato não renovado. Ou seja, um exemplo de práticas antigeopolíticas que produziram uma fissura na territorialização milita em rede (Pina, 2017). Contudo, os movimentos contra a presença militar estadunidense em Manta não se iniciaram como um fenômeno necessariamente local. As resistências emergiram primeiramente na escala nacional, posteriormente nas escalas local e internacional. Embora os movimentos antimilitarização equatorianos tivessem um início de resistência relativamente desfavorável em 1999, em 2005 agentes do governo estavam começando a defender a não renovação do acordo da base de Manta. Esta posição foi finalmente adotada

pelo candidato à presidência Rafael Correa em 2006², deixando claro que em 2009 a presença militar dos Estados Unidos na FOL de Manta chegaria ao seu fim.

Os movimentos antimilitarização alertavam que a presença do Comando Sul em Manta poderia arrastar o Equador para um conflito militar regional. O trabalho dos movimentos sempre esteve voltado à educação e conscientização dos residentes da Província de Manabí a respeito dos potenciais riscos da presença militar estadunidense. Construiu-se uma opinião pública que, de maneira geral, esteve contra a renovação do contrato da base em 2009, e que foi aumentando sua participação crítica contrária à renovação do acordo de Manta e no envolvimento do Equador no Plano Colômbia. Por meio de uma longa campanha, os movimentos foram determinantes em moldarem um discurso de segurança nacional soberano e patriótico, que conduziria ao encerramento da FOL de Manta.

No entanto, a complexidade dessa trama (anti)geopolítica caracterizada pela presença militar estrangeira no Equador ganhou novos contornos em tempos mais recentes. Em 2020, Ivaldo Lima resgata a análise do caso da (des)ativação da base militar de Manta, centralizando seu questionamento nas tensões (anti) geopolíticas entre a presença militar estadunidense no Equador, a ação local de movimentos sociais de resistência e as medidas tomadas pelo conservadorismo do governo equatoriano à época.

Com a justificação da “cooperação” e do humanitarismo, forças militares estadunidenses retornam ao Equador depois de uma década de terem sido expulsas de lá. Esta renovada presença, não apenas reativa a missão da Base de Manta (1999-2009), como também aciona uma nova fase de ingerência militar no País. Esta nova fase, por sua vez, se materializou, em 2 de agosto de 2018, com a abertura de um Escritório de Cooperação de Segurança (OCS) entre ambos Estados, com vistas a satisfazer os interes-

² A determinação da assembleia constituinte de 2006 declarou o Equador como um “Território de Paz” onde estaria proibida a presença militar estrangeira.

ses imperialistas estadunidenses na América Latina, e garantir a pegada imperial da grande potência. Daí, nossas indagações: a renovada presença dos EE.UU. em Manta estaria reaquecendo a geopolítica na América Latina? Então, o que pode a antigeopolítica, afinal? (Lima, 2020, p. 22)

Considerando que desde 2009 a legislação equatoriana proíbe bases militares estrangeiras no País, as relações entre os Estados Unidos e o País sul-americano voltaram a se estreitar sob o discurso da “cooperação estratégica” (ou “defesa e segurança” ou “ajuda humanitária”) na área de inteligência militar e operações aéreas com liberdade para coleta de informações. Já que a constituição equatoriana não permite a instalação de bases militares em seu território, essas missões aéreas conseguem juridicamente burlar de alguma forma as definições constitucionais.

Atualmente a situação do Equador passa por turbulências internas ligadas aos impactos do narcotráfico e aumento da violência, além do aprofundamento de uma crise econômica. O discurso de combate ao narcotráfico e ao crime organizado com ajuda dos Estados Unidos não é novo no contexto equatoriano, e o atual presidente do País parece se aproveitar desse cenário para obter apoio dos Estados Unidos e reestabelecer a presença militar estadunidense, ainda que desvelada.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Os movimentos antimilitarização têm indicado mudanças na geopolítica conduzida pelo Comando Sul dos Estados Unidos na América Latina e no mundo. Os impactos de alguns desses movimentos são imperativos nas estratégias militares do imperialismo estadunidense, promovendo impactos e abrindo fissuras em sua territorialização militar. Acessar as bases militares de países e estabelecer presença militar nos mesmos não é uma prática nova na geopolítica estadunidense. No entanto, nos últimos anos, a militarização promovida pelos Estados Unidos,

aberta ou dissimuladamente, ativou resistências sociais que lutam por soberania e pela não violação dos direitos básicos.

Decerto, o imperialismo também não é algo novo, suas práticas é que vão sendo readequadas. Numa espécie de simbiose, marcada pela tensão da territorialização militar em rede com as práticas anti-imperialistas e antigeopolíticas, a geopolítica estadunidense para a América Latina depara cada vez mais com resistências sociais refratárias ao imperialismo, ou aos “imperialismos”.

Importante continuarmos a investigar a presença militar estadunidense em sua relação com as antigeopolíticas local/nacional/global contestatórias da militarização imperialista no Equador e na América Latina. Os movimentos de resistência antimilitarização que ganharam força em Manta durante a década de 2000, sobretudo, protagonizaram novas territorialidades num cenário de luta anti-imperialista mais ampla, iniciada no final da década de 1990 no País.

Por intermédio do Comando Sul, os Estados Unidos movem-se para reduzir tais contramarchas ao processo de territorialização militar em rede tentando controlar novas posições estratégicas e, dessa forma, impulsionam ainda mais as tensões de territorialidades em diversos países na América Latina.

A reconfiguração do poder mundial suscita variadas análises com suas diversas previsões e provoca, simultaneamente, revisões nos distintos esquemas interpretativos que balizam tais análises. Assim, falamos de geopolíticas críticas para entender as relações que formam a trama de poderes e os contrapoderes exercidos na geopolítica do mundo contemporâneo. Nesse sentido, apontamos como a territorialização militar em rede promovida pelos Estados Unidos incide e reconfigura a realidade geopolítica latino-americana e seu significado para a compreensão do imperialismo em escala global.

O advento da geopolítica crítica e o necessário reconhecimento de formas antigeopolíticas de pensar e agir induzem a uma maior aproximação com os movimentos sociais de luta pela soberania e contrários as bases militares estrangeiras. As lu-

tas pela desmilitarização, especificamente em Manta, caracterizam antigeopolíticas que abrem fissuras nas geoestratégias dominantes e verticalizadas e que permitem vislumbrar um horizonte social desmilitarizado, soberano e de paz. Constatamos então que, tanto em âmbito teórico quanto prático, as antigeopolíticas são capazes de alterar, mesmo que parcialmente, determinado contexto dominante.

De 1999 a 2009, a cidade de Manta, abrigou uma das maiores e mais bem equipadas bases militares estadunidenses na região. Em contraposição, a mesma cidade que possuía presença militar estadunidense alocada na *FOL* de Manta, foi aquela que se tornou temporariamente símbolo mundial da resistência contra a militarização imperialista e seus efeitos perversos.

O caso de Manta evidencia que forças antigeopolíticas de resistência possuem forte capacidade de criar brechas e alternativas para uma realidade desmilitarizada. Considerando que a luta contra a militarização promovida a partir de Manta foi determinante para a não permanência militar dos Estados Unidos no Equador, é possível ratificarmos a resposta da nossa questão central: as práticas antigeopolíticas de resistência protagonizadas por movimentos de cunho anti-imperialista são capazes de criar fissuras na territorialização militar conduzida pelos Estados Unidos na América Latina.

As fissuras são como frestas de esperança e de paz no contexto de um mundo (des)militarizado. São golpes sobre um imperialismo que se pretende hegemônico na região, e pelo que tudo indica, insistirá em se manter presente e influente em diversos países da América Latina. A territorialização militar em rede encontra-se sempre apta à expansão e ao controle de novas posições militares, ao mesmo tempo cada ponto pode ser desativado, destruindo assim localmente o controle de uma base pelo Comando Sul através de outra territorialização, constituindo, assim, novas territorialidades e alternativas emancipatórias que projetam representações antigeopolíticas.

Logo, ressaltamos que este texto propõe uma atitude teórica antigeopolítica, justamente por pretender evidenciar outros pro-

tagonistas que não somente o Estado. Estamos na tendência de um mundo desmilitarizado, e como geógrafos buscamos contribuir nessa direção, contrários às relações de dominação. Como pensadores críticos e atores políticos comprometidos a ampliar cada vez mais as fissuras já existentes nas diferentes formas e modalidades de territorialização dominantes, deixamos aqui esta contribuição político-social.

BIBLIOGRAFIA

- Agnew, John et al. (eds.) (2003). *A companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- Agnew, John (2005). *Geopolítica*. Una re-visión de la política mundial. Madrid: Trama.
- Agnew, John (2012). “Baja” geopolítica: agencias de calificación crediticia, la privatización de la autoridad y la nueva soberanía. *Geopolítica(s)*, 1(3).
- Becker, Bertha (1983). O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. Em Bertha Becker et al. (orgs.), *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Becker, Bertha (1988). A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, 50(2), número especial. Rio de Janeiro: IBGE.
- Bertaccini, Rina (2010). *Militarización imperialista y búsqueda de alternativas*. Buenos Aires: Cartago.
- Bringel, Breno (2010). Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia*, 2(16). Recife: UFPE.
- Bringel, Breno e Cairo, Heriberto (2010). Articulaciones del Sur Global: afinidad cultural, internacionalismo solidario e Iberoamérica en la globalización contrahegemónica. *Geopolítica(s)*, 1(1), 41-63.
- Cairo, Heriberto (1993). Elementos para una geopolítica crítica: tradición y cambio en una disciplina maldita, *Ería*, 32, 195-213.

- Cairo, Heriberto (2005). Prólogo. Re-pensando la geopolítica: la renovación de la disciplina y las aportaciones de John Agnew. Em *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madrid: Trama.
- Cairo, Heriberto (2008). A América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação. *Caderno CRH*, 53(21). Salvador.
- Cairo, Heriberto e Pastor, Jaime (2006). *Geopolítica, guerras e resistências*. Madrid: Trama.
- Ceceña, Ana Esther (2004). Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI. Em Theotônio dos Santos (org.), *Globalização: dimensões e alternativas*. São Paulo: Loyola.
- Ceceña, Ana Esther (2005). Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. Em *Hegemonias e Emancipações no Século XXI*. Buenos Aires: CLACSO.
- Dijkink, Gertjan (1996). *National identity and geopolitical visions: maps of pride and pain*. Nova York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Dijkink, Gertjan (1998). Geopolitical codes and popular representations. *Geojournal*, 6.
- Ersen, Emre (2014). Geopolitical Codes in Davutoğlu's Views toward the Middle East. *Insight Turkey*, 1(16).
- Flint, Colin (2006). *Introduction to Geopolitics*. Nova York: Routledge.
- Gaddis, John (1989). *Estrategias de la contención*. Buenos Aires: Editor Latinoamericano.
- Güney, Aylin e Gökcan, Fulya (2010). The 'Greater Middle East' as a 'modern' geopolitical imagination in American foreign policy. *Geopolitics* (15), 22-38.
- Holloway, John (2013). *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Lima, Ivaldo (2005a). *Redes Políticas e Recomposição do Território*. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense — PPGeo/UFF, Niterói.
- Lima, Ivaldo (2005b). Geopolítica global: da promoção de resultados à busca de sentido. *Revista Grifos*, Dossiê Geopolítica (Rosa Alba, org.). Chapecó: Argos.
- Lima, Ivaldo (2011). Território autônomo como sistema. *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial EGAL.

- Lima, Ivaldo (2012). Entre a geopolítica do sentido e a justiça territorial. Apresentação oral no *Simpósio Internacional Geocrítica*, Bogotá.
- Lima, Ivaldo (2013). A geografia e o resgate da antigeopolítica. *Revista Espaço Aberto*, 2 (3), 149-168. Rio de Janeiro.
- Lima, Ivaldo (2014). Prefácio: A pegada imperial. Em Rodrigo Pina, *O novo código geopolítico dos Estados Unidos: imperialismo e militarização na América Latina*. Saarbrücken: NEA.
- Lima, Ivaldo (2020). A pegada imperial estadunidense e a antigeopolítica do Equador: o atual e controverso caso da base militar de Manta (1999-2019). *Iberoamericana Quinquecclesiensis*, 18. Pécs.
- Lima, Ivaldo (2024). Uma epistemologia crítica da antigeopolítica. Em Jorge Barbosa, Sergio Nunes, Raúl Sánchez Vicens e Bernardo Bronzi (orgs.), *60 anos do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense*. São Paulo: Max Limonad.
- Luzzani, Telma (2012). *Territorios vigilados*. Buenos Aires: Debate.
- Mamadouh, Virginie e Dijkink, Gertjan (2006). Geopolitics, international relations and Political Geography: The politics of geopolitical discourse. *Geopolitics*, 11(3), 349-366.
- Moreira, Ruy (1999). Realidade e metafísica nas estruturas geográficas contemporâneas. Em Iná Castro, Mariana Miranda e Claudio Egler (orgs.), *Redescobrimdo o Brasil: 500 Anos Depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, Edgar (2010). *Para onde vai o mundo?* Petrópolis: Vozes.
- Naji, Saeid e Jawan, Jayum (2011). Role of the Persian Gulf's Oil in the US Geopolitical Codes during the Cold War Geopolitical Order. *International Journal of Business and Social Science*, 5(1).
- Okunev, Igor (2013). The new dimensions of the Russian's geopolitical code. *Turkish Policy Quarterly*, 1(12).
- Pina, Rodrigo (2007). *Territorialização militar em rede e o imperialismo estadunidense na América Latina: um novo código geopolítico?* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense — POSGEO/UFF, Niterói.
- Pina, Rodrigo (2014). *O novo código geopolítico dos Estados Unidos: imperialismo e militarização na América Latina*. Saarbrücken: NEA.

- Pina, Rodrigo (2017). *Fissuras antigeopolíticas na América Latina: o ambivalente caso equatoriano da FOL de Manta*. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense — POSGEO/UFF, Niterói.
- Pina, Rodrigo e Lima, Ivaldo (2013). Hegemonia global distendida e o novo código geopolítico dos Estados Unidos para a América Latina. *Revista Geonorte*, 1(7), Edição Especial 3.
- Routledge, Paul (1998). Introduction. Em Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby e Paul Routledge (eds.), *The geopolitics reader*. Nova York: Routledge.
- Routledge, Paul (2003). Anti-geopolitics. Em John Agnew et al. (eds.), *A companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- Rae, Norman (2007). *Reinventing geopolitical codes in the Post-Cold War World with special reference to international terrorism*. (Tese de doutoramento). University of Glasgow, Escócia.
- Sidaway, James (2000). Iberian geopolitics. Em Klaus Dodds e David Atkinson (eds.), *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge.
- Shailo, Iqbal (2013). *Critical geopolitics and the construction of security in South Asia*. Ottawa: Carleton University.
- Sharp, Joan; Routledge, Paul; Philo, Chris e Paddison, Ron (2000). *Entanglements of power: geographies of domination/resistance*. Londres: Routledge.
- Slater, David (2008). Pensando la geopolítica del conocimiento: reto a las visiones imperiales. Em Heriberto Cairo e Walter Mignolo (eds.), *Las vertientes americanas del pensamiento y el proyecto des-colonial*. Madrid: Trama / GECAL.
- Taylor, Peter e Flint, Colin (2002). *Geografía política: economía-mundo, estado-nación y localidad*. Madrid: Trama.
- Toledo, Lester (2014). *Percepción y geopolítica en la relación Chile-Perú: desde el Acta de Ejecución hasta la demanda en la Haya*. Bloomington: Palibrio.

A ANTIGEOPOLÍTICA DO EQUADOR EM FACE DA PEGADA IMPERIAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA¹

IVALDO LIMA

INTRODUÇÃO

“A nova geopolítica resultará da interação entre dois processos: a reestruturação tecnológica e os novos movimentos sociais”.

Bertha Becker (1988)

A mirada antigeopolítica é antes de tudo um recurso de método empregado para compreender a militarização em rede empreendida pelos Estados centrais que, por sua vez, encerra um campo de investigação político-geográfico repleto de desafios. No presente trabalho, aborda-se a presença militar estadunidense no mundo, com ênfase na América Latina, especificamente atendendo-se para o caso da base militar de Manta, localizada no Equador. A questão central gira em torno da controversa ativação e desativação da referida base militar, isto é, trata da tensão antigeopolítica entre a presença militar estadunidense no Equador, a atuação local de movimentos contestatórios e a política externa de um governo conservador. Assim, estabelecemos como objetivo geral escrutinar o significado geoestratégico e geopolítico da presença militar estadunidense no Equador em face dos desdobramentos antigeopolíticos por ela provocados.

Deparamos impasses concernentes à justificação da presença de uma base militar dos Estados Unidos da América no Equador.

¹ Este capítulo é uma versão revista do nosso artigo “A pegada imperial estadunidense e a antigeopolítica do Equador: o atual e controverso caso da Base Militar de Manta (1999-2019)”, publicado originalmente em *Iberoamericana Quinceeclesiensis*, 18, no ano 2020.

dor. Por isso, um dos nossos objetivos específicos é apreciar criticamente o conflito de interesses envolvidos na manutenção ou na interrupção das atividades militares dos EUA em Manta. O período crucial para essa apreciação é aquele que vai de 1999 a 2009, respectivamente, o ano de criação da base de Manta e o de sua desativação. Na sequência, retomamos o ano de 2019, para buscar entender a reativação dessa base militar, realizada em comum acordo entre os governos dos EUA e do Equador. Nesses vinte anos, a controvérsia relativa ao funcionamento da base militar de Manta exige um esforço interpretativo alinhado com a imaginação geopolítica crítica, como será sugerido ao longo de nossas considerações.

Empregamos a expressão *pegada imperial* para designar o contexto mais amplo no qual situamos essa controversa ativação / desativação de uma unidade militar estrangeira. Por conseguinte, desenvolveremos um arrazoado sobre o significado dessa inédita expressão. Outrossim, apresentaremos a configuração da *militarização em rede* estadunidense no mundo, com destaque para a América Latina, baseados nos estudos de doutoramento do geógrafo Rodrigo Pina. Incontornavelmente, discutiremos o sentido de se falar de uma geografia política crítica, de uma geopolítica crítica e de uma antigeopolítica que constituam a metodologia teórica adequada para uma correta avaliação do que nos propomos.

Estruturamos este capítulo em três partes principais. Na primeira, discutem-se os termos teórico-conceituais que remetem a geografia política contemporânea a uma epistemologia crítica. Na segunda parte, apresentam-se sistematicamente o valor geoestratégico da presença militarizada estadunidenses no mundo, e na América Latina em particular, tendo em vista a configuração territorial de suas bases e comandos militares. Por fim, uma terceira parte será dedicada às especificidades das marchas e contramarchas que caracterizam o processo de instalação, ativação e desativação da base militar de Manta. Uma breve conclusão arremata o texto, apresentando uma reflexão sobre o horizonte estratégico da América Latina no presente momento.

AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA GEOGRAFIA POLÍTICA EM
REVISTA

Logo de saída, torna-se imperioso sublinhar que a geografia política vem passando por atualizações exigidas pelas novas realidades socioespaciais e pelo uso criativo da imaginação geográfica. A criação do termo geopolítica e sua trajetória já é uma evidência disso². Ao longo do tempo, densidades geopolíticas variadas levam à reformulação da imaginação geopolítica a qual, inevitavelmente, se reapresenta. Considerando que a imaginação geopolítica é um sistema de visualização do mundo, cabe anotar que ela tem correspondência com a imaginação histórica e geográfica mesma, operacionalizada por meio da ênfase que recai sobre as relações de poder e o seu papel nas práticas sociais de controle do espaço. A cada reformulação e sua respectiva reapresentação em termos da geopolítica formal exigem-se denominações que identifiquem a nova maneira de se pensar e agir geopoliticamente. É assim, por conseguinte, que se pode identificar uma denominada imaginação geopolítica moderna.

A imaginação geopolítica moderna, nascida na Renascença, corresponde a um conjunto de entendimentos sobre a maneira de o mundo funcionar. Suas características básicas são: 1) A visão unitária do mundo. Uma homogeneização a ser diferenciada pelos europeus; 2) O tempo fundido no espaço. Compartimentação do tempo-espaço, a partir da experiência europeia; 3) Apresentação do espaço global centrada no Estado, a “territorial

² Segundo o historiador Florian Louis, o primeiro a utilizar a palavra “geopolítica” teria sido Leibniz num manuscrito que permaneceu desconhecido até o presente por especialistas da geopolítica. Redigindo em 1679 o plano de uma *Encyclopedia* que ele projetava realizar, Leibniz previa consagrar uma seção ao que ele denominou, inicialmente, a “cosmopolítica”, termo finalmente cancelado para dar lugar a “geopolítica” que ele definia como o estudo da “Terra relativamente ao gênero humano, que compreende a história universal (*Historiam omnem*) e a geografia civil (*Geographiam civilem*). A geopolítica leibniziana se apresenta assim como o estudo conjunto da geografia civil (hoje, diríamos geografia humana) e da história universal (atualmente, diríamos, história global). Ela analisa a história do mundo em relação a sua geografia.

trap”; 4) A busca da primazia pelos Estados dominantes no sistema interestatal. A hegemonia global como obsessão (Agnew, 2005). O tratamento epistêmico desta imaginação moderna implicou uma miríade de possibilidades e indagações que conduziram à elaboração de novas imaginações.

Os acontecimentos pós-Guerra Fria marcaram o começo de uma desorientação “pós-moderna” das geopolíticas (imperiais), um deslocamento do conceito (Ó Tuathail, 1996). Assim, no rastro desses deslocamentos que também são epistêmicos, poderíamos indagar quantas são as geopolíticas. Para responder a essa indagação, os critérios se multiplicam, sem esgotar, contudo, as possibilidades de resposta. Minimamente, teríamos distintas geopolíticas de acordo com:

- ♦ Os atores: Geopolítica dos Estados Maiores, das empresas multinacionais, das instituições, dos movimentos sociais, imperiais, das multidões, das minorias etc.;
- ♦ Os espaços geográficos: Geopolítica dos EUA, do Chile, do Brasil, da UE, urbana etc.;
- ♦ Os bens tangíveis: Geopolítica do petróleo e do gás, da água, do carbono, do Euro, do dólar etc.;
- ♦ Os bens intangíveis: Geopolítica das emoções, do gosto, da informação, do inglês, do futebol etc.
- ♦ A abordagem: Geopolítica clássica, crítica, pós-moderna, prática, formal, popular, civilizacional, feminista, de gênero, pós-geopolítica, antigeopolítica etc.

O que são geografia política crítica, geopolítica crítica e antigeopolítica

As condições atuais não são propícias para que a imaginação geopolítica permaneça tal qual a conhecemos no passado. Não há dúvida de que este é um momento adequado para repensar a histórica dependência da geografia política em relação à imaginação geopolítica. O que se necessita é uma imaginação *geográfica* que leve a sério os lugares como cenários da vida humana e que trate

de interpretar a política mundial desde um ponto de vista da repercussão que tem no bem-estar material e na identidade dos povos de distintos lugares (Agnew, 2005). Então, estamos diante da emergência (e consolidação?) de uma geografia política crítica.

Em janeiro de 1976, trinta anos após o suicídio de Karl Haushofer, a geopolítica retornou a partir de uma nova revista, *Hérodote*, editada por Yves Lacoste, mas agora, a antiga *Geopolitik* transformou-se numa geopolítica crítica (Parker, 1998). A partir dos anos 1980, ocorre um renascimento da geopolítica, mas numa perspectiva distinta de suas fundamentações clássicas. A nova abordagem se intitulou Geopolíticas Críticas, considerando-se que ela foi direcionada para a refutação e o questionamento das tradições das clássicas fundações das geopolíticas. Na raiz das Geopolíticas Críticas está a rejeição da Geografia como uma atividade descritiva de um mundo externo que existe para além da análise do pesquisador (Painter e Jeffrey, 2009).

As pesquisas aninhadas nas Geopolíticas Críticas sublinharam uma visão territorial do mundo que não é a consequência de uma verdade inerente, mas o efeito do poder cultural, político e econômico da visão do autor. Nesse sentido, partimos do suposto oferecido por Heriberto Cairo e Jaime Pastor: “Existem diversas formas de desafio à imaginação geográfica dominante e projetos de imaginar novas contratopografias e territorialidades que reflitam a aspiração a uma reconquista dos espaços nos quais se desenvolvem contrapoderes”. Uma perspectiva nova surge nos últimos anos, como uma teorização feminista: a antigeopolítica. O termo se remete ao conceito de antipolítica do dissidente húngaro George Konrad, que é definido como o conjunto de atividades de “todos aqueles que não querem ser políticos e se recusam a desfrutar do exercício do poder” (Painter e Jeffrey, 2009).

Seguindo os escritos de Antonio Gramsci, a antigeopolítica é informada pela crença de que o a hegemonia intelectual e cultural de uma elite não deve ser aceita simplesmente nem tampouco naturalizada. Assim, a antigeopolítica deve ser concebida como uma força ética, política e cultural dentro da sociedade civil. Em outras palavras, a antigeopolítica não assume que os argumentos da prá-

tica geopolítica das elites nacionais refletem os interesses e desejos de indivíduos e da sociedade civil. Uma importante implicação dessa perspectiva é o deslocamento do centro de atenção do Estado territorial para outras formas de entidades políticas tais como movimentos sociais, grupos anticoloniais e ativistas antiglobalização (Dodds, 2005).

O termo antigeopolítica se refere a uma ambígua força cultural e política dentro da sociedade civil. Práticas antigeopolíticas implicam geografias dissidentes, através das quais / nas quais “todos compartilham compromissos políticos para superar relações de poder e de opressão dominantes”, de acordo com os geógrafos Alison Blunt e Jane Willis. Esse conhecimento antigeopolítico é produzido por organizações que existem fora do Estado ou dos interesses de grandes corporações. Um breve exemplo seriam os *blogs* que surgiram durante a invasão do Iraque pelos EUA em 2003. Segundo o geógrafo Paul Routledge (2003), a antigeopolítica i) desafia a geopolítica material do poder dos Estados e das instituições globais, resistindo ao modelo dominante da produção capitalista global e ii) resiste às representações geopolíticas impostas, construídas e reproduzidas pelas elites para servir aos seus interesses.

Ainda consoante Routledge (2003):

As histórias de resistência podem ser caracterizadas como “geopolíticas de baixo para cima” emanando de posições subalternas (*i.e.* dominadas) dentro da sociedade e que desafiam a hegemonia cultural, econômica, política e militar do Estado e de suas elites. Esses desafios são lutas contrahegemônicas nas quais se articulam resistência e força coercitiva do Estado — no âmbito da política doméstica e externa [...]. Eles são expressão do que eu denominaria de “antigeopolítica”.

De acordo com Jaime Preciado e Pablo Uc, analisar as geografias do poder dos movimentos sociais implica tanto o estudo de seu potencial antigeopolítico, expressado em discursos e práticas contraespaciais, como de suas estratégias de vigilância e negociação com os poderes instituídos. Quais são os novos desafios que

enfrentam os movimentos sociais para construir geografias do poder alternativas às dos Estados e às do capital transnacional? Pensar a geografia do poder dos movimentos sociais e dos Estados significa reconhecer a disputa fundamental para controlar a produção de espaços. A geopolítica crítica contribui a pensar que todo processo social expressado espacialmente supõe levar em consideração o binômio linguagem-poder, e, com ele, as diversas representações do mundo que se encontram contidas — via cooperação ou omissão — nos espaços que constroem as geografias do poder dominante.

Pelo exposto, esclarecemos que “a antigeopolítica trata da construção de contraespaços como alternativas sociopolíticas criativamente antagônicas à ordem geopolítica dominante. A antigeopolítica aborda a (des)construção de espaços de resistência, entendida esta última como a prerrogativa social de uma existência distinta da que presentemente experimenta a maioria dos segmentos sociais. A antigeopolítica trabalha com a equação propositiva de que um outro mundo é possível somente quando o mundo do outro é possível” (Lima, 2013).

Os contraespaços desenhados pela antigeopolítica buscam reincorporar o imaginário nacional mediante novas iniciativas constitucionais de descentralização territorial que enunciam formas diversas de autonomia, como se pode verificar no decurso histórico recente de países tais como Equador, Bolívia, México, Colômbia (Preciado e Uc, 2012). Alertando-nos de que o que está em jogo é que as territorialidades indígenas e camponesas de diversas latitudes da América Latina veem-se ameaçadas pelas próprias iniciativas de integração regional, esses autores exemplificam antigeopolíticas latino-americanas com os casos de projetos alternativos de apoio autônomo:

- ♦ Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA);
- ♦ Tratados de Comércio entre Povos (TCP)
- ♦ Mercosul, em sua versão social “Mercado do Povo”;
- ♦ União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Por fim, quanto à antigeopolítica, deduz-se facilmente que a resistência não consiste meramente em uma contraofensiva às manobras do polo dominante numa dada relação de poder, mas trata-se, isso sim, da contraface do exercício do poder instituído, constituída por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas em diversas escalas territoriais. O argentino Atilio Boron (2012), ao se referir à atual *geopolítica de los movimientos sociales* (denominação extensa para antigeopolítica?) na América Latina, reconhece que “a resistência dos povos — e de alguns governos — tem sido formidável e tem recolhido bastantes resultados”.

O que é a pegada imperial: a proposição de uma expressão geopolítica

A expressão pegada imperial foi criada e empregada pela primeira vez para prefaciar o livro *O Novo Código Geopolítico dos Estados Unidos*, do geógrafo Rodrigo Pina (Lima, 2014) que tratava analiticamente do novo código geopolítico dos Estados Unidos no século XXI. O código tratado teórica e empiricamente nesse livro anuncia menos uma nova era que uma nova visão geopolítica, por assim dizer, uma nova imaginação geopolítica. Dentre tantos códigos geopolíticos que orientaram a política externa de Estados, ao longo do século XX, mencionam-se alguns como o dos países não alinhados, o dos aliados, o da coexistência e o da contenção. No presente momento geo-histórico, configuram-se linhas de força capazes de atualizar velhos códigos, gerar novos e redesenhar, por conseguinte, o mapa-múndi da política mundial. Isso porque, para Sergio González Rodríguez, em seu livro *Campo de Guerra*, lançado em 2014, “ao se tornar espaço, o poder sobre um território se desdobra como mapa. Ter mapas é saber sobre a organização espacial: um enfoque conjunto das realidades e das possibilidades de domínio”. Um novo mapa da América Latina é imaginado e praticado pelos Estados Unidos, constando daquilo que o livro de Rodrigo Pina se em-

penha precisamente em explicitar. Trata-se de um novo mapa geopolítico que traduz uma nova realidade e que obedece a um novo código: a prevenção.

Os Estados Unidos mantêm sítios militares espalhados pelo mundo que podem chegar a 1.000 unidades, equivalentes a mais de 350.000 soldados em cerca de 130 países. A localização geográfica desses sítios depende das relações que os Estados Unidos desenvolveram nas diferentes partes do globo. Mas, como alerta Amaël Cattaruzza, “as contestações à influência estadunidense se multiplicam”. Este autor ainda se questiona: os Estados Unidos são ainda uma hiperpotência? A resposta a essa pergunta exige uma relativização, no mínimo, num duplo sentido. O primeiro refere-se à extensão da presença militar estadunidense mundo afora e faz pensar que esta dimensão do poder em si mesma segue relevante; todavia, dificilmente ela será suficiente para alterar as jogadas do tabuleiro de xadrez da geopolítica mundial ou para redefinir o curso da hegemonia global. O segundo sentido reporta-se à formação de um território-rede dessa presença militar e faz pensar que sua trama estratégica é inovadora, que desafia a imaginação geopolítica, como também a imaginação antigeopolítica.

Nessa direção, o livro do geógrafo parece trazer consigo o gérmen de uma dialógica que coloca face a face essas duas imaginações. Dominação e resistência, conjugadas contraditoriamente numa fórmula geográfica denominada territorialização militar em rede. O que pode essa territorialização na América Latina? No livro, o autor busca dar uma resposta ponderada, plausível e objetiva a tal pergunta. E, ao mesmo tempo, suscita outras tantas perguntas para o mercado das ideias críticas. Ao novo código geopolítico se contraporiam novos códigos antigeopolíticos? Como não perder de vista as limitações do poder? Decerto, desabsolutizando-o. Pensar uma contrageografia do poder é vislumbrar geopolíticas críticas e alternativas, ou, quem sabe, críticas porque alternativas. Nessa criativa imaginação geopolítica, os contrapoderes e os contraespaços definidos pelos

atores contra-hegemônicos emergem de uma zona de sombra e forjam perspectivas de transformação emancipatória.

Em nossa leitura, o livro de Rodrigo Pina trata de uma pegada imperial e imperialista. A noção de pegada ecológica usada como metodologia para comparar diferentes padrões de consumo e verificar se estão dentro da capacidade ecológica do planeta serve como instrumento para se medir a pressão diferencial exercida por determinadas sociedades sobre o suporte ecológico. Poder-se-ia pensar uma noção análoga que permita avaliar a pressão geopolítica diferencial de determinados Estados, comparando-se a distribuição espacial, o alcance geoestratégico e a eficácia bélica dos sítios militares desses Estados, para além de suas fronteiras nacionais. Masdeu (2012, p. 99) chega a afirmar que “se pode observar como os Estados Unidos seguiram domesticando sua fronteira no império global, como o fez com os territórios dos nativos estadunidenses no começo do século XIX”. Tudo indica que a pegada imperial segue esse processo de domesticação. Assim, se vislumbraria a pegada geopolítica de tais Estados, expressa na configuração das posições estratégicas internacionais que eles necessitam para a garantia de sua segurança nacional. Tudo indica que o conteúdo do livro em pauta procura identificar, nos rastros da pegada geopolítica estadunidense na América Latina, o grau de dominação e de resistência por eles suscitado, isto é, a imperialidade dessa pegada e suas contramarchas.

No prefácio do livro *Estados Unidos, o Novo Imperialismo*, publicado originalmente em 1978 por Victor Kiernan, Eric Hobsbawm se pergunta, quase trinta anos depois: “quem imaginaria ver bases americanas na Ásia central outrora dominada pelos soviéticos?”. Hobsbawm ainda ponderava sobre as peripécias dos ideólogos supremacistas de Washington e sua política de hegemonia global “que continuará fazendo do mundo um lugar intolerável para aqueles diretamente expostos à ocupação armada americana e um lugar inseguro para o resto de nós”. Rastrear uma renovada pegada imperial, decifrando um novo código geopolítico: eis o propósito do estudo publicado por Ro-

drigo Pina, que parece se inquietar diante da possibilidade dessa pegada imperial implicar um passo em falso e desse novo código geopolítico implicar uma velha contrassenha de acesso ao desencantamento do mundo. A resposta do inquieto autor é, felizmente, de superação. Contudo, acatamos as ponderações de Petri Minkkinen quando afirma que o advento do século XXI inaugura uma geo-história marcada pelo “fascismo integral globalizante”, uma política e uma condição social penetrante, vinculada à vigilância e ao controle social que forma parte da

estratégia para recuperar a hegemonia estadunidense, e ao mesmo tempo, lançar um ataque contra as diferentes práticas e propostas de alternativas sociais derivadas de outras culturas e civilizações e das organizações e movimentos sociais nacionais, regionais e transnacionais. (Minkkinen, 2010, p. 9)

O VALOR ESTRATÉGICO E A CONFIGURAÇÃO DAS BASES E DOS COMANDOS ESTADUNIDENSES NA AMÉRICA LATINA: O CONTROVERSO CASO EQUATORIANO DE MANTA

Entendemos que o contexto do fascismo integral globalizante — como expressão de um novo imperialismo, no sentido atribuído por David Harvey — esclarece muita coisa sobre a política externa dos Estados Unidos no século XXI e permite compreender melhor os esforços desse país com a sua estratégia de recuperação da hegemonia mundial. No sentido gramsciano de hegemonia, fica claro que a direção político-militar, ao lado da dominação econômica e da liderança cultural-ideológica, joga um papel decisivo nessa recuperação hegemônica. Logo, comentando a projeção global do poderio militar dos Estados Unidos, Atilio Boron alerta que:

A preocupação de controlar militarmente a América Latina é um traço decisivo da política do império em direção a esta parte do mundo. Tal coisa

não é só evidente diante do exorbitante desdobramento de bases militares e de diversos programas de “ajuda” militar que os Estados Unidos mantêm com quase todos os países da área, como também pelo deslocamento do Departamento de Estado no desenho e na implementação da política exterior dos Estados Unidos a favor do Pentágono. Por suposto, isso não é algo que tenha ocorrido da noite para o dia. (Boron, 2012, p. 79)

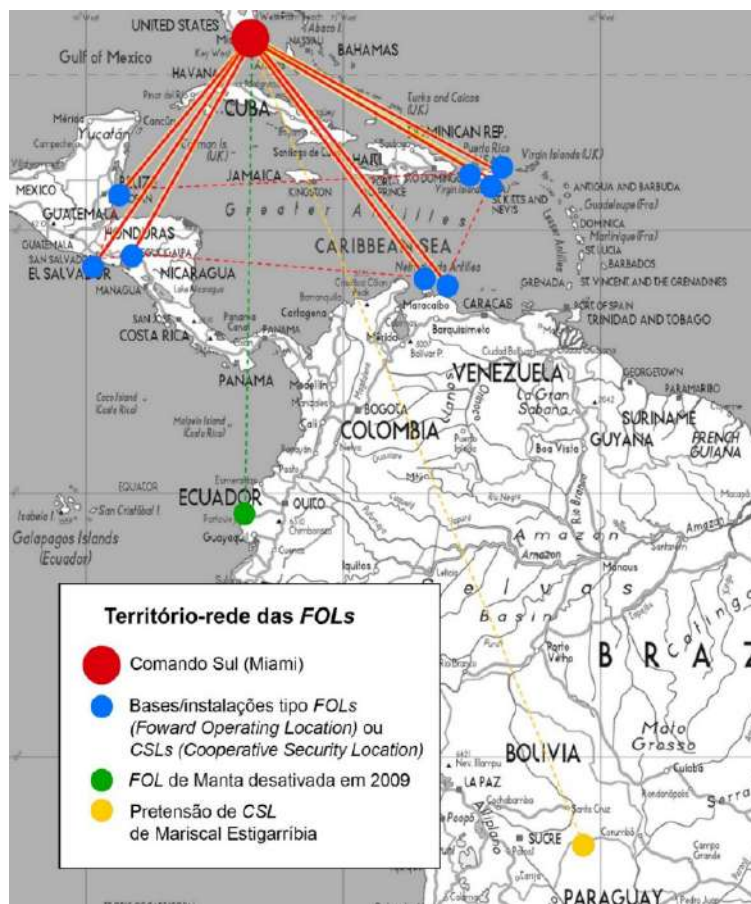
Por outro lado, segundo o cientista político Heriberto Cairo, as manifestações antigeopolíticas de resistência redefinem o sentido da militarização estadunidense — materializada nas bases e instalações militares estrangeiras — e desafiam as representações espaciais hegemônicas criando contrageopolíticas. No Equador, esses movimentos antimilitarização são exemplos de antigeopolíticas e contrageopolíticas que confrontam a presença militar estadunidense e denunciam seus impactos sociais. John Holloway (2013), em seu livro *Fissurar o Capitalismo*, nos alerta para uma “antipolítica da dignidade”, que permite a busca e a criação de fissuras como uma atividade prática e teórica. Ocorre no Equador uma espécie de “geopolítica das fissuras” com um peso antigeopolítico decisivo na redefinição das localizações militares estratégicas pretendidas pelos Estados Unidos? A territorialização militar em rede está sofrendo fissuras na América Latina e em várias outras regiões do mundo e o caso de Manta, no Equador, nos parece emblemático (Lima e Pina, 2014).

No Equador, o contexto geo-histórico da base de Manta merece um apontamento preliminar. A base Eloy Alfaro foi inaugurada pela Força Aérea equatoriana em 28 de outubro de 1978. Em 1998, o governo do Equador firmou um convênio com o governo dos Estados Unidos que permitia aos norte-americanos o acesso e o amplo controle de parte da base militar Eloy Alfaro e da pista do aeroporto de mesmo nome que lhe é adjunto, localizadas na cidade de Manta, na Província de Manabí. O objetivo do convênio intergovernamental era lutar contra o narcotráfico na região, segundo os dois governos envolvidos. Sob a tutela do USSOUTHCOM desde 1999, a base recebeu centenas de militares estadunidenses e passou a ser denominada de *Forward Ope-*

rating Location (FOL) de Manta, um ponto estratégico da militarização em sua configuração territorial, ou seja, no território-rede das FOL estadunidenses na América do Sul (Figura 1).

A instalação da base de Manta desencadeou uma série de externalidades negativas locais. Os impactos negativos da instalação e ampliação da FOL em Manta no entorno da base e na própria Província de Manabí podem ser enumerados: 1) A expropriação de populações locais e desencadeou-se a elevação do preço da terra nas proximidades da base (Figura 2); 2) O comprometimento da quantidade e qualidade da água e do meio ambiente urbano (Figura 3); 3) O incremento significativo da prostituição — inclusive infantil — e o aumento das violações (disparos e afundamentos) às embarcações de pescadores equatorianos. O fato mais contundente dessa situação é que, no Equador, os movimentos antimilitarização foram determinantes para a não renovação, em 2009, do contrato de uso da FOL de Manta pelos Estados Unidos. Nas manobras do grande tabuleiro de xadrez da geopolítica global, a força dos movimentos sociais se impôs aos vetores hegemônicos da militarização em rede dos Estados Unidos. Em outras palavras, uma antigeopolítica se instaura na América Latina. Nas palavras do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, é como se uma heterotopia tivesse sido colocada em prática, ou seja, tivesse sido dada uma resposta artesanal à utopia militar hegemônica.

Figura 1. As FOL dos EUA na América do Sul



Fonte: Pina, 2014.

Segundo o jornalista Victor Tello:

Políticos como el alcalde de Guayaquil, Jaime Nebot; el exalcalde de Quito y excomandante de las FFAA, Paco Moncayo; el expresidente, coronel (r) Lucio Gutiérrez, entre otras figuras políticas han expresado en distintas participaciones en medios locales su complacencia en el sentido de que se

instalen nuevamente tropas norteamericanas como ya sucedió entre 1999 y 2009 en la ciudad portuaria de Manta. Pero también otros actores identificados con agrupaciones de derechos humanos y de organizaciones sociales han expresado su oposición a la instalación de una fuerza extranjera, al considerar una violación a la soberanía nacional. (Tello, 2018)

Entretanto, para a sua mais completa compreensão, o controverso caso da base de Manta exige uma atualização. Com a justificação da “cooperação” e do humanitarismo, forças militares estadunidenses retornam ao Equador depois de uma década de haverem sido expulsas de lá. Esta renovada presença, não apenas reativa a missão da Base de Manta (1999-2009), como também aciona uma nova fase de ingerência militar no país, já que não se trata identicamente de novo convênio para o uso da base militar pelos EE.UU. Esta nova fase, por sua vez, se materializou, em 2 de agosto de 2018, com a abertura de um Escritório de Cooperação de Segurança (OCS) entre ambas as nações (Figura 4). De acordo com o jornalista Martín Pastor, segundo o Departamento de Defesa, as OCS pertencem à Agência de Assistência de Segurança de Defesa e seu papel é realizar ações que “promovam os interesses de segurança específicos dos EE.UU., incluídas todas as atividades internacionais de cooperação de armamentos e atividades de assistência de segurança”. O que quer dizer, satisfazer os interesses do imperialismo norte-americano no país.

Figuras 2 e 3. Especulação imobiliária e poluição ambiental em Manta



Fotos: Pina, 2017.

Através das OCS, se promovem programas formais como Vendas e Financiamento Militar ao estrangeiro (FMS/FMF), Educação e Capacitação Militar Internacional (IMET), Assistên-

cia Humanitária (HAP), exercícios conjuntos, Intercâmbios de Expertos (SMEEs) e atividades de preparação para desastres. O mesmo modelo que se implantou no Iraque em 2012... Trata-se de um modelo sem localização fixa. Ao utilizar uma OCS, as Forças Armadas equatorianas lhes permitirão poupar os altos gastos logísticos de pessoal militar e de infraestrutura, ademais de brindar-lhes flexibilidade e escalaridade já que “cooperam” com as FF.AA. locais, obtendo os mesmos ou inclusive melhores benefícios. Desta maneira, lograram que, desde setembro de 2018, um avião de inteligência de EE.UU. sobrevoe os mares e fronteiras equatorianas operando desde Guayaquil durante quatro dias todos os meses.

A reinstauração da base: através da OCS, o atual governo conservador do Equador e os EE.UU. reinstauraram a capacidade operativa de uma base denunciada e rechaçada pelos equatorianos. A esta crescente militarização estrangeira da região se soma outra estratégia de colonialismo, sob a bandeira dos “trabalhos humanitários”: o navio hospital. Não nos esqueçamos de que na Guerra do Golfo (1990-1991) todo começou com uma ajuda humanitária... O mesmo modelo aplicado novamente? Pode-se deduzir que o objetivo dessa reinstauração renovada seria retomar todas as atividades da Base de Manta, tal como o afirmou o ministro de Defesa de Equador, Oswaldo Jarrín: “O importante é reconhecer que tudo o que faria, em sua época, a base, o pode fazer agora um único avião, é pelo avanço da tecnologia que tem capacidade apenas de uma potência como os Estados Unidos”.

Figura 4. A nova fase de ingerência



Fonte: <https://radiohuancavilca.com.ec/politica/2018/05/07/ecuador-activa-acuerdo-con-ee-uu-pero-sin-base-militar/>

De 1999 a 2009, em Manta, houve uma fissura que rompeu determinadas relações de dominação gerindo novas territorializações e impulsionando a antigeopolíticas autodeterminadas. Empregam-se termos tais como fissuras, rupturas, rasgos e rachaduras territoriais para entendermos “a conexão das nossas múltiplas rebeldias e criações alternativas por meio das linhas de falha invisíveis ou quase invisíveis (e rapidamente cambiantes) na sociedade”, para mencionar, novamente, John Holloway. De 2009 a 2019, as lutas pela desmilitarização, especificamente em Manta, caracterizam antigeopolíticas que abrem fissuras nas geoestratégias dominantes e verticalizadas e que permitem vislumbrar um horizonte social desmilitarizado. Gerardo Pisarello e Jaume Asens ponderam que, no Equador, está em curso um novo constitucionalismo marcado por uma vocação latino-americana e anti-imperialista, “concebida em boa medida como reação à histórica ingerência exercida na zona pelos Estados Unidos” e que esta vocação “se expressa na caracterização dos

respectivos territórios nacionais como territórios *livres de bases estrangeiras*” (Pisarello e Asens, 2011, p. 135, grifo nosso). A renovada presença dos EE.UU. em Manta estaria reaquecendo a antigeopolítica na América Latina? Então, o que pode a antigeopolítica, afinal? (Figura 5).

Figura 5. Grafite de protesto



Foto: Pina, 2017.

CONCLUSÃO: O HORIZONTE GEOPOLÍTICO LATINO-AMERICANO

A situação aqui analisada nos remete diretamente às potencialidades e possibilidades da atitude antigeopolítica, contemplando as representações, os discursos e, por fim, os movimentos de resistência que a constituem, sem perdermos de vista que as forças hegemônicas atuam ininterruptamente na busca da *summa protesta*. Nestes termos, resta-nos o acompanhamento metódico das circunstâncias sociopolíticas sob as quais a América Latina, em seus contextos específicos, se vê desafiada.

Talvez tenha razão Atilio Boron (2012) quando se refere às bases estrangeiras na América Latina como uma “contagem provisória e uma ameaça infinita”. Atualmente, a antigeopolítica latino-americana parece ser a única opção de enfrentamento do imperialismo estadunidense e, quem sabe, o meio legítimo de lograr a justiça territorial no continente. Estaríamos diante do dilema que contrapõe uma geopolítica da promoção de resultados — com seu viés hegemônico — a uma geopolítica da busca de sentido — com seu viés contra-hegemônico —, como alertamos há muito (Lima, 2005), isto é, estaríamos diante da exigência de redesenhar o horizonte geopolítico latino-americano numa perspectiva emancipatória.

BIBLIOGRAFIA

- Agnew, John (2002). *Making Political Geography*. Nova York: Arnold.
- Agnew, John (2005). *Geopolítica. Una re-visión de la política mundial*. Madrid: Trama.
- Allen, John (2003). *Lost Geographies of Power*. Londres: Blackwell.
- Becker, Bertha (1988). A Geografia e o resgate da Geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Blunt, Alison e Willis, Jane (2000). *Dissident Geographies. An introduction to radical ideas and practice*. Harlow: Pearce Education.
- Boron, Atilio (2012). *América Latina en la Geopolítica del Imperialismo*. Buenos Aires: Luxemburg.
- Cairo, Heriberto e Pastor, Jaime (comps.) (2006). *Geopolítica, guerras y resistencias*. Madrid: Trama.
- Cattaruzza, Amaël (2024). *Atlas des guerres et conflits. Un tour du monde géopolitique*. Paris: Autrement.
- Dodds, Klaus (2005). *Global geopolitics. A critical introduction*. Nova York: Pearson / Prentice Hall.
- Dodds, Klaus (2007). *Geopolitics. A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Flint, Colin (2011). *Introduction to geopolitics*. Nova York: Routledge.
- Holloway, John (2013). *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil.

- Lima,IVALDO (2005). Geopolítica global: da promoção de resultados à busca de sentido. *Revista Grifos*, Dossiê Geopolítica (Rosa Alba, org.). Chapecó: Argos.
- Lima,IVALDO (2013). A Geografia e o resgate da Antigeopolítica. *Revista Espaço Aberto*, 2(3). Rio de Janeiro.
- Lima,IVALDO e Pina, Rodrigo (2014). Fissuras da territorialização militar em rede estadunidense na América Latina: o que pode a antigeopolítica? Em *XIV Colóquio Ibérico de Geografia*. Guimarães: Universidade do Minho.
- Louis, Florian (2014). *Les grands théoriciens de la géopolitique*. Paris: PUF.
- Lorot, Pascal (1995). *Histoire de la Géopolitique*. Paris: Economica.
- Masdeu, Carles (2012). Estratégias para Eurásia: el retorno de Mackinder. Em Francisco Veiga e Andrés Mourenza (coord.), *El retorno de Eurasia 1991-2011*. Barcelona: Península.
- Minkinen, Petri (2010). *El fascismo integral globalizante*. Helsinki: Kaktus.
- Montbrial, Thierry (2008). *Géographie politique*. Paris: PUF.
- Ó Tuathail, Gearóid (1996). *Critical geopolitics*. Nova York: Routledge.
- Ó Tuathail, Gearóid e Dalby, Simon (eds.) (1998). *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge.
- Ó Tuathail, Gearóid; Dalby, Simon e Routledge, Paul (eds.) (1998). *The geopolitics reader*. Nova York: Routledge.
- Painter, Joe e Jeffrey, Alex (2009). *Political geography*. Londres: Sage.
- Parker, Geoffrey (1998). *Geopolitics. Past, present and future*. Londres: Pinter.
- Pina, Rodrigo (2014). *O novo código geopolítico dos Estados Unidos*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.
- Pina, Rodrigo (2017). *Fissuras antigeopolíticas na América Latina: o ambivalente caso equatoriano da FOL de Manta*. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Pisarello, Gerardo e Asens, Jaume (2011). *No hay derecho(s). La ilegalidad del poder en tiempos de crisis*. Barcelona: Icaria.
- Preciado, James e Uc, Pablo (2012). As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. Em Maria da Glória Gohn e

Breno Bringel (orgs.), *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes.

Routledge, Paul (2003). Anti-geopolitics. Em John Agnew et al. (eds.), *A Companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.

Tello, Víctor (2018). Ecuador reactiva acuerdo con EE.UU., pero sin base militar. *Radio Huancavilca*. Quito. <https://radiohuancavilca.com.ec/politica/2018/05/07/ecuador-activa-acuerdo-con-ee-uu-pero-sin-base-militar/>

PERSPECTIVAS ANTIGEOPOLÍTICAS DA INTEGRAÇÃO TRANSNACIONAL E DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA¹

FREDERICO DUARTE IRIAS

APRESENTAÇÃO

Fomos instados a falar de antigeopolítica na América Latina do século XXI nesta coletânea de textos, justamente no momento em que geopolítica internacional está sendo revisitada e ampliada, e, ao que tudo indica, incorporando, por vezes, todas as advertências já muito bem consolidadas a partir das geopolíticas críticas e da virada espacial que levou a própria geografia como um todo, e, a geografia política, em especial, a rever, criticamente, seu objeto. Com isso não estamos querendo dizer que ignoramos a teoria clássica ancorada no realismo político, uma das matrizes que fundamenta as chamadas relações internacionais e que sempre atravessou a *práxis* da geopolítica, mas sim que apontamos para os desdobramentos mais recentes do processo histórico da economia-política mundial, e para as contradições, nem sempre elucidadas por este arcabouço teórico, que também apontam à confrontação entre lógica capitalista e lógica territorial, entre a produção do espaço *stricto sensu* e a reprodução das relações de produção — estas últimas entendidas a partir de processos de (r)existência dos sujeitos então submetidos e atravessados por processos outros que se realizam quase sempre revestidos da necessidade de um olhar mais atento à multiplicida-

¹ Versão sintetizada da tese de doutoramento, apresentada e defendida, na cidade de Niterói, em julho de 2015, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense, POSGEO/UFF, sob a orientação do Prof. Dr. Ivaldo Gonçalves de Lima.

de discursiva e prática dos sujeitos, portanto, inscritas em suas *práxis* a partir da expressão de diferentes territorialidades.

Precisamos dizer desde o início que este desafio de falar da antigeopolítica da América Latina nos reportou diretamente a nossa tese de doutoramento, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2015. Naquele momento nosso interesse era o de problematizar e de tentar elucidar as principais contradições inerentes ao processo de integração transnacional, tanto lido a partir da perspectiva hegemônica como também de suas muitas contradições e seus muitos contrapontos, lidos a partir da(s) perspectiva(s) contra hegemônica(s), e que vislumbra dar voz a uma espécie de “integração desintegradora” dos sujeitos que resistiam e ainda resistem ao processo, dito, hegemônico.

Hoje, contudo, seguimos atravessados por todas as importantes ressalvas e apontamentos mais recentes a respeito da geopolítica como discurso corrente, e estamos consonantes com os elementos apontados por Martin (2019, p. 107)² quais sejam: 1) a possibilidade de uma grande conflagração mundial ainda na primeira metade do século XXI; 2) o aquecimento global e várias outras formas de destruição do meio ambiente; 3) o impacto do surgimento das novas tecnologias chamadas *disruptivas* (robotização e inteligência artificial) sobre a organização social e cognitiva, e finalmente, 4) a dicotomia planetária norte/sul, tanto econômica, mas sobretudo geopolítica, e que opõe as potências do Norte às impotências do Sul. Ressaltamos, ainda, um último apontamento destacado pelo autor e que parece dialogar mais diretamente com aquilo que foi objeto de nossa tese de doutoramento, a necessidade do tensionamento destes processos, e a tomada de consciência e a reorientação da *práxis* dos sujeitos sobre os apontamentos trazidos acima, que por sua vez,

² Texto de André Roberto Martin intitulado “O ‘território’ da geopolítica”, incluído em *A necessidade da geografia*, organizado por Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz (São Paulo: Contexto, 2019).

operam, de forma articulada e com bastante sinergia, entre as diferentes escalas espaciais. Vejamos o que nos fala o autor:

Sobre estes apontamentos existe quase um consenso, mas nós acrescentaríamos um quinto perigo, o da alienação dos agentes sociais frente aos mesmos, e sua rendição ideológica ao *pensamento único neoliberal*, o qual começa agora a abandonar cinicamente seus compromissos com aquilo que se convencionou denominar de *democracia*. (Martin, 2019, p. 108)

Insistimos neste último apontamento trazido pelo autor em consonância direta com aquilo que tentamos aprofundar no corpo de nossa tese, e que atravessou os três capítulos de nosso trabalho, qual seja, o potencial transformador das chamadas geopolíticas críticas, de onde se desprende a antigeopolítica, ou em outras palavras, os processos de resistência e emancipação dos sujeitos então submetidos as relações de poder operadas pela lógica do modo de produção capitalista.

Nas páginas que seguem, almejamos trazer, resumidamente, as principais questões cercadas por nossa tese de doutoramento, sem, contudo, ter a pretensão de esgotar os debates acerca da (anti)geopolítica e de todo o seu potencial para revertermos a agudização dos problemas trazidos acima sob o viés da geografia política e do papel que, ainda cumpre, os diferentes discursos e práxis geopolíticas frente aos problemas mundiais colocados no século XXI.

INTRODUÇÃO

A escolha do nosso tema tem a ver com o novo papel conferido ao Brasil e as suas relações sociopolíticas diante da (re)configuração geopolítica na América do Sul, marcada, ao que tudo indica, por uma transformação do poder em escalas geográficas antes nunca projetadas para o continente e, especialmente, para o

Brasil³. Apostamos no entendimento do processo hegemônico de integração transnacional, que pela primeira vez é orquestrado por um bloco de poder que tem interesses concretos e que extrapolam as próprias fronteiras dos Estados envolvidos, tanto das nações que compõem a IIRSA⁴ e a UNASUL⁵, como das de-

³ Estamos nos referindo, por um lado, aos processos hegemônicos de integração transnacional pensado a partir das malhas física e técnico-político-econômica, representados pelos projetos da IIRSA (Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana) e da UNASUR (União das Nações Sul-Americanas); e por outro lado, ao processo de integração das múltiplas territorialidades, que emergem no âmbito destas novas contradições, denotando diversos movimentos de emancipação e/ou resistência diante dos processos hegemônicos listados acima.

⁴ A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) surgiu da Reunião de Presidentes Sul-Americanos realizada em agosto de 2000, em Brasília, onde os líderes da região concordaram em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração física baseado na expansão da infraestrutura regional, com ações para estimular a integração e desenvolvimento das chamadas “sub-regiões isoladas”. Basicamente, a IIRSA prioriza a integração através de projetos de transportes, energia e comunicação. Seus projetos prioritários estão organizados por “eixos”, principalmente para preencher os grandes “vazios” do continente (Amazônia, Pantanal, Chaco, Cordilheira dos Andes) com atividades econômicas de grande porte. A orientação básica é facilitar a exportação de produtos primários para portos do Atlântico, Pacífico e Caribe. A primeira “agenda consensuada” inclui 31 projetos, com orçamento total de US\$ 7 bilhões. No entanto, a carteira maior da IIRSA é de 350 projetos, que custariam US\$ 38 bilhões, incluindo o Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro pelo Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) dão apoio técnico e financeiro à IIRSA.

⁵ É sempre importante destacar e periodizar a diferença e a complexidade dos processos de Integração regionais/transnacionais hegemônicos. Logo, convém separar o que se configura como integração latino-americana e integração sul-americana. No que se refere à *Integração latino-americana* temos os seguintes processos: OEA (1948) — Organização dos Estados Americanos; ALALC (1960) — Associação Latino-Americana de Livre Comércio; ALADI (1980) — Associação Latino-Americana de Integração e CELAC (2010) — Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. No que se refere à *Integração sul-americana* temos os seguintes processos: Pacto Andino (1969) [mais adiante, se transformou na CAN (1996) — Comunidade Andina de Nações]; MERCOSUL (1991) — Mercado Comum do Sul; Comunidade Sul-Americana

mais nações que têm interesses diretos e/ou indiretos na concretização dos grandes projetos na região, visando encapsular a riqueza de recursos naturais e toda a diversidade econômica, política, social e cultural sob viés hegemônico.

A constituição de gigantescos corredores viários voltados à exportação recorta todo território sul-americano; estão, portanto, ancorados nos grandes projetos de investimento (GPI)⁶, responsáveis pelo aumento da acumulação espoliativa, ou seja, pela intensificação da circulação e da comercialização dos produtos (primários) dos países da região. É essa a meta desejada pelos Estados e por grupos privados envolvidos no recente processo de integração transnacional hegemônico. Estes corredores são pensados na perspectiva de interligação de dois importantes eixos comerciais do mundo contemporâneo (o atlântico sul e o pacífico) a partir da integração física da América do Sul.

de Nações (2004) e por fim, a UNASUL (2007) — União das Nações Sul-Americanas. Outros processos mais específicos e não menos importantes também se imbricam com os elencados acima. São exemplos marcantes e atuais a OTCA (1998) — Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a IIRSA (2000) — Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e o Plano Puebla-Panamá ou Projeto Mesoamérica (2001) — Integração da Infraestrutura Regional da América Central, que chama a atenção pelo período de implantação, coordenação e concepção — que data do mesmo período da IIRSA e tem concepção muito parecida.

⁶ Para o entendimento dos Grandes Projetos de Investimento (GPIs), ver o trabalho de Edna Castro, Edila Moura e Maria Lucia Maia, intitulado *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*, publicado em 1995 pela editora da UFPA; e o trabalho de Carlos Vainer e Frederico Guilherme Bandeira de Araujo, intitulado *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*, publicado em 1992 pelo CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). Sobre este último trabalho, destacamos o entendimento do desmonte da antiga estruturação territorial brasileira sob a égide das regiões de planejamento substituída pelos grandes projetos de investimentos setorializados (GPIs) e que vislumbram uma reorganização territorial — geradora de economias de enclaves — revertendo, assim, para o centro polarizador de poder, todos os frutos deste novo modelo de desenvolvimento regional. Este novo modelo romperia ainda sim com as tentativas mínimas de conter os desequilíbrios regionais, submetendo as demais regiões do Brasil a lógicas e estruturas que lhe são estranhas.

Numa outra perspectiva, também são elaborados discursos e práticas contra-hegemônicos⁷, marcados pelas propostas de emancipação e/ou resistência econômica, política, social e cultural das populações atingidas, que acabam sendo postuladas pelas forças hegemônicas como meros obstáculos aos grandes projetos. Esse embate sociopolítico é marcado por um jogo de forças desigual, e quase sempre é imposto às populações atingidas, o que nos chama a atenção para a necessidade de ações mais articuladas, sempre no intuito do reconhecimento dos direitos e, sobretudo, das identidades construídas, historicamente, nos territórios atingidos. O que parece estar em jogo é uma nova forma de se produzir o espaço e de nele se reproduzir.

Em síntese, o tema de nosso trabalho é o da integração transnacional, de natureza contraditória e constituída a partir dos conflitos sociopolíticos entre forças hegemônicas e contrahegemônicas, e que diz respeito à produção do espaço em sentido mais amplo. Nosso objeto de estudo é o *espaço tensionado do/pelo megaprojeto do rio Madeira*, o Complexo Madeira⁸. Nosso

⁷ O Grupo de Pesquisa e Energia Sustentável da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); a Comissão Pastoral da Terra (CPT); a ONG ambientalista Kanindé, a Rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); a Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR); a ONG Rio Terra; o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB-Rondônia); o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST-Rondônia); o Movimento dos Pequenos Agricultores de Rondônia (MPA, Rondônia); a Associação de Preservação do Meio Ambiente e dos Rios da Amazônia (APRE-MARA); o Grupo de Trabalho Energia do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS); a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP); a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; o Fórum Boliviano de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FOBOMADE); entre outros.

⁸ O Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira é um megaprojeto que compreende a construção de quatro usinas hidrelétricas, um gasoduto, uma ferrovia e uma malha hidroviária de 4.200 km com eclusas para tornar toda bacia hidrográfica do rio Madeira a montante de Porto Velho navegável. Esse projeto tem o maior investimento financeiro desembolsado pela IIRSA e pelas instituições financeiras que lhe dão suporte, inclusive o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sua construção está ligada

intuito é explorar a tensão existente entre diferentes forças sociopolíticas a partir do processo de des-re-territorialização na sua área de abrangência, no conflito espacializado de forças hegemônicas e contrahegemônicas, entre a lógica do capital e a lógica territorial, entre produção e reprodução do/no espaço. Trata-se, portanto, de problematizar o processo de integração transnacional, na medida em que esta integração possa significar noutra face, a desintegração social, daqueles sujeitos não reconhecidos pelo processo de integração transnacional hegemônico, e também o alcance da perspectiva integradora contra-hegemônica, fruto dos processos de resistência construídos por esses sujeitos e por suas respectivas territorialidades.

Escolhemos o Complexo Madeira como área de estudos por algumas razões. Primeiro, por que abrange, fisicamente, aproximadamente 60 milhões de hectares da Amazônia Ocidental, onde são alocados os megaprojetos da IIRSA. Segundo, porque há diversas territorialidades das populações tradicionais desativadas nessa área, processos articulados de resistência à integração hegemônica, fruto do protagonismo exercido por (novos) sujeitos políticos. Analisaremos o Complexo Madeira como espaço tensionado pelas diferentes perspectivas da integração transnacional, nosso objeto de estudo.

Nossa questão central é fruto da seguinte pergunta: sob que circunstâncias sociopolíticas se efetiva o alcance da perspectiva integradora contra-hegemônica? Essa pergunta nos abre a perspectiva metafórica de um verdadeiro “meandro político”, qual seja: a) O que, de fato, está se integrando? b) Essa integração é também desintegradora? Neste sentido, é um meandro político por abrir duas frentes de análise, a primeira dedica-se a compre-

à estratégia de integração de infraestruturas de energia e transportes no Brasil e entre Brasil, Bolívia e Peru, com possíveis desdobramentos em direção ao Pacífico. O Complexo do Rio Madeira é um dos projetos que compõem o eixo Brasil-Bolívia-Peru, da IIRSA. O objetivo almejado pelo “Complexo Madeira” é o de tornar o rio navegável, desde sua foz junto ao rio Amazonas, até sua cabeceira, dividida pelos seus dois principais afluentes que são o rio Madre de Dios (no Peru) e o rio Beni (na Bolívia).

ensão do debate sobre as diferentes perspectivas da geopolítica, compreendidas neste espaço tensionado, trazidas ao leitor a partir da análise sobre a geoestratégia do processo de integração transnacional. A segunda, voltada ao alcance que pode ter as novas (outras) perspectivas integradoras confrontadas com a perspectiva hegemônica — trazidas ao leitor a partir dos discursos e práticas espaciais dos sujeitos coletivos, corroborada pela perspectiva teórica das geopolíticas críticas e da antigeopolítica.

Nesse capítulo, nosso objetivo geral é analisar um processo revestido de contradições e desdobramentos advindos do(s) processo(s) de integração. O Complexo Madeira, megaprojeto prioritário do PAC1, a IIRSA e a UNASUL, constituem o chamado processo de integração hegemônico, a escala dos Estados e das relações internacionais, da política exterior entre os Estados partícipes desta perspectiva da integração — esses processos político-econômicos conformados pelos Estados são sempre contraditórios. As territorialidades, os sujeitos coletivos e suas ações práticas e discursivas, assim como suas iniciativas mais importantes confrontadoras da lógica capitalista são desdobramentos do processo de integração, representam, portanto, outra face do poder existente nos lugares, visando a articulações em outras escalas de luta, a partir da lógica territorial.

Destacamos ainda dois objetivos específicos, o primeiro diz respeito ao entendimento dos projetos hegemônicos territorialmente desenhados no Complexo Madeira. Nosso objetivo é traçar um mapa cognitivo dos grandes projetos existentes em nossa área de estudos. O segundo trata da explicitação dos rostos contra-hegemônicos protagonizados pelos sujeitos políticos mais importantes presentes no Complexo Madeira. Neste sentido, nosso objetivo é identificar e analisar situações de ruptura, de complementaridades e do encontro de trajetórias diferentes que convergem nos seus desejos e anseios (o acontecer coetâneo)⁹.

⁹ Conceito desenvolvido por Doreen Massey no livro *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*, publicado no Brasil em 2005.

Acreditamos que nosso estudo se justifica por conta do entendimento do processo (anti)geopolítico em curso na América do Sul, tanto no que diz respeito a sua face hegemônica como naquilo que traz à cena os novos protagonismos políticos. É de grande relevância a compreensão da lógica capitalista, dos novos arranjos espaciais oriundos do regionalismo aberto, da nova perspectiva da integração transnacional hegemônica. É também determinante o papel exercido pelos processos de resistência, pelas diferentes articulações da sociedade civil, principalmente aquelas realizadas pelos movimentos sociais originados da lógica territorial¹⁰.

Os conceitos de *espaço*, de *território* e de *lugar* serão centrais na nossa construção teórico-metodológica. O conceito de espaço será trabalhado a partir da produção (social) do espaço, para demonstrarmos processos de acumulação espoliativos, mas também para construirmos a base daquilo que chamamos de contra-espaço, um olhar mais dedicado as formas de reprodução, das práticas espaciais. O conceito de território será utilizado para explicitarmos a dinâmica das territorialidades dos sujeitos políticos presentes em nossa área de estudo, fruto do processo

¹⁰ Diante dessa diversidade inerente ao processo multifacetado na área do Complexo Madeira, já adiantamos ao leitor que é tarefa árdua delimitar a integralidade dessas ações, ou a integralidade dos conflitos de territorialidades que vão emergindo em decorrência do avanço das fronteiras (da fronteira urbano-industrial ou de suas correlatas: a fronteira agrícola ou de *commodities*; a fronteira hidroenergética; a fronteira dos grandes projetos; etc.). Por isso mesmo a nossa opção metodológica e escolha do MAB e de sua atuação na região, dado o seu caráter agregador das pautas ou propostas mais importantes ligadas aos processos de resistência aos grandes projetos, além de sua notada capacidade de articular resistências a partir da incorporação de identidades e de lutas por intermédio daqueles que consideram como “atingidos”. Longe de ser um conceito consolidado, fechado ou acabado, e que expresse a diversidade destas lutas, o conceito de “atingido” denota muita polêmica, embates importantes (tanto discursivo como prático), mas conserva no seu interior a perspectiva da mudança social, tão cara aos empresários de diversos setores e aos caprichos do planejamento territorial no que se refere as ideias de desenvolvimento e de progresso. Ver a este respeito o texto de Carlos Vainer *et al.* (2003), intitulado *O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes*.

de des-re-territorialização existente no Complexo Madeira. O conceito de lugar será importante na medida em que possa ser revestido de novos sentidos e possibilidades políticas, a partir discursos e práticas que se articulam em diferentes escalas, reconfigurando o caráter dos processos de resistência e dando amplitude a sua diversidade de lutas articuladas e estabelecidas em diferentes lugares.

O conceito de *escala geográfica* também foi central em nossa tese, foi a partir dele que trabalhamos as estratégias e as táticas associadas às geopolíticas críticas e a antigeopolítica. As múltiplas perspectivas da integração transnacional são produzidas a partir da análise das diferentes escalas geográficas do poder, do processo necessário de reescalonamento ligado aos fluxos econômicos, do processo de globalização econômica, mas também das modificações nas escalas de governança, que alteram e conferem novos papéis aos Estados e aos seus respectivos processos institucionais.

Entendemos que é de suma importância definir, inicialmente, algumas categorias que trabalhamos nos capítulos de nossa tese. Como nosso trabalho realiza um levantamento empírico de agentes, atores e sujeitos, todos envolvidos em relações sociais que são operadas em múltiplas escalas geográficas de poder, cabe, portanto, uma definição mais precisa acerca dessas categorias de caráter mais epistêmico, digamos.

Uma primeira aproximação entre estas categorias poderia ser feita a partir do entendimento que se tem dos termos *agente* e *ator*. Segundo Ferreira (2013, p. 54), “se é fato que tanto agente como ator estão ligados ao agir, também é fato que o que os move, o ponto de partida, têm sentidos diferentes”. Essa forma de agir, ou em outras palavras, a *ação*, que aproxima os dois termos, se apresenta com diferentes sentidos ao projetar-se a partir das relações que produz o espaço social. Assim, Ferreira (2013, p. 54) assevera que “encontramo-nos entre inúmeras possibilidades de ações; algumas que fortalecem o *status quo* e outras que a ele se oporiam, entre ações estratégicas (do Estado e das grandes corporações) e ações sociais”.

Ao que nos parece, é a forma de envolvimento com que se processa determinada ação que diferencia agente e ator, ao primeiro a ação é passiva e sem qualquer intencionalidade, ao segundo a ação aparece associada a capacidades e intenções, onde estão em disputa diferentes estratégias que compõem um processo sociopolítico. Ana Clara Torres Ribeiro (*apud* Ferreira, 2013, p. 54) acredita que é preciso, inclusive, “diferenciar *atividade e ação social*. A atividade reiteraria o que está dado, o que já existe, ao passo que a ação social busca o que ainda não existe, o que ainda está por vir”.

As categorias acima serão referenciadas em nosso trabalho a partir da leitura crítica do processo de integração transnacional hegemônico. Nesta medida, sempre que forem evocados agentes e atores, estaremos referenciando as ações hegemônicas, sejam elas operadas por intermédio de múltiplas estratégias (no caso dos atores) sejam como dispositivos¹¹ (no caso dos agentes).

Quando nos referirmos ao processo de integração transnacional contra-hegemônico, evocaremos os sujeitos, outra categoria que carece de breves esclarecimentos. Estamos consonantes com Ferreira (2013, p. 56) quando nos diz que “[o] sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz, e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere”. A antigeopolítica, conceito utilizado para fazer menção aos processos de resistência que não se realizam somente no âmbito da política de Estado, é revestida de práticas espaciais, de contradiscursos e contra espaços, todos produzidos por sujeitos, como fruto de relações sociais espacializadas. Neste sentido, insiste Ferreira (2013, p. 56) “[é] mais adequado pensar em sujeito

¹¹ Buscando uma definição precisa sobre o “dispositivo”, Giorgio Agamben (2009, p. 29) destaca três características importantes que lhe pertencem: a) É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos; b) o dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder; c) como tal, resulta de relações de poder e de relações de saber.

como um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade, como alguém que tem anseios e que se move através deles, e que se encontra em interação com outros seres humanos, que também são sujeitos”.

Como veremos mais adiante, as geopolíticas críticas se inscrevem como subárea da geografia política, justamente naquilo que se refere aos discursos ou as novas imaginações geopolíticas. Neste sentido, colocam em questão a geopolítica clássica e boa parte dos discursos produzidos pelo paradigma do realismo político das relações internacionais. Extrai-se daí a importância que tem a subjetividade. O foco da geopolítica crítica volta-se, então, para os sujeitos. É por isso que Ferreira (2013, p. 56) nos chama a atenção para o fato de que “[o] sujeito vai se modificando, a ponto de acertarmos mais quando falamos de formas de subjetivação do que de sujeito propriamente dito”.

Estamos esclarecendo estas categorias porque entendemos que elas se originam em diferentes matrizes epistemológicas. Assim, com intuito de definição destas matrizes, Monte (*apud* Ferreira, 2013, p. 7) assevera

[o] *indivíduo* advém de uma matriz matemática; enquanto um elemento irredutível no universo; o *habitante* é uma categoria de matriz ecológica, pois ocupa e interage em um habitat; o *cidadão* tem uma matriz sociopolítica e, por sua vez, referindo-se a matriz sociológica; é *ator* e *agente* social qualquer pessoa (que age) dentro de uma sociedade, basta ter um papel; e o *sujeito*, enquanto uma matriz socioética, traz à tona a questão do outro, posto que o reconhecimento do outro é a afirmação do sujeito.

Nesse capítulo, nos reportaremos à estruturação de nossa tese doutoral, apresentando aqui três seções. Na primeira seção, “A (anti)geopolítica brasileira na América do Sul: o complexo hidrelétrico e hidroviário do rio Madeira entre o contra-espço e o ‘novo regionalismo’”, analisamos o processo de acumulação espoliativa, intensificado pela IIRSA e pelo Complexo Madeira, partindo da ideia dos desenvolvimentos geográficos desiguais de David Harvey, revestindo-a a partir da compreensão do regio-

nalismo aberto (sobrepuesto a antiga estrutura de planejamento, voltada à equalização dos chamados desequilíbrios regionais), chegando, finalmente aos contra-espços. Também foi intuito nosso, nessa primeira seção, apresentar as geopolíticas críticas e antigeopolítica, além de uma breve caracterização do que estamos chamando de Complexo Madeira.

Na segunda seção, “A geoestratégia do processo de integração transnacional: os projetos hegemônicos territorialmente desenhados no Complexo Madeira”, analisamos os diferentes discursos embutidos no processo de integração transnacional hegemônico, a partir do mapa cognitivo dos grandes projetos e dos principais interesses ligados ao Complexo Madeira.

Na terceira e última seção, “Os rostos contra-hegemônicos do processo de integração transnacional: rupturas, complementaridades e coetaneidades nos processos de des-re-territorialização do Complexo Madeira”, analisamos os processos de emancipação e resistência a partir do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de seus discursos e práticas espaciais, no âmbito da antigeopolítica, e, portanto, do caráter contra-hegemônico do processo de integração transnacional, explicitado pelas diferentes territorialidades e dos sujeitos políticos incorporados pelo MAB e presentes no Complexo Madeira.

A (ANTI)GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO E HIDROVIÁRIO DO RIO MADEIRA ENTRE O CONTRA-ESPAÇO E O “NOVO REGIONALISMO”

Nessa análise, o ponto de partida é o complexo hidrelétrico e hidroviário do rio Madeira, um conjunto de grandes projetos implementados na Amazônia ocidental, área ou sub-região que integra a chamada Amazônia Legal, portanto, território brasileiro. O Complexo Madeira integra, junto com outros grandes projetos, a Iniciativa para Integração Regional Sul-americana (IIRSA) e faz parte do eixo Brasil-Bolívia-Peru, um dos dez eixos da IIRSA.

O Complexo Madeira nos chamou a atenção pela envergadura e conexão que existe entre seus projetos, pela nova concepção logístico-estratégica, pela capacidade de investimentos que orquestra, pela transformação deste espaço a partir de um novo padrão de fluidez, de circulação de ideias, recursos, pessoas etc. Longe de ser tão somente um conjunto de grandes obras da moderna engenharia brasileira, o Complexo Madeira também pode ser analisado como parte de um processo minuciosamente concebido e geopoliticamente pensado, com ligações e/ou relações que denotam um tipo novo de integração, voltado aos novos mercados mundiais em expansão.

É importante frisar que a construção do nosso objeto de estudo parte da premissa de que a área de abrangência do Complexo Madeira é um espaço tensionado, apontando, portanto, para o alcance que podem ter outras perspectivas integradoras não definidas pelo processo hegemônico de integração. Trata-se, portanto, de problematizar o processo de integração transnacional. Nos referimos a uma outra integração como a integração de outros sujeitos, de outros discursos, de outras territorialidades que não estão presentes no discurso geopolítico de integração hegemônico.

Neste sentido, o encaminhamento do debate sobre as diferentes perspectivas da geopolítica, compreendendo-as como fruto desse espaço tensionado, busca para tanto entender sob que circunstâncias sociopolíticas se efetiva o alcance da perspectiva integradora contra-hegemônica. E como a geopolítica pode nos servir neste propósito.

A problematização da integração transnacional, entendida como projeto hegemônico de alguns agentes específicos dedicados à produção do espaço sul-americano nos fez perceber que o a noção de espaço mereceria uma contraposição, o contra-espaço, conceito que também trazemos neste primeiro capítulo como plataforma para alcançarmos os importantes apontamentos das geopolíticas críticas e, particularmente, da antigeopolítica.

É fundamental o entendimento preliminar do que chamamos de contra-espço. Este, por sua vez, deve ser compreendido como práxis tensionadora da ordem burguesa estabelecida pelo processo de integração hegemônico. Dentro deste entendimento preliminar, o contra-espço aparecerá sempre em nosso trabalho atrelado à escala de experiência dos sujeitos, e, portanto, das geopolíticas críticas, da antigeopolítica. Dado o fato de que naquele momento o Complexo do Madeira e a IIRSA revestiam o imaginário geopolítico da América do Sul e todo um conjunto de realizações materiais e representacionais associados à integração transnacional, a sua contraposição com a antigeopolítica se tornou muito oportuna. Seguindo no rastro desta problematização do projeto de integração transnacional, trazemos também para o debate do capítulo presente a importância da escala, sendo, portanto, de suma importância, demonstrarmos a origem desse processo de acumulação, desencadeado pelos desenvolvimentos geográficos desiguais.

O espço do Complexo Madeira, uma vez tensionado, pôde, então, trazer à tona o confronto das lógicas capitalista e territorial, precisamente no que diz respeito à produção de suas respectivas escalas de atuação e das diferenças espaciais. Em outras palavras, a construção de processos em determinadas escalas é privilegiada para a produção de diferenças espaciais, tanto no que se refere à lógica capitalista como no que se refere à lógica territorial. Assim, as contradições locais e regionais se acirram a partir da colocação em prática dos novos processos de integração provocados, sobretudo, pela crescente fluidez do capital. A América do Sul e, especialmente, o Brasil (devemos estar atentos a sua dimensão territorial continental) oferecem, por um lado, grandes oportunidades para ampliação do processo de acumulação de capital operado por agentes importantes como as empresas, os bancos, as instituições financeiras multilaterais etc; por outro lado, crescem e se multiplicam também os processos de resistências operados pelos sujeitos, que por sua vez, buscam novas saídas e/ou novas formas de contestação e reconhecimento de direitos quando interpelados pela lógica capitalista. Acre-

ditamos que este espaço tensionado nos permitiu trazer à tona o conflito existente entre diversificados objetivos, discursos, ideias e, sobretudo, novas imaginações geográficas¹².

Por fim, apresentamos, sinteticamente, os dois objetivos fundamentais desta primeira seção, quais sejam: a) problematizar a IIRSA e o Complexo Madeira como processo de integração continental hegemônico, apontando-os como plataforma para colocação em prática da acumulação de capital intensificada no continente e, especialmente, na área de nosso estudo empírico; b) apontar os meandros (políticos) do contra-espço na perspectiva da antigeopolítica — a contraposição direta à geopolítica orquestrada pelo processo hegemônico de integração.

A intensificação do processo de acumulação de capital a partir da IIRSA e do Complexo Madeira: a integração transnacional hegemônica como fruto dos desenvolvimentos geográficos desiguais

O entendimento da IIRSA e do Complexo Madeira como processo de integração continental hegemônico nos impõe, *a priori*, a compreensão detalhada de elementos espaciais importantes que estão em transformação já há algum tempo, por exemplo, *o papel que tem a produção de escalas espaciais*, por um lado, e *a produção de diferenças geográficas*, por outro. A intensificação do processo de acumulação de capital poderá, então, ser compreendido a partir destes elementos espaciais. Frisamos que a sub-região ou área de abrangência do Complexo Madeira, assim como a concepção mais ampla da IIRSA podem ser lidos a partir da conjugação desses elementos espaciais.

O uso da escala pela geografia tem se convertido num rico gerador de elementos explicativos para enfrentar questões analíticas e propositivas, ao mesmo tempo em que tem se tornado

¹² Obviamente, pelas limitações que temos diante do propósito deste texto que é o de resumir nossa tese e torná-la mais acessível ao público, a riqueza de detalhes contida nos subcapítulos não estarão aqui apresentadas.

um estímulo para tentarmos conectar dinâmicas territoriais globais com processos locais e regionais. Ao nos debruçarmos sobre os acontecimentos recentes do capitalismo moderno, entenderemos que se faz cada vez mais necessário o exame das causas e fundamentos que envolvem estas vinculações. À medida que estes processos se aprofundaram no início do século XXI, se tornou intenso o debate epistemológico sobre os significados e a pertinência do conceito de escala. Mas é preciso situar o rol destas principais transformações espaciais e as origens desta relação íntima entre as escalas e os desdobramentos nas dinâmicas territoriais, a partir da produção das diferenças geográficas.

David Harvey, sem dúvida, tem uma contribuição muito importante. É a partir deste autor que poderemos apreender o processo intensificado de acumulação do capital (conceituado por Harvey como acumulação por espoliação), entendendo-o como fruto dos desenvolvimentos geográficos desiguais. Vejamos o que Harvey tem a nos dizer:

A concepção geral de desenvolvimento geográfico desigual envolve uma fusão de dois elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos, por conseguinte, de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescares como intra-escares. Um erro comum tanto de compreensão analítica como de ação política decorre do fato de, com demasiada frequência, nos aprisionarmos numa dada escala de pensamento, tratando então as diferenças nessa escala como a linha fundamental de clivagem política. (Harvey, 2004, p. 112)

Os novos regionalismos parecem ser o resultado imediato da diferença existente entre modelos de “acumulação flexível” e de “especialização flexível” apontados por Harvey (1992; 2005). Se partirmos do princípio de que vivemos em uma economia-mundo assimétrica, onde cada país, região ou bloco econômico, representa um papel determinado quando se toma o ponto de vista da produção e extração de mais valia, fica mais fácil compreendermos o fato de que certas áreas do planeta acabam se especializando na produção de determinados produtos, ad-

quirindo diferentes funções dentro do conjunto da economia mundial. Mas Harvey (2004, p. 112) nos faz algumas advertências sobre o equívoco de se privilegiar apenas uma escala em detrimento de outras, reforçando o sentido de que

[o] resultado disso é tornar todos os modos de pensar que operam apenas numa escala ao menos questionáveis, se não totalmente errôneos. Mas é conceitualmente difícil trabalhar simultaneamente com diferenciações geográficas voláteis e em multiplicação que operam em planos escalares eles mesmos em rápida mudança. Os problemas se tornam altamente complicados e criam sérias dificuldades a uma análise detalhada. (Harvey, 2004, p. 112)

O Complexo Madeira é um bom exemplo desta especialização flexível. As principais alterações associadas à expansão das diferentes fronteiras exemplificam bem esse problema trazido por Harvey. Não temos dúvidas de que esta área vem sendo reformulada na condição de novos estoques de recursos naturais e sociais voltados à demanda recente do capitalismo mundial.

Neste mesmo prisma, Haesbaert (2013, p. 29) é certo ao nos informar que

a tendência do Estado capitalista de monopolizar os procedimentos de organização do espaço e do tempo que se constituem, para ele, em rede de dominação e de poder, efetivamente está colocada em xeque. A própria retomada de políticas de planejamento regional ou de ordenamento territorial, pelo menos em grandes países como o Brasil, passou a priorizar escalas mais restritas do território. Substituem-se, no nosso caso, as macro-regiões que recobriam o território nacional como um todo (como no caso das grandes “superintendências regionais” no período da ditadura militar) por meso e microrregiões específicas, distintamente priorizadas. (Haesbaert, 2013, p. 29)

Segundo Harvey, a continuação e intensificação desse processo de acumulação primitiva, sobretudo a partir da década de 1970, alavancado pelos sistemas de crédito e financeiro, consubs-

tanciariam o poder hegemônico do Estado a serviço do grande capital, disseminando-se pelos cinco continentes, desde então, a acumulação por espoliação. A este respeito, Harvey (2004, p. 147) nos fala que

[o] poder hegemônico do Estado costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico. É por meio desses recursos que, na prática, se extrai um tributo do resto do mundo. O livre mercado e os mercados de capital abertos tornaram-se o meio primário de criar vantagens para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e OMC, apoiados pelo poder dos EUA (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a dismantelar suas proteções. (Harvey, 2004, p. 147)

No caso da IIRSA e do Complexo Madeira, operam esse processo algumas instituições financeiras multilaterais (Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID], Corporação Andina de Fomento [CAF], Fundo de Desenvolvimento da Bacia da Prata [FONPLATA] e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES]), todas pautadas pela perspectiva do regionalismo aberto, um novo arranjo institucional que extrapola os interesses particulares dos países que compõem a IIRSA, contribuindo, assim, para conectar lugares e regiões aos novos interesses da economia mundial.

O modelo de especialização flexível, segundo David Harvey, é ainda mais perverso que o da acumulação flexível, pois lugares e regiões específicos são escolhidos pelas políticas de ordenamento setorializadas e concebidas segundo interesses forâneos, segmentando ainda mais o tecido territorial no interior dos países onde é adotado. Não é preciso dizer que esses interesses sem-

pre privilegiam a lógica capitalista em detrimento da lógica territorial. E é exatamente pensando nestas heterogeneidades das elites político-econômicas e de seus respectivos projetos que se torna elementar o olhar sobre o processo particular de acumulação desempenhado pelos Grandes Projetos de Investimentos (GPI), agora unificando propósitos voltados para além das fronteiras do próprio Estado brasileiro¹³.

De qualquer forma, é explícito nos dias de hoje o conflito com uma desproporção de poder entre os diferentes projetos geopolíticos de integração. Apesar desse conflito, Vainer (2010, p. 274) reitera:

Hoje, a des-constituição parece se atualizar em uma espécie de aceitação conformada pela fragmentação territorial que consagra a acomodação subordinada às formas contemporâneas da globalização. Em contrapartida ou compensação parece estar bastante enfraquecida uma integração continental que, a cada momento se vê condenada a levar adiante, somente a criação de espaços mercantis adequados às novas escalas e dinâmicas espaciais dos capitais transnacionais presentes *urbi et orbi*. (Vainer, 2010, p. 274)

A reestruturação produtiva que se processa a partir de 1970 no mundo, e que chega ao Brasil em meados dos anos 1990, modificou as formas e os objetivos da produção espacial no interior das regiões brasileiras, alterando padrões antigos de acumulação. Esta nova lógica está associada à inserção competitiva do país nos mercados globais. Desde então, as regiões foram revestidas de novo caráter. O antigo regionalismo, dotado de forças centrípetas, pautando-se pelas tentativas de sanar os chamados “desequilíbrios regionais” no bojo do desenvolvimento nacional,

¹³ No trabalho “Planificación territorial y proyecto nacional: los desafíos de la experiencia brasileña”, Carlos Vainer destaca, entre outros aspectos, a forma como os GPI se tornaram fonte e base fundamental para a privatização das formas de planejamento e controle do território nacional, citando o exemplo do Complexo do Madeira e de Belo Monte, megaprojetos do setor elétrico brasileiro.

foi então substituído pelo novo regionalismo ou pelo regionalismo aberto, este último, dotado de forças centrífugas e que contam com os crescentes interesses da iniciativa privada, de dentro e de fora do país.

No continente sul-americano, a intensificação do processo de acumulação, responsável pela integração de áreas ou sub-regiões do continente que antes não estavam sob o domínio (direto) da economia de mercado mundializada, está associado a um conjunto de processos, cuja expressão mais concreta se pode notar, por exemplo, a partir da IIRSA e do Complexo Madeira. Segundo Carrion et al. (2006, p. 5), um conjunto de características estaria ligado à intensificação do processo de acumulação, dentre as quais: 1) A abertura para o mercado mundial, sem restrições ao grande capital internacional; 2) O crescimento do comércio intra-regional e intercontinental; 3) Acordos comerciais recíprocos entre os países sul-americanos e destes com os países industrializados; 4) A promoção da iniciativa privada; 5) A Retirada do Estado da atividade econômica direta, ou seja, o Estado Mínimo com a quebra da soberania nacional; e, 6) A nova orientação geopolítica exigindo negociações em bloco, dos países, em fóruns internacionais.

Ainda segundo as autoras, duas conclusões podem ser extraídas destas características apontadas acima, quais sejam; a) a de que não há preocupação com a distribuição interna da renda e sim com um padrão de acumulação dirigido pelo e apenas para o mercado; e b) a de que há um processo de redução do tamanho da organização institucional dos países para maior eficiência e operacionalidade da proposta. É a integração hegemônica afinada com a lógica (ou pelo menos, discurso) da globalização, sendo necessário para isso que se eliminem os pontos de estrangulamento que impedem os fluxos do comércio global.

Poderíamos dizer que a finalidade destes princípios está associada à superação de obstáculos físico-geográficos, ao fortalecimento de mercados e a promoção de novas oportunidades econômicas na região, dito de outra forma, princípios que servem a intensificação do processo de acumulação por espoliação.

São essas as estratégias que embasam a proposta de integração da IIRSA, somando-se ainda complexos instrumentos financeiros e importantes marcos normativos. Estratégia e logística parecem ser as palavras mais importantes quando são destacadas as questões infraestruturais¹⁴.

A escolha dos processos setoriais e suas respectivas justificativas têm os seguintes objetivos; a) reduzir os custos de transporte; b) dinamizar o comércio intra e extrarregional aumentando a competitividade dos países sul-americanos; c) aumentar a participação da iniciativa privada, protegendo legalmente seus interesses; d) promover e modernizar a infraestrutura e, por fim, e) redefinir o papel do Estado. O que alavanca a IIRSA, tomando-se o ponto de vista logístico, são os eixos de integração que estimulam novas cadeias produtivas, fator que favorece o acesso facilitado ao fluxo do grande capital às riquezas da região.

Por fim, ao falar sobre a IIRSA e versar sobre os grandes projetos que lhes são intrínsecos, Ceceña (2009, p. 209) nos adverte para o fato de que

os canais interoceânicos não buscam a rota mais curta entre os oceanos, mas sim a mais vasta, a mais rica. Os 80 km do canal do Panamá são agora substituídos por 20 mil km da rota amazônica. Esta diferença de critérios coloca em evidência que *a integração tem outros propósitos do que aqueles buscados no passado, de acordo com o aumento de capacidades e envergadura da apropriação capitalista*. As rotas da IIRSA asseguram, não só a extração de recursos de cada uma de suas partes, mas também que esta extração seja realizada de maneira articulada. Os interesses nacionais ou locais são vinculados com interesses transnacionais e, inclusive, estratégicos. As rotas da IIRSA passam pelas fontes de água, minerais, gás e petróleo; pelos corredores industriais do subcontinente; pelas áreas de diversidade genética mais importantes do mundo; pelos refúgios indígenas e por tudo

¹⁴ A IIRSA visa a um conjunto de ações logísticas e estratégicas muito abrangentes, com destaque para: a) processos setoriais; b) instrumentos de financiamento; c) integração energética; d) passos de fronteiras; e) tecnologias de informação e comunicação; f) transporte aéreo; g) transporte marítimo; h) transporte multimodal.

aquilo que é valioso e apropriável na América do Sul. A ampliação dos caudais dos rios para dedicá-los ao trânsito intenso está pondo em risco os pantanais e degradando as condições de vida de espécies animais e vegetais, ao mesmo tempo em que violenta os modos de vida das comunidades dos arredores ou vinculadas; a prospecção e exploração massiva de minerais castiga a floresta com um tráfego pesado constante que vai tomando rapidamente a região amazônica; as modalidades locais de organização de vida se deparam com uma dinâmica vertiginosa que não lhes diz respeito e que as alteram externa e irreversivelmente. (Ceceña, 2009, p. 209, grifo nosso)

Apesar destes interesses do Estado brasileiro e dos demais estados que participam da IIRSA, no sentido de eliminar seus principais gargalos relacionados à infraestrutura, Ceceña (2009, p. 210) destaca a “complementaridade que existe entre os interesses dos Estados da região e os interesses das multinacionais”. Se por um lado os Estados estão preocupados com a concretização de projetos que possam sanar os problemas de infraestrutura, interligando algumas regiões de difícil acesso aos mercados da economia regional e mundial, por outro lado as transnacionais não desejam somente aportes financeiros associados aos projetos de infraestrutura, mas também a exploração dos recursos naturais nesta vasta região, talvez a mais privilegiada do planeta. Assim, sobre estes interesses complementares, Ceceña (2009, p. 210) coloca em relevo o fato de que

a própria condição da infraestrutura parece não ser o prato mais cobiçado. As grandes transnacionais têm como foco de interesse a exploração dos recursos; muito mais do que a construção de estradas, ferrovias, hidrovias, represas e outros similares que são grandes negócios para os investidores locais, mas relativamente pequenos para elas. Pela maneira como se comportam os governos e as empresas, parece existir um acordo de complementaridade, do qual ambos se beneficiam e por esta razão defendem o projeto como próprio. (Ceceña, 2009, p. 210)

Do (contra)espaço à (anti)geopolítica: por uma outra integração como a integração de outro(s) sujeito(s)

Já comentamos na introdução desta seção que a leitura do espaço, na maioria das ocasiões, não poderá abdicar dos seus contra-espacos, e da mesma forma, reiteramos a ideia de que geopolíticas quase sempre implicarão geopolíticas críticas, antigepolíticas. Esse caráter ambivalente, apesar de mais complexo do ponto de vista analítico, nos fornece sustentação para correlacionarmos diferentes discursos, capturar interações importantes e produzir o espaço coetaneamente¹⁵, sobretudo, a partir das *novas imaginações geográficas*, das *novas representações* e de *novas práticas espaciais*.

As novas imaginações geográficas, oxigenadoras do papel que têm as novas representações e práticas espaciais, também podem ser compreendidas a partir da relação linguagem-poder. É neste sentido que Preciado e Uc (2012, p. 79) nos chamam a atenção para o fato de que

A geopolítica crítica contribui a pensar que todo processo social expressado espacialmente supõe levar em consideração o binômio linguagem-poder, e, com ele, o reconhecimento das diversas representações do mundo que se encontram contidas — cooptação ou omissão — nos espaços que constroem as geografias do poder dominante: principalmente as do Estado-nação. (Preciado e Uc, 201, p. 79)

As imaginações geográficas, as representações e a relação fundamental entre linguagem e poder apontam para construção de novos paradigmas na geografia política e na geopolítica. As geopolíticas críticas, por exemplo, nos levam ao encontro da an-

¹⁵ Nas palavras de Doreen Massey: “Conceber o espaço como um recorte estático através do tempo, como representação, como sistema fechado, e assim por diante, são todos modos de subjugá-lo. Eles nos permitem ignorar sua verdadeira relevância: as multiplicidades *coetâneas* de outras trajetórias e a necessária mentalidade aberta de uma subjetividade espacializada” (Massey, 2008, p. 94, grifo nosso).

tigeopolítica, uma dessas possibilidades renovadoras da imaginação geopolítica. Em outras palavras, podemos imaginar o mundo de outras formas, por intermédio da construção ou contestação de determinadas escalas de poder. Por isso mesmo Massey (2005, p. 127) nos alerta para o fato de que

a forma específica de globalização que estamos experimentando no momento é considerada uma em sua única forma. Objeções a essa globalização particular encontram, frequentemente, a irônica réplica de que “o mundo, inevitavelmente, irá se tornar mais interconectado”. A globalização capitalista torna-se uma manobra discursiva que, de um só golpe, obscurece a possibilidade de visualizar formas alternativas. É a globalização capitalista nesta forma particular que, portanto, é considerada inevitável. A “façanha” aqui é transformar em suporte político uma escala espacial abstrata (“o global”) e, incidentalmente, estimular uma resposta que defenda “o local”. Antes de tudo, as relações que mutuamente constrói ambos é que precisam ser objeto de discussão. (Massey, 2005, p. 127)

Se o espaço apresenta essa natureza política em sua essência, abrangendo a reprodução dos meios de produção e, ao mesmo tempo, a re-produção das relações de produção, os novos paradigmas da geografia política enfatizarão a crítica aos discursos advindos do poder institucionalizado, almejando construir novas visões políticas das relações socioespaciais. Nas palavras de Nogué (citado em Lima, 2013, p. 6):

Nessa nova geografia política de elevado componente crítico, as conexões com a geografia social e cultural são evidentes e se estabelecem em boa medida através de um conceito-chave, o de identidade. O resultado tem sido uma geografia política crítica que, como metodologia, implica uma análise até certo ponto heterodoxa dos fenômenos e fatos geopolíticos em relação a outras perspectivas [mais tradicionais]. [...] Essa geografia política crítica tenta desconstruir os discursos de poder institucionalizado e, portanto, construir novas visões políticas das relações socioespaciais [...]. O desafio da nova geografia política — uma geografia política que recuperou e reconsiderou a fundo o papel da identidade, da cultura e do lugar na

construção do espaço social — consiste em oferecer visões da realidade alternativas às do pensamento único dominante (Nogué, 2006, pp. 211-214).

Desprende-se ainda da geopolítica crítica uma forma radicalizada de se fazer política, respaldada pelo reconhecimento do outro como uma categoria, em si mesma, político-geográfica. Esse suposto remete à constatação de que existem circuitos alternativos de ideias às representações e as práticas geopolíticas hegemônicas que nos permitiriam aplicar a imaginação geográfica a movimentos dissidentes, quais sejam aqueles construtores de novas espacialidades do político (Lima, 2013, p. 9). Essa aplicação das imaginações geográficas aos movimentos dissidentes nos revelaria, então, as práticas antigeopolíticas. Nas palavras do geógrafo político Ivaldo Lima:

Estaríamos, por conseguinte, tratando da problemática dos contra-espacos e de suas possibilidades de realização em um mundo tão controverso quanto hegemonicamente regulado. A antigeopolítica trata da construção de contra-espacos como alternativas sociopolíticas criativamente antagônicas à ordem geopolítica dominante. (Lima, 2013, p. 9)

Sobre a subversão da ordem estabelecida, Ruy Moreira afirma que

cada contra-espaco é um recorte que a contradição privado-público e sociedade-Estado crava no coração do espaco instituído como espaco da ordem, e que seus opositores declaram como o território da sua ação logística, em busca da subversão e mudança da ordem estabelecida. Espaco e contra-espaco constituem uma relação que contém toda a trama estrutural da sociedade em sua relação com o seu espaco, toda a complexa reciprocidade de determinação que entre uma e outra se estabelece num dado recorte do tempo. (Moreira, 2006, p. 92)

O espaco evidencia a partir desta relação todo seu caráter dinâmico, e, diríamos, aberto às diferentes perspectivas políticas. Se configura sempre a partir da correlação de forças, e, portanto,

a partir da (des)ativação¹⁶ das territorialidades distintas. Daí nasce o conflito territorial, esse conflito que se desenha em todas as escalas, desde a dialética público/privado, numa escala micro, até a dialética existente entre sociedade civil e sociedade política, numa escala macro.

Considerando, ainda, o valor estratégico existente na discussão das geopolíticas críticas e da antigeopolítica, pretendemos dialogar um pouco mais com os autores que as desenvolvem¹⁷. A geopolítica crítica emerge como campo importante de estudos na década de 1990, no contexto do fim da Guerra Fria, impulsionada pelo aprofundamento dos impactos da globalização e pelas consequências da des-territorialização provocada pelas novas tecnologias (Ó Tuathail e Dalby, 1998, p. 1). Desde então, para este grupo de estudiosos que pertenciam inicialmente aos campos da geografia e das relações internacionais, a preocupação era a de investigar a geopolítica como uma prática política, social e cultural.

Tal como uma revisão epistemológica de si mesma enquanto área de estudos, a geopolítica crítica se realiza ao mesmo tempo como teoria e prática, utilizando-se da desconstrução de práticas e de discursos naturalizados pelo contexto da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que se constrói enquanto área de estudos. A compreensão destes estudos nos direciona para a problemati-

¹⁶ Robert Sack (2013, p. 84) nos alude o fato de que “países e Estados Nacionais não listam, e provavelmente não podem listar, o que eles desejam controlar, e não listando o que está sob controle permite que a territorialidade esconda o que está sendo controlado”.

¹⁷ Utilizaremos para tanto a introdução do livro *Rethinking geopolitics*, editado por Geróid Ó Tuathail e Simon Dalby (1998, p. 1-15); a introdução e o capítulo 16 da série de textos de subdisciplinas da Geografia Política intitulada *A companion to Political Geography*, editados por John Agnew e Geróid Ó Tuathail (2003); o trabalho “A geografia e o resgate da Antigeopolítica”, de Ivaldo Gonçalves de Lima (2013, pp. 1-22), publicado na revista *Espaço Aberto*, 3(2), 2013, PPGG/UFRJ; e, por fim, o texto intitulado “La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional”, da *Revista de Estudios sobre Espacio y Poder*, escrito por Jaime Preciado e Pablo Uc (2010, pp. 65-94).

zação da própria geopolítica, derivando daí toda a sua pluralização epistêmica recente.

Segundo Gearóid Ó Tuathail e Simon Dalby (1998), os estudos das geopolíticas críticas avançam a partir de cinco argumentos. Vejamos quais são: 1) A geopolítica é um fenômeno cultural muito mais vasto do que é normalmente descrito e entendido pela tradição geopolítica; 2) A geopolítica crítica permite testemunhar uma pluralidade de espaços ainda não resgatados e uma multiplicidade de construções político-espaciais possíveis; 3) A geopolítica crítica argumenta que a geopolítica não é uma singularidade, mas uma pluralidade. Ela se refere a um conjunto de práticas representacionais que estão difusas na sociedade; 4) A geopolítica crítica argumenta que a prática dos estudos da geopolítica nunca é politicamente neutra; e, por fim, 5) Na conceitualização geopolítica como “pensamento situado”, uma perspectiva crítica também procura teorizar suas vastas circunstâncias de desenvolvimento e uso socioespacial e técnico-territorial.

Os argumentos acima apontam desta forma, para uma ampliação do campo de estudos da geopolítica, sendo fonte, sobretudo, para o exercício de *novas práticas espaciais*¹⁸, tanto materiais como representacionais. Geopolíticas críticas “confrontam e analisam a imaginação geopolítica do Estado, seus mitos fundadores e a crença excepcionalista do nacional” Agnew (*apud* Ó Tuathail e Dalby, 1998, p. 3). Noções como ‘Estado soberano’, ‘Integridade territorial’ e ‘Comunidade nacional’ foram criadas, e, de alguma forma, naturalizadas neste contexto.

Agnew (*apud* Ó Tuathail, 2005, p. 66) identifica quatro princípios associados à imaginação geopolítica moderna, resumidamente, abaixo descritos:

¹⁸ Preciado e Uc (2010), buscando uma agenda sobre práticas geopolíticas da América Latina e Caribe, destacam seu uso em pelo menos cinco tipos: a) práticas espaciais de poder; b) prática espacial do conhecimento; c) prática espacial antigeopolítica e contra-representações de resistências; d) prática espacial da integração e, por fim, e) práticas espaciais dos direitos humanos e das migrações.

- ♦ O desenvolvimento de uma visão global que ativa o olhar do mundo como uma unidade acabada e sua subsequente divisão dentro de uma hierarquia de diferentes lugares. Essa visão global substituiu cosmologias teológicas, mas foi operada a partir dos significados de uma “*visão de lugar nenhum*” não problematizada, e que, na prática, institucionalizou caminhos etnocêntricos de ver e imaginar o espaço político do mundo;
- ♦ A mudança do “tempo para dentro do espaço”, como uma ontologia geopolítica que organizava o mundo a partir de ‘regiões atrasadas’ e ‘regiões modernas’. Lugares são essencializados, exotizados e as diferenças relativas são transformadas e descaracterizadas dentro desta visão absoluta;
- ♦ Uma ontologia estadocêntrica baseada na hipótese de que o mundo é feito de Estados exercendo poder sobre blocos do espaço; que o Estado territorial é um recipiente da sociedade e que este recipiente é fruto de uma divisão fundamental entre interesses domésticos e estrangeiros;
- ♦ A hipótese de que o sistema interestatal é caracterizado por uma “*condição de anarquia*” e que Estados dominantes acumulam poder a partir dos diferentes acordos e lutas em busca da primazia.

Ainda dialogando a partir das imaginações geopolíticas presentes por trás da criação dos Estados-nação, Ó Tuathail e Dalby (1998, p. 3) também destacam o fato de que

a fundação e especificidade do Estado como uma comunidade nacional é um ato geopolítico. Isto envolve a criação de uma identidade nacional excluindo-se muitas outras, estabelecendo limites para quem está de fora e convertendo diversos lugares dentro de um espaço unitário interno. Ela também envolve a forja de histórias heterogêneas e dispersas dentro de uma duração transcendente e providencial. Estas práticas de nacionalidade envolvem um conjunto de atos para criar um espaço-nação e um tempo-nação, a projeção do imaginário de comunidade, a homogeneização do espaço-nação e a pedagogização da história. A imaginação geopolítica

é um acontecimento e um projeto precário envolvendo todos os três. (Ó Tuathail e Dalby, 1998, p. 3)

É por esse motivo, inclusive, que Lima (2013, p. 7) destaca o fato de que “[...] levar em conta as escalas geográficas distintas da nacional e internacional é fundamental para a compreensão das geopolíticas críticas, especialmente, no que tange às antigeopolíticas”. É também neste tocante que Agnew et al. (2003, pp. 3-4) enfatizam a diversidade das geopolíticas críticas e o motivo pelo qual foi renovado o interesse pela geografia política global. Os autores nos afirmam que

embora ainda largamente focada em torno de questões como territorialidade política e desenho de fronteiras, o velho interesse na geografia política global foi revitalizado em vários tipos de “geopolíticas críticas” que problematizam poderosos discursos geopolíticos, em áreas de pesquisa tal como o renovado interesse pelo ‘lugar’ com as políticas de identidade e as geografias de conflitos étnicos engajados. Esta revitalização tem produzido uma explosão variada de pesquisas e publicações, incluindo novos jornais e novas organizações de pesquisas. (Agnew et al., 2003, p. 3)

A propósito da amplitude que podem alcançar as geopolíticas críticas, no sentido do que tentamos expor até o momento, nos chama a atenção o conjunto de práticas espaciais destacados por Preciado e Uc (2010, pp. 79-91), especialmente aquilo que os autores destacam como “Prática espacial antigeopolítica e contra-representações de resistência” e “Prática espacial da integração”. De fato, a antigeopolítica respalda novas perspectivas de se trabalhar as questões relacionadas ao processo de integração transnacional em curso na América Latina. A multiplicidade de territórios e territorialidades encontra, sem margem a dúvidas, perfeita coerência com ampliação da área de estudos da geopolítica, e, sobretudo, da antigeopolítica. É elementar que se ressalte ainda o que Routledge (2003, p. 236) expõe sobre a antigeopolítica, compreendendo-a sob o olhar das práticas contrahegemônicas, destacando para tanto o fato de que

histórias de resistência podem ser caracterizadas como uma “geopolítica que vem de baixo” emanando de posições subalternas (dominadas) dentro da sociedade e que desafiam a hegemonia militar, política, econômica e cultural do Estado e de suas elites. Estes desafios são lutas contrahegemônicas que articulam resistências contra a força coercitiva do Estado — nas políticas doméstica e exterior — tão bem que redesenham o consenso popular sobre as regras que vêm de cima. (Routledge, 2003, p. 236)

Ademais, estas práticas espaciais inscritas nos territórios não se restringem à escala local¹⁹, podendo alcançar nexos de resistências que compreendem outras escalas, inclusive as lutas intelectuais que marcam a própria construção das escalas. Neste sentido, as práticas espaciais podem subscrever *ações locais globalizadas e ações globais localizadas* (Routledge, 2003, p. 246). Os campos da antigeopolítica são rastreados por Routledge (2003, p. 240) quando destaca sua atuação em quatro domínios de lutas, quais sejam; a) Domínio econômico; b) Domínio cultural; c) Domínio político; e d) Domínio ambiental. Assim, a partir desta diversidade de domínios apresentada acima, Paul Routledge esclarece-nos que:

Lutas antigeopolíticas na nova ordem mundial desafiam o poder do Estado, das corporações transnacionais e de instituições globais, no sentido de proteger e melhorar a subsistência das pessoas, a cultura e o meio ambiente. Uma multiplicidade de grupos, incluindo movimentos sociais, organizações não legalizadas, grupos de vizinhança, organizações de direitos humanos, associação de mulheres, grupos de direitos indígenas, movimentos críticos da pobreza e do desemprego, grupos da juventude, associações de educação e saúde, além de movimentos de artistas, todos envolvidos em vários tipos de lutas antigeopolíticas. Muitas destas lutas tomam lugar no domínio da sociedade civil. Estas áreas da sociedade que não são nem

¹⁹ Pelo menos no sentido do que Massey (2000) define como “o sentido global de lugar”, entendendo as dimensões do local como encontro de múltiplas trajetórias, e não como limite político-administrativo geralmente conferido ao lugar.

parte do processo material da produção da economia, nem parte das organizações com fundos criados pelos Estados. (Routledge, 2003, p. 240)

Segundo o autor supracitado, o amadurecimento das resistências está sendo ironicamente facilitado pelo processo de globalização, atrelado, logicamente, as consequências negativas do neoliberalismo. Neste prisma, Robinson (citado em Routledge, 2003, p. 244) argumenta que a efetivação das lutas antigeopolíticas demanda: 1) Uma força política e uma visão ampla da transformação social que possa correlacionar diferentes bases-lugares de movimentos sociais; 2) A criação de alternativas socioeconômicas viáveis e confrontadoras do neoliberalismo que possam emergir fora dos esforços tradicionais da política, da economia, do meio ambiente e da cultura; e, 3) A necessidade dos movimentos sociais transnacionalizarem suas lutas e esforços. É assim que Routledge nos informa que

[d]e fato, o ativismo da idade da informação está criando o que Cleaver (1999, p. 3) traduz como ‘fábrica de luta eletrônica global’ por meio da qual os movimentos local e nacional estão conscientemente procurando caminhos para fazer seus esforços complementarem outras lutas organizadas em torno de questões similares. Certamente, o uso das telecomunicações tem o potencial para alterar as relações de poder das lutas sociais. Isto é em parte efetivado pela recusa dos movimentos em aceitar as fronteiras da comunicação presumidas por sistemas de dominação estabelecidos. (Routledge, 2003, p. 245)

A consequência positiva mais imediata desta ‘fábrica de luta eletrônica global’ é o que Routledge (2003, p. 246) denomina como *espaços de convergência*, onde se procura esclarecer a sobreposição das mais variadas práticas espaciais. E assim nos diz que:

O que caracteriza espaços de convergência é uma geografia fragmentada, um todo que é heterogêneo, fluido e descontínuo, onde a geografia virtual da internet e outros vetores de mídia se misturam com a materialidade

do lugar, os acontecimentos locais e as ações concretas. *Isto engloba uma miríade de lutas estabelecidas em espaços particulares numa relação direta com uma rede globalizada de alianças*, tentando compartilhar informações, dando suporte umas às outras e coordenando várias lutas. (Routledge, 2003, p. 246, grifo nosso)

A ideia dos espaços de convergência é útil para atualizarmos o entendimento do lugar a partir do movimento e da fluidez, não mais o restringindo à fixidez e à estabilidade. Desafiar o poder dos Estados e das corporações multinacionais pela ótica das geopolíticas críticas e da antigeopolítica significa repensar a capacidade de articulação que se pode ter na vida cotidiana por intermédio de práticas espaciais variadas que estão presentes no lugar, desdobrando-se, obviamente, em outras escalas.

Assim os espaços de convergência destacados por Routledge permitem a (re)construção de outros imaginários a partir do reconhecimento explícito e da valorização das identidades locais. Taylor e Flint (*apud* Preciado e Uc, 2010, p. 72) reconhecem “a importância do lugar na identificação e uso de escalas espaciais, ao revalorizar a experiência que se constrói desde a localidade, junto com as escalas dominantes do Estado-nação e da economia-mundo”.

O *lugar* é revigorado como plataforma de ação para identidades individuais e coletivas, ou seja, como lócus da reprodução dos grupos organizados na sociedade civil. É a partir dele — do lugar — que se produz, portanto, resistências diversificadas, projetadas agora sob diversas formas de emancipação, questionadoras das antigas ‘amarras’ que o restringia a limites, fronteiras, bordas e discursos, e que o ‘engessava’ a partir da contiguidade. Desta forma, a experiência de mundo, por intermédio de uma nova relação espaço-tempo, modifica o papel da distância, ou pelo menos da distância física. Bem certo é o fato de que as geopolíticas críticas e a antigeopolítica contribuem, no seu conjunto, para enfrentarmos o grande dilema de nosso tempo, que consiste na exclusão e/ou precarização das condições socioespaciais.

A GEOESTRATÉGIA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
TRANSNACIONAL: OS PROJETOS HEGEMÔNICOS
TERRITORIALMENTE DESENHADOS NO COMPLEXO MADEIRA

Na primeira seção deste capítulo, buscamos trabalhar aspectos importantes a respeito da IIRSA e do Complexo Madeira, apresentando-os ao leitor com a finalidade de entendermos nosso objeto de estudo; a área de abrangência empírica; o processo histórico no qual ambos são submetidos, assim como os apontamentos acerca dos conflitos de territorialidades ali existentes. A discussão que fizemos do Complexo do Madeira nos sinalizou o potencial (anti)geopolítico presente em nosso trabalho. Buscamos uma contra-argumentação no sentido de desconstruir ou polemizar os entendimentos sobre as geometrias de poder que respaldam a geopolítica clássica, restrita às relações de poder do Estado. Assim, problematizamos a integração transnacional e os discursos e práticas espaciais da IIRSA e do Complexo Madeira, remetendo-os aos embates entre forças hegemônicas e contrahegemônicas, portanto, a outros discursos, a outras práticas espaciais e a outras escalas de seu entendimento.

Nesta segunda seção, nosso foco permanecerá na geopolítica e, portanto, no processo de integração transnacional que observamos no continente sul-americano. É importante ressaltar que a geopolítica que estamos nos propondo a analisar se desenha a partir de um amplo espectro de interesses que estão presentes nesse megaprojeto, aquilo que denominamos como um verdadeiro mapa cognitivo de ações e de relações. Insistiremos, contudo, neste processo de desconstrução das imaginações geopolíticas modernas — chamado por nós de “geoestratégia do projeto de integração transnacional hegemônico”.

Esses desdobramentos também nos apontam para a origem do processo de transnacionalização das empresas brasileiras e para a alteração das escalas de inserção subordinada do Brasil na economia mundial. Por isso mesmo merecem uma análise mais apurada, dadas as suas complexidades e dificuldade de compreensão.

Nosso propósito aqui é entender a origem do processo de expansão dos capitais brasileiros associada à ampliação da acumulação espoliativa exemplificada no Complexo Madeira, desse processo que insiste em homogeneizar as diferentes frações do território nacional (e também sul-americano) a partir da lógica financeiro-rentista, entrelaçada e vinculada à integração transnacional. Assim, através da parceria existente entre empresas, bancos, agências financeiras multilaterais e Estados, o capital re-desenha as nossas fronteiras internas, inserindo de uma vez por todas, a Amazônia e as demais sub-regiões do continente sul-americano no mercado mundial. Tentaremos demonstrar isso a partir dos agentes e atores²⁰ mais importantes que participam ou que participaram da concepção e construção do Complexo Madeira.

Se, de fato, há uma mudança na escala de acumulação projetada para esta área estudada por nós a partir de uma nova lógica de integração financeira, fundindo diversas formas de capitais numa mobilidade nunca vista no continente, expropriando, portanto, novos territórios e modificando, contudo, o mapa das territorialidades desta área — devemos também nos perguntar sobre os discursos que são construídos e elaborados nesta geoestratégia do projeto de integração hegemônico. É preciso, entretanto, levar em conta o fato de que processos hegemônicos e contra-hegemônicos disputam o poder a partir de relações assimétricas. Talvez por isso mesmo seja oportuno aprofundar entendimentos sobre as pretensões do projeto hegemônico de integração, para depois nos debruçarmos sobre os sujeitos e suas respectivas práticas espaciais contrahegemônicas no terceiro capítulo do trabalho.

É preciso que se entendam, também, as dimensões destes megaprojetos, pois quase sempre eles aparecem fragmentados

²⁰ Para se ter noção dos atores e agentes mais importantes que operam no Complexo do Madeira, convém citar os três mais importantes: o Estado brasileiro; as Instituições Financeiras Multilaterais (CAF, BID e FONPLATA) e o Capital Privado (empresas nacionais e estrangeiras).

no seio da sociedade, em outras ocasiões são evocados como sinônimo de “progresso” ou “desenvolvimento” não estando, portanto, explicitados os ônus para alguns segmentos das populações atingidas nos países onde são concebidos. Resumidamente, o objetivo principal desta seção é explicitar a geoestratégia do processo de integração transnacional hegemônico a partir do Complexo Madeira e das novas relações de poder ali existentes. O desvendamento das práticas espaciais hegemônicas presentes na concretização do Complexo do Madeira pode incitar novas práticas ou novas formas de lidar com os grandes projetos, cobrando-lhes direitos, justiça, mais respeito e reconhecimento, fatores nem sempre alcançados pelas territorialidades dos sujeitos atingidos, direta ou indiretamente. Também porque desvendam interesses continentais nem sempre visíveis para as populações locais.

Entre discursos e práticas espaciais concretas: o mapa cognitivo dos grandes projetos do Rio Madeira

O Complexo Madeira, palco de grandes projetos e dos novos interesses associados ao avanço da fronteira de *commodities*, ao que tudo indica, parece atualizar os mitos do progresso e do desenvolvimento, dentro dos já conhecidos padrões da modernidade. Como ressalta Porto-Gonçalves (2007, p. 30), “a nova dinâmica nacional-globalizada se encaixa como uma luva na dinâmica do complexo de violência e devastação, reproduzindo de maneira ampliada a dinâmica dos períodos anteriores”²¹.

A diferença que marca o período atual em relação aos preteritos reside num fator chave e que tem a ver com o novo pa-

²¹ Carlos Walter Porto-Gonçalves destaca “a dinâmica sócio-geográfica nacional regional pós-anos 60 e 70” e “a dinâmica sócio-geográfica global-regional pós-anos 80”, períodos que antecedem o atual, e que, segundo o autor, pode ser denominado como “a dinâmica nacional-globalizada”. A referência do autor é a Amazônia brasileira.

pel dos Estados sul-americanos no contexto da nova geopolítica mundial, ou como bem postula Porto-Gonçalves (2012) a partir de sua obra “*A globalização da natureza e a natureza da globalização*”, com a “construção do Sistema-Mundo Moderno-Colonial”.

Esta diferença marcante e que diz respeito aos novos papéis desempenhados pelos Estados diante do processo de globalização econômica também transforma a capacidade de articulações políticas. Assim, nas palavras de David Harvey:

O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu. (Harvey, 2008, p. 23)

Os discursos geopolíticos de hoje se tornam mais complexos, densos e contestados, haja vista o fato de que as contradições locais/regionais se confrontam, agora, com perspectivas nacionais/globais no bojo dos novos processos de integração. Os interesses forâneos não são novos no continente latino-americano, também não são novos na América do Sul e, muito menos, na região amazônica, perfazendo, assim, uma verdadeira epopeia a partir do mito do *El Dorado*, atualizado, recorrentemente, desde o processo de colonização que embalava os sonhos de riqueza e de apropriação de recursos importantes na selva e nos grandes rios que a compõe, um lugar inicialmente mitificado como “perigoso”, “desabitado” e “vazio”, porém, também, e, despoticamente, destinado a ser “desbravado”, “dominado” e “subjugado”. Segundo Edna Castro,

[o] mito do El Dorado e as representações sobre a ética civilizatória atravessaram os séculos e ainda são a chave para o entendimento das sociedades atuais e dos sonhos que mobilizam seus atores. Assim é cons-

truída, no nível do imaginário, a relação do homem com a natureza, e, necessariamente, com os modelos utilizados para sua transformação em mercadorias. Dessa forma se confunde com o avanço sobre os limites e fronteiras do humano, enquanto estrutura ideológica e instrumento de poder que visa consolidar interesses econômicos, políticos, sociais dominantes. (Castro, 2010, p. 106)

A questão central permanece a disputa pela apropriação da terra, mas se experimentam atualmente processos que têm levado à deslegitimação de posses e propriedades de grupos tradicionais (Castro, 2010, p. 106). Desprende-se da disputa pela terra um modelo intensificado a partir da modificada relação entre Estado e sociedade e no contexto de uma economia globalizada mais competitiva, associada à imposição dos grandes projetos de investimento na Amazônia, como condição para que se crie a infraestrutura necessária para o escoamento de riquezas para o novo eixo do comércio mundial, a Ásia. Esse expansionismo, responsável pelo desbravamento da Amazônia, na condição de fronteira móvel²² estaria alicerçado no mito atualizado do *El Dorado*. E assim, Castro (2010, p. 107) lança o seguinte questionamento:

A invenção da Amazônia pelo olhar ocidental é parte desse processo. Ela é a síntese moderna, atualizada, e por isso universal, dessa recons-

²² Segundo Bertha Becker (2006, p. 73): “Enquanto em nível global a Amazônia se transforma em fronteira do capital natural do uso científico-tecnológico da natureza, a dinâmica da economia, do uso da terra e do planejamento no Brasil tem ainda maior influência no novo significado geopolítico da região em nível doméstico: *ela tende a não ser mais a grande fronteira de expansão territorial demográfica e econômica nacional*”. A autora postula a tendência de um novo lugar para a Amazônia no Brasil, substituindo a ideia de uma “fronteira de ocupação” pela ideia de uma “área de povoamento consolidado”, agora voltada às chamadas “frentes de expansão localizadas”. De qualquer forma, independentemente do caráter que tenha a fronteira de expansão, o que se pode perceber é que a região vem mudando e recebendo novos usos que nem sempre estão ligados aos interesses das populações locais.

trução contínua de velhos mitos que povoam o imaginário da sociedade de hoje, ainda que eles possam ser lidos sob outros ícones, como a mídia (poder imagético), o marketing (fetiche da mercadoria), a moda (símbolos de consumo). E, justamente por isso, precisam ser decifrados nesse contexto para se entender como esse imaginário orienta a percepção de indivíduos e instituições sobre a Amazônia. Cabe perfeitamente perguntar como o presente se relaciona aquele mito fundador. Afinal, civilização e progresso, ou desenvolvimento e modernidade, não são noções que permanecem estruturantes na sociedade atual? (Castro, 2010, p. 107)

De qualquer forma, é importante ressaltar o valor que têm os velhos mitos, na medida em que são traduzidos ou repaginados para a contemporaneidade. A ideia de “vazio demográfico”, por exemplo, está diretamente associada ao avanço da fronteira, assim como dos inúmeros e crescentes problemas da Amazônia. Se no caso brasileiro as principais iniciativas geopolíticas ligadas ao planejamento quase sempre partiram desta ideia dos vazios demográficos, na atual proposta de integração continental a ideia é também introjetada no bojo do processo, repactuando a imaginação sobre a Amazônia como uma fronteira a ser desbravada, representando “grandes desafios” aos Estados comprometidos com a causa. É por isso mesmo que Castro insiste na ideia de que:

Riqueza e poder, no afã de dominação — nacional, global —, determinam em última análise uma nova fase para a Amazônia. O processo civilizatório continua seu curso rumo às últimas fronteiras do planeta a explorar. A floresta permanece um desafio, um lugar para ser domesticado, vencido pela civilização. Está aí a base da ideia de um “vazio demográfico” a preencher, necessariamente, imperativamente. Afinal, em qualquer das Amazônias, da Venezuela à Bolívia, no Brasil ou na Colômbia, encontramos as marcas desse avanço da fronteira com novas frentes empresariais que se sucedem na exploração da madeira, de produtos da biodiversidade, da pecuária, do agronegócio, da pesca e da indústria farmacêutica. (Castro, 2010, p. 108)

Assim, Edna Castro reitera o fato de que

a colonização sempre foi uma questão de Estado enquanto estratégia oficial de povoamento de novas terras, de ordenamento territorial. E por isso representa uma relação de poder geopolítica enquanto um conjunto de ações coordenadas visando ao povoamento pela atração de migrantes, de pioneiros e desbravadores. O mito, nessa perspectiva, pode ser entendido como um recurso de poder e de legitimação da conquista, não importa a que preço, pois bem sabemos que o capitalismo em seu curso explora e expropria o trabalho, as riquezas, os valores e os saberes. (Castro, 2010, p. 108)

As estratégias governamentais e empresariais mais recentes voltadas à Amazônia demonstram uma ampliação dos interesses na exploração dos recursos naturais e dos mercados para além de suas fronteiras. O que está em jogo é, em especial, e talvez pela primeira vez, a ocupação da Pan-Amazônia, essa imensa região privilegiada pela sua floresta tropical e seu rico potencial mineral e hídrico. Os principais desdobramentos políticos, econômicos, sociais e culturais associados ao Complexo Madeira ilustram a dimensão exata desta ocupação da Pan-Amazônia destacada acima por Castro (2009). Apesar de priorizarmos aqui a questão geopolítica, pelo fator estratégico de integração de várias bacias hidrográficas²³, que contribuem no sentido de interli-

²³ A motivação para construir o complexo hidrelétrico e a hidrovía do rio Madeira pode talvez ser mais bem compreendida pelo fato de que, por centenas de anos várias tentativas foram feitas de desenvolver um elo de transporte entre a costa atlântica e as planícies amazônicas, ao longo da fronteira Brasil-Bolívia. O rio Madeira se diferencia pela série de corredeiras através das quais ele desce de seu curso superior. O rio Madre de Dios e o rio Beni descem juntos até Riberalta, na Bolívia. A confluência dos rios Beni e Mamoré, um pouco abaixo de Guajará-Mirim, em Vila Bella, na Bolívia, é o ponto em que o rio se torna conhecido como Madeira. Nenhum outro afluente andino do rio Amazonas tem tantas corredeiras. Dezoito delas ocorrem ao longo de um trecho de 350 km acima de Porto Velho, em Rondônia. Por este motivo, o transporte entre Guajará-Mirim e os destinos rio acima, na Bolívia e no Peru, com Porto Velho eram impraticáveis, particularmente nos períodos que precederam a cons-

gar redes multimodais de transporte entre os oceanos Atlântico e Pacífico, não são menos importantes os desdobramentos econômicos. O fator fundamental — que coloca, inclusive, o Complexo Madeira como “pedra fundamental da IIRSA” e como “projeto prioritário” do Programa de Aceleração do Crescimento 1 — é a ocupação e exploração dos recursos naturais e sociais no coração da Amazônia, integrando esta área ao mercado mundial.

Se a década de 70 abriu novas frentes pela colonização, nos anos de 1980 instalaram-se grandes empresas de mineração, usinas hidrelétricas, indústrias de papel e celulose, de madeira e de pesca, entre outras. Desde então “os grandes projetos representam outro modelo de ocupação, cujo padrão é dado pelo mercado globalizado, apostando na racionalidade, na informação e na eficiência tecnológica” (Castro, 2009, p. 113).

Edna Castro (2009, p. 114) ainda relata que se intensificam

os interesses de mercado por parte de empresas multinacionais. Os empreendimentos de infraestrutura elevaram o preço da terra aquecendo o seu mercado com a chegada de novas empresas de setores mais diversificados e vinculadas ao mercado do agronegócio. No movimento portuário, partem da região grandes carregamentos de carne, madeira e minérios, com projetos em curso para exportação de energia e outros serviços. A fronteira se redesenha, mas desta vez acentuando a capacidade de potencializar a integração de mercado para além dos limites nacionais através das negociações internacionais. (Castro, 2009, p. 114)

trução da rodovia BR-364 e de outras estradas em Rondônia. Este natural obstáculo ao transporte fluvial é o que inspirou engenheiros a planejar complexos meios para superar as limitações que o rio Madeira representava. O Madeira é responsável por 35% dos sedimentos e nutrientes que descem para o Amazonas, fazendo com que ele seja o principal afluente em relação a contribuição que faz a vida e a diversidade deste que é o maior rio do mundo. Durante os períodos de cheia (dezembro até maio), o rio Madeira desce com ferocidade, corroendo suas margens, desenterrando e carregando árvores com os troncos inteiros, característica pela qual recebe seu nome. A bacia do rio Madeira cobre cerca de 20% da extensão total da Bacia Amazônica.

A integração da América do Sul constitui um dos objetivos principais das estratégias políticas e econômicas dos governos sul-americanos, estando no centro da política externa brasileira. Segundo Guimarães Neto (2008, citado em Castro 2009, p. 116):

A política externa não poderá ser eficaz se não estiver ancorada na política brasileira na América do Sul. As características da situação geopolítica do Brasil, isto é, seu território, sua localização geográfica, sua população, suas fronteiras, sua economia, assim como a conjuntura e a estrutura do sistema mundial, tornam a prioridade sul-americana uma realidade essencial. (Guimarães Neto, 2008)

Neste sentido, sobre este processo de integração hegemônico, Castro (2009) destaca a frágil relação do Estado com a sociedade nos informando que

o modelo de desenvolvimento que subjaz à política de integração sul-americana não alterou o rumo das políticas neoliberais que, junto com as crises do petróleo de 1973 e de 1979, impuseram um aumento na já elevada concentração de renda e de riqueza. Elas fragilizaram a economia industrial, levaram a processos de desindustrialização, desestruturação de serviços públicos, liberalização de seus mercados de capital e à privatização de empresas estatais. Consequentemente, ao aumento do índice de desemprego e ao desmonte de direitos sociais, desestabilizando instituições-chave que garantiam o precário equilíbrio da relação Estado-sociedade. (Castro, 2009, pp. 117-118)

A globalização e o acirramento de competitividade têm provocado no âmbito local, o acirramento das estratégias de apropriação de terras e de recursos, por empresas nacionais e internacionais (Castro, 2010, p. 115). A pressão por produtos intensivos de energia tem contribuído com a visão autoritária de considerar os rios da Amazônia como prioridade energética²⁴. O Complexo

²⁴ Para se ter uma noção mais exata da projeção de construção de barragens no país, consultar o sítio do Observatório Socioambiental de Barragens do

do Madeira, mais uma vez, é um bom exemplo, mas não é a única bacia hidrográfica que tem projetado os interesses do mercado de energia no país e no restante da América do Sul. Neste sentido, Castro nos diz que

o processo civilizatório refaz, então, o seu novo curso na perspectiva da integração sul-americana. Os marcos das políticas no século XXI sinalizam a abertura das fronteiras entre países sul-americanos e de mercados do Atlântico ao Pacífico. A política de integração empreendida por esses Estados concretiza a ideia de fronteiras novas e de recursos a serem potencializados para o mercado. O desenvolvimento da infraestrutura de sistemas logísticos tem sido uma demanda comum, do Estado, das empresas e dos sujeitos, *porém a disputa está no modelo de integração, nos processos que estarão em curso e nas formas de controle e domínio, que opõem entre si os atores sociais e empresariais*. (Castro, 2010, p. 115, grifo nosso)

Porto-Gonçalves (2008), ao dialogar com a ideia da descolonização do pensamento, com a importância que tem a diversidade de territorialidades e seus respectivos protagonismos²⁵ em processos cada vez mais complexos, chamando a atenção para a crítica ao pensamento eurocêntrico, disseminado nas instituições e nos discursos produzidos pela modernidade. O autor trabalha com a ideia de “invenção de territórios”. Destarte, inventar novos territórios, decifrar velhos mitos, desconstruir a imaginação geopolítica moderna, também foi nosso objetivo. Para tal empreitada, nosso percurso foi o de tentarmos traçar um mapa cognitivo do imaginário que permeia os grandes projetos existentes no Complexo Madeira.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/>

²⁵ Ver, por exemplo, o livro *Amazônia Amazônias* de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008), onde o autor destaca os diferentes protagonismos da Amazônia, para ele as “outras Amazônias”. Vários são os sujeitos destacados pelo autor, muitos deles, inclusive, presentes na bacia hidrográfica do Madeira, lutando por seus direitos com todas as dificuldades que lhes são impostas.

OS ROSTOS CONTRA-HEGEMÔNICOS DO PROCESSO
DE INTEGRAÇÃO TRANSNACIONAL: RUPTURAS,
COMPLEMENTARIDADES E COETANEIDADES NOS PROCESSOS DE
DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO DO COMPLEXO MADEIRA

Na seção precedente, nosso intuito foi o de abordar os principais fatos e acontecimentos ligados à geoestratégia do processo de integração transnacional hegemônico ainda em curso no Complexo Madeira. Para tal empreitada, decidimos adotar, metodologicamente, a elaboração de um mapa cognitivo que nos permitisse entender as complexidades inerentes ao conjunto de medidas desempenhadas em nossa área de estudo empírico.

Foi exatamente neste prisma que procuramos trabalhar a integração transnacional hegemônica à luz da imaginação geopolítica moderna. Tomando o Complexo Madeira como exemplo de uma densa conjugação de interesses, o objetivo central do segundo capítulo foi o de mostrar ao leitor que determinados discursos, quando evocados em escalas específicas, contribuem, pois, para concretizar projetos de natureza espoliativa, confirmando assim os desenvolvimentos geográficos desiguais. O avanço das fronteiras de *commodities* a partir do novo arranjo espacial da região contribui, assim, para sua crescente inserção nos mercados globais, intensificando, portanto, processos de acumulação de capital, mas gerando também economias de enclave, ou usando a linguagem geográfica, a fragmentação do tecido socioespacial. Por isso mesmo insistimos na atualização do mito do *El Dorado* destacado por Edna Castro (2009; 2010), com a finalidade de atualizarmos, criticamente, os discursos e as novas práticas espaciais hegemônicas presentes em nossa área de estudo.

Realizada tal empreitada no nosso segundo capítulo, qual seja, a de compreendermos a geoestratégia do processo de integração transnacional hegemônico a partir do Complexo Madeira, dos processos espoliativos que lhes são intrínsecos e da fragmentação socioespacial produzida por estes discursos e práticas espaciais, nosso propósito nesse terceiro capítulo será o de expli-

citar os rostos contra-hegemônicos da integração transnacional, ou, em outras palavras, a geografia política dos sujeitos presentes no Complexo Madeira, sua configuração territorial a partir da antigeopolítica. Em suma, explicitar a face multifacetada do processo de integração transnacional, o alcance que têm as outras perspectivas da integração, os contradiscursos e os contra-espacos. O objetivo central do terceiro capítulo será, portanto, o de responder sob que circunstâncias sociopolíticas se efetiva o alcance antigeopolítico da perspectiva integradora contra-hegemônica.

Certos de que as contradições locais/regionais são inerentes ao Brasil e à América do Sul como um todo, e que estas contradições não estão desconectadas dos processos de (des)territorialização produzidos pelos Estados e por seus arranjos institucionais em processo de transformação, caberá a nós o entendimento do que se integra, de fato, no Complexo Madeira. São as malhas técnicas infraestruturais a serviço da globalização econômica, corroboradas então pelos grandes projetos, as únicas maneiras da imaginação geopolítica da integração? Ou são variadas as imaginações geopolíticas da integração? Já sinalizamos positivamente para essas outras formas de integração oriundas dos sujeitos e de suas respectivas territorialidades nos dois primeiros capítulos de nossa tese. Nosso intuito agora será o de explicitar o alcance dos contradiscursos e das práticas espaciais contrahegemônicas diante do *establishment*.

Tentaremos, na medida do possível, trazer para a cena política os sujeitos invisibilizados pelo discurso hegemônico, explicitando suas proposições, o modo como se organizam, o tipo de reação que desempenham frente aos grandes projetos, quais as formas de enfrentamento e as rupturas e embates propostos por eles, quais as práticas espaciais e suas diferentes territorialidades. Neste sentido, buscamos escrutinar o alcance de suas ações, as escalas de poder projetadas a partir das experiências desses sujeitos. Em última instância, procuramos responder se há um encontro de diferentes trajetórias entre esses sujeitos com vistas a um projeto coletivo ou se há territorialidades tensionadas e

sem diálogo umas com as outras. Aspiramos, portanto, responder em que medida se configura a antigeopolítica a partir das territorialidades destes sujeitos no Complexo Madeira.

Para efeito de análise e devido à complexidade que cerca os múltiplos sujeitos inseridos na cena política do Complexo Madeira, tomaremos como referência a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e seu desenho regional. Ao que tudo indica sua configuração territorial em escala nacional se consolida por intermédio de uma visão crítica e de resistência exatamente na materialização dos grandes projetos hidrelétricos do Madeira, de Belo Monte e, mais recentemente, de Tapajós. A história do MAB como movimento social é muito particular devido à diversidade de sujeitos e identidades que agrega. O movimento se origina, portanto, na escala local junto aos primeiros empreendimentos hidrelétricos do país, no momento exato em que as discussões da questão regional ganham maior relevância no país, se transformando, posteriormente, em movimento nacional à medida que os grandes projetos tomam corpo nos planos, programas e concepções de planejamento governamentais.

Ressaltar o MAB como movimento social de dimensão nacional diante dos principais conflitos sociopolíticos presentes no Complexo Madeira nos permite, então, trabalhar o potencial antigeopolítico ligado às territorialidades presentes na área de abrangência deste megaprojeto, assim como o teor geopolítico associado às diferentes perspectivas de integração tensionadas pelas contradições desse processo. É intenso o processo de desativação de territorialidades e de estabelecimento de novas escalas de poder no Complexo Madeira. Acreditamos, portanto, que os rostos contra-hegemônicos possam ser elucidados a partir da atuação do MAB e da noção de “atingidos” que vai se tornando cada vez mais complexa e reivindicativa a partir da consolidação dos grandes projetos. As práticas espaciais do movimento transitam desde aspectos mais localizados, por exemplo, na defesa dos direitos básicos previstos em lei e reivindicados pelos sujeitos políticos envolvidos e atingidos pelos grandes projetos até aspectos de cunho mais estrutural, estes por

sua vez, mais ligados à crítica do sistema capitalista e de seus respectivos processos de acumulação de riqueza e poder.

Emancipação e resistência no processo de integração transnacional: os meandros políticos do Complexo Madeira e a construção da antigeopolítica

A palavra “meandro” nos parece muito sugestiva para trabalharmos as territorialidades presentes no Complexo Madeira. Explicita a diversidade do processo que estamos trabalhando, o da integração transnacional. Se consultarmos os dicionários de português que traduzem o vocábulo, pelo menos na perspectiva metafórica, encontraremos sinônimos como “caminho sinuoso”, “caminhos emaranhados”, “desvio”, “volteio”, “disfarces”, “intriga”, “enredo” etc. Talvez, desses sinônimos, o último — o *enredo* — é o que captura a essência última de nossa tese, qual seja, o resumo das principais ações de um drama vivenciado pela região. É o que estamos buscando trazer ao leitor a partir da experiência com MAB no Complexo Madeira, a capacidade de articulação política a partir das ações dos sujeitos políticos des-ativados nesse processo, ou o alcance antigeopolítico das ações de resistência destes sujeitos.

Encontramos nas palavras de Robert Sack (2013) uma boa definição para território, que vai na raiz do drama destacado por nós acima, naquilo que tange à concepção e a consolidação do Complexo Madeira. Neste sentido:

Circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar onde o milho é cultivado ou onde a indústria está concentrada, identifica lugares, áreas, ou regiões no sentido comum, mas não cria por si territórios. Essa delimitação torna-se um território somente quando seus limites são usados para afetar o comportamento ao controlar o acesso. No entanto, tornam-se territórios se os limites forem usados por alguma autoridade para moldar, influenciar ou controlar atividades. (Sack, 2013, p. 77)

Como desfecho de seu entendimento sobre o significado de território, Robert Sack aponta que

[o] território pode ser usado não apenas para conter ou restringir, mas também para excluir. E os indivíduos que estão exercitando o controle não precisam estar em qualquer lugar próximo dele. Uma cerca ou um muro pode controlar, assim como também uma placa de “proibida a entrada”. Pela definição, a territorialidade estabelece o controle sobre a área como um meio de controlar o acesso a coisas e relações. (Sack, 2013, p. 78)

Ao que parece, foram, e, ainda são utilizados, vários mecanismos de contenção territorial e de (des)ativação de territorialidades no Complexo Madeira²⁶. De fato, se tomarmos como verdade inquestionável o processo de integração transnacional explicitado pela IIRSA e pelo Complexo Madeira, os canais para ativação e desativação de territorialidades e para a emergência de projetos autônomos oriundos dos múltiplos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos, ou seja, canais diretamente ligados à novos protagonismos, revestidos, portanto, de novas experiências, jamais tomarão forma. Nesse sentido, consonante a definição que Sack (2013, p. 76) para a territorialidade, definida então como “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”, não fica difícil perceber que esses mecanismos estão visando maior controle sobre os territórios.

²⁶ Dois excelentes trabalhos diretamente voltados aos conflitos de territorialidades e a usurpação ou perda de direitos sociais na área de abrangência do Complexo Madeira pode nos servir de exemplo. O primeiro, intitulado “Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e Étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”, de Alfredo Wagner Berno de Almeida, constituindo o terceiro capítulo do livro *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica* (2009). O segundo trabalho, também constitutivo do livro em questão, intitula-se “Os bancos multilaterais e o Complexo Madeira: a tentativa de garantir o controle dos recursos naturais da Amazônia para o grande capital”, de Guilherme Carvalho.

Como nos diz Porto-Gonçalves (citado em Ceceña, 2008, p. 22), “a construção de territorialidade, de espaço de vida, é a vez de um lugar de luta em que as questões mais substanciais nem sempre adquirem caráter político, e um lugar de experimentação societal que, dentro de suas circunstâncias, é uma criação relativamente libertária”. Essa experiência libertária se dá justamente por intermédio dos processos de resistência cotidiana, a partir dos lugares e das relações que os sujeitos politizados passam a ter com o mundo. De acordo com a opinião de Pile:

É senso comum, então, que resistências possam ser mapeadas — em parte porque elas potencializam expressões visíveis, em parte por conta dos caminhos tomados nos lugares. Infelizmente, o exercício do mapeamento das resistências vai capturar somente suas formas particulares, mobilizadas através de formas específicas de geografia. Além disso, o senso de que resistências podem acontecer sob o nariz das autoridades ou fora do controle severo dos lugares sugere que estas possam ter suas próprias espacialidades distintas. (Pile, 1997, p. 2)

Neste sentido, segundo Lima (2013, p. 8), “no bojo das geopolíticas críticas, encontrarão acolhimento variados temas outrora marginalizados, enfoques inéditos e tratamentos metodológicos sofisticados, abrindo-se, desse modo, espaço de debate e interação”. Para Ó Tuathail (1996, p. 68), “em contraste com a ambição estratégica dos impérios geopolíticos, a geopolítica crítica é uma forma táctica do conhecimento”. Na concepção de Atkinson e Dodds (citado em Lima, 2013, p. 8), a “geopolítica crítica deve, então, interrogar a visualização do mundo pelos ‘experts’ geopolíticos, para assegurar que suas pretensões de verdade e de ideias privilegiadas sejam expostas como parciais e subjetivas”. Desprende-se, então, da concepção da geopolítica crítica a certeza de que a política não pode se restringir ao discurso produzido pelos Estados e pelas instituições que os conformam ou que deles derivam. Em outras palavras, a política deve estar aberta também às relações sociais que emanam de outros segmentos da sociedade, por exemplo, das demandas mais urgentes dos movi-

mentos sociais, fruto das contradições originadas no âmago da sociedade civil organizada, sejam estas, institucionalizadas ou não. Entramos, então, no terreno da antigeopolítica.

É neste prisma que Cairo (citado em Lima, 2013, p. 9) nos ajuda a “imaginar novas contratopografias e territorialidades que reflitam a aspiração a uma reconquista dos espaços nos quais se desenvolvem contrapoderes”. É por esse motivo, também, que Lima (2013, p. 9) nos alerta para o fato de que “autores contemporâneos renovam a abordagem temática das dissidências e das resistências em geografia, que se podem traduzir como práticas antigeopolíticas”. Ainda segundo Dodds (citado em Lima, 2013, p. 10), “a antigeopolítica nega que o argumento geopolítico prático das elites nacionais reflita os interesses e desejos de indivíduos e da sociedade civil”. Consonante com as demandas da sociedade civil organizada, Konrad (citado em Lima, 2013, p. 11) enaltece o fato de que “a antipolítica é o *ethos* da sociedade civil e a sociedade civil é a antítese da sociedade militar.

Em síntese, poderíamos dizer que a antigeopolítica é uma tática utilizada por indivíduos, grupos ou movimentos sociais dissidentes e que, de certa forma, estão comprometidos com a resistência às práticas espaciais hegemônicas, perseguindo a partir de suas utopias, outras formas de entendimento da realidade a partir dos contradiscursos. A antigeopolítica se reveste, então, de práticas contrahegemônicas, tensionando, assim, a ordem estabelecida.

Enriquecendo o debate, Robert Sack reitera o fato de que

analistas espaciais entendem muito bem que atividades competem por localizações. A esse respeito, o foco de suas pesquisas tem sido sobre os processos de seleção de um lugar sobre o outro e o papel exercido pela distância tem levado a uma lógica geográfica baseada nas propriedades métricas do espaço. A lógica da ação territorial é mais complexa que a lógica da distância, porque a territorialidade é embutida em relações sociais. A territorialidade é sempre construída socialmente. Ela assume um ato de vontade e envolve múltiplos níveis de razões e significados. E a territorialidade pode ter implicações normativas também. Deixar lugares de lado e

aplicar níveis de acesso significa que indivíduos e grupos têm removido algumas atividades e pessoas de lugares e incluído em outros. Isto é, eles têm estabelecido diferentes níveis de acesso a coisas. (Sack, 1980, p. 87)

Desta forma, o autor demonstra ainda que as territorialidades humanas, diferentemente de outras concepções de territorialidade, não são neutras, são, pois, fruto da interação e da transmissão de certas informações “dentro” de um espectro subjetivo, cuja finalidade é, em última instância, a de afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles a recursos. A flexibilização dos diferentes tipos de legislação (a ambiental, a trabalhista, as que se referem às comunidades tradicionais, aos atingidos, aos quilombolas etc.), assim como os processos conturbados de licenciamento de grandes projetos e a parca inclusão da sociedade civil em audiências públicas, que incidem diretamente na conformação dos territórios, são, pois, maneiras diferentes de regular as territorialidades.

Quando nos reportamos à des-ativação de territorialidades no Complexo Madeira, estamos querendo deixar claro que há um processo social conflituoso que estabelece quem e com que propósitos e finalidades serão utilizados certos recursos. Neste sentido, não cabe somente a identificação de certas territorialidades, mas também os atos de vontade e os múltiplos significados pelos quais se justificam seus usos. Ativar certas territorialidades dentro uma escala específica de poder pode significar a desterritorialização de certos sujeitos em outras escalas. Do mesmo modo, desativar algumas territorialidades numa dada escala, também pode significar a territorialização de certas identidades, ou o reconhecimento de certos sujeitos políticos e de seus respectivos modos de uso do espaço. O que estamos querendo dizer, é que não há uma “completa” desterritorialização dos sujeitos, mas sua ativação ou desativação, atendendo aos diferentes níveis de razão, uma vez que estes estejam inseridos em determinadas geometrias de poder. Isso explica, por exemplo, a incorporação do discurso socioambiental junto às propostas do MAB, uma vez que se tornou claro para o movimento que des-

dobramentos oriundos da flexibilização da legislação ambiental — que reveste os discursos dos grandes projetos — também afeta certos grupos não necessariamente atingidos diretamente por projetos hidrelétricos. Tudo depende, na verdade, da tensão social e dos resultados das forças sociopolíticas no jogo contraditório da produção social do espaço e das escalas de poder em que os sujeitos revestem suas lutas. Por isso mesmo Swyngedouw (2010, p. 69) nos alerta para o fato de que

a identidade, a diferença e a lealdade ao lugar são fundamentais em qualquer projeto de emancipação, mas a solidariedade, a união interespacial e a resistência coletiva demandam uma política decididamente em escala. De fato, as estratégias de empoderamento em meio ao controle global dos fluxos monetários e do turbilhão competitivo das corporações “glocais” industriais, financeiras, culturais e políticas demandam uma ação coordenada, alianças através do espaço e uma solidariedade efetiva. A elaboração de estratégias para a política de escala precisa de negociações de diferença e similitude para formular estratégias coletivas sem sacrificar as lealdades locais e os particularismos militantes. (Swyngedouw, 2010, p. 69)

Se tomarmos como exemplo o caso das populações atingidas por barragens, constatamos que muitos autores, ao analisarem casos que envolvem populações atingidas, indicam como reivindicação primordial a não construção das hidrelétricas, pelo fato de as obras inviabilizarem a reprodução dos seus modos de vida. As terras dos atingidos são entendidas nessa perspectiva como patrimônio da família e da comunidade, para além da visão mercantil. Em geral, o ônus gerado pela construção de hidrelétricas recai sobre populações ribeirinhas, muitas vezes indígenas, quilombolas etc., ou seja, comunidades rurais ou tradicionais. Quando, porém, as características socioeconômicas dos atingidos são diversas, assim como suas estratégias de mobilização, independentemente de uma catalização específica por parte do MAB, as estratégias de sujeitos atuando em redes se dão dentro de malhas que podem ser encaradas como aparelhos de produção de discursos e de práticas, criando campos de ação dis-

cursivos que conjugam ou captam uma série de sítios que abarcam aspectos amplos do campo social. Numa linguagem mais geográfica, poderíamos falar das “geometrias de poder” de Doreen Massey²⁷.

O caso dos atingidos é emblemático no sentido de que diferentes territorialidades, uma vez ativadas em determinadas escalas da geometria de poder, acabam produzindo efeitos e resultados positivos em outras escalas. O incessante processo de (des)ativação de territorialidades dos atingidos por barragens e sua complexidade intrínseca nos mostra como a dimensão espacial, inserida na perspectiva de reescalonamento, contribui para a explicitação da articulação de uma pluralidade multiforme de conflitos sociais, sendo, portanto, o território o lócus destas relações de poder. Aqui, precisamente, podem entrar em conflito as lógicas capitalista e territorial. Inúmeras lutas são desencadeadas contra a imposição de relações indesejadas entre as populações trabalhadoras locais e seus territórios.

Nesse emaranhado de processos conflituosos, está permanentemente em questão a durabilidade das formas sociais pelas quais as populações locais vinculam-se ao território na reprodução de sua existência. São as tensões sociopolíticas que atestam a ativação ou desativação de certas territorialidades em determinadas escalas. À gradual destruição das bases materiais da continuidade dessa existência, as populações reagem constituindo-se em sujeitos políticos aptos a propor formas renovadas de articu-

²⁷ Dorren Massey utiliza o conceito de “geometrias de poder” para enfatizar o caráter social do espaço — o fato de que o espaço social (e o espaço em geral) é produto de ações, relações e práticas sociais. A autora intenta estabelecer o espaço (assim como é o tempo) como uma coisa em jogo na política. A discussão do seu conceito se inscreve como tema no campo da (re)conceitualização do espaço, que têm efeitos tanto intelectuais como políticos, e que — apesar de normalmente não se reconhecer — “o espaço”, e sua conceitualização, engendram desafios políticos importantes. Em síntese, a autora tenta nos colocar diante do fato de que toda forma de poder tem sua geografia específica. Para a autora, diferentes indivíduos e grupos sociais estão situados de forma muito distinta com relação aos fluxos e interconexões que a compressão tempo-espaço supõe.

lar seus projetos às condições da modernização, pois para além de desqualificar os grupos sociais atingidos enquanto sujeitos políticos, a lógica capitalista corroborada por grandes projetos tende a equacionar enormes transformações socioambientais como se estas fossem redutíveis a simples operações patrimoniais com a propriedade jurídica. Para estes últimos, as territorialidades são sistematicamente concebidas como espaço de apropriação privada, e não de relações socioculturais diversificadas. Por isso cumpre papel determinante o empoderamento de sujeitos políticos em múltiplas escalas, dentro de um projeto coletivo que os une, uma vez que o poder “glocalizado” das instituições que representam os grandes projetos se concretizam a partir de diversos mecanismos, articulados, então, em todas as escalas construídas do processo de homogeneização do espaço.

Nota-se, a partir do exposto, que a dificuldade de se construir um projeto alternativo de sociedade por parte dos diversos sujeitos políticos, resguardadas todas as suas particularidades, desejos e anseios, passa, necessariamente, pela escala geográfica, mas, sobretudo, pelo reconhecimento daquilo que os une apesar de sua diversidade, de suas diferenças. Esse reconhecimento é o primeiro degrau para que se construa um projeto antigeopolítico efetivo. No entendimento de Ana Esther Ceceña:

Resulta já abusivo reiterar que o cercamento do político ocorre como parte de um processo em que se contrapõem sociedade e natureza, e a sociedade é subdividida e hierarquizada em esferas aparentemente excludentes: a civil e a política. O cultural e o social se conjugam no político, e o político, por sua vez, no econômico; a reprodução da vida na reprodução do valor; a geografia, na economia; e se cria um conjunto cindido que só pode ser refeito a partir das cúpulas de poder, nivelando a sociedade, como parte de um exercício teórico e político em que se sustentam as relações capitalistas, não só como relações de exploração capitalista, mas também como *relações de dominação*; como relações de poder que se estabelecem nos espaços de interação dos sujeitos sobre a base de uma materialidade específica, em competição, historicamente delimitada, mas também em constante mudança. (Ceceña, 2008, p. 24, grifo nosso)

A autora nos chama a atenção para a relação entre sociedade e natureza, sobretudo, no que diz respeito ao papel dos sujeitos diante de suas formas de territorialização, ou seja, nas relações que eles resguardam com o lugar onde vivem. Destaca ainda o processo hierárquico aparentemente excludente das instâncias pelas quais se edifica a vida na sociedade capitalista. Segundo essa autora:

A visão de mundo e das relações sociais intersubjetivas que orienta o comportamento dos sujeitos em ação — apesar desta ser muito difícil de perceber, por não se expressar aberta e publicamente — condiciona suas derivas modificando, por sua vez, o ponto de partida, e projetando não só as relações sociais, mas também a relação sociedade-natureza. A luta, a cotidianidade, a sobrevivência e todas as diferentes formas e espaços de manifestação de relações sociais são oportunidades de aprendizado e de construção-desconstrução de saberes com múltiplas fontes, onde os povos desaprendem seus costumes comunitários e suas memórias, ao mesmo tempo em que as reafirmam, as recriam e inventam outras [...] mas multiplicando as complexidades, mestiçagens e misturas. (Ceceña, 2008, p. 25)

Ao falar desse papel ambivalente no espectro das relações políticas contemporâneas, e referindo-se a América Latina e a sua atual inserção geopolítica no sistema mundo, Carlos Walter Porto-Gonçalves nos alerta para o fato de que

essa nova configuração geopolítica e geoeconômica, implica acentuar a disputa por condições naturais: terra/água/fotossíntese e minérios. Desse modo, tende a se agravar um quadro já grave de violência, sobretudo aquela ligada aos processos de conquista territorial que vem considerando nossa região como se fosse um espaço vazio de gente, como se as terras fossem disponíveis, cujos obstáculos fossem os que impedem a livre circulação — as “rugosidades” das cordilheiras, dos alagados, dos rios, das selvas — a serem superados pela engenharia. (Porto-Gonçalves, 2012, p. 15)

Essas palavras nos abrem possibilidades para que reflitamos sobre as perspectivas dos povos da América do Sul e do Brasil

diante das novas configurações geográficas, da geopolítica mundial pautada pelo domínio das principais fontes energéticas e dos recursos naturais, pois o que se encontra em jogo são formas diferenciadas de apropriação da natureza. É importante também o prognóstico de Porto-Gonçalves sobre a política formalizada pelos Estados e pelos interesses que estão associados a estes. Versando sobre o seu duplo sentido, o autor nos diz então:

A integração regional vem se movendo entre, de um lado, o impulso de governos progressistas que se elegeram não só pelo desgaste próprio das políticas neoliberais, desgaste que não é abstrato, mas manifestado pelo descontentamento da população através dos movimentos sociais e, de outro, pela pressão exercida pelas forças das corporações que veem na integração oportunidades de bons negócios. (Porto-Gonçalves, 2012, p. 16)

Apesar desse duplo sentido da integração regional, não nos deixemos enganar sobre o que está realmente em jogo — que é o embate territorial pela (re)apropriação da natureza por modos distintos de tratá-la, de usá-la. De um lado o discurso hegemônico conformado pela retórica da globalização econômica, que a enxerga (a natureza) apenas como recurso destinado a valorizar o capital, de outro os discursos protagonizados pelos movimentos sociais e por toda sorte de resistências localizadas e cada vez mais articuladas em redes, que a enxerga como locus de sobrevivência e da manutenção de modos de vida ameaçados em sua existência. O resultado disso, como nos diz o próprio autor supracitado é que ocorre

uma tensão territorial de novo tipo em curso e já não se trata mais do territorial confundido com a escala do Estado (uni)nacional. O aprofundamento da mundialização do capital e as novas oportunidades abertas por novos meios de comunicação, como a internet, assim como a popularização dos telefones móveis, proporcionaram as condições materiais para que outros protagonistas adentrassem à arena política e colocassem em xeque o Estado (uni)nacional e seu colonialismo interno. Enfim, movimentos sociais quebraram o monopólio estatal e empresarial nas relações inter-

nacionais e complexificaram a cena política ao se tornarem protagonistas também na escala global. (Porto-Gonçalves, 2012, p. 17)

Em outro trabalho não menos importante, Carlos Walter Porto-Gonçalves ressalta a importância desta tensão territorial nova, destacando o debate aprofundado sobre o território e sobre as múltiplas territorialidades no interior dos Estados. Nos fala, então, que ultimamente o conceito de território vem sendo desnaturalizado. Reporta-se, portanto, ao fato de que

[o] debate em torno do território se dá, portanto, imerso num tenso e intenso processo expropriatório, desterritorializador, num contexto em que a questão ambiental abria um questionamento acerca da relação sociedade-natureza que, embora pautado inicialmente a partir dos países urbano-industrializados, ganha outros contornos com outros protagonistas na América Latina. Natureza e cultura são politizadas, *com o deslocamento da luta pela terra para a luta pelo território*, tendo este conceito adquirido outras significações ao apontar que dentro de um mesmo Estado-territorial habitam múltiplas territorialidades. (Porto-Gonçalves, 2011, p. 140, grifo nosso)

O deslocamento da luta pela terra para a luta pelo território não é apenas simbólico, tem a ver com a intensificação das expropriações dos povos e comunidades tradicionais. Intensificam-se, portanto, os conflitos por recursos naturais em todo mundo, especialmente no Brasil e na Pan-Amazônia (considerada como a última grande fronteira de recursos), mas, sobretudo, como lugar de sobrevivência das populações tradicionais que mantêm, num processo histórico secular, as suas formas de vida e a relação simbiótica com a natureza. Uma vez que estas populações são agora ameaçadas, não é somente a terra que está no foco dos conflitos, mas agora, e de maneira decisiva, o território, a condição de r-existência²⁸ destas territorialidades des-ativadas nos processos

²⁸ Utilizamos, propositalmente, o neologismo de Porto-Gonçalves para explicitar a importância de um patrimônio sociocultural pré-existente, e neste

recentes de espoliação. Nos diz o MAB (2009, p. 209), “temos o desafio de poder apontar as contradições desse modelo de desenvolvimento, desmistificar as terminologias, bem como o conteúdo delas, para poder avançar no projeto de luta e resistência”. Ao contrário do que muitos pesquisadores e discursos mais elaborados imaginam, o movimento tem a noção exata do processo de integração transnacional hegemônico.

Como se nota, é difícil até mesmo traçarmos a área de abrangência e todos os efeitos provocados pelo Complexo Madeira. Não poderíamos nos restringir aos projetos hidroenergéticos ou aos demais projetos a eles associados, pois o alcance das iniciativas dos atores hegemônicos é articulado em diferentes órbitas da lógica capitalista (na produtiva, na de circulação e na financeira). Assim também devem ser as ações dos grupos que resistem aos empreendimentos e aos seus principais desdobramentos na lógica territorial. Cabe, todavia, citar a passagem do antropólogo Alfredo Wagner sobre o que representa o Complexo Madeira para apreendermos seus efeitos sociais. Vejamos o que ele nos diz o autor:

As medidas que integram o Complexo Madeira transcendem às noções operacionais de áreas de influência direta e indireta, baseadas numa determinada quantidade de quilômetros de diâmetro, considerando-se cada empreendimento. Mas compreendem os efeitos sociais e ambientais tais como os assinalados por aqueles agentes sociais que são *atingidos* pelas diferentes obras e medidas. Elas abrangem, neste sentido, uma vasta região da Pan-Amazônia, que compreende pelo menos dois departamentos da Bolívia e um do Peru, além de áreas correspondentes a quatro estados brasileiros. No Brasil, concernem, parcial ou integralmente, a pelo menos 6 (seis) mesorregiões dos Estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Acre. As mesorregiões mencionadas são as seguintes: Vale do Acre, Sul Amazonense, Madeira-Guaporé, Centro-Amazonense, Leste Rondoniense e Norte Matogrossense. Estas mesorregiões correspondem, por sua vez, às seguintes microrregiões-homogêneas (MRH): Madeira,

sentido, o ato de resistir ao que lhe é estranho, aquilo que vem de fora.

Purus, Coari, Manaus, Itacoatiara, Porto Velho, Guajará-Mirim, Alvorada do Oeste, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Aripuanã, Sena Madureira, Brasília e Rio Branco. A grande região do Madeira, neste sentido, traduz a dinâmica célere e, portanto, ainda estaria em formação sem contornos precisamente definidos. Para fins de contraste e com vistas a um próximo exercício comparativo recorde-se que, mesmo com um alcance projetado para o Pacífico, esta grande região, no momento, seria inferior àquela definida como correspondente do Programa Grande Carajás, que superou os 90 milhões de hectares. (Almeida, 2009, p. 24, grifo no original)

A referência à área de abrangência do Complexo Madeira enseja, portanto, que diferentes territorialidades/identidades estão, ainda, em processo de construção, sendo que algumas já se encontram consolidadas, outras permanecem em disputa, e algumas outras já foram suprimidas ou quase que completamente transformadas.

Neste sentido, nos alerta Almeida (2009, p. 17), “o que ocorre é uma modalidade de intervenção estatal que imagina estar diante de um patrimônio natural, quando na verdade o que está em jogo se trata de um patrimônio cultural, apoiado num quadro natural, socialmente construído por povos e comunidades tradicionais”. A defesa dessas populações tradicionais e de seus modos de sobrevivência por parte do poder público, porém, se acha envolta de imensa burocracia e lentidão jurídica quando o assunto está diretamente relacionado aos direitos básicos, demonstrando a opção política do Estado por não tratar como protagonistas as múltiplas identidades presentes nesses territórios. Não é o mesmo o que acontece quando o assunto diz respeito aos grandes projetos e aos propósitos da iniciativa privada, onde fica evidente uma maior agilidade na flexibilização de mecanismos que ampliam os seus campos de ação, exemplos disso são “o novo código florestal²⁹” e “o novo código da mineração³⁰”.

²⁹ Lei nº 12651, de 25 de maio de 2012.

³⁰ Projeto de Lei nº 5807, de 19 de março de 2015 (última sessão).

A consequência mais direta é a privatização de recursos naturais e a destruição do patrimônio cultural destes territórios. Em decorrência desta destruição, o conflito das territorialidades junto aos grandes projetos que vão, paulatinamente, transformando a paisagem do bioma amazônico e, especialmente, desta última grande fronteira. Tomemos como referência aos principais conflitos existentes no Complexo Madeira o mapa situacional³¹ produzido pela equipe do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)³², desenvolvido por pesquisadores em contato direto com as diferentes identidades que constituem o mosaico de territorialidades presentes na região. É importante ressaltar, todavia, que o mapa integra, ainda, o conjunto das principais transformações socioeconômicas (ou os grandes projetos e subprojetos) que estão dispostas no rio Madeira, o que pode nos trazer as dimensões e a complexidade intrínseca da região e dos embates e conflitos potenciais que resultam no processo de des-ativação de territorialidades.

³¹ O mapa em destaque está nos anexos de nossa tese, mas não está no corpo deste trabalho.

³² O “Projeto Transformações Sócio-econômicas no Rio Madeira”, desenvolvido a partir do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), estava vinculado até 2008 ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPSCA-UFAM). Desde então funciona no âmbito do NSCA/CESTU, da Universidade Estadual do Amazonas, mantendo vínculos regulares com o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFAM). Integram o projeto pesquisadores de diferentes áreas e de diferentes universidades. São realizadas por esses pesquisadores oficinas de elaboração de mapas, seminários e minicursos de formação, focalizando noções elementares para uso de GPS e para aplicação da legislação correspondente aos direitos territoriais e ambientais. A execução destes cursos e oficinas tem ocorrido em Municípios localizados na calha do rio Madeira, de Manicoré (AM), passando por Humaitá (AM), até Guajará-Mirim (RO), ou no sentido leste-oeste de Apuí até Lábrea, no rio Purus. Participam de tais atividades membros de comunidades e povos tradicionais, que se autodefinem como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos, além de inúmeros grupos sociais, incluindo-se os que são denominados formalmente, pelos órgãos fundiários, de “assentados” e “agricultores familiares”.

CONCLUSÃO: A RESISTÊNCIA SE FAZ NO MOVIMENTO

A guisa de conclusão é sempre um momento importante do trabalho, pois é a hora do arremate, do conjunto de ideias, conceitos e teorias que se ajustam dentro de certa coerência, sem que se perca o foco e o desfecho da problemática perseguida por nós no breve percurso. Pois bem, nosso intuito foi o de problematizar, tendo em vista a atitude antigeopolítica dos movimentos sociais, as diferentes perspectivas do processo de integração transnacional. Esse último adjetivo explica muito do que nos propomos a tratar em nossa tese doutoral; não bastava, portanto, problematizar somente a integração, era necessário problematizar também o seu caráter transnacional, dado o fato de que fizemos a aposta, desde o início, no entendimento do lugar como um verdadeiro feixe de possibilidades, do encontro de trajetórias, de identidades e problemas particulares que, insistentemente, se obrigam a uma aproximação naquilo que os une. Aqui, cabe muito bem, inclusive, a passagem de Santos (2007, p. 30), quando nos diz que “[a] força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”. Sempre foi esse o propósito do movimento social que tomamos como referência em nossa tese, o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Assim é o MAB, um movimento social que no seu processo de r-existência está sempre agregando diversos sujeitos, sejam eles, individual ou coletivo; que está sempre chamando para a luta, conjunta, diferentes territorialidades, ativadas ou desativadas no e pelo processo de integração transnacional; que está sempre atento a busca incessante e frutífera do alcance de suas ações práticas e discursivas, a partir de uma atuação sinérgica, nas múltiplas escalas geográficas de poder e do saber, a local, a regional, a nacional, a internacional e também todo o mundo de subjetividades cabível nos interstícios daquilo que está ligado de alguma forma a ideia de “atingido”, conceito muito feliz naquilo que se propõe, exatamente por consagrar em si mesmo a possibilidade da abertura política, da diversidade, sem reduzi-

-la, contudo, a totalidade, a unidade. É esse o MAB, o movimento social que nasceu de questões pontuais no lugar e se espalhou como um holograma pelo mundo, através de protestos, marchas, jornadas de lutas, moções de apoio, composições musicais, poesias, palavras de “ordem”, formação política, campanhas, busca de amparo jurídico etc. Podemos dizer após o caminho percorrido, que o MAB é ruptura, é complementaridade e se realiza no acontecer coetâneo.

O conceito de atingido encarna a existência do múltiplo, do plural, do rizomático, e, em determinadas ocasiões, da dúvida, da incerteza, da neblina, que é o que, de uma forma ou de outra, o move e o empurra para frente. Na complexidade dos sujeitos que esse movimento encampa reside sua riqueza, seus propósitos e sua história de lutas, de resistências, de vitórias e derrotas. Não, o MAB não é como os movimentos de massa descritos por Milton Santos, ele carrega, pois, esse sentido existencial, o pensamento/ação articulados. Efetivamente, representa, ainda hoje, os anseios dos Pescadores, dos Ribeirinhos, dos Extrativistas, dos Quilombolas, das Quebradeiras de Coco de Babaçu, dos Indígenas, dos Camponeses etc., porque está atento aos fenômenos do mundo, experimentados a partir de seus múltiplos focos (políticos). As práticas espaciais do MAB, com o sentido antigeopolítico buscado por nós no decorrer das três seções deste capítulo, talvez explique a nossa preocupação com a problematização do adjetivo “transnacional”, no sentido de que muitas são as subjetivações no processo de transcendência ao unilateralismo consensual e pragmático das escalas geográficas de poder orquestradas pelas forças hegemônicas. A antigeopolítica carrega consigo a força do contradiscurso, da desconstrução, da resistência rebelde daqueles que só podem se encontrar, crescer, amadurecer e se tornar sujeitos do mundo no próprio movimento, porque não lhes resta outra saída senão lutar e resistir ao engodo da mercantilização compulsória de suas formas de subsistência, de suas tradições familiares, das suas terras e de seus territórios.

As práticas espaciais do MAB também são denunciativas, propositivas e reveladoras da intensificação do processo de acumulação espoliativa dos territórios sul-americanos, da última grande fronteira que se tornou, em tão pouco tempo, o Complexo Madeira, revelando-se por intermédio de uma corrida alucinada e alienada por seus recursos naturais e, sobretudo, sociais. A sensação e os efeitos produzidos por esta perspectiva unilateral do processo de integração transnacional são repugnantes para aqueles que viviam em relativa harmonia antes da chegada dos grandes projetos, e parecem revelar uma sobreposição de tempos que não se encaixam numa única direção. E nem poderiam, haja vista o fato de que enorme são suas distâncias e pretensões, apesar de tão perto no recente convívio cotidiano.

Não podemos, portanto, permanecer resignados, porque as contradições oriundas da geoestratégia do processo de integração transnacional hegemônica se movem a pleno vapor, não medindo esforços para levar a cabo seus projetos de poder e dominação. O fato é que também mudamos, também fazemos escolhas, também ditamos o rumo das coisas, os rostos contra-hegemônicos da integração transnacional, também somos responsáveis por aquilo que compartilhamos; em nosso caso, intentamos trazer uma pesquisa-ação, no sentido de iluminar mais as muitas contradições colocadas, mas segue a vida como o rio Madeira, com seus muitos meandros.

BIBLIOGRAFIA

- Agamben, Giorgio (2009). O que é um dispositivo? *Em O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- Agnew, John et al. (1998). *Geopolitics: re-visioning world politics*. Londres: Routledge.
- Agnew, John et al. (2003). Introduction. Em John Agnew et al. (eds.), *A companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- Almeida, Alfredo (2009). A última grande fronteira amazônica: anotações de preâmbulo. Em Alfredo Almeida et al. (orgs.), *Conflitos sociais no Complexo Madeira*. Manaus: PNCSA/UEA Edições.
- Almeida, Alfredo (2009). Agroestratégias e desterritorialização — Os direitos territoriais e éticos na mira dos estrategistas dos agronegócios. Em Alfredo Almeida et al. (orgs.), *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: FASE / Observatório Comova / UFPA.
- Araújo, Tânia (1997). Dinâmica regional brasileira e integração competitiva. Em *VII Encontro Nacional da ANPUR*. Recife: UFPE.
- Araújo, Tânia (1999). Por uma política nacional de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, 2(30). Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Barrios, Sonia (1986). A produção do espaço. Em Milton Santos et al. (orgs.), *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel.
- Becker, Bertha (1988). A geografia e o resgate da geopolítica. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Geografia*, 2(50), 99-125.
- Becker, Bertha (2006). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Benicá, Dirceu (2011). *Energia e Cidadania: a luta dos atingidos por barragens*. São Paulo: Cortez.
- Carrion, Maria e Paim, Elisângela (2006). *IIRSA: desvendando interesses*. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra Brasil.
- Carvalho, Guilherme (2009). Os bancos multilaterais e o Complexo Rio Madeira: a tentativa de garantir o controle dos recursos naturais da Amazônia para o grande capital. Em Alfredo Almeida et al. (orgs.),

Conflitos sociais no Complexo Madeira. Manaus: PNCSA/UEA Edições.

- Castro, Edna (2009). Integração sul-americana do IIRSA: visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. Em Alfredo Almeida et al. (orgs.), *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: FASE / Observatório Comova / UFPA.
- Castro, Edna (2010). Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. Em Willi Bolle, Edna Castro e Marcel Vejmelka (orgs.), *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo.
- Castro, Edna et al. (1995). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: UFPA.
- Ceceña, Ana Esther (2008). De saberes y emancipaciones. Em Ana Esther Ceceña (org.), *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO.
- Ceceña, Ana Esther (2009). Os caminhos e os agentes do saqueio da América Latina. Em Instituto Rosa Luxemburgo (org.), *Empresas brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular.
- Ferreira, Alvaro (2007). A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. Em IX *Coloquio Internacional de Geocrítica*.
- Ferreira, Álvaro (2013). A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? Em Ferreira, Alvaro et al. (orgs.), *Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Haesbaert, Rogério (2006a). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério (2006b). Ordenamento Territorial. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. *Boletim Goiano de Geografia*, 1(26).
- Haesbaert, Rogério (2010). *Regional-global: dilemas da região e regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério (2013). O território e a nova des-territorialização do Estado. Em Leila Dias e Maristela Ferrari (orgs.), *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular.

- Harvey, David (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, David (2004a). *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, David (2004b). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- Lefebvre, Henri (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, Henri (2008). *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lima, Ivaldo (2013). A geografia e o resgate da antigeopolítica. PPGG/UFRJ. *Revista Espaço Aberto*, 2(3), 149-168. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Massey, Doreen (2000). O sentido global de lugar. Em Antonio Arantes (org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus.
- Massey, Doreen (2008). *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Militantes do MAB (2009). O plano IIRSA na visão do Movimento dos Atingidos por Barragens. Em Alfredo Almeida et al. (orgs.), *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: FASE / Observatório Comova / UFPA.
- Moreira, Ruy (2006). O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. Em Milton Santos et al., *Território, Territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Nogué, Joan (2006). Geografia política. Em Daniel Hiernaux e Alicia Lindón (orgs.), *Tratado de geografia humana*. México: Anthropos.
- Ó Tuathail, Gearóid (1996). *Critical geopolitics*. Londres: Routledge.
- Ó Tuathail, Gearóid (2005). *Geopolitics*. Em David Atkinson et al. (eds.), *Cultural Geography: a critical dictionary of key concepts*. Nova York: I. B. Tauris.
- Ó Tuathail, Gearóid e Dalby, Simon (1998). Rethinking geopolitics: towards a critical geopolitics. Em Gearóid Ó Tuathail e Simon Dalby (eds.), *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge.
- Pile, Steven (1997). Introduction: opposition, political identities and spaces of resistance. Em Steven Pile e Michael Keith (eds.), *Geographies of Resistance*. Nova York: Routledge.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2007). O complexo de violência e devastação da Amazônia brasileira: o caso do sudeste do Pará. *Revista Trimestral de Debate da Fase*, 114(31).

- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2008a). *Amazônia Amazônias*. São Paulo: Contexto.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2008b). A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Em Ana Ceceña (org.), *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão Popular.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2008c). De saberes e territórios: diversidade e emancipações a partir da experiência latino-americana. Em Ana Ceceña (org.), *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2011). Ou inventamos ou erramos — Encruzilhadas da integração regional sul-americana. Em André Viana et al. (orgs.), *Governança global e integração da América do Sul*. Brasília: IPEA.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2012). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter e Quental, Pedro (2012). Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis Revista Latinamericana* (31).
- Preciado, Jaime e Uc, Pablo (2010). La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional. *Geopolítica(s)*, 1(1).
- Preciado, Jaime e Uc, Pablo (2012). *As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise*. Em Maria da Glória Gonh e Breno Bringel (orgs.), *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes.
- Routledge, Paul (2003). Anti-geopolitics. Em John Agnew et al. (eds.), *A Companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- Sack, Robert (1980). Conceptions of space in social thought. A geographic perspective. Londres: Macmillan.
- Sack, Robert (2013). O significado de territorialidade. Em Leila Dias e Maristela Ferrari (orgs.), *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular.
- Santos, Milton (2007). *O espaço do cidadão* (7ª ed.). São Paulo: Edusp.
- Swyngedouw, Erik (2010). ¿Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. Em Victor Ramiro Fernandes e Carlos

Brandão (orgs.). *Escalas y políticas del desarrollo regional. Desafíos para América Latina*. Buenos Aires: Miño y Dávila.

Vainer, Carlos (2010). Planificación territorial y proyecto nacional: los desafíos de la experiencia brasileña. Em Victor Ramiro Fernandes e Carlos Brandão (eds.). *Escalas y políticas del desarrollo regional. Desafíos para América Latina*. Buenos Aires: Miño y Dávila.

A ATITUDE ANTIGEOPOLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO NO BRASIL EM BUSCA DE JUSTIÇA TERRITORIAL¹

FELIPE NASCIMENTO WERMINGHOFF

INTRODUÇÃO

Este capítulo encerra a realização de um esforço ético, político e teórico que almeja elucidar a dimensão antigeopolítica do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Brasil, especificamente por meio de uma análise crítica de sua trajetória em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Balizados por uma inserção epistêmica pós-estruturalista (Cresswell, 2013) e inspirados pelas Epistemologias do Sul (Santos, 2018), propomos uma geografia política pautada no direito à cidade justa. Nossa análise, perpassada pela relação entre geografia e ética, tem sua mirada voltada para os sujeitos corporificados e territorializados que constroem a luta pelo direito à morada. Dessa forma, expressamos nossa posicionalidade e solidariedade ativa frente aos sem-teto que compõem o MTST em Niterói. Entendemos, assim, ser impossível produzir um trabalho de geografia política crítica desprovida de códigos de conduta, princípios e valores do agir moral. Por isso, os evocaremos amiúde.

Consoante a nossa inserção epistêmica para a produção de conhecimento, ressaltamos uma ontologia do reconhecimento: o *outro* aqui é por nós humanizado, dotado de saberes e livre de uma concepção conservadora que o trate como mero objeto de pesquisa. Portanto, longe da pretensão vanguardista de “dar voz”

¹ Este capítulo concerne a uma adaptação resumida da nossa dissertação de mestrado intitulada “Luta por justiça territorial em Niterói: a antigeopolítica do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto”, defendida em 2020 no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, POS-GEO/UFF, sob a orientação do Prof. Dr. Ivaldo Gonçalves de Lima.

aos sujeitos, buscamos exercitar nosso lugar de escuta e reconhecer a experiência, o corpo e as emoções como elementos fundamentais de nossa geografia política da cidade. Não propomos, com isso, mergulhar em um relativismo ou individualismo que perca a dimensão coletiva de nosso horizonte de análise crítica. Ao contrário, entendemos que os sem-teto fazem parte do corpo social de um movimento dotado de cultura política e de organização próprias, o que, do ponto de vista da geografia política, configura o MTST em Niterói como uma unidade ativa (Montbrial, 2008).

Do ponto de vista epistemológico, somos guiados pela questão central: como se configura a negação do direito à cidade justa em Niterói? A partir dessa indagação, outras perguntas são articuladamente suscitadas. Como o MTST em Niterói se organiza? Quem são os sujeitos que compõem o corpo social dessa unidade ativa? Quais são as principais estratégias adotadas pelo movimento na luta pelo direito à morada nos territórios niteroienses? No âmbito estratégico, quais os critérios decisivos de escolha para a realização das ocupações? Que constrangimentos são mais latentes para dificultar a organização desses sem-teto em sua cidade? Intentamos, mais do que apresentar respostas imodificáveis, produzir reflexões a partir desses questionamentos, sem a pretensão de sermos intelectuais iluminados com as suas soluções prontas e bem-acabadas para uma realidade de tamanha complexidade e injustiça territorial: argumentamos uma ponderação, pois. O presente capítulo está dividido, além desta Introdução, em quatro seções e uma conclusão.

Na primeira seção, apresentamos a interface da geografia com a ética que perpassa, como um lastro, toda a nossa reflexão. Antes de analisarmos o movimento em si, sistematizamos, de modo abreviado, o surgimento da geografia política, sua ruptura epistêmica direcionada para a geografia política crítica e suas teorizações sobre a antigeopolítica. Na sequência, debatemos as concepções de justiça territorial e de direito à cidade, fundamentais para a luta do MTST. Em seguida, inseridos em uma abordagem pós-estruturalista, discorreremos sobre a teoria dos

Novos Movimentos Sociais e sua aproximação acadêmica com a geografia. Ao final dessa parte, ressaltamos a dimensão proposta em nosso trabalho: uma geografia política voltada para o direito à cidade justa.

A segunda seção de nosso capítulo é iniciada com um debate sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil e a sua luta inextricável pelo direito à morada. Em uma breve digressão histórica, discutimos o caráter estrutural do déficit habitacional — entendido aqui também como um déficit ético — do modo de produção capitalista e a evolução das lutas pelo direito à morada no território brasileiro a partir da década de 1970. Junto da abordagem dos movimentos populares brasileiros que atuam no espaço urbano, realçamos o papel do programa Minha Casa, Minha Vida e sua modalidade Entidades para as políticas habitacionais no Brasil. Na parte subsequente, dissertamos sobre a formação nacional do MTST, sua identidade política (territorial) e organização no território brasileiro, com destaque para SP e RJ.

Na terceira seção, debatemos de maneira crítica o *slogan* de “Cidade Sorriso” de Niterói. Nesse ponto do texto, recuperamos os horizontes éticos da justiça e da felicidade para mirarmos realisticamente Niterói como uma cidade injusta. Ao analisarmos sua política urbana a partir da última década do século XX, entendemos a construção da marca no território (*place brand*) de “Cidade Qualidade de Vida” por meio de sua relação com o modelo de governança territorial neoliberal, adotado por Niterói na década de 1990. Por fim, demonstramos como a cidade passou por um intenso processo de retomada dos movimentos de luta pelo direito à morada após os deslizamentos de terra que culminaram na tragédia do morro do Bumba, em 2010.

Na quarta e última seção, analisamos a atuação do MTST em Niterói através de um “exercício etnográfico” baseado nas relações sujeito-sujeito. Em seguida, refinamos os dados qualitativos de nossa etnografia a partir de fotografias e de transcrições retiradas de nossos trabalhos de campo e de entrevistas. Retomamos, no decorrer desse trecho, a importância de pensarmos

mais detidamente o MTST como uma unidade ativa e sua lógica de organização territorial. Em seguida, empreendemos uma reflexão acerca das estratégias organizativas do movimento e seus efetivos critérios de escolha para realizar as ocupações 6 de abril de 2015 e 2018, ocorridas nos bairros do Largo da Batalha e do Sapê, respectivamente.

Nas considerações finais deste capítulo, traçamos um balanço dos pontos fulcrais levantados e discutidos ao longo do trabalho e recuperamos a premência de valores éticos presentes na atuação do MTST em Niterói. Recuperamos, nas últimas linhas do texto, nossa visão acerca de Niterói como uma cidade injusta e a relevância de se promover uma geografia política da cidade dotada de posicionalidade ética e de solidariedade ativa que sustentam nossa argumentação.

GEOPOLÍTICA CRÍTICA, ANTIGEOPOLÍTICA E GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A geopolítica vincula-se estreitamente à geografia política uma vez que se pauta na relação formada entre poder e espaço. Porém, aquela não nasceu com o termo que a designa, tendo seu embrião gerado da sensibilidade geopolítica de Heródoto, Sun Tsu e da cosmografia egípcia, por exemplo (Gauchon e Huis-soud, 2013, p. 5). A criação da palavra geopolítica, ainda que consolidada, não é imune a controvérsias. O termo foi utilizado pela primeira vez pelo filósofo G. W. Leibniz em 1679, em um manuscrito chamado *Encyclopedia* (Louis, 2014), até então desconhecido pelos especialistas em geopolítica. Antes do trabalho do historiador Florian Louis, se acreditava, pela maioria dos teóricos e manuais geopolíticos, que a expressão geopolítica havia sido criada por Rudolf Kjellen em 1899. De acordo com López Trigal (2013, p. 191), Kjellén estabelece uma conexão com “a geopolítica alemã quanto ao aporte do da terminologia, como introdutor do termo *Geopolitik* num artigo de 1899”. Por fim,

consoante Huisoud e Gauchon (2013, p. 5), “foi Rudolf Kjellén quem criou a palavra em 1905”.

Ratzel, precursor da geografia política alemã, em seu famoso livro *Antropogeografia* [1882], entendia o Estado como um organismo vivo que precisava incorporar, por anexação, outros Estados para se expandir e se manter. Seu conceito de espaço vital indica como as ciências humanas mantinham relações estreitas com as ciências da natureza. Sua concepção de geografia política, cabe destacar, sofreu grande influência da biologia e o contexto histórico do darwinismo também incidia sobre as demais áreas do saber. O geógrafo alemão, no entanto, trata da geografia política, não da geopolítica com este nome próprio.

Para realizarmos uma breve sistematização da história da geografia política e da geopolítica, utilizaremos como base o trabalho de Dahlman (2009). De saída, lembramos que a geopolítica clássica tinha uma forte influência do realismo político e um viés estadocêntrico. Assim, a sua relevância estratégica foi de suma importância para o imperialismo. Fatores como acesso ao mar, topografia do terreno, extensão territorial e posição geográfica eram analisados para fechar acordos, tratados e obter vantagens para os Estados. Considerado o ator político privilegiado das relações internacionais, o Estado figurava como o eixo central e unidade territorial predominante nas análises da geografia política de vocação internacionalista. Ligada aos imperialismos, a geopolítica era interpretada de maneira mecanicista e dava pouca abertura a outros atores estratégicos. Os sujeitos, as ações coletivas e a análise do discurso tinham pouco espaço na produção teórica do século XIX e meados do século XX, período em que os olhares dos geógrafos e geopolíticos eram mais voltados para as guerras e os interesses estratégicos das grandes potências da época. Baseado nessa lógica, Alfred Mahan [1890] apontava que a localização, população e tamanho dos EUA asseguravam as condições para o país se tornar uma potência marítima.

Outro renomado geopolítico, Sir Halford Mackinder [1904] utilizava o conceito de *heartland* para alertar a importância da

Rússia na geopolítica da Eurásia, denominando o *heartland* como a área pivô em seus trabalhos. Sua hipótese geoestratégica afirmava que o país era uma potência terrestre e a Inglaterra uma potência marítima. Caso os russos investissem na infraestrutura do país, seu arco de influência se expandiria para outras regiões, como o Mar Negro e o Japão. O acadêmico e geógrafo inglês, que trabalhava a serviço do imperialismo britânico no início do século XX, alegava que uma aliança entre Rússia e Alemanha seria um grande entrave às aspirações britânicas. Por seu turno, o general Karl Haushofer foi o mentor do pensamento geopolítico alemão no período entre guerras (1914-1945). A ideia de um Estado organicista, inspirada em Ratzel, marcou seus trabalhos e a política externa alemã na primeira metade do século XX. Os exemplos de Mahan, Mackinder e Haushofer ilustram a relação da geopolítica clássica com o Estado-nação, o realismo político e o imperialismo.

Uma interessante mudança epistemológica da geopolítica viria no final do século XX. O livro *Critical Geopolitics* (Ó Tuathail, 2005) é um marco dessa ruptura. Gearóid Ó Tuathail faz uma reflexão sobre a geopolítica crítica e elabora uma inserção epistêmica da geopolítica nas abordagens pós-estruturalistas, através de uma crítica à visão estadocêntrica da geopolítica clássica, conforme mencionamos. O pós-estruturalismo possui peso significativo no surgimento da geopolítica crítica, que tem como um de seus pilares a contestação da “imaginação geopolítica moderna”. Pensar a geopolítica crítica implica analisar novos discursos, novas práticas espaciais e outros espaços de representação. Logo, é preciso relativizar os “pontos cardeais de referência” da geopolítica dominante (Preciado e Uc, 2012, pp. 69-71).

A geopolítica crítica busca trabalhar com outras formas de abordagem, para além do Estado e da escala nacional. Essa alteração no paradigma da geopolítica abre possibilidades para um estudo dos lugares, dos discursos, das cidades e dos movimentos sociais. Isso não implica, contudo, a falsa e sedutora ideia de que os Estados perderam a sua importância política. Decerto, a análise de conceitos e temas clássicos da geopolítica continua tendo

relevância nos dias atuais. O que a geopolítica crítica propõe são maneiras distintas de analisar as relações entre espaço e poder. Em outras palavras, ela encerra uma revisão teórico-metodológica que abre diversas formas de se compreender a geopolítica, suas escalas e seus atores. Por seu turno, dentro da geopolítica crítica, desdobra-se a antigeopolítica, termo que surge em um texto de Paul Routledge (2003) intitulado *Anti-geopolitics*. O autor, fundamentalmente, trata de uma geopolítica dos movimentos sociais e dos intelectuais dissidentes, uma “geopolítica de baixo para cima”. A resistência dos dominados e subalternizados é pensada de maneira articulada à escala global, se desprendendo das fronteiras clássicas do Estado-nação e lançando os sujeitos como atores destacados das relações internacionais.

Lima (2013) aponta que a antigeopolítica é balizada em princípios éticos, na busca pela justiça territorial, no horizonte da felicidade e tem nos Novos Movimentos Sociais seu núcleo duro de análise. Isso implica o reconhecimento do *outro* e a construção de espaços de resistência. Esse quadro nos aponta, consoante o autor, para o deslocamento do Estado — unidade clássica de análise —, em direção a outras escalas ou esferas de poder, dentre elas os movimentos sociais, grupos anticoloniais e seus intelectuais e ativistas antiglobalização. Estaríamos situados, portanto, em novas imaginações geográficas dos movimentos sociais e em sua busca pela produção de novas espacialidades do político e seus espaços de resistência, inseridas nas mais variadas densidades geopolíticas, marcadas por tensões, conflitos e enfrentamentos de toda ordem.

Consideramos que a geopolítica crítica tem a validade de analisar geografias do poder dos movimentos sociais e de produzir estudos sobre seu potencial antigeopolítico, expresso em discursos e práticas contraespaciais (Preciado e Uc, 2012). No mesmo trabalho, os autores mexicanos reforçam a importância da autonomia, das “geografias dissidentes” e da produção de espaços diferenciados. A categoria contraespaço, retomada a partir de Henri Lefebvre, é pensada sob a ótica dos espaços contra-hegemônicos, de resistência e dotados de heterotopia. A linha

de pensamento autonomista, os autores decoloniais, a atuação dos Novos Movimentos Sociais e as teorias produzidas no mundo globalizado são exemplos da revisão no estado da arte da geografia política na perspectiva da antigeopolítica.

Nesse inciso, faz-se necessário, após situarmos a antigeopolítica dentro dos princípios éticos, apresentarmos nossa definição de ética. Porém, antes de destrincharmos essa expressão, iniciaremos com uma distinção entre moral e ética. Consoante a Droit (2012), entendemos a moral como um conjunto de normas herdadas e um código de comportamentos e juízos. A ética, ao contrário da moral, não é uma categoria cristalizada, mas sim um fazer-se, uma constante reflexão sobre a moral, variando no tempo e no espaço. A ética, palavra oriunda do grego *ethos*, surge com Aristóteles e carrega em seus significados o habitar, o caráter e os costumes. Assim, a ética está ligada ao comportamento. A origem da palavra moral, segundo Cortina (2013), vem do latim *mos-moris*, a partir da tradução feita por Cícero, e significa caráter, costumes e o lugar no qual se vive, ou seja, a morada do homem. Dessa maneira, destacamos a proximidade entre as noções de moral e ética. A diferenciação entre os termos surge ao longo da história e até os dias atuais encontramos autores que trabalham as duas palavras como sinônimas. A partir de nossa conceituação de ética, partiremos, no item subsequente, para o debate sobre justiça, um de seus horizontes.

Realizadas as definições e a distinção entre moral e ética, apontamos a diferença entre desigualdade e justiça e entre seus contrários. À diferença da desigualdade, a injustiça é uma percepção (Reyes Mate, 2011, p. 8). Algo se torna injusto a partir do momento que a injustiça é percebida pelos sujeitos. A justiça, por seu turno, é um dos horizontes da ética e perpassa, assim, a problemática do *outro*. Ser justo ou injusto, advertimos, é uma concepção que varia no tempo e no espaço. Isso implica no fato de que cada lugar e cultura têm suas próprias percepções de justiça, já que a mesma, embora dotada de valores universais, não necessariamente é global. Indo além do paradigma distributivo, entendemos que a justiça incorpora as dimensões do reconheci-

mento e da representação (Fraser e Honneth, 2006). As demandas por reconhecimento e representação não se resumem à esfera econômica, tampouco são produto de uma política da identidade. Nesses casos, a injustiça se manifesta quando as ditas “minorias” (gênero, raça, religião etc.) sofrem com uma subalternização de *status*, uma perda de estima, e com um déficit representativo nos espaços de deliberação. Logo, o caráter trivial da justiça não permite que a mesma se constitua sem que haja redistribuição de renda, paridade de *status* e representação.

Consoante Soja (2010), os anos 1960 realçaram as geografias injustas, impulsionando análises sobre os aspectos espaciais da (in)justiça. Uma corrente de pensamento, a justiça espacial, enfatizou uma dialética entre a causalidade social e espacial dos fenômenos. Outra, a justiça territorial, foi desdobrada em estudos geográficos sobre desigualdade e bem-estar social e em trabalhos críticos sobre a urbanização da injustiça. Transitando entre essas duas correntes, uma terceira surge a partir das ideias de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade. Lima (2015, p. 61) afirma que o termo justiça territorial foi cunhado pela primeira vez por Bleddyn Davies em 1968 — em um trabalho intitulado *Social needs and resources in local services* — e utilizado de forma mais aprofundada por David Harvey, em seu livro *A Justiça Social e a Cidade* [1973], quando essa ideia ganha maior notoriedade. Nessa obra, o autor ainda emprega a expressão “justiça social territorial”. Inicialmente, o geógrafo inglês pensa a justiça social territorial por meio de um caráter redistributivo. A justiça, sustenta o autor, tem relação com a distribuição de “renda”. Harvey (1980) aponta em seu texto que a necessidade, o mérito e a contribuição ao bem comum são os critérios adotados para definir a essência da justiça social.

Partindo de uma concepção pós-estruturalista, buscamos ir além da noção redistributiva proposta por Harvey (1980). Entendemos a justiça como uma categoria ligada à ética, à política e, em sua expressão territorial, ao espaço e sua produção social (Lima, 2012; 2015). Em nosso trabalho, buscamos remeter a justiça territorial à geopolítica crítica e à antigeopolítica. Entende-

mos que a justiça, com suas diversas concepções, é uma categoria dotada de criticidade e um instrumento que pode auxiliar na luta por uma vida digna e feliz.

O geógrafo Ivaldo Lima (2011; 2015) vem desenvolvendo a ideia de que o conceito de território e seus correlatos — caso da justiça territorial — deve ser pensado como um sistema autônomo ligado à relação entre geografia e ética, na busca por um sujeito de direitos sociais, dos mais variados tipos. Para o autor, os núcleos do conceito de território são: controle, limite, sujeito, autonomia e consciência. Daí se pode derivar uma concepção de justiça territorial atrelada à geografia política dos sujeitos corporificados de direito, num balizamento claro entre a geografia e a ética. Esses direitos (civis, econômicos, políticos, culturais e ambientais) são concebidos como institutos que existem e devem ser garantidos e/ou reparados quando violados. Também, os direitos socialmente reconhecidos e vislumbrados precisam ser efetivados (Lima, 2015, p. 50). Nesse sentido, o autor (*op. cit.*, p. 64) pensa os direitos a partir do “reconhecimento de sua inseparabilidade, integralidade e exigibilidade, tendo em vista os direitos considerados clássicos e a geração de novos direitos”. No esteio desse pensamento, neste capítulo, focaremos o direito à morada e à cidade justa. Logo, nossa ênfase recai sobre o direito à cidade justa.

Após a explicitação, em linhas gerais, acerca da discussão sobre justiça territorial, teceremos algumas considerações que elucidem ainda mais a imbricação entre justiça e território. Iniciaremos com uma diferenciação, elaborada por Dikeç (2013, p. 246), entre a espacialidade da injustiça e a injustiça da espacialidade. A primeira expressão remete às injustiças que se manifestam *no* espaço; a segunda faz referência às injustiças que ocorrem *através* do espaço. As duas variáveis da relação entre espaço e injustiça interessam à geografia: 1) no caso da espacialidade da injustiça, analisamos como a (in)justiça revela-se no espaço; 2) a injustiça da espacialidade, de maneira distinta, aponta como o espaço é capaz de produzir (in)justiça. Em nosso trabalho, voltado para um Movimento Social Urbano, podemos falar em uma

“urbanização da injustiça”, para empregarmos o termo de livro homônimo (Marrefield e Swingedouw, 1997).

Apresentada a noção de justiça territorial, partimos para a discussão sobre o direito à cidade (Lefebvre, 2001). David Harvey nos alerta que “o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem vai lhes conferir significado” (Harvey, 2014, p. 20). Em outras palavras, o grande capital e suas empreiteiras podem reivindicá-lo, o que não torna essa pauta exclusiva dos movimentos sociais urbanos, dos intelectuais progressistas e dos partidos de esquerda. Uma análise atenciosa do direito à cidade deve permear as atuais dinâmicas de acumulação do capitalismo e seu processo de urbanização, bem como suas escalas de atuação. Apoiados na densidade crítica encerrada nas ideias de Henri Lefebvre e David Harvey e balizados por pilares de uma ética instituinte, reivindicamos o direito à cidade justa.

Dentro dos movimentos sociais, desdobrou-se uma categoria a partir da década de 1970: os Novos Movimentos Sociais. Oriundos do contexto da pós-modernidade e das teorias pós-estruturalistas, tais movimentos se desdobram em diversas pautas identitárias das denominadas minorias². A reestruturação produtiva do capitalismo e os impactos do neoliberalismo completam o contexto histórico de surgimento dos Novos Movimentos Sociais (Basconzuelo, 2018, p. 52). A conjuntura histórica do surgimento de tais movimentos se dá com o desenvolvimento da chamada Nova Esquerda (*New Left*), que criticava a denominada Velha Esquerda por sua estrutura verticalizada e pouco democrática. Daí emerge o ataque à maneira tradicional de se fazer política, voltada para os partidos, e a origem de novas demandas sociais, distintas daquelas inseridas no pacto fordista-keynesiano (Cucó i Giner, 2008, pp. 182-183).

² O termo minorias não tem conotação demográfica, mas sim política. Vejamos o caso do Brasil: a maioria de sua população é composta por mulheres. Todavia, os homens ocupam os melhores postos de trabalho, ganham salários mais elevados e apresentam maior mobilidade social, dentre outros privilégios de gênero, conduzindo, assim, à categorização das mulheres como minoria.

No Brasil, o trato dessa questão exige mais cuidado, pois nossos movimentos sociais urbanos, fortalecidos a partir da década de 1970, em uma conjuntura de autoritarismo e grande desigualdade social, tinham caráter popular (Falero, 2012, p. 49). Pautas como saúde, educação, habitação e segurança constituíam uma agenda que lutava por serviços básicos e essenciais para as camadas mais baixas da pirâmide socioeconômica brasileira. Os setores médios participavam desses movimentos, entretanto, sua via de auxílio normalmente se dava por meio da assessoria técnica. Tal característica própria do Brasil — marcada por uma sociedade de raízes autoritárias e pela luta dos movimentos populares assessorados por técnicos de sucessivos governos — configura certo hibridismo dos movimentos sociais no país (Santos, 2008, pp. 33-34). Inseridos no campo dos Novos Movimentos Sociais, surgiram os Novos Movimentos Sociais Urbanos.

Numa sucinta explanação teórica, adentraremos na questão dos sujeitos, categoria que julgamos ter maior premência em nosso trabalho. Buscamos, nessa primeira seção, traçar um resumo do surgimento da geopolítica e sua ruptura epistemológica em direção ao pós-estruturalismo, dando origem à geopolítica crítica e a antigeopolítica. Na próxima seção de nosso texto, discorreremos sobre a formação do MTST no Brasil e formularemos uma síntese de como os denominados Novos Movimentos Sociais Urbanos surgiram e evoluíram no contexto social, político e histórico brasileiro.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST): ORIGEM E SENTIDO

Antes de iniciarmos nossa breve exposição sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil, deixamos claro a nossa percepção de que a efetivação da reforma urbana permanece em um horizonte distante na agenda política brasileira praticada presentemente. Reforçamos a ideia de que a problema de moradia existe

desde antes do capitalismo e teve sua dimensão agravada após o surgimento do mesmo. Engels (2015), em sua clássica obra *Sobre a Questão da Moradia* [1887], descreve, de uma forma impressionantemente atual, como o Estado *não quer* e a classe trabalhadora *não pode* resolver o problema da moradia. Ponderamos, contudo, a diferenças existentes entre a produção de moradias na segunda metade do século XIX para o contexto atual, no que tange ao desenvolvimento técnico das habitações, do nível de financeirização dos mercados e da requalificação das metrópoles. O que nos chama a atenção é a semelhança das descrições apontadas pelo autor na década de 1880 com o cenário atual das grandes cidades pelo mundo e, com ênfase em nosso estudo, do Brasil.

Retomemos uma discussão etimológica, feita na primeira seção, sobre a palavra ética. Lembremos que a etimologia das palavras “ética” e “moral” nos expõem a ideia de um lar, de um teto. Logo, as discussões sobre moradia nos remetem a um debate eticista. No campo disciplinar da geografia, a questão da moradia é colocada um estágio à frente no trabalho de Barbosa (2012), que aborda o direito à moradia. A mudança do termo implica na superação do paradigma técnico da habitação e do debate sobre a mera conquista de um teto. O geógrafo propõe uma reflexão sobre a dimensão ética da moradia e seu desdobramento em um projeto de justiça territorial urbana. Desse modo, utilizaremos a expressão “morada” quando evocarmos a dimensão ética dos direitos e o termo “moradia” nas passagens em que tratarmos de um problema/questão técnico e político. É a partir dessa concepção teórica que analisaremos a trajetória dos movimentos sociais urbanos no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

Os Novos Movimentos Sociais Urbanos têm a cidade como inscrição espacial de suas manifestações e ocupam as ruas com pautas variadas: ecológicas, feministas, negras, por direitos humanos etc. Conforme observamos na primeira seção, os Novos Movimentos Sociais redefiniram as agendas dos manifestantes e ativistas políticos, especialmente na Europa. Na América Latina,

contudo, as especificidades da periferia do capitalismo formaram outra conjuntura no continente e no território brasileiro, dando força aos denominados movimentos populares de configuração distinta das ações coletivas que se espalharam no centro do capitalismo ocidental. Esse ordenamento da segunda metade do século XX nos impõe uma análise teórica cuidadosa, que deve considerar a geografia de cada país e suas particularidades de formação social ao desenvolvermos um estudo dos movimentos sociais urbanos.

Toda essa década de 1980, caracterizada pelos mecanismos consultivos, os mutirões comunitários e os movimentos por autonomia nos colocam duas questões essenciais: a compreensão dos movimentos sociais por autonomia e a importância do Estado para a regulação da realidade brasileira. Embora exista uma influência anarquista no debate autonomista, Gohn (1991, p. 176) nos alerta que os movimentos populares não levantavam bandeiras de negação da propriedade; ao contrário, buscavam casa ou apartamento próprios. O Estado também era entendido, pela maioria das organizações, como necessário para negociações e efetivações das demandas do povo. Esse panorama não mudou, porque mesmo os movimentos que não atuam por dentro da institucionalidade precisam das instituições para fins de negociação ou de recursos para políticas públicas. Também entendemos, pelos mesmos motivos apresentados nesse parágrafo, que a disputa do Estado é um horizonte estratégico fundamental na busca pela justiça territorial e pelo direito à cidade na política urbana brasileira. Destarte, reconhecemos a importância das intervenções estatais no espaço urbano e da ampliação dos canais de diálogo entre a população e o poder público. Nossas ressalvas vêm da crítica à tentativa de se usar o jargão da “democracia participativa” para imobilizar e cooptar os movimentos sociais urbanos.

Os anos de 1990 são caracterizados pelo “contexto do desmanche” do Estado brasileiro (Miagusko, 2008). Com o fim da Guerra Fria e a consolidação da globalização, a economia se mundializa a partir do avanço neoliberal no mundo. Abertura

econômica, desregulamentação financeira, precarização dos serviços públicos e privatizações são algumas das medidas adotadas por governos neoliberais no mundo todo. A ideologia do “Estado mínimo” ganha força no mundo todo e prega uma intervenção cada vez menor do Estado na economia. Por outro lado, o encarceramento em massa, a repressão e o punitivismo se ampliam e aprofundam a criminalização da pobreza, principalmente na periferia do capitalismo. Essa conjuntura também afeta comprometidamente os movimentos populares. Suas bandeiras por reforma agrária e urbana, somadas as ações coletivas de caráter antiglobalização que se espalham por todo globo, tornam os manifestantes alvo da coerção do poder estatal.

O dismantelamento do Estado brasileiro encerra décadas de desenvolvimentismo econômico e resulta na redução das políticas públicas e dos programas habitacionais. O corte na base material da sociedade atinge diretamente os movimentos populares e suas lutas por justiça e dignidade. A preocupação desses governos neoliberais, que se tornam hegemônicos na política brasileira, passa por gerir a pobreza ao invés de erradicá-la. Essa conjuntura de flexibilização ou retirada de direitos sociais e o corte nas políticas públicas de caráter universalizante tem impacto direto sobre os movimentos sociais urbanos. Na década de 1980, os movimentos populares brasileiros ganharam musculatura e ampliaram sua participação em fóruns, seminários e audiências públicas, além de conformarem parcerias com técnicos, partidos políticos e universidade. Nos anos 1990, o recuo dessa conjuntura faz com que os movimentos por moradia adotassem uma nova nomenclatura: movimentos sem-teto (Miagusko, 2008, p. 10). A assimilação desse novo termo não é produto de mera opção semântica. O prefixo “sem” indica a negação de um bem ou direito, no caso à morada, garantido pela Constituição Federal de 1988 e conquistado a partir da inserção desses movimentos nos canais institucionais.

Em seu livro *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*, Guilherme Boulos (2015) explica que os sem-teto não são apenas aqueles ou aquelas em situação de rua. A parcela da

população que vive em habitações precárias, áreas de risco, superlotadas, famílias ameaçadas de despejo e que não consigam arcar com o aluguel também fazem parte desse grupo. Ainda que não resolva todo o problema da habitação no país, o número de moradias vazias nos abre uma possibilidade estratégica que não mire apenas no aquecimento do mercado imobiliário via construção de novas unidades habitacionais, mas sim no cumprimento da função social da propriedade sobre casas e apartamentos vazios. Essas propriedades, inclusive, colocam em disputa as centralidades das grandes cidades brasileiras, por muitas localizarem-se em áreas centrais do espaço urbano. Entretanto, entendemos o déficit habitacional como um déficit ético. Em outras palavras, a carência de uma morada trata-se da falta de decência, de um direito básico e constitucional que tem a sua não-universalização naturalizada pelo Estado e por parte da sociedade civil.

A agenda da reforma urbana, tão sólida nas décadas anteriores, foi atacada pelos governos neoliberais, que privilegiaram cada vez mais o valor de troca em detrimento do valor de uso em suas políticas voltadas para a gestão das cidades. Com os ataques, a luta por moradia teve sua importância reforçada e se baseou no princípio jurídico de função social da propriedade — expresso na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) — para justificar suas ações diretas. O próprio Estatuto da Cidade é fruto de um acúmulo dos movimentos sociais que vem desde a Ditadura Militar e que ganha força a partir da década de 1980. Sua construção visa garantir o direito à cidade, bem como a sua função social. Dentre as propostas dos movimentos sociais está o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), instituído pela Lei 11.124/05 através de um projeto de lei de iniciativa popular, que foi entregue ao Congresso Nacional em 1990.

A criminalização dos movimentos populares e da pobreza também é produto de uma “aporofobia” (Cortina, 2017). Esse neologismo deriva de *aporos*, palavra grega que significa pobre, e da fobia, que diz respeito ao rechaço. Temos, nesse sentido,

uma aversão aos pobres. A filósofa espanhola afirma que, mesmo os preconceitos mais antigos, como o racismo e a xenofobia, têm um elemento econômico de posição social embutido. Não se trata de uma postura conjuntural, mas sim estrutural e agravada com o neoliberalismo. Essa é a chave para o alerta de que não devemos ter uma visão essencializada dos sujeitos, descolada do mundo real e das condições materiais da sociedade. Embora o conceito seja pensado dentro de um contexto europeu, marcado por intensos fluxos migratórios oriundos da África e do “Oriente Médio”, o combate a “aporofobia” passa por uma ética da compaixão e da igualdade, valores que nos indicam a necessidade de um pensamento ético aplicado, comportamental, que nos guie em direção à decência da vida humana. Todo esse percurso demanda o empoderamento dos pobres ou, de acordo com nosso escopo teórico, a efetivação da justiça territorial para os grupos subalternizados.

O fim do desenvolvimentismo na década de 1980 e o avanço do neoliberalismo nos anos de 1990 colocaram fortes empecilhos ao direito à cidade e a justiça territorial urbana. Para enfrentar a lógica de mercantilização das cidades, novos movimentos populares surgem e outros se fortalecem. A cidade de São Paulo se destaca pela quantidade e magnitude dos conflitos inerentes às mobilizações por moradia. O Movimento de Moradia do Centro (MMC) e o Movimento dos Sem-teto do Centro (MSTC) são frutos dessas contradições que o grande capital imobiliário causa na maior cidade do Brasil. Em 2003 surge a Frente de Luta por Moradia (FLM), que reúne uma série de movimentos sociais urbanos presentes na capital paulistana. Reiteramos que a luta pelo direito à cidade não começa na globalização, sendo uma questão intrínseca ao capitalismo. Já em 1987, é criado o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). Um dos marcos dessa conjuntura é o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), criado em julho de 1990, no 1º Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia. Observamos que a pauta de reforma urbana e do direito à cidade vem no bojo da abertura democrática brasileira e assume desde uma escala nacional

de articulação até os movimentos localizados nos centros das grandes cidades.

Programa Minha Casa, Minha Vida: de medida anticíclica a um dos pilares do crescimento econômico brasileiro

Lançado em 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PM-CMV) é oriundo do Programa Crédito Solidário (PCS), extinto em 2004. Sua operação econômica é feita a partir do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), modalidade pertencente à Caixa Econômica Federal (CEF) na qual as empresas são as tomadoras de recursos e produtoras das unidades habitacionais. O programa é composto pelas Faixas 1, 2 e 3, variáveis de acordo com a renda. Na Faixa 1, composta pelos beneficiários de menor renda, os recursos são subsidiados a fundos perdidos pela União. Nas demais faixas, os subsídios, decrescentes, são concedidos por meio do FGTS (Buonfiglio e Martins, 2019).

De início, o programa foi uma resposta anticíclica à crise financeira global de 2008. Em meados do mesmo ano, a crise começa a ser sentida de forma mais significativa no Brasil, o que fez com que o setor imobiliário brasileiro revisasse suas metas de lançamentos e buscasse alternativas para as grandes incorporadoras junto ao governo federal. No seu decorrer, essa política habitacional de cunho interventor passa a ter um caráter estrutural nos governos petistas e se torna um programa habitacional voltado para o crescimento econômico brasileiro. Acompanhando o período de queda no desemprego, aumento real de salário-mínimo, ampliação do crédito e de maior liquidez no mercado, o PMCMV transformou-se em um mecanismo de expansão do mercado imobiliário no Brasil. A montante do PMCMV estava o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado um ano antes de crise de 2008, o PAC dialogava com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e era um dos pilares do pacote de investimentos públicos na economia pro-

movido durante o segundo governo do ex-presidente Lula (Buonfiglio e Martins, 2019).

A dimensão espacial do PMCMV é mais um ponto controverso desse programa. Seguindo a lógica das políticas habitacionais nas Regiões Metropolitanas brasileiras, o PMCMV se traduz em um processo de periferização das moradias. Na busca de rentabilidade, as grandes construtoras buscam terrenos extensos e baratos, distantes dos centros urbanos, com o intuito de lotear o maior número de unidades possíveis e lucrar a partir da quantidade de imóveis vendidos a preços mais acessíveis. Os critérios econômicos na compra dos loteamentos passam, assim, pelo preço da terra e pelo tamanho da propriedade, o que explica a construção dos conjuntos habitacionais ligados ao programa nas periferias, também na concepção geográfica do termo. Esse processo, subsidiado com fundos públicos, reforça, quando não agrava, a segregação socioespacial presente nas cidades brasileiras (Rizek, Amore e Camargo, 2018, p. 179).

O PMCMV apresenta outros problemas de ordem espacial, econômica e social. Além de contribuir para o espraiamento urbano, o modelo de condomínio fechado e murado — obrigatório para os empreendimentos verticais do programa, contribui com a lógica de um tecido urbano fragmentado, sem que a haja uma efetiva qualificação das periferias que recebem esses conjuntos habitacionais. Verifica-se, também, a inadimplência de muitos mutuários e conflitos decorrentes das taxas de manutenção dos apartamentos e dos condomínios, a cargo dos moradores. No caso dos reassentados pelas remoções causadas pelo PMCMV, as despesas mensais com água e luz, por exemplo, aumentam, pois muitos viviam a base de “gatos” (ligações elétricas clandestinas) em suas moradias anteriores. Identifica-se, ainda, a existência de empreendimentos controlados pela milícia ou pelo tráfico de drogas (Rolnik, 2019, pp. 314-315).

O Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades, criado em 2009, é derivado do PMCMV. Nessa modalidade, o recurso operado é proveniente do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). De acordo com esse sistema, as entidades sem fins lucrativos são

as tomadoras de recursos e produtoras das unidades habitacionais. É no contexto histórico neoliberal de terceirização da construção que o PMCMV-E está situado. A meta do programa não vai muito além disse percentual, com expectativa de 3% do total das moradias do PMCMV em âmbito nacional. Desse percentual ainda ocorre uma divisão entre diversas entidades sem fins lucrativos, principalmente do terceiro setor — caso das ONG. Apenas uma fatia minoritária desses recursos chegava aos movimentos sociais. Nacionalmente, o “Entidades” comporta apenas 0,25% dos recursos investidos e 0,83% das unidades habitacionais contratadas no programa PMCMV como um todo. Em termos de eficiência, demonstra piores resultados do que as demais modalidades, pois concluiu apenas 0,36% de suas moradias e entregou só 0,18%, com todas as legalizações exigidas no programa, das mesmas³.

Além de sua amplitude e eficiência, relativizadas pelos dados quantitativos apresentados no parágrafo acima, o processo jurídico e burocrático do PMCMV-E atende à chamada terceirização da construção da moradia, que corresponde à transferência de responsabilidade dos trâmites legais para as entidades envolvidas no processo. Ao analisarmos as organizações populares com baixa capilaridade e estrutura, a autoconstrução por mutirões tem sua viabilidade dificultada e uma empresa da construção civil é contratada, sem riscos e com CNPJ dissociado do contrato com a Caixa Econômica Federal, em um mecanismo denominado “empreitada global”. Outras habitações têm sua qualidade comprometida e às vezes sequer são concretizadas. Movimentos por moradia mais sólidos — justos e eficazes —, caso do MTST, conseguem produzir edificações de qualidade e garimpar uma fatia dos recursos, mas são, contudo, minoria (Teixeira, 2018).

³ Os dados apresentados nesse parágrafo foram extraídos dos textos de Teixeira (2018) e de Rizek, Amore e Camargo (2018), ambos presentes em nossas referências bibliográficas.

Sob outra ótica, mesmo que limitado, o PMCMC-E representa uma penosa conquista dos movimentos populares da luta por moradia, produto de uma articulação com o governo federal, bem como de um longo histórico de participação — e ocupação — nos espaços institucionais e de diálogo com as assessorias técnicas da CEF. Por parte do Estado, o discurso era de que não havia outra opção caso as entidades envolvidas desejassem participar da política urbana, atender suas bases sociais e construir suas próprias habitações de uma maneira não convencional. O “Entidades” representa, assim, um campo consensual de que não há saída estabelecida e organizada para se conquistar a moradia que não passe pelo programa (Rizek, Amore e Camargo, 2018, pp. 173-175). Não por acaso, as ocupações do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, resultaram em negociações que envolveram habitações sociais oriundas do PMCMC-E.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST): de sua origem em São Paulo à atuação no Rio de Janeiro

Foi da conjuntura de desmantelamento do Estado que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em 1997. Sua formação está diretamente ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que nesse mesmo ano fez uma Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça. O objetivo dessa mobilização foi protestar contra a impunidade dos policiais no assassinato de 19 trabalhadores rurais sem-terra que obstruíram uma rodovia em um município do sul do Pará, em 1996. Esse brutal episódio ficou conhecido como Massacre de Eldorado de Carajás. A partir desses acontecimentos o MST passa a discutir com maior profundidade a importância das cidades na disputa política pela reforma agrária. Feita essa análise, quadros do movimento foram deslocados para auxiliar na organização das lutas no espaço urbano. Embora o MTST tenha surgido no mesmo período que outros movimentos de sem-teto do

centro de São Paulo, seus acúmulos de experiências, discursos e práticas estiveram inicialmente vinculados ao MST.

A própria nomeação do MTST busca traçar uma diferenciação de outros movimentos de moradia. O MTST reconhece que o principal motivo de sua existência é a luta por moradia, mas não se define como tal, procurando se afirmar como um movimento popular que se organiza em prol do combate às mazelas enfrentadas pelos moradores das periferias das cidades. Assim, o movimento tenta aplicar uma prática mais ampla e diversificada em sua atuação no espaço urbano, da mesma maneira que outras organizações de moradia e sem-teto também o fazem. A grande distinção do MTST é a sua relação com as políticas públicas e “as expectativas que em seus marcos haja a possibilidade de resolução da questão da moradia a partir da organização de uma demanda nos programas habitacionais” (Miagusko, 2008, p. 185). Outro aspecto distintivo do movimento é sua crítica ao caráter localista dos movimentos de moradia até então existentes. O MTST entende que a articulação de um grande movimento popular nacional é imprescindível na correlação de forças que envolve a arena política de disputa pela reforma urbana no Brasil. De início, entretanto, o MTST não apresentava envergadura nacional suficiente para efetivar esse objetivo estratégico. Só nos últimos anos o movimento vem ampliando suas ações em outros estados.

A ocupação é a principal tática⁴ de luta do MTST. A forma privilegiada das ocupações se dá em terrenos abandonados e desocupados sem função social. Esse aspecto é diferente do repertório da maioria dos movimentos de moradia, que ocupam, em sua maioria, prédios abandonados. Isso se explica pela característica distintiva do movimento explicada no parágrafo acima. O MTST atua a partir da demanda por moradia feita

⁴ Em nossa quarta seção, abordaremos as definições de estratégia e tática de maneira mais aprofundada. De modo conciso, entendemos a estratégia como uma escolha de longo prazo e a tática se apresenta como a operacionalização da estratégia (Ribeiro, 2010).

nos programas habitacionais. Ou seja, o movimento pressiona e se mobiliza pela construção de novas moradias, não pela reforma ou regularização de edifícios já existentes. Essa tática, no entanto, não impede que uma das principais críticas que fundamenta a linha política do MTST seja a institucionalização dos movimentos sociais urbanos através dos canais de participação criados pelo Estado.

Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o movimento concentrou seus esforços em quatro grandes frentes de atuação: o jurídico, a comunicação, a autossustentação e o trabalho de base, “a coisa que a gente tem mais zelo”, segundo Maria Clara, coordenadora do MTST, durante uma atividade de apresentação do movimento acompanhada por nós, em novembro de 2019. O grau de funcionamento dessas formas de atuação depende da articulação de cada estado, o que faz com nem todos consigam desenvolver suas atividades na plenitude. O caminho para se conquistar a moradia perpassa a presença nas assembleias, controladas por listas de presença. A aliança com outras organizações, os acordos táticos e a visão programática passam por essa cartilha. Financiamento de grandes empresas, prática de cotização obrigatória para a militância e apoio financeiro com interesses contraditórios são proibidos.

Todos esses elementos diferenciadores e a forma de organização interna apresentados nos permitem classificar o MTST como uma unidade ativa, definida como “todo grupo humano caracterizado por uma estrutura que contém dois elementos essenciais, uma cultura e uma organização” (Montbrial, 2008, p. 5). A cultura, assinala o geógrafo, concebida não no sentido etnográfico, mas como uma identidade política bem definida. Podemos falar de uma cultura de ocupação, formativa, discursiva, organizativa etc. Todos esses aspectos existem no caso da cultura do MTST. O movimento tem músicas características, lemas, materiais, livro publicado, *site*, páginas em redes sociais, enfim, uma cultura de organização própria e sedimentada. Em seu âmbito organizativo, destacamos: sua organização territorial, a periodicidade das reuniões nos territórios em que o

MTST realiza trabalho de base e a adaptação da atuação do movimento em cada estado.

Baseados no livro *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil* (Simões, Campos e Rafael, 2017), faremos um apanhado da história do MTST a partir da narrativa dos sujeitos que ajudaram a construir o movimento até aqui. O prefácio nos chama a atenção: é assinado pelas “Mulheres do MTST”, em uma clara preocupação com uma política de gênero. As “companheiras” reivindicam um feminismo popular, que dialogue com os homens e com as sem-teto, organizadas e desorganizadas, não a partir do “empoderamento”, considerado por elas experiência individual, mas sim através da coletividade. Ter um teto, reforçam, é uma questão de sobrevivência para as mulheres e um passo para a conquista da autonomia afetiva feminina. São essas mulheres que ajudam nas cozinhas solidárias de muitas ocupações, comandam tarefas de formação política e assumem coordenações dentro do MTST, dentre outras responsabilidades fundamentais para a manutenção e o avanço da luta nas periferias urbanas do território brasileiro.

O começo do MTST se dá em Campinas. Militantes do MST que viviam próximos à cidade passaram a acompanhar as ocupações que já vinham acontecendo. Nesse período, ocorreu uma marcha de Campinas até São Paulo e o símbolo do movimento foi criado, a partir de uma construção coletiva de sua militância. Os anos 2000 representam a consolidação do MTST como movimento popular, bem como sua expansão geográfica para a Grande São Paulo. Em 2001 — por meio de uma articulação com os movimentos eclesiais de base da Igreja Católica — o movimento ocupou um grande terreno na periferia de Guarulhos, segunda maior cidade do estado. A ocupação se localizava próxima ao Aeroporto Internacional de Cumbica e da Rodovia Presidente Dutra. A posição do terreno nos indica a dimensão estratégica do movimento, que usa o espaço e o tempo como trunfos de poder (Raffestin, 1993).

As sucessivas ocupações do MTST colocaram dois desafios para a construção do movimento: lidar com a lógica urbana es-

poliante e favorável a especulação imobiliária e ampliar a atuação da organização para uma escala nacional, com o intuito de fortalecer a luta dos sem-teto. A resposta para o primeiro impasse foi a criação dos núcleos territoriais, formados com o objetivo de enraizar o trabalho de base nas periferias e manter o povo organizado. Reuniões periódicas são realizadas em locais públicos para que a militância não se afaste e consiga manter algum nível de organicidade. A segunda demanda culminou em um processo de estadualização do MTST. Em 2009, ocorreu o auge da estadualização do movimento, com mais uma greve de fome em frente ao prédio que serve de residência do então presidente Lula. Esse episódio mostrou a necessidade de o governo federal em dialogar com o MTST.

A década de 2010 foi fundamental para o fortalecimento do MTST como movimento popular. Em 2012, os sem-teto ocuparam o Ministério das Cidades durante nove dias. No mesmo ano aconteceu o Massacre do Pinheirinho, quando o então governador Geraldo Alckmin realizou, no dia 22 de janeiro, um violento processo de reintegração de posse sobre o terreno ocupado na época pelo MTST, na cidade de São José dos Campos, no Vale do Paraíba paulista. Essa ocupação deixa clara a não-aleatoriedade das ocupações do MTST e o nível de enfrentamento do movimento contra o capital financeiro, ou seja, expressa-se uma ação estrategicamente orientada e efetivada como uma tática territorial.

A conjuntura que se deu a partir das Jornadas de Junho de 2013 deu um peso ainda maior ao MTST na cena política nacional, com o movimento popular conciliando suas ocupações com posições que vão além da luta por moradia e da reforma urbana, inclusive participando de atos em defesa da democracia. A volta de governos mais conservadores e liberais colocou a necessidade de reorganização do campo de esquerda no Brasil. Em 2018, Guilherme Boulos, membro da coordenação nacional do MTST, é lançado como candidato à presidência da república pelo PSOL.

A identidade política do MTST não assegura que nos âmbitos estadual e municipal a maneira de atuar do movimento se

mantenha igual. Os sem-teto têm um estágio de desenvolvimento e um acúmulo de forças que variam de acordo com o estado e cidade. A luta continua se espalhando pelo território brasileiro de forma desigual e esbarra nas especificidades de cada periferia. O tempo de atuação, a eficácia do trabalho de base, a força dos setores da burguesia e a posição política de determinados governos e prefeituras alteram a capacidade do MTST se estabelecer e ser protagonista das lutas populares.

A atuação do MTST no estado do Rio de Janeiro (RJ) é marcada por encontros e desencontros. Na trajetória do movimento em territórios fluminenses, a violência se mostra um constrangimento que dificulta a organização dos sem-teto desde suas primeiras tentativas de ocupação no estado. No ano de 2014 ocorre a primeira ocupação do estado, no município de São Gonçalo, localizado na Região Metropolitana, marcado por sua precarização e segunda maior cidade do Rio de Janeiro. A ocupação Zumbi dos Palmares mobilizou mais de 1.000 famílias e durou 12 dias, mas seu grande saldo organizativo foi fincar as raízes do MTST no Rio de Janeiro.

Niterói: entre a injustiça territorial e os novos movimentos sociais urbanos

Cidade fundada em 1573, Niterói está localizada nas margens orientais da Baía de Guanabara e compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) (Mapa 1). Sua população estimada (2019) é de 513.584 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com uma área de 131 km² e 52 bairros, Niterói apresenta cinco grandes regiões de planejamento: Região Leste, Região Norte, Região Oceânica, Região de Penadotiba e Região Praias da Baía (Mapa 2). A maioria de sua população está concentrada na Região Norte, majoritariamente no bairro do Fonseca. Com alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), sua marca no território de “cidade qualidade de vida”, foi construída pela prefeitura na década de 1990.

No entanto, esse mesmo município inclui mais de 40.000 casas, distribuídas em 87 favelas, com carência de infraestrutura, saneamento e risco de deslizamentos de terra. Somem-se a esse dado os cerca de 25% de sua população vivendo em condições precárias (Bienenstein et al., 2012 citado em Bienenstein et al., 2017). O Índice de Gini do município, por exemplo, é de 0,5983, expressando uma significativa concentração de renda. Dados extraídos da Casa Fluminense (2020) expressam as disparidades da Niterói de maneira ainda mais latente. De acordo com a ONG, 88% dos homicídios provocados por intervenção policial na cidade foram contra pessoas negras. Outro número que aponta para injustiça racial existente na cidade é a expectativa de vida da população niteroiense, a maior da RMRJ: 70 anos; por outro lado, a população negra vive, em média, 13 anos a menos se comparada a branca, a maior discrepância entre os municípios analisados. No que tange a injustiça ambiental, as disparidades também são latentes: 100% de seus habitantes têm abastecimento de água e 97,7% contam com esgoto tratado. Todavia, Niterói é a cidade da RMRJ com o maior número de mortes por desastres ambientais (188). Esse número nos sugere que os “desastres” do Morro do Bumba e de outras encostas favelizadas, em 2010, não foram obra do acaso: configuram uma condição de injustiça racial e ambiental — imbricadas pelo racismo ambiental que assola a expressiva parcela de população negra vivendo em favelas — presente no território niteroiense. Detectamos, após uma análise crítica desses números, uma situação e uma condição — espacialidade da injustiça e injustiça da espacialidade, nesta ordem — de injustiça territorial e infelicidade na cidade de Niterói.

No que tange a sua outra marca territorial, a de “cidade sorriso”, caracterizamos contrastantemente Niterói como uma cidade infeliz, embora, do ponto de vista metodológico, julgamos inviável fazer uma aferição exata da felicidade (vida boa). Ballas (2013), em seu artigo, tenta responder à seguinte pergunta: o que torna uma cidade feliz? O trabalho do autor mostra os esforços recentes em calcular ou medir a qualidade de vida das cidades,

uma abordagem por si só problemática, e que entendemos ser diferente da felicidade, que forma, junto com a justiça, os dois horizontes éticos da sociedade.

Mesmo as pesquisas que realizam o esforço de tentar mensurar aspectos subjetivos da vida boa nas cidades estão distantes de conseguir tal objetivo. Tais estudos, quantitativos ou não, vão na contramão da abordagem ética e acabam servindo de instrumentos para modelos de governança que se utilizam de índices e rankings para incentivar a competitividade entre os lugares vis-à-vis à globalização. No parágrafo que apontamos a injustiça territorial e social de Niterói, trouxemos alguns dados que mostram a precarização e a marginalização de uma parcela expressiva da população da cidade. Números esses que não propagandeados em *slogans* e acabam por não compor a marca difundida do território niteroiense. Assim, nossas reflexões sobre justiça e felicidade em Niterói nos permitem inferir que se trata de uma cidade injusta e infeliz.

Com a globalização, criou-se uma conjuntura internacional com forte influência do empreendedorismo urbano. No caso de Niterói, avaliamos, a marca no território (*place brand*) “cidade sorriso” foi uma estratégia de branding territorial malsucedida, haja vista a dificuldade da cidade em competir com metrópoles mundiais e de originar um bem-estar social sólido para toda a sua população. Registre-se que uma marca territorial não se resume à criação de um slogan ou de um logotipo, mas inclui, também, a construção de uma identidade que expresse uma imagem positiva, duradoura e diferenciadora da cidade, de modo que a competitividade da mesma aumente no cenário globalizado (San Eugenio, 2013).

plano estratégico, inicia-se, em 2014, a construção do Corredor Viário Transoceânico (túnel Charitas-Cafubá), conectando as duas regiões de planejamento que abrigam a maior parte da classe média e da população de alta renda da cidade. A nova agenda urbana de Niterói continua, destarte, a privilegiar o adensamento e a verticalização da Região Praias da Baía e da Região Oceânica, bem como tentar solucionar seus decorrentes problemas de mobilidade.

Traçaremos, também, o perfil de Pendotiba, região de planejamento que se configura como uma fronteira urbana (Smith, 2007) de Niterói. Por analisarmos uma cidade periférica do capitalismo, tomamos cuidado ao recorrer a essa expressão, forjada nas cidades do centro do sistema-mundo, mais especificamente nos EUA. O geógrafo inglês associa as fronteiras urbanas à oportunidade de se obter um diferencial de renda (*rent gap*) em áreas desvalorizadas, para posterior revalorização dos centros urbanos, em um movimento que engloba residências, estabelecimentos comerciais, sedes empresariais e instituições financeiras. Essa mudança do perfil social das áreas centrais, a gentrificação, faz parte de um processo de reestruturação urbana apoiado no desenvolvimento desigual e combinado do espaço urbano capitalista. No entanto, Neil Smith alerta que seu estudo não é voltado para o “Terceiro Mundo” e afirma que as fronteiras urbanas são fenômenos gerais, mas não universais. Diante de tal explanação, utilizamos o termo na medida em que o Centro de Niterói, após um período de desvalorização, vem sendo alvo de sucessivas tentativas de requalificação, a exemplo de uma OUC, em 2011, enquanto Pendotiba, desde a década de 1970, passa a ser habitada por uma classe média que busca fugir do adensamento e da verticalização da Região das Praias da Baía.

O PUR de Pendotiba, aprovado em 2015, apostava, mais uma vez, na lógica de uma cidade adensada e “compacta”, o que gerou descontentamento de seus moradores, preocupados com a manutenção da qualidade de vida dos bairros da região. Pendotiba ainda apresenta aspectos remanescentes de áreas rurais e abriga

diversos condomínios fechados horizontais das classes média e alta, que buscaram fugir da verticalização dos bairros da Região das Praias da Baía da cidade, ampliada a partir dos anos de 1970. Ao lado desse perfil de maior renda, a região também é habitada por famílias de baixa renda, o que nos indica a heterogeneidade da estratificação socioespacial de Pendotiba. No entanto, as demandas populares de regularização fundiária e melhorias na mobilidade não foram contempladas pelo poder público municipal, que utilizou o PUR-Pendotiba como instrumento de “mediação do Executivo com as empreiteiras locais” (Bienenstein et al., 2017, p. 109).

Fica claro que, como toda fronteira, Pendotiba é alvo de conflitos e interesses antagônicos, isto é, um espaço dotado de elevado potencial de ação política. Inseridas nesse contexto, as duas ocupações do MTST em Niterói ocorreram no Largo da Batalha (2015) e no Sapê (2018), bairros que sofreram com uma intensa especulação imobiliária e que, não por acaso, estão localizados na fronteira urbana de Pendotiba. Esses dois bairros ainda apresentam um valor médio da terra baixo para os padrões de Niterói (Drumond, 2018, p. 12), caracterizando-os como periferias e alvos da especulação imobiliária, que avança por essas áreas ainda desvalorizadas da cidade. Se comparados à parte dos bairros da Região das Praias da Baía e da Região Oceânica, fica nítida a diferença nos valores dos terrenos nessas diferentes regiões da cidade, deixando ainda mais claro o recente movimento de parte das classes médias em morar, por preços acessíveis para as mesmas, em condomínios fechados horizontais em áreas da cidade de Niterói que permitem uma sensação de segurança e boa infraestrutura dentro de seus muros, além de explicitarem mais um traço de segregação socioespacial urbana.

A despeito da maioria de seus dados socioeconômicos com bons índices, observamos, em Niterói, casos flagrantes de injustiça territorial urbana. A revisão do Plano Diretor (2019), com o pretexto de combater o espraiamento urbano, continuou a atender os interesses da construção civil e do mercado imobiliário oligopólicos, intensificando o uso e a ocupação do solo nite-

roiense. Conforme exposto no parágrafo acima, a Região de Pendotiba é o próximo alvo tendencial dos especuladores e de seu consequente processo de verticalização. Atrás de seus investimentos, de instrumentos e planos urbanísticos, esconde-se uma cidade injusta e atravessada pelas lutas de seus sujeitos, por dentro e por fora da institucionalidade, em busca de dignidade e de decência.

Um levantamento feito pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) e apresentado na Semana de Extensão da UFF, em 2019, mapeou as “manifestações” (linguagem mais corriqueira entre os movimentos sociais urbanos) por moradia em Niterói, entre janeiro de 2018 e agosto de 2019. Os dados foram coletados através do monitoramento das redes sociais, da imprensa e das reuniões do Fórum de Luta por Moradia (FLM). O estudo traz informações relevantes sobre os “reclamadores”, “colaboradores” e antagonistas desses protestos — para manter o linguajar utilizado pela própria militância — (Maciel et al., 2019) e nos dá uma dimensão do cenário recente e atual de mobilizações da cidade. Sistematizamos esses dados em forma de tabela, para esmiuçarmos o peso de cada ação coletiva na conjuntura política niteroiense.

Tabela 1. Manifestações por Moradia Digna em Niterói (janeiro de 2018/agosto de 2019)

AÇÃO COLETIVA	NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES
Prédio da Caixa	11
MTST	9
FLM	7
Outros movimentos sociais	2
Morro do Preventório	2
Mama África e Associação de Moradores de Jurujuba	1
Associação de Moradores de Rua	1
Moradores de Jurujuba	1
Condomínio Zilda Arns	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do NEPHU (2019).

Na Tabela 1, sintetizamos os movimentos sociais urbanos (“reclamantes”) e suas respectivas “manifestações” no período supracitado. Constatamos o protagonismo dos sem-teto despejados do “prédio da Caixa” e o peso do MTST e do FLM nas mobilizações na cidade. Juntas, essas três formas de ação coletiva compõem mais de 75% dos atos realizados durante o recorte temporal do estudo. O levantamento realizado pelo NEPHU (2019) aponta que a única ocupação do período foi a 6 de abril, em 2018, organizada pelo MTST. Chama a atenção o fato da Federação das Associações de Moradores de Niterói (FAMNIT) não participar de nenhuma dessas reivindicações, fato que escancara o processo de cooptação sofrido pelas lideranças de bairro em Niterói.

A ANTIGEOPOLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO EM NITERÓI

A base de nossa pesquisa empírica, construída em duas visitas à ocupação 6 de abril, em 2018, e nos trabalhos de campo, mês após mês, entre 2019 e 2020, nos traz um pouco da dimensão cotidiana do MTST em Niterói. No entanto, advertimos que a etnografia é carregada de teatralidade na relação entre o eu e o *outro* (Goffman, 2002). A dramaturgia dos sujeitos envolvidos é calcada em uma representação teatral embrenhada em técnicas de atuação, nas quais cada ator ou “atriz” realiza uma verdadeira encenação — individual ou coletiva — em seu palco. Apesar dos meses de contato e das inúmeras conversas, sempre seremos “de fora”, estranhos para o resto da equipe de atores.

O exercício etnográfico realizado no decorrer desta pesquisa nos conduziu a uma categoria indispensável a este trabalho: a experiência. Mais do que um conceito, a experiência é uma vivência corpórea capaz de reunir corpo e alma, ideias e sentimentos, e de produzir o exercício da ética e da política do cuidado. Em outras palavras, experienciar um fato pode gerar uma solidariedade ativa. Desse modo, compreendemos em nosso trabalho de geografia política da cidade, a necessidade de se fazer uma ética política. Nossa experiência, em diálogo com as epistemologias do Sul, é vivenciada, mas de modo distinto dos sujeitos organizados no MTST: o *outro* de nossa dissertação vive a experiência, em um cotidiano inevitável; nós, por outro lado, vivemos uma experiência de substituição, movida por escolha pela solidariedade ativa e pela cooperação (Santos, 2018, pp. 144-148).

Retomamos, desse modo, nossa posicionalidade ética frente a luta do MTST em Niterói, mas com a clareza de que optamos, durante nossa pesquisa e militância, por vivenciarmos uma realidade que não pertence ao nosso cotidiano. Tivemos contato com uma série de experiências atravessadas por nossa escolha de objeto de estudo e pela constante tentativa de tratar os e as sem-teto como sujeitos corporificados e, através de uma ontologia do reconhecimento, portadores de direitos políticos, sociais,

econômicos e ambientais. Nosso exercício etnográfico se trata, portanto, de uma escolha — por conseguinte, de um agenciamento —, não de uma estrutura que nos condiciona uma precarização e uma opressão constantes.

Após o término de uma atividade, fomos convidados pela Dona Rosa para ir, junto com o Bruno, a sua casa tomar cerveja, na “comunidade” do Atalaia, localizada no bairro da Ititioca, Região de Pendotiba. Recolhemos as panelas da cozinha e pegamos um transporte alternativo até à esquina da rua em que mora Dona Rosa. Saltamos do carro, andamos até a moradia dela e entramos para usar o banheiro. Desde a sua varanda no morro, recebemos uma aula de geografia sobre a posição dos bairros mais próximos de sua casa. Logo descemos, atravessamos a rua e paramos em um bar do outro lado da calçada. Os moradores, gentis, nos ofereciam o churrasco feito em frente ao estabelecimento e nos cumprimentavam. Aproveitamos a oportunidade e, ao longo da tarde e início da noite, conversamos com ela, colhemos alguns depoimentos e compreendemos a sua luta por moradia, que vem desde a ocupação 6 de abril no Largo da Batalha, em 2015, e sua gana em se manter no movimento, mesmo que conquiste sua nova moradia. Aguerriada, Dona Rosa relatou um pouco de sua vida na periferia, sua concepção de favela e sua percepção sobre o poder público de Niterói:

A verdadeira história é você viver na favela, no dia a dia, porque *muita gente que vive na cidade não sabe a vida que a gente tem na favela*. É dura a vida na favela [...]. A prefeitura parece que dá chupeta, bala na boca de criança e depois tira, com esse negócio de marca, desmarca reunião... *o povo quer ação*. Daqui a pouco vem um, puxa um bico de luz e aí começa. (Dona Rosa, militante do MTST em Niterói, grifo nosso)

A declaração acima escancara Niterói como uma cidade injusta e a consequente negação do direito à cidade aos seus sujeitos, principalmente os periféricos. A favela, parte da cidade, aparece como um “território externo” ao espaço urbano em sua fala, deixando clara a marginalização das periferias. Mulher, negra e

uma das principais lideranças do movimento, Dona Rosa — membra da coordenação estadual do MTST no RJ — cobra ação do poder público municipal e demonstra insatisfação frente à demora nas negociações com a prefeitura.

A predominância feminina nas cozinhas solidárias do MTST também é reflexo da ampla maioria de mulheres que compõe a base do movimento. A própria mulher, ao chegar em uma ocupação ou no movimento, tem na cozinha uma atividade de seu domínio e uma possibilidade de contribuição. Com o passar do tempo, a cozinha se transforma em um espaço de formação de autonomia feminina, de obtenção de reconhecimento e de produção de subjetividades. Além de ser uma forma de inserção na militância e de cooperação, a cozinha é ressignificada. Ela passa a ser um espaço aonde as mulheres vão, gradualmente, adquirindo confiança e sedimentando a consciência de reivindicar respeito e direitos. Cabe a ressalva, também, de que nenhuma mulher fica restrita à cozinha e que muitas sem-teto sequer cozinham. O debate sobre o masculinismo e o papel das mulheres nas cozinhas existe dentro do movimento, mas, ao mesmo tempo, é preciso um olhar cuidadoso para não cairmos em um discurso essencializado e inquisitório sobre uma atividade complexa e que vai muito além do ato de cozinhar em si.

[P]rimeiro, tomar consciência do peso e da importância que esse trabalho tem, isso dentro da ocupação já é muito importante, isso já é fato que mostra, que é você vê, né, essa construção interna. Mas a segunda coisa acho que é, talvez, mais importante, que é tomar consciência de que ela é capaz de fazer não só aquilo, de dar conta não só daquela tarefa, mas de outras, porque aí pode ter certeza, aí é uma coisa que qualquer ocupação, qualquer lugar do MTST, qualquer mulher que está na cozinha, ela não está só na cozinha. Então assim, as mulheres que estão na cozinha, também vão fazer barraco, também vão paro ato, também vão peitar polícia, também vão fazer segurança na madrugada, da ocupação, então assim, as mulheres que estão na cozinha não estão restritas à cozinha. E a noção da importância do trabalho delas na cozinha, ela se expande, *ela também se transforma num reconhecimento da própria capacidade de atuar em qualquer outro*

lugar, de atuar coletivamente em outras instâncias também, em outros lugares também. (Lorena, coordenadora estadual do MTST, grifo nosso)

No dia primeiro de março de 2020, o MTST organizou mais um almoço comunitário e inaugurou seu espaço fixo no Sapê. Até então, a cozinha era montada com mesas embaixo de uma árvore, de frente para um condomínio fechado, bem próxima à esquina da parada de ônibus. Aos poucos, o MTST consegue se enraizar no Sapê e uma maior proximidade com os moradores das adjacências.

Os protestos do MTST em frente à Prefeitura de Niterói (Figura 1) evidenciam a antigeopolítica praticada pelo movimento. As manifestações giram ao redor da luta por moradia e da necessidade de luta para a conquista de tal objetivo. Os sem-teto niteroienses criaram uma analogia para o prefeito da cidade na época, Rodrigo Neves, em que o definem como “feijão”, pois “só cozinha na pressão”. Essa brincadeira é carregada de uma concepção política que visa aglutinar a base nas manifestações, através de uma linguagem popular e demonstrar a importância de ocupar as ruas durante o longo processo de negociação com o poder público municipal para construção das moradias no terreno do bairro do Sapê, cedido pela prefeitura de Niterói.

Figura 1. Ato do MTST em frente à Prefeitura de Niterói (2019)



Foto: Felipe Werminghoff, 2020.

O MTST como unidade ativa e sua arte da estratégia

Após adentrarmos no cotidiano dos sem-teto e no consequente resultado do nosso exercício etnográfico, traçaremos um curto histórico da trajetória do MTST em Niterói para, junto de suas ocupações na cidade, reforçar a lógica estratégica do movimento, ou seja, sua prática territorial antigeopolítica. Buscamos, assim, demonstrar o processo de escolha dos bairros e dos terrenos para as ocupações por parte do movimento.

Ressaltamos que a estratégia tem na guerra seu modelo original e pode ser definida como uma arte e como uma ciência. A mesma se caracteriza por sua função de “edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo” (Ribeiro, 2010, p. 22). O horizonte estratégico começou como uma arte e

foi se ampliando ao longo do tempo, de modo a ganhar um escopo teórico, ferramentas práticas e se complexificar nos âmbitos político, militar e econômico. Definimos a estratégia, antes de tudo, como uma arte que, no decorrer dos séculos, foi ganhando uma roupagem teórica, científica e acadêmica, que ultrapassou as trincheiras e transformou-se em um termo corriqueiro no meio empresarial. De fato, questões como as doutrinas de segurança nacional, tecnologia da informação, armamentos químicos e biológicos e infraestrutura não perderam sua relevância estratégica, mas a arte da estratégia, na época atual, não fica restrita à escala nacional, das forças armadas e do mundo corporativo. Nesse sentido, definimos a estratégia como uma escolha de longo prazo e entendemos que a mesma deve estar cada vez mais a cargo dos movimentos sociais e demais formas de ação coletiva, indo além da decisão tática, de curto prazo (Hardt e Negri, 2018). Desse modo, não corroboramos com uma visão estadocêntrica que trata a estratégia como um monopólio dos Estados.

Ao contrário da estratégia, todavia, a tática não é capaz ou responsável por ditar os rumos de um país, empresa ou movimento social. Sua função é a de orientar e adaptar as necessidades operacionais, resultantes das potencialidades e vulnerabilidades definidas pela estratégia. No caso do MTST, a ocupação é a principal tática do movimento, que tem em seu horizonte estratégico a justiça territorial urbana, isto é, o direito à cidade justa. A posição, por exemplo, dos sem-teto sobre manter ou encerrar uma ocupação se caracteriza por uma postura em relação ao *outro*, que deve ser confrontado, vencido ou, pelo menos, gerar uma situação favorável ao movimento.

As ocupações 6 de abril: por que no Largo da Batalha e no Sapê?

Após uma tentativa frustrada nos anos de 1990, o movimento voltou a atuar de forma efetiva no Estado do Rio de Janeiro em 2014, através da ocupação Zumbi dos Palmares, em São Gonçalo. No ano seguinte, motivados pela falta de solução para os desabri-

gados dos deslizamentos de terra no Morro do Bumba e em uma série de favelas localizadas no território niteroiense, o MTST organiza a ocupação 6 de abril (data das catastróficas chuvas e movimentos de massa ocorridos em 2010), no bairro do Largo da Batalha (Figura 2), localizado na Região de Pendotiba, Niterói, com cerca de 540 barracos⁵. O nome escolhido é uma forma de manter na memória coletiva a tragédia passada de cobrar ações contundentes por parte do poder público municipal. As lonas pretas, típicas do movimento, foram montadas em um terreno próximo ao Fórum de Justiça, em uma via movimentada, e contou com o apoio da militância de partidos de esquerda, coletivos de juventude, universitários e de mídias alternativas. Os grandes veículos de comunicação também cobriram a ocupação, caso do grupo jornalístico *O Globo*, e a imprensa local também, com o jornal *O Fluminense*.

Figura 2. Ocupação 6 de abril, no Largo da Batalha



Fonte: Elaboração do autor, a partir do Google Earth.

⁵ Esse número de barracos vem do próprio MTST, que faz contagens nas ocupações com a finalidade de entregar uma lista das famílias para o cadastro de moradia da prefeitura de Niterói.

Três anos após a primeira ocupação em Niterói, o MTST organiza pela segunda vez a ocupação 6 de abril, em 2018. O passar do tempo não resultou na resolução dos problemas para todas as vítimas dos deslizamentos de terra no Morro do Bumba e tampouco culminou na construção de moradias para os sem-teto que enfrentaram longos dias e noites penosas no Largo da Batalha, em 2015. O local ocupado, dessa vez, mudou. A escolha foi um terreno no Sapê (Figura 3), bairro localizado na Região de Pendotiba, onde a Prefeitura de Niterói desapropriara um terreno para o futuro conjunto habitacional dos sem-teto que integram o movimento. O objetivo central dessa nova ocupação, com cerca de 220 barracos, era exigir do poder público municipal o projeto e a análise do solo do terreno selecionado, junto de toda a documentação necessária para dar início às construções. Abrimos aqui um parêntese para a planta que dá origem ao nome do bairro: espécie de caules secos e adaptada a solos ácidos, apresenta uma grande resiliência e pode ser utilizada no revestimento de casas. Resiliência essa que pode ser expressa, dentro de nossa cultura teórica, na resistência do MTST ao organizar uma segunda ocupação e manter a luta por moradia digna e justiça territorial.

Figura 3. Ocupação 6 de abril, no Sapê



Fonte: Elaboração do autor, feita com uso do Google Earth.

Além de seu simbolismo, o Sapê expressa mais um exemplo do motivo de definirmos Pendotiba como uma fronteira urbana de Niterói. O terreno escolhido para a ocupação, localizado na Estrada Washington Luís, fica próximo a uma parada de ônibus (sentido Centro) da linha 36, na mesma calçada da outra esquina (Figura 4). Em frente à parada, do lado apostado da rua, avista-se um condomínio fechado de casas. Entre o terreno da ocupação e a parada de ônibus situa-se a entrada da favela do Rato Molhado. No início da rua, na calçada da direita, observamos dois condomínios fechados horizontais em sequência. Pouquíssimos metros à frente começam a aparecer na paisagem um chuveiro público, um bar do outro lado e, na calçada oposta, casas com acabamento de concreto e sem pintura. Ao prosseguir, deparamos uma pequena bifurcação: a ladeira que dá acesso ao Rato Molhado e uma descida em direção ao terreno adquirido pela Prefeitura para a aquisição de um novo conjunto habitacional, destinado à militância do MTST. A diferenciação territorial existente nessa pequena área do bairro prenuncia a injustiça

pertinente nesse território, marcado por uma comunidade com predomínio de pessoas de baixa renda coabitando proximamente a casas encasteladas, protegidas por guaritas, e voltadas para as classes médias.

Figura 4. Faixa do MTST na ocupação 6 de abril, no bairro do Sapê



Foto: Werminghoff, 2020.

O conjunto dos depoimentos do Bruno, membro da coordenação estadual do MTST no RJ, sobre o processo de escolha dos terrenos nos indica que existe sim uma tática, critérios para a escolha dos terrenos. Contudo, são decisões mais políticas (também relacionadas a valores éticos) do que voltadas para a dinâmica urbana de Niterói em si. A existência de famílias organizadas e com referência política no MTST — em outras palavras, a presença de uma unidade ativa —, bem como a percepção de injustiça demonstrada pelos sem-teto são, junto da pesquisa sobre o cumprimento ou não da função social da propriedade, fatores determinantes para a realização de uma ocupação. Apesar das declarações do Bruno, não temos a pretensão de ignorar a

importância que o espaço urbano tem no arranjo territorialmente injusto de Pendotiba.

O próprio coordenador reconheceu, em nossa entrevista, essa região como uma fronteira urbana de Niterói e a relevância de se compreender a dinâmica imobiliária da cidade para a atuação do MTST. As escolhas baseadas na experiência cotidiana das famílias demonstram uma tática possível para um movimento com organização recente em Niterói (iniciado em 2015, na ocupação 6 de abril), não a ideia de desconsiderar a geografia urbana niteroiense. Em de seus depoimentos, Bruno citou a dificuldade que seria fazer uma ocupação na Região Oceânica, marcada por seu padrão residencial de classe média alta e rica e na grande valorização imobiliária de muitas de suas casas.

Além dos conflitos cotidianos, Bruno nos relata os conflitos de classe envolvendo os sem-teto e os moradores dos arredores da ocupação, com o Estado — manifestado através da brutalidade das ações policiais em reintegrações de posse — e com o poder paralelo, seja o tráfico ou a milícia. Embora Niterói não apresente o mesmo grau de violência que São Gonçalo, a segurança se mantém como uma das principais preocupações ao se organizar uma ocupação. A grande distinção está no fato de que, ao contrário de São Gonçalo e da capital, Rio de Janeiro, Niterói consegue realizar ocupações e avançar nas negociações com a prefeitura de Niterói sobre a construção de moradias no terreno conquistado, no bairro do Sapê.

CONCLUSÃO

Empreendemos, ao longo deste capítulo, um esforço teórico, conceitual e metodológico para produzirmos uma geografia política da cidade acerca do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Aportados nas geografias pós-estruturalistas, imergimos na geopolítica crítica para valorizarmos a dimensão ética dos sujeitos e analisarmos a antigeopolítica do MTST, caracterizado

por nós como uma unidade ativa por sua cultura política própria e sua organização territorial.

A atuação do MTST em Niterói se expressa territorialmente na luta por dois direitos essenciais para os sem-teto: o direito à moradia e, de forma mais ampla, o direito à cidade justa. Para que tais direitos sejam consumados, o movimento se apoia em valores éticos como a solidariedade ativa, a responsabilidade coletiva e a empatia, da mesma forma que pauta outros direitos essenciais para a dignidade do povo sem teto, caso dos direitos ao trabalho e à alimentação (este último expresso em suas cozinhas solidárias). Em vez de um mero objeto de estudo, os sem-teto são atores políticos e, principalmente, sujeitos corporificados e territorializados de sua própria história.

Vêm de baixo as demandas por justiça territorial e pelo direito à cidade. A geografia política da cidade praticada, vivida e percebida pelos sem-teto nos mostra a impossibilidade de se fazer uma política urbana democrática que seja desprovida de valores éticos. Ao se perceberem como injustiçados e compreenderem — a partir das mazelas do cotidiano e da experiência comunitária em seus territórios — que a moradia deve ser um direito assegurado e não uma mercadoria, a agenda do direito à cidade justa é colocada em evidência na “Cidade Sorriso”, que se mostra territorialmente injusta e infeliz. Logo, a dimensão ética por meio de um de seus horizontes, a justiça, coloca em questão o direito não apenas à moradia digna, mas à morada.

O constrangimento da violência (policial e do tráfico), o preconceito por parte dos moradores de classe média do Sapê contra os sem-teto e as longas negociações (ainda em curso) com a prefeitura pela construção de moradias sinalizam a negação do direito à cidade justa ao MTST em Niterói, cujo corpo político é composto por sujeitos periféricos e, em sua maioria, formado por mulheres negras acima dos 50 anos ou idosas. Mesmo com o acirramento da luta de classes a partir do processo de impeachment presidencial de 2016 e o consequente enfraquecimento do PMCMV, o movimento usa a criatividade de sua cultura política para conseguir verbas através de emendas parlamentares e, se

necessário, aventar a possibilidade de construção via mutirão, além de contar com a assessoria técnica do NEPHU na condução desse processo.

A luta se mantém por meio do trabalho de base nos territórios urbanos e de uma organização forte, que busca articular alianças com outros movimentos sociais e partidos políticos do campo progressista, bem como mobilizar novos militantes — seja das universidades ou das periferias — na luta por trabalho, renda e moradia digna (em nossa terminologia, o direito à morada). A aquisição de um terreno no bairro do Sapê pela prefeitura de Niterói mostra-se uma conquista material e política importante para o MTST. Celebrado nas assembleias, o terreno, localizado próximo à favela do Rato Molhado e do local da segunda ocupação 6 de abril, é um passo relevante para a construção de um conjunto habitacional para a militância do movimento. Esse avanço conjuntural não impede, porém, que as lideranças alertem aos sem-teto que o processo político para o desenvolvimento do projeto — incluindo as burocracias documentais e as instâncias decisórias do executivo municipal — e das obras é árduo e exige uma constante organização.

Indo além da luta pela morada, o movimento sustenta valores éticos como a solidariedade, a empatia e a disciplina em busca da justiça territorial e de uma sociedade decente, livre das humilhações estruturais e cotidianas de uma cidade injusta. Injustiça territorial essa que se expressa por meio das desigualdades sociais, do racismo ambiental e do déficit habitacional existentes em Niterói. Os sem-teto do MTST em Niterói — dotado de um corpo político majoritariamente feminino, negro, periférico e com expressiva participação de pessoas acima dos 50 anos e evangélicas em sua composição — almejam seu reconhecimento como sujeitos e a efetivação de direitos sociais, políticos e econômicos. Detectamos, no decorrer de nossa pesquisa, um movimento que não se resume à uma unidade ativa que busca sanar o problema da ausência de moradia digna universal em Niterói. Valendo-se das ocupações 6 de abril como principal tática para ganhar visibilidade frente a mídia e a sociedade e, por

consequinte, pressionar a prefeitura, o MTST e seus sujeitos têm como principais estratégias a reforma urbana e o direito à cidade justa, horizontes que somente podem ser alcançados por meio da organização (territorial) dos sem-teto e feita “de baixo para cima”.

Em síntese, rechaçamos o senso comum que enxerga o MTST como um movimento social urbano resumido à luta pelo direito à morada e restrito a SP. Durante todo o nosso exercício etnográfico, nos deparamos com um movimento empenhado em exercitar o lugar de escuta frente aos seus sujeitos, construir o “poder popular” e dotado de responsabilidade territorial (Ferreira, 2012). Cada trabalho de campo nos relevou uma unidade ativa de fato: organizada territorialmente e com uma sólida cultura política, mas sem medo de inovar em suas atividades. O MTST traz vida às ruas do Sapê, do Largo da Batalha e de Niterói em si, nos mostrando ser possível e necessário apostar em uma antigeopolítica incumbida da problemática do *outro* e que promova fissuras no cotidiano de uma “cidade sorriso” injusta e com déficit ético.

BIBLIOGRAFIA

- Ballas, Dimitris (2013). What makes a ‘happy city’? *Cities* (32), suplemento 1, 9-50.
- Barbosa, Jorge Luiz (2012). Da habitação como direito ao ‘direito à morada’: Um debate propositivo sobre a regularização fundiária das favelas da cidade do Rio de Janeiro. Em Jorge Luiz Barbosa, Jailson Sousa e Silva e Marcus Faustini (orgs.), *O Novo Carioca*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Basconzuelo, Celia Cristina (2018). Os movimentos sociais nas ciências sociais. Em Edinúzia Santos, Agripino Neto e Onildo Silva (orgs.), *Espacialidade e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Bienenstein, Regina; Bienenstein, Glauco; Souza, Daniel e Gorham, Cynthia (2017). Apontamentos sobre o processo de revisão do Plano

- Diretor da cidade de Niterói. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense* (13), 99-118.
- Boulos, Guilherme (2015). *Por que ocupamos? Uma Introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Buonfiglio, Leda, Martins, César Augusto (2019). Dez anos do Minha Casa Minha Vida (PMCMV): um balanço preliminar. Em Floriano Oliveira et al. (orgs.), *Espaço e economia: geografia econômica e a economia política*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Casa Fluminense (2020). *Mapa da desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa Fluminense. <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>
- Cortina, Adela (2013). *¿Para qué sirve realmente la ética?* Barcelona: Paidós.
- Cortina, Adela (2017). *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*. Barcelona: Paidós.
- Cresswell, Tim (2013). *Geographic thought. A critical Introduction*. Londres: Wiley-Blackwell.
- Cucó i Giner, Josepa (2008). *Antropología urbana*. Barcelona: Ariel.
- Dahlman, Carl (2009). Territory. Em Carolyn Gallaher et al. (eds.), *Key concepts in Political Geography*. Londres: SAGE.
- Dikeç, Mustafa (2013). Space, Politics and (in) Justice. Em Sylvie Fol, Sonia Lehman-Frich e Marianne Morange (eds.), *Ségrégation et justice spatiale*. Paris: Presses Universitaires de Paris Ouest.
- Droit, Roger-Paul (2012). *Ética: uma primeira conversa*. São Paulo: Martin Fontes.
- Drumond, Rafael (2018). A cidade de Niterói: política urbana, valorização do solo e habitação. Em *Anais do XV Seminário de história da cidade e do urbanismo: a Cidade, o Urbano, o Humano*. Rio de Janeiro.
- Engels, Friedrich (2015). *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo.
- Falero, Alfredo (2012). Entre o rigor teórico-metodológico e a criatividade: algumas chaves cognitivas para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina. Em Maria da Glória Gohn e Breno Bringel (orgs.), *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes.

- Ferrão, João (2012). Responsabilidade social territorial e localismo ético. *Revista de Economia Solidária* (5), 18-39. Lisboa.
- Fraser, Nancy e Honneth, Axel (2006). *¿Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico*. Madrid: Morata.
- Goffman, Erving (2002). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- Gohn, Maria da Glória (2018). *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola.
- Hardt, Michael e Negri, Antonio (2018). *Assembly: a organização multitudinária do comum*. São Paulo: Filosófica Politeia.
- Harvey, David (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.
- Harvey, David (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Huissoud, Jean-Marc e Gauchon, Pascal (2013). *Las 100 palabras de la geopolítica*. Madrid: Akal.
- Lefebvre, Henri (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Lima,IVALDO (2011). Território autônômico como sistema. *Revista Geográfica de América Central*, 2, 1-15, Costa Rica.
- Lima,IVALDO (2012). Entre a geopolítica do sentido e a justiça territorial. Em XII Coloquio Internacional de Geocrítica. *Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX* (pp. 1-9). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Lima,IVALDO (2013). A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. PPGG/UFRJ. *Revista Espaço Aberto*, 2(3), 149-168. Rio de Janeiro.
- Lima,IVALDO (2015). A complexidade da justiça territorial. *Revista Ensaios de Geografia*, 7(4), 50-70. Niterói.
- López Trigal, Lorenzo (2013). *Diccionario de geografía política y geopolítica*. León: Universidad de León.
- Louis, Florian (2014). *Les grands théoriciens de la géopolitique*. Paris: PUF.
- Maciel, Ana Clara; Souza, Daniel, Bienenstein, Glauco e Bienenstein, Regina (2019). Acompanhando manifestações por moradia em Niterói. *Em Seminário de Extensão da Universidade Federal Fluminense*. Niterói.

- Marrifield, Andy e Swyngedouw, Erik (1997). Social justice and urban experience: an introduction. Em Andy Marrifield e Erik Swyngedouw (eds.), *The urbanization of injustice*. Nova York: New York University Press.
- Miagusko, Edson (2008). *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. (Tese de doutoramento). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.
- Montbrial, Thierry (2008). *Géographie Politique*. Paris: PUF.
- Ó Tuathail, Gearóid (2005). *Critical geopolitics. The politics of writing global space*. Londres: Taylor & Francis e-Library.
- Preciado, Jaime e Uc, Pablo (2012). As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. Em Maria da Glória Gohn e Breno Bringel (orgs.), *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes.
- Prefeitura de Niterói (2019). *Lei Municipal nº 3, 385/2019*. <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-niteroi-rj>
- Raffestin, Claude (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Reyes Mate, Manuel (2011). *Tratado de la injusticia*. Barcelona: Anthropos.
- Ribeiro, António (2010). *O essencial ao processo estratégico: teoria geral da estratégia*. Lisboa: Almedina.
- Rizek, Cibele; Amore, Caio e Camargo, Camila (2018). Política habitacional e políticas sociais: urgências direitos e negócios. Em Ana Carlos, Daniel Volochko e Isabel Álvarez (orgs.), *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto.
- Rolnik, Raquel (2019). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.
- Routledge, Paul (2003). Anti-geopolitics. Em John Agnew et al. (eds.), *A companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- San Eugenio, Jordi (2013). Fundamentos conceptuales y teóricos para marcas de territorio. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 62, 189-211.
- Santos, Boaventura de Sousa (2018). *O fim do império cognitivo*. Coimbra: Almedina.
- Santos, Regina (2008). *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: UNESP.

- Simões, Guilherme; Campos, Marcos e Rafael, Rud (2017). *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Smith, Neil (2007). Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *Geosp — Espaço e Tempo*, 11(1), 15-31. São Paulo.
- Soja, Edward (2010). *Seeking spatial justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Teixeira, Catharina (2018). A autogestão na era das políticas neoliberais: a experiência com o programa Minha Casa, Minha Vida — Entidades. *E-metropolis*, 9(32), 19-28.
- Werminghoff, Felipe (2020). *Luta por justiça territorial em Niterói: a antigeopolítica do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, POSGEO/UFF, Niterói.

PARTE III

RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO: GÊNERO, EDUCAÇÃO, ESPORTE E ARTE

INTRODUÇÃO À PARTE III

Nesta terceira parte, estão reunidos os capítulos cujos conteúdos temáticos e suas abordagens retratam claramente a potência da mirada antigeopolítica no que tange à questão de gênero tanto na perspectiva feminista das (trans)sexualidades quanto da perspectiva decolonial da sociabilidade festiva das paradas LGBT+ e dos corpos nelas implicados. Outrossim, os enfoques muito peculiares voltados para a arte — no exemplo do cinema, e para o esporte — no exemplo do futebol, elevam essa mirada para horizontes de investigação científica muito promissores, como a educação geográfica. Assim, o elenco de capítulos de todas as partes da coletânea dialoga com o universo social das representações, dos discursos, das tensões e resistências que se direcionam à libertação e à emancipação humanas na América Latina / Abya Yala, como se depreende da força estética das miradas dos três rostos dos grafites que selecionamos para a abertura de cada parte desta obra.



Fonte: Arquivo pessoal. Grafite, Centro, Rio de Janeiro. Ivaldo Lima, 2024.

DA RESISTÊNCIA À TRANS-EXISTÊNCIA: REIMAGINANDO A VIVÊNCIA ESPACIAL DOS CORPOS NA CIDADE

ANA CAROLINA SANTOS BARBOSA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesse capítulo, dedicamo-nos a responder à questão: “quais as tensões escalares ocorrem entre as buscas legítimas e autônomas por existência, notadamente ligadas ao domínio do corpo, e outras escalas de vivência espacial?” Com esse fim, recuperamos ao longo do texto as argumentações que compõem o jogo estabelecido entre normatizações e resistências na constituição das corporeidades dissidentes de um sistema cis-heteronormativo.

Para isso, recorremos a uma cartografia na qual, através de uma escuta ativa (Gorjon, Mezzari e Basoli, 2019), fomos desenhando formas de alinhar diálogos, trajetos e composições realizadas por autorias trans dentro e fora do âmbito acadêmico. O texto aqui apresentado resulta, por conseguinte, tanto das tessituras realizadas para a nossa tese de doutorado, quanto da contribuição mais direta de nove interlocutoras¹, pessoas que se reconhecem a partir das suas mulheridades trans, travestis ou transvestigêneres.

¹ Em nossa tese de doutorado intitulada “Por espacialidades de Trans-existência: Trânsitos entre os sistemas normativos e a (re)apropriação do corpo”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, POSGEO/UFF, em 2023, sob a orientação do Prof. Dr. Ivaldo Lima, contamos com a participação de 15 interlocutoras; contudo, neste capítulo, destacamos a contribuição de Vega, Tania, Carina, Miriam, Electra, Gatria, Nashira, Thalita e Bellatrix, identificadas por nomes fictícios porque nem todas as sujeitas se sentem seguras e/ou confortáveis para expor as suas identidades.

Destacamos que a nossa linha argumentativa parte da compreensão dos corpos como espaços performativos. A discussão de Butler (2016) é fundamental para estabelecer como premissa os atos² reiterados que trazem os corpos sexuados à existência. Não são fixas, portanto, as compreensões do que são um homem ou uma mulher, de forma contrária, fica evidente o mecanismo utilizado pela cisgeneridade (entendida como regime de poder) para construção de uma imagem natural de corpo que contestamos, com base nas perspectivas das geografias feministas, *queer* e *trans*³.

Nesse contexto, os desencaixes emergem ao nos debruçarmos sobre as forças heterônomas que instituem, a partir do olhar do outro, as violências vividas de maneira desigual em função dos marcadores de gênero, raça, sexualidade, classe e expressão de gênero. O que desejamos, a partir deste último, é dar foco a um regime de visibilidade que pauta constrangimentos e altera as geografias de opressão vividas pelas nossas interlocutoras, notadamente, quando as mesmas reivindicam a partir do corpo o direito a uma existência que não seja subsumida aos padrões cis-binários.

Se a cisnormatividade (Vergueiro, 2015) é entendida como braço fundante do poder, que nomeia os corpos e julga desde a coerência de comportamentos expressivos aos gestos e roupas utilizadas para definir a linearidade entre sexo, gênero e desejo

² Referimo-nos, especificamente, aos atos que, segundo Butler (2016, p. 240), tanto são intencionais como performativos, onde “performativo sugere uma construção dramática e contingente de sentido”. Dessa forma, o próprio gênero é fundado de forma análoga a um “estilo corporal”, porém punitivamente regulado, o que nos leva ao diálogo com as estilísticas de existência trabalhadas por Foucault (2007).

³ Entendemos que a construção das *geografias feministas*, enquanto vertente epistemológica, possui uma pluralidade de concepções sobre as relações espaciais generificadas, em função disso, nos posicionamos na composição dos diálogos que valorizam as fissuras promovidas pelo feminismo negro, pela contestação da centralidade heterossexual trabalhada pelo viés *queer*, somadas às destabilizações promovidas pelas *trans geographies*.

é através da escala corporal que surgem também as fissuras à norma.

Apostamos em uma composição entre a “passabilidade”, uma noção que circula entre as problematizações das interlocutoras da pesquisa e das autoras Bruna Benevides (2020) e Sophia Rivera (2020)⁴, e o “avistamento”, concebido por Browne (2016) para trazer o espaço público como esfera do direito à visibilidade, ao “ser visto como quem se é”, para além das práticas de vigilância e das amarras de gênero impostas.

A primeira ideia, que faz alusão a “passar por” (neste caso, uma mulher cisgênera) envolve múltiplas maneiras de transFOBIA, ao tocar uma perspectiva de corpo ideal, inalcançável, que pode convertê-lo, inclusive, em uma espécie de prisão. Benevides (2020), nessa direção, aprofunda as críticas que atrelam a “passabilidade” ao peso da leitura social, à qual as pessoas trans são submetidas. Soma-se a isso o maior ou menor grau de vulnerabilidade em função da percepção/leitura de uma feminilidade trans e/ou travesti, ou seja, trata-se do risco exponencial à violência. Finalmente, é preciso considerar o domínio do desejo e da autonomia de construir e significar o próprio corpo.

Por sua vez, o “avistamento” trabalhado por Browne (2016) nos permite uma aproximação ao considerar o olhar “do observador” e trazer consigo a possibilidade de abordar as expressões de gênero que, muitas vezes, são determinantes para os processos de opressão. Compondo, portanto, tensões escalares de uma “geografia corporalizada” (Browne, 2016, p. 137). Concordamos com a afirmação da autora de que os “corpos são formados mediante interações sociais com outros e passam a existir como um nexo dessas performatividades e relações” (Browne, 2016, p. 137). Afinal, como nos ensina Nascimento (2021), “não somos corpos, fabricamos corpos”.

⁴ Os textos podem ser encontrados na plataforma medium.com, um recurso de visibilidade e diálogo cada vez mais utilizado por pessoas trans e travestis ativistas.

E é nesse processo de fabricação que subjaz a importância do direito a existência e a circulação de corpos que expressem a travessia, que tenham direito de visibilizar no espaço público a dissidência, visto que, embora todos estejamos forjando (em maior ou menor grau) nossos corpos, apenas alguns grupos podem repetir a afirmação de Preciado (2020, p. 29) de que “pagou com o corpo o nome que carrega”.

Abrimos o texto com um episódio que pretende indicar algumas das falências desse *cistema* (Mombaça, 2021), a partir de imaginações geográficas que evoquem o desmoronamento da coerência entre corpo e as classificações (jurídicas e estéticas) cis-binárias. Na sequência, apresentamos as tensões escalares envolvidas entre domínio do corpo, entendido como espaço existencial e expressivo da dissidência, e os constrangimentos e violências sofridos no espaço público. Assim, se este pode a contrapelo ser entendido como uma esfera vinculada ao reconhecimento da diferença e à condição para visibilidade (Lima, 2015) entendemos que a partir das conjurações trans serão feitas as buscas por espaços públicos mais justos.

Abordamos, diante do exposto, no segundo momento do capítulo a busca por espaços de possível. Recorremos a Preciado (2017, p. 11) para pensar “a arquitetura, o deslocamento e a espacialização do poder como tecnologias de produção da subjetividade” que podem, todavia, se distanciar do mapa dominante a partir dos locais de conforto, construção de redes e reinvenção da vida desenhados com base em uma cartografia de escuta. Se as *topias foucautianas* nos servem para pensar a normatização do sistema sexo/gênero/desejo, as heterotopias (Foucault, 2013) trazem relevos interessantes para imaginar a contraposição da escassez e da morte através das possibilidades de vida pulsante, dos horizontes de colaboração e afeto, que emergem das relações entre a ocupação (coletiva) e a organização política enraizadas em desejos legítimos de afirmação das trans-existências desde (e com) o corpo.

DESMORONAMENTO DE ABERTURA: “MEU PEITO, MINHA BANDEIRA, MEU DIREITO”

Indianara “Siqueira o no quiera”⁵

Borba (2014) recupera a participação de Indianara Siqueira, ativista do grupo Transrevolução, na Marcha das Vadias, em 2012, na qual foi detida por policiais civis e levada à delegacia.

Seu crime? Atentado público ao pudor. Indianara andava com o dorso desnudo, exibindo seus seios pela Avenida Atlântica, em Copacabana, reducto de uma fatia da elite carioca. Ao se recusar a assinar o boletim de ocorrência, recebeu voz de prisão por desacato à autoridade e só foi liberada após o pagamento da fiança por ativistas presentes na manifestação. (Borba, 2014, p. 443)

O uso político do corpo, espaço de afirmação existencial (Lima, 2023), é um recurso acionado ativamente por Indianara. O julgamento da coerência entre identidade, expressão de gênero e o sexo designado no momento do nascimento compõem a estrutura de leitura social exercida pelo poder. Nessa direção, dialogamos com os argumentos colocados por uma das interlocutoras da pesquisa, Vega:

Se você é uma pessoa não cis, tudo é político. Você nunca está conforme. Então, por mais que você não esteja engajada na política ou no movimento social, o que você faz todos os dias é política. Você tem que mostrar documento, ou seja, a sua identidade tem que estar condizente com os seus documentos. Se você muda alguma coisa, se não tem uma carteira

⁵ Essa autoapresentação relativa ao sobrenome Siqueira é um agradecimento que evoca uma assinatura repetida por Indianara em eventos públicos, encontros na Casa Nem, no Palco Lapa, em seminários, manifestações e, por esse motivo, familiar às pessoas no Rio de Janeiro. Além disso, foi citada, oportunamente, por Sales, Lopes e Peres (2020, p. 341), ao traçarem cartografias travestis: histórias de resistências e potências, através das quais visibilizam importantes lideranças vinculadas à ANTRA.

de nome social, você tem uma briga. O seu corpo é político, poque você briga para ter um nome. Você precisa explicar para o médico como é seu corpo, para que ele não se assuste, todas essas questões. E esse médico vai comentar depois, vai se ter a necessidade de criar um protocolo de atendimento que não seja focado apenas em pessoas cisgêneras. A questão de ir ao banheiro, imagina, ir num banheiro é um ato político para as pessoas tranvestigêneres, para as pessoas não-binárias, para as pessoas intersexo. Então sim, a todo momento, o nosso corpo é político. (Vega, comunicação pessoal, 2020)

A finalidade atribuída às manifestações, segundo Indianara, era mostrar justamente as fraturas na linearidade entendida como pilar da ininteligibilidade dos corpos. O que é ratificado por Vega (2020), ao expor as lutas cotidianas advindas de um enfrentamento que começa no campo da linguagem e vai ganhando forma através de atos performativos que legitimam, através dos marcadores sociais, as possibilidades de existência e acesso à circulação livre. De acordo com a perspectiva de Bento (2006, p. 90), “o gênero adquire vida a partir das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. São esses sinais exteriores, postos em ação que estabilizam e dão visibilidade ao corpo”.

De modo que, neste episódio, o impasse se desenhava entre o reconhecimento de sua feminilidade e a consequente proibição de andar com os seios desnudos somada à validade dos seus documentos (não retificados), nos quais, segundo o Estado, seu enquadramento está fincado/foi atribuído ao sexo masculino. Logo, se a condenam estão, automaticamente, reconhecendo que a alteração do registro civil não é um condicionante para a leitura das trans-existências ou algo que possa invalidar sua presença/circulação enquanto pessoa *transvestigênera*, bem como abriria um precedente importante. Em contrapartida, se a absolvem estariam afirmando que ela “é homem perante a lei” e, por conseguinte, não pode ser criminalizada por andar sem camisa. Indianara segue afirmando “são dezoito protestos que eles arquivaram, pois disseram que era difícil fazer esse julgamento. Eles

criaram um problema jurídico. Eu acabei dando um nó no judiciário”.

Entrelaçamos, portanto, essa situação ao que Preciado (2020, p. 220) chamou de “falência sistêmica de todas as convenções legais e administrativas que constroem ficções políticas vivas”. Para fazer inferências sobre o colapso que afetará a produção da identidade, o autor serve-se de locais como o portão de embarque do avião, a recepção de um hotel ou mesmo o instante em que vai alugar um carro, ocorrências estas que possuem como ponto de semelhança a escuta de uma afirmação protética: “não é você!”. Objetivamos, assim, sublinhar que o desencaixe lido do ponto de vista cisnormativo coloca a expressão de gênero como elemento nodal no jogo escalar entre o corpo e as demais espacialidades citadas.

Silva e Ornat (2016, p. 71) destacam que é possível pensar no corpo como espaço através da escala, à “medida em que se adota a postura de que as escalas não existem em um sentido ontológico, mas são construídas socialmente”. Nessa linha de raciocínio, consideramos as contribuições de Herod (2021, p. 28) na tratativa das escalas como lugares da superfície terrestre (sítios) “concebidos em interconexão, porém sem uma representação espacial hierárquica”, como a entendida tradicionalmente na leitura do par local/global. Esta conceituação, que segundo o autor é mais próxima à tradição anglófona, nos permite trabalhar as negociações e enfrentamentos estabelecidos nas duas situações, onde os corpos são colocados em xeque. Para esse fim, é importante retomar que, mesmo sendo a escala entendida como elemento epistemológico, “componente de um tropo representacional” (Herod, 2021, p. 29), ela tem efeitos materiais na construção das nossas imaginações geográficas. Para Silva e Ornat,

as escalas instituem materialidades na realidade socioespacial e no comportamento humano. As escalas são móveis e mutáveis no tempo e no espaço e também articuladas entre si por meio de relações de poder. Nesse

sentido, o corpo é uma escala criada socialmente tal como a escala urbana, regional, nacional ou global. (Silva e Ornat, 2016, p. 71)

São acionadas, portanto, nesse movimento, além das corporalidades trans, escalas institucionais (notadamente a jurídica) que vão desenhar a norma a partir de práticas espaciais específicas, onde o binarismo de gênero insiste em ser reiterado. A verificação de documentos, a análise da expressão de gênero, a vigilância nos locais apontados por Preciado (2020) são os componentes desses tensionamentos à ordem cis-heteronormativa estabelecida. No próximo momento do texto desdobraremos vivências públicas deste escrutínio através dos tensionamentos envoltos na tríade corpo, práticas de policiamento e avistamento.

TENSÕES ESCALARES NO ESPAÇO CISNORMATIVO: O CORPO EXPRESSIVO IMPORTA

“Meu corpo trans volta-se contra a língua daqueles que o nomeiam para negá-lo. Meu corpo trans existe como realidade material, como trama de desejos e práticas, e sua inexistente existência coloca tudo em xeque: a nação, o júri, o arquivo, o mapa, o documento, a família, a lei, o livro, o centro de internação, a psiquiatria, a fronteira, a ciência, deus. Meu corpo trans existe.”

Paul Preciado (2020, p. 225)

A transgressão da fronteira do que entendemos como gênero foi trabalhada por Butler (2016), a partir dos desdobramentos discursivos e das performances reiteradas que instituem a norma, tal como a conhecemos cisgênera, binária, heterossexual. Porém, sabemos que outros marcadores sociais vão desenhar diferentes geografias de opressão vividas pelas nossas interlocutoras em função da raça/cor, idade e período no qual ocorreu a transição, classe, localização geográfica e expressão de gênero. É a par-

tir deste último que buscaremos entender as relações entre “o sítio do corpo, as práticas de policiamento e os processos de avistamento” (Browne, 2016).

Nossa reflexão foi motivada por falas que desdobram o episódio citado na abertura deste capítulo. A preocupação que de alguma forma é arrefecida após a alteração dos documentos civis quase sempre, dizem as sujeitas da pesquisa, é acompanhada de uma tática que possui como elemento central a “passabilidade” cisgênera. De forma que a expressão de gênero, marcador nodal para compreender os períodos mais difíceis das “geografias das travessias trans”, especialmente em relação ao período em que ocorreram, compõe agora centralidade na discussão, por meio da relação do olhar do outro. As práticas de vigilância constituem o que Browne (2016, p. 132) chamou de avistamento, “termo usado para designar atos de visão/interpretação atrelados aos sítios corporais”⁶. A autora se dedica a entender os momentos através dos quais mulheres masculinizadas são confundidas com homens, fazendo com que deslizem as imagens coerentes de masculino/feminino. Quando Browne (2016) articula *avistamentos desarranjadores de corpos* às práticas de policiamento, que buscam essa estabilidade de um sujeito coerente, nos abre a possibilidade de entender a busca por “passabilidade” como uma prática espacial.

Por mais que as situações sejam notoriamente distintas, já que as mulheres masculinizadas se sentem constrangidas/violentadas com a classificação errônea de gênero, no caso de mulheres trans e travestis este pode ser usado/entendido como recurso ativo para minorar os riscos ao circular pela cidade. As frases a seguir são demonstrativas dessa camada que abriga maior vontade de proteção das violências e conforto, em função da proximidade com o padrão estético/existencial instituído: “Quando forem ver já passei”, “às vezes sou chamada de senho-

⁶ Para a autora, o sítio corporal pode ser entendido como uma matriz complexa de materialidades, significados, símbolos, interações e sinais que vemos como o nosso corpo (Browne, 2016).

ra”, “no meu caso faz toda diferença o documento, porque as pessoas já me confundem mesmo”. Nosso objetivo não é fazer um julgamento baseado em motivações individuais e sim destacar que essas “transgressões/(más) interpretações que são então (re)feitas no sítio do corpo, dentro do binário homem/mulher” (Browne, 2016, p. 132), apontadas pela autora, para as sujeitas desta pesquisa, em última instância podem, a princípio, ser lidas como recurso.

“Os riscos” de encarar a “passabilidade” como um destino/um fim em si mesmo têm sido, contudo, problematizados por autorias trans de início, porque reproduz uma espécie de prisão, fincada sobre as mesmas bases de reprodução da lógica cis-heteronormativa. Nesse sentido, Tania (2019) parte do reconhecimento do mecanismo que relaciona o olhar do observador e a expressão de gênero às significações atribuídas ao sítio do corpo:

É sempre a partir do olhar do outro [a classificação], mas tem várias desvantagens. Acho que tem mais desvantagens do que vantagens, inclusive. As desvantagens são essas: imagina a pessoa viver a vida toda tendo que esconder quem ela é, tendo que *performar uma cisgeneridade*, tendo que mentir, sei lá, que não tem útero, por que não engravida, tendo que dar desculpa sobre essas coisas. E aí isso não é saudável, por isso são muitas desvantagens. *Não ser plena na sua própria constituição de pessoa. Porque todo mundo pode não saber, mas você sabe.* (Tania, comunicação pessoal, 2019, grifo nosso)

Ao referir-se à impossibilidade de “performar uma cisgeneridade”, a sujeita nos convoca a pensar sobre os signos atribuídos ao sítio corporal e em relação às minúcias contidas na apresentação das corporalidades que ocorrem no espaço público. Inspirados em Sennett (2014), poderíamos dizer que estamos atentos às formas como são lidos comportamentos expressivos, ou seja,

estamos interessados na roupa que as pessoas vestem na rua, as maneiras de se cumprimentar, os rituais de quando almoçamos e jantamos, as

maneiras de evitar o contato visual, os lugares onde se concentram pessoas em grandes números e os lugares dos quais mantêm a distância, os momentos em que nos sentimos livres para falar com desconhecidos e os momentos em que não, a linguagem do corpo que desperta o interesse sexual de um desconhecido e os sinais do corpo que impedem isso: o espaço público é formado por todas estas minúcias. (Sennett, 2014, p. 4)

Nessa direção, “o público é uma noção vinculada a lógica do *ser e ser visto*” (Lima, 2015, p. 469). É nesse ponto que a teorização de Butler (2018) sobre performatividade toca uma dimensão que é por excelência do espaço público, por meio da busca por reconhecimento, valorização e, notadamente, pelo seu direito de aparecer que, ao ser exercido para além das amarras de gênero, reivindica uma (ou melhor, outra) vida possível de ser vivida. A performatividade, ou seja, a maneira poderosa como a linguagem atua “através dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação faz alguma coisa acontecer, ou traz algum fenômeno à existência” (Butler, 2018, p. 35), perpassa o momento em que alguém foi nomeado como homem/mulher e, por conseguinte, registrado através de um determinado sexo/gênero, situação exemplificada através do desmoronamento promovido por Indianara no episódio de abertura deste texto. Entretanto, os atos estilizados de gênero, aqueles que serão observados e dignos de vigilância, vão atuar no espaço público, esfera fundamental para a compreensão do avistamento e da classificação do normal/anormal.

A fala da interlocutora Tania (2019) possui íntima relação com a forma como o gênero é, portanto, percebido e para Butler (2018):

O gênero é recebido, mas com certeza não é simplesmente inscrito em nosso corpo como se fossemos meramente uma chapa passiva obrigada a carregar uma marca. Mas o que somos obrigados a fazer a princípio é *representar o gênero que nos foi atribuído*, e isso envolve, em um nível inconsciente, ser formado por um conjunto de fantasias alheias que são transmitidas por meio de interpelações de vários tipos. E embora o gê-

nero seja representado, repetidamente, a representação nem sempre está em conformidade com determinados tipos de norma, e com certeza nem sempre em precisa conformidade com a norma. (Butler, 2018, p. 38, grifo nosso)

O estigma vai ser construído também em conjunto com essa dimensão espacial, nos parâmetros elencados por Goffman (2013, p. 53), a informação atribuída e, simultaneamente, os signos que as sujeitas transmitem aos indivíduos ocorrem “através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem”. Estamos tratando, a título de exemplo, da consciência corporal que reconhece locais de constrangimento e violência. Quando escutamos de quase todas as interlocutoras da pesquisa que “é o erro passar em um camelódromo”, na rua Uruguaiana, no centro do Rio de Janeiro, ou em uma configuração semelhante, porém em Madureira, as sujeitas *sabem com o corpo* que a partir do momento em que um lojista lhe direcionar um xingamento, vários outros irão repetir o ato. Carina provoca-nos:

Pergunta para qualquer travesti: passar na Uruguaiana nascendo uma travesti é a pior coisa do mundo. Quando eu passava na Uruguaiana antes, que terror que eu tinha de passar na Uruguaiana. Hoje em dia não, têm umas cantadinhas merdas, mas não é igual a antes que eu passava a Uruguaiana inteira sendo xingada. (Carina, comunicação pessoal, 2020)

Os símbolos de estigma (Goffman, 2013) são percebidos com maior facilidade no início da transição e isso muda as formas de circulação das sujeitas. Qualquer “discrepância de identidade” que chame a atenção está nesse cenário, contrariando a estrutura cis-binária, sendo imediatamente apontada, localizando o que Browne (2016) chamou de uma corporificação do estranho à norma cis-hétero. A autora segue enfatizando que não somos (re)formados através de performances individuais, pelo contrário, é através das interações sociais que passamos a existir.

Passar por camelódromos, feiras livres, ruas cheias não são apenas motivos de tensão, são lembranças dos piores momentos

vivididos por algumas interlocutoras, ecoam as violências verbais ditas em coro, as humilhações e o pavor experimentados em espaços públicos. Logo, andar apressadamente, ouvir (e dizer) que há uma preocupação com a roupa que vai ser utilizada, a forma de desviar o olhar são pistas que, conforme afirmou Sennett (2014), demonstram que quando nos comportamos expressivamente estamos dizendo que o lugar importa. Acrescentaríamos: o corpo expressivo importa.

A travessia marcada pelas movidas visibilizadas nas expressões de gênero (nesses fluxos da transição) importam e trazem o corpo como escala existencial fundamental. Gostaríamos, nesse ínterim, de imaginar outras linhas que poderiam ser percorridas na relação entre apresentação, reconhecimento das trans-existências e vivências públicas. Partamos das seguintes considerações de Lima (2015, p. 460, grifo nosso) sobre:

1. O espaço público para além da sua dicotomização em relação ao espaço privado, mas sim por meio do seu potencial comunicacional, explorando-se a sua natureza mais flagrante que é a *condição de visibilidade* conferida a objetos e ações.
2. Um comportamento cívico responsável pela convivência urbana con-dizente a uma cidade justa, ou seja, *uma cidade onde os espaços opres-sores, intimidadores e, por decorrência, excludentes não caracterizam os seus diversificados espaços públicos.*

Após termos feito articulações sobre a importância do espaço público para a condição de visibilidade de corporalidades dissidentes, sugerimos que a incorporação do conceito de auto-determinação, trazido por Letícia Nascimento (2021), pode contribuir para a construção de horizontes, nos quais a dimensão da convivência e da coabitação sejam efetivados sob parâmetros menos estigmatizantes. A busca por uma justiça, nesse bojo, vai fissurar o poder de nomeação dos corpos, que ocorre de forma alheia à vontade das sujeitas. Assim, reconhecer uma existência implica em nomeá-la, de acordo com a forma com a qual ela se

identifica. Não nos referimos apenas ao respeito ao nome social, por exemplo, essa condição é anterior, parte do pressuposto de que é preciso se questionar antes de proceder a classificação dos corpos. A interlocutora Vega (2020) tece algumas considerações sobre a forma como vem problematizando essa questão:

Eu me declaro hoje, enquanto tranvestigênera, uma pessoa não-binária, nem homem, nem mulher, *mas eu entendo que a sociedade me vê como mulher, porque foi ensinado para eles que isso é o corpo de uma mulher, que isso é um corpo feminino. Mesmo sem eu dizer, eles vão me tratar no feminino, eles vão se referir a mim enquanto uma mulher, até que eu diga e até que eles aprendam a respeitar*, e terão pessoas que não vão respeitar, porque para eles a identidade está ligada a gênero, a tudo isso. Mas é isso, *eu entendo que a gente tem que desconstruir esses padrões justamente para que as pessoas aprendam a escutar*, que elas passem a respeitar o que o outro está dizendo, que a sociedade passe a se basear dessa maneira. Não é você olhar o outro, porque você foi ensinado e está no seu cérebro que isso é uma mulher e que isso é um homem, mas esperar que a outra pessoa diga o que ela é, ou que ela simplesmente seja uma pessoa. (Vega, comunicação pessoal, 2020, grifo nosso)

Nascimento (2021, p. 154) afirma que é através da autodeterminação que as experiências diversas de corpos *transvestigêneras* poderão ser validadas “com ou sem próteses, com ou sem pelos, com ou sem cirurgias”, distantes dos parâmetros patologizantes que foram impostos. Para ela, é preciso “insistir no que temos em *comum* que é a não adequação aos discursos cisgêneros” (Nascimento, 2021, p. 154). Assim, as expressões múltiplas de gênero, os deslizamentos da norma poderiam através dessa dimensão pública serem mais que vistos, ouvidos. O arremate é feito através das ponderações de Lima (2015, p. 471), que traz uma busca por justiça contida em práticas espaciais, como a de coabitação, que preze pelas alteridades, diálogo e convívio com o diferente. Costurar outros caminhos significa reconhecer o espaço público como local de negociação, de construção de identi-

dades individuais e coletivas, mas principalmente preservando a heterogeneidade e a diversidade como valores públicos.

Ainda distantes desse horizonte, as interlocutoras da pesquisa vão abordar o espaço público, primeiramente, por meio da sua importância na elaboração das suas identidades (o que nos remete à tríade trabalhada: avistamento, prática de policiamento, corpo) e, na sequência, rememoram a forma através da qual a transfobia, aludida através das violências e dos constrangimentos sofridos, imputam o medo e a interdição de um trânsito livre e mais justo. Portanto, estabelecendo os devidos vínculos entre as opressões e a força contida na reprodução dos atos performativos que sustentam a cis-heteronormatividade.

Ao trabalhar a dimensão pública da dissidência de gênero as sujeitas ressaltam que a dimensão do anonimato (tantas vezes associadas a esta esfera, do espaço público) não as protege, justamente em função de um regime de visibilidade, no qual o gênero e sua expressão atuam de forma estruturante. Nesse sentido, se este é, por excelência, local onde nos manifestamos, gritamos pelos nossos direitos de sermos quem somos, há um “embate” entre as violências exponenciais e o direito de aparecer. De modo que os sítios corporais em trânsito nos ajudam a entender como a cisnormatividade produz escalas de violência extremadas, ao passo que as estéticas de existência se afastam dos padrões cis-binários.

É justamente ao reelaborarem suas trajetórias que as sujeitas acionam as vulnerabilidades atreladas à feminilidade e, consequentemente, à insegurança em ambientes com maior presença masculina. Conforme já expusemos, essa sensação é muitas vezes interseccionada ao medo de sofrer maior violência, em função da subversão do padrão cisgênero, o que as faz recalcular as rotas e evitar determinados locais, conforme é possível observar nas falas das interlocutoras

Todos [*os trajetos e lugares são pensados*]. Rs. Tem lugares que eu não passo à noite, simplesmente, assim como qualquer outra mulher. É uma inter-

seccionalidade entre ser mulher e ser trans também, que me põe em muito mais vulnerabilidade. (Tania, comunicação pessoal, 2019, grifo nosso)

O medo contido em circular pelas ruas da cidade tem momentos distintos, mas a mesma raiz — a normatização de gênero que vulnerabiliza o feminino, enquanto atribui poder à construção da masculinidade cisgênera. Refletidas, por exemplo, tanto na primeira vez que vão às ruas com roupas convencionalmente atreladas ao feminino quanto em situações posteriores, nas quais não é mais possível recorrem a uma performance de gênero “mais masculina” para se defender.

Nesse bojo, é importante lembrar que algumas das interseções mais difíceis vividas durante a travessia estão contidas nos apontamentos sobre a permanência em locais nos quais mulheres trans e travestis viveram a infância e a adolescência, justamente pelos potenciais enfrentamentos advindos de quem têm na memória traços e histórias do período da identidade imposta. Ademais, a ausência de redes e de outras corporalidades trans nos espaços é um fator que amplifica, segundo elas, a sensação de medo e exposição à violência.

Na sequência da discussão, desdobramos grafias, táticas de abrir espaço, de (re)inventar a vida e, para isso, “trataremos de entender a espacialização da sexualidade, da visibilidade e da circulação dos corpos, e a transformação dos espaços públicos e privados como atos performativos capazes de construir (e desconstruir) a identidade” (Preciado, 2017, p. 17). Nesse sentido, no próximo momento do texto é carregado dessa intenção: dar centralidade à agência trans e travesti, bem como destacar suas devidas inscrições no espaço. A escala corporal será relacionada ao horizonte coletivo da organização trans/travesti, desde o acolhimento que essas presenças podem significar às resistências que emergem do movimento social.

LUGARES DE POSSÍVEL: EMERGÊNCIAS TRANS PARA REINVENÇÃO DA VIDA

“E, ao sair dessa leitura, saberá que o espaço existe e está aberto — que existe um lugar onde é possível ser completamente diferente de tudo que lhe permitiram sonhar até hoje.”⁷

Virginie Despentes (2020)

Os caminhos percorridos por bell hooks (2022), ao refletir sobre o que significa pertencer a um lugar, poder retornar ao seu local de origem, reconhecendo ali as marcas e subjetividades que foram engendradas ao longo da sua trajetória, convidam-nos a imaginações geográficas que ultrapassem as grafias do poder, as linhas desenhadas com base em uma ciência neutra, incorpórea e que, nas suas palavras, seria incapaz de reconhecer “o poder da localização geográfica, das impressões ancestrais, da identidade racializada” (hooks, 2022, p. 44).

Entendemos, portanto, o conceito de interseccionalidade como um artifício que joga luz sobre alguns marcadores identitários, favorecendo a compreensão de um contexto geográfico situado e vivido por corporalidades marcadas. Nesse sentido, hooks (2022) expõe as suas marcas e tece, a partir do emaranhado de raça, localização geográfica e gênero às motivações para tantas vezes ter se sentido deslocada em alguns ambientes, como a própria universidade. É especialmente importante retomar seu questionamento inicial sobre as motivações, “da ideia do lugar ao qual pertencemos ser um assunto recorrente para muitos de nós” (hooks, 2022, p. 21). Ela segue: “queremos saber se é possí-

⁷ Faço uso das palavras — atos de esperarçar — de Virginie Despentes para evidenciar que as imaginações geográficas misturadas à possibilidade de desenhar outros possíveis são representações dos aprendizados que compuseram os encontros com as interlocutoras. Entretanto, o impulso cartográfico que visibiliza espaços de segurança, transformação, alegria e afeto só foram viáveis através da parceria com a artista e professora Daniela Seixas com a qual partilhei as afetações que resultam na construção da cordilheira colocada neste artigo.

vel viver em paz em algum lugar do mundo. Será possível tolerar a vida?” (hooks, 2022, p. 21). Ao circundar a criação do significado de uma vida que valha a pena ser vivida, a autora vai às raízes, não apenas da construção de um mundo racista, sexista e excludente para aqueles que não refletem a imagem da transcendência corpórea contida no sujeito universal, mas narra seus descaminhos, a busca por seu lugar, a sua vontade de pertencer, ou seja, de “experimentar a sensação de estar ligada a um local” (hooks, 2022, p. 22).

A ideia de pertencimento é a chave do diálogo que Leal (2022) estabelece com hooks (2022) ao prefaciar a obra, justamente por considerar sua lembrança de experiências de negação, nomeadas na época através de certo desprendimento (ou mesmo cosmopolitismo), hoje questionado e (re)elaborado como forma de autodefesa, visto que “não é fácil pertencer a um lugar definido pelo patriarcado supremacista branco” (Leal, 2022, p. 11). Não é inocente nossa escolha por essa autora. Dos momentos em que tivemos em campo atravessaram-nos falas que, por exemplo, negavam existir qualquer local de conforto, como a de Miriam (2019):

Não tem, com essas demandas todas? Nem em casa! A nossa população não tem conforto. Eu acompanho 15 jovens soropositivos, jovens de 15 a 20 anos, que os pais não sabem. O remédio fica na minha casa, cada um tem uma chave para ir tomar o remédio à noite. Olha só como isso invadiu a minha privacidade. Não tenho descanso. Mas aí eu gosto, sabe? Porque é uma forma também de eles cuidarem de mim. Eles vão à noite, “já jantou, madrinha? Trouxe uma sopinha” (risos). (Miriam, comunicação pessoal, 2019, grifo nosso)

Não enxergar um local de conforto é diferente, contudo, da sensação de não pertencer a lugar nenhum. Brand (2022), por exemplo, ainda com base nos cortes raciais e de localização, entende a dificuldade de nomear o povo, ao qual sua família pertenceu como um fragmento histórico resultante do processo de diáspora africana que guarda feridas e fraturas nessas ausências

— na impossibilidade de resgatar as memórias do lugar de onde seus antepassados vieram. De modo que, a autora desenha a partir da analogia de uma “porta de não retorno” tanto a saída de África quanto os (re)começos advindos do trajeto e da chegada em outras terras. Brand (2022, p. 33) afirma que não visitou esse portal (os portos de saída através dos quais eram embarcados corpos que não voltariam aos seus lugares), mas que com base em “cacos históricos aleatórios e memórias não escritas” foi juntando os seus pedaços. Nesse contexto, para ela, “qualquer ato de recordação é importante, mesmo olhares de desânimo e desconforto. Qualquer centelha de sonho é evidência” (Brand, 2022, p. 32).

Nossa intenção não é traçar paralelismos, mas reconhecemos como inspiradoras essas buscas feitas a contrapelo, pois, vale lembrar que a materialização de um mundo cis-binário guarda as raízes de grande parte dos desconfortos apontados pelas sujeitas da pesquisa, os quais estão impregnados de forma complexa pelos rebatimentos do racismo sofrido por parte delas. A falência desse regime biopolítico denunciado pelas interlocutoras tem como sustentáculo, muitas vezes, a retirada da possibilidade de escuta ou do convívio com as mais velhas. Pontuamos, nesse ínterim, que essa relação intergeracional adquire significado relevante no cenário de um país como o Brasil que ainda possui altíssimos índices de mortes violentamente antecipadas em função da transfobia. Escolhemos partir da valorização desse convívio, rememorado por Electra e Tania:

Muito bom poder trocar com as minhas iguais, muito bom, muito bom mesmo. [...] Experiência de tudo gente, por exemplo, têm umas muito mais velhas do que eu, e tipo elas são muito mais de me ensinar, do que ouvir, aí me contam como era... tinha uma lá que estava cheia de marca de navalha, explicando o rolê dela, que na época dela elas tinham que se cortar para se defender dos policiais, tipo, ela tem sei lá, 50 e poucos anos ou mais, sei que ela viveu a ditadura. E, tipo, ela me contou que quando ela viveu a ditadura, ela já era garota de programa bem novinha, me contando o que ela passou... incrível. (Electra, comunicação pessoal, 2019)

Eu acho que as travestis, as ancestrais, as trans ancestrais são muito fodas nesse sentido, porque aprenderam a sobreviver. Então, acho que essa é a maior lição que as travestis têm deixado para a humanidade. E para as mulheres feministas, a partir das discussões de gênero, provocações... é como se fosse essa nova onda feminista. Não sei se é quarta ou quinta, porque eu tenho dito, chamado, e já tem outras pessoas pensando que essa é uma onda feminista negra, periférica, não cisgênera. (Tania, comunicação pessoal, 2019)

Trata-se de uma escuta que guarda também a materialização de uma possibilidade, um horizonte posto através do envelhecimento. A fim de justificar a busca por escavar memórias, visibilizar redes constituídas (quase sempre na rua) e localizar os aprendizados e as táticas de (r)existência, evocamos Brand (2022, p. 32), para quem o desenho do mapa pode prescindir apenas da habilidade de ouvir e do mistério da interpretação. Nesse caso, abordamos a relação com sujeitas com maior tempo de vida e as memórias vinculadas às “trans-ancestralidades” (Tania, 2019).

Somamos a isso considerações das interlocutoras sobre a necessidade de mapear locais menos transfóbicos, uma imposição que as acompanha tanto em função da ausência de segurança dos trajetos quanto fala muito sobre a necessidade de serem reconhecidas, respeitadas, ou ainda, mais bem atendidas em determinados ambientes, conforme coloca Gatria:

As pessoas são muito reativas, elas *reagem a minha presença no espaço*. Elas fecham a cara, elas não querem me atender, ou o segurança me persegue. Obviamente, que tem essa questão racial, que é mais evidente ainda. Espaço onde têm crianças, espaços escolares, mais por parte das pessoas adultas do que das próprias crianças. *Eu sinto que elas começam meio que um processo de expulsão*. “O que você quer?”, “o que você está fazendo aqui?”, é sempre assim [...] *ai eu tenho que ficar fazendo um mapeamento de lugares não transfóbicos*. (Gatria, comunicação pessoal, 2019, grifo nosso)

O processo de expulsão sentido pela interlocutora pode ser pareado àquela ânsia por pertencimento que movimenta um impulso cartográfico, cujo objetivo, para nós, é a necessidade de fazer visível, por algum momento, não apenas espaços marcados pela violência, mas as insurgências tramadas por elas. Assim, o que ficaria restrito a meros pontos no mapa convencional, converte-se para nós em eixos de defesa (imagética) do direito a uma vida plena e a espaços mais justos e felizes. Percorrer estéticas opositoras, rastrear outras direções, ter a oportunidade de escutar mulheres trans e travestis mais velhas (vistas como referências), costura para nós caminhos de cura, conforme nos ensina a própria bell hooks (2022).

Optamos por visibilizar, através da cartografia de escuta (Barbosa, 2023), espaços de afirmação existencial distantes do mapa imposto pelo poder. A agência e a atuação trans, travesti e transvestigênera podem ser percebidas a partir da escala do corpo, que reverbera e afeta através da sua presença a normatividade cisgênera: (I) nos ajuntamentos coletivos e (II) na organização política de contra-espços.

O CORPO — COLETIVO — COMO HORIZONTE DE OCUPAÇÃO

Após termos preparado as transcrições e sistematizações das falas, refletimos sobre uma indagação direta que compôs todos os encontros: quais os locais de conforto e desconforto desenhavam aquelas trajetórias? E, logo, nos vieram à memória algumas autoras, coletivos de geógrafas feministas e o próprio trabalho realizado pela ANTRA e pela Rede Trans Brasil⁸ que já ma-

⁸ Citamos especialmente o coletivo *Geógrafas Haciendo Lugar* que se propõe a mapear lugares de medo na cidade de Tandil/Argentina e o mapeamento de feminicídios realizado por Rocha e Lan (2020). Os dossiês organizados respectivamente pela Rede Trans Brasil e pela ANTRA podem ser acessados através dos links: https://defensoria.mg.def.br/wp-content/uploads/2023/01/DOS-SIE2023_REDUIZIDO.pdf e <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

peiam, a despeito da falta de investimento público, assassinatos de pessoas trans e travestis no Brasil. O sofrimento oriundo das violências “cistêmicas” atravessou muitas conversas, pôs em questão espaços cis-binários, sustentáculo, meio, produto das opressões, nos paralisou por alguns momentos, questionou interdições e até mesmo indicou alguma necessidade da existência de verdadeiros guetos para manutenção da sobrevivência dessa população, como argumentou Vega (2020).

Os diálogos posicionados entre mulheres cis e trans nos permitem entender a face da violência materializada nos medos diversos de percorrer alguns trajetos ou mesmo da violação dos nossos corpos. Porém, evidenciam de igual modo a preocupação exponencial de quem subverte o padrão cis-heteronormativo, a fim de redesenhar os caminhos na cidade para defender sua existência. Logo, esse processo (cartografado) não pretende

atenuar a dor de se suportar a exclusão, o exílio, a exterminação, a censura ou o castigo social ou nos devolver a fé numa esquerda *ready made*, mas, sim pretende nos fazer entender a natureza micropolítica do mal-estar que nos habita: nos ajudar a entrar no mal-estar e permanecer ali juntos, para poder imaginar estratégias coletivas de fuga e transfiguração. (Preciado, 2018, p. 17)

Estratégias essas que encontram localização na escala do próprio corpo, no corpo-morada de outras pessoas trans e travestis. “Os locais de maior conforto talvez sejam aqueles por onde mais passaram (ou estiveram) pessoas trans”, conforme destaca Tania (2019). Esse encontro faz emergir, portanto, lugares de afeto. A conexão dos corpos apresenta um horizonte coletivo de ocupação. Em diálogo com Preciado (2018, p. 17), poderíamos nos referir a uma “gestão coletiva e criativa do mal-estar para permitir a germinação de outros mundos”. Mesmo impregnados do mal-estar da violência, em algum momento do nosso percurso de pesquisa, entendemos que era preciso também dar vazão a isso, às risadas, às brincadeiras e aos códigos que evocavam o pajubá para observar quem passava (ou estava prestando atenção na

conversa). Citamos algumas falas de Bellatrix (2020), a título de exemplo: “esse entende, será que é do vale?”, “ah, pode ser da curimba também, entende muito, tem mais cara disso”. Aquelas avaliações continham certa inversão alegre e debochada da lógica, afinal, para Bellatrix:

A diferença aqui é que eu estou acostumada a ser observada, posso rir disso. Jogar com o constrangimento. Basta um: “olha como é entendido” pra direcionar os olhares dos outros. Nas redes sociais na época da eleição eu fiz uns posts assim: se eu conseguir dez votos pro Lula, digo o nome de um homem casado e de bem com quem já saí, valendo! Era divertidíssimo, tinha um monte de comentário, as amigas adoravam e falavam: “você é doida Bellatrix” (Bellatrix, comunicação pessoal, 2020)

É fundamental pensar o mapa como possibilidade de habitar e afirmar um território existencial (Álvarez e Passos, 2009), pois as coordenadas podem ser espaço-temporais e/ou físico-psíquicas. A nossa busca converteu-se, desse modo, no desejo de registrar as movidas realizadas por elas, as gargalhadas que tornam suportáveis a vida para além da escassez macropolítica. Como dar vazão a esses movimentos que também grafam as trajetórias e as construções subjetivas dos lugares? Em um dos nossos encontros, Tania (2019) nos disse que há uma tentativa de exterminação da diferença atrelada ao controle da própria construção (subjetiva) dos sujeitos. Afinal, como as instituições reguladoras poderiam explicar uma mulher de barba que está feliz, alguém que fez sua transição (ou não) à base de hormônios, alguém que afirma ser de peito e pau e tudo bem! Que felicidade é essa? Ela chegou a confessar, sem romantização (pois das agruras falamos por horas), que ficava arrepiada de imaginar.

Que felicidade é essa, que a pessoa não tem nada, a pessoa não é nada, ela não é ninguém, mas ela está feliz, linda, plena, maravilhosa, mesmo sabendo que amanhã aquilo (*uma festa*) não passou de um conto de fadas, e mesmo assim ela vai continuar a vida dela. A gente está falando de vida

pulsante mesmo. E é uma vida que não está nos livros... é uma vida que está na rua. (Tania, comunicação pessoal, 2019)

E ela segue rememorando os rompimentos que teve até aquele momento⁹ e, em contrapartida, apresenta a constituição de outros laços (as trans-aprendizagens) que vão sendo, simultaneamente, tecidos. Para além das inflexões sobre os cursos de vida e o que representa a instituição familiar para corporalidades dissidentes, Tania aborda os rebatimentos das amarras contidas em uma produção socioespacial cisnormativa da família:

E isso cabe em qualquer aspecto porque é verdade, é disso que a gente está falando. Agora, essas pessoas estão dispostas a fazer o mesmo? Não, porque tem a preocupação, a família, o filho, o trabalho, etc. A gente não tem nada, então foda-se. Essa felicidade talvez seja mais próxima de uma felicidade verdadeira, não provocada “pelo consumo”, vamos dizer assim. E é aí que a gente pergunta: quem existe de verdade nessa sociedade? [...] Eu acho que essa é a maior lição que as travestis têm deixado para a humanidade... para essa onda feminista negra, periférica, não cisgênera. (Tania, comunicação pessoal, 2019)

Com o desenho, é possível marcar, traçar, abrir um sulco, uma diferença e uma partilha de lados. A escuta das vozes instaura um local de partilha para a pesquisa e rememora a experiência dividida com as mais velhas, abrindo caminho para cartografias subjetivas, como essa, gerada a partir do encontro e da escuta ativa das falas. A voz é um corpo que se projeta no/instaura um espaço e por isso é tão significativa nesse contexto. A voz “significa o lugar de um sujeito que não se reduz à localização pessoal; é uma subversão ou ruptura da clausura do corpo; atravessa o limite do cor-

⁹ Nos momentos nos quais conversávamos sobre família ela se antecipou e afirmou: “Vamos falar de que? Rompimentos? Tive todos que você possa imaginar. Nada diferente do que você já sabe”. Tania tinha uma maneira muito perspicaz de chamar atenção para a situação estrutural da qual estávamos tratando, para ler a cisgeneridade como regime de poder e para desconsertá-la, não através da sua história, mas das falhas do próprio regime.

po sem rompê-lo” (Zumthor, 2014, p. 81). E, por esse motivo, converte-se em tecnologia de afirmação de gênero/existência. Vale lembrar que se trata da voz daquelas que no *cis-mundo* já foram mais ou menos tuteladas pelo Estado através da classificação dos desvios da norma de gênero instituída. Tania (2019) reconhece essas estruturas e lança questionamentos importantes:

Eu tenho um médico, quando eu precisei, porque foi obrigatório ter um laudo psiquiátrico, eu perguntei a ele por que eu não sou doente mental, sabe... porque com tudo era para ser: cultura familiar, passa por esses outros processos da escola, passa pela instituição de trabalho (nome oculto), amigos se afastam e como que eu não fiquei doente? Exatamente, talvez, por isso, por causa dessas oportunidades que eu tive, eu acho que formaram uma proteção e me deram um impulso que disse assim: “vai que isso aqui está estabilizado, não vai quebrar, não vai ruir, porque isso aqui é real”, ao contrário da família margarina, ao contrário da escola inclusiva, que a gente sabe que não é inclusiva, ao contrário do amor cristão, que a gente sabe que não é um amor, é um ódio, principalmente contra quem é diferente. (Tania, comunicação pessoal, 2019)

Ao perguntarmos como Tania (2019) não adoeceu, ela nos devolve a responsabilidade da indagação: “Até onde podem ir as estruturas de opressão? Podem aniquilar possibilidades outras de vivência?”. Rolnik (2018, p. 33) chama a atenção para uma expropriação que extrapola o campo econômico e age de forma intrínseca e indissociável nas esferas da cultura e da produção de subjetividades, o que lhe confere, inclusive, um poder mais perverso e difícil de combater. O que nos leva a pensar que, quando escutamos Tania, estamos, portanto, tateando formas de resistência e de reapropriação da vida “em sua essência de potência criadora” (Rolnik, 2018, p. 24). Referimo-nos à busca por potência vital, por uma luta micropolítica que lhe garanta o direito de viver, não apenas em condições mínimas de sobrevivência, mas reconhecendo no seu desejo o que estava ali “de verdade”, “estabilizado”, para além do que lhe disseram ser possível.

A voz é também protética, ou seja, redesenha as relações de poder ao ser enunciada e “escutada”. Preciado (2020, p. 178) afirma que “a voz é meu corpo, mas está além da minha pele”, logo atravessa lugares que não podem ser pensados apenas como sendo do sujeito. Nesse contexto, “o corpo não é propriedade, mas relação. A identidade sexual, de gênero não é essência, mas relação” (Preciado, 2020, p. 178). E sendo esta voz lida como masculina torna-se ferramenta que recodifica seu corpo “liberando-o da verificação anatômica” em algumas situações. São essas vozes, entendidas como máquinas de guerra, que transicionam e mostram a falência de um espaço cis-heteronormativo, que invisibilizou sujeitas, corpos expressivos, ou seja, trans-existências.

As subjetividades e identidades são o próprio movimento. Impedidas de se movimentarem, as corporalidades anunciadas por essas vozes tornam-se instrumentos, estratégias de abrir terrenos.

Fica perceptível, portanto, o sentido do corpo da outra como espaço possível de movimentar-se e fazer emergir relações, através das quais possam não tão somente sobreviver, mas existir, configuração esta que desenha a cordilheira e o horizonte que vislumbraremos em um fragmento da cartografia “Espaços de possível” (Seixas e Barbosa, 2023), produzido para a tese de doutorado já citada. Na esteira do que colocou Mombaça (2021, p. 22), estamos nos referindo a outros modos de criar coletividades, baseados no seguinte questionamento:

Como habitar uma tal vulnerabilidade e como engendrar, nesse espaço tenso das vidas quebradas pela violência normalizadora, uma conexão afetiva de outro tipo, uma conexão que não esteja baseada na integridade do sujeito, mas em sua incontornável quebra. (Mombaça, 2021, p. 22)

É através da multidão de estilhaços que Mombaça (2021) acredita ser possível enfrentar a norma instituída, aquela linearidade entre sexo, gênero e desejo que Louro (2013, p. 83) já indicava que podia ser negada, desviada, visto que a “sequência des-

liza e escapa. Ela é desafiada e subvertida. Para suportá-la ou assegurar seu funcionamento são necessários investimentos continuados e repetidos”. Foi através das conversas com mulheres trans e travestis que percebemos que esses deslizamentos podem ser significados como enfrentamentos também conjuntos, já que a fratura desse “cistema” é justamente o que as aproxima. Gatria (2019), por exemplo, afirma que a violência a outra travesti/pessoa trans impacta a sua existência:

Então, além de ter me afetado diretamente enquanto mulher trans, amiga das meninas, como uma ativista que tem essa percepção mais ampla das coisas... fez toda a diferença, mudou tudo, mudou muito o meu olhar. Até essa questão do risco, da conscientização, de estar ali pensando para além do espaço onde eu circulo, que às vezes é um espaço limitado. Pensar como é que os nossos corpos, enquanto pessoas trans estão conectados, e também meio que são afetados indiretamente. Eu fui afetada [menção a duas meninas trans que foram agredidas]. Mesmo tendo que manter ali uma postura de profissional e também de ativista, eu estava também, por dentro, agredida. (Gatria, comunicação pessoal, 2019)

Apresentamos um fragmento em preto e branco do mapa que surgiu, por conseguinte, não apenas da violência, mas sobretudo da r-existência dos corpos e do desejo/ força de criação de um espaço vivido, apropriado, significado como possível. Trata-se de um desenho que emerge a partir da compreensão do corpo — coletivo — como horizonte de ocupação e afirmação de existências trans, travestis e transvestigêneres.

Com a cordilheira, esperamos que os lugares de existência ativem significativamente as imaginações geográficas sobre as possibilidades de fraturar a cis-heteronormatividade. Desde as escalas mais íntimas, como Johnston e Longhurst (2023) nomearam a corporal, às suas inter-relações com escalas mais próximas, agenciadas por pessoas trans em movimento ou mesmo mais distantes, se considerarmos os rebatimentos em espaços organizados coletivamente nos quais elas conseguiram alguma atuação e apoio.

POR UMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA TRANSVESTIGÊNERE DOS CORPOS

“Plutão existe e está entre nós.”

Indianara Siqueira

A relação contida na tensão escalar entre o contexto cisnormativo e as buscas autônomas por afirmação existencial vão emergindo a partir de cartografias alinhadas ao objetivo de visibilizar lugares de conforto, segurança e afeto que não estão presos à ideia de lugar como superfície ou negação do tempo (Massey, 2013).

De forma contrária, reconhece que esses apontamentos foram tecidos em conversas situadas e, também por esse motivo, são móveis, inconclusos e, por vezes, localizados na própria escala do corpo de outra pessoa trans e/ou na reunião coletiva que o movimento travesti/trans proporcionou nas quais conseguiram trabalhar, conviver, circular. Fazendo visíveis as conjurações e as tramas que resultaram na construção de territórios que atuam contra a lógica dominante de apagamento e interdição de corpos dissidentes.

O espaço cis-heteronormativo não é a priori um campo de possibilidade, todavia, há resistência e quando, para elas, falta o próprio chão, é no encontro e permanência com outros corpos trans que o lugar (afetivo) é fundado. Muitas vezes, escutamos que é preciso construir novos territórios, outra fundação/concepção para a própria casa, família e cidade, a exemplo do que nos colocou Vega (2020): “esse mundo não me interessa mais”. A analogia contida entre os corpos-celestes e a Casa Nem é advinda da própria autoria trans, como Plutão apropriado por Indianara, Urano por Preciado (2020), conforme podemos observar nas seguintes citações:

Eu sei que eu sou obrigada a transitar nele enquanto eu respirar e viver aqui, mas o máximo que eu puder fazer para destruir também tudo isso eu vou fazer, esse “cistema”, com C-I-S. O máximo que eu puder destruir eu vou destruir, mas eu sei que tam-

bém tenho que transitar nesse mundo. É como se eu fosse uma extraterrestre em um planeta, sem poder voltar para o meu, então vou ser obrigada a transitar aqui, vou fazer o máximo, mas sem deixar que esse *cistema* me absorva. É por isso que eu crio os meus espaços de segurança, que é a Casa Nem e a minha casa, que eu chamo de Plutão. *A Casa Nem é Plutão e está entre nós*. Então, assim, são os meus espaços de segurança, onde eu me sinto à vontade. (Vega, comunicação pessoal, 2020)

[Urano] é o planeta mais frio do sistema solar, com ventos que podem ultrapassar os novecentos quilômetros por hora. Em suma, não se pode dizer que as condições de habitabilidade sejam convenientes. (Preciado, 2020, pp. 21-22)

O autor vai desenhando, na introdução deste livro¹⁰, os meandros que o levaram a desejar ter um apartamento em Urano e, consequentemente, poder viver fora do mapa imposto pelo poder, escapar das classificações, viver “fora da terra”. As incongruências, os sintomas de inadequação e aparatos de controle contidos no atual “regime político-visual da diferença sexual” (Preciado, 2020, p. 27) eram tantos que ele traça a analogia entre a transgeneridade e essa vontade de viver em outro planeta, nas suas palavras:

O sonho retorna e vejo que minha condição trans é uma nova forma de uranismo. Não sou homem. Não sou uma mulher. Não sou heterossexual. Não sou homossexual. Também pouco sou bissexual. Sou um dissidente do sistema sexo-gênero. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês. (Preciado, 2020, p. 28)

Tania (2020) relata que ouviu a frase “Somos estrangeiras no nosso próprio país” no último Encontro de Pessoas Trans no

¹⁰ Fazemos menção ao livro: *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia* (2020).

qual esteve presente, justamente em alusão à oportunidade, ou melhor, à necessidade de migrar (de Estado, cidade, casa). Trata-se de um processo também de expulsão de onde é impossível existir. Nesse contexto, é através do movimento — migração — que vão sendo (re)desenhadas relações e formas de se apresentar no mundo. Na representação da cordilheira, por exemplo, os fluxos e as imersões contidos entre os “picos e vales” ou percebidos (através dos diferentes tons que compõe o degrade) nos limites que vão sendo erodidos, levam-nos às submersões — representativas das violências e áreas inacessíveis/inabitáveis.

Temos, todavia, a opção política de fazer alusão a territórios que foram sendo conquistados pelo movimento trans/travesti, através de negociações e ocupações que conformam histórias-até-agora (Massey, 2013), mesmo que tenham partido de locais e tempos distintos — um bom exemplo para tal situação é multiplicidade de sedes da Casa Nem. O sentido de lugar não anulou as disputas e o trabalho empreendido para ocupar aqueles locais¹¹, nas palavras de Carina (2020) os vários endereços compuseram as relações afetivas que terminaram por servir de uma espécie de metáfora para os significados atribuídos àquela vivência:

Não era só a Casa Nem. Para quem estava de fora, existia uma sobreposição entre a Casa e o “Prepara Nem” que começou em vários lugares. Onde a gente estava para mim já era seguro, mesmo se fosse em algum sindicato, onde a gente tinha aula, em lugares públicos, dentro da antiga Casa Nuvem, que se tornou a Casa Nem, era onde a gente ia. Só de estar

¹¹ A interlocutora faz referências às primeiras turmas do Prepara Nem e ao processo de estruturação da sede da Casa Nem (projeto e espaço protagonizado e destinados a pessoas trans/travestis e transvestigêneres) na Lapa. Na época, as aulas eram organizadas de forma itinerante, ratificando o projeto de ocupar mais locais com as corporalidades trans. De qualquer forma, eram mantidas as práticas de lanche, aulas etc., organização esta que, segundo Carina (2020), posteriormente, passou a ser concentrada na Casa Nem. Vale destacar, entretanto, que isso não resumia as atividades da Casa, onde eram ofertados outros cursos, realizados eventos (tanto formativos quanto de celebração com objetivo de obter renda), além da função de abrigo.

com aquelas pessoas, no ambiente em que a gente estivesse, para mim era seguro. Até na casa dessas pessoas, de alguns professores que se tornaram grandes amigos, era onde eu me sentia segura. (Carina, comunicação pessoal, 2020)

A casa tem o seu espaço físico, mas ela se amplia para além do seu espaço físico interno, do que acontece aqui, e acaba influenciando, também, o exterior. Onde ela está, ela acaba influenciando o entorno, o que a amplia. Imagina o que é essa casa ser ampliada a nível internacional? A Casa Nem não é mais conhecida só a nível do Brasil, mas tudo o que ela inspirou, as casas que ela inspirou Brasil afora, ela também é conhecida internacionalmente. Eu acho que isso também é muito importante. (Vega, comunicação pessoal, 2020, grifo nosso)

As atuações eram organizadas ora com um posicionamento mais central da liderança (Indianara Siqueira), ora com maior participação de outras pessoas trans e “cis-aliadas”. Os diálogos com a(s) vizinhança(s), o apoio de aliados no campo jurídico e político são peças que vão compondo os episódios representativos de cada nova ocupação, reconhecendo a história que originou a importância socioespacial que a Casa Nem adquiriu. Ademais, estamos dialogando com um sentido (global) de lugar, através do qual podemos ler as relações multiescalares de alcance/influência trazidas por Vega (2020).

A simbologia atribuída à Casa Nem não perde, entretanto, a sua singularidade, visto que o sentido de lugar e os sentimentos atrelados à Casa não são os mesmos para as interlocutoras, conforme mostraremos a seguir. Nashira (2019), que foi recepcionada ali na chegada ao Rio de Janeiro, pode viver essa experiência intensamente durante quatro meses. Carina (2020) constituiu naquele local suas principais relações de amizade e fortalecimento. Talitha (2019) estudou no Prepara Nem (na época em que o mesmo ocorria na sede-Lapa), mas já tinha uma vivência junto ao movimento trans. Vega (2020) a qualifica como uma espécie de “quilombo urbano”, tamanha a força que esta espacialidade possui para sua atuação política e militante. Nesse caso,

notadamente (mas não apenas), a partir do olhar de Vega, apostamos que, apesar dos endereços variarem, a função exercida pela Casa Nem possibilita que façamos uma analogia às heterotopias, pois, para Foucault,

entre todos esses lugares que se distinguem uns dos outros, há os que são absolutamente diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como contraespaços [...] suas utopias situadas, esses lugares reais fora de todos os lugares. (Foucault, 2013, p. 20)

Junto a ela podemos observar outras organizações coletivas cujos históricos se aproximam da função elencada pelo autor, à medida em que subverte a ordem cis-heteronormativa estabelecida, a partir de uma contestação que denuncia que são ilusórios o engessamento dos corpos e a impossibilidade dos trânsitos entre identidades, anteriormente lidas por meio de uma naturalização patologizante. Além de transgredir o estigma que atrelou espaços de encontro trans/travesti, exclusivamente, aos territórios de prostituição, com base em visões conservadoras e moralistas, colocando no centro da cena seu uso para formação profissional, acadêmica (desenvolvimento de cursos preparatórios para o vestibular e para alcançar as certificações de conclusão da educação básica), além da realização de festas e momentos de celebração para população LGBTQIAPN+.

Esses movimentos existenciais vão desgastando a norma, erodindo discursos cristalizados de desumanização e tensionando limites ora mais próximos, ora mais distantes quando nos referimos as expressões públicas de corporalidades dissidentes. Nem sempre é possível identificar nas falas das sujeitas alguma transformação sem que esta seja oriunda das colisões, dos choques, do enfrentamento, ou da luta cotidiana mesmo. Não queremos também sedimentar uma ideia — inatingível e pouquíssimo útil — de homogeneidade no interior das coletividades, estamos nos ocupando de presenças, de visibilidade, da busca de

outros horizontes de organização, nos quais essas existências (reconhecidas, plenas e felizes) sejam possíveis.

SOBRE DESMORONAMENTOS E HORIZONTES: PARA NÃO CONCLUIR

Se combinarmos de entender as cartografias como tecnologias de produção de subjetividades (Preciado, 2017) e as vivências públicas forem encaradas como uma forma de teatralização do gênero (Butler, 2016), não será difícil, através de um exercício ético de escuta, perceber como a organização espacial cisnormativa tem sido reprodutora das opressões vivenciadas por pessoas trans e travestis. Os discursos contidos na segmentação generificada dos espaços, o escrutínio ao qual são submetidos os corpos e a exigência (regulada) da coerência entre sexo, gênero e desejo, denunciados exaustivamente por esta população, não podem ser desvinculados das imaginações geográficas que construímos a partir da classificação dos corpos.

Assim, a busca pela construção de espaços mais justos é tecida de forma autônoma através do domínio do corpo. Este, além de espaço primeiro de existência (Lima, 2023) converte-se em espaço expressivo da dissidência, através do qual as marcas da travessia nos dão pistas das trajetórias vinculadas ao desejo de ser e de ser vista, ou seja, reconhecida para além das amarras de gênero.

Vale ressaltar que o episódio com o qual iniciamos o texto é representativo dos desmoronamentos que tensionam não apenas as classificações nos âmbitos jurídicos, biomédicos ou políticos, trata-se de demandas de interlocução colocadas também às formulações epistemológicas e práticas de pesquisa. Nesse sentido, a cisnormatividade entendida a partir de Vergueiro (2015), a autodeterminação abordada por Nascimento (2021), os contra-mapeamentos e novos mundos imaginados por Preciado (2017; 2020) e Indianara Siqueira são exemplos das colisões e dos cho-

ques promovidos pelas trans-epistemologias que alimentam a nossa cartografia.

O horizonte de ocupação desenhado através da cordilheira, fragmento de um mapa, onde tem centralidade a relação inter-escalar dos corpos que formam ajuntamentos e abrem brechas para lugares de conforto e afeto, não anulam os vales e os silenciamentos sofridos por essa população. Ao passo que as zonas submersas (em degradê), que tentam apagar a vida pulsante, deveriam ser uma preocupação coletiva com o aumento da violência e das injustiças as quais são expostas àquelas existências. A afirmativa de Vega (2020) de que esta cidade não é mais possível, pois não abarca a diversidade que a constitui, encontra eco nas teorizações de Mombaça (2021) sobre a falência deste sistema e de Preciado (2020) que, ao sonhar com a fuga para Urano, nos impõe o questionamento que gostaríamos que reverberasse após a leitura deste texto: “sob que condições precisaremos habitar a Terra”?

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez, Johnny; Passos, Eduardo (2009). Cartografar é habitar um território existencial. Em Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia e Escóssia, Liliana (orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Barbosa, Ana Carolina (2023). *Por espacialidades de trans-existência: Trânsitos entre os sistemas normativos e a (re)apropriação do corpo*. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense — POSGEO/UFF, Niterói.
- Benevides, Bruna et al. (orgs.) (2021). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Bento, Berenice (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Borba, Rodrigo (2014). A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu* (43), 441-474.
- Brand, Dionne (2022). *Um mapa para a porta do não retorno: notas sobre pertencimento*. Rio de Janeiro: A Bolha.
- Browne, Kath (2016). “Uma perfeita geezer-bird (mulher-homem)”: os lugares e olhares de corporalização “feminina”. Em Joseli Silva et al. (orgs.), *Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças* (pp. 131-158). Ponta Grossa: Todapalavra.
- Butler, Judith (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, Judith (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Despentes, Virginie (2020). Prefácio. Em Paul Preciado, *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. (Tradução: Eliana Aguiar). Rio de Janeiro: Zahar.
- Foucault, Michel (2013). *Le corps utopique, les hétérotopies*. São Paulo: n-1 Edições.
- Goffman, Erving (2013). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade de deteriorada* (4ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Gorjon, Melina Garcia; Mezzari, Danielly Christina e Basoli, Laura (2019). Ensaio de lugares de escuta: diálogos entre a psicologia e o lugar de fala. *Quaderns de Psicologia*, 11(21), 1-11.
- Harris, Sam (2013). *A paisagem moral: como a ciência pode determinar os valores humanos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Herod, Andrew (2022). Debates sobre la escala geográfica en el mundo anglófono. *Tabula Rasa*, (39), julho-setembro, 19-38.
- hooks, bell (2022). *Pertencimento: uma cultura do lugar*. São Paulo: Elefante.
- Johnston, Lynda e Longhurst, Robyn (2023). A geografia mais íntima: o corpo. Em Joseli Silva et al. (orgs.), *Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados* (pp. 43-68). Ponta Grossa: Todapalavra.
- Johnston, Lynda e Longhurst, Robyn (2013). Geografias trans(icionais): corpos, binarismos, lugares e espaços. Em Joseli Silva et al. (orgs.),

Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços (pp. 339-357).

Ponta Grossa: Todapalavra.

Leal, Halina (2022). Prefácio à edição brasileira: pertencimento e sua dimensão de cura. Em bell hooks, *Pertencimento: uma cultura do lugar*. São Paulo: Elefante.

Lima,IVALDO (2023). O argumento político do corpo nas dobras do espaço liminar. Em Joseli Maria Silva, Marcio Ornat e Alides Chimin Júnior (orgs.), *Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados*. Ponta Grossa: Todapalavra.

Lima,IVALDO (2015). O gênero da paisagem e a natureza do espaço público: rumo à cidade cívica?. Em Álvaro Ferreira et al. (orgs.), *Desafios da metropolização do espaço* (pp. 459-480). Rio de Janeiro: Consequência.

Louro, Guacira (2013). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Massey, Doreen (2013). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Mombaça, Jota (2021). *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobodó.

Nascimento, Leticia (2021). *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíada.

Peres, Francine (2015). *Cartografias do corpo: gesto e clínica do afeto*. Rio de Janeiro: PUC-Rio / São Paulo: Reflexão.

Preciado, Paul (2017). Cartografias queer: o flâneur perverso, a lésbica tofóbica e a puta multicartográfica, ou como fazer uma cartografia “zorra” com Annie Sprinkle. *eRevista Perfomatus, Inhumas*, 17(5).

Preciado, Paul (2020). *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. (Tradução: Eliana Aguiar). Rio de Janeiro: Zahar.

Rolnik, Suely (2018). *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 Edições.

Seixas, Daniela e Barbosa, Ana Carolina (2023). Mapa Espaço de Possível. Em Ana Carolina Barbosa (org.), Por espacialidades de trans-existência: Trânsitos entre os sistemas normativos e a (re)apropriação do corpo. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – POSGEO/UFF, Niterói.

Sennett, Richard (2014). *L'Espai públic. Un sistema obert, un procés inacabat*. Barcelona: Arcàdia.

- Silva, Joseli. Maria e Ornat, Marcio (2016). Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. Em Benhur Costa, Álvaro Heidrich e Claudia Pires (orgs.), *Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território* (pp. 56-76). Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura.
- Vergueiro, Viviane (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. (Dissertação de mestrado). Instituto de Humanidades Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Zumthor, Paul (2014). *Performance, recepção, leitura*. (Tradução: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich). São Paulo: Cosac-Naify.

PARADAS LGBT+, CISHETERONORMATIVIDADE E EMANCIPAÇÃO

UMA GEOGRAFIA CONTRASSEXUAL DECOLONIAL NO RIO DE JANEIRO¹

LALESKA COSTA DE FREITAS

INTRODUÇÃO

As Paradas LGBT+ são uma festa de resistência à cisheteronormatividade que intenta desenvolver a autonomia de sujeitos LGBT+ para que possam viver livremente a sua identidade de gênero e sexualidade sem contenção impositiva, ocorrendo a festa em espaços públicos por serem estratégicos num movimento que vai contra a ordem hegemônica. Este evento celebratório surge nos EUA e se distribui primeiramente pelo território nacional estadunidense, ultrapassando essas fronteiras, e chegando em países como o Brasil. Neste capítulo, temos como objetivo geral compreender o impacto, o alcance e o sentido das Paradas LGBT+ sobre a cisheteronormatividade dos espaços públicos do subúrbio carioca, o que requisita uma fundamentação teórico-metodológica orientada pela perspectiva de uma epistemologia feminista contrassexual e do giro decolonial. Assim, esta epistemologia será destrinchada no primeiro tópico deste capítulo.

Com base no conceito de territorialidade, as Paradas LGBT+ são entendidas geograficamente, a partir da análise diacrônica e sincrônica de sua trajetória desde a sua origem estadunidense

¹ Este capítulo está baseado na pesquisa da nossa dissertação de mestrado intitulada “Interstícios dos subúrbios cariocas: as paradas LGBT+ enquanto territorialidades suburbanas”, defendida em 2021, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, POSGEO/UFF, sob a orientação do Prof. Dr. Ivaldo Lima.

até à chegada no subúrbio carioca. Para tanto, aborda-se a constituição da cisheteronormatividade nos espaços públicos do subúrbio carioca pautada na evolução urbana do Rio de Janeiro, especialmente de seu subúrbio. Isto será abordado no segundo tópico deste capítulo. Como sentido específico de análise, selecionam-se as três paradas mais antigas da cidade: Madureira, que é um subcentro; Sepetiba, que é um bairro periférico; Vila do João, uma das favelas do Complexo da Maré.

Por fim, analisa-se a ocorrência das Paradas LGBTQ+ de 2019, com base em trabalhos de campo nos eventos, na aplicação de inquéritos aos participantes das Paradas LGBTQ+, além de entrevistas com organizadores dessa manifestação contrassexual de transgressão e resistência. A apresentação das trajetórias urbanas e LGBTQ+ será feita ainda no segundo tópico, concentrando-se nas particularidades de cada Parada LGBTQ+. Posteriormente, na conclusão, será feita a análise comparativa, observando as divergências e convergências das Paradas LGBTQ+ para se compreenda melhor o sentido geral deste evento.

EPISTEMOLOGIA CONTRASSEXUAL E DECOLONIAL FRENTE A CRISE DO SISTEMA-MUNDO MODERNO-COLONIAL CISHETEROPATRIARCAL

A escolha epistemológica por uma geografia política feminista, contrassexual e decolonial justifica-se nas Paradas LGBTQ+, evidenciarem uma crise do sistema-mundo capitalista vigente. Portanto antes de explicitar a estrutura epistemológica desta pesquisa é necessário explicar que sistema-mundo é este, representante da hegemonia atual, e como ocorre sua crise.

O atual sistema histórico, o sistema-mundo capitalista, possui a peculiaridade de ser forte o suficiente para minar e/ou absorver outros sistemas contemporâneos, por isto tendo se expandido na escala global. Sua economia mantém algumas características do chamado “protocapitalismo” como a ampla

produção de *commodities* e empresas com fins lucrativos, contudo, distingue-se dos sistemas econômicos anteriores por sua incessante acumulação de capital. Quanto à estrutura social, o sistema-mundo atual caracteriza-se da seguinte maneira: moderno por estruturar-se com a deificação e reificação da novidade derivada da fé na ciência e que é um argumento circular do progresso pelo progresso; colonial por exercitar a colonialidade de poder, um poder² institucionalizado — poder exercido ou não de maneira institucional, mas que sempre articula-se numa multiplicidade de funções evidentes e coordenadas entre si, subentendendo-se também uma articulação de distintas escalas de relação de poder — formado por uma estrutura global comum de classificação social que racializa as relações de poder; e cisheteropatriarcal, pois o controle da reprodução biológica da espécie, que Quijano (2009) identifica como um dos eixos centrais da colonialidade de poder, ocorre através de uma imposição cisgênera (que não permite identificações de gênero que não possuam uma linearidade com o sexo biológico) e heterossexual também, conforme defende Freitas (2021).

A crise do sistema-mundo moderno-colonial cisheteropatriarcal pode ser observada por cada um desses adjetivos que nomeiam uma de suas características. A modernidade é questionada quando a vitória do tempo sobre o espaço, que é a narrativa do progresso, é questionada por perspectivas que vinculam o tempo com o espaço e demonstram que este último não é fixo, podendo ser múltiplo e aberto tal como o tempo. A crise da colonialidade é percebida no Brasil por movimentos que questio-

² Considera-se a definição de poder em concordância com Freitas (2021), que se utiliza da discussão de autores como Foucault (1995), Stoppino (1998), Bobbio (1998), Bourdieu (1998), Raffestin (1993) e outros para construir o conceito de poder como um exercício relacional, intencional e/ou interessado e imanente, pressuposto de uma dissimetria entre os distintos sujeitos da relação. O poder pode ser compreendido não apenas ao identificar quem o exercita ou quem é sujeitado com voluntariedade mínima (já que a ausência de voluntariedade é igual a violência), mas também através da esfera de poder trabalhada.

nam o mito fundador do país, a democracia racial³, como a criação do Ministério da Igualdade Racial no atual governo federal, num símbolo de que esta igualdade ainda não é uma realidade. Por fim, a crise do caráter cisheteropatriarcal é evidenciada pelo que Guasch (2000) compreende como crise da heterossexualidade enquanto um mito que orienta a organização social e possui dez características desde a atualização de Freitas (2021). Dentre as evidências no Brasil desta crise pode-se se citar como exemplo a lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é um mecanismo legal para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e pode ser considerada como um movimento contra a misoginia que faz parte da sociedade brasileira. Contudo, para Guasch (2000) a homofobia persiste por conta da sua ressurreição inventiva, que sempre encontra motivos para existir, desde embasamento teológico a uma questão de saúde pública (como a AIDS), e atualmente com a defesa da família e da criança, razão padrão em momentos de instabilidade social devido a crises financeiras.

Frente a este contexto de crise/reestruturação de um sistema histórico, não é mais compatível uma epistemologia fechada, fixa, singular, universal e de tempo linear para compreender a realidade. Faz-se necessário uma perspectiva analítica que consiga de maneira abstrata captar o não-normativo, ou seja, a diferença. Por isto, para este trabalho, costurou-se uma Geografia Contrassexual Decolonial, onde a primeira característica permite captar o fenômeno do gênero e sexualidade, e a segunda a racialidade/colonialidade, ambos nascidos de movimentos sociais chamados de identitário que contribuíram para surgimento e evolução destes campos científicos.

Geografia contrassexual estrutura-se com base na proposta de Preciado (2014), questionando uma economia (cis)heterocentrada ao reelaborar o corpo e o espaço seguindo a lógica do dildo com o ânus como centro contrassexual de prazer/saber

³ González (1994) define esse mito como sintoma da neurose da cultura brasileira, que oculta o racismo para se libertar da angústia de enfrentá-lo.

para não haver uma divisão binária dos sexos como estruturante, onde cada lugar do corpo e do espaço é um ponto de fuga, um centro de descarga, ou seja, um plano potencial onde a fábrica de corpos e espaços sexuais pode se deslocar. É uma geografia que, devido às verticalidades dos dualismos que Gaard (2011) expõe, fugiria de hierarquizações de saberes com base nestes dualismos paralelos e interrelacionados ao invés se reproduzir o caráter simplificador e disjuntor do paradigma científico, possível de gerar desigualdades no pensamento geográfico, costurando-se assim a teoria *queer* de Preciado (2014) com o pensamento complexo proposto por Morin (2011), algo que Silva (2009, 2010a, 2010b e 2016) já havia elaborado na episteme de seus trabalhos.

Geografia decolonial porque compreende a multiplicidade de vivências (de identidades) que nem sempre expressam a norma moderna colonial imposta às populações da América Latina/Abya Yala/América Latina. Possibilita-se assim enxergar que a questão racial também interfere na vivência de gênero e de sexualidade de toda a sociedade, ou seja, aqui entendemos decolonial como antirracista, já que ir contra colonialidade do poder e do saber é ir contra uma racialização de ambos também, concordando com Freitas (2021) que se embasou em Carneiro (2003), Lugones (2018), Akotirene (2019), Gonzalez (1984) e Gaard (2011) para chegar nesta conclusão.

Após a explicação da costura epistemológica feita para este trabalho geográfico, de uma Geografia Contrassexual e Decolonial, segue-se à compreensão das Paradas LGBTQ+ sobre a perspectiva geográfica, chegando à definição destas como territorialidades. Para isto iremos analisar a evolução das Paradas LGBTQ+ desde seu surgimento nos EUA até a chegada no subúrbio carioca⁴ através das três paradas selecionadas para este trabalho: a de Sepetiba, a da Vila do João no Complexo da Maré e a de Madureira.

⁴ Relativo à cidade do Rio de Janeiro, município e capital do estado (unidade federativa) brasileiro homônimo.

TERRITORIALIDADE DAS PARADAS LGBT+: DOS EUA AO SUBÚRBIO CARIOCA BRASILEIRO

Para a compreensão das Paradas LGBT+ sob a luz da ciência geográfica, primeiro se definirá os conceitos balizadores dessa análise geográfica — território, territorialidade e contenção territorial — para posteriormente discutir a origem e evolução das Paradas LGBT+ no contexto estadunidense e brasileiro seguindo o método diacrônico e sincrônico. A sequência conceitual será: espaço, território, territorialidade e contenção territorial.

Sob novos paradigmas que surgem da crise do sistema-mundo que apresentamos, surge a urgência de outras compreensões do espaço que oferece movimento e complexidade ao conceito, explica Moreira (2017). Haesbaert (2008) dialoga com os autores Claude Raffestin, Henri Lefebvre, David Harvey e Doreen Massey para concluir que o espaço difere do território por conta de o espaço ser uma expressão da sociedade que prioriza os processos em sua coexistência, em um sentido amplo, enquanto o território é uma abordagem mais específica no interior da dimensão espacial que se concentra nas problemáticas que envolvem relações de poder em suas múltiplas esferas, constituindo-se por um caráter estritamente político.

Uma compreensão híbrida é aplicada por Haesbaert (2008, 2011 e 2014) ao conceito de território pela usual compreensão deste conceito na geografia política apenas por sua dimensão material. O autor define território como as relações de poder mediadas pelo espaço (Haesbaert, 2008), especificamente de um poder estabilizado, sendo ele institucionalizado ou não. Tendo o poder como eixo analítico, constrói-se a seguinte diferenciação conceitual: o espaço tratado independente das relações de poder, espaço em si; o território abarcando essas relações; e as territorialidades, definindo numerosas formas de poder e de uso (Damiani, 2002, p. 17)

Em concordância lógica, Sack (1983) compreende a territorialidade como uma estratégia para influenciar, afetar ou controlar ações e interações ao garantir e almejar o reforço do con-

trole sobre uma área geográfica. A territorialidade seria a dimensão espacial do poder que a influência ocorre apenas quando há o exercício deste através de um ato que impõe este poder — poder atual segundo Bobbio (1998) — ao invés de haver a obediência mesmo sem a subordinação direta — poder potencial ainda Bobbio (1998). Ou seja, o território está no plano do real e concreto, enquanto as territorialidades estão no misto entre o real e o representado, defende Damiani (2002), onde Freitas (2021) acrescenta o performático, da representação que se faz e refaz enquanto performada, inspirando-se assim em Butler (2018).

Este sequenciamento conceitual justifica a Parada LGBTQ+ ser compreendida, sob a luz da ciência geográfica, como uma territorialidade, pois ela é uma performance de poder que se torna um rito padrão dentro dos movimentos LGBTQ+. A repetição gera uma territorialização, que já é o movimento para que a territorialidade seja também um território (que de representação passe a ser o real, o concreto). Damiani (2002) argumenta, ao discorrer sobre as novas territorialidades, sobre como elas são uma contraposição a estruturação territorial (no caso das Paradas LGBTQ+, uma contraposição a cisheteronormatividade do Sistema-mundo vigente), sendo mais flexíveis e constituindo contrapoderes de organizações globais, contra porque a gênese destas territorialidades é a exclusão. Efêmeras e móveis, contudo não menos efetivas, já que elas se valem da persistência como memória e conseguinte permanência na história, o que será visto pela função de repetição das Paradas LGBTQ+. Heterogêneas e múltiplas, havendo uma aparente concordância entre Damiani (2002) e Santos (2014), pois se percebe que as territorialidades não são estritamente locais, já que o mundial se realiza nestes fenômenos locais.

Quanto ao conceito de contenção territorial, Haesbaert (2008) é quem o constrói. O substantivo derivado do verbo conter, contenção, se caracteriza pela ambivalência de significância em ser tanto a contenção uma membrana que impede a progressão do externo no interno, como também um limite que restrin-

ge o interno na parte de dentro da contenção, ou seja, o mesmo processo de expansão gera uma retração. Assim o autor propõe o conceito de contenção territorial enquanto uma forma de precarização socioespacial que imobiliza parcialmente um grupo social — como os sujeitos LGBT+ — enquanto também significa que nos espaços externos a esta segregação espacial localizam-se os sujeitos não segregados — cisgêneros e heterossexuais. As territorialidades LGBT+ apresentam-se como estratégias de combate a contenções territoriais sofridas pelos sujeitos LGBT+, seja num aprisionamento dentro de si — não se assumir LGBT+, ou seja, *ficar no armário* — ou num impedir-se de performar em alguns espaços, restringindo-se a outros.

No próximo subtópico se compreenderá a evolução das Paradas LGBT+ no território estadunidense até o início desta territorialidade no Brasil, que ocorreu na década de noventa.

EUA: A ORIGEM DAS *PRIDE PARADES* (PARADAS DE ORGULHO)

A análise geográfica das *Pride Parades* requer que antes se discorra sobre o contexto estadunidense em que surge a primeira Parada LGBT+ após a Rebelião de Stonewall para em seguida dissertar sobre como ocorre a distribuição pelo país e posterior internacionalização dos movimentos LGBT+ que culmina no surgimento das Paradas LGBT+ no Brasil. Esta será a organização deste tópico.

No século XX o período chamado por Purdy (2007) de Décadas da Discordância equivalente às décadas de vinte até quarenta, ocorreu entre 1920-1933 no território estadunidense a vigência da Lei Seca, quando se bane a fabricação, transporte e venda de bebidas alcoólicas para consumo, que ao ser finalizada institui que cada Unidade Federativa dos EUA construísse critérios particulares de concessão e cassação de alvarás para funcionamento de ambientes com venda de etílicos. Dentre estes critérios, relata Silva (2006), havia a determinação de não poder autorizar estabelecimentos dirigidos ao público homossexual, o

que justifica surgir neste contexto os bares maquiados para a socialização do coletivo LGBT+. Um desses bares é o agora mundialmente famoso *Stonewall Inn* onde se iniciou a Rebelião de Stonewall, mito fundador dos movimentos LGBT+ contemporâneos.

Dentre as pautas que já eram discutidas antes da Rebelião de Stonewall nos movimentos LGBT+ estava a supressão das operações encobertas da polícia, uma das táticas de intervenção estatal motivada pela conduta privada. Desencadeou-se destas ideias a Rebelião, marco de um novo momento nos movimentos LGBT+. Ocorrida no bairro *Greenwich Village*, em Nova York, durante o período nomeado por Purdy (2007) de “Rupturas do Consenso”, quando há uma renovação dos movimentos sociais sob novos moldes, justificando serem chamados de novos movimentos sociais. As paradas e marchas organizadas para lembrar a Rebelião de Stonewall foram pensadas em uma Conferência Regional Oriental de Organizações Homófilas ocorrida na Filadélfia, ou seja, numa das organizações feitas pelos sujeitos LGBT+.

A localização das primeiras Paradas e Marchas LGBT+ pós-Stonewall nos EUA — em Chicago, Los Angeles e Nova York em 1970 — e da Rebelião Stonewall justifica-se também na Divisão Territorial do Trabalho⁵, que gera uma hierarquia espacial mundial onde Nova York especialmente, mas também Chicago e Los Angeles ocupam altos postos, o que implica na sua grande centralidade urbana e na concentração de recursos e de fluxos migratórios, sendo assim uma das justificativas para a força mítica da rebelião de Stonewall. Outra justificativa é a deificação e retificação da novidade, o que justifica a compreensão da “socie-

⁵ Santos (2014) compreende a Divisão Territorial do Trabalho como um processo de diversificação do mundo histórico, modificado de maneira progressiva por ter como fator espacial os resquícios das pretéritas divisões cujo progresso se orienta pelas novas formas de produção, a atribuírem também novas funções e conteúdos. A divisão do trabalho produz a divisão territorial do trabalho e, consequentemente, uma hierarquia espacial com sua respectiva divisão de recursos.

dade moderna” significar “sociedade inovadora”, que é como discorre Purdy (2007). A vivência LGBTQ+ constitui-se como uma “novidade” em contraposição à tradicional vivência cisgênera e/ou heterossexual dos subúrbios e áreas rurais estadunidenses, que são espaços com sociedades conservadoras e, portanto, pretéritas. À vista disso, Nova York e qualquer outra cidade que queira ser vista como moderna possui maior abertura para a vivência LGBTQ+, apesar de ainda perseguir estes sujeitos direta ou indiretamente.

A marcha de Nova York não executa um ativismo celebratório, conforme Haynes (2020), embasada no livro *Pride Parades: How a Parade changed the World* de Katherine McFarland Bruce, disserta, o que gera uma diferença de estrutura entre Nova York, que organiza-se numa marcha, e Los Angeles, que estrutura-se enquanto um desfile — *parade* em inglês — de exposição dos organizadores para os participantes que assistem das calçadas justificando que Desta (2014), embasado em Scott (2013), compreenda a primeira Parada LGBTQ+ como a ocorrida em Los Angeles e a de Nova York como primeiro evento do Orgulho LGBTQ+.

A distribuição das Paradas LGBTQ+ nos EUA ocorre majoritariamente em áreas metropolitanas e capitais, o que torna urbana uma característica importante desta territorialidade justificada pela deificação e reificação da novidade que é um dos valores hegemônicos do sistema-mundo vigente e mais fortemente se expressa em áreas urbanas em detrimento das rurais, representantes do que é antigo (conservadorismo e valores tradicionais, pretéritos), sendo uma novidade apenas por irem contra à cisheteronormatividade hegemônica. Assim as cidades mais urbanas e nos mais altos postos da hierarquia espacial fazem-se modernas — no sentido de inovadoras — através das “novidades” sexuais, afetivas e de expressão de gênero sendo vividas com maior liberdade do que áreas menos urbanas, mesmo que esta liberdade seja restrita a alguns espaços.

No próximo tópico, será analisada a distribuição das Paradas LGBTQ+ pelo Brasil até chegar no subúrbio carioca, o que terá

similaridades com a distribuição ocorrida nos EUA, porém com as particularidades de um país latino-americano.

BRASIL: DA PARADA GAY ÀS PARADAS LGBT+

Os anos noventa são o período pós-AIDS, onde os eventos organizados pelo e para o movimento social LGBT+ comunicavam-se com os sujeitos de seu grupo social, mas também eram utilizados como veículo de comunicação aproximativa para alterar a imagem dos sujeitos LGBT+ frente ao abalo ao ter a associação da homossexualidade à AIDS — assim informa Moraes e Soares (2013). Há uma mudança estrutural no movimento brasileiro que inicia uma aproximação com o Estado por meio da participação de campanhas de prevenção de ISTs/AIDS, o surgimento de grupos e associações também responsáveis por campanhas preventivas, como o Grupo Pela Vida, presente até hoje em quase todas as Paradas LGBT+ observadas no subúrbio carioca. Marca desta década também é a complexificação do quadro político — apresentada por Facchini (2009) — com uma maior gama de sujeitos políticos nos âmbitos nacionais e internacionais, o que obriga que se tenha estratégias que considerem as particularidades destes sujeitos, abrindo assim caminho político para o movimento de mulheres, de jovens, de negros e dos sujeitos LGBT+.

Onde ocorreu a primeira Parada LGBT+ no Brasil não é um consenso, havendo discordância entre os autores de referência — Jesus e Galinkin (2007); Moraes e Soares (2013); Reis (2014); Canabarro (2013) —, entretanto entende-se aqui a ocorrida em 1995 no Rio de Janeiro como marco do surgimento da Parada LGBT+ no Brasil, incipiente tal como a de Nova York e carregada do caráter festivo como a de Los Angeles, por conta da troca de estratégias entre os organizadores desta Parada com as ocorridas nos EUA, conforme apresenta Green (2000), assim como por ser uma marca do amadurecimento do movimento, que casa a política com a festa numa combinação tipicamente brasileira.

A distribuição pelo território do Brasil até o surgimento da primeira Parada LGBT+ no subúrbio carioca, período 1995-2000, limitou-se a uma por cidade, todas sendo capitais e em maioria são as capitais do sudeste e do sul, as regiões mais urbanizadas do Brasil, sendo a sudeste com a maior concentração populacional e onde se localizam as metrópoles nacionais. No geral o padrão distributivo brasileiro, similar ao que se sucede nos EUA, expõe o caráter urbano desta territorialidade.

No próximo tópico será analisado o ordenamento cisheteronormativo dos espaços públicos do município do Rio de Janeiro para compreender as Paradas LGBT+ suburbanas cariocas enquanto territorialidades que contestam os valores cisheteronormativos dominantes nos espaços públicos.

ORDENAMENTO TERRITORIAL CISHETEROPATRIARCAL DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO CARIOCA

A análise do sentido desta pesquisa, as Paradas LGBT+ cariocas suburbanas, requisita a definição do conceito de espaço público. Portanto inicia-se este tópico com a definição deste conceito-chave e demais necessário para compreendê-lo, para enfim encaminhar-se análise do espaço público carioca e posterior análise das três territorialidades selecionadas que ocorrem em Madureira, em Sepetiba e na Vila João na Favela da Maré.

A definição de Freitas (2021) enquadra-se no que Sennett (2014) nomeia de Escola Performática⁶ e constrói-se com base na revisão crítica dos escritos de Alvares e Barbosa (2019), Moreira (2006), Joseph (1999), Sennett (2014), Delgado (2011) e

⁶ Agrupamento de perspectivas sobre o conceito Espaço Público que apreende este conceito como a performance frente a desconhecidos, distanciando-se das outras compreensões por entendê-lo com um caráter aberto, ou seja, sem uma ordem delimitada, uma perspectiva que Massey (2008) tece críticas porque o elemento surpresa do espaço não é o caos frente à ordem, mas sim o encontro de estruturas e trajetórias, a abertura, portanto, estando na possibilidade de troca.

Preciado (2017). Para a autora o espaço público é o espaço — entendido como aberto e dinâmico, em que os pares dialéticos como fixos/fluxos, horizontalidades/verticalidades estão em constante complementaridade — onde a performatividade dos sujeitos engendra a concepção do sujeito universal e, portanto, hegemônico, assim como as ideologias⁷ que orientam a sociedade em que se situa, contrapondo-se ao espaço privado cuja performatividade dos sujeitos é lida como uma mera particularidade/localidade, representante das ideologias particulares aos sujeitos daquele espaço. Seguindo esta lógica, a ética da sociedade está sempre se reconstruindo no espaço público, justificando os constantes conflitos localizados nesta dimensão espacial, já que entre as consequências do resultado dos conflitos está a possível transformação do modo com que se compreende o real (o que faz parte do espectro ideológico e que parte da realidade recalcada). Complementa-se a esta definição a de Alvares e Barbosa (2019), delimitando ainda mais o sentido deste trabalho para os espaços com suporte físico e tangível, recaindo principalmente, porém não exclusivamente, em espaços ao ar livre.

A cidade plural do Rio de Janeiro compõe-se pelo que Muñoz (2010) chama de territoriantes, que ao habitarem uma cidade multiplicada torna-se maior a frequência de estar entre lugares (em trajetos) do que somente em um lugar. Trajetos citadinos que não são os mesmos para todos, porém a cidade está hoje se reconstruindo para os novos cariocas (Silva, Barbosa e Faustini, 2012) e abrindo espaços que antes tinham fronteiras materiais ou imateriais que lhes impediam apreender a cidade por completo. Uma cidade, portanto, constituída e entretecida de trajetórias múltiplas requer um método de análise que capte essas trajetórias.

⁷ Aqui concorda-se com Zizek (1996), que define a ideologia com base em Jacques Lacan e na dialética de Hegel como em ser uma incompleta compreensão da realidade, um conjunto de ideias destinado a legitimar uma configuração de poder, que recalca parte da realidade que não cabe em sua visão ideológica de todo (aquilo que foge à ideologia, chamado de pré-ideológico).

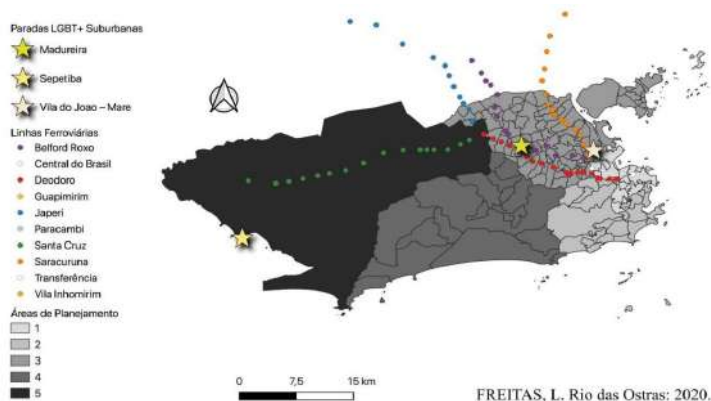
O conceito de trajetória é uma escolha metodológica para fugir da armadilha que Montagner (2007) descreve como a falsa impressão de linearidade dos eventos, pois os eventos são compostos de um encadeamento baseado na subjetividade dos sujeitos. A trajetória é a construção diacrônica de diversos grupos e sujeitos composta tanto de uma análise processual (diacrônica) quanto contextual (sincrônica) dos sujeitos e/ou grupos sociais. Baseando-se também nos debates propostos por Santos (2014) e Massey (2008) acerca das semelhanças e diferenças entre a geografia e a história, define-se a trajetória como um recurso metodológico utilizado para compreender o espaço público urbano carioca com a intenção de entender tanto a diacronia quanto a sincronia espacial, ou seja, com este método há uma análise processual e contextual do espaço público carioca e, posteriormente, das territorialidades das três mais antigas Paradas LGBTQ+ suburbanas do Rio de Janeiro.

A morfologia urbana será o ponto inicial da análise em concordância com Joseph (1999), que compreende que a morfologia do espaço público é condicionante das e condicionado pelas vivências espaciais que nele ocorrem. Conforme expõe Bernardes (1990a), o espaço urbano do Rio de Janeiro é construído em uma constante batalha contra seus obstáculos geomorfológicos que limitaram à expansão urbana e agravaram as distâncias, estas que precisam da ampliação da rede de transportes públicos para serem reduzidas, o que explica a expansão suburbana ser orientada pela rede ferroviária, utilizada pelas classes baixas e médias que dependiam deste meio de deslocamento.

O padrão de expansão urbana carioca resume-se na dilatação periférica e preenchimento de vazios surgidos por conta da inexistência ou de técnica de tratamento ou de uma rede de transporte público, conclui Bernardes (1990a), padrão que se repete tanto nas áreas centrais quanto nas áreas periféricas — que, na classificação proposta por Soares (1990b), são os bairros e favelas suburbanas e favelas não-suburbanas. A dilatação periférica suburbana desenvolve-se conforme uma edificação descontínua circunscrita às poucas estações ferroviárias construídas nestas

áreas da cidade (direção norte e noroeste em relação ao centro da cidade), núcleos isolados que acabam por aglutinar-se à medida que a cidade se expande. O subúrbio destina-se para os precariados⁸ na intenção de que nas áreas centrais houvessem reduzido rastro dessa população subalternizada, sendo o sentido da migração intramunicipal dos sujeitos outros que destoam da concepção hegemônica e idealizada de carioca — ou seja, que fogem da concepção do sistema-mundo moderno-colonial cisheteropatriarcal.

Mapa 1. Paradas LGBT+ suburbanas de 2019 observadas neste trabalho



Fonte: Freitas, 2021.

Devido a sua heterogeneidade Soares (1990b) regionaliza o subúrbio carioca no qual as Paradas LGBT+ aqui analisadas se localizam do seguinte modo:

⁸ Standing (2014) compreende o precariado como uma nova classe social caracterizada pela incerteza e inseguranças crônicas agravadas ainda mais pelas políticas iniciadas a partir de 2016 no Brasil, onde o país começa a se orientar sob uma lógica neoliberal, intensificada durante o governo Bolsonaro e sua administração agravada pela (e agravante da) pandemia.

- ♦ Sub-região Central do Brasil: são os bairros próximos da atual linha Deodoro e Santa Cruz segundo a classificação da Supervia. De ocupação mais antiga, estrutura mais aprimorada e abrigando até a classe média, possui dois subcentros — Méier e Madureira — que são importantes centros comerciais utilizados por moradores de outros bairros da sub-região suburbana. Localiza-se nesta sub-região, além da Parada LGBTQ+ de Madureira (localizada próximo da linha Deodoro no Mapa 1), um subcentro⁹, também a de Setúba (localizada mais a oeste no Mapa 1), um bairro.
- ♦ Sub-região da Avenida Brasil: cresce sobre o aterro do amplo litoral lodoso, diferenciando-se do restante do subúrbio por se utilizar principalmente do transporte rodoviário. Mais recente que a sub-região anterior, apresenta menos melhoramentos urbanos, todavia com os mesmos tipos de construções, habitada por uma classe média mais modesta. Utiliza-se menos de subcentros apesar de ligar-se a eles, já que o transporte rodoviário garante aos bairros dessa região um acesso mais fácil ao centro do Rio de Janeiro. Localiza-se nesta sub-região a Parada LGBTQ+ da Vila do João (localizada mais a leste no Mapa 3), uma das favelas do complexo da Maré.

Os outros bairros que não são suburbanos se dividem em: Zona Sul, mais heterogênea, habitado do favelado ao milionário; Zona Norte, mais homogênea, destinando-se para a classe mé-

⁹ Com base na Escola de Chicago, Soares (1990b) compreende o espaço urbano carioca formado de círculos concêntricos que gera os chamados subcentros como espaços centrais que oferecem alguns serviços e outras necessidades buscadas nos centros urbanos numa proximidade das residências cariocas maior que a área central do Rio de Janeiro, que a morfologia urbana não permite que seja próximo ou de fácil acesso. Madureira é um subcentro regional, possuindo uma centralidade apenas numa região específica da cidade e surgindo no encontro das zonas da cidade com graus distintos de urbanização e ocupação, ofertando suporte para a dilatação da malha urbana.

dia com exceção do bairro Alto da Boa Vista, habitado por classes mais abastadas.

A análise das trajetórias urbanas da cidade do Rio de Janeiro expõe que o ordenamento territorial carioca submete-se à lógica do Sistema-mundo capitalista ao seguir uma lógica moderna de progresso a partir de cíclicos projetos de revitalização da cidade, como o atual processo de metropolização da cidade descrito por Ferreira (2016), uma lógica que também é colonial porque a classificação social, especialmente a raça vinculada a classe social, orienta a segregação espacial, com as áreas centrais representando o carioca hegemônico enquadrado no sistema-mundo vigente — branco, homem, heterossexual — cabendo às áreas periféricas os *outros* cariocas. A predominância da lógica hegemônica não renega a possibilidade de outras espacialidades e territorialidades na cidade contestarem o ordenamento territorial impositivo, como é o caso das vivências espaciais e territoriais dos sujeitos LGBTQ+ que constroem contra-espacos com distintos níveis de impactos à ordem hegemônica, conforme será percebido com as territorialidades das Paradas LGBTQ+.

A sequência dos próximos subtópicos onde a análise ocorrerá será a seguinte: as Trajetórias que constroem a Parada LGBTQ+ de Sepetiba, primeira a ser realizada em 2019; as da Vila do João, segunda daquele ano; as de Madureira, última a ocorrer em 2019. Posteriormente na conclusão haverá uma análise comparativa dos dados apreendidos em cada uma das Paradas LGBTQ+ suburbanas.

Dos mata bicha à festa de/pelo bairro: trajetórias da Parada LGBTQ+ de Sepetiba

Sepetiba é um bairro litorâneo do extremo oeste brasileiro, banhado pela Baía homônima, que apresenta um dos piores índices de desenvolvimento social, índice que considera o acesso à saneamento básico, qualidade habitacional, grau de escolaridade e renda — assim descreve Altoé (2016). É um bairro litorâneo

que não explora sua costa financeiramente devido aos altos níveis de poluição de suas praias. O nome do bairro é uma versão aportuguesada de como os tamoios, indígenas que habitaram a região, nomearam a área, *çape-tyba* — sítios de sapês, que é uma vegetação nativa. A rede de transporte público do bairro é rodoviária, direcionando-se aos bairros ferroviários mais próximos.

A organizadora da Parada LGBTQ+ de Sepetiba, Xuxette Hollyday, nasceu no bairro, porém morou em Nilópolis até os 18 anos, quando retornou ao bairro para cuidar de seus avós. Desde então ela, que se identifica como mulher trans, reside em Sepetiba, agora com mais de 50 anos de idade. Sua profissão de cabeleireira iniciou-se em Nilópolis e continuou no Rio de Janeiro, onde começou a ensinar seu ofício em outro local do extremo oeste carioca. No percurso para o trabalho que surgiu a inspiração para fazer o evento LGBTQ+, quando cessa uma violência vivida no cotidiano percurso do trabalho para casa ao colocar o líder dos sujeitos que a violentavam sob a mira da arma emprestada, ato que alterou a dinâmica de poder daquele espaço público. Para garantir que a dinâmica não se alterasse apenas para ela individualmente que Xuxette decide organizar a Parada LGBTQ. Em síntese a Parada LGBTQ+ surge em resposta às múltiplas violências cometidas contra os sujeitos LGBTQ+ num exercício coercitivo do poder conforme ilustra as performances violentas.

A popularidade de Xuxette ia além das fronteiras do bairro, o que permitiu logo nas primeiras edições da Parada LGBTQ+ de Sepetiba haver a presença de artistas de várias localidades, assim como com um número considerável de participantes. Após mais de 10 anos do evento, foi possível observar em campo durante o evento de 2019 uma festa voltada para os moradores do bairro e das redondezas, impressão confirmada pelos participantes inquiridos e que é uma intenção de Xuxette, que relatou objetivar com a Parada LGBTQ+ trazer melhorias para o bairro. Quando próximo da ocorrência da Parada LGBTQ+ isto acontece: recebe-se melhorias nos espaços públicos das áreas próximas ao trajeto da passeata e carreata LGBTQ+.

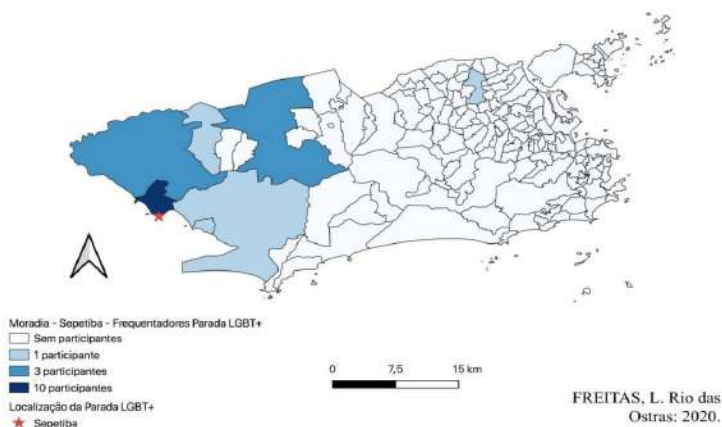
O evento inicia-se com a concentração de participantes no litoral e posterior realização de passeatas e carreatas em direção ao Clube Recôncavo, por fim havendo um ato show com performances de vários artistas e celebração de algumas entidades LGBTQ+, em maioria também artistas, com a coroação e a entrega de faixa para eles. Esta Parada LGBTQ+ não possui patrocinadores nem voluntários, apenas alguns amigos e artistas participantes acabam ajudando Xuxette, mas sem um compromisso para tal. Quase todos os gastos são arcados por Xuxette, com exceção de algumas doações como água e trio elétrico que vêm de comerciantes locais ou de algum político conhecido. No Clube Recôncavos foram observados os sujeitos que auxiliavam na sua execução da Parada LGBTQ+ se voluntariando com seu trabalho profissional ou ajudando na organização de alguma outra maneira. Conversando com os artistas no camarim desta Parada e da Parada LGBTQ+ da Vila do João ficou perceptível o recorte de classe desta territorialidade, já que para eles aquela também era uma oportunidade profissional.

O Ato Show inicia-se com a execução do hino nacional, o que é uma tradição na Parada LGBTQ+ de Sepetiba, um dos vários elementos que faz menção a valores mais conservadores, já que a própria Xuxette descreveu a Parada por ela organizada como um ambiente familiar, o que se comprovou com a observação do evento que tinha presença de sujeitos de várias gerações, incluindo crianças acompanhadas de seus responsáveis numa referência à família cisheteronormativa. O caráter familiar — ainda cisheteronormativo — é descrito como o modo correto de produzir uma Parada LGBTQ+, enquadrando como maléfico e/ou abjeto modos outros que não expressam esses valores cisheteronormativos, muitas vezes até indo contra estes ao ter uma expressão sexual mais aberta. Após o hino nacional houve diversos espetáculos e a coroações.

Os inquéritos ocorridos em todas as Paradas LGBTQ+ observadas em 2019 seguem o seguinte padrão: inicia-se os inquéri-

tos antes dos trios serem ligados, ainda no início da concentração, continuando mesmo quando seus sons são ligados até próximo do momento de início da passeata e carreata. Pontos aleatórios do espaço onde se concentrava os participantes foram escolhidos para inquirir os sujeitos. As respostas dos inquéritos evidenciam um perfil médio de participantes homens, cisgêneros, monossexual — dentre estes, grande parte homossexual —, brancos, com menos de 36 anos — na faixa entre 25 e 36 especialmente, seguido da faixa dos 18 aos 24 anos — e sem religião ou ateu, apesar da forte presença de religiões cristãs.

Mapa 2. Local de Moradia dos participantes inquiridos na Parada LGBT+ de Sepetiba de 2019

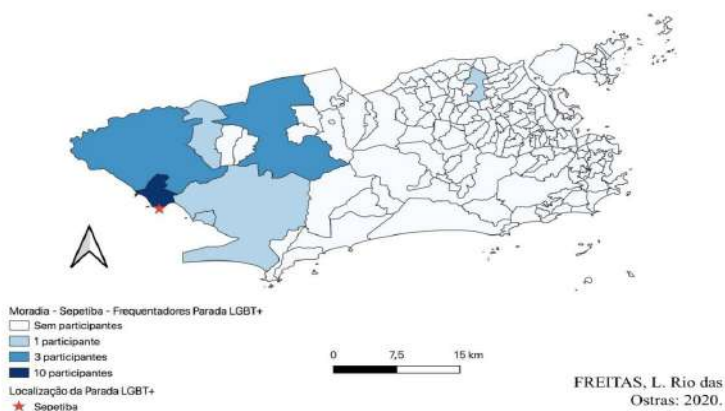


Fonte: Freitas, 2021.

Do ponto de vista locacional, é possível observar no Mapa 2 que a maioria dos participantes de Sepetiba residem no próprio bairro da Parada LGBT+ enquanto os outros moram em bairros circunvizinhos, salvo exceções, predominando, portanto, o subúrbio do ramal Santa Cruz. Quanto ao local de trabalho, excluindo-se os sujeitos desempregados, o próprio bairro da Para-

da continua sendo expressivo, porém há uma maior diversidade de áreas suburbanas neste quesito, com mais alguns do subúrbio do ramal Santa Cruz, mais um agrupamento do subúrbio do ramal Deodoro — parte localizando-se na bacia de Jacarepaguá ou próximo do subcentro Méier. O subúrbio continuava sendo expressivo, salvo a exceção dos que transitavam pela região metropolitana por serem vendedores ambulantes, e um que trabalhava na Tijuca.

Mapa 3. Local de Trabalho dos participantes inquiridos na Parada LGBTQ+ de Sepetiba de 2019



Fonte: Freitas, 2021.

Viaja-se agora para o litoral leste do Rio de Janeiro. Para isto pega-se uma van ou ônibus — o que passar primeiro! — até algum ponto localizado próximo da Avenida Brasil, onde se desce e pega um outro ônibus até o complexo da Maré. Uma curta viagem de aproximadamente duas horas, com sorte pode ser um bom momento para um sono revigorador se conseguir ir sentado em todo o percurso.

Das violências contra travestis à festa dos favelados: trajetórias da Parada LGBTQ+ da Vila do João

A Maré é compreendida por Fernandes (2015) como um bairro criado em janeiro de 1994, que aqui será entendido como complexo de favelas por ser a identificação captada nos inquéritos feitos com alguns moradores da Vila do João, uma das favelas pertencentes ao complexo, que também chamavam a Maré de comunidade. Este complexo de favelas cresceu no subúrbio da Avenida Brasil e seu nome referencia-se nos mangues e praias que dominavam a paisagem durante o início de sua ocupação ainda no período colonial. Transformações ocorreram em suas espacialidades que sofreu uma ocupação mais expressiva apenas a partir da década de quarenta com a construção da hoje Avenida Brasil, via que permitiu ligar os antes distantes subúrbios ao centro da cidade, oferecendo assim oportunidades de trabalho e atraindo várias indústrias, e a construção da UFRJ. A favela Vila do João surge na década de oitenta quando se erradicam as palafitas e outras construções precárias, aterram-se as áreas alagadas e constroem-se conjuntos habitacionais como os localizados na favela da Parada LGBTQ+ aqui analisada.

Beto Cabeleireiro, organizador da Parada LGBTQ+, nasceu no interior do Maranhão, emigra para o Rio de Janeiro aos 17 anos em 1986 e reside por 6 meses em Jacarepaguá, depois no Parque União na casa de primos até, por fim, residir na habitação que até hoje se encontra na Vila do João na Maré, mudando-se, portanto, durante o surgimento desta localidade. Seu grande reconhecimento na Vila do João lhe fez ser convocado a iniciar o movimento LGBTQ+ na favela que reside pelas travestis que residiam na favela e sofriam constantes violências ao retornarem de seu trabalho como prostitutas, o que evidencia a diferença entre os sujeitos LGBTQ+. As travestis precisam pedir auxílio ao Beto, um homem cisgênero gay, porque mesmo que ele também seja um sujeito LGBTQ+ o grau de marginalização é diferente.

Na entrevista realizada com o organizador há a exposição de valores conservadores, percebidos também na Parada LGBTQ+

de Sepetiba, quando Beto menciona a família mononuclear convencional e o fenômeno religioso, assim como ao chamar a favela de comunidade, o que é uma referência ao vocabulário imposto pela mídia como uma forma “politicamente correta” de fazer menção a favela. Quando inquirido sobre sua religião, Beto respondeu ser evangélico da Assembleia de Deus, o que reforça sua tendência conservadora em alguns aspectos, como no cuidado de criar um ambiente familiar — cisheterossexual — restringindo atos mais sexualidades para não impedir a presença de crianças.

A Parada LGBT+ da Vila do João intenta trazer uma visibilidade positiva para a favela, desgarrando-a do imaginário precário e problemático, trazendo assim uma concepção da favela mais alegre e festiva, um imaginário da favela viva, pulsante e familiar — ponto reforçado por Beto. Teve em seu evento a coroação de alguns sujeitos em molde parecido com o que ocorreu em Sepetiba e contou com diversas formas de apoio recebidas, desde apoios institucionais como a prefeitura do Rio de Janeiro e a Fiocruz, até o de comerciantes locais, empresas localizadas na região e políticos — de vereadores a deputados. Na hierarquia urbana a favela seria uma localidade com menor oferta de serviços e oportunidades, entretanto a localização destas Paradas LGBT+ burla esse padrão espacial, pois o Complexo da Maré tem mais visibilidade que Sepetiba, que é um bairro, o que interfere na composição destas territorialidades.

O organizador da Parada LGBT+ da Vila do João expõe que suas intenções com o evento é alterar a dinâmica da Maré e não a da cidade, assemelhando-se a de Sepetiba por ter uma territorialidade local. Como único homem cisgênero entre os três organizadores da Parada LGBT+, Beto também é o único que não relatou ter sofrido algum tipo de violência LGBTfóbica em nenhum dos espaços que vivenciou ao longo de sua trajetória.

No tocante à trajetória da Parada LGBT+ da Vila do João, ela surge em 2007 em um espaço fechado da garagem da empresa Real progredindo para uma passeata com dois trios elétricos que começa próximo à Avenida Brasil e encaminhando-se para o in-

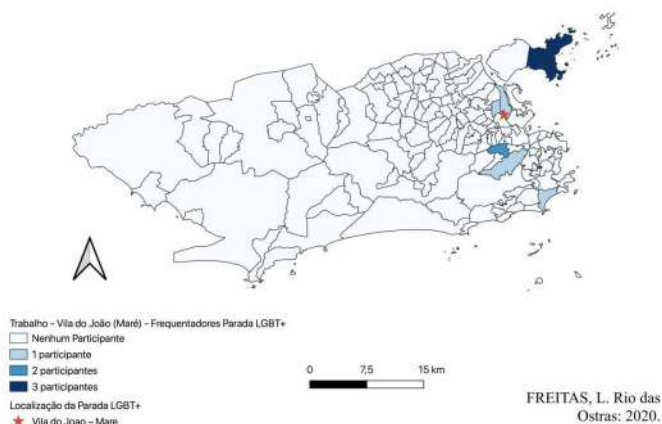
terior da favela, um simbólico convite de adentrar a diversidade e os sujeitos LGBT+ do Complexo da Maré. O trajeto percorre a Rua Quatorze e termina próximo ao Campo da Vila do João. A concentração começa à tarde após o mutirão de 2ª via dos documentos — um dos serviços públicos ofertados durante a Parada LGBT+ — e a passeata apenas ocorre ao anoitecer. Repetindo a configuração da Parada LGBT+ de Sepetiba, há um palco ao final da passeata pronto para receber as apresentações das *drag queens* — dentre elas Xuxette, a organizadora da Parada LGBT+ de Sepetiba, um sinal da interligação entre as Paradas LGBT+ — e outros artistas, e pronto também para a coroação destes artistas com títulos similares aos ocorridos em Sepetiba.

Antes do início da passeata as apresentações de alguns DJs se iniciaram, assim como Beto discursou agradecendo aos apoios que recebeu e a Deus, mencionando sua família e reforçando que a Parada LGBT+ era um evento familiar. Os trios elétricos e participantes começaram a caminhar por volta das 19 horas. Ao final da caminhada chega-se ao palco em que outras performances ocorreram. A observação da passeata e carreata tornou perceptível a influência da morfologia urbana da favela da Maré na estruturação da Parada LGBT+, o que lhe imprime características próprias como a multiplicidade musical da Parada, com mais opções de estilos musicais que não se vinculavam ao padrão dentro da comunidade LGBT+ ao longo da rua em que ocorreu esta territorialidade, sendo os espaços que ofereciam essa variedade musical ocupados por participantes ou não das Paradas LGBT+.

Os inquéritos foram aplicados apenas entre participantes entre os trios por ser o espaço disposto pela Parada LGBT+ para sua territorialidade, apesar de se entender que havia outras concentrações em outras áreas próximas. Segundo as respostas dos inquéritos, os sujeitos inquiridos eram em grande maioria cisgêneros, mulheres, monossexuais — sendo em maioria heterossexuais —, negros, jovens adultos — entre 18 a 24 anos — e igualmente cristão ou são religião. O componente racial difere-se do resultado dos inquéritos de Sepetiba, refletindo, porém, a ten-

da Maré heterossexual e cisgênera, com ensino médio completo, trabalhando na área profissional de Ciências e Artes, oscilando entre sem religião ou cristão.

Mapa 5. Local de trabalho dos participantes inquiridos na Parada LGBT+ da Vila do João, Complexo da Maré, de 2019



Fonte: Freitas, 2021.

Finalizado a exposição desta trajetória, pega-se um ônibus seguido de um BRT para chegar em Madureira, viagem esta que demora por volta de uns 40 minutos. Há maior chance de se ir sentado e de maneira confortável, ainda assim é preciso ter sorte para não se pegar nenhum engarrafamento a depender do dia e horário.

Da ocupação de ruas e Shopping Center à Ruazinha: Trajetórias da Parada LGBT+ de Madureira

Madureira tem como grandes marcas identitárias o comércio e o samba, sendo o maior polo comercial da Zona Norte — neste caso, segundo a regionalização da prefeitura do Rio de Janeiro

e não a que foi utilizada até agora — e o segundo maior da cidade, descreve Pimentel (2013). Seu nome homenageia o boiadeiro Lourenço Madureira, antigo proprietário das terras da região que se chamava Fazenda Campinho. Nos primórdios do bairro a vocação comercial do bairro já aparentava, exercendo certa centralidade ao atrair moradores de toda a região com sua grande quitanda de hortifrutigranjeiros, que posteriormente transforma-se no Mercadão de Madureira — como coloquialmente é chamado — quando altera suas feições e vocações comerciais, diversificando os produtos ali vendidos especialmente graças à grande concorrência que a abertura do Casa, no bairro de Irajá, gera.

A rede de transportes de Madureira é servida por uma ligação ferroviária com a Zona Oeste (Ramal Santa Cruz), com a Baixada Fluminense conurbada (Ramal Japeri e Belford Roxo) e com o centro da cidade (Ramal Deodoro), assim como a ligação rodoviária intermunicipal a partir de várias linhas de ônibus que interligam o bairro a municípios de áreas conurbadas ao Rio de Janeiro — são exemplos São João de Meriti, Duque de Caxias e São Gonçalo — e entre bairros e favelas com linhas de ônibus ou de BRT, este último que liga Madureira aos bairros da bacia de Jacarepaguá (da Praça Seca à Barra da Tijuca).

A vivência dos sujeitos LGBTQ+ no bairro é descrita por Loren Rainha do Buá, organizadora da Parada LGBTQ+ até 2021, quando veio a falecer vítima da Pandemia de Covid-19, durante um Fórum ocorrido no Parque de Madureira. Segundo Loren, a apropriação dos espaços públicos por parte dos sujeitos LGBTQ+ ocorre a partir da ocupação da Rua Maria José e posterior migração para o Madureira Shopping e depois para a Rua Almeirinda de Freitas, que carinhosamente é chamada de *Ruazinha*. Este logradouro público é oficialmente considerado um espaço LGBTQ+ da cidade do Rio de Janeiro sob a alcunha de Rua da Diversidade, onde o Grupo MGTT (Movimento de Gays, Travestis e Transformistas) gerenciava os eventos que ali ocorriam com o apoio nem sempre certo da prefeitura. Na mesma rua se localiza a boate Papa G e, antes mesmo da oficialização enquan-

to espaço LGBTQ+, havia a ocupação pública com festas ao ar livre.

Quanto à trajetória de Loren, uma mulher transexual, a mãe não a aceitava, o que lhe inspirou a lutar para que mais nenhum sujeito LGBTQ+ passasse por isto. Nascida e criada na Zona Sul, muda-se para Madureira e tem um “choque de realidade”, pois a forma que vivenciava o espaço público em seu bairro na Zona Sul, vestindo-se confortavelmente com um *short* curto, motivou os camelôs — comerciantes ambulantes — das ruas de Madureira e lhe jogarem latinhas e outras coisas, ato violento e humilhante. Estes mesmos comerciantes que a destratam são os que patrocinam os trios elétricos das Paradas LGBTQ+ de Madureira. Já o grupo MGTT está em contato com os funcionários do Parque de Madureira no intento de prepará-los para um trato mais respeitoso com os sujeitos LGBTQ+, evidências de territorializações transformadoras da dinâmica de poder no bairro geradas pelas territorialidades LGBTQ+ no bairro, incluso nelas as Paradas LGBTQ+ de Madureira.

No quarto ano da Parada LGBTQ+ de Madureira, que era organizada pelo Grupo Arco-Íris e pelo grupo MGTT, o evento não ocorreu por falta de verba, o que inspirou a realização da Parada em Madureira. As duas primeiras edições — 1999 e 2000 — se estruturaram como ocupações de praças, a partir de 2001 compondo-se de passeata e carreata, por isto se considera normalmente este último ano citado como o de origem desta territorialidade. Mais de um milhão de pessoas foram atraídas para edição de 2019, sendo a segunda maior Parada LGBTQ+ da cidade do Rio de Janeiro. Em quase todos os anos houve o apoio da prefeitura, contudo com a chegada do governo Crivella algumas restrições ocorreram, obrigando o grupo MGTT representado especialmente pela sujeita Loren a buscar outras formas de patrocínio.

O trajeto da passeata e carreata de Madureira inicia-se na Rua Carvalho de Souza, próximo ao famoso Baile Charme de Madureira, na quadra localizada depois do Viaduto Negrão de Lima. Em seguida desemboca na Estrada da Portela, terminan-

do o trajeto no Madureira Shopping. O início da Parada LGBT+ é próximo à Ruazinha e seu final é no Shopping onde antes ocorriam os rolês LGBT+, ou seja, tal territorialidade interliga importantes localidades na história dos sujeitos LGBT+ que vivenciavam o bairro. Tais ruas também são de importância comercial, perpassando o trajeto por alguns dos centros comerciais de Madureira, além de ocorrer na parte do bairro que está entre as duas estações de trem que ali existem a de Madureira — ramais Deodoro, Santa Cruz e Japeri — e a Mercadão de Madureira — Ramal Belford Roxo. Uma área que cotidianamente exerce certa centralidade, percurso da maioria dos ônibus e veículos que transitam no bairro, mas que tem seus trajetos modificados no dia da Parada, mostrando uma das relações espaciais e modos dos sujeitos LGBT+ conseguirem visibilidade, seja de forma benéfica ou não para a comunidade LGBT+.

A 19ª Parada LGBT+ de Madureira ocorreu num dia ensolarado, bastante quente e seco, condições meteorológicas que levaram alguns participantes da Parada a passarem mal e serem logo atendidos, pois o tamanho do evento requisitou um maior número de banheiros químicos que os existentes na Parada da Maré — e inexistentes na de Sepetiba —, além da presença de policiais militares espalhados pelas ruas, guardas municipais, bombeiros e 2 ambulâncias. As intervenções no trânsito com o fechamento de algumas ruas e pela mudança de alguns itinerários de ônibus também é um registro da presença institucional do Estado neste evento. Mantendo a metodologia das Paradas anteriores, inicia-se a observação em campo enquanto os trios estavam parados e a concentração ocorria, percebendo-se um número maior de trios elétricos. Os ambulantes se posicionaram no lado ensolarado da rua, os participantes no lado sombreado, comercializando-se produtos relacionados à territorialidade LGBT+ ali construída, como a venda de várias bandeiras do movimento LGBT+ com exceção da bandeira lésbica, que não foi observada sendo vendida por nenhum ambulante, apesar de se notar a bandeira gay, bissexual, transexual e uma possível bandeira pansexual.

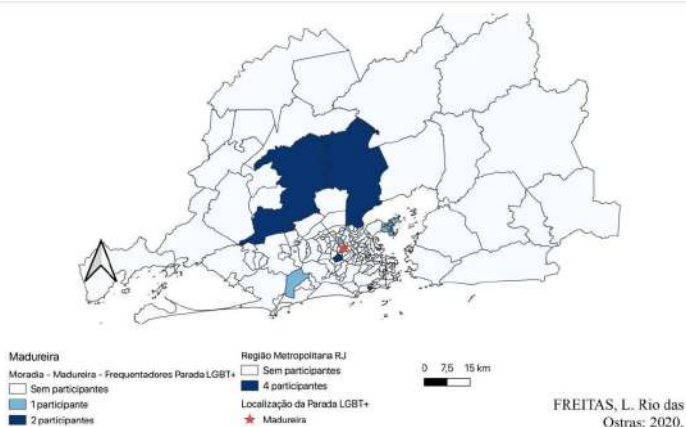
Outra distinção em relação às outras paradas LGBTQ+ observadas é que, na Rua Carvalho de Souza onde ocorria a concentração de participantes, havia em cada ponta das quadras ocupadas a divulgação de duas Igrejas Cristãs Multiculturais distintas que aceitavam a presença de sujeitos LGBTQ+: a Igreja Contemporânea e a Cidade de Refúgio. Ambas as Igrejas através de membros das instituições religiosas distribuem panfletos na rua onde ocorria a Parada LGBTQ+ e falam sobre a aceitação dos sujeitos LGBTQ+ com um versículo, presente no panfleto da Igreja Contemporânea, que trata da imparcialidade de Deus, que não diferencia os sujeitos (versículo 11, capítulo 2 — Romanos). Já o panfleto da Igreja Cidade de Refúgio mencionava o versículo que orienta julgar o caminho religioso a partir da experiência e não de pré-conceitos (versículo 46, capítulo 1 — João), assim como também citava o versículo que expressa o inesperado dos planos de Deus (versículo 9, capítulo 2 — Coríntios).

Uma presença mais marcante e com maior investimento dos patrocinadores é também um diferencial na Parada LGBTQ+ de Madureira. Exemplos disso são o veículo relacionado a uma das empresas patrocinadoras, o ônibus da FM O Dia, empresa no qual trabalhava o padrinho da Parada, David Brasil, e o trio elétrico ofertado pela e identificado como da Boate Papa G. Proporcional ao tamanho do evento, que era maior que as outras Paradas observadas, era a equipe que organizava, dividida em tarefas: i) estar ao redor do trio; ii) controlar o acesso ao interior dos trios elétricos; iii) segurando uma corda ao redor de quase todos os trios elétricos quando a passeata e carreata começaram a andar, impedir que houvesse caminhantes próximos demais do trio, reduzindo assim o risco de algum acidente. No tempo em que se mantiveram parados, foi possível observar que cada trio elétrico tocava estilos musicais diferentes, porém próximos da música eletrônica, como pop e funk e outros estilos comumente presentes em festas suburbanas cariocas LGBTQ+. A observação empírica do evento, sem considerar o resultado dos inquéritos, já trazia uma impressão de um público mais jovem que as demais paradas observadas.

A Parada foi observada da área em frente ao primeiro dos trios onde ocorriam os principais espetáculos da noite, com os artistas de maior popularidade, como as cantoras Lexa e Pepita, e outros artistas menos populares. Os artistas desta Parada LGBTQ+ distinguem-se das demais observadas por não serem artistas locais, apesar das cantoras mais populares serem de origem suburbana. Contudo o afirmado apenas faz referência ao primeiro trio elétrico, não sendo possível afirmar os mesmos sobre os outros trios não observados. Muitos artistas se apresentaram antes dos trios elétricos começarem a se deslocar, e o último artista cantou uma música gospel em homenagem à organizadora, Loren, que teve coro de muitos participantes da multidão fora dos trios.

O início do deslocamento foi marcado pela execução do hino nacional, repetindo o procedimento ocorrido na Parada de Sepetiba. Loren falou para os ambulantes se retirarem do caminho que seria percorrido pelos trios elétricos, pedido que teve resistência para ser acatado. O percurso seguiu sem problemas durante o tempo, com os sujeitos sobre os trios dançando e agindo de maneira celebratória tal como os participantes do asfalto, até que um dos trios acabou derrubando um poste ao empurrar alguns fios elétricos devido ao veículo exceder a altura máxima permitida na rua. Retirou-se quem estava no trio, isolou-se o espaço ao redor do incidente e findou a caminhada e carreata após a derrubada do poste. Observando a estação ferroviária de Madureira após o evento, percebeu-se um maior fluxo de pessoas à espera de trem na direção contrária à do Centro, indo para bairros do fim do ramal Deodoro, Ramal Santa Cruz ou Ramal Japeri.

Mapa 6. Local de Moradia dos participantes inquiridos na Parada LGBT+ de Madureira de 2019

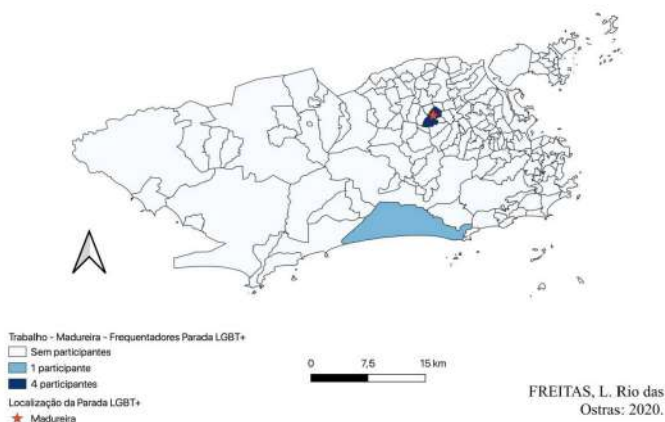


Fonte: Freitas, 2021.

Com a mesma metodologia que nas Paradas LGBT+ anteriores, aplica-se os inquéritos durante a concentração de participantes e antes do início da passeata e carreata. O resultado dos inquéritos formulou um perfil médio de participantes como homem, cisgênero, monossexual — em maioria homossexual —, negro — o que é uma unanimidade, já que todos os inquiridos se identificaram como preto ou pardo —, jovem adulto — entre 18 e 24 anos —, sem religião, que trabalha na área comercial e tem nível médio completo. Destaca-se entre os resultados a presença de adolescentes — com menos de 18 anos —, algo que não foi observado nas demais paradas. No que tange à moradia dos participantes inquiridos, surge um residente de outro estado — São Paulo —, uma grande presença de moradores da Baixada Fluminense, porém majoritariamente sendo residente da capital, dos quais boa parte era de moradores de bairros circunvizinhos ou de Madureira. Quanto ao local de trabalho, era predominante os que trabalhavam em Madureira, com alguma

presença dos que trabalhavam na Barra da Tijuca e o restante trabalhando em vários locais.

Mapa 7. Local de trabalho dos participantes inquiridos na Parada LGBTQ+ de Madureira de 2019



Fonte: Freitas, 2021.

No tópico que finda este capítulo será feito a análise comparativa dos dados coletados em todas as Paradas LGBTQ+ observadas, o que permitirá construir uma compreensão das territorialidades LGBTQ+ suburbanas cariocas que desafiam a ordem cisheteronormativa destes espaços.

CONCLUSÃO

As três territorialidades LGBTQ+ suburbanas, respectivas às Paradas LGBTQ+ de Sepetiba, Vila do João e de Madureira, possuem pontos de convergência e divergência. Convergem na influência da morfologia urbana, especialmente da localização dentro do município do Rio de Janeiro, pois apesar de na hierarquia urbana a favela ser considerada menos influente que o bairro, a proximidade

dade da Vila do João à área central da cidade faz com que tenha um maior leque de apoios e patrocínios do que a que ocorre no bairro de Sepetiba, área marginalizada tanto pela distância da área central quanto pelos impactos ambientais ocorridos, alterando a funcionalidade e consequente importância socioeconômica do bairro. Deste modo percebe-se a influência da geografia urbana das localidades na territorialidade da Parada LGBT+, assim como a trajetória urbana pessoal dos organizadores também influi a lhes oferecer distintos olhares e estratégias ao organizarem as Paradas LGBT+. Todos estes elementos geográficos geram efeito sobre a territorialidade, condicionando o tamanho do evento, acesso a patrocínios, o perfil dos participantes e outras características das Paradas LGBT+ suburbanas aqui analisadas.

Também é convergente a trajetória de violências sofridas por Loren e Xuxette, ambas mulheres transexuais, e pelas travestis que inspiraram a criação da Parada LGBT+ da Vila do João, sendo divergente do histórico apresentado por Beto, homem cisgênero, expondo o caráter cisgênero e patriarcal do ordenamento territorial carioca em ação, e mais especificamente a transfobia deste ordenamento. Divergem-se nas trajetórias de migração dos organizadores, com uma organizadora nascida na Zona Sul que migra para o subúrbio do Ramal Deodoro, uma organizadora nascida na Baixada Fluminense que migra para o Subúrbio rodoviário do Ramal Santa Cruz, e um organizador nascido no Nordeste do Brasil que migra para o Rio, residindo em distintos pontos do subúrbio carioca até fixar-se no Subúrbio da Avenida Brasil.

Outra convergência é o conservadorismo que os organizadores em diferentes graus expressaram, algo exposto através de seus discursos que enfatizavam o ambiente familiar e sem libertinagem predominante em suas paradas, como também através da estruturação do evento quando toca-se o Hino Nacional ou música cristã. Distingue-se o grau de conservadorismo frente ao governo de Marcelo Crivella, que Beto alia-se ao governo e Loren foi assumidamente contra. Essa distinção aparenta dialogar com a trajetória migratória e política dos organizadores, pois Loren teve contato com áreas mais centrais da cidade onde con-

centra-se ideias mais progressistas e combativas de se agir enquanto movimento LGBT+.

Especificamente a Parada LGBT+ de Sepetiba desafia o ordenamento moderno por ser uma territorialidade que intenta territorializar também os investimentos no bairro e assim melhorar a infraestrutura urbana deste para todos os sujeitos que habitam e transitam pelo bairro, desafiando o ordenamento territorial de investimentos que se concentra em fragmentos específicos em que se executa projetos urbanísticos banalizados.

Em relação ao perfil dos inquiridos observa-se em todas as Paradas LGBT+ analisadas uma predominância de sujeitos cisgêneros, monossexuais e sem religião. Em Sepetiba estão os inquiridos mais velhos, com idade entre 25 e 26 anos, e uma maior presença de quem identifica-se enquanto branco. A Parada da Vila do João é a única entre as três com maioria feminina, composta tal como a de Sepetiba em maioria de moradores locais. Já a Parada de Madureira é a única em que todos os inquiridos se identificaram enquanto negros, sendo também a com mais moradores de fora do bairro onde ocorreu a Parada. A partir do local de moradia dos inquiridos nas três Paradas nota-se uma maior influência da Parada LGBT+ de Madureira, o que dialoga com a intencionalidade das demais Paradas de tem um impacto mais local, concentrando-se em suas localidades.

A política é a estratégia da ética enquanto para a política é necessário um mínimo de meios e finalidades éticas, nos apresenta Lima (2020) baseado em Edgar Morin. No que tange a política, os inquéritos expõem a dimensão corporalizada e territorializada, pois com ou sem a intenção de apoiar a causa desta territorialidade há uma negociação com outros cidadãos cariocas suburbanos e com a sociedade no geral ao performaram de maneiras consideradas subalternizadas ou marginalizadas — por exemplo a expressão de afeto e desejo homoerótico. A negociação ocorre também por meio do performar de valores éticos, na dimensão que gera o conflito, já que os valores por si não entram em conflito e sim o ato localizado no espaço-tempo. A convivência entre sujeitos LGBT+ e aliados, o amor expresso pe-

las demonstrações de afeto, o compromisso de estar em pleno domingo num ato político e festivo, a empatia dos aliados de compreender o que os sujeitos LGBT+ passam, a coragem de ali estarem... etc.

A resposta dos inquiridos demonstra também que a finalidade desta política é uma outra compreensão dos valores éticos. Em outras palavras, busca-se a performance de uma outra ética. Respostas que destacam a sensação de liberdade dentro da Parada LGBT+ evidenciam que fora do evento LGBT+ os espaços públicos só oferecem liberdade para aqueles que não se identificam enquanto sujeitos LGBT+, salvo outras identidades que também tem seus direitos restringidos e interseccionam mesmo sujeitos cisgêneros e heterossexuais. O afeto enquanto expressão do amor ser uma ação distinta às feitas em espaços públicos cariocas no cotidiano, fora do momento da Parada LGBT+, evidencia que o direito a amar em público restringe-se a somente alguns sujeitos universais frente aos particulares (e também diferença corporificada e territorializada) que são os sujeitos — mas não exclusivamente eles — LGBT+.

Os relatos dos organizadores entrevistados, em conjunto com as respostas dos inquiridos às perguntas mais abertas, já expressam a dimensão espacial da sexualidade e do gênero, acompanhada do infeliz destaque da restrição destas expressões humanas. Quando os organizadores relatam a violência contra as travestis e outros sujeitos LGBT+ assim identificados em espaços públicos distintos da cidade do Rio de Janeiro, nota-se a produção do espaço público suburbano que se generifica e sexualiza, já que o fazer-se feminino num corpo de sexo masculino, seja pela travestilidade, transsexualidade ou homossexualidade masculina afeminada, é um gatilho para a violência pública que só foi reduzido a partir da ação política de alguns sujeitos LGBT+ e aliados vítimas ou empáticos ao sofrimento das vítimas.

Por conseguinte, uma territorialidade local/particular que vai contra uma configuração territorial global/total e resulta em modificações nos espaços públicos onde se localizam tais terri-

torialidades como o maior respeito à vivência LGBTQ+ nesses locais. Evidências destas transformações se percebem nas três localidades observadas. Em Madureira há a participação do MGTT no preparo dos funcionários do Parque de Madureira, construindo um espaço público com funcionários que saibam ter respeito aos sujeitos LGBTQ+. Na Maré tem-se a mudança de comportamento frente às moradoras travestis, não mais espancadas ao retornarem do seu trabalho, porém ainda sofrendo com o tratamento transfóbico em unidades de saúde. Em Sepe-tiba a própria organizadora, ao não ser mais violentada no espaço público que antes era apedrejada, é testemunha de uma transformação espacial.

Todavia as relações espaciais das Paradas LGBTQ+ analisadas com maior produção de dados e observação são que ocorrem no momento de ápice desta territorialidade quando ocorre o evento. E dentre os dados coletados neste período os inquiridos evidenciam a cisheteronormatividade que estrutura os espaços públicos suburbanos cariocas e os modos de desafiar esta normatividade — expressando afeição, especialmente homoafetiva; exercendo sua sexualidade livremente; sem temer expressar-se enquanto sujeito LGBTQ+; sentindo-se confortável em performar-se enquanto sujeito LGBTQ+; conversando e divertindo-se enquanto um sujeito LGBTQ+ assumido e não um sujeito LGBTQ+ enquadrado na cisheteronormatividade — que se infiltra até nas Paradas LGBTQ+ ao se defender valores como a família mononuclear cisgênera e heterossexual.

A compreensão de gênero que orienta essa análise baseia-se no proposto por Preciado (2014) e Butler (2018b), especialmente no que se entende como gênero protético, baseado na materialidade para dela fazer sua performatividade, fabricando não só corpos como também espaços sexuais que orientam os sujeitos a reproduzirem a norma de gênero. Analisando o exposto no parágrafo anterior tendo esta definição de gênero como orientadora, percebe-se um espaço fabricado para constranger os sujeitos LGBTQ+ a partir das mais diversas formas de violência que levam alguns ao óbito. Constrange-os ao ponto de que apenas em terri-

torialidades identificadas explicitamente enquanto LGBT+ — podendo ser efêmeras como as Paradas LGBT+ ou mais duradoura como espaços LGBT+ a exemplo de boates — alguns destes sujeitos LGBT+, que assim se identificam ou assim estão a se descobrir, sintam-se confortáveis para expressarem suas vivências.

As muitas respostas dos que não se constroem com essa cisheteronormatividade aparentam ser um sinal da evolução gerada devido a frequente ocorrência das Paradas LGBT+, já que o contexto expresso pelos organizadores no início das territorialidades LGBT+ das Paradas não indica que, caso um inquérito fosse feito à época, haveria o mesmo número expressivo de sujeitos LGBT+ não constrangidos. Porém as mesmas respostas podem também ser um sinal da alienação da discriminação LGBT+ existente, já que os espaços generificados são fabricados de modo a negarem que assim o são, por isto não se questiona a divisão sexual dos banheiros públicos, das cores, dentre outras expressões da binaridade de gênero que ainda é normativa.

A hegemonia cisheteropatriarcal evidenciada no sistema-mundo vigente não impede que se construa espaços que vão contra esses valores dominantes, algo que se evidencia pelas respostas que citam espaços de celebração territorializados enquanto LGBT+ por se direcionarem a este público. Esse direcionamento, no entanto, ocorre através de uma construção estereotipada do que é ser LGBT+, surgindo assim boates que funcionam de noite e que tocam especialmente música pop ou eletrônica e em maioria frequentada por homens gays. Aqui se percebe a armadilha da identidade enquanto uma representação que não contempla a diferença por completo, pois a representação é limitada e repetível. Já os sujeitos LGBT+ que apenas se assumem em espaços identificados LGBT+ expõem com suas respostas que os outros espaços que não são demarcados enquanto LGBT+ não se identificam com estes sujeitos, sendo, portanto, espaços heterossexuais e/ou cisgêneros, onde se espera que todos sigam a matriz heterossexual, em caso contrário sofrendo violência LGBTfóbica.

Deste modo, depreende-se que o momento de ocorrência das Paradas LGBTQ+ inscreve o conflito entre o ordenamento cisheteronormativo dos espaços públicos suburbanos com a territorialidade LGBTQ+ que é a própria Parada LGBTQ+, ação que visa tornar estes espaços públicos mais abertos à vivência desses sujeitos não enquadrantes na norma de gênero e sexualidade imposta. Ao examinar o conflito vislumbra-se tanto a ordem imposta — cisheteropatriarcal — quanto a contra-ordem almejada pela territorialidade — LGBTQ+, mais justa e eticamente situada, sem descuidar do combate a outras opressões interseccionais às de gênero e sexualidade, como a racialidade e a classe social. Há alguns indícios de aderências nos territórios suburbanos cariocas, como a redução das violências físicas cometidas nestes espaços, contudo estes indícios fogem ao escopo desta pesquisa que se concentra em entender o conflito, que é mais instantâneo e ocorre durante a Parada LGBTQ+.

BIBLIOGRAFIA

- Akotirene, Carla (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen.
- Altoé, Larissa (2016, 13 de abril). Sepetiba fazia parte da Fazenda Real, a Joia da Capitania. *MultiRio*. www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/9261-sepetiba-do-passado-régio-aos-problemas-ambientais
- Alvares, Lúcia e Barbosa, Jorge (2019). Uma proposta multidimensional para analisar as políticas dos e a política nos Espaços Públicos Urbanos. Em Lúcia Alvares e Jorge Barbosa (orgs.), *Espaços Públicos Urbanos: das políticas planejadas à política cotidiana* (pp. 19-52). Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Bernardes, Lysia (1990a). Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro. Em Lysia Bernardes e Maria Therezinha Soares (eds.), *Rio de Janeiro: Cidade e região* (pp. 81-104). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.

- Bernardes, Lysia (1990b). A faixa suburbana. Em Lysia Bernardes e Maria Therezinha Soares (eds.), *Rio de Janeiro: Cidade e região* (pp. 147-159). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- Bobbio, Norberto (1998). Política. Em Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (orgs.), *Dicionário de política — Volume 1* (pp. 954-962). Brasília: UnB.
- Bourdieu, Pierre (1998). Sobre o poder simbólico. Em *O Poder Simbólico* (pp. 7-16). Rio de Janeiro: Editora Bertrand.
- Butler, Judith (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Canabarro, Ronald (2013). História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre cidadania. Em Adelar Heinsfeld, Ana Reckziegel e Ironita Machado (orgs.), *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: s/d.
- Carneiro, Sueli (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Em *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano.
- Costa, Claudia (2002). O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu* (19), 59-90.
- Crenshaw, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas* (10), 171-188.
- Damiani, Amélia (2002). Geografia Política e Novas Territorialidades. Em Nídia Pontuschka e Ariovaldo Oliveira (orgs.), *Geografia em perspectiva* (pp. 17-26). São Paulo: Editora Contexto.
- Delgado, Manuel (2011). *El espacio público como ideología*. Madrid: Catarata.
- Desta, Yohana (2014). The Evolution of the Pride Parade, From Somber March to Celebration. *Mashable*. <https://mashable.com/2014/06/10/pride-parade-evolution/#UFXQFTjpVZq6>
- Facchini, Regina (2009). Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas — Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades* (3), 131-158.

- Fernandes, Fernanda (2015). Maré: uma cidade dentro do Rio de Janeiro. *MultiRio*. www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/3086-mare-uma-cidade-dentro-do-rio-de-janeiro
- Folter, Regiane (2020). O que é tokenismo? *Politize*. <https://www.politize.com.br/tokenismo/>
- Foucault, Michel (1995). O sujeito e o poder. Em Paul Rabinow e Hubert Dreyfus (orgs.), *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freitas, Laleska (2020). *Rio das Ostras*. S/d.
- Freitas, Laleska (2021). *Interstícios dos subúrbios cariocas: as paradas LGBTQ+ enquanto territorialidades suburbanas*. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense — POSGEO/UFF, Niterói. <http://app.uff.br/riuff/handle/1/28012>
- Gaard, Greta (2011). Rumo ao ecofeminismo queer. *Revista Estudos Feministas* (19). 197-223.
- Gonzalez, Lélia (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- Green, James (2000). Introdução. Em *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (pp. 21-50). São Paulo: UNESP.
- Guasch, Óscar (2000). *La crisis de la heterosexualidad*. Barcelona: Laertes.
- Haesbaert, Rogério (2008). Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. Em Marcos Saquet e Eliseu Sposito (orgs.), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 95-120). São Paulo: Expressão Popular, UNESP.
- Haesbaert, Rogério (2011). *O mito da desterritorialização: Do Fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério (2014). *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haynes, Suyin (2020). What's changed — and what hasn't — in 50 years of Pride Parade. *Time*. <https://time.com/5858086/pride-parades-history/>

- Jesus, Jaqueline e Galinkin, Ana (2007). Gênero e mobilização social: participação feminina na Parada do Orgulho de Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. *Bagoas — Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades* (1), 283-300.
- Joseph, Isaac (1999). *Retomar la ciudad: el espacio público como lugar de la acción*. Medellín: Postgrado de Estética, Universidad Nacional de Colombia.
- Lima, Ivaldo (2020). Em favor da Justiça Territorial: o encontro entre a geografia e ética. *Revista Política e Planejamento Regional*, 2(7), 125-148. www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Em-favor-da-Justica-Territorial-o-encontro-entre-geografia-e-etica-.pdf
- Lugones, María (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa* (9), 73-101. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600906>
- Lugones, María (2019). Rumo ao Feminismo Decolonial. Em Heloisa Hollanda (org.), *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (pp. 356-377). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Massey, Doreen (2008). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Moraes, Elaine e Soares, Murilo (2013). O movimento homossexual no Brasil: construção da identidade, eventos e visibilidade mediática. *Comunicação & Inovação* (14), 36-44.
- Moreira, Ruy (2006). O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. Em Milton Santos (org.), *Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento* (pp. 72-104). Niterói: DP&A / POSGEO / UFF.
- Moreira, Ruy (2017). As filosofias e os paradigmas da geografia moderna. Em *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica* (pp. 13-45). São Paulo: Contexto.
- Morin, Edgar (2011). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Pimentel, Márcia (2013). Cultura popular e polo comercial em Madureira. *MultiRio*. www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/465-madureira-vocacao-para-o-samba-e-para-o-comercio

- Preciado, Paul (2014). O que é contrassexualidade? *Em Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual* (pp. 17-48). São Paulo: n-1 edições.
- Preciado, Paul (2017). Cartografias “Queer”: O “Flâneur” Perverso, A Lésbica Topofóbica e A Puta Multicartográfica, ou como fazer uma cartografia ‘Zorra’ com Annie Sprinkle. *eRevista Performatus* (17).
- Purdy, Sean (2007). O Século Americano. Em Leandro Karnal (org.), *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI* (pp. 173-276). São Paulo: Contexto.
- Quijano, Aníbal (2009). Colonialidade do poder e classificação social. Em Boaventura de Sousa Santos e Maria Menezes (orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 73-117). Coimbra: Almedina.
- Quijano, Aníbal e Wallerstein, Immanuel (1992). Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System. *International Social Sciences Journal* (134), 549-557.
- Raffestin, Claude (1993). O poder. Em *Por uma geografia do poder* (pp. 51-66). São Paulo: Ática.
- Reis, Toni (2014). Avanços e Desafios para os Direitos Humanos das pessoas LGBT. *Toni Reis*. <http://www.tonireis.com.br/?p=73>
- Ribeiro, Djamilá (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- Sack, Robert (1983). Human Territoriality: A Theory. *Annals of the Association of American Geographers* (73), 55-74.
- Scott, Jaime (2013, 12 de junho). PHOTOS: Remembering The Birth of Pride. *Advocate*. <https://www.advocate.com/arts-entertainment/pride/2013/06/12/photos-remembering-birth-pride>
- Sennett, Richard (2014). Introdução. Em *L’Espai Públic: um sistema obert, um procés inacabat*. Barcelona: Arcadia.
- Smith, Erika (2019). From Stonewall to Pride 50: The history of the Pride Parade. *Refinery 29*. <https://www.refinery29.com/en-us/when-was-a-first-gay-pride-parade-origin>
- Silva, Alessandro (2006). *Marchando pelo arco-íris da política: a parada do orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*. (Tese de doutoramento). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- Silva, Joseli (2009). Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. Em Joseli Silva (org.), *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades* (pp. 25-54). Ponta Grossa: Todapalavra.
- Silva, Joseli (2010a). Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *Espaço e Cultura* (27), 39-55.
- Silva, Joseli (2010b). Conhecimento geográfico e complexidade: a perspectiva feminista da ciência. *Anais — III Encontro de Geografia: A Geografia e suas vertentes: reflexões*. S/d.
- Silva, Joseli (2016). Contribuições das geografias feministas nas abordagens das relações entre espaço e diferenças. Em Eliseu Sposito (org.), *A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões de análise e da ação* (pp. 507-522). Rio de Janeiro: Consequência.
- Silva, Jailson; Barbosa, Jorge e Faustini, Marcus (2012). *O novo carioca*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Soares, Maria (1990a). O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. Em Lysia Bernardes e Maria Therezinha Soares (orgs.), *Rio de Janeiro: cidade e região* (pp. 105-120). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- Soares, Maria (1990b). Bairros, bairros suburbanos e subcentros. Em Lysia Bernardes e Maria Therezinha Soares. *Rio de Janeiro: cidade e região* (pp. 121-133). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- Standing, Guy (2014). O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (103), 9-24.
- Stoppino, Mario (1998). Poder. Em Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (orgs.), *Dicionário de política — Volume 1* (pp. 933-943). Brasília: UnB.
- Wallerstein, Immanuel (1991). World System versus World-Systems: A Critique. *Critique of Anthropology*, 2(11), 189-194.
- Zizek, Slavoj (1996). Introdução: O espectro da ideologia. Em Slavoj Zizek (org.), *Um mapa da ideologia* (pp. 7-38). Rio de Janeiro: Contraponto.

UM HORIZONTE ANTIGEOPOLÍTICO PARA O ESPORTE E PARA A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

GUILHERME MEIRELLES

INTRODUÇÃO

A geopolítica, como campo de estudo, tem suas raízes na análise das relações de poder entre Estados, enfocando territórios, fronteiras e os interesses de nações no cenário internacional. Essa abordagem, amplamente disseminada nos currículos escolares e materiais didáticos, frequentemente destaca a posição do Estado-nação como ator central na organização espacial e na construção das dinâmicas políticas. No entanto, essa perspectiva tradicional, tratada por alguns autores como “geopolítica clássica”, apresenta limitações em sua capacidade de incorporar múltiplas camadas de narrativas e ações políticas que emergem das práticas sociais cotidianas. Trabalhos como os de Borowski e Fonseca (2017) e Werminghoff (2017) demonstram que a geografia escolar tem tomado a perspectiva clássica da geopolítica como a principal (e em muitos casos de maneira exclusiva) abordagem geopolítica em sala de aula.

Outras perspectivas geopolíticas, no entanto, apresentam críticas e apontamento sobre o desenvolvimento e a natureza do pensamento e da prática geopolítica, sendo a geopolítica crítica umas das principais correntes a levantar tais questionamentos. Essa corrente da geopolítica, surgida entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, busca problematizar a construção e o desenvolvimento da geopolítica. Para autores dessa corrente, dentre os quais destacamos as contribuições de Gearóid Ó Tuathail, a geopolítica deve ser criticamente reconceitualizada enquanto uma prática que cria discursos e espacializa a política. No arcabouço teórico da geopolítica crítica desenvolvem-se diversos

conceitos, dentre os quais aquele que buscamos desenvolver em nossa proposta: a antigeopolítica. Introduzido por Paul Routledge (2003), a antigeopolítica pode ser compreendida enquanto “uma força ética, política e cultural dentro da sociedade civil [...] que desafia a noção de que os interesses da política estatal são os mesmos da sociedade” (Routledge, 2003, p. 236, tradução livre), bem como desafia as próprias representações impostas pelos Estados e instituições.

Tendo em vista esse cenário de disputas analítico-conceituais sobre a geopolítica e como estas correntes se apresentam no contexto escolar brasileiro é fundamental nos debruçarmos perante o currículo escolar. Neste contexto, Young (2008) aponta para a negligência ao papel do conhecimento na estruturação dos currículos escolares, tanto por parte daqueles que formulam políticas públicas quanto por parte de educadores. A construção do conhecimento, assim, estaria sendo deixado de lado em detrimento a um currículo que coloca a centralidade de suas formulações em conteúdos, habilidades e competências. A proposta de Young busca “recentrar” o conhecimento no currículo escolar, buscando construir o que este chama de conhecimento poderoso. Esse conhecimento pode ser entendido enquanto um conhecimento que visa prover os alunos com as ferramentas necessárias para a promoção da justiça social e a transformação da sua realidade (Young, 2008; 2016). Ao longo deste processo de construção do conhecimento poderoso apontado por Young, se torna fundamental que os conhecimentos dos alunos e elementos de sua vida cotidiana sejam incorporados às discussões da geografia escolar. Recorremos assim às formulações de David Ausubel (1963) acerca da Teoria da Aprendizagem Significativa ao compreender que se faz necessário a incorporação de materiais específicos ao processo de ensino-aprendizagem para atuar como ligações entre conhecimentos prévios dos alunos e novos conhecimentos que buscamos construir.

Tendo como base trabalhos como Holgado (2013) e Carioba (2017), vislumbramos as potências apresentadas pelo futebol e seu contexto em se constituir como elemento de mediação entre

os alunos e conhecimentos poderosos. Além de apresentar diversas possibilidades de trabalho pela geografia escolar (como apontado por estes autores), o futebol também se apresenta como objeto de interesse dos estudos em geopolítica, como para pensar nacionalismos e a agência de organizações multilaterais como a FIFA (Canettieri, 2010; Scutti e Wendt, 2016) ou as crescentes articulações de países do Oriente Médio por meio de patrocínios esportivos (Koch, 2020). Mesmo com tais estudos, a perspectiva antigeopolítica segue com pouco destaque ao buscarmos analisar uma geopolítica do futebol.

No contexto do futebol, o conceito de antigeopolítica adquire ainda mais relevância. O esporte, além de sua função como entretenimento, apresenta-se enquanto palco para a manifestação de resistências políticas e sociais. Em momentos como as ditaduras latinoamericanas, por exemplo, o futebol serviu como um espaço de disputa e contestação, desafiando narrativas políticas dominantes. Esses eventos ilustram como o futebol pode funcionar como um veículo de antigeopolítica, promovendo a resistência e oferecendo novas interpretações das dinâmicas globais de poder.

Nossa investigação se apresenta aqui como uma versão expandida de artigo já publicado (Meirelles, 2022) e que buscou analisar a potencialidade de construção de conhecimentos geográficos poderosos a partir da relação entre futebol e antigeopolítica. Em nosso atual texto não expandiremos na descrição e análise da atividade pedagógica realizada no contexto de nossas propostas, uma vez que isso já consta em dissertação e artigo científico. Optamos aqui por expandir as discussões quanto ao papel da antigeopolítica e da geopolítica crítica, entendendo-as em suas possibilidades enquanto horizontes analíticos e metodológicos. Destacamos assim, as conexões desta perspectiva geopolítica ao futebol a construção de conhecimentos geográficos transformadores.

ANTIGEOPOLÍTICA E FUTEBOL

A antigeopolítica, enquanto conceito, se desenvolve no bojo de um processo de renovação crítica da geopolítica, sobretudo em escolas anglo-saxãs a partir dos anos 1980. Não iremos aqui adentrar em um amplo histórico acerca do desenvolvimento deste conceito, pois certamente muito já foi explorado desta temática ao longo destes capítulos. Utilizamos as páginas que nos cabem para explorar seus aspectos centrais e aquilo que nos é de maior valia: suas interlocuções ao futebol e à educação geográfica.

A antigeopolítica fundamenta-se em duas principais vertentes de análise. A primeira delas é o deslocamento da centralidade do Estado enquanto único agente político. Sharp (2011) afirma que a antigeopolítica parte do pressuposto de que o Estado não é o único ator capaz de agir politicamente e de construir discursos geopolíticos, embora sua relevância para a manutenção dos sistemas políticos e econômicos globais permaneça inquestionável. A geopolítica tradicional concentrou-se amplamente em examinar o papel dos Estados na organização espacial da política mundial, dedicando pouca atenção ao papel de outros atores políticos. A antigeopolítica, por outro lado, busca destacar e dar protagonismo a esses outros agentes, como indivíduos e movimentos sociais, reconhecendo a relevância de suas práticas e discursos. Ressaltamos que a antigeopolítica não nega a importância do Estado, mas propõe um diálogo entre este e os demais atores.

A segunda base da antigeopolítica é a resistência. Routledge (2003) e Lima (2013) apoiam-se na premissa foucaultiana de que onde há poder, há resistência. Frente aos discursos e práticas hegemônicas, amplamente discutidos pela geopolítica crítica, a antigeopolítica propõe a análise de circuitos alternativos de ideias e representações. Esses circuitos, complementando a ideia de deslocamento do foco do Estado, são geralmente encontrados nas práticas de indivíduos e grupos marginalizados pela análise geopolítica tradicional e que constroem suas práticas e narrati-

vas muitas vezes de maneira contrastante as narrativas hegemônicas. Para Lima, a resistência, portanto,

constitui o núcleo duro da antigeopolítica, ou seja, a categoria de análise chave para o entendimento das práticas antigeopolíticas. [...] É essa resistência que atua como o contrafluxo que retroalimenta o próprio fluxo do exercício do poder. Logo, não se trata meramente de uma contraofensiva às manobras do polo dominante numa dada relação de poder, mas trata-se, isso sim, da contraface do exercício de poder constituído por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas. (Lima, 2013, p. 158)

A resistência constitui um aspecto fundamental da antigeopolítica, e conforme argumentado por Lima, pode-se compreender essa corrente como uma contraparte da geopolítica. No entanto, não se trata de uma oposição absoluta entre as duas, mas de uma relação constitutiva de uma mesma realidade. Assim, não seria inadequado afirmar que onde há geopolítica, há antigeopolítica. A antigeopolítica se constrói dentro do escopo de análise e ação da geopolítica e compartilha de um mesmo tipo de olhar sobre a realidade do fazer e pensar da política, apesar de se apoiar na crítica a certas concepções estruturantes da geopolítica clássica. O prefixo de oposição busca marcar as diferenças perante a forma de se olhar para as relações políticas estabelecidas em diferentes escalas. Dessa forma, falar de antigeopolítica é falar de geopolítica, porém de uma posição que privilegia outros olhares e atores, até então pouco explorados pela tradição geopolítica.

Frente ao exposto anteriormente sobre o desenvolvimento da geopolítica crítica, a antigeopolítica busca, portanto, apontar para a construção de outros discursos que não aqueles cujo desenvolvimento se dá a partir do Estado ou tendo o Estado como ator central da dinâmica política. Ao tratar da antigeopolítica, estamos analisando práticas e representações sociais que transcendem a esfera estatal, promovendo discursos geopolíticos marginalizados ou não hegemônicos. Routledge (2003) aponta que, pela sua natureza, a antigeopolítica pode apresentar-se sob

uma diversidade de formas, seja a partir de ações individuais ou grupos organizados da sociedade civil, como movimentos sociais dos mais diversos setores, fato que diversifica as possibilidades de estudo e análise dos fenômenos antigeopolíticos.

Em nosso texto, decidimos focar não em um único ator geopolítico, mas em um contexto específico: o do futebol. Dentro desse universo repleto de atores e interesses, identificamos manifestações de torcedores, jogadores e outros atores que ilustram práticas antigeopolíticas. Para fins de análise, selecionamos eventos relacionados ao futebol que demonstram esses aspectos de resistência e contestação a certas narrativas políticas, nos permitindo uma leitura antigeopolítica.

Optamos também por não estabelecer um recorte temporal rígido para os eventos selecionados, pois isso poderia limitar nossas possibilidades de análise. Drulák (2006) aponta que mesmo em períodos históricos marcados pela geopolítica tradicional, também é possível identificar discursos antigeopolíticos (reforçando a ideia de que a antigeopolítica se configura como parte intrínseca da prática geopolítica). Os eventos selecionados em nossa análise refletem ações de jogadores, torcedores e grupos organizados da sociedade civil, e buscam atuar aqui como meio de evidenciar as bases da antigeopolítica apresentadas: o deslocamento do foco estatal e a resistência através de ideias alternativas.

Como critério de escolha, buscamos selecionar eventos onde pudéssemos identificar as duas bases da antigeopolítica aqui apresentadas (deslocamento do foco da ação política da escala estatal e a resistência a partir dos circuitos de ideias alternativas), de forma que fossemos capazes de realizar uma leitura antigeopolítica do evento. Esses eventos nos servem como forma de analisarmos a manifestação da antigeopolítica e do discurso antigeopolítico no futebol, tal qual vem sendo feito pela literatura, porém em trabalhos sobre as relações entre futebol e geopolítica (na perspectiva da geopolítica clássica). Os eventos selecionados refletem as ações não apenas de jogadores, mas também torcedores, e grupos organizados da sociedade civil.

Dentre os eventos selecionados, tomamos alguns para serem trabalhados em nossa análise teórica e outros a serem trabalhados com os alunos em sala de aula (desenvolvemos sobre estes outros eventos na seção seguinte). Um dos eventos que buscamos dar destaque em nossa análise envolve as seleções dos Estados Unidos e Irã e sua partida na Copa do Mundo de 1998. Quando sorteados no mesmo grupo para a Copa do Mundo, a partida entre as duas seleções foi tomada com grande apreensão pela comunidade internacional e pela mídia. A narrativa, tanto sobre a partida em si quanto envolvendo o histórico de relações diplomáticas conturbadas entre os dois países, construiu um cenário para realização de um “confronto” em campo, que poderia agravar a relação entre os países, que não desfrutavam de boas relações diplomáticas desde o final dos anos 1970.

Aqui identificamos a presença de um discurso geopolítico (Ó Tuathail, 1996). Frente às relações diplomáticas conturbadas, é reforçado um discurso de conflito iminente entre ambos os países, ainda que não haja evidência que tal conflito possa acontecer no âmbito do futebol. A realidade das ações observadas no dia do jogo se mostrou diferente do discurso geopolítico construído até então. Por iniciativa dos jogadores iranianos, entretanto, a partida foi utilizada como forma de promover uma aproximação dos países. Os jogadores presentearam os atletas estadunidenses e posaram em conjunto para uma foto. Os discursos da comunidade internacional e os circulantes na mídia atuaram de forma a reforçar certos imaginários geopolíticos. O reforço desses imaginários busca a construção de uma interpretação única da realidade geopolítica (Ó Tuathail, 1999), que não considera a pluralidade dos discursos e ações geopolíticas. Ao promover essa ação, os jogadores das seleções são capazes de mostrar a construção de outras narrativas e discursos geopolíticos não pautados sob os centros hegemônicos da política mundial.

Routledge (2003) nos fala que a antigeopolítica desafia a ideia de que os interesses da política do Estado são os mesmos da sociedade. Exemplos desta afirmativa podem ser observados em

diversos regimes ditatoriais-militares ao longo da história. Tomamos aqui um exemplo do Chile. Com a ascensão do governo do general Augusto Pinochet em 1973 há um aumento da repressão às pessoas e movimentos contrários ao governo, assim como em outros países latino-americanos. Frente à ampla repressão promovida pelo governo chileno, diversas estratégias de manifestações foram adotadas ao longo do governo de Pinochet para que a população pudesse se manifestar. Nos anos de 1974 e 1975, como aponta o documentário *Memórias do Chumbo — O Futebol nos Tempos do Condor*, o Club Deportivo Huachipato, clube da cidade de Talcahuano, contava em sua equipe com o jogador Francisco Pinochet. Como estratégia de manifestação, muitos torcedores passaram a proferir gritos de “Fora Pinochet!” nos jogos do clube sob a justificativa de estarem se referindo ao jogador e não ao general. Além de exprimirem as diferenças existentes entre os interesses estatais e de grupos da sociedade, a estratégia adotada pelos torcedores nos aponta para formas de resistência encontradas por um grupo enquanto contraface do exercício do poder pelo governo militar chileno.

Vemos que no contexto do futebol, as manifestações antigeopolíticas podem partir de diversos atores. Além da partida entre Estados Unidos e Irã, podemos observar a mobilização de jogadores em casos como dos franceses Zinédine Zidane e Karim Benzema. Em mais de uma ocasião, os jogadores se recusaram a cantar o hino francês durante partidas oficiais pela seleção. A recusa de tais jogadores em cantar o hino se dá por trechos do hino francês que dizem “Às armas, cidadãos/Formai vossos batalhões/Marchemos, marchemos!/Que um sangue impuro banhe o nosso solo”. Para Benzema e Zidane, ambos jogadores de origens argelinas, o hino promove a discriminação e violência com as populações imigrantes da França.

Apontadas algumas leituras possíveis de uma “antigeopolítica da bola”, avançamos para pensarmos como estas temáticas, mas sobretudo a antigeopolítica, se insere no contexto da educação básica brasileira, explorando como através de novas pers-

pectivas geopolíticas podemos construir conhecimentos socialmente relevantes aos estudantes.

ANTIGEOPOLÍTICA E OS LIVROS DIDÁTICOS

O futebol emerge como um espaço de manifestação e produção de discursos geopolíticos, tanto aqueles alinhados à tradição e à geopolítica clássica, quanto os vinculados à antigeopolítica e à geopolítica crítica. Nesse sentido, há uma expressão antigeopolítica na espacialização da política, em diferentes escalas e contextos socioculturais, como ocorre no universo do futebol. No entanto, essa dimensão antigeopolítica, diferentemente dos conceitos da geopolítica clássica, encontra pouco ou nenhum espaço nos livros didáticos de Geografia no âmbito da educação básica. Alguns estudos apontam para as limitações da abordagem geopolítica nesse nível educacional. Werminghoff (2017), ao analisar a presença de conceitos e abordagens da geopolítica crítica, inclusive a antigeopolítica, revela que, apesar das inovações epistemológicas no campo, muitos conceitos ainda não estão inseridos, ou estão inseridos de forma limitada, nos materiais didáticos escolares. Essa ausência de conceitos relacionados à geopolítica crítica permite que temas vinculados à geopolítica clássica continuem predominantes nos capítulos e unidades sobre geopolítica. Borowski e Fonseca (2017) corroboram essa perspectiva ao mostrar que os temas geopolíticos e da geografia política considerados mais relevantes pelos professores estão ligados à escala do Estado-nação. Em sua pesquisa, os temas eleitos como mais importantes pelos professores entrevistados incluem “Formação territorial dos Estados Nacionais”, “Globalização e nova ordem mundial” e “Organizações internacionais e blocos econômicos”, enquanto temas como “Movimentos sociais e suas ações territoriais” e “Para além do Estado: democracia direta e autogoverno” foram apontados entre os cinco menos importantes.

É importante salientar que os temas selecionados para a pesquisa foram escolhidos com base nos conteúdos presentes nos livros didáticos, os quais, conforme observado por Werminghoff (2017), não incorporam diversos conceitos da geopolítica crítica. Fica evidente, portanto, a existência de uma relação significativa entre os conceitos e abordagens contidos nos livros didáticos e os temas considerados mais relevantes pelos professores. Uma dessas relações está vinculada ao papel central que o livro didático desempenha no contexto educacional. Para muitos professores, o livro didático é o principal instrumento do professor, servindo não apenas como material de uso em sala de aula, mas também como guia para a construção de todo um percurso pedagógico a ser realizado em sala de aula (Silva, 2012). Dessa forma, diversas correntes de pensamento podem ser excluídas do ambiente escolar pelo fato de não estarem incluídas nos livros didáticos, o que impacta diretamente a prática docente e o processo de construção do conhecimento dos alunos. Como resultado, muitos estudantes são privados de abordagens e conceitos essenciais à sua formação devido à ausência desses conteúdos nos livros didáticos.

As discussões promovidas por Werminghoff (2017) e Borowski e Fonseca (2017) nos incentivam a refletir sobre o papel do livro didático e suas abordagens. Diante disso, consideramos relevante realizar uma análise sobre a inserção (ou ausência) da antigeopolítica nos livros didáticos. Optamos por trabalhar com os materiais didáticos contemplados no edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para os segmentos de 8º e 9º anos do ensino fundamental, com base no edital de 2020. Em primeiro lugar, trabalhamos com os segmentos do 8º e 9º anos do ensino fundamental, pois são os segmentos em que usualmente são trabalhadas as temáticas referentes à geopolítica, com alguns livros dando mais destaque à temática no 8º ano e outros no 9º ano. Em segundo lugar, a motivação pelos livros do PNLD se dá pela abrangência nacional dessa política pública. Considerando o que foi exposto por Silva (2012) sobre a forma como esses livros são utilizados, bem como as análises de Wer-

minghoff (2017) e Borowski e Fonseca (2017) sobre os conceitos e abordagens presentes nos livros e as práticas docentes, acreditamos que os materiais do PNLD possuem uma responsabilidade significativa no que diz respeito à transmissão de conceitos e concepções da disciplina. Isso se dá pelo fato de que esses livros provavelmente servem como uma importante referência no processo de ensino-aprendizagem de milhões de estudantes. Essa ideia será desenvolvida com maior profundidade no próximo capítulo.

Analizamos as versões dos livros voltadas para os professores, uma vez que, conforme já discutido, o livro didático é um importante material de referência não apenas para os alunos, mas também para os docentes. Assim, torna-se relevante examinar o tipo de informação oferecida aos professores. Outro fator que motivou a escolha dos livros dos professores foi a pandemia de Covid-19, que nos levou a buscar versões digitais das obras, por questões sanitárias. Devido à indisponibilidade de versões digitais de alguns livros, dois deles foram excluídos da análise. Além disso, livros que não apresentavam capítulos específicos sobre as temáticas e conceitos da geopolítica também ficaram de fora de nossa investigação, partindo do entendimento de que a ausência de tais capítulos indica que a editora não considera esses temas relevantes para os objetivos do material. Dessa forma, oito livros foram incluídos na análise.

Os oito livros analisados revelaram um foco predominante — e, em alguns casos, exclusivo — na perspectiva da geopolítica clássica, com conceitos como Estado, nação e território figurando como as principais referências teórico-analíticas nos capítulos examinados. Temáticas como Guerra Fria, organizações internacionais multilaterais e as regionalizações globais de mundo bipolar e multipolar surgem em todas as coleções, embora com variações na ênfase dada. É importante ressaltar que nosso foco não se restringe apenas às temáticas e conceitos selecionados, mas também à abordagem adotada na discussão dessas ideias. A análise dos livros evidenciou a prevalência da perspectiva clássica, que, apesar de seu valor para o campo da geopolítica e para a

compreensão da realidade, se apresenta como uma abordagem limitada em alguns aspectos, conforme demonstram as discussões propostas pela antigeopolítica e pela geopolítica crítica.

A limitação dos livros analisados, conforme indicado pela literatura e constatado em nossa pesquisa, reside na restrição das temáticas e abordagens, mesmo nas seções direcionadas aos professores. Em sete dos oito livros examinados, as recomendações e sugestões das editoras se limitam a fornecer informações para auxiliar na condução das aulas, com exceções pontuais em tópicos específicos ao longo dos capítulos. Apenas o Livro 7 se destaca por oferecer informações que não só orientam o professor sobre a abordagem dos conceitos apresentados, mas também sugerem temas adicionais e abordagens diversificadas, como a relevância dos monumentos para a preservação da memória ou a proposta de atividades que estimulem a reflexão sobre geopolítica em diferentes escalas, com base em temas sugeridos pelo professor ou pelos alunos. Considerando que o livro é frequentemente utilizado como referência principal por muitos educadores (Silva, 2012), as informações fornecidas no Livro 7 são particularmente relevantes, pois ampliam as possibilidades de abordagem por parte dos professores e, conseqüentemente, dos alunos.

Alguns dos livros analisados contêm informações contraditórias. Um dos livros, por exemplo, estabelece como um dos objetivos do capítulo de geopolítica “distinguir e analisar conflitos e ações dos movimentos sociais brasileiros, tanto no campo quanto na cidade, comparando-os com movimentos sociais de outros países latino-americanos.” No entanto, o restante do capítulo não faz referência a movimentos sociais, seja nas anotações destinadas ao professor, seja no livro do aluno. Um outro livro analisado, embora inclua um capítulo dedicado à geopolítica, aborda o tema de maneira superficial, privilegiando uma perspectiva econômica. A discussão sobre geopolítica nesse capítulo se limita a uma abordagem mínima do mundo bipolar/multipolar. Isso levanta a questão sobre qual espaço é reservado para análises geopolíticas em livros didáticos, especialmente se a te-

mática geopolítica é marginalizada em certas coleções. Além disso, foi observado que os Livros 1, 3, 5 e 7 sugerem a inclusão do esporte como um tema a ser abordado sob a ótica geopolítica, com o intuito de engajar os alunos na discussão. Essa observação reforça as ideias apresentadas ao longo deste capítulo, não apenas quanto à potencialidade da relação entre futebol e geografia na educação geográfica, mas também quanto ao uso de conhecimentos prévios dos alunos para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, conceito que será desenvolvido no capítulo subsequente.

Entre os oito livros analisados, cinco são destinados ao 8º ano e três ao 9º ano do ensino fundamental. Comparados aos livros para o 8º ano, os livros destinados ao 9º ano apresentam, em algumas ocasiões, discussões que possibilitam ao professor ultrapassar a perspectiva tradicional de geopolítica. Por exemplo, o Livro 6 discute a concepção do “Leste Europeu” como uma nomenclatura de caráter ideológico, em vez de meramente posicional, o que se aproxima da leitura de Ó Tuathail sobre o imaginário dos Bálcãs (Ó Tuathail, 1999). Essa diferença pode ser atribuída ao aumento da complexidade das discussões apresentadas conforme os estudantes vão se desenvolvendo. Consideramos, portanto, relevante destacar essa variação.

Reiteramos que nosso objetivo não é a eliminação da perspectiva da geopolítica clássica dos materiais didáticos. O que buscamos demonstrar ao longo deste capítulo é que essa abordagem, ao privilegiar uma tradição geopolítica que se baseia em discursos quase dogmáticos sobre a espacialização da política, limita as possibilidades de análise da realidade. Em particular, tal abordagem restringe a incorporação de novas escalas, atores e visões de mundo no campo da geopolítica. Ao abrir espaço para essas possibilidades, a antigeopolítica pretende contribuir para que diferentes leituras do mundo sejam integradas na construção do conhecimento dos alunos. Em nossa proposta, isso se dá através da relação com o futebol.

A antigeopolítica, ao incorporar múltiplas escalas e atores políticos em sua análise, desempenha um papel crucial na reno-

vação contínua da análise geopolítica. Em nossa proposta, esses elementos são vistos como ferramentas para enriquecer a formação dos alunos, não apenas como um contraponto e complemento à tradição geopolítica discutida neste capítulo, mas, de forma ainda mais significativa, pelo potencial que possuem de auxiliar na construção de conhecimentos que capacitem os alunos a transformarem a sua realidade social. A realidade do uso do livro didático no Brasil, frequentemente considerado a principal referência por muitos professores (Silva, 2012), e as abordagens limitadas da geopolítica nos segmentos analisados por este trabalho, indicam que a aplicação da antigeopolítica em sala de aula se configura como um ato de resistência.

PROPOSTA E REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA

Tendo em vista a riqueza analítica oferecida pela antigeopolítica e as limitações encontradas em sua incorporação em livros didáticos da educação básica brasileira, consideramos pertinente a elaboração de uma atividade que buscasse explorar as articulações entre antigeopolítica, futebol e educação geográfica, com ênfase na perspectiva do conhecimento poderoso. A proposta foi implementada em duas turmas de ensino fundamental — uma do 8º ano e outra do 9º ano — em uma escola particular de baixa renda, localizada no município de Nova Iguaçu, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, durante o mês de novembro de 2021, com intervalo de uma semana entre as aulas ministradas em cada turma. A escolha dessas séries fundamentou-se em dois fatores principais. O primeiro refere-se às diretrizes curriculares que contemplam conteúdos e habilidades relacionadas à geopolítica, previstos para serem abordados ao longo do 8º e 9º anos do ensino fundamental. O segundo motivo está relacionado ao contexto da pandemia de Covid-19, que marcou o período da pesquisa, impondo restrições sanitárias e administrativas que limitaram a disponibilidade de horários e espaços nas instituições de ensino. Diante dessas condições, optou-se por trabalhar com

turmas de séries distintas, permitindo uma amostragem mais ampla, ainda que o número absoluto de participantes não tenha sido expressivo.

O desenvolvimento da atividade buscou formas de levar a temática do futebol e a abordagem antigeopolítica ao ambiente escolar de forma a avaliar como tais elementos podem ser utilizados na construção de conhecimento geográfico poderoso. Assim, estabelecemos como objetivos para a atividade: (1) compreender as características da antigeopolítica e suas diferenças com relação ao conceito de geopolítica; (2) analisar eventos do futebol pela ótica da antigeopolítica e (3) propor ações e medidas de transformação da sociedade a partir da consideração da noção de antigeopolítica. Ao estabelecer tais objetivos, buscamos avaliar a pertinência das três principais temáticas da pesquisa no contexto de sua incorporação no ambiente escolar, de forma a não restringirmos tal debate ao campo teórico. Buscando atender aos objetivos propostos, a atividade foi organizada em duas partes. A primeira parte correspondeu a uma introdução e discussão inicial acerca da temática trabalhada, enquanto a segunda parte correspondeu a um momento de avaliação dos alunos. Cada parte da atividade foi realizada ao longo de tempo de aula, 50 minutos.

A atividade foi iniciada com uma indagação aos alunos sobre possíveis experiências anteriores envolvendo a temática do futebol em aulas de geografia ou em outros contextos educacionais. Os estudantes do 8º ano responderam de forma afirmativa, mencionando que já haviam trabalhado com o tema em uma ocasião específica durante as aulas de geografia, ainda que de maneira pontual. Por outro lado, os alunos do 9º ano declararam acreditar ter tido contato com o futebol em atividades passadas, embora não conseguissem lembrar detalhes. Aproveitando essa introdução, explicamos que a atividade proposta abordaria tanto o futebol quanto a geopolítica, sem que maiores explicações fossem dadas nesse momento.

Na sequência, foram apresentadas aos alunos manchetes retiradas de portais de notícias esportivas, selecionadas por sua as-

sociação à perspectiva clássica da geopolítica. O objetivo era estimular uma reflexão sobre as relações existentes entre os diversos sujeitos mencionados nas manchetes, tais como clubes e países. Em ambas as turmas, os alunos conseguiram identificar que os países referenciados nas notícias empregavam o futebol como instrumento político, evidenciando sua influência em contextos geopolíticos. A partir dessa constatação, discutiu-se como, em diferentes momentos históricos, o futebol foi mobilizado como um elemento estratégico para a construção de imaginários políticos, tanto em âmbito doméstico quanto internacional.

Com base nessas reflexões, o conceito de geopolítica foi apresentado e debatido. Questionou-se se as discussões realizadas durante a atividade dialogavam com o entendimento prévio dos alunos sobre o tema, conforme os conteúdos abordados ao longo de sua formação escolar, ao que responderam que sim. Em seguida, foi introduzida uma definição de geopolítica, conforme proposta por Karl Haushofer: “ciência que estuda a relação da política com o território, com a finalidade de auxiliar o Estado a manter seu poder nacional” (Weigert, 1943). Os alunos foram então questionados sobre a correspondência entre essa definição e seus conhecimentos prévios, o que também foi confirmado por eles.

No prosseguimento da atividade, apresentamos novas manchetes, as quais permitiriam uma visão distinta da geopolítica. Quando indagados sobre as manchetes apresentadas e sobre sua similaridade ou diferença com relação ao primeiro grupo de manchetes, os alunos disseram que estas colocavam um foco maior em pessoas ou em grupos de pessoas, enquanto as primeiras manchetes apresentavam como protagonistas a figura do Estado. Também identificaram que as temáticas entre as manchetes mudaram, apontando que nas novas manchetes estavam sendo abordadas “questões sociais, e não interesses do governo”, como afirmou uma aluna do 8º ano. Tendo sido identificadas as diferenças, os alunos apresentaram algum grau de dificuldade para identificar semelhanças entre os dois grupos de manchetes.

Discutimos então que, apesar das diferenças quanto aos diferentes sujeitos que compõem as manchetes e as diferentes temáticas envolvidas, ambos abordavam a utilização do futebol como plataforma de discussões e ações políticas. E ressaltamos que o segundo grupo de manchetes também aponta para uma forma de geopolítica que, porém, nos permite observar atores e visões de mundo invisibilizadas na primeira abordagem. A exemplo, daquilo que já havia sido destacado pelos alunos com relação ao protagonismo de outros sujeitos (indivíduos ou grupos da sociedade ao invés da figura do Estado).

Questionamos, então, se os alunos possuíam alguma familiaridade com essa outra perspectiva geopolítica apresentada por nós e a resposta, tanto na turma de 8º ano quanto de 9º ano, foi negativa. Utilizamos esse momento para analisarmos melhor a abordagem antigeopolítica, utilizando de exemplos do mundo do futebol.

O primeiro exemplo apresentado abordou a criação e as ações do Observatório da Discriminação Racial no Futebol (ODRF). Fundado em 2014, a organização surgiu com o objetivo inicial de monitorar casos de racismo no futebol brasileiro e internacional. Com o decorrer do tempo, ampliou seu escopo para incluir o monitoramento de episódios de homofobia, machismo e xenofobia, entre outras formas de discriminação, expandindo suas análises para além do futebol, contemplando também outras modalidades esportivas. Durante a discussão, foi destacado como a visibilidade gerada pelos casos monitorados e divulgados pelo ODRF contribui para que tais episódios fossem encaminhados à justiça, em suas mais diversas instâncias. Um exemplo notório de participação do ODRF envolve o caso do ex-goleiro Aranha, vítima de injúrias raciais proferidas por torcedores do Grêmio durante uma partida em 2014.

Outro aspecto relevante das ações do Observatório discutido com os alunos foi a publicação do Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol. Explicou-se que esse documento reúne dados detalhados sobre os casos registrados ao longo do ano, incluindo a natureza das ocorrências, seu encaminhamento à jus-

tiça e as possíveis punições aplicadas. A importância do relatório foi enfatizada sob duas perspectivas principais: primeiro, como um instrumento de conscientização pública acerca das diversas formas de discriminação presentes no esporte; segundo, como uma ferramenta estratégica para que clubes, federações esportivas e instituições estatais possam elaborar políticas de enfrentamento mais eficazes contra essas questões.

O segundo exemplo utilizado para aprofundar a discussão sobre a abordagem antigeopolítica com os alunos foi a comemoração dos jogadores Xherdan Shaqiri e Granit Xhaka durante a Copa do Mundo de 2018. Na partida contra a Sérvia, os atletas, que representam a seleção da Suíça, mas possuem origens no Kosovo — um nasceu na região e o outro é filho de pais kosovares —, celebraram seus gols com o gesto do pássaro de duas cabeças, uma referência à bandeira da Albânia. Aos alunos, foi explicado que essa manifestação simbolizava um posicionamento em favor da independência do Kosovo, região que se declarou independente da Sérvia em 2008, mas que não é reconhecida por diversos países, incluindo a própria Suíça. Também foi contextualizado que o gesto está diretamente relacionado à composição étnica da população kosovar, majoritariamente albanesa.

A comemoração dos jogadores foi considerada ofensiva por amplos setores da sociedade sérvia e gerou repercussões significativas na mídia internacional, exacerbando as tensões diplomáticas entre Sérvia e Kosovo. A partir desse episódio, discutiu-se com os alunos como a ação de dois indivíduos, através de um gesto simbólico, conseguiu tensionar relações diplomáticas entre nações, evidenciando a dimensão política que o futebol pode assumir. Destacou-se, ainda, que, sob a ótica da geopolítica clássica, ações individuais como essa não teriam destaque, uma vez que tal abordagem privilegia análises centradas nos Estados e nas instituições multilaterais, em detrimento da atuação de sujeitos individuais ou coletivos.

Após a análise dos eventos mencionados, buscou-se aprofundar as características da antigeopolítica e sistematizar as ideias trabalhadas acerca dessa abordagem de geopolítica. Nesse con-

texto, foi apresentada aos alunos uma definição de antigeopolítica, fundamentada nas formulações de Routledge (2003) e Lima (2013), que a concebem como uma vertente da geopolítica voltada para o estudo das relações entre política e território a partir da atuação de indivíduos e grupos da sociedade civil. Durante essa etapa, enfatizou-se que, apesar das diferenças entre a perspectiva clássica e a antigeopolítica, estas não devem ser entendidas como antagonônicas. Discutimos que a antigeopolítica representa uma abordagem distinta dentro do campo mais amplo da geopolítica e que, embora o nome possa sugerir oposição, as duas perspectivas possuem caráter complementar (Ó Tuathail, 1996). Reforçou-se junto aos alunos que o objetivo central da atividade desenvolvida era evidenciar a existência de múltiplas leituras geopolíticas, estimulando uma compreensão mais ampla e crítica sobre o tema.

Antes de prosseguirmos com a atividade, perguntamos aos alunos se haviam ficado com dúvidas com relação ao que havíamos trabalhado até ali. As duas turmas responderam que não havia dúvidas. Utilizamos os últimos minutos da aula para explicarmos a segunda parte da atividade, que consistia na análise de um evento do futebol, a partir da abordagem antigeopolítica. Neste momento, propusemos aos alunos que, divididos em grupos, realizassem uma análise de um evento do futebol, a ser selecionado pelo grupo. A segunda parte da atividade ocorreu depois de uma semana, tempo que foi possível darmos aos alunos para realização de suas apresentações visto que nos encontrávamos em final de ano letivo. Devido ao pequeno número de alunos na turma de 9º ano, a atividade foi realizada em duplas. Optamos pelas duplas, pois assim teríamos mais apresentações disponíveis para avaliarmos em nossa pesquisa. Na turma de 8º ano, os grupos puderam ter de 4 a 5 componentes.

As apresentações tiveram início com a turma do 9º ano, envolvendo a participação de quatro duplas, uma vez que alguns alunos estavam ausentes ou não participaram da atividade. A primeira dupla apresentou um trabalho sobre a participação do Santos Futebol Clube na paralisação temporária da Guerra da

Biafra, ocorrida no final da década de 1960. A análise destacou como a presença da equipe na região contribuiu para a instauração de uma trégua momentânea no conflito, permitindo a realização da partida do clube santista. Nesse contexto, o grupo argumentou que o Santos desempenhou o papel de ator geopolítico relevante ao influenciar temporariamente a dinâmica local.

A segunda dupla abordou múltiplos eventos, mas centrou sua análise em dois casos específicos. O primeiro foi o famoso gol de mão de Diego Maradona contra a Inglaterra, na Copa do Mundo de 1986, interpretado como um ato simbólico de revanche relacionado à Guerra das Malvinas. A dupla argumentou que o gol, além de eliminar a equipe inglesa da competição, adquiriu um significado político ao ser percebido como uma resposta às tensões entre os dois países. O segundo caso analisado foi a participação das torcidas organizadas do Al-Ahly (Egito) e do Barcelona (Espanha/Catalunha) em manifestações políticas durante a Primavera Árabe e no movimento independentista catalão, respectivamente. A apresentação destacou como essas torcidas atuaram como agentes políticos, contribuindo para a mobilização popular em prol da ampliação de direitos democráticos e da autonomia regional respectivamente.

A terceira dupla apresentou uma análise sobre a chamada “Invasão Russa” durante a Eurocopa de 2012, evento em que torcedores russos organizaram uma “marcha” até Varsóvia, capital da Polônia, para acompanhar a partida entre as duas seleções nacionais. A marcha e as festividades dos torcedores russos nas ruas da cidade foram realizadas em celebração ao Dia da Rússia, feriado que marca a soberania do Estado russo no período pós-Guerra Fria. Entretanto, o ato foi interpretado como provocativo por torcedores poloneses, em razão do histórico de incorporação da Polônia pelos soviéticos após a Segunda Guerra Mundial, resultando em confrontos significativos entre os dois grupos. A análise da dupla destacou como as ações de grupos de torcedores podem, em determinados contextos, ser percebidas como representações simbólicas de antagonismos nacionais.

A última dupla analisou o caso de um sócio e funcionário do Santos Futebol Clube, acusado de racismo por uma funcionária do clube em 2021. A apresentação enfatizou o papel das redes sociais em ampliar a visibilidade de denúncias como essa, apontando que essa exposição pode ser um fator decisivo para que casos semelhantes sejam encaminhados ao poder judiciário.

Nenhuma das duplas, contudo, apresentou propostas de medidas transformadoras, conforme solicitado na atividade. Os alunos justificaram que o tempo foi dedicado à análise dos eventos, o que levou ao esquecimento da parte propositiva. Diante dessa situação, foi concedido um intervalo de 10 minutos para que cada grupo pudesse elaborar uma sugestão. Após o tempo disponibilizado, a dupla que analisou a participação do Santos na trégua da Guerra da Biafra sugeriu que o clube poderia ter se recusado a jogar, com o objetivo de atrair maior atenção da comunidade internacional para o conflito. A dupla que analisou múltiplos eventos afirmou não conseguir eleger um dos casos para formular uma proposta. A dupla que tratou da acusação de racismo no Santos sugeriu o envolvimento de instituições especializadas no combate ao racismo, como o Observatório da Discriminação Racial no Futebol (ODRF), para que tais grupos atuassem no sentido de pressionar pela análise e julgamento do caso. Por fim, a dupla que abordou o conflito entre torcedores russos e poloneses durante a Eurocopa alegou que seria inviável propor uma medida, afirmando que “nada impediria a briga de acontecer”.

O comentário desta última dupla nos permitiu retomarmos a discussão acerca da antigeopolítica. Lembramos à turma que uma das características da geopolítica, não apenas na perspectiva clássica, é a construção de discursos geopolíticos. Discutimos que, pela tradição da abordagem da geopolítica clássica, esses discursos são construídos de forma a refletir certas concepções de mundo, geralmente atreladas àqueles em posição de poder. A partir então, de um discurso geopolítico consolidado, criam-se certos imaginários sobre diferentes espaços, nesse caso um imaginário sobre russos e poloneses. Nesse imaginário geopolítico,

o ato dos torcedores russos é interpretado como provocação, mesmo que tal ação não tenha esse intuito. Sugerimos à dupla, que pudessem pensar numa proposta de intervenção relacionada à desconstrução de tais discursos, por exemplo através da educação. A proposta sugerida, e aprovada pela dupla, caminha no sentido do investimento na formação do professor, para que esse possa ser capaz de abordar tais questões em sala de aula e a formulação de novas políticas públicas de educação que visem à incorporação de discussões como racismo, xenofobia, gênero, entre outros.

Após a conclusão das apresentações realizadas pela turma do 9º ano, foi dado início, na aula seguinte, às exposições preparadas pelos estudantes do 8º ano. Três grupos participaram dessa etapa, embora, assim como observado no 9º ano, alguns alunos tenham se ausentado ou não participado da atividade. Segundo a professora responsável, tal comportamento é recorrente, não se restringindo às aulas de geografia.

O primeiro grupo analisou o episódio envolvendo jogadores do Paris Saint-Germain (PSG) e do Istanbul Basaksehir, ocorrido durante uma partida de futebol, no qual um ato racista por parte de um dos árbitros foi identificado. Na análise, o grupo destacou a mobilização imediata dos jogadores de ambas as equipes, que exigiram a paralisação da partida e a substituição do árbitro envolvido. Foi ressaltada a relevância do gesto no ambiente midiático e nas redes sociais, ao impulsionar cobranças públicas direcionadas à UEFA, entidade organizadora do futebol europeu. A proposta apresentada pelo grupo enfatizou a necessidade de ações concretas tanto por parte dos clubes quanto das federações, como a UEFA e a FIFA. Entre as sugestões, incluíram a criação de órgãos especializados dentro dos clubes, para tratar de situações similares envolvendo torcedores, e em federações, com foco na conscientização de torcedores, jogadores, dirigentes e árbitros. Além disso, apontaram que clubes de grande visibilidade global, como o PSG, poderiam aproveitar seu alcance nas redes sociais para promover campanhas educativas contra o racismo.

O segundo grupo abordou outro caso de racismo no futebol, desta vez contra o jogador Daniel Alves, então atleta do Barcelona. Durante uma partida contra o Villarreal, um torcedor arremessou uma banana em direção ao jogador. Em resposta, Daniel Alves recolheu a fruta, comeu-a e continuou jogando, atitude que viralizou nas redes sociais e desencadeou manifestações de apoio de jogadores e celebridades, além de cobranças por ações efetivas por parte das entidades responsáveis. A análise realizada pelo grupo destacou a peculiaridade da reação do jogador diante do ato discriminatório e sua repercussão global. De forma similar ao primeiro grupo, propuseram a criação de órgãos e comitês internos nos clubes, capazes de lidar diretamente com casos dessa natureza. Além disso, sugeriram que tais instâncias tivessem a autoridade para aplicar sanções, como a exclusão de torcedores identificados e a proibição de que se tornassem sócios dos clubes.

Por fim, o terceiro grupo analisou a comemoração nazista do jogador grego Giorgos Katidis, ocorrida em 2013. O grupo enfatizou as respostas institucionais ao episódio, como o banimento do atleta da seleção grega pela federação de futebol do país e a rescisão contratual promovida pelo clube AEK Atenas. A proposta desse grupo alinhou-se às dos anteriores, defendendo a criação de órgãos e comitês especializados que não apenas reforçassem a aplicação de sanções a jogadores e torcedores, mas também promovessem campanhas de conscientização para combater expressões de discriminação no esporte.

DOS RESULTADOS DA ATIVIDADE

A análise dos resultados obtidos com a realização da atividade revela aspectos significativos para a compreensão do potencial pedagógico do futebol na educação geográfica. É importante salientar que, diante das limitações inerentes ao desenvolvimento da atividade, os resultados apresentados não pretendem constituir verdades absolutas ou generalizações acerca do ensino de

geografia ou do uso do futebol em sala de aula. Ao contrário, nosso objetivo reside na formulação de apontamentos que possam contribuir para a reflexão e a investigação nesse campo.

Um dos principais achados diz respeito ao papel desempenhado pelo futebol como elemento estruturador da atividade. Sua utilização enquanto “fio condutor” mostrou-se eficaz em engajar os estudantes das turmas participantes, promovendo um envolvimento mais ativo nas discussões propostas. Observamos que, embora o interesse geral pelo diálogo com o futebol tenha sido constatado em ambas as turmas, os alunos do 8º ano demonstraram um maior grau de engajamento com a temática do futebol.

Outro aspecto relevante identificado foi a relação entre o envolvimento com o futebol e a compreensão das diferentes abordagens geopolíticas — clássica e antigeopolítica. Os estudantes que apresentaram maior afinidade com o tema do futebol ao longo da atividade mostraram-se mais aptos a lidar com as discussões conceituais propostas. Tal dinâmica ficou evidente nas apresentações, em que os alunos do 8º ano, mais engajados nas discussões sobre o futebol, demonstraram maior domínio na análise das relações entre a antigeopolítica e o esporte.

A relação entre o envolvimento dos alunos e a utilização do futebol como elemento central da atividade permite estabelecer um diálogo com as formulações sobre a aprendizagem significativa, conforme teorizado por Ausubel (1963). Nesse contexto, o futebol opera como um conhecimento prévio dos estudantes, identificado pelo autor como um “subsunçor”. Ao estruturarmos a atividade de modo que o futebol atue como mediador entre os alunos e novos conteúdos, contribuímos para que esses conhecimentos sejam dotados de significado, facilitando sua assimilação e integração às estruturas cognitivas preexistentes. De acordo com Ausubel (1963), a aprendizagem se torna mais eficiente quando novos conteúdos são apresentados a partir de elementos já conhecidos pelos estudantes, permitindo que o processo de construção do conhecimento ocorra de maneira mais fluida e significativa. Essa dinâmica assegura que os novos saberes ad-

quiram relevância para o indivíduo, potencializando seu valor e sua aplicabilidade no contexto educacional e social. Adicionalmente, ao considerarmos a perspectiva de construção do conhecimento poderoso, entendemos que a atribuição de significado aos novos saberes é um componente essencial. Esse processo de qualificação promove a consolidação de conhecimentos que não apenas ampliam a compreensão de mundo do estudante, mas também favorecem o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas, essenciais para sua formação cidadã.

Outro resultado relevante da atividade foi a facilidade demonstrada pelos alunos em compreender que os fenômenos abordados em sala de aula podem ser observados e analisados em diferentes contextos de sua vida cotidiana. Essa percepção é significativa tanto para os estudantes quanto para os professores. Sob a perspectiva dos alunos, reconhecer que as discussões promovidas pelas disciplinas escolares, como no caso da geografia, encontram expressão em objetos, situações e espaços familiares a eles contribui para a atribuição de significado aos conhecimentos disciplinares.

Para o professor, essa compreensão por parte dos alunos potencializa seu engajamento nas discussões realizadas em sala, fortalecendo o processo de aprendizagem e a construção de saberes. Ao apresentar e discutir como as perspectivas geopolíticas e antigeopolíticas podem ser identificadas no futebol, demonstramos aos estudantes que os conhecimentos adquiridos no espaço escolar são aplicáveis a contextos diversos, transcendentais ao ambiente acadêmico.

Esse aspecto se revela particularmente relevante no âmbito da construção do conhecimento poderoso, uma vez que, ao estabelecer conexões entre o conhecimento construído em sala de aula e a realidade cotidiana, promovemos a apropriação desse saber pelos alunos. Tal apropriação, por sua vez, potencializa sua capacidade de utilizar o conhecimento para compreender e transformar a realidade que os cerca, reforçando o papel crítico e emancipador da educação.

Por fim, um elemento que se destacou durante a realização da atividade foi a dificuldade apresentada pelos alunos na etapa propositiva. Nesse momento, os estudantes deveriam, com base nos eventos relacionados ao futebol previamente analisados, propor medidas de ação para as problemáticas identificadas. Contudo, os grupos revelaram algum grau de dificuldade na formulação dessas propostas. A turma do 8º ano, apesar de apresentar sugestões pertinentes, demonstrou limitações na compreensão do conceito de proposta. Já a turma do 9º ano, embora tenha justificado a ausência de proposições durante as apresentações, pareceu não compreender plenamente a tarefa ou mesmo encontrar dificuldades para identificar soluções possíveis.

Essa dificuldade remete às preocupações formuladas por Young (2008) quanto à presença ou ausência de conhecimentos estruturados no contexto escolar. É possível argumentar que essa limitação dos alunos esteja associada a uma organização curricular predominantemente orientada para a transmissão de conteúdos e temáticas específicas de cada disciplina, em detrimento da construção de conhecimentos especializados e disciplinares. Ainda assim, é relevante destacar que os alunos que demonstraram maior identificação com a temática do futebol apresentaram maior facilidade na elaboração e exposição de propostas. Esse aspecto dialoga com as formulações da teoria da aprendizagem significativa, que reconhece que, em uma sala de aula, nenhum material será igualmente significativo para todos os indivíduos. Assim, seria ilusório considerar que o futebol — ou outros elementos, como músicas e filmes — seja capaz de conferir significado aos novos conhecimentos para todos os estudantes.

Entretanto, os resultados da atividade sugerem que o futebol constitui um elemento significativo para uma parcela expressiva dos alunos, servindo como um recurso eficaz para engajá-los na construção do conhecimento geográfico. Essa aproximação inicial configura um importante passo em direção à construção de conhecimentos poderosos, capazes de transcender o ambiente escolar e contribuir para a transformação da realidade.

Apesar das diversas limitações encontradas para a realização da atividade, consideramos os resultados obtidos satisfatórios. A proposta aqui apresentada buscou não apenas verificar, de forma pontual, a aplicabilidade das ideias trabalhadas ao longo da pesquisa. Visamos aqui apontar caminhos para práticas possíveis dentro da educação geográfica não apenas a curto prazo, mas sim de forma que as discussões e ideias que dão base ao desenvolvimento desta atividade possam ser implementadas dentro do contexto de um planejamento escolar e curricular. Os resultados da atividade apontam para significativas contribuições das diferentes perspectivas e temáticas abordadas pela pesquisa, ainda que tenhamos nos utilizado apenas de dois tempos de 50 minutos. Pensando atividades similares a desenvolvida e a construção de aulas pautadas em tais perspectivas como parte de um processo constante dentro do planejamento da disciplina, acreditamos que tanto o futebol, como a antigeopolítica e o conhecimento poderoso podem contribuir significativamente para a formação dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como nos demais capítulos desta obra, buscamos apontar para as potencialidades de leituras antigeopolíticas, em nosso caso, a partir do diálogo e de interseções com o fenômeno do futebol e a educação geográfica, sobretudo escolar. Esse diálogo nos aponta a novos caminhos e concepções de análise do impacto da política nas mais diversas esferas da vida.

Em um campo ainda em desenvolvimento no contexto latino-americano, o debate teórico sobre a temática é passo importante na construção de referenciais teóricos cada vez mais robustos sobre a antigeopolítica. Ainda assim, avaliamos que a realização da atividade com alunos de 8º ano e 9º ano se constitui como elemento ainda mais relevante neste processo. Além de apontar a potencialidade de tal abordagem na geografia escolar, a atividade no ambiente escolar proporciona um horizonte me-

todológico para incorporação da antigeopolítica além do ambiente acadêmico. Enquanto um referencial pautado em olhares e escalas ainda pouco usuais no campo geopolítico, nos parece de grande pertinência que esses debates possam ser também construídos e desenvolvidos em outros contextos sociais e espaciais.

O olhar antigeopolítico lançado sobre o futebol, ao privilegiar outros atores, escalas e discursos na análise da política se constitui como um grande potencial da abordagem geopolítica, tanto pela academia quanto pela geografia escolar, uma vez que promove um olhar pouco privilegiado perante a realidade, capacitando os alunos a se envolverem em discussões socialmente relevantes. Também nos permite complexificarmos as já existentes leituras geográficas do fenômeno esportivo.

Outra consideração relevante acerca da atividade realizada diz respeito à sua relação com os objetivos do conhecimento poderoso, conforme formulado por Young (2008; 2014; 2016). Embora a atividade tenha evidenciado não apenas a pertinência desse conceito, mas também caminhos possíveis para sua construção, destaca-se a necessidade de que práticas pedagógicas dessa natureza sejam incorporadas de maneira sistemática ao planejamento curricular, em vez de serem aplicadas de forma isolada. O conhecimento poderoso, por sua própria concepção, assume um caráter processual, uma vez que se estrutura a partir de debates sobre a organização e os objetivos do currículo escolar. Sua efetivação demanda um processo contínuo de construção, fundamentado na articulação entre conteúdos disciplinares e habilidades críticas que permitam aos alunos compreenderem e transformarem a realidade.

Os resultados da atividade indicam que propostas orientadas por tais premissas são viáveis e podem contribuir significativamente para a formação dos estudantes e o fortalecimento de conhecimentos disciplinares. No entanto, para que esses conhecimentos se qualifiquem verdadeiramente como poderosos, é essencial que seu processo de construção seja integrado e promovido por professores, escolas e agentes responsáveis pela for-

mulação curricular. Essa integração deve considerar não apenas a relevância dos conteúdos abordados, mas também as estratégias de mediação pedagógica que potencializem a aprendizagem significativa e crítica dos alunos.

BIBLIOGRAFIA

- Ausubel, David (1963). *The psychology of meaningful verbal learning: an introduction to school learning*. Nova York: Grune & Stratton.
- Borowski, Lara e Fonseca, Antonio (2017). O ensino da geografia política local na escola como perspectiva de efetivação da cidadania. *Geografia, Ensino e Pesquisa*, 2(21), 88-98. Santa Maria.
- Canettieri, Thiago (2010). A importância do futebol como instrumento da geopolítica internacional. *Revista de Geopolítica*, 2(1). Ponta Grossa.
- Carioba, Cristiano (2017). *Uma partida de futebol: globalização e ensino de geografia*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC.
- Holgado, Flávio (2013). *Além das quatro linhas: o futebol no ensino de geografia*. Porto Alegre: UFRGS / PPGGea.
- Koch, Natalie (2020). The geopolitics of Gulf sport sponsorship. *Sport, Ethics and Philosophy*, 3(14), 355-376.
- Lima, Ivaldo (2013). A geografia e o resgate da antigeopolítica. PPGG/UFRJ. *Espaço Aberto*, 2(3), 149-168. Rio de Janeiro.
- Ó Tuathail, Gearóid (1996). *Critical geopolitics*. Londres: Routledge.
- Routledge, Paul (2003). Anti-geopolitics. Em John Agnew et al. (eds.), *A Companion to Political Geography*. Londres: Blackwell.
- Scutti, Giuseppe e Wendt, Jan (2016). Football and geopolitics. *GeoSport for Society, Oradea*, 2(5), 100-106.
- Weigert, Hans (1943). *Geopolítica: generales y geógrafos*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Werminghoff, Felipe (2017). *Geografia política crítica e antigeopolítica: por novas formas de abordagem nos livros didáticos*. (Monografia de graduação). Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

- Young, Michael (2008). *Bringing knowledge back in: from social constructivism to social realism in the sociology of education*. Londres: Routledge.
- Young, Michael (2014). Teoria do currículo: o que é e por que é importante. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, 44(151), 190-202.
- Young, Michael (2016). Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI? *Cadernos de Pesquisa*, 159(46), 18-37. São Paulo.

IMAGINÁRIO ANTIGEOPOLÍTICO E RESISTÊNCIAS NO CINEMA LATINO-AMERICANO: ARGENTINA, BRASIL E CHILE

REJANE RODRIGUES

INTRODUÇÃO

—Mas Moreno foi envenenado.

—Isso é uma teoria. Esteve na moda numa época e algumas pessoas preferem acreditar, mas não há provas.

—Não há provas porque a história é escrita pelos assassinos.”

O fragmento acima faz parte do diálogo entre um estudante secundário e sua professora¹, conferindo o tom dos filmes analisados neste capítulo. Enquanto na produção de Hollywood dava-se destaque à geopolítica hegemônica, em outras produções filmicas a ditadura era apresentada a partir de representações que enfatizavam os movimentos de resistência à hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) sobre a América Latina, durante o período da Guerra Fria.

Os regimes ditatoriais instalados em vários países da região estenderam-se desde os anos 1960 até anos 1980, coincidindo com o momento de maior recrudescimento da política externa norte-americana face ao avanço das ideias socialistas no mundo. Neste período, lideranças militares substituíram governantes eleitos transformando a vida social e política nestes países. As perseguições políticas, a censura aos meios de comunicação, as prisões e assassinatos de pessoas ligadas a grupos de oposição ao regime vigente, dentre outros problemas, permanece-

¹ Reproduzido a partir de um diálogo do filme A História Oficial.

ram, por longo tempo, como uma história obscurecida pelas representações e narrativas oficiais.

Ao longo dos anos 1970, sob efeito da guerra do Vietnã e das crises do petróleo, emergiram vozes contrárias aos governos civil-militares e à hegemonia dos EUA na América Latina. Na música, no teatro, na literatura e no cinema as contra-narrativas revelavam a existência de representações que opunham uma geopolítica de resistência ou uma antigeopolítica à geopolítica hegemônica vigente na região. Como relembrado por Fernando Gabeira (citando Guimarães Rosa, 1979), no prefácio de seu livro *O Que é Isso Companheiro?*, “também as estórias não se depreendem apenas do narrador, sim o performam: narrar é resistir”.

Partindo-se da assertiva de que os filmes, além de produto de um momento geopolítico particular, constroem imagens e discursos, propõe-se uma investigação sobre o imaginário anti-geopolítico revelado em filmes que retratam as ditaduras civil-militares vigentes na América Latina nos anos 1960 a 1980. O objetivo principal é analisar o modo como as representações geopolíticas de resistência produzidas neste período na América Latina são expressas na produção fílmica da época.

Propõe-se, assim, analisar três filmes que tratam dos problemas vividos durante os regimes ditatoriais instalados, entre os anos 1960-1980, no Brasil, no Chile e na Argentina. Foram selecionados os filmes *Pra frente, Brasil*, *Desaparecido (Missing)* e *A História Oficial*, escolhidos entre aqueles cujas narrativas se contrapõem ao imaginário geopolítico hegemônico. Um imaginário identificável especialmente na produção fílmica de Hollywood que, de um lado, apresenta os EUA como o grande bastião da luta contra as ameaças ao capitalismo e à democracia no mundo e, de outro, torna invisíveis os modos particulares da vida social e as lutas políticas dos países da América Latina e de outras regiões do mundo. Da análise destes filmes depreendem-se elementos das lutas políticas ocultadas pela política externa dos EUA, que na época, oferecia apoio, direto e indireto, aos governos ditatoriais latino-americanos.

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, são apresentadas algumas proposições sobre as conexões entre os filmes e a geopolítica, reunindo interpretações teóricas que apontam para as possibilidades de compreensão da realidade latino-americana a partir da análise das práticas antigeopolíticas e das representações geopolíticas de resistência. Na segunda, são tecidas considerações sobre as ditaduras civil-militares instaladas no Brasil, Chile e Argentina, entre os anos 1960 e 1980, e suas articulações com a história contada nos filmes selecionados, buscando-se identificar e compreender os elementos particulares que marcaram os movimentos de resistência e a construção de um imaginário antigeopolítico na região.

CINEMA E IMAGINÁRIO GEOPOLÍTICO

As conexões entre a geopolítica e o cinema têm sido apresentadas em artigos que tratam, não raramente, do papel hegemônico dos EUA revelado na produção de Hollywood. Neste trabalho, propõe-se apresentar uma contribuição para ampliar tais discussões, analisando a geopolítica desenhada a partir da perspectiva dos movimentos de resistência na América Latina, incorporando à análise filmes que revelam o imaginário geopolítico de resistência (Jeffords, 1993), a geopolítica *from below* ou *anti-geopolitics* (Routledge, 1998).

Ressalta-se, em primeiro lugar, a importância dos filmes em sua relação com o mundo e as representações que carregam. Sua linguagem e imagens têm servido, por exemplo, para a construção de representações sobre as guerras, a exemplo da Segunda Guerra Mundial, da Guerra do Golfo e do Ataque ao *World Trade Center* (Crampton e Power, 2005, *apud* Virilio, 1989).

Os filmes são um mundo, um país de rostos familiares, uma mitologia feita a partir por um número limitado de histórias, possuindo uma relação de desejo, eco, transposição, deslocamento, inversão, compensação,

reforço, exemplo, alerta [...] O que permanece constante é uma conexão oblíqua, mas ininterrupta, com o mundo histórico. (Power e Crampton, 2005, p. 194, citado em Mood, 1975, tradução nossa²)

Por um lado, a imagem construída nestes filmes é percebida em sua inter-relação com o real, revelando-se o cinema um elemento essencial do processo de produção do pensamento e, portanto, objeto de análise pela Geografia.

[...] surgem outras possibilidades de vivificar — libertar e expandir — a geografia, tanto no que respeita às relações com o cinema como nas relações [...] que cria e inventa com o mundo [...] constituído pelas imagens, através delas e com elas. [...] como algo que representa o mundo, mas também e sobretudo como algo que tanto faz dele matéria prima, como é uma das matérias primas com as quais ele, mundo, ganha existência. [...] É nessa perspectiva que podemos dizer que o encontro — entre geografia e cinema — e o encontrado — as geografias que daí emergem — não se distinguem, mas fazem-se continuamente existir em devir. (Azevedo *et al.*, 2015, p. 7)

Ainda, como demonstrado por Power e Crampton (2005), os filmes devem ser considerados como eminentemente geográficos e geopolíticos. O imaginário projetado nos filmes é incorporado e incorpora a geopolítica.

Aqui, de acordo com Ó Tuathail, a posição subjetiva do geopolítico é a de um diretor organizando e interpretando o palco geopolítico com a “*mise-en-scène* do olhar geopolítico”, sendo aquele que “define uma cena de palco ou organiza uma representação pictórica” — um “olhar em

² Original: “*The movies are a world, a country of familiar faces, a mythology made up a limited number of stories [possessing] a relation of wish, echo, transposition, displacement, inversion, compensation, reinforcement, example, warning [...]. What remains constant is an oblique but unbroken connection to the historical world*” (Power e Crampton, 2005, p. 194, citado em Mood, 1975).

perspectiva” sobre as forças concorrentes da política internacional atual. (Crampton e Power, 2005, p. 244, tradução nossa³)

Assim, ao capturar um discurso geopolítico, o cinema influencia o apoio popular para as estratégias geopolíticas dominantes. E pode, ainda, funcionar como um dos aparatos ideológicos do Estado utilizado, por exemplo, para a difusão do ideário nacionalista que marcou vários governos civil-militares na América Latina.

Ó Tuathail nos lembra que os filmes são, em última análise, produtos comerciais projetados para atrair grandes audiências e arrecadar dinheiro para seus produtores e que, como resultado, as complexidades da geopolítica são frequentemente apagadas em nome da promoção e do favorecimento de uma marca chauvinista de nacionalismo militarista. (Power e Crampton, 2005, p. 202, tradução nossa⁴)

Os filmes cumpririam, desse modo, de acordo com Power e Crampton (2005, p. 248) o papel de geopolíticos, produzindo e difundindo uma representação da política internacional.

[...] hoje, o cinema cumpre o papel dos geopolíticos na produção de uma representação pictórica da política internacional, embora a relação representacional entre cinema e guerra não seja nova e tenha uma longa

³ Original: “Here, according to Ó Tuathail, the subject position of the geopolitician is one of director arranging and interpreting the geopolitical stage with the ‘mise-en-scène of the geopolitical gaze’ being one of ‘setting a stage scene or arranging a pictorial representation’ — a ‘setting into perspective’ of the competing forces of current international politics” (Crampton e Power, 2005, p. 244).

⁴ Original: “Ó Tuathail reminds us that movies are ultimately commercial products designed to appeal to large audiences and to make money for their producers and that as a result the complexities of geopolitics are often effaced in the name of promoting and pandering to a chauvinistic brand of militaristic nationalism” (Power e Crampton, 2005, p. 202).

genealogia. [...] o cinema, até certo ponto, sempre cumpriu o papel de geopolítico. (Crampton e Power, 2005, p. 248, tradução nossa⁵)

Como demonstrado, os filmes reforçam o discurso hegemônico e, ao mesmo tempo, podem influenciar mudanças nos discursos, no imaginário e, portanto, nos contextos geopolíticos. De acordo com Ó Tuathail (1996), faz sentido falar sobre a *mise-en-scène* (ilusão teatral, a relação entre o que a audiência vê e a encenação e enquadramento que a produz) do olhar geopolítico, a arte de definir uma cena ou organizar uma representação. Os filmes, assim como seus produtores, cumpririam o papel de geopolíticos produzindo uma representação pictorial das políticas internacionais.

Os filmes não são mais considerados como imagens ou expressões mentais não mediadas, mas sim a personificação temporária de processos sociais que continuamente constroem e desconstróem o mundo como o conhecemos. [...] Assim, o cinema é importante no estudo da geopolítica crítica porque representa um elemento constitutivo na produção de geografias políticas e porque os espaços, lugares e paisagens políticas são ferramentas implícitas na produção dos filmes. (Power e Crampton, 2005, p. 197, tradução nossa⁶)

Numa perspectiva crítica, a produção do discurso geopolítico deve ser investigada fora da arena formal dos Estados, bus-

⁵ Original: “[...] today film fulfills the role of geopoliticians in producing a pictorial representation of international politics although the representational relationship between film and warfare is not new and has a long genealogy. [...] film has, to a certain extent, always fulfilled the role of geopolitician” (Crampton e Power, 2005, p. 248).

⁶ Original: “Films are no longer considered more images or unmediated expressions of mind, but rather the temporary embodiment of social processes that continually construct and deconstruct the world as we know it. [...] Thus, film is important in the study of critical geopolitics because it represents a constitutive element in the production of political geographies and because political spaces, places and landscapes are implicit tools in the production of film” (Power e Crampton, 2005, p. 197).

cando nas contra-narrativas (Jameson, 1995) ou nas antigeopolíticas (Routledge, 1998) possibilidades interpretativas que ultrapassem as representações geopolíticas oficiais. Como apresentado por Routledge (1998), termos como antigeopolítica referem-se a uma força ética, política e cultural da sociedade civil que se contrapõe à ideia de que os interesses da classe política estatal são idênticos aos da sociedade de modo geral. Tal perspectiva pode ser identificada na análise de Sharf (2005) sobre o *New German Cinema*.

Assim, a antigeopolítica pode ser considerada uma forma radical de geopolítica crítica [...] os discursos de oposição de intelectuais dissidentes, como uma forma de anti-geopolítica [...] refere-se não apenas à resistência dos protagonistas, mas à dos cineastas que articulam seu descontentamento por meio de suas respectivas produções. [...] O que significa que, em uma época em que o tema da reunificação alemã estava, em grande parte, ausente do discurso oficial, certos filmes se tornaram fóruns para articulações de alternativas ou de antigeopolíticas. (Scharf, 2005, p. 394, tradução nossa⁷)

Desse modo, conforme proposto por Nogué (2006, citado em Lima, 2013), cabe à geografia política crítica a tarefa de decidir o mundo contemporâneo através da desconstrução dos discursos de poder institucionalizados e da construção de novas visões políticas das relações socioespaciais.

A antigeopolítica aborda a (des)construção de espaços de resistência, entendida esta última como a prerrogativa social de uma existência distinta da que presentemente experimenta a maioria dos segmentos sociais. [...]

⁷ Original: "Thus 'antigeopolitics' can be regarded as a radical form of 'critical geopolitics' [...] 'the oppositional discourses of dissident intellectuals' as a form of 'anti-geopolitics' [...] refers not only to the protagonists' resistance but to that of the filmmakers who articulate their discontent through their respective productions. [...] which means that at a time when 'reunification talk' was largely missing from the official discourse, certain films became forums for articulations of alternative or 'anti-geopolitics'" (Scharf, 2005, p. 394).

A antigeopolítica, de acordo com Routledge (2003, p. 237), “pode assumir uma miríade de formas, desde os discursos oposicionistas de dissidentes intelectuais até estratégias e táticas dos movimentos sociais”. (Lima, 2013, pp. 156-157)

Neste sentido, argumenta Lima (2013), a categoria chave para a análise das práticas antigeopolíticas é a resistência.

Resistência que não se deve confundir com quaisquer outras circunstâncias em condição de exterioridade às relações de poder, mas, antes de tudo, como parte imanente dessas relações mesmas [...] contraface do exercício de poder constituído por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas. (Lima, 2013, p. 158)

Deseja-se, neste trabalho, demonstrar que os filmes produzidos durante as longas ditaduras civil-militares que se instalaram em países latino-americanos, entre os anos 1960 e 1980, são representativos de uma antigeopolítica que se apresentava como possibilidade de resistência às representações do cinema produzido em Hollywood⁸. Como demonstrado por Power e Crampton (2005), os filmes produzidos por Hollywood durante a Guerra Fria estão intimamente conectados à formação de um imaginário geopolítico — com Hollywood em um papel geopolítico já há muito estabelecido e seus filmes como um elemento

⁸ O papel hegemônico dos EUA é retratado em vários artigos que analisam a produção fílmica de Hollywood. Crampton e Power (2005) dão destaque à geopolítica desenhada nos filmes de guerra produzidos durante a Guerra Fria. Scharf (2005) examina o papel dos filmes na construção da identidade nacional na Alemanha Ocidental após o final da Segunda Guerra Mundial. Shapiro (2005) aponta, a partir da análise de filmes *western*, para a emergência de um imaginário geopolítico nativo, observando-se a íntima relação entre cinema e nacionalidade. O *New German Cinema*, analisado por Scharf (2005), oferece uma crítica sobre a forma de contranarrativas nacionais da sociedade na Alemanha Ocidental do pós-guerra, apesar de manter a geopolítica prática e formal da Guerra Fria como pano de fundo.

geopolítico chave (Crampton e Power, 2005, p. 244, tradução nossa⁹).

Desde os anos 1940, os EUA passaram a ser apresentado e representado como o defensor benevolente da “liberdade” e da “democracia” ameaçadas pelo avanço do poder soviético no mundo. Uma verdadeira russofobia teria influenciado na produção de uma série de filmes — *Behind the Iron Curtain*, *I Married a Communist*, *The Red Menace*, *Big Jim MacClain* e *My Son John* — que tratam da infiltração comunista nos EUA e noutras partes do mundo (Power e Crampton, 2005).

[...] o período que vai do final da Segunda Guerra até o início dos anos 1950 viu o cinema nos Estados Unidos se tornar um campo de batalha central para construir e modificar as fronteiras geopolíticas da Guerra Fria e as geografias imaginativas. [...] Os filmes desse período estavam intimamente ligados à formação de novas imaginações geográficas e, nesse sentido, suas imagens formavam uma espécie de mundo geopolítico. (Power e Crampton, 2005, p. 194, tradução nossa¹⁰)

Nestas representações geopolíticas hegemônicas, os filmes são apresentados segundo uma perspectiva que homogeneiza a história, unificando as condições de vida dos diferentes grupos sob o manto da Guerra Fria, do conflito capitalismo-socialismo, das lutas entre Estados nacionais. As realidades particulares dos diferentes grupos sociais e os movimentos de resistência ao padrão dominante são deixados de lado, como demonstrado por Ramos (2015, p. 156) na análise dos filmes produzidos pela Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) — [...] dão a

⁹ Original: “[...] with Hollywood in a long-established hole as geopolitician and film as a Key geopolitical site” (Power e Crampton, 2005, p. 244).

¹⁰ Original: “[...] the period from the end of the Second War through to the early 1950s saw film in the United States become a central battleground for constructing and challenging Cold War geopolitical boundaries and imaginative geographies. [...] Films of this period were intimately connected to the formation of new geographical imaginations and in this sense their imagery formed a kind of geopolitical world” (Power e Crampton, 2005, p. 194).

ver uma cultura e uma visão do mundo divergente daquela que o regime promovia [...]. Gertz e Khleifi (2005) confirmam esta ideia por meio da análise dos *Palestinian "Roadblock Movies"*:

Por um lado, esse espaço é dividido entre famílias, aldeias, gêneros e classes, enquanto, por outro, é unificado em torno de memórias de um passado nacional comum, aquele que precedeu a guerra de 1948 e a criação do Estado de Israel. Esse passado serve como um objeto que, embora perdido, continua a existir nos filmes por meio do espaço nele retratado. (Gertz e Khleifi, 2005, p. 3, tradução nossa¹¹)

Na América Latina, filmes como *Chove Sobre Santiago* (Helvio Soto, 1976), *Das Cinzas... Nicarágua Hoje* (Helena Solberg, 1982), *O Bom Burguês* (Osvaldo Caldeira, 1983), *Cabra Marcado para Morrer* (Eduardo Coutinho, 1985), *Lamarca* (Sergio Rezende, 1994), *O Que é Isso Companheiro?* (Bruno Barreto, 1997), *Kamchatka* (Marcelo Piñeyro, 2002), *Machuca* (Andrés Wood, 2004), *Crônica de uma Fuga* (Adrián Caetano, 2005), *O Dia em que meus Pais saíram de Férias* (Cao Hamburger, 2006), *Condor* (Roberto Mader, 2007), *Dawson Ilha 10* (Miguel Littín, 2009), *Nostalgia da Luz* (Patricio Guzmán, 2010), *Infância Clandestina* (Benjamín Ávila, 2011), *No* (2012), *Memórias do Chumbo, o Futebol nos Tempos do Condor* (Lúcio de Castro, 2012), *O Dia que durou 21 Anos* (Flacio Tavares, 2013), *Olvidados* (Carla Ortiz, 2015), dentre outros, são representativos de um imaginário antigeopolítico que se contrapõe e complementa a representação dominante apresentada pelo cinema de Hollywood.

Cabe destacar que, como apontado por Jeffords (1993), o cinema de Hollywood não têm apoiado apenas as representações geopolíticas dominantes. Através de algumas produções — *Dr.*

¹¹ Original: "On the one hand this space is divided between families, villages, genders and classes, while on the other it is unified around memories of a common, national past, the one that preceded the war of 1948 and the creation of the State of Israel. This past serves as an object that although lost, continues to exist in the films through the depicted space" (Gertz e Khleifi, 2005, p. 3).

Strangelove (1964) e *Full Metal Jacket* (1987) produzidos por Stanley Kubrick, *Three Kings* (1999) dirigido por David O. Russell, e *Platoon* produzido por Oliver Stone — tem também servido como meio de resistência.

Um movimento de rejeição à produção de Hollywood e do Primeiro Mundo, de modo geral, fez emergir, nos anos 1960, uma tendência denominada Terceiro Cinema, termo cunhado pelos diretores argentinos Fernando Solanas e Octavio Getino¹². As expressões Terceiro Cinema ou Cinema do Terceiro Mundo foram utilizadas em referência à cinematografia da América Latina, Ásia e África, além do cinema minoritário de outros países produzido às “margens da estética hollywoodiana” (Prysthon, 2009). Nestes filmes ficavam evidentes a construção da identidade nacional e o comprometimento com a transformação social¹³.

A principal característica do Terceiro Cinema não é tanto onde ele é feito, ou mesmo quem o faz, mas, principalmente, a ideologia que defende e a

¹² Cunhado na década de 1960 pelos cineastas argentinos Solanas e Getino, membros do Grupo Cine Liberación, esta expressão se referia a um “projeto ideológico, ou seja, um conjunto de filmes que aderiram a um determinado programa político e estético, sejam eles ou não produzidos pelos próprios povos do Terceiro Mundo” (Shohat e Stam, 2006, p. 59). Desse modo, a expressão poderia ser utilizada, segundo os autores, em referência a um conjunto de filmes produzidos: pelo ou para os povos do Terceiro Mundo (onde quer que eles estejam); por qualquer país sobre os povos do Terceiro Mundo quer os filmes sigam ou não os princípios do Terceiro Cinema; que apresentem uma visão ao mesmo tempo “de dentro” e “de fora” reunindo produções que ao mesmo tempo utilizam e questionam as convenções do Terceiro Cinema.

¹³ *Les Damnés de la terre* (*Os Condenados da Terra*), de Frantz Fanon (1961) é considerada uma obra precursora do chamado cinema do Terceiro Mundo ligada aos movimentos sociais de 1968. “Um chamamento de luta, de violência, de uma relativa rejeição dos cânones “ocidentais”: uma tentativa de livrar-se de certas concepções de cultura, sociedade, história, política [...]. A sua influência deve-se tanto à sua teorização sobre descolonização e violência, a sua apreensão do espírito da época e à denúncia antiimperialista que ele inspira, como a sua capacidade de pensar essa descolonização como construção violenta sim, mas com fins utópicos” (Prysthon, 2009, p. 80).

consciência que exhibe. O Terceiro Cinema é aquele cinema do Terceiro Mundo que se opõe ao imperialismo e à opressão de classe em todas as suas ramificações e manifestações. (Dixon e Zonn, 2005, p. 293, citado em Gabriel, 1982, tradução nossa¹⁴)

Nestes continentes, difundiam-se estudos que apontavam para as mazelas sociais geradas pelo capitalismo e reconheciam os limites da modernidade, apontando para a necessária busca de uma identidade terceiro-mundista que colaborava para solapar a representação hegemônica ocidental dominante nos “filmes do Primeiro Mundo”. Tais concepções, baseadas no reconhecimento dos limites do capitalismo para o Terceiro Mundo, iriam influenciar as temáticas tratadas nos “filmes do Terceiro Mundo”: pobreza e violência no cotidiano das metrópoles miseráveis, colonização, formação de nações independentes etc.

Marcado por um “tom politicamente engajado explícito, a estética da fome e a técnica propositamente limitada, no Terceiro Cinema os destituídos são colocados no centro. A atitude é de rebeldia e não apenas a rebeldia estética, mas a rebeldia política e de ação social”. (Prysthon, 2009, pp. 83-88)

O desmoronamento do projeto utópico dos anos 1960 e 1970 resultaria num afastamento da estética geopolítica terceiro mundista, resultando na redução deste tipo de produção e na negação da expressão Terceiro Cinema¹⁵. A expressão voltaria a

¹⁴ Original: “*The principal characteristic of Third Cinema is really not so much where it is made, or even who makes it, but, rather, the ideology it espouses and the consciousness it displays. The Third Cinema is that cinema of the Third World which stands opposed to imperialism and class oppression in all their ramifications and manifestations*” (Dixon e Zonn, 2005, p. 293, citado em Gabriel, 1982).

¹⁵ Deve-se ressaltar, como demonstrado por Prysthon (2009), que a partir dos estudos culturais e do pós-colonialismo, a própria noção de Terceiro Mundo, seria questionada do ponto de vista teórico como categoria unificada e indivisível.

ser utilizada apenas nos anos 1990, acompanhando as novas tendências de valorização do “ex-cêntrico”, do periférico, do marginal, com efeitos sobre a produção cinematográfica nestes países. A estética geopolítica que se desenhava era, contudo, distinta daquela terceiro mundista, pois estabelecia novos paradigmas, simultaneamente globais e locais, integrados ao modelo capitalista global, inaugurando a perspectiva do chamado World Cinema¹⁶ (Prysthon, 2009).

Jameson (1995), em sua análise do filme *The Perfumed Nightmare* (de Kidlat Tahimik 1976), considerado um clássico do Terceiro Cinema, faz uma crítica contundente ao Terceiro Cinema. Para o autor, um filme produzido no Terceiro Mundo não representa apenas este espaço em suas dimensões particulares. Articula-se, através do uso de técnicas, símbolos etc. ao espaço global. Também não apresenta uma leitura própria da estética do Primeiro Mundo, podendo, muitas vezes, enfraquecer concepções baseadas na hegemonia cultural do ocidente, em particular dos EUA.

¹⁶ “[...] se do ponto de vista teórico parece evidente que um dos elementos mais essenciais no campo cultural, nas últimas décadas do século XX, é o descentramento — em vários sentidos e não apenas no territorial (descentramento do sujeito e das identidades provocado pela fragmentação social, descentramento geográfico facilitado pelo desenvolvimento tecnológico e descentramento cultural favorecido pelas tendências multiculturalistas e pelos diálogos interculturais que se intensificam a partir da década de 1980 —, o impacto da gama de processos que redimensiona o papel da periferia, das margens e do Terceiro Mundo na história e na teoria vai ser igualmente indiscutível no estabelecimento e consolidação de estéticas cinematográficas alternativas. O cinema periférico tem emergido nos últimos anos como uma espécie de moda cultural dos grandes centros. [...] Este lugar de destaque — conquistado sobretudo a partir do final da década de 1990 e início dos 2000 com filmes como *O Balão Branco* (Jafar Panahi, 1995, Irã); *Central do Brasil* (Walter Salles, 1998, Brasil), *Amores Brutos* (Alejandro González Iñárritu, 1999, México), *Nove Rainhas* (Fabián Bielinsky, 1999, Argentina), *Amor à flor da Pele* (Wong Kar-Wai, 2000, Hong Kong) — não é definido por uma unidade estética ou temática (embora possamos agrupar algumas recorrências, evidentemente, ao longo das duas últimas décadas), mas sim pela vaguíssima possibilidade de redelineamento da noção de Terceiro Cinema através do termo *World Cinema* e do conceito de multiculturalismo (Prysthon, 2009, p. 85).

Para Jameson (1995), um filme carrega, ao mesmo tempo, na sua construção, o “mapeamento cognitivo”¹⁷ de mundo de seu diretor, mas tem sua compreensão marcada pela leitura cognitiva de cada espectador. O imaginário geopolítico construído no Primeiro Mundo sobre o Terceiro Mundo, pode não ter nada em comum com aquele concebido pelo Terceiro Mundo sobre o Primeiro e sobre si mesmo. Um filme, como demonstrado por Jameson (1995), opera, portanto, segundo duas estéticas geopolíticas ligadas à sua produção e consumo.

Os anos 1960 e 1970, marcados pelas representações terceiro mundistas, pela contracultura e outros movimentos sociais e políticos, teriam fornecido, de acordo com Jameson (1995), as condições para a construção de uma “estética geopolítica” particular. Porém, o autor irá argumentar que não existe Terceiro Cinema, assim como não existe Primeiro nem Segundo¹⁸, mas que se pode falar no Cinema do Terceiro Mundo (*The World Cinema*), impondo à análise crítica a consideração do contexto socioespacial na qual o filme foi produzido e as interconexões dialéticas entre os espaços mundiais. O filme *Missing*, que será analisado, serve como exemplo destas proposições. Produzido em Hollywood, foi rodado no México, pois o Chile ainda se encontrava sob o governo do ditador Augusto Pinochet, e dirigido por Costa-Gavras um cineasta francês (de origem grega) representante do chamado cinema político.

Depreende-se do acima exposto que cada modo particular de ver o mundo está relacionado a uma imaginação geopolítica.

¹⁷ Original: “*Though particular cultural texts, such as film, may not provide such critical comments directly, and may even promote a bourgeois ideology, they articulate a link between the individual and the social, and so allow for the everyday person to evaluate the prevailing political economic landscape and recognize their position within it, even if unconsciously so. It is this fumbling towards realization through the realm of the cultural that Jameson terms ‘cognitive mapping’*” (Dixon, 2005, p. 296).

¹⁸ Original: “*First Cinema consists of an industrialized Hollywood film industry, while Second Cinema consists of European art-house films*” (Solanas e Getino, 1969, citado em Dixon, 2005, p. 313).

Por isto, Ó Tuathail e Dalby (1998) propõem que a análise crítica deve distinguir entre uma geopolítica formal, prática, e uma geopolítica popular, reconhecendo-se a produção de imaginários geopolíticos diferentes, mas complementares. A geopolítica formal, prática diz respeito à dimensão oficial, aquela construída, principalmente, pelos Estados e por suas elites dominantes. A geopolítica popular tem relação com aquilo que Power e Crampton (2005) identificam como sendo as representações populares da política (*popular representations of the political*) ou à imaginação geopolítica das pessoas comuns (Dell'Agnese, 2005).

Abordagens mais tradicionais da geopolítica concentraram-se nas mentiras e pronunciamentos de líderes políticos e seus conselheiros acadêmicos. Mais recentemente, alguns teóricos consideraram a cultura popular uma importante fonte de informação. (Sharp, 2005, p. 360, tradução nossa¹⁹)

Utilizando os exemplos das informações disponibilizadas ao governo estadunidense pela CNN durante a Guerra do Golfo e da ação da CIA sobre seus agentes, estimulada pela história do filme *Sob o Domínio do Mal* (1962), *The Manchurian Candidate*, Sharp (2005) demonstrou a influência da cultura popular nas práticas dos Estados.

Ao mesmo tempo em que reconhece que a cultura popular está entrelaçada com as visões políticas formais, o autor dá destaque aos efeitos das práticas formais sobre o imaginário geopolítico popular. Toma, para isto, como referência artigos da revista *Readers Digest*, que apresentam a seus leitores a vulnerabilidade dos EUA a um ataque da URSS a partir de argumentos geopolíticos dos EUA, e jogos de computadores como o *Ameri-*

¹⁹ Original: "More traditional approaches to geopolitics have concentrated upon the writings and pronouncements of political leaders and their academic advisers. More recently, some theorists have considered popular culture to be an important source of information" (Sharp, 2005, p. 360).

ca's 10 Most Wanted (2004) que convida o participante a um desafio patriótico na caçada a inimigos, como Osama Bin Laden e Saddam Hussein.

As narrativas sobre o território e a identidade emergem, então, da arena formal da política, mas, também, as mídias (filmes, revistas, jogos de computador). Mas essas esferas não são separadas: um conhecido âncora de notícias empresta efeitos de realidade aos jogos, enquanto os roteiristas e diretores de enredos de filmes são consultados pelo Estado para sugestões sobre possíveis cenários futuros. Em última análise, o filme influencia a situação política que inicialmente procurou refletir. O presidente Reagan sugeriu com entusiasmo, depois de ver *Rambo First Blood* parte II (1985), que da próxima vez que americanos fossem feitos reféns no Oriente Médio, ele saberia o que fazer a respeito. Mais recentemente, Der Derian (2002, p. 27) relatou que especialistas em inteligência do governo americano “têm solicitado secretamente cenários terroristas dos principais cineastas e escritores de Hollywood”. (Sharp, 2005, p. 361, tradução nossa²⁰)

Elena Dell'Agnese (2005) analisou as diferentes conotações que o cinema de Hollywood tem dado à questão da fronteira México-Estados Unidos, assumindo que estas conotações são formas correntes de expressão do discurso geopolítico.

²⁰ Original: “The narration of territory and identity then emerges from the formal arena of politics but also through spaces of media (movies, magazines, computer games). But these spheres are not separated: the well-known news anchorman lends reality effects to games, while movie plot writers and directors are consulted by the state for suggestions on possible future scenarios. Ultimately the film influenced the political situation that it initially sought to reflect. President Reagan suggested enthusiastically after seeing *Rambo: First Blood Part II* (1985) that the next time American hostages were taken in the Middle East he would know what to do about it. More recently, Der Derian (2002, p. 27) has reported the American government intelligence specialists ‘have been secretly soliciting terrorist scenarios from top Hollywood filmmakers and writers’” (Sharp, 2005, p. 361).

De uma perspectiva geopolítica crítica, a fronteira cinematográfica pode ser definida como uma prática representacional, uma forma popular de expressão de um discurso geopolítico relativo ao papel e à posição dos EUA em relação ao seu vizinho do sul. Ao analisar essa prática, é possível desvelar os pressupostos que estão na raiz desse discurso. (Dell'Agnese, 2005, p. 218, tradução nossa²¹)

A antigeopolítica, o imaginário geopolítico de resistência e a geopolítica popular constituem-se como o referencial teórico principal para os fins da análise aqui proposta a qual centrará sua atenção, como já indicado, na análise de filmes que retratam movimentos de resistência à presença geopolítica dos EUA na América Latina.

DITADURA E GEOPOLÍTICA DE RESISTÊNCIA NO CINEMA NA AMÉRICA LATINA

Importante área de influência dos EUA, a América Latina foi, durante a Guerra Fria, tratada na política externa estadunidense como uma região vulnerável à expansão de grupos de esquerda e, portanto, sujeita ao avanço do comunismo e do poder soviético. Influenciados pela Revolução Cubana de 1959, alguns países latino-americanos transformaram-se num palco de lutas entre a esquerda revolucionária apoiada pela URSS e grupos de direita financiados pelos EUA.

Marcada por profunda desigualdade, a América Latina viu se ampliarem as demandas por mudanças estruturais. Emergiram grupos de esquerda e movimentos populares que, apoiados nos ideais socialistas²², levaram ao poder líderes que prometiam

²¹ Original: "From a critical geopolitics' perspective, the cinematic border can be defined as a representational practice, the popular form of expression of a geopolitical discourse pertaining to the role and standing of the US relative to its southern neighbor. By analyzing this practice, it is possible to reveal the assumptions at the root of this discourse" (Dell'Agnese, 2005, p. 218).

²² A maior parte dos estudos, contudo, não reconhece nos governos de

a democratização no acesso à moradia, educação, saúde etc. Estavam dadas as condições para a difusão da imagem de insegurança política, social e econômica na região.

O equilíbrio de poder que garantia o *status quo* das elites nacionais via-se, nestas condições, profundamente ameaçado, provocando a rápida reação das elites nacionais apoiadas por militares e lideranças dos EUA. A política externa norte-americana tratou de projetar no imaginário latino-americano os marcos da Guerra Fria e de ampliar seus mecanismos de intervenção direta e indireta naqueles países.

Extrapolando a leitura da Guerra Fria, a América Latina, durante os anos 1960 e 1970, foi vista como palco para a expansão da influência soviética, o que justificou o virulento anticomunismo presente no ideário dos setores dominantes locais. Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a ideia de que socialismo e democracia eram incompatíveis. Outra associação identificou as organizações revolucionárias e os partidos políticos de esquerda com o fenômeno terrorista. A força dessa relação se expressaria, mais tarde, na afirmação da embaixadora dos EUA na ONU, Jeane Kirkpatrick.

As revoluções são feitas com os fuzis dos terroristas. [...] Assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da ideia de que havia uma “guerra interna” a ser enfrentada. [...] todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos “defen-

esquerda instalados na América Latina, naquele período, uma via para o socialismo. Mesmo a chamada “via chilena”, considerada uma referência para grupos de esquerda de outros países, foi, como demonstrado por Aggio (2008, p. 79), “[...] tão somente uma ilusão reformista [...] mesmo entre aqueles que compartilhavam e defendiam a proposta de Allende, foram poucos os que reconheceram que ali se ensaiava uma perspectiva nova de se propor a construção do socialismo”. No Brasil, o governo João Goulart, deposto pelo golpe militar, apesar de associado ao movimento popular, teve uma atuação antipopular. Priorizando o restabelecimento das condições necessárias ao aumento da rentabilidade dos investimentos, atuou na repressão das reivindicações das massas (Marini, 1965).

sores” da unidade nacional e do “mundo livre”. (Padrós, 2008, pp. 146-147)

A motivação político-ideológica colaborava ainda para dar sustentação aos objetivos de norte-americanização da economia mundial, estabelecidos pelas diretrizes do Acordo de Bretton Woods e do Plano Marshall, garantindo aos EUA a supremacia no mundo capitalista.

Nos países latino-americanos, tal projeto seria assegurado pelas Doutrinas de Segurança Nacional assentadas sobre a ideia da incapacidade do Estado de autodefender-se pela via democrática — “la democracia es un camino abierto para que las que llama doctrinas subversivas conquisten democráticamente el poder” (Padrós, 2008, p. 149, citado em Vades e Tápia, 1980, p. 30). Governos democráticos alinhados às ideias de esquerda representavam uma ameaça objetiva aos interesses estadunidenses no subcontinente.

Com a ajuda dos EUA, seria, então, implementado, no início dos anos 1960, um programa de intervenção voltado à criminalização dos movimentos sociais e à desmobilização das organizações sociais. Incluindo o fornecimento de equipamentos, ajuda econômica e envio de assessores especializados os quais iriam contribuir para a maior eficiência dos aparatos envolvidos no combate à “subversão comunista” (Padrós, 2008). Ressalta-se que, de acordo com os princípios da Doutrina Monroe, um dos principais pilares da política externa estadunidense para a América Latina, um núcleo de Estados relativamente estáveis e com recursos de poder, notadamente Argentina, Brasil e Chile, poderiam ser invocados a manter a estabilidade na porção sul do continente e, paralelamente, garantir a primazia dos EUA no subcontinente (Teixeira, 2014). Ainda, deve-se destacar que, durante a Guerra Fria, às Forças Armadas era atribuída a função de “tutores da Nação, guardiões da ordem e da civilização cristã face ao perigo comunista” (Reis Filho, 2010, p. 181).

Forja-se, desse modo, um imaginário geopolítico hegemônico que imputava às lideranças militares a tarefa de combater os

movimentos populares e, desse modo, conter o do avanço do comunismo na América Latina, justificando-se, a necessidade e urgência da tomada do poder. Golpes militares, que contaram com o apoio dos EUA e grande apoio de parte da população, sucederam-se na região: Guatemala e Paraguai, em 1954; Brasil, em 1964; Peru, em 1968; Chile e Uruguai, em 1973; Argentina, em 1976; República Dominicana, em 1978; Nicarágua, em 1979; e Bolívia, em 1982.

Como proposto anteriormente, buscando oferecer uma contribuição para ampliar os debates sobre a relação entre a geopolítica e o cinema, tomamos como objeto de análise deste artigo as representações contra-hegemônicas acerca deste período histórico apresentadas em filmes produzidos à época. Dentre as várias produções que nos possibilitam reconhecer a construção de um imaginário geopolítico de resistência na América Latina foram selecionados três filmes que atendessem aos seguintes critérios: integram o grupo de filmes denominado de Cinema do Terceiro Mundo; seu lançamento coincide com o período de abertura política; tiveram grande repercussão entre o grande público. O processo de seleção foi guiado ainda, como proposto por Inga Scharf (2005, p. 382, tradução nossa²³), “com o objetivo de escolher filmes cujas estratégias narrativas os identifiquem como ‘críticas visuais’ e ‘textos geopolíticos’, que iluminam ou mesmo subvertem práticas políticas particulares”. São analisados, a seguir, os filmes *Pra frente, Brasil*, *Missing* e *A História Oficial* que apresentam, respectivamente, as ditaduras civil-militares do Brasil, Chile e Argentina.

No Brasil, a ditadura se prolongou por mais de vinte anos, 1964 a 1988²⁴, sucedendo-se no poder cinco presidentes milita-

²³ Original: “...by the aim to choose films whose narrative strategies identify the latter as ‘visual critiques’ and “geopolitical texts”, which illuminate or even subvert particular political practices...” (Scharf, 2005, p. 382).

²⁴ Não há consenso sobre o fim da ditadura no Brasil. Para alguns estudiosos, este teria ocorrido em 1985 com a eleição do primeiro presidente civil. Para outros, em 1988 com a aprovação da nova Constituição. E há ainda aqueles, como o historiador Daniel Aarão, que defendem que o fim da ditadura teria

res. Os problemas econômicos (inflação, retração do PIB etc.), a proliferação de movimentos grevistas e a cisão do pacto de governo durante o período João Goulart, 1961 a 1964, teria motivado o golpe. Grupos de direita, apoiados pelos militares, sustentavam a tese de que havia uma orientação comunista no governo Goulart. Sob efeito das reformas de base anunciadas por Goulart, este foi, segundo Reis Filho (2010), um período de grande efervescência política.

Aquelas reformas, caso empreendidas, revolucionariam a sociedade brasileira. Alas mais radicais do movimento não se privariam de dizer que as reformas viriam “na lei ou na marra”. [...] É necessário aí recuperar o contexto da época, marcado pela Guerra Fria e pelo advento vitorioso de revoluções armadas — Cuba, em 1959, Argélia, em 1962 —, sem falar na crescente afirmação de movimentos de libertação nacional na África e na Ásia (guerra do Vietnã). Parecia reatualizar-se a frase de Brecht formulada nos sombrios anos do nazismo e da II Guerra Mundial: “era um tempo de guerra, um tempo sem sol”, animando os partidários de enfrentamentos decisivos e violentos. (Reis Filho, 2010, p. 175)

Com o objetivo de controlar os movimentos de esquerda, organizaram-se associações que representavam a elite brasileira na sua luta contra o governo de João Goulart. Estes grupos e até mesmo governantes recebiam apoio financeiro dos EUA²⁵ e contavam com o apoio de militares, da Igreja Católica e de grande parte da classe média brasileira. O país vivia um clima de radicalização política.

ocorrido em 1979, com o fim dos Atos Institucionais, o restabelecimento das eleições e da livre organização partidária sindical, além da restituição da liberdade de imprensa.

²⁵ Estimulados e apoiados pelos EUA, tendo à frente o embaixador Lincoln Gordon, foram concedidos empréstimos destinados a “sustentar a democracia”. O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, recebeu, entre 1961 e 1963, 71 milhões de dólares de agências oficiais dos EUA (Marinil, 1965).

O golpe obteve grande apoio popular, sobretudo das camadas média e alta dos grandes centros urbanos, a exemplo da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e da Marcha da Vitória — “quinhentas mil pessoas em São Paulo [...] um milhão no Rio de Janeiro [...] Não houve cidade grande que não tivesse a sua marcha, sem contar muitas cidades médias e pequenas. (Reis Filho, 2010, p. 174)

Em 1 de abril de 1964 foi declarada vaga a presidência do Brasil e constituído um governo provisório, ilegítimo, reconhecido pelos EUA. Suspensa a Constituição, as forças armadas tomaram o poder no país. Aspecto central da representação geopolítica hegemônica apresentada à nação, o golpe militar seria definido como uma revolução ou uma “contra-revolução preventiva” (Marini, 1965).

En efecto, si realizamos la interpretación simplista que quiere ver en el golpe de abril una acción exterior a la realidad brasileña, no pretendemos negar la existencia y la importancia de la influencia norteamericana en los acontecimientos, no solo, como señalamos, por la actuación de la Embajada de los Estados Unidos, en Río, y por la de organismos como el IBAD, sino también por la política de vinculación de las fuerzas armadas de Brasil a la estrategia del Pentágono. [...] A través de un centro de irradiación — la Escuela Superior de Guerra, a la que pertenecen Castelo Branco y otros jefes militares del actual régimen — se difundieron teorías como la de la “agresión comunista interna” y la de la “guerra revolucionaria”, creadas por los franceses en la campaña de Indochina. (Marini, 1965, p. 5)

A repressão política aos movimentos sociais foi a principal marca dos governos militares. Organizações populares foram fechadas, interventores tomaram os sindicatos, líderes de trabalhadores urbanos e rurais foram perseguidos, presos, torturados e assassinados. A censura aos meios de comunicação, ao ensino nas escolas e universidades foi radicalizada. Os partidos de esquerda foram colocados na ilegalidade e os presidentes passaram a ser escolhidos indiretamente.

Nem mesmo figuras públicas foram poupadas. O deputado Rubens Paiva que, num discurso proferido por rádio defendeu a legalidade do presidente Goulart e denunciou o golpe militar como uma farsa, teve seu mandato cassado, vindo, mais tarde, a integrar a lista de pessoas desaparecidas durante o regime militar.

Externamente, o Brasil tornava-se prioridade nas concessões de crédito e investimentos pelos EUA. E o crescimento econômico era apresentado como uma estratégia para a contenção dos movimentos sociais no país.

Dentro del cuadro que presenta la América Latina, las clases dominantes brasileñas, respaldadas por los Estados Unidos y por las oligarquías latinoamericanas, podrán frenar por algún tiempo la explosión de los conflictos sociales que maduran en Brasil, pero no habrá medios de pos-tergar indefinidamente su caída, si no logran abrir nuevas perspectivas de desarrollo económico y social a las grandes masas, si no pueden iluminar el horizonte sombrío que les presenta hoy el porvenir. (Marini, 1965, p. 5)

O golpe militar e o Milagre Econômico²⁶, contudo, não seriam suficientes para deter a atuação de grupos opositores ao regime militar. No lugar dos partidos de esquerda retirados, à força, do debate político, emergiram movimentos revolucionários armados que se opunham ao regime militar e ao sistema capitalista. A atuação de um destes grupos, o MR8, foi retratada no livro e no filme homônimo “*O Que é Isso Companheiro?*”.

Desenvolveram-se então, reforçando-se, organizações e partidos revolucionários favoráveis à luta armada que as circunstâncias, segundo eles, haviam imposto como alternativa inevitável. Mas não queriam apenas derrotar a ditadura. Pretendiam destruir o capitalismo como sistema. Aliás, entre ditadura e capitalismo estabeleciam íntima e indissociável conexão. [...] Foram então elaborados audaciosos projetos, implementa-

²⁶ O termo “Milagre Econômico” faz referência ao crescimento econômico registrado no Brasil entre 1969 e 1973.

dos por guerrilhas urbanas e focos guerrilheiros rurais. (Reis Filho, 2010, p. 175)

Manifestações e organizações, publicações em jornais e revistas, letras de músicas etc. traduziam a insatisfação de parcela da população com as restrições à democracia no país. Nelas desenvolviam-se uma geopolítica de resistência às representações hegemônica. Como demonstrado por Reis Filho (2014, p. 8), “a sociedade fora silenciada pela força e pelo medo da repressão, mas resistira”.

Ao final dos anos 1970, os movimentos de resistência aprofundaram-se. Parte significativa da população, incluindo grupos que haviam apoiado o golpe, passaram a lutar pela redemocratização do país. Apesar dos grupos opositores ao regime militar não possuírem uma agenda comum, a luta pelo respeito aos direitos humanos e justiça social forçou os governantes a organizarem uma transição para a democracia. A Lei da Anistia, aprovada em 1979, estabeleceu os caminhos para a restituição da vida democrática no país.

É neste contexto que a produção cinematográfica amplia gradualmente seu alcance. O lançamento do filme *Pra frente, Brasil*, em 1981, coincidiu com o início do processo de abertura política. Tratava-se, de um momento de transição, mas que mantinha os militares no poder e a censura aos meios de comunicação.

De acordo com informações de Leonor Souza Pinto (2005), coordenadora do projeto *Memória da Censura no Cinema Brasileiro*, a censura ao cinema era menos incisiva do que a do teatro e do rádio devido ao alcance do setor fora do país. “Nosso cinema, detentor de reconhecimento e prestígio internacional, principalmente europeu, serviria — acreditavam os militares — para conferir ao Brasil no exterior, uma fachada de normalidade institucional” (Pinto, 2005, p. 5).

Recebido com grande euforia pelo público presente ao Festival de Gramado (o mais importante festival do cinema brasileiro), o filme foi naquele mesmo dia proibido pela censura, ape-

sar dos esforços do diretor Roberto Farias em construir uma narrativa que não deixava evidentes a participação dos militares durante a ditadura. Farias tinha sido diretor da empresa estatal responsável pelo financiamento e liberação dos filmes brasileiros, a EMBRAFILME, e conviveu, nessa época, com o controle imposto pelo governo militar através de seu Sistema Nacional de Informação (Farias, 2005). O parecer da Divisão de Censura da Polícia Federal indicava que “a obra provocava incitamento contra o regime, a ordem pública, as autoridades e seus agentes”²⁷. A censura a seu filme foi, para o diretor, uma prova de que a ditadura ainda não tinha terminado.

Penso que um país que caminha para a democracia, firmemente conduzida pelo Presidente Figueiredo, que reiterou diversas vezes essa intenção, não deve temer o filme. Pra frente, Brasil não é um incitamento à derrubada da ordem vigente, pelo contrário. É um filme contra a violência, e acredito que todos os brasileiros sejam contra a violência. Somente por essa razão é que se caminha para uma democracia. (Roberto Farias para o *Jornal do Brasil*, 1982)

Nos primeiros anos do regime militar, as medidas de censura à produção cinematográfica se concentraram no uso de palavrões e nas cenas de sexo, mas gradualmente se estenderam às questões políticas. De acordo com Leonor Pinto (2005):

A partir de 1968, e durante toda a década de 1970, sufocado pela censura, o cinema nacional será obrigado a recorrer à metáfora como única forma de tentar dizer o que não era permitido”. [...] Aos que não assimilaram a metáfora, mas perceberam não ser mais possível a linguagem direta, a opção era a mudança temática. É o caso de Roberto Farias que... fará três filmes de aventura... antes de retornar às origens, em 1981, com *Pra frente, Brasil*. (Pinto, 2005, p. 16)

²⁷ *Jornal do Brasil*, 6 de abril de 1982. www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=7896

Apesar de amenizada, no final dos anos 1970, a censura foi mantida com nova estratégia. Os filmes considerados “inadequados” tinham sua liberação retardada. O filme de Roberto Farias ficou retido por 8 meses para avaliação. Segundo a diretora do Serviço de Censura, “o problema não era uma sequência ou outra, mas o filme inteiro” (Pereira, 2014). Pra frente, Brasil foi liberado sem cortes, mas sob a condição de incluir um prólogo: “Esse filme se passa durante o mês de junho de 1970, num dos momentos mais difíceis da vida brasileira. Nessa época, os índices de crescimento apontavam um desempenho extraordinário no setor econômico. No político, no entanto, o governo empenhava-se na luta contra o extremismo armado. De um lado, a subversão da extrema esquerda, de outro, a repressão clandestina. Sequestros, mortes, excessos. Momentos de dor e aflição. Hoje uma página virada na história de um país que não pode perder a perspectiva do futuro. Pra Frente, Brasil é um libelo contra a violência” (por Roberto Farias, no prólogo do filme).

O filme, lançado em fevereiro de 1983, narra a história de Jofre, um cidadão comum, que é confundido com alguém potencialmente subversivo durante o governo de Ernesto Garrastazu Médici (1969-1974), momento de maior recrudescimento político²⁸. O táxi compartilhado, por acaso, pelo personagem e um militante político, morto no incidente, é cercado e Jofre é sequestrado por uma milícia clandestina. Uma das preocupações do diretor Roberto Farias estava exatamente em mostrar que a violência do regime militar poderia atingir qualquer pessoa, mesmo aquelas que se diziam ‘apolíticas’, caso do personagem Jofre retratado em uma das cenas do filme.

²⁸ Como observado por Reis Filho (2010), apesar de o governo Médici ter sido o período de maior recrudescimento da repressão, o regime militar contava com altos índices de popularidade o que se refletia na expressiva votação obtida pela ARENA, partido do governo.

Com que direito? Com que direito, meu Deus? O que é que eu estou fazendo aqui? Eu sempre fui neutro, apolítico. Nunca fiz nada, nunca fiz nada contra ninguém. Eu não sou dos que são contra. Eu sou um homem comum, eu trabalho, tenho emprego, documentos, tenho mulher, tenho filhos, pago imposto. Ninguém tem o direito de fazer isso comigo. Logo comigo...? E os meus direitos? Uma coisa dessas não se faz, com ninguém... com ninguém. (Transcrito de uma cena do filme *Pra frente, Brasil*)

Jofre, sua mulher e irmão representam a classe média que viveu os tempos da ditadura, agindo como se não houvesse repressão, porém também vulnerável a ela. Do mesmo modo como acontece noutros filmes analisados neste capítulo, em *Pra frente, Brasil* é dado destaque à alienação de parte da sociedade civil brasileira. Em uma cena, a mulher de Jofre declara desconhecer a existência de censura, de tortura e, mesmo, de uma guerrilha antigolpe. Alguns estudos demonstram que alguns segmentos da sociedade apoiaram abertamente o regime militar, como o empresariado urbano, os grandes proprietários rurais e grupos conservadores da Igreja Católica. Outros, no entanto, como foi o caso de grande parcela da população brasileira “manteve-se quase sempre inerte e distanciada da política nacional” (Napolitano, 2014, p. 10).

No filme, o diretor não acusava diretamente os militares. A prisão e tortura de Jofre são realizadas por grupos que, aparentemente, não têm ligação com o governo militar, contudo, há indicações de que os militares agiam de forma conveniente ou até mesmo conivente. Em uma das cenas, os torturadores não são apresentados como militares, mas em seus carros aparecia o adesivo “Brasil: ame-o ou deixe-o”, à época comumente encontrado nas viaturas de polícia.

O personagem Jofre teria sido inspirado na história real de um militante da esquerda revolucionária, Ricardo Zaratini. Ricardo era irmão do ator Carlos Zara, que interpreta o torturador Dr. Barreto, um personagem violento e sarcástico que busca informações sobre militantes da extrema esquerda. Além

disso, as seções de tortura são realizadas em uma fazenda, numa referência à Fazenda 31 de Março localizada na periferia da cidade de São Paulo onde várias pessoas foram torturadas durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Ninguém podia prever com exatidão, o que estava se passando nas prisões brasileiras. Todos nós, em diferentes níveis estávamos estupefatos. Por mais que nós enviássemos bilhetes da cadeia, por mais que colecionássemos histórias escabrosas, não conseguiríamos apreender aquele processo em sua complexidade, antes de vivê-lo na carne. Preparávamos álibis, escrevíamos manuais sobre o comportamento na tortura, antevíamos nossas fraquezas e qualidades, mas, no fundo, fomos surpreendidos com o que vimos no interior dos quartéis. Eram gigantescos os mecanismos montados para nos destruir. Às vezes, antes de dormir, dizia a mim mesmo que nos tratavam como prisioneiros de guerra. Mas era apenas um consolo. E daí? E se fossemos prisioneiros de guerra vindos de outro país, de outro planeta. Uma civilização que tratava dessa forma seus prisioneiros de guerra precisaria ser repensada de alto a baixo. (Fon, 1979, p. 15, citado em Martins Filho, 2001, p. 185)

Misturam-se no filme cenas da tortura de Jofre e da busca de sua mulher e de seu irmão por notícias com cenas das comemorações da vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970. O governo Médici é reconhecido por estudiosos como aquele que procurou mais intensamente estabelecer o vínculo entre o futebol e a política. Era o período do Milagre Econômico que, a base de crédito fácil, permitiu a comercialização em massa de aparelhos de televisão. Além da participação de militares na comissão técnica, o presidente teria sido diretamente responsável pela substituição do técnico da Seleção brasileira de futebol.

O título do filme é uma menção direta ao hino oficioso do governo Médici, em que se embalou a campanha vitoriosa da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970. Inclusive, o cartaz do filme traz uma ironia crítica à

expressão “Pra Frente, Brasil” ao escrever “Brasil” ao contrário, de trás para frente, e com as letras em posição invertida [...]. (Pereira 2014, p. 32)

Neste período, de acordo com Agostino (2002), a Assessoria Especial de Relações Públicas²⁹ empreendeu um grande esforço no sentido de transformar o presidente Médici no torcedor número um da nação e de vincular as vitórias da Seleção à imagem de Brasil-Potência que o governo procurava difundir.

O ambiente que precedeu a Copa do Mundo em 1970 fornece o melhor exemplo de como o futebol foi usado para emprestar legitimidade política ao governo. Depois da época de impopularidade seguinte à intensificação da repressão em 1968, o presidente general Garrastazu Médici começou a angariar a simpatia popular assistindo aos jogos do Flamengo quase semanalmente e participando pessoalmente na escolha da seleção e no treinamento da equipe nacional. [...] Quando a seleção, finalmente, venceu a Copa, a equipe voou diretamente do México para Brasília, onde foi pessoalmente recepcionada por Médici no Palácio do Planalto. Dois dias de celebração nacional [...] marcaram o campeonato como uma afirmação das aspirações brasileiras à grandeza e também como a consagração e vitória do regime militar. (Branco, 2006, p. 212)

O futebol é retratado no filme com um instrumento utilizado politicamente para reforçar as representações hegemônicas. Em seu momento final, misturam-se cenas da comemoração da vitória da seleção brasileira de futebol na final da Copa do Mundo àquelas da fuga de Marta com seus filhos e do confronto entre militantes de esquerda e integrantes de um grupo paramilitar, dando visibilidade às lutas e movimentos de resistência e às situações particulares da vida social durante a ditadura civil-militar no Brasil.

²⁹ A AERP era um órgão do Governo Federal responsável por produzir e difundir materiais que enaltecessem as conquistas do Brasil. Produziu inclusive canções que fizeram parte da cartilha de colégios e eram cantadas pelos alunos.

No período haviam sido intensificadas as medidas de censura prévia, definida pelo Decreto Lei 1.077, de 26-01-1970, o que pode ser identificado em várias passagens do filme: nas cenas em que se evidenciam a existência de escutas telefônicas, que acabam por envolver um amigo de Jofre e torná-lo mais uma vítima do grupo de torturadores; e nas referências à omissão dos jornais quanto ao desaparecimento de Jofre.

Marta: Tenho comprado os jornais todo os dias. Como é que duas pessoas morrem e os jornais não falam nada?

Amiga: Às vezes é a própria polícia que não deixa.

Marta: E eles podem fazer isso?

Miguel: Censura, Marta! Dizem que estão preparando luta armada. É, luta armada. Por que é que não sai nos jornais? Ai, Rubens, a Marta pensa que nós estamos na Suíça. (Transcrito de uma cena do filme *Pra frente, Brasil*)

Apesar de não se afirmar que exista uma relação dos torturadores com as instituições do Estado, o envolvimento das autoridades é sugerido em algumas passagens do filme. As informações desconstruídas fornecidas pela polícia sobre o paradeiro de Jofre, abalando a crença de Miguel e de Marta nas instituições políticas e no regime militar, nos servem como exemplo. Ao contrário são feitas menções objetivas ao financiamento privado da repressão e da atuação dos EUA durante o regime militar e de sua relação com grupos paramilitares. Em uma das passagens do filme, o torturador Dr. Barreto e o empresário Geraldo Braulen, ex-patrão de Miguel, além de outros, são orientados por um cidadão dos EUA, não identificado, sobre os procedimentos para tortura dos presos. Havia, segundo a Comissão da Verdade³⁰, uma estreita relação entre os empresá-

³⁰ A Comissão da Verdade foi criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, tendo como objetivo investigar as violações ocorridas durante a ditadura militar.

rios e a embaixada dos EUA na ação repressiva realizada durante o governo militar.

No filme, são retratadas, ainda, as estratégias utilizadas pelos movimentos de resistência que optavam por assassinar empresários que financiavam o aparelho repressivo. A personagem Mariana, namorada de Miguel, é uma militante da esquerda que participa de assaltos a banco para financiar as ações contra o governo militar e do assassinato de empresários que teriam contribuído com a ditadura. A atuação da personagem e de seu grupo no sequestro do empresário Geraldo Braulen, no filme, remetem ao assassinato do industrial dinamarquês Henning Albert Boilesen, organizado em 1971 por militantes do Movimento Revolucionário Tiradentes e da Ação Libertadora Nacional. O envolvimento de Boilesen (presidente de uma grande empresa sediada no Brasil) no financiamento e recolhimento de contribuições para o golpe e para a repressão, é retratado no documentário *Cidadão Boilesen*, produzido em 2009 por Chaim Litewski.

Para a jornalista e historiadora Flávia Santana, não restam dúvidas da participação e apoio do empresariado ao regime civil-militar brasileiro. O caso Boilesen seria apenas um de muitos.

Existia um senhor chamado Fidel Castro, que estava no poder em Cuba. E no Brasil, no início dos anos 1960, existia muita confusão política. E tínhamos medo de que essas confusões se espalhassem e virassem uma coisa contagiosa. Formou-se um grupo de empresários para poder, então, estruturar uma reação à implantação da república socialista do seu Jango Goulart. [...] O desejo do empresariado era defender os seus interesses, que estavam sendo arriscados se houvesse uma cubanização do Brasil. Eles viam grande risco aos seus negócios nisso. (Depoimento do coronel Tarcísio Nunes Ferreira para o filme, citado em Santana, 2014, p. 235)

A geopolítica da resistência, apresentada neste filme, mostra também os seus limites. Na cena em que dois militantes da esquerda revolucionária reconhecem a falta de apoio popular à

luta armada e na cena em que o personagem Miguel critica o movimento da esquerda revolucionária indagando à namorada se ela considerava “certo lutar contra uma ditadura para cair na posse de outra” (transcrito de uma cena do filme *Pra frente, Brasil*). Como podemos ver pelo relato de Renato Tapajós, uma das vítimas do regime militar no Brasil, as perseguições, a pouca visibilidade e a falta de apoio popular enfraqueciam os grupos de resistência: “Havia muita gente há apenas três anos e hoje o que há é um monte de mortos, uma multidão de exilados no exterior e algumas solidões tentando continuar” (Caso, 1976, citado em Martins Filho, 2001, p. 184).

Apesar de, na época, já haver publicações sobre a ditadura civil-militar no Brasil, o filme teve grande impacto, pois alcançou um público muito amplo. Tratava-se de uma obra de ficção onde facilmente poderiam ser identificadas as marcas da ditadura e a vulnerabilidade do cidadão comum ao regime repressor.

Farias buscou realizar um filme político que se reconciliasse com o público e, nesse sentido, foi pioneiro [...] criou um produto cultural de massa, que [...] chegaria ao mais poderoso dos meios de comunicação de massa: a televisão. Além disso, o filme de Farias dificilmente deixa o espectador indiferente, tem o poderoso efeito de provocar a indignação. Por essas razões foi censurado em uma época em que a censura já estava praticamente enterrada. (Batalha, 1999, p. 144)

Este e outros aspectos são também objetos centrais do filme *Missing* que retrata a ditadura militar no Chile que durou de 1973 a 1989.

Assim como no Brasil, os anos 1960 no Chile foram marcados pelos efeitos da profunda dependência externa e das crescentes desigualdades sociais. Estas condições favoreceram a eleição, em 1970, do presidente Salvador Allende, apoiado por um grupo de partidos de esquerda, a Unidade Popular. Com o país altamente dependente da extração do cobre, Allende adotou medidas para a nacionalização da exploração de recursos

minerais, além de políticas destinadas à reforma agrária, resultando em forte resistência da classe empresarial.

Assim como no Brasil, tais medidas foram associadas aos ideais socialistas, mas foram a inflação em alta e o PIB em queda que serviram para justificar o golpe militar de setembro de 1973. Tropas militares, os carabineiros, invadiram o Palácio do Governo levando Salvador Allende ao suicídio³¹, assumindo o poder o general Augusto Pinochet. Distintamente do caso brasileiro, o governo ditatorial chileno teve como característica a personalização, pois entregou ao general Pinochet a dupla legitimidade interna, a hierárquico-institucional e a político-estatal (Garretón, 1992).

Durante seu governo, que perdurou até 1989, opositores do regime foram presos, torturados e mortos, partidos políticos foram fechados e a censura atingiu todos os meios de comunicação. Um relatório produzido em 1991 pela Comissão da Verdade e Reconciliação³², estimava em mais de 2.300 pessoas torturadas e assassinadas durante o governo de Pinochet. A morte de Rodrigo Rojas Denegri permanece até os dias de hoje como um símbolo da violência do governo de Pinochet. O estudante e sua colega, Carmem Quintana, que participavam da organização de uma manifestação contra o regime em 1986, foram detidos e queimados pelos militares. Este caso foi reaberto em 2015 graças ao depoimento de um ex-soldado que negou a versão oficial de que os estudantes carregavam combustível para a manifestação e que este teria explodido.

No final dos anos 1980, quando os demais países da América Latina se encontravam em processo de redemocratização, Pinochet permanecia no poder. Apesar dos índices de crescimento econômico, as desigualdades sociais aumentavam no país e

³¹ A versão do suicídio foi, durante décadas, contestada pela família do ex-presidente e por seus aliados, mas, em 2011, uma perícia realizada por uma equipe médica internacional confirmou a versão oficial.

³² Criada logo após a eleição de Patricio Azocar, a Comissão baseou seu relatório final em entrevistas a militares, civis e familiares de desaparecidos.

mantinham-se as restrições aos direitos civis, colocando o governo sobre forte pressão interna e internacional (alguns países romperam relações diplomáticas com o Chile). Numa tentativa de legitimar seu governo, Pinochet convocou em 1988 um plebiscito nacional que, contrariamente às expectativas oficiais, decidiu pelo fim do seu governo e pela convocação de eleições³³. Patricio Aylwin Azocar foi eleito presidente no ano seguinte com 55,2% de votos pela Coalização de Partidos pela Democracia, mas Augusto Pinochet permaneceria como Comandante em Chefe das Forças Armadas, consagrando um “Estado dentro do Estado” (Garretón, 1992).

Este momento histórico é retratado no filme *Missing*, de Costa-Gavras, lançado em 1982. Este filme, distintamente de *Pra frente, Brasil*, foi baseado numa história verídica, o desaparecimento de Charles Horman, um jovem idealista que cansado de ver o mundo por meio do imaginário geopolítico do jornal *The New York Times* decidiu ir morar com sua mulher no Chile de Salvador Allende. O Chile de Allende soava sedutor aos jovens — “estavam tentando fazer algo novo aqui” (Frank Terugi, amigo do personagem Charles). O roteiro gira em torno do desaparecimento de Charles após testemunhar as primeiras movimentações militares que iriam garantir o sucesso do golpe militar. E, principalmente, ao presenciar a conversa de militares estadunidenses enviados para garantir a posse do general Augusto Pinochet, o que acabaria por colocá-lo na posição de inimigo do novo governo.

O imaginário geopolítico hegemônico que apresenta os EUA como defensor da democracia e das liberdades vai, ao longo do filme, dando lugar a representações que apresentam um cotidiano social marcado por enorme violência policial e que desvelam os reais interesses dos EUA no país. A situação de violência e repressão política no país e a participação dos EUA no golpe militar, vão sendo revelados ao longo do filme, nas cenas

³³ Este plebiscito é retratado no filme *No*, de Pablo Larraín, lançado em 2012.

que retratam a busca de sua esposa e de seu pai por notícias do paradeiro de Charles.

As cenas do filme nos apresentam um país assombrado por perseguições políticas, torturas e mortes: a confirmação de milhares de mortos na capital, Santiago do Chile, por um Coronel do exército dos EUA; o toque de recolher e as missões de busca e destruição de livros e outros materiais potencialmente revolucionários; prisões e assassinatos em plena rua ou em locais como o Estádio Nacional (para onde foram levados Charles e seus amigos Holloway e Terugi); o testemunho de vizinhos sobre a detenção de Charles em sua própria casa; a suspensão das ligações telefônicas e o fechamento de aeroportos; e situações cotidianas como a proibição ao uso de calças pelas mulheres, além da limpeza de muros com pixações.

A antigeopolítica pode ser identificada nas cenas que sugerem o envolvimento dos Estados Unidos no golpe: na existência do grupo militar americano, o Milgroup, com escritório vizinho ao Serviço Secreto Chileno; na movimentação de tropas militares chilenas, coronéis do exército e engenheiros navais dos EUA, em Viña del Mar onde ficava a Central de Missão Naval dos EUA; na afirmação do militar da marinha americana, Andrew Babcock de que “o golpe deu certo”; na revelação de um militar de que o desaparecimento de Charles somente poderia ser ordenada com o consentimento dos americanos; na acusação de Edmund Horman ao embaixador dos EUA — “eu sei que nestes países as embaixadas americanas têm agentes relacionados à política local e aos treinamentos militares”; e na afirmação do coronel Patrick sobre as boas relações do exército dos EUA com militares chilenos — “levei o almirante Huidobro aos EUA para comprar armas”.

As articulações entre os governos ditatoriais na América Latina compõem o imaginário antigeopolítico destacado pelo filme *Missing*. A exemplo das referências à participação do Brasil no golpe e na repressão identificadas na cena em que um militar brasileiro atua junto ao exército chileno nas detenções no Estádio Nacional de Santiago (símbolo da repressão, serviu

como lugar para detenção, tortura e morte dos opositores). Cabe lembrar que o Brasil, onde o regime militar já estava instalado, cumpria um importante papel na geopolítica dos EUA para a América Latina. Servia como vitrine do discurso hegemônico e participava de golpes militares em outros países, aspecto também retratado no filme *Chove Sobre Santiago*³⁴. Em *Missing* também podem ser identificadas referências à aliança entre os governos militares da Bolívia, Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, que levou, em 1975, a instauração da Operação Condor para vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer os opositores dos regimes militares. Observe-se que, no filme, pouco tempo após o golpe no Chile, os personagens Babcock (oficial da Marinha dos EUA) e Kate Newman (jornalista de Nova Iorque) seguem para a Bolívia onde também o presidente eleito havia sido substituído por um regime militar ditatorial.

A cena em que convidados de uma festa de gala aplaudem os carros militares que passam pela rua, dá destaque ao apoio dado pela sociedade civil aos militares. Como no caso do Brasil, os golpistas contaram com o apoio das camadas mais ricas da sociedade chilena.

A busca por notícias de Charles empreendidas por seu pai, Edmund Horman, começa na Embaixada, no Congresso e no Departamento de Estado nos Estados Unidos. As primeiras informações de que todos os americanos presos no Chile foram soltos graças aos esforços do governo vão se tornando imprecisas, minando a confiança de Horman nas instituições de seu país e modificando sua visão conservadora e nacionalista. Um claro exemplo pode ser notado pelas informações sobre o paradeiro de Frank Terugi (amigo de Charles). Ele teria sido liberado do Estádio Nacional ou estaria escondido por motivos políticos ou deixara o país ou, ainda, teria sido morto nas ruas. De

³⁴ O filme de 1976, dirigido por Helvio Soto, retrata os momentos e condições para o golpe militar no Chile.

fato, seu corpo seria encontrado sem identificação, mais tarde, por Beth (esposa do personagem Charles).

No filme, Edmund obtém informações mais precisas noutras instituições e através de pessoas que estiveram envolvidas no golpe. No escritório da Fundação Ford no Chile, Edmund consegue informações confidenciais sobre a morte de Charles: “seu filho foi executado no Estádio Nacional no dia 19 de setembro”. A morte do jovem é, também, confirmada por um policial chileno, Paris, cujo colega teria testemunhado a prisão e tortura de Charles: “Na sala do serviço secreto chileno estavam um coronel chileno e um militar dos Estados Unidos. O ministério está cheio de oficiais americanos”, confirma Paris (transcrito de uma cena do filme *Missing*).

Ao longo do filme, as representações sobre os EUA reconhecidas por Edmund vão passando do imaginário de uma democracia com direitos plenos para o cidadão — “graças a Deus vivo num país onde podemos por gente como vocês na cadeia” (Edmund Horman, transcrito de uma cena do filme *Missing*) — àquele de um país ocupado em garantir interesses particulares — “Esta embaixada se compromete a proteger os interesses americanos. Nossos Interesses. Há mais de três mil empresas americanas atuando aqui e estes são os interesses dos EUA” (embaixador dos EUA, transcrito de uma cena do filme *Missing*).

A trajetória da personagem que representa a esposa de Charles também é reveladora destas mudanças. Nas cenas iniciais, Beth corrobora com as representações geopolíticas hegemônicas que apresentavam qualquer movimento de oposição como uma prática comunista, inimiga da democracia defendida pelos EUA. Nos trechos finais do filme, a falta da personagem aponta para o reconhecimento de outro modo de conceber seu país, a exemplo de sua reação face à justificativa apresentada para a prisão de Charles de que ele escrevia artigos para um jornal de esquerda: “O trabalho de Charles consistia na tradução de notícias de ‘baluartes do comunismo’ como o *New York*

Post e o *Wall Street Journal*” (Beth, transcrito de uma cena do filme *Missing*).

Apesar da importância deste filme e de outras produções para a construção de um imaginário geopolítico de resistência, a história real mostrou a força das representações hegemônicas. O corpo de jovem Charles Horman, foi encontrado entre os milhares de mortos da ditadura chilena, reconhecido pelas impressões digitais. Ele havia sido assassinado no Estádio Nacional e emparedado (enterrado numa parede), prática comum utilizada durante a ditadura no Chile com o objetivo de esconder os corpos dos presos. Sete meses se passaram até que o corpo de Charles chegasse aos EUA, tornando impossível a realização de uma autópsia que definisse a causa de sua morte. Edmund Horman apresentou uma ação contra onze pessoas, incluindo Henry Kissinger, Secretário de Estado responsável pela política externa dos EUA, por cumplicidade e negligência na morte de Charles Horman. Após anos de julgamento, a informação necessária para provar ou desmentir a participação dos EUA no episódio permaneceu classificada como “segredo de Estado”, tendo sido a ação rejeitada. Quando da detenção do general Augusto Pinochet, em Londres, em 1998, o pai de Charles ligou para Costa-Gavras comemorando a prisão de um dos responsáveis pelo desaparecimento de seu filho.

Na Argentina, o golpe militar foi sustentado na construção de um imaginário que apresentava um país em uma guerra civil devida, supostamente, ao controle de parte do país pelo Exército Revolucionário do Povo³⁵. O golpe, ocorrido em 24 de março de 1976, depôs e levou à prisão a presidente María Estela Martínez de Perón. Isabelita, como era conhecida pela população, assumiu o poder após a morte do marido Juan Domingo Perón, em 1974. Com limitada experiência política, governou com o apoio do ministro José López Rega, conhecido como “O Bruxo”.

³⁵ De acordo com Palacios (2009), os registros indicam que estes grupos se encontravam praticamente extintos e que a ERP dominava, a duras penas, uma pequena parte da província de Tucumán, a menor do país.

Este período foi um período de grande controle social, sobretudo com relação à ação de grupos da esquerda, grave retração da economia com aumento acelerado da inflação e da dívida externa e adoção de pacotes impopulares de recuperação da economia. O movimento guerrilheiro ganhou força no país, opondo grupos armados de direita e de esquerda na luta pelo poder — os Montoneros (organização guerrilheira constituída a partir da própria Juventude Peronista) e o Exército Revolucionário do Povo. A fim de conter estes grupos, a presidente acabou por ampliar os poderes das Forças Armadas. Em 1976, Isabelita, sob a acusação de utilizar dinheiro público para pagamento de dívidas pessoais, foi deposta por uma junta militar, sendo mantida presa até 1981.

Cabe esclarecer que, ao contrário do que havia acontecido no Brasil e no Chile, na Argentina o golpe não resultou de um enfrentamento às medidas de cunho “socialista”. Ao contrário, o próprio do ministro Rega organizou um grupo paramilitar de ultradireita, a Aliança Anticomunista Argentina (AAA), que seria, mais tarde, acusada de sequestrar e assassinar integrantes de partidos comunistas.

A junta militar que depôs Isabelita assumiu o poder passando a presidência ao general Jorge Rafael Videla. Teve início o chamado processo de reorganização nacional. Para frear a ação dos grupos de oposição e destruir os mecanismos de participação popular, Videla fechou partidos políticos e o Congresso Nacional. Sindicatos e a Suprema Corte sofreram intervenções, a comunicação foi censurada e queimados milhares de livros e outras publicações que pudessem ser associados à subversão. Até mesmo o uso de barba pelos homens chegou a ser proibido numa clara associação às imagens construídas sobre subversivos e comunistas.

Se comunica a la población que la Junta de Comandantes Generales ha resuelto que sea reprimido con la pena de reclusión por tiempo indeterminado el que por cualquier medio difundiere, divulgare o propagare comunicados o imágenes provenientes o atribuidas a asociaciones ilícitas

o personas o grupos notoriamente dedicados a actividades subversivas o al terrorismo. Será reprimido con reclusión de hasta diez años, el que por cualquier medio difundiere, divulgare o propagare noticias, comunicados o imágenes, con el propósito de perturbar, perjudicar o desprestigiar las actividades de las Fuerzas Armadas, de Seguridad o Policiales. (*Diario La Prensa*, 1976)

A ditadura argentina, que durou de 1976 a 1983, é considerada uma das mais violentas da América Latina. Estudos produzidos por ONG nacionais e por organismos internacionais de defesa dos direitos humanos estimam em mais de trinta mil o número de civis assassinados, quinhentos bebês filhos de mulheres desaparecidas/sequestrados (apenas noventa e cinco tiveram suas identidades recuperadas). Sindicalistas, políticos da oposição, estudantes, professores e outros eram detidos e levados a centros de detenção, como o Estádio Nacional, em Buenos Aires, onde eram torturados, assassinados e tinham seus corpos desaparecidos.

La “desaparición” fue la fórmula más siniestra de la “guerra sucia”: el “objetivo” era secuestrado [...] por un comando paramilitar [...] donde, convertido en un número y sin ninguna garantía legal, quedaba a merced de sus captores [...] arrojando a los “desaparecidos” al Río de la Plata [...] desde aviones o helicópteros militares y en fosas comunes; fusilamientos y ocultamiento de cadáveres, sin ningún tipo de identificación. (Ministério da Educação da Argentina, 2015)

No plano econômico, o governo militar adotou medidas que ampliaram a especulação financeira, abriu o mercado às importações, levando pequenas e médias empresas nacionais à falência e acelerando a desindustrialização, ampliou a dívida externa e pôs fim ao Estado intervencionista, reduzindo direitos trabalhistas e políticas de subsídio à produção nacional.

A exemplo do que havia ocorrido no Brasil, a realização no país da Copa do Mundo de Futebol em 1978 e a vitória da seleção argentina funcionou como um triunfo político, mas os pro-

blemas econômicos e as denúncias sobre a repressão criaram um clima de instabilidade política. Em sua última e polêmica decisão, o então presidente, general Leopoldo Fortunato Galtieri, decidiu, em 1982, invadir as Ilhas Malvinas (ou Falklands, sob controle da Inglaterra) com o intuito de desviar a atenção da população dos problemas existentes e recuperar a credibilidade dos militares. As tropas argentinas foram, contudo, derrotadas levando à morte de mais de seiscentos soldados. Este evento marcaria o início da derrocada do já combalido regime militar.

Tendo como pano de fundo este contexto de crise do regime ditatorial e a transição para o regime democrático, foi lançado o filme *A História Oficial*, um filme argentino dirigido e escrito por Luis Puenzo. As filmagens começaram em 1983, mas sua produção foi mantida em segredo até 1985. O lançamento ocorreu no mesmo dia do início do julgamento dos primeiros militares. O filme recebeu o Oscar de melhor filme estrangeiro exatos dez anos após a deposição da presidente argentina Isabel Perón pelas forças armadas e do início da ditadura militar no país.

No roteiro do filme, o foco está numa professora de história, Alicia Marnet de Ibáñez, que, nos primeiros momentos da abertura política no país, decide buscar informações sobre a adoção de sua filha, Gaby. Alienada quanto à situação real da Argentina durante os sete anos de ditadura, a posição política da conservadora professora é questionada pelos alunos de uma escola secundária de Buenos Aires. Apesar de afirmar que “a história é a memória dos povos”, a professora resiste as posições questionadoras de alguns alunos influenciados pelo pensamento de intelectuais de esquerda, a exemplo de Mariano Moreno³⁶: “Se não me deixam publicar a verdade, triunfa a mentira, a pobreza, a ignorância” (trecho transcrito de cenas do filme *A História Oficial*).

³⁶ Mariano Moreno foi um intelectual e líder político do movimento de independência da Argentina de 1810.

Mas é o retorno ao país de uma amiga, Anna, depois de um exílio de 7 anos, que despertará Alicia para as questões políticas em seu país. Anna conta a Alicia o motivo do seu desaparecimento. Em 1976, teve seu apartamento invadido e destruído pelos militares que buscavam por seu marido, militante da esquerda argentina: “Invadiram e destruíram meu apartamento, colocaram um pulôver na minha cabeça, me deram uma coronhada. Acordei nua, pendurada com a cabeça num balde, me deram choques. Em 36 dias, perdi 12 quilos. Não fui violentada porque o guarda que me prendeu disse “vou guardar você para mim... quando ando nas ruas, tenho medo de ouvir sua voz” (trecho transcrito de cenas do filme *A História Oficial*).

Nesta e noutras cenas e diálogos do filme ficam evidentes o confronto entre o imaginário geopolítico hegemônico e as narrativas da geopolítica popular ou, como proposto por Dell’Agnese (2005), a imaginação geopolítica das pessoas comuns. Nas primeiras cenas do filme, a personagem Alicia reproduz o discurso oficial, da história dos vencedores, confrontando-se no decorrer do filme com as representações apresentadas por seus alunos e sua amiga e reconhecidas nas manifestações que se ampliavam nas ruas.

São estas outras narrativas que a despertam para o nebuloso processo de adoção da filha e para a realidade vivida no país. De acordo com o relato de Anna, na prisão haviam mulheres grávidas que eram levadas e voltavam sem seus filhos. Estes, quando não morriam, eram entregues a famílias que compravam as crianças sem fazer perguntas.

Además del secuestro de adultos, hubo un plan sistemático de apropiación de niños. Los niños robados o que las madres parían en los centros de detención fueron inscriptos como hijos propios por muchos miembros de la represión, vendidos o abandonados en institutos. Durante la dictadura, los militares consideraban que los hijos de los desaparecidos debían perder su identidad. Por eso los hacían desaparecer y los entregaban a familias de militares. (Ministério da Educação da Argentina, 2015)

Desconfiada de que a criança possa ser filha de uma prisioneira política, Alicia passa a buscar informações sobre a filha adotiva, trazida secretamente pelo marido Roberto e por um padre. Em sua busca pela verdadeira história da filha, a realidade do país começa a se revelar para a professora da perspectiva dos movimentos de resistência: protestos por notícias dos desaparecidos; movimentos contrários ao conflito nas Malvinas; manifestações das Mães da Praça de Maio etc. A formação do grupo denominado Mães da Praça de Maio, em 1977, foi uma das mais contundentes formas de reação ao regime ditatorial imposto no país. Diariamente um grupo crescente de mulheres se reunia em frente ao Palácio do Governo para pedir notícias de seus filhos e netos desaparecidos. Algumas participantes acabariam sendo sequestradas e desaparecidas.

Alicia, como professora, se apresenta como uma via para a difusão e consolidação do discurso hegemônico. Representa, assim como Jofre e sua família (Pra frente, Brasil) e como Edmund Horman (Missing), um retrato de parcela da população que, ao ignorar a realidade do país, constrói suas representações apoiadas no discurso hegemônico, como se pode depreender das cenas em que Alicia questiona se seria verdadeira a lista de desaparecidos. Mas também representa a possibilidade de construção de imaginários geopolíticos que incorporem representações antigeopolíticas ou não-hegemônicas na medida em que vai tomando ciência do que de fato ocorre em seu país.

No filme, a existência de um imaginário antigeopolítico é revelada nas manifestações de rua e nos discursos de personagens representativos de uma geopolítica da resistência. Este é o caso do pai de Roberto, um anarquista, que desconfia do filho: “Todo o país afundou, somente os filhos da puta, ladrões, cúmplices e o meu filho mais velho foram para cima”. E, também, do professor de literatura Benítez, que devolve à professora seu relatório sobre um aluno “com ideias avançadas... sei bem onde vivo e a paixão daquele tonto pode custar bem mais do que chateações”. Além dos jovens alunos que, influenciados pelo professor e pela

leitura de obras como a de Mariano Moreno, questionam a versão da história apresentada por Alicia.

Porque não tendo liberdade de pensamento, continuarão respeitando os absurdos consagrados por nossos pais e legitimados pelo tempo e pelo costume. Sejam os uma vez menos partidários de nossas opiniões embevecidas. Tenhamos menos amor próprio e exerçamos a verdade. A verdade como a virtude, tem em si mesma sua máxima apologia. Ao serem discutidas e aventadas, aparecem em todo o seu esplendor e brilho. Se se opõem restrições ao discurso, o espírito e a matéria vegetarão. O erro, a mentira, o fanatismo e a ignorância dividirão os povos e causarão para sempre sua degradação, sua ruína e sua miséria. (Texto de Mariano Moreno, publicado na *Gazeta de Buenos-Ayres* em 12 de julho de 1810 e compartilhado, numa das cenas do filme *A História Oficial*, entre os alunos de Alicia)

No Brasil, assim como na Argentina e no Chile, o imaginário antigeopolítico, as representações de resistência, foram construídas a partir de recordações militantes, peças de teatro, filmes, levantamentos efetuados por organizações de familiares de mortos e desaparecidos etc. Tratava-se, na visão de Martins Filho (2002), de tentativas da esquerda de construir uma narrativa própria ou contra-narrativas sobre os acontecimentos deste período. Como no filme *A História Oficial*, as narrativas antigeopolíticas foram refutadas por aquelas consideradas versões oficiais, aceitas e difundidas (trechos transcritos de cenas do filme *A História Oficial*): “Em que texto se baseia?” (questionamento feito pela professora Alicia sobre as informações apresentadas por um aluno); “Alguns vizinhos viram quando os levavam... destruíam tudo... não restou nada. Estas quatro fotos deles somente... e nossa memória” (relato de personagem, representando uma mãe da Praça de Maio, sobre o desaparecimento da filha).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa tentativa de dar uma contribuição ao debate sobre a relação formada entre geopolítica e cinema, procurou-se identificar, em filmes que retratam períodos ditatoriais na América Latina, elementos que marcam o imaginário antigeopolítico construído sobre aquele momento histórico. Mais especificamente, procuramos demonstrar que filmes produzidos sobre este período histórico, o das ditaduras civil-militares que se instalaram em países latino-americanos entre os anos 1960 e 1980, podem expressar narrativas outras representativas dos movimentos de resistência invisibilizados pelas representações hegemônicas.

Assim, na análise apresentada, partiu-se da ideia de que os filmes cumprem o papel de geopolíticos, a exemplo de Hollywood cujos filmes são reconhecidos como um elemento geopolítico chave, influenciando o apoio popular às estratégias geopolíticas e a um ideário dominantes. E avançamos na direção de, numa perspectiva crítica, investigar a produção do discurso geopolítico fora da arena formal dos Estados, noutras narrativas ou contra-narrativas.

Se a análise da produção de Hollywood possibilita o reconhecimento dos discursos de poder institucionalizados, a análise de filmes produzidos pelo Cinema do Terceiro Mundo nos colocou diante de outras narrativas e de uma antigeopolítica representativas dos movimentos de resistência ao domínio dos EUA na América Latina. Nos três filmes analisados, *Pra frente, Brasil*, *Missing* e *A História Oficial*, produzidos sobre as ditaduras civil-militares no Brasil, Chile e Argentina, são as memórias que se sobressaem na construção de contra-narrativas, articuladas e contrapostas às representações hegemônicas.

Filmes produzidos por Hollywood apresentam a imagem geopolítica de uma América Latina homogênea e uníssona, desejosa de seguir o modelo de vida estadunidense, identificada com as representações de mundo construídas a partir de uma imaginação geopolítica moderna e de um imaginário hegemô-

nico. Tais filmes secundarizam ou negligenciam a diversidade social, cultural, política que marca a realidade dos países latino-americanos e, sobretudo, os desenhos políticos que resultam dos movimentos que se manifestam em geopolíticas de resistência.

Ao contrário, os filmes aqui analisados se apoiam numa visão crítica que revela ao espectador uma América Latina marcada por movimentos de resistência ao domínio imposto pelos EUA na região. Esses filmes concentram sua atenção nas profundas desigualdades sociais e nas lutas pela emancipação política e social que emergem em alguns países, apresentando um imaginário geopolítico distinto e, por vezes, oposto àquele difundido por Hollywood. Tais filmes, por conseguinte, contribuem para a consolidação de uma identidade e uma narrativa próprias da América Latina.

BIBLIOGRAFIA

- Aggio, Alberto (2008). O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. Em Carlos Fico et al. (orgs.), *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas* (pp. 77-94). Rio de Janeiro: FGV.
- Agostino, Gilberto (2002). *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade*. Rio de Janeiro: FAPERJ / Mauad.
- Azevedo, Ana; Ramirez, Rosa e Oliveira Jr., Wenceslao (orgs.) (2015). *Intervalo(s) entre geografias e cinemas*. Braga: UMDGEO / Universidade do Minho.
- Batalha, Claudio (2001). Pra frente, Brasil: o retorno do cinema político. Em Mariza Soares e Jorge Ferreira (orgs.), *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record.
- Branco, Celso (2006). Os papéis sociais do futebol brasileiro revelados pela música popular (1915-1990). Em Francisco Silva e Ricardo Pinto Santos (orgs.), *Memória Social dos Esportes. Futebol e Política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: FAPERJ / Mauad.

- Crampton, Andrew e Power, Marcus (2005). Frames of reference on the geopolitical stage: *Saving Private Ryan* and the Second World War/ Second Gulf War intertext. *Geopolitics*, 10(2), 244-265.
- Dell'Agnese, Elena (2005). The US-Mexico border in American Movies: a Political Geography perspective. *Geopolitics*, 10(2), 204-221.
- Dixon, Deborah e Zonn, Leo (2005). Confronting the geopolitical aesthetic: Fredric Jameson, The perfume nightmare and the perilous place of third cinema. *Geopolitics*, 10(2), 290-315.
- Farias, Roberto (2005). Embrafilme, Pra frente, Brasil! E algumas questões. Em Anita Simis (org.), *Cinema e televisão durante a ditadura militar: depoimentos e reflexões* (pp. 11-25). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Fico, Carlos, Ferreira, Marieta, Araujo, Maria e Quadrat, Samantha (orgs.) (2008). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV / UFRJ.
- Fon, Antônio (1979). Tortura: a história de repressão política no Brasil. *Revista Veja*.
- Garretón, Manuel (1992). A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. *Lua Nova* (27).
- Gertz, Nurith e Khleifi, George (2015). Palestinian "roadblock movies". *Geopolitics*, 10(2), 316-334.
- Jeffords, Susan (1993). *Hard bodies: Hollywood masculinity in the Reagan Era*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Lima,IVALDO (2013). A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. *Revista Espaço Aberto*, 2(3), 149-168. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ.
- Marini, Ruy (1965). Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo. *Foro Internacional*, 4(5), 511-546.
- Martins Filho, João (2002). A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, 28, 178-201.
- Memória da Censura no Cinema Brasileiro. <http://www.memoriacinebr.com.br/>
- Memórias da Ditadura. Panorama da Resistência. <http://memoriasdadi-tadura.org.br/panorama-da-resistencia/>
- Ministério da Educação da Argentina (2015a). *Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia*. S/d.

- Ministério da Educação da Argentina (2015b). *Diario “Página 12”, 10 de diciembre de 1995*. S/d.
- Napolitano, Marcos (2014). 1964: *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- Ó Tuathail, Gearóid (1996). *Critical geopolitics. The Politics of Writing Global Space*. Londres: Routledge.
- Ó Tuathail, Gearóid e Dalby, Simon (1998). *Re-thinking geopolitics*. Londres: Routledge.
- Padrós, Henrique (2008). Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. Em Carlos Fico et al. (orgs.), *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV.
- Pereira, Wagner (2014). O cinema político na ditadura militar brasileira: as representações dos “anos de chumbo” no filme *Pra Frente*, Brasil (1982). *Revista Maracanan* (11), 24-40.
- Pinto, Leonor (2006). O Cinema Brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil — 1964/1988. Em Claudia Chagas et al. (orgs.), *Classificação indicativa no Brasil. Desafios e perspectivas*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça. https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/classificacao-1/livro_classificacao.pdf
- Pinto, Leonor (2005). (Des)caminhos da censura no cinema brasileiro: os anos de ditadura. http://www.memoriacinebr.com.br/Textos/Des_caminhos_da_censura.pdf
- Power, Marcus e Crampton, Andrew (2005). Reel Geopolitics: cinema to graphing political space. *Geopolitics*, 10(2), 193-203.
- Prythton, Angela (2009). Do Terceiro Cinema ao cinema periférico: estéticas contemporâneas e cultura mundial. *Revista Periferia*, 1(1), 79-89.
- Prythton, Angela (2006). Imagens periféricas: os Estudos Culturais e o Terceiro Cinema. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 6.
- Ramos, José (2015). Luz e Trevas no Coração de África: o cinema-simulacro da Companhia de Diamantes de Angola. Em Ana Azevedo et al. (orgs.), *Intervalo(s) entre geografias e cinemas*. Braga: UMDGEO / Universidade do Minho.

- Reis Filho, Daniel (2010). Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, 5(23), 171-186. Rio de Janeiro.
- Reis Filho, Daniel (2014). *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Santana, Flávia (2014). Cidadão Boilesen. *Revista Perceu. Especial Cinquentenário do Golpe* (8). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Scharf, Inga (2005). Staging the Border: National Identity and the Critical Geopolitics of West German Film. *Geopolitics*, 10(2), 378-397.
- Shapiro, Michael (2005). The demise of international relations': America's Western palimpsest. *Geopolitics*, 10(2), 222-243.
- Sharp, Joanne (2005). Critical Geopolitics. Em Paul Clocker, Philip Grang e Mark Goodwin (eds.), *Introducing Human Geographies*. Londres: Hodder Arnold.
- Shohat, Ella e Stam, Robert (2006). *Crítica da imagem eurocêntrica: Multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac-Naify.
- Simões, Inimá (1999). *Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Terceiro Nome / SENAC.
- Teixeira, Carlos (2014). Uma política para o continente: reinterpretando a Doutrina Monroe. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2(57).

REPORTAGENS DE JORNAIS E REVISTAS

- Comunicado nº 19 de 24/03/76, publicado no Diário *La Opinión*, 25/03/1976. https://backend.educ.ar/refactor_resource/get-attachment/22833
- Farias, Roberto (2014). "O filme expressara o que aquele público queria ver". *Jornal O Globo*, 23/03. <http://oglobo.globo.com/cultura/roberto-farias-filme-expressara-que-aquele-publico-queria-ver-11956957>
- Palacios, Ariel (2009). Ditadura argentina, a mais sanguinária da América do Sul, foi fracasso militar e econômico. *O Estadão*, 24/03. <https://www.estadao.com.br/internacional/ariel-palacios/ditadura-argentina-a-mais-sanguinaria-da>
- Registros revelam ligação de empresários e embaixada com o regime militar em SP (2013). *Último Segundo*. IG São Paulo, 16/02.

SOBRE OS AUTORES

Ana Carolina Santos Barbosa. Professora adjunta no Instituto de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ), com atuação na educação básica e no curso de licenciatura em Geografia, além de compor o corpo docente do Mestrado Profissional em Ensino da Geografia (PROFGEO/UERJ). Graduada em geografia pela mesma universidade, possui especialização (*lato sensu*) em Gênero e Sexualidade pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/ IMS/ UERJ), mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO/UFF). Membro do *ETHOS – Grupo de Estudo de Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade*. Atua, principalmente, nas intersecções entre geografia, gênero e sexualidades, ensino de geografia, formação docente, com especial interesse nos enlaces entre epistemologias feministas, geografias trans, contra-cartografias, diferença e formação de professores.

Felipe Nascimento Werminghoff. Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal Fluminense/UFF, campus Niterói. Mestre e doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/POSGEO/UFF. Professor da rede municipal de São Gonçalo, do Estado do Rio de Janeiro e de escolas privadas. Membro do *ETHOS – Grupo de Estudo de Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade*. Atua na área de geografia humana, com ênfase em geografia política e geografia escolar. Pesquisa os se-

guintes temas: antigeopolítica, justiça territorial e soberania alimentar.

Frederico Duarte Irias. Professor associado do Departamento de Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ). Professor (coordenador) do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Psicanálise e Políticas Públicas, no mestrado profissional em Psicanálise (Faculdade de Ciências Biológicas e Saúde – UERJ Zona Oeste). Investigador da Teoria Marxista da Dependência, a Perspectiva Braudeliana da Longa Duração e a relação entre Espaço, Política e Psicanálise. Últimas publicações: (2010) “A luta dos povos tradicionais de Rondônia atingidos pelo Complexo do Rio Madeira”; (2011) “Ensaio sobre as múltiplas facetas da integração transnacional brasileira como aporte para pensarmos o espaço sul-americano em tempo de globalização”; (2012) “Meandros políticos do Complexo do Rio Madeira: ensaios sobre as múltiplas facetas da Integração Transnacional como aporte para pensarmos as novas territorialidades da Amazônia ocidental brasileira”; (2014) “Geopolíticas críticas e Movimentos sociais”.

Guilherme Pereira Meirelles. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Mestre e licenciado em geografia pela mesma instituição, com pesquisa nos campos da educação geográfica e do futebol. Atualmente, professor na rede privada de ensino do Município do Rio de Janeiro. Publicação: (2022). Um exercício de construção de conhecimento poderoso a partir da antigeopolítica do futebol. Rio de Janeiro: *Educação Geográfica em Foco*, (6) 12.

Ivaldo Gonçalves de Lima. Graduado (1986) e mestre em Geografia (1993) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ sob a orientação de Bertha K. Becker. Doutorado em geografia (2005) pela Universidade Federal Fluminense/UFF, com estância doutoral na Universitat de Barcelona/UB. Pós-doutoramento (2013) na Universitat Autònoma de Barcelona/UAB. Desde

1994, é docente do Departamento de Geografia da UFF, onde atua como professor associado na graduação, orientador de mestrado, doutorado e supervisor de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Coordena o *ETHOS – Grupo de Estudo de Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade*. Artigos publicados: (2013) “A geografia e o resgate da antigeopolítica”. Rio de Janeiro: *Revista Espaço Aberto*, (3) 2; (2014) “Towards a civic city: from territorial justice to urban happiness in Rio de Janeiro”. Bruxelas: *European Journal of Geography*, (5) 2; (2020) “Em favor da justiça territorial: o encontro entre geografia e ética”. *RPPR / Revista Política e Planejamento Regional*, (7) 2; (2024) “Descolonizando a justiça territorial”. Barcelona: *Scripta Nova*, 2(28). Livro: (2022) Com Jorge Barbosa e Flavia Martins (orgs.), *Territórios Criativos da Cultura*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Laleska Costa de Freitas. Professora de Geografia do ensino básico do Estado do Rio de Janeiro. Licenciada e bacharel em geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, campus Maracanã, mestre e doutoranda em geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/POSGEO/UFF. Membro do *ETHOS – Grupo de Estudo de Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade*. As suas pesquisas estão inseridas nos campos da geografia política e da geografia de gênero e sexualidade, concentrando-se na geografia dos sujeitos subalternizados que desafiam a norma hegemônica tendo como horizonte ético a justiça.

Leyla Méndez Caro. Estudió Psicología en la Universidad Católica del Norte (Antofagasta, Chile) y un magíster en Psicología Social en la misma universidad. Realizó un doctorado en Estudios de Género: Cultura, Sociedades y Políticas en la Universidad Autónoma de Barcelona y pasantía doctoral en el *ETHOS. Grupo Pesquisa em Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade* (Universidade Federal Fluminense/UFF, Niterói, Brasil). Actualmente trabaja como académica en el Departamento de Geografia da UFF.

mento de Ciencias Sociales dentro de la Facultad de Ciencias Sociales, Artes y Humanidades de la Universidad de Antofagasta. Su línea de investigación y acción es género, cultura, subjetividad y espacio. Sus últimas publicaciones son: “Los Arenales. Contrapaisajes y narrativas de mujeres migrantes sudamericanas en campamentos de la Ciudad de Antofagasta” (2023) y “Género, espacio y memoria. Problematicaciones en torno a los dispositivos psicológicos y la educación no sexista” (2024).

Rejane Cristina Araujo Rodrigues. Graduada, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Professora do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio, como coordenadora adjunta da Pós-Graduação em Geografia. Professora da educação básica entre 1988 e 2021, atuando majoritariamente no Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/CAP-UERJ. Pesquisadora nos campos da geografia política e da formação de professores de geografia, com ênfase nas temáticas da análise filmica, geopolítica e políticas curriculares. Produções científicas: (2024) “The power of geography for education in Brazil”. Em *Powerful geography: international perspectives and applications*, Springer Nature; (2016) “Le cinéma latino-américain et la construction de l’imaginaire de resistance”. L' *Espace Politique*, (28); (2012) *Aprendendo com filmes: o cinema como recurso didático para o ensino da Geografia*. Rio de Janeiro: Lamparina.

Rodrigo Pina de Sousa. Graduado (2004) pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FFP/UERJ e mestre em Geografia (2007) pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Doutorado em Geografia (2013) pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Atuou como professor de geografia das redes públicas de ensino municipal e estadual do Rio de Janeiro e da rede privada. Membro do *ETHOS – Grupo de Estudo de Geografia Política, Ética, Gênero e Sexuali-*

dade. Desde 2008, atua como docente do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II, como professor dos ensinamentos fundamental e médio. Publicação: (2014) *O novo código geopolítico dos Estados Unidos*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas

Ruy Moreira. Graduado (licenciado e bacharel) em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (1970), mestre em Geografia por esta mesma universidade (1984), doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo/USP (1994) e Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Estadual do Ceará/UECE (2016). Professor permanente do curso de pós-graduação (mestrado e doutorado) da Universidade Federal Fluminense/UFF, onde é aposentado pelo Departamento de Geografia, e professor permanente do curso de pós-graduação (mestrado) em geografia da FFP/UERJ. Autor de livros, destacando-se: (1984) *O que é geografia*. São Paulo: Brasiliense; (1985) *Espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense; (2006) *Para onde vai o pensamento geográfico?* São Paulo: Contexto; (2007) *Pensar e ser em geografia*. São Paulo: Contexto; (2012) *A geografia do espaço-mundo*. Rio de Janeiro: Consequência; (2019) *Espaço: corpo do tempo*. A construção geográfica da sociedade. Rio de Janeiro: Consequência.

Valeria Ysunza Pérez Gil. Licenciada en Geografía por la Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM (México), maestra en Geografía por la Universidade Federal Fluminense (Brasil) y doctoranda en Ciencias Sociales en la UAM-X (México). Actualmente es tallerista e investigadora independiente, así como profesora en el Colegio de Geografía de la UNAM, donde imparte las materias de Geografía de América y Geografía Rural. Es integrante de: GeoBrujas, comunidad de geógrafas enfocada a la defensa de los territorios y la reivindicación del cuerpo-territorio desde la perspectiva y la experiencia feministas; así como del Instituto de Geografía para la Paz (IGP), A.C, organización que promueve, fomenta e impulsa una cultura de paz y de respeto a los derechos humanos de las personas mi-

grantes, principalmente. En octubre de 2023, fue parte del Comité Organizador del Noveno Congreso Internacional de Geografías Críticas, llevado a cabo en Ciudad Universitaria y el Centro Histórico de la Ciudad de México.

ÍNDICE

Presentación de Miradas Latinoamericanas	7
Dedicatória	9
Prefácio: Um enigma chamado América Latina RUY MOREIRA	11
Introdução: Geopolítica a contrapelo IVALDO LIMA	13
Parte I. Por uma epistemologia crítica da antigeopolítica	
Introdução à Parte I	23
A mirada antigeopolítica: origem, abrangência e sentido IVALDO LIMA	25
O movimento social urbano sob o capitalismo algorítmico. Antigeopolítica dos corpos sensíveis IVALDO LIMA	73
Parte II. As escalas regional e local da antigeopolítica dos movimentos sociais	
Introdução à Parte II	129
A tensão antigeopolítica no Istmo de Tehuantepec, Estado de Oaxaca, México VALERIA YSUNZA PÉREZ GIL	131

Contrapaisajes frente a violencias patriarcales-coloniales en el norte de Chile: el caso de Antofagasta	
LEYLA MÉNDEZ CARO	183

Fissuras antigeopolíticas na América Latina. A contestação do imperialismo estadunidense no Equador	
RODRIGO PINA	221

A antigeopolítica do Equador em face da pegada imperial dos Estados Unidos da América	
IVALDO LIMA	261

Perspectivas antigeopolíticas da integração transnacional e do Movimento dos Atingidos por Barragens na Amazônia Brasileira	
FREDERICO DUARTE IRIAS	283

A atitude antigeopolítica do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Brasil em busca de justiça territorial	
FELIPE NASCIMENTO WERMINGHOFF	351

Parte III. Resistência e emancipação: gênero, educação, esporte e arte

Introdução à Parte III	405
------------------------	-----

Da resistência à trans-existência: reimaginando a vivência espacial dos corpos na cidade	
ANA CAROLINA SANTOS BARBOSA	407

Paradas LGBT+, cisheteronormatividade e emancipação Uma Geografia contrassexual decolonial no Rio de Janeiro	
LALESKA COSTA DE FREITAS	445

Um horizonte antigeopolítico para o esporte e para a educação geográfica	489
GUILHERME MEIRELLES	
Imaginário antigeopolítico e resistências no cinema latino-americano: Argentina, Brasil e Chile	519
REJANE RODRIGUES	
Sobre os autores	569

Uma mirada antigeopolítica: tensão, resistência e emancipação na América Latina reúne trece ensayos que desafían las lecturas tradicionales del continente desde una perspectiva crítica y creativa. Bajo la coordinación de Ivaldo Gonçalves de Lima, esta obra colectiva propone una ruptura con las viejas geopolíticas, abriendo paso a una antigeopolítica forjada en la escucha, la resistencia y la imaginación. Con autoras y autores de distintas regiones de América Latina, el libro invita a pensar el presente-futuro del continente como un enigma persistente que exige nuevas preguntas y miradas. Una obra provocadora y necesaria para repensar América Latina desde sí misma.